

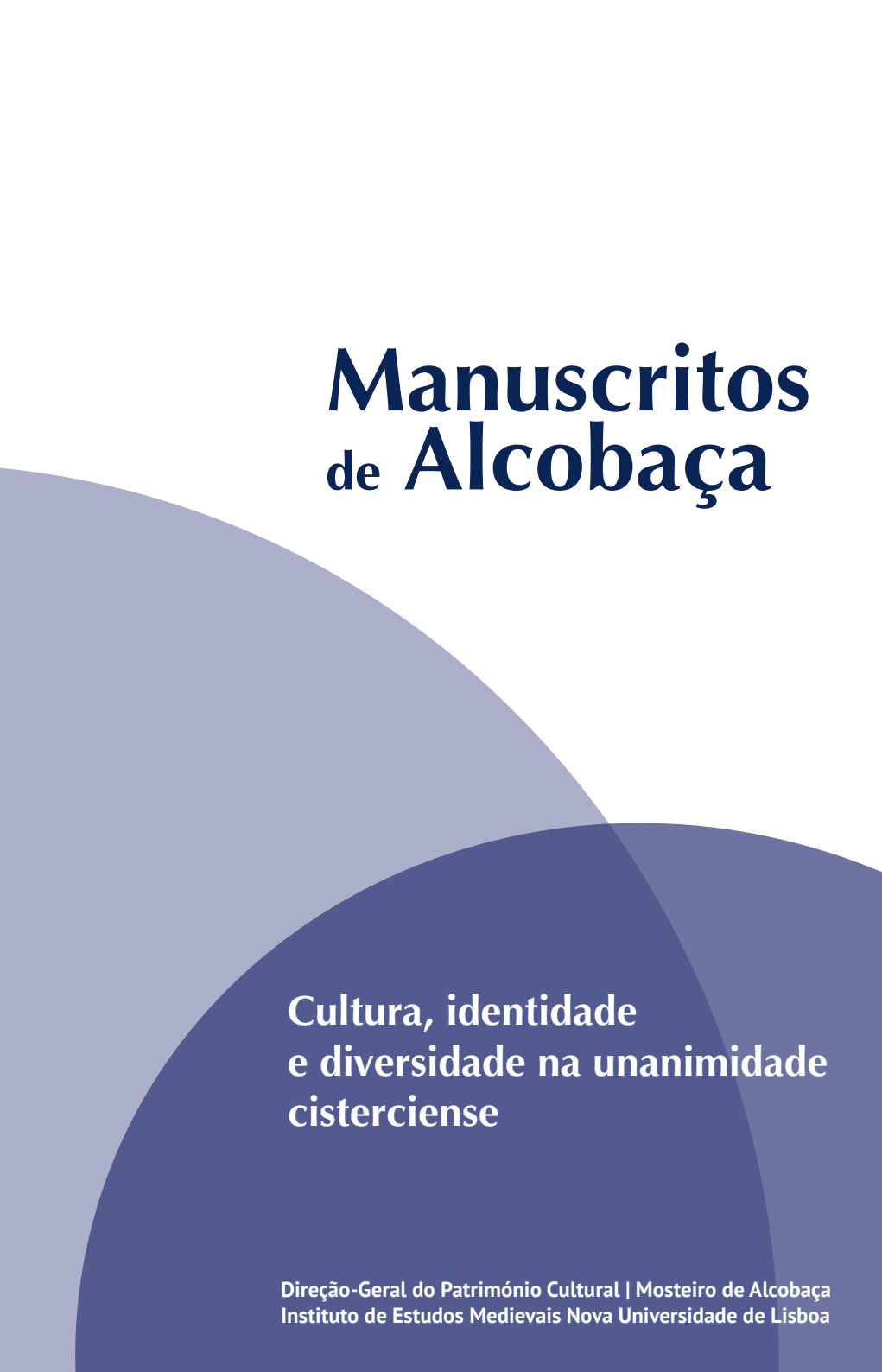


Manuscritos de Alcobaça

Coord. Catarina Fernandes Barreira

Cultura, identidade
e diversidade na unanimidade
cisterciense

Direção-Geral do Património Cultural | Mosteiro de Alcobaça
Instituto de Estudos Medievais Nova Universidade de Lisboa



Manuscritos de Alcobaça

Cultura, identidade
e diversidade na unanimidade
cisterciense

Direção-Geral do Património Cultural | Mosteiro de Alcobaça
Instituto de Estudos Medievais Nova Universidade de Lisboa

Ficha técnica

Edição

Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Direção-Geral do Património Cultural | Mosteiro de Alcobaça

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo PTDC/ART-HIS/29522/2017.

Editora/coordenação

Catarina Fernandes Barreira

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

Fotografias e documentos

Fotografias e documentos usados nesta publicação foram gentilmente cedidos pelos autores e pela Biblioteca Nacional de Portugal

Design

Letras Encantadas, Ida

ISBN

978-989-53585-8-8 (Instituto de Estudos Medievais)

978-972-776-608-6 (Direcção-Geral do Património Cultural)

Outubro de 2022

Coedição



MOSTEIRO D'
ALCOBACA



Apoio



Financiamento



COLUÇÃO



Índice

- 6 **Apresentação**
Ana Pagará
- 12 **Prefácio**
Catarina Fernandes Barreira
- 22 **O scriptorium de Alcobaça:
a experiência do livro na instituição monástica**
Aires Augusto Nascimento

I – Materialidades

- 82 **Haja Luz: singularidades materiais das hagiografias românicas
alcobacenses num contexto europeu**
Catarina Miguel, Maria Luísa Carvalho e Cristina Barrocas-Dias
- 104 **Novas abordagens para o estudo e conservação da encadernação:
o caso de estudo das encadernações do Mosteiro de Alcobaça**
Maria da Conceição Casanova
- 134 **Recuperação do passado para uma leitura no futuro.
Uma intervenção de conservação: Alc. 166**
Teresa Lança Ruivo

II – Liturgia

- 154 **No coração da liturgia monástica:
os colectários de Santa Maria de Alcobaça**
Catarina Fernandes Barreira
- 184 **As Vésperas do dia de São Bernardo: uma reconstituição**
Manuel Pedro Ferreira
- 206 **Officium mortuorum: o Ofício de Defuntos musicado na tradição
cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII**
Zuelma Chaves
- 234 **Um Ritual descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro
através do estudo dos seus códices litúrgicos.
Propostas de leituras no espaço e no tempo**
Catarina Fernandes Barreira e Luís Miguel Rêpas

III – O Mosteiro de Alcobaça e o seu entorno

- 266 **Bulas e privilégios apostólicos do Mosteiro de Alcobaça (séculos XII-XV)**
Mário Farelo
- 332 **Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar: o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade reformador D. Estêvão de Aguiar (1431-1446)**
Paulo Catarino Lopes e Catarina Fernandes Barreira
- 382 **As sorores de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)**
Luís Miguel Rêpas

IV – Cister noutros reinos ibéricos

- 412 **De los Ecclesiastica Officia a los Usos Particulares. La documentación litúrgica de los Monasterios de Cister**
Eduardo Carrero Santamaría
- 450 **La biblioteca y el scriptorium del Monasterio de Piedra (1186-1835): fuentes y documentos para el estudio de un nuevo foco cisterciense productor de libros**
Herbert González Zymla

- 502 **Fontes e Bibliografia**

Ana Pagará

Diretora do Mosteiro de Alcobaça

Apresentação

O Mosteiro de Alcobaça constitui um dos melhores preservados e mais emblemáticos conjuntos que a Ordem de Cister legou à Europa durante a Idade Média e a Época Moderna. Considerado uma Obra-prima do Génio Criador Humano – em particular a sua igreja, onde se preservam os extraordinários túmulos de D. Pedro I e Dona Inês de Castro - e um exemplo absolutamente extraordinário daquilo que foi um estabelecimento cisterciense medieval, preservando-se a maior parte dos lugares regulares primitivos bem como a maioria das construções posteriores (séculos XVI a XVIII), o Mosteiro de Alcobaça foi inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 1989, e integra a Rota Europeia de Abadias Cistercienses/ Itinerário Cultural do Conselho da Europa.

No processo de gestão em curso, o posicionamento do Mosteiro de Alcobaça como centro de estudos e da divulgação da História e do Património da Ordem de Cister, assumiu-se como um objetivo estratégico para a afirmação da Identidade deste monumento e para a plena assunção do seu Valor Universal Excecional, reconhecido pela UNESCO em 2014. Nesse sentido, a estreita cooperação com a comunidade científica é imprescindível, fazendo também parte da nossa missão a disseminação do conhecimento científico junto do público em geral - comunidade local e visitantes -, quer através da realização de encontros científicos, publicações, visitas orientadas e outras iniciativas congéneres, quer por via do desenvolvimento de ferramentas de interpretação dos significados que o monumento encerra.

Com efeito, enquanto gestores de um Bem da Humanidade, a nossa missão é a preservação e a comunicação do Valor Universal Excecional no presente, assegurando a manutenção dos valores de Autenticidade e Integridade, e a sua transmissão, no melhor estado de conservação possível, às gerações futuras.

É neste contexto que nasceu o projeto editorial “Estudos Monásticos Alcobacenses”, o qual tem como principais objetivos dar a conhecer ao público em geral o trabalho de investigação sobre a Ordem de Cister que tem vindo a ser realizado em Portugal, em particular, sobre a extinta Abadia de Alcobaça, nas suas múltiplas vertentes, e divulgar os contributos que os investigadores têm apresentado em encontros científicos organizados (ou coorganizados) pela Direção-Geral do Património Cultural/ Mosteiro de Alcobaça, procurando dar resposta à procura crescente de estudos científicos sobre este monumento, cuja excecionalidade atrai cada vez mais o interesse do público.

O conhecimento da Identidade de um Bem Patrimonial é, de facto, fundamental no processo de gestão, em particular no que toca à salvaguarda dos elementos que a traduzem e à comunicação e divulgação dos seus verdadeiros significados. O *Scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, que terá funcionado na designada “Sala dos Monges”, foi um dos mais

importantes não só do Mundo Cisterciense mas também da Europa Medieval. Subsistindo 463 códices aqui produzidos, a coleção assume-se como uma das vertentes mais identitárias do património associado a este monumento, tendo sido já inscritos no programa Registo de Memória do Mundo da UNESCO, e na sequência de candidaturas ibéricas, dois desses manuscritos: em 2015, o “Comentário ao Apocalipse do Beato de Liébana (Alc. 247, datado de inícios do século XIII), e, em 2017, o “Códice Calixtino” (Alc. 334, datado de 1175).

Apesar dos Manuscritos de Alcobaça já não se encontrarem fisicamente no local onde foram produzidos - felizmente, depositados na Biblioteca Nacional de Portugal, instituição à qual devemos, de forma exemplar, a sua conservação, disponibilização e divulgação -, facto é que representam uma preciosa herança cultural para a compreensão da comunidade cisterciense de Alcobaça, que construiu e viveu este mosteiro, hoje património de todas as nações do mundo.

Esta expressão da cultura material fala-nos sobre a Identidade dos monges e da história de uma comunidade monástica que teve o desejo cumprido de ser diferente, mas respeitando a unanimidade do mundo cisterciense ao tempo a que estavam “obrigados”. Podemos constatá-lo nos manuscritos e também na arquitetura da sua monumental igreja, na qual os “monges construtores” definiram soluções construtivas sem precedentes ao tempo na Europa, mas respeitando os princípios gerais adotados pelos cistercienses na conceção arquitetónica dos seus templos. A aceitação da diversidade bem como o respeito pela unanimidade constitui um dos maiores legados dos cistercienses e prevalece como uma lição para o mundo de hoje.

É neste enquadramento que aceitámos a proposta do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, apresentada pela Doutora Catarina Barreira Fernandes, para criar e implementar um ciclo de conferências sobre os Manuscritos de Alcobaça, que conta já com três edições (2017, 2018 e 2019) decorridas neste monumento, num total de 28 conferências. Durante estes três anos, uma interessante e entusiástica

discussão sobre esta temática e outras relacionadas floresceu entre os vários investigadores participantes e o público.

A edição que agora se apresenta reúne treze textos resultantes desta iniciativa. Trata-se da primeira publicação on-line da Coleção Estudos Monásticos Alcobacenses, uma coedição entre a DGPC/ Mosteiro de Alcobaça e o Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, a qual foi possível dado o financiamento concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ao Projeto de Investigação “Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um *scriptorium* medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo” (refª PTDC/ART-HIS/29522/2017), promovido por este Instituto, sob a coordenação das Doutoradas Catarina Barreira Ferreira e Conceição Casanova, com a parceria institucional da DGPC/ Mosteiro de Alcobaça e da Biblioteca Nacional de Portugal, entre outras.

Agradeço à tutela, na pessoa do Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, Arqt.º João Carlos dos Santos, a confiança, disponibilidade e apoio constante à execução do processo de gestão em curso deste monumento nacional, património mundial.

Agradeço ao Instituto de Estudos Medievais, na pessoa das atual e anterior diretoras, Professoras Maria de Lurdes Rosa e Maria João Branco, a tão rica e profícua colaboração, iniciada em 2017, e expresso a nossa total disponibilidade para continuarmos e trabalhar em projetos comuns no futuro.

À Biblioteca Nacional de Portugal, na pessoa da sua Diretora, Doutora Inês Cordeiro, a quem agradeço todo o apoio e especialmente o trabalho extraordinário que a sua equipa tem vindo a desenvolver em prol da preservação deste precioso tesouro.

Agradeço a todos os investigadores os estudos preciosos que agora aqui se publicam e que contribuem indelevelmente para o aumento e aprofundamento do conhecimento sobre o Mosteiro e a comunidade cisterciense de Alcobaça.

Uma menção especial gostaria de fazer a um dos autores, o Senhor Professor Aires Nascimento, que dedicou mais de 40 anos da sua vida ao estudo do *scriptorium* de Alcobaça¹, provando a sua existência ao identificar características particulares nos vários aspetos da sua produção. Não há palavras suficientes para expressar o quanto lhe devemos, em particular, ao nível dos estudos alcobacenses.

Por fim, agradeço à nossa querida Amiga, Doutora Catarina Barreira Fernandes, incansável coordenadora do Ciclo de conferências e desta edição, pelo profissionalismo, entusiasmo contagiante e dedicação, e pelas tantas boas partilhas de conhecimento nas estimulantes conversas que temos mantido ao longo dos últimos anos sobre a apaixonante história da comunidade cisterciense de Alcobaça, a sua cultura material e a sua identidade.

1 - Efeméride que assinalámos em 2018, sob a égide do Ano Europeu do Património Cultural, com a publicação do livro NASCIMENTO, Aires A., *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*, Coleção “Estudos Monásticos Alcobacenses”, nº 4, DGPC/ Mosteiro de Alcobaça, 2018.

Catarina Fernandes Barreira

Investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora Responsável no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

Prefácio

Esta obra reúne um conjunto de textos produzidos a partir de três ciclos de conferências intitulados “Manuscritos de Alcobaça”, que tiveram lugar no Mosteiro de Alcobaça e que resultaram de uma iniciativa conjunta da Direção Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça e do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este ciclo, que decorreu entre 2017 e 2019, e que se concretizou num total de 28 conferências, teve como principal objetivo divulgar e familiarizar públicos com os códices de Alcobaça, um património único que, embora, atualmente, esteja sob a tutela da Biblioteca Nacional, durante séculos pertenceu à comunidade monástica alcobacense. Contou com os contributos de um conjunto de professores e investigadores, portugueses e espanhóis, especialistas nos mais diversos campos do saber, desde a História, à História da Arte e à História da Música, passando pela Conservação e Restauro e pelo estudo químico da cor das iluminuras.

Embora cada ciclo de conferências tivesse um tema condutor – o primeiro, de 2017, foi dedicado, no geral, aos manuscritos de Alcobaça, o de 2018 à materialidade (temas e problemas) e o último, ocorrido em 2019, à música e liturgia –, procurou-se sempre apresentar o tema central – o livro manuscrito – de forma contextualizada, desde a sua origem, aos usos e às circulações, à sua preservação nos dias de hoje e ao confronto com a documentação produzida pelo cartório. O leque cronológico que esta iniciativa abarcou vai desde os testemunhos manuscritos dos inícios do *scriptorium*, nos finais do século XII, ao século XVIII, e compreendeu vários tipos de textos: a Bíblia, livros litúrgicos, textos jurídicos e o discurso das *auctoritates*, não esquecendo os Livros de Horas. Em simultâneo, foram também temas de trabalho as traduções no Mosteiro de Alcobaça, as ligações deste cenóbio a outros mosteiros cistercienses, o papel de um abade especial nos destinos da comunidade, os problemas levantados pelas encadernações e pela materialidade da cor e, por fim, as potencialidades da documentação do cartório para contextualizar a vida desta importante casa monástica. De destacar que no ciclo de 2019 contámos com a presença, entre nós, de três reputados docentes e investigadores espanhóis que muito engrandeceram as conferências e o debate, uma vez que o seu contributo ajudou a construir uma perspetiva ibérica, quer a partir de problemas concretos relacionados com a liturgia cisterciense e a sua prática, quer enriquecendo o contexto com estudos de caso. Dessas três participações resultaram dois textos que aqui se publicam.

A todos os que aceitaram este desafio, o meu obrigado. Por ter sido a coordenadora científica dos ciclos de conferências, a Sr.^a Diretora do Mosteiro de Alcobaça, e amiga, Dr.^a Ana Pagará, deu-me a honra de recolher os textos, numa edição que reúne um total de doze artigos. Neste âmbito, pedi aos autores que tornassem o seu texto acessível a um tipo de público mais alargado, não exclusivamente académico, embora sem diminuir o rigor científico, quer da apresentação dos dados, quer da sua problematização.

A obra que se apresenta foi dividida em quatro partes, a primeira dedicada à questão das materialidades do códice manuscrito, a parte seguinte à

liturgia, a terceira ao Mosteiro de Alcobaça e ao seu entorno, e a última abre-se à realidade cisterciense noutros reinos ibéricos. A começar, com merecido destaque, o texto do Professor Aires Augusto Nascimento, que nas últimas quatro décadas se dedicou a estudar, sob diversas perspectivas, os códices do Mosteiro de Alcobaça e que deles tem um conhecimento único. O seu contributo versa sobre a relação da comunidade alcobacense com o livro ao longo dos séculos, desde os primórdios do *scriptorium*, nos finais do século XII, até à sua extinção. Centra-se em categorias de análise codicológica, não se esgotando na observação e descrição dos códices, e apresenta uma perspectiva integrada de leitura, onde recupera para a contemporaneidade o processo de construção do livro e o funcionamento do *scriptorium* como unidade funcional que dialoga de forma estreita com a biblioteca. A experiência do livro, para a comunidade alcobacense, é um modo de cultura e um meio privilegiado da sua transmissão, que nos revela as relações que Alcobaça tece quer com a casa mãe, Claraval, quer com o contexto envolvente.

Segue-se, então, a primeira parte, sobre os aspetos materiais do livro, que tem início com um artigo a três mãos – Catarina Miguel, Maria Luísa Carvalho e Cristina Barrocas-Dias –, dedicado às singularidades das hagiografias alcobacenses. As suas autoras, após a caracterização da paleta molecular num *corpus* de manuscritos de cariz hagiográfico, com origem em Claraval e em Alcobaça, fazem uma reflexão sobre o uso das cores nos dois *scriptoria*. Apresentados alguns dos resultados decorrentes do estudo sistemático e comparativo dos materiais e das técnicas de produção dos manuscritos referidos, as autoras acreditam ter sido possível evidenciar algumas especificidades materiais que caracterizam o modo de fazer do *scriptorium* alcobacense nos finais do século XII.

O contributo seguinte resultou da síntese das participações de Conceição Casanova em dois ciclos de conferências, 2017 e 2018, e centra-se na apresentação de novas abordagens para o estudo e a conservação da encadernação, aplicadas aos códices do Mosteiro de Alcobaça. Elemento principal de proteção de um manuscrito, é rara a encadernação que não exiba marcas de intervenção ou de restauro, havendo até alguns

casos em que se procedeu à sua substituição, com o objetivo de se recuperar a funcionalidade do códice. Estes processos implicaram o uso de técnicas invasivas que modificaram a estrutura da obra e que levaram à perda irremediável de informação histórica sobre as encadernações e sobre o percurso do próprio manuscrito. Apesar disso, as intervenções deixaram marcas que, ao serem estudadas sob uma perspetiva biográfica e arqueológica, permitem traçar a trajetória do códice e caracterizar diferentes *modus operandi*, ao longo dos séculos. Conceição Casanova aplica este exercício, a partir de uma análise sistemática aos vestígios materiais – observando aspetos como costuras e formas de empastes de nervos, produção de tranchefila e materiais e técnicas de cobertura –, a três códices da livraria do Mosteiro. É deste modo que define uma forma característica de executar as encadernações na comunidade alcobacense e em comparação com um tipo de produção característica de outros locais da Europa, em contexto medieval.

A terminar a primeira parte, o texto de Teresa Lança explica, passo a passo, o processo desenvolvido numa intervenção de conservação a um códice iluminado, um colectário do fundo de Alcobaça. Esta ação de conservação decorreu no âmbito do projeto de digitalização de todos os manuscritos da coleção de códices alcobacenses existentes na Biblioteca Nacional de Portugal: o estado de conservação do referido manuscrito não permitia a sua digitalização, pois, para além dos fólios terem sofrido uma deformação, estavam muito frágeis na margem de pé. É desta intervenção de conservação e do processo envolvido – da estabilização física do suporte em pergaminho, para que pudesse ser digitalizado e para se obterem imagens de qualidade que permitissem a sua leitura sem recorrer ao original – que este artigo nos fala.

Com este colectário, mais exatamente com um artigo da nossa autoria sobre códices de uso litúrgico de Santa Maria de Alcobaça, entramos na segunda parte deste volume, dedicada à liturgia. O texto centra-se na análise de quatro colectários que tiveram origem no *scriptorium* do Mosteiro e foi nossa intenção refletir sobre o seu conteúdo, sobre a sua decoração iluminada e a articulação desta com o texto e, por fim, da-

tá-los e integrá-los no contexto de produção, de uso(s) e de circulação. A questão da datação é uma questão significativa e complexa, pois a necessidade de atualização litúrgica dos códices fomentou a introdução de adições ao conteúdo primitivo. O estudo dessas adições e de outras notas marginais contribui para aferir uma datação mais precisa de três destes códices litúrgicos e confirmar o longo tempo de uso dos mesmos pela comunidade. Os monges de Alcobaça tinham um especial cuidado com a atualização da liturgia, o que espelha o desejo de assimilação e de cumprimento das determinações de carácter litúrgico emanadas dos Capítulos Gerais da Ordem.

O texto seguinte, da autoria de Manuel Pedro Ferreira, é sobre uma reconstituição: as Vésperas do dia de São Bernardo. Neste, é-nos apresentado o processo e também as dificuldades envolvidas numa reconstituição litúrgica das primeiras Vésperas do dia de São Bernardo, realizada em 2016, no Mosteiro de São João de Tarouca, a partir de um conjunto de códices de uso litúrgico ligados aos Mosteiros de Alcobaça, Arouca e Lorvão. Como explica o seu autor, o facto das fórmulas melódicas simples serem diariamente usadas pelos monges e estes as memorizarem fez com estas estivessem ausentes dos antifonários; por outro lado, foi necessário encontrar soluções para a realização sonora das melodias, porque nos códices estas não têm indicações no que diz respeito à duração das notas.

Segue-se um texto sobre o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense, em Portugal, entre os séculos XIII e XVII, que pretende contribuir para um melhor conhecimento de como seriam celebrados os rituais ligados à morte entre nós. No que respeita às funções litúrgicas do Ofício de Defuntos, este encontra-se relacionado com a liturgia funerária, a qual engloba não só o ritual de morte e enterramento de um membro da comunidade, mas também a celebração diária para várias pessoas defuntas. A sua celebração diária e a sua generalização só tiveram lugar a partir de meados do século XIV, tornando-se obrigatório já após o Concílio de Trento. Para tal, Zuelma Chaves partiu do estudo e da análise de um conjunto de fontes portuguesas, inseridas em diferentes

tipologias de códices de uso litúrgico, associadas à tradição cisterciense.

Para terminar a segunda parte, um artigo a duas mãos, sobre um códice iluminado, um Ritual, com origem no *scriptorium* alcobacense, mas com um percurso que o levou até ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Este texto, para além de fazer uma síntese das informações conhecidas sobre o referido códice, pretende debater a sua representatividade na liturgia cisterciense através da análise dos seus contextos de circulação e de uso(s). Este artigo faz, de certo modo, uma ponte com a terceira parte deste livro, dedicada ao Mosteiro de Alcobaça e ao seu entorno. Nela se pretende equacionar o modo como esta comunidade monástica se entrosou com o seu tempo, com os poderes, com ventos de reforma e com outras casas monásticas, em particular as femininas.

Neste âmbito, Mário Farelo perspetiva a ligação alcobacense aos poderes instituídos, pela via da documentação pontifícia medieval, em linha com o incremento recente dos estudos sobre as práticas da escrita e da conservação documental em meio cisterciense. Espelho da relação hierárquica estabelecida entre o Papado e a comunidade, a documentação apostólica que respeita ao Mosteiro de Alcobaça encontra-se em originais, em traslados autênticos e em cópias em vários fundos documentais pertencentes à Torre do Tombo e à Biblioteca Nacional de Portugal. Tais diplomas fornecem ao investigador pistas importantes para a compreensão e contextualização da história medieval da comunidade, em particular entre a segunda metade do século XII e os finais da centúria seguinte. O seu elenco para o período medievo, que aqui se tenta pela primeira vez, suscita, sobretudo, interrogações, nomeadamente sobre o carácter de cesura que os meados do século XIII parecem constituir no processo de aquisição/conservação de bulas por parte da comunidade alcobacense.

O artigo seguinte, a duas mãos, é sobre o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade Estêvão de Aguiar (1431-1446). O texto observa o percurso desta figura entre Itália e Portugal, nomeadamente a sua relação com D. Gomes Eanes, o célebre abade de Florença, e os motivos que levaram

à sua nomeação régia para abade, factos intrinsecamente relacionados com a dinastia de Avis, que à época apoiava convictamente a introdução no reino de Portugal de medidas reformistas ao nível religioso. Deve-se a Estêvão de Aguiar a introdução, no Mosteiro de Alcobaça, de um conjunto de mudanças e de novas práticas, nomeadamente ao nível da gestão e organização económica da comunidade monástica, bem como no campo da liturgia e em relação à sua biblioteca. O texto termina com uma reflexão sobre o *scriptorium* do Mosteiro durante o seu abaciado, em torno dos textos que se copiaram e dos que se traduziram para português, e sobre a ligação entre o cenóbio e a corte, em particular a biblioteca régia.

A relação do Mosteiro de Alcobaça com a comunidade cisterciense feminina de Santa Maria de Cós é o tema central do texto de Luís Miguel Rêpas. Neste artigo são abordadas as estreitas ligações entre os Mosteiros de Alcobaça e Cós: este último, até ao século XVI, não possuía recursos próprios e manteve-se na dependência direta e institucional do abade de Alcobaça, de quem recebia tudo quanto precisava para o seu funcionamento, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado, o que tornou esta comunidade única entre as cistercienses. Tal especificidade reflectiu-se a vários níveis, desde a organização institucional ao quotidiano conventual, bem como no apoio litúrgico.

E entramos assim na quarta e última parte, dedicada aos cistercienses de outros reinos ibéricos e composta por dois textos de especialistas espanhóis. No primeiro, Eduardo Carrero Santamaría parte dos *Ecclesiastica Officia* e da normativa cisterciense para analisar um conjunto de livros litúrgico-musicais que evidenciam modos de celebrar e praticar a liturgia de um modo particular, afastando-se da normativa. Estes códices, com variações litúrgicas próprias, estabelecem relações com os diferentes espaços arquitetónicos, específicos de cada mosteiro, e com o mobiliário litúrgico, como retábulos e pinturas, ou ainda com a presença de sepulcros reais, cujo culto introduzia alterações à prática litúrgica.

Por fim, Herbert González Zymła constrói uma narrativa a partir do estudo das fontes da biblioteca do Mosteiro de Pedra, entre os finais do século XII e o século XIX. Este mosteiro foi um centro produtor de livros, com um *scriptorium* ativo, que produziu alguns dos livros que hoje se conservam na Biblioteca Nacional de Espanha e no Arquivo Histórico Nacional, entre outras instituições e coleções privadas. Este investigador analisa os espaços arquitetónicos do mosteiro ligados ao conhecimento e, a partir da documentação, dá a conhecer alguns dos nomes dos seus monges escribas.

Julgo que este conjunto de textos representa um importante contributo para a renovação dos estudos sobre a Ordem de Cister na Península Ibérica, oferecendo-se, assim, a um público mais alargado, um panorama atual sobre as investigações mais recentes que se têm vindo a realizar a partir desta extraordinária comunidade cisterciense, que nos legou uma das maiores bibliotecas da Europa que ainda hoje se conserva.

Agradecimentos

Em meu nome pessoal e em nome do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Projeto de Investigação Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo (ref^a PTDC/ART-HIS/29522/2017), do qual sou Investigadora Principal, agradeço, de forma penhorada, à Biblioteca Nacional de Portugal, nomeadamente à sua Diretora, Doutora Inês Cordeiro, todo o apoio concedido a alguns dos trabalhos de investigação que agora aqui se divulgam. Deixo ainda um agradecimento muito reconhecido à Diretora do Mosteiro de Alcobaça, Dr.^a Ana Pagará, por todo o apoio que deu nestes três ciclos de conferências e pela forma empenhada como colaborou com a equipa do projeto. O sucesso desta iniciativa deve-se, também, a esta feliz parceria institucional. Agradeço ainda ao meu colega e amigo, Doutor Luís Miguel Rêpas, pela ajuda na organização das fontes e da bibliografia que surge no final desta obra.

Quero, ainda, dirigir uma palavra de grande apreço e reconhecimento a todos os investigadores que aceitaram participar nos sucessivos ciclos de conferências e, agora, no livro, partilhando, de forma altruísta, os seus contributos científicos. A todos um grande bem-haja, em particular pelo rigor e pelo empenho com que cumpriram prazos e orientações. Agradeço, igualmente, a todos os investigadores do Projeto Horizontes cistercienses, cujos contributos não são visíveis, mas que também se cristalizaram aqui, de uma forma indireta, nos estudos apresentados.

Por fim, uma palavra de apreço a todos os que divulgaram as conferências ou a elas assistiram, tendo muitos dos quais participado ativamente no profícuo debate que elas proporcionaram, com particular relevo para todos os que estiveram connosco desde o primeiro ciclo de conferências, em 2017.

Aires A. Nascimento

Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Membro da Academia das Ciências de Lisboa (membro efectivo, n.º 17 da Classe de Letras) e membro da Academia Portuguesa da História (sócio de mérito).

Autor de uma extensa bibliografia. Sócio de outras Academias e Sociedades Científicas nacionais e estrangeiras.

O *scriptorium* de Alcobaça: a experiência do livro na instituição monástica

1. Voltar ao *scriptorium* alcobacense: em busca da sua identificação e significado

Ocupámo-nos várias vezes do tema do *scriptorium* alcobacense¹. Esse tema é recorrente, pelo menos desde que os monges de Alcobaça reagiram contra as acusações de ignorância que lhes eram assacadas por

¹ - Desde 1978 nos ocupámos do tema, a começar por "Notes codicologiques sur un manuscrit daté du monastère cistercien d'Alcobaca: le B.N.L. 6747". In COCKSHAW, Pierre; JODOGNE, P. (ed.) – *Miscellanea codicologica F. Masai dicata MCMLXXIX*. Vol. II, Bruxelas, 1979, pp. 491-496. Com maior detenção nos debruçámos nele, em "Le scriptorium d'Alcobaca: identité et corrélations". *Lusitania Sacra* 2ª série, 4 (1992), pp. 149-162. Sobre a instituição. "O *scriptorium* medieval, instituição matriz do livro medieval". In *A iluminura em Portugal: identidade e influências* – Catálogo de Exposição (26 de Abril a 30 de Junho '99). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, pp. 51-91.



Fig. 1

alguns seguidores das Luzes, no decurso do século XVIII².

Pretendiam os críticos inculpar os visados de incúria e ignorância, sem se reconhecerem no atraso em que deixavam a abertura de bibliotecas

2 - A reacção veio de vários lados, mas, por parte de Alcobaça, teve como efeito mais visível a publicação do *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, Lisboa, 1775, mandado preparar pelo abade Dom Manuel de Mendonça e entregue aos cuidados de dois monges, um dos quais era Manuel de Figueiredo, a quem se associou Francisco de Sá, com a colaboração do bibliotecário: a Francisco de Sá pertenceu a versão latina das descrições dos códices. Os inimigos tinham fraca compreensão do contributo dos monges para a cultura europeia e liam de forma inepta o passo de Gregório Magno relativo a S. Bento, patrono do monaquismo ocidental: se Gregório escreveu que Bento, ao abandonar o mundo, o fez *scienter nescius et sapienter indoctus*, importa entender que tal abandono era feito de forma consciente e por isso agia por amor e conhecimento do que procurava obter no mosteiro (Greg. *Dial.* II, prol.). Até o académico João Pedro Ribeiro se tornou molesto pelas suas observações e Fr. Fortunato de S. Boaventura dedicou-lhe um folheto de protesto, mas onde a retórica encobre o que era necessário reconhecer.

públicas³: parecia urgente afugentar traumas resultantes da perda de bibliotecas privadas por efeitos do terramoto de 1755, em que se tinham perdido importantes bibliotecas que alguns fidalgos eruditos guardavam no interior das suas mansões⁴.

Por este tempo, interessavam-se os políticos pelas bibliotecas das comunidades monásticas e por essa via suscitaram a questão do livro na instituição cisterciense e chegar às origens dela, mas não tiveram outras artes que não fosse a da afronta⁵.

3 - Não nos demoraremos aqui na biblioteca do rei D. Afonso V, tema que tratámos noutra ocasião: entregou ele o cuidado da sua biblioteca nas mãos de Gomes Eanes de Zurara e dele se conhece a dispensa de pagamento de empréstimo de um livro a um nobre. A viagem de Fr. Manuel do Cenáculo a Itália despertou nele sonhos que não se ficavam pelos do Iluminismo recente, pois podiam mergulhar na mensagem franciscana de serviço aos outros: Cesena, com a Malatestiana, era exemplo que devia ser seguido. Assinale-se que em 25 de Agosto de 1836, a rainha Dona Maria II, determina a criação de Bibliotecas Públicas nos Distritos Administrativos dos Reinos e alargando-as às Ilhas Adjacentes, com intenção de preservar Livrarias, Manuscritos e Pinturas bem como preciosidades literárias e científicas que haviam pertencido aos Conventos das extintas Ordens Religiosas, com a finalidade de “os empregar com proveito nacional” e “difundir a instrução e excitar o gosto pelas letras e belas artes”.

4 - Segundo *Relação do horrível e espantoso terremoto que padeceu o Reino de Portugal com especialidade a corte de Lisboa sua Metrópole em 1º de 9bro do anno de 1755 escrita por hum curiozo, para memoria das Idades Futuras*, em manuscrito de 1756, incluído na colectânea reunida por Fr. Matias da Conceição em 1756, 2º tomo, fol. 9v: “Assim mesmo acabarão as inextinguíveis livrarias dos conventos de S. Domingos e S. Fran[cis]co, do Duque de Lafoens, do Duque do Cadaval, do Conde de Vimieiro, as dos Desembargadores João Alvares da Costa, Alexandre Ferreira, Monsenhor Pegado, as dos Doutores Francisco Xavier da Silva e José Caldeira; as dos contratadores de livros, Mons. Reiscend, Mons. Faure, Miguel Rodrigues, Manuel Carvalho e outras muitas de menos nome; porque tão bem as livrarias estavam em moda, e sem este apêndice não se julgava bem ornada qualquer casa, ainda que fosse mediana! Junta com as mayores acabou a da casa da Ericeira, hoje Marqueses do Lourical!” A biblioteca do Conde da Ericeira, da varonia dos Teles de Meneses, possuía biblioteca de quinze mil volumes. Cf. SOUSA, António Caetano de – *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa, 1738; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

5 - Fr. José Agostinho de Macedo, em prólogo a SÃO BOAVENTURA, Fortunato de – *Historia chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaca, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaca Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos*. Lisboa: Impressão régia, 1827, faz eco dessas críticas mal-intencionadas e contra elas se volta. Em 1532, D. Edme / Edmundo de Saulieu, no final da visitaçao ao mosteiro de Alcobaca, insiste na prática da leitura a fazer pelos monges. Cf. SOALHEIRO, João – “*More cistercienses ordinis*: Acta da visitaçao de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca (1532)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 611-618 (n.º 9, 11 – leitura à refeição; 15 – colação no claustro; 31 – proibição de comodato de livros para fora do claustro): na leitura que fizemos do documento encontramos algumas lições que nos servem para rever a leitura anterior, mas registamos a sua publicação.

Relativamente a Alcobaça, continua a impressionar-nos a mole do seu monumento e o fruto dos seus trabalhos agrícolas. Mais que isso, importa sublinhar quantos os monges, que aí viveram, se empenharam menos em construir um edifício material que em erguer o edifício espiritual que eram eles próprios, os monges: como tal fizeram que o mosteiro fosse instituição do livro, não para formarem eruditos⁶, mas para construírem comunidade; mais que edificar monumento de pedra procuraram eles erguer um local de edificação de homens espirituais que rezavam, cantavam e choravam os seus pecados, como sabiam ser vocação dos monges⁷, mas viviam da leitura, começando pelo Saltério – que era o livro quotidiano que os acompanhava na oração sentida e meditavam pela vida fora, cultivando a vida espiritual que alargavam por outras leituras⁸.

2. O livro na instituição alcobacense

Importa exaltar as comunidades monásticas por terem sido centros de promoção do livro. Às vezes, tem faltado competência para perceber e avaliar

6 - Recorde-se aqui a acção do abade D. Estêvão Martins que em 1265 iniciou em Alcobaça o ensino para os monges do mosteiro, ensino esse que dava cumprimento a indicações do Capítulo Geral Cisterciense; cf. BRANDÃO, Mário – “A escola pública de Alcobaça. Um embuste da historiografia alcobacense”. Coimbra, 1960 (In *Estudos vários*. Vol. II. Coimbra, 1974).

7 - Leio em entrevista de *La Croix* a Anne Léon, religiosa que se dedica ao apostolado das prisões e autora de um livro sobre o poder das lágrimas, em *Le Cerf*, “Des Larmes”: “Os medievais diziam que as lágrimas lavavam os olhos e desempenhavam um papel purificador: sinto que de verdade as lágrimas lavam os olhos; quando temos a visa turvada pelas lágrimas, vemos as coisas que não víamos de olhos enxutos: é um antídoto à transparência”. Em S. Jerónimo, em polémica com João de Jerusalém, lemos que o monge não entra no mosteiro para ensinar, mas para chorar os pecados.

8 - RICHÉ, Pierre – “Le Psautier, livre de lecture élémentaire d’après les vies des saints mérovingiens”. In *Études mérovingiennes – Actes des Journées de Poitiers*, 1952. Paris: Picard, 1953; *Idem* – *Éducation et culture dans l’Occident barbare (VI.^e-VIII.^e siècle)*. Paris, 1962; *Idem* – *Les écoles et l’enseignement dans l’Occident chrétien de la fin du V.^e siècle au milieu du XI.^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1972; *Idem* – *Enseignement au Moyen Âge*. Paris: CNRS, 2016. Em S. Vicente de Lisboa, havia saltérios que circulavam nas mãos de gente a quem eram emprestados: cf. NASCIMENTO, Aires A. – “Livros e claustro em Portugal no séc. XIII: o inventário de S. Vicente de Lisboa”. *Didaskalia* 15 (1985), pp. 229-242, mas com revisões posteriores.

a experiência mantida pelos monges, nesse domínio, ao longo de séculos: de facto, o livro tem séculos de vida acumulada quando entra na cultura europeia⁹. Poder-se-ia perguntar pelas razões que aguentavam os monges atrás dos muros sem romper com eles; isso equivaleria a promover a estima em que deveríamos envolvê-los; é que havia uma razão fundamental: o afecto pelos livros, por parte dos monges; o seu modo de vida dava origem à estima pelos livros de que se serviam¹⁰.

Ora iam meditando por eles e iam aprendendo neles; ora a eles voltavam, por entenderem que eles eram instrumentos fundamentais de identidade da vida que seguiam; mesmo sem fazerem comércio do livro, os monges passavam para os outros, no exterior, o que iam acumulando no claustro.

Para nos limitarmos aos cistercienses, havemos de reconhecer que eles foram, desde a fundação, uma reforma de sucesso; neste domínio, duas coisas admiramos nesses monges: o interesse pelos livros e o empenho em promoverem a sua elaboração por dedicação própria.

As suas bibliotecas não resultavam da acumulação de livros vindos de proveniências estranhas: trazidos, no início, eventualmente, por alguns monges de fora, não se contentavam os cistercienses com entradas avulsas nem se limitavam a adquiri-los junto de outras comunidades monásticas, mas procuravam responsabilizar-se por eles, elaborando-os no seu próprio meio: faziam-no em aprendizagem lenta e acompanhada, sob a vigilância do *princeps scriptorii*, escolhido pelo abade; dedicavam-se à leitura sob orientação de monge designado para tal; entregavam-se ao ministério do mestre, na escola e no noviciado, porque nem todos entravam já instruídos: tinham no mestre de noviços o seu formador inicial e passavam para as mãos do cantor, que os adestrava para o coro, os modulava na leitura e sobretudo os estimulava para o conhecimento dos textos como fonte de vida espiritual.

9 - Será bom lembrá-lo: fazemo-lo em linguagem renovada e perspectivas renovadas, com GILMONT, Jean-François – *Le livre, du manuscrit à l'ère électronique: notes de bibliologie*. Liège: Éd. CLPCF, 1989; CHARTIER, Rogier; CAVALLLO, Guglielmo (ed.) – *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 2001; BLASSELLE, Bruno – *Histoire du livre*. Paris: Gallimard, 2008.

10 - PACAUT, Marcel – *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Cîteaux*. Paris: Fayard, 1993.

Guardados os livros com estima, a leitura servia, no mínimo, para ocupar tempos previstos na Regra (que não eram de ócio, como poderia imaginar-se, mas de empenho salutar) e contribuía sobretudo para formar espíritos com vida própria – porque a cultura começa pelo espírito e este forma-se pela escolha das melhores leituras recebidas da tradição e acolhida até criar experiência própria¹¹.

Em consequência disso, desde cedo, as comunidades monásticas se preocuparam com o livro: não apenas por adquiri-lo, pois era pouco possui-lo e guardá-lo; interesse fundamental era torná-lo instrumento de leitura e de edificação espiritual.

Complementarmente, desenvolveram o processo de elaboração e para isso adquiriram capacidades de execução técnica e familiarizaram-se com elas: efectivamente, não basta cultivar o desejo de registar por escrito um texto, se não se buscar aprender o que é próprio da escrita, pois, se não se procura entender o registo escrito, perde-se o sentido do livro.

Há, de facto, um processo a ter em conta: fazer um livro implica competências que vão da preparação do pergaminho à planificação do texto e sua integração como projecto¹²: melhor se entende o livro e se estima, quando se assume responsabilização pela sua execução técnica; não basta traçar escrita em caligrafia aprimorada para compor um livro: torna-se necessário prevê-lo em tarefas sucessivas¹³ até torná-lo funcional e

11 - Vale a pena voltar a Rafael Bluteau, *Vocabulário...*, s.u. “Livro”: A lição dos bons livros he hum banquete, em que o sabio não ha de comer a fartar; mas ha de escolher o melhor, & digerillo bem; porque nem sempre os que mais lem, mais sabem. [...] Não ha no mundo movel mais necessario, nem mais nobre, que livros. Elles são mestres mudos, feis conselheiros, & mortos viventes.”

12 - Ao longo de anos insistimos nesta categoria codicológica: ao responsável pelo *scriptorium* competia manter o sentido de unidade do livro e da harmonia, mesmo que fossem vários os intervenientes, de tal modo que o programa mantivesse coerência de conjunto.

13 - Em finais do século XII, Fernando Eanes entrega a sua quinta de Cós, compreendendo os seus animais (cavalos, vacas, ovelhas, porcas e bois), com a condição de que o rendimento seja aplicado na constituição de livros; em caso de maior necessidade, o produto da venda poderia ser aplicado na assistência a doentes no hospital: ANTT, CR, Alc., maço 22, n.º 24 (270).

atraente, ou seja, adequado para proporcionar gosto por leitura fruidora, em suporte otimizado¹⁴.

*

Pela nossa parte, havemos de responder a esse esforço por análise aprofundada: que não se limite a descrever, mas procure interpretar as marcas encontradas, a fim de entendê-las até as perceber no processo da funcionalidade do livro.

Em análise codicológica, o manuscrito não pode ser apenas objecto de observação e simples descrição (às vezes, perfunctória), mas tem de ser visto em perspectiva integrada da leitura e em reconhecimento da sua aceitação como modo de cultura.

Hoje, analisar o livro, que nos chegou de tempos passados sem registo das memórias que lhe correspondessem, implica perceber as marcas deixadas na sua elaboração e entender as competências ou capacidades que lhe deram origem: recuperar o processo do livro é descobrir a solidariedade criada nas unidades materiais, passar a entender os traços de escrita, atender, entretanto, ao modo de lançamento dos textos como escolha motivada; depois, dever-se-á procurar saber como se fez uso do códice através da leitura dos textos, indagando, se possível, as marcas de leitura – porque esta é processo inteligente que se reflecte na preparação de materiais de escrita e na marcação da sua estrutura textual, começando pela distribuição de espaços no fólio e por preenchimento de linhas de escrita e abertura de parágrafos.

14 - A atitude racionalizadora de Bernardo de Claraval tem sido celebrada em análise arquitectónica para entender a harmonia do monumento monástico cisterciense e integrar as diferenças entre execuções semelhantes – do mesmo ao mesmo, sem que o diverso seja negação da base (Fontenay é diferente e semelhante a Sénanque, pois este não é réplica daquele); Cf. DUBY, George – *Saint Bernard: l'art cistercien*. Paris: Arts et métiers graphiques, 1976.

3. Viver pelo livro; não para o livro: o livro em Alcobaça – um mundo a descobrir, cheio de interrogações para quem tenta percebê-lo

Interessa-nos perceber como Alcobaça viveu a construção do livro e como se familiarizou com a técnica de o produzir, construindo processos de leitura e mantendo vivo o interesse por ele.

De facto, Alcobaça não se limitava a imitar o que via noutros: conhecia regulamentos que serviam para fomentar a unanimidade cisterciense: respondia sobretudo à vocação de gerar homens espirituais, integrando tempos e modos de vida, dispondo para isso os horários repartidos ao longo do dia, combinando momentos de descanso com trabalho manual, vida activa com vida contemplativa.

Precisava de livros a instituição monástica: com eles por perto, os monges povoavam os claustros e, silenciosamente, abriam os fólhos desses livros, na procura de lições que lhes davam o sustento espiritual: a isso deve tender a análise do livro cisterciense!

Do amor aos livros nasce a técnica do livro, em processo assumido, capaz de gerar aptidões e de cultivar a leitura: não basta ser consumidor do livro, pois depressa se perderia o interesse pelo suporte de leitura, se não se entendesse o conteúdo do livro – para isso servia o monitor ou acompanhante da leitura. Ou seja, há duas valências a ter em conta: a biblioteca postula o *scriptorium* e este justifica-se ao gerar o mundo e o modo do livro!

Teve Alcobaça essas duas valências? Digamo-lo assertivamente: associou-as de tal modo que equilibrou a primeira com a segunda. Tais questões não são evidentes, porque são resultado de análise: esta implica formação.

Impõe-se proceder ao exame dos códices alcobacenses, pois não valem respostas genéricas ou preconcebidas.

Temos hoje alguma má-consciência do processo do livro¹⁵, pois a nossa cultura de consumidora passou à virtualidade desinformada (usando a informática, mas sem aperceber de que “forma” está na base de “in-formática” e por isso implica uma configuração assumida...). A cultura codicológica, que marcou a segunda metade do século XX, tende a obnubilar-se, não obstante alguns epígonos que porfiam em entender a história do livro e apreciar o seu processo – foi nos séculos que precederam a imprensa que a cultura europeia ganhou consciência da estrutura do livro...

*

Sobre Alcobaça e o seu mundo primitivo do livro, pairaram opiniões desencontradas: por repetidas, não ganharam razões; é necessária análise devidamente fundamentada – que só o poderá ser se for metódica e estruturada: havemos de partir de dados certos e recuperar dados que a solidariedade material permite consolidar se a ela se atender.

Temos certamente de ultrapassar opiniões que já caducaram: o juízo que delas façamos não representa menoscabo para a memória de ninguém, muito menos para a opinião de Dom Maur Cocheril, último cisterciense que esteve no mosteiro de Alcobaça, onde o conhecemos, em 1978; permitimo-nos contrapor-lhe o juízo que elaborámos a partir de conhecimentos que fomos apurando.

Segundo ele, Alcobaça teria recebido os seus livros de Claraval; concluiu-se apressadamente que por isso não precisava de os elaborar no interior do seu claustro¹⁶. Não desenvolveu o tema esse monge que

15 - ECO, Umberto e CARRIÈRE, Jean-Claude – *Não contem com o Fim dos Livros. Conversas conduzidas por Jean-Philippe de Tonnac*. Lisboa: Gradiva, 2017.

16 - Não era mais que generalização de um juízo tradicional sem análise firmada pelo autor para significar a ligação de Alcobaça à Casa-mãe; sem preparação codicológica apurada, D. Maur Cocheril não pôde comprovar o que só depois se tornou evidente nos traços materiais que demos a público mais tarde; quando admitiu que tinha encontrado exemplares alcobacenses em abadias francesas, de novo generalizava, sem apontar quais eram os exemplares encontrados e a que data eles se reportavam: cf. COCHERIL, Dom Maur – *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Belles Lettres. Paris: Bertrand, Lisbonne, 1966.

aprendera a amar Alcobaça, por caminhos inesperados¹⁷, mas suscitou interrogações e provocou ilações que ficaram na repetição do que ao tempo não podia ser mais aprofundado. Sentimo-nos hoje na obrigação de, com todo o respeito e em homenagem a ele, lhe responder de forma categórica e lhe dedicar o que ele não adregara conseguir.

Podemos efectivamente confirmar que Alcobaça recebeu livros de Claraval. No entanto, isso não parece ter acontecido em condições de transferência; temos dados que nos levam a provar o contrário. Justamente porque assumia os livros como resultados do seu próprio trabalho, a história do livro em Alcobaça interessa-nos como realidade de processo de cultura.

Voltemos a um caso concreto que já nos ocupou por outras vezes. O *Lectionnarium de sanctis* viajou de Claraval a Alcobaça: o primitivo exemplar, que estava disponível na abadia-mãe (Claraval), após ter sido substituído por uma nova versão, veio a Alcobaça; aí foi copiado e reajustado às necessidades locais¹⁸.

17 - Estivemos com ele em 1978 e contou-nos, sem pruridos nem rodeios, como tinha chegado a Lisboa, em tempos de guerra: antigo pintor de construção civil e alistado no movimento de resistência francesa, depois de atravessar Espanha, incógnito e chegara a Lisboa; devido a contactos secretos da resistência (que não conhecia), foi acolhido por uma prostituta que o escondeu num sótão; no dia seguinte, conseguiu viagem em barco inglês ancorado no Tejo e rumou a terras britânicas, onde fez parte da resistência organizada. Haveria de voltar posteriormente a Portugal para se inteirar da história da ordem cisterciense; envergava já o hábito branco dos cistercienses e vinha por motivos de investigação de manuscritos musicais que fazia parte dos seus novos estudos; interessou-se depois pela história das abadias cistercienses portuguesas, a partir de 1953, e teve na família Vieira da Natividade, em Alcobaça, um acolhimento que não mais esqueceria e a que vinha com alegria e prazer. Em 1972, pronunciou ele uma conferência no refeitório do mosteiro de Alcobaça: COCHERIL, Maur – O Mosteiro de Alcobaça visto por um monge de Cister. Alcobaça: Edições Textiverso, 2016 (texto traduzido por Eng. José Manuel Natividade Sanches Coelho e edição de Ana Maria G. Natividade Coelho).

18 - Estudo que nos apressámos a secundar, depois de amável oferta do autor, DOLBEAU, François – “Le Légendier d’Alcobaça. Histoire et analyse”. *Analecta Bollandiana*, 102 (1984), pp. 263-296. De ter em conta do mesmo autor, *Notes sur l’organisation interne des légendiers latins*, in *Hagiographie, cultures et sociétés. IVe-XIIe siècles*, Paris, 1981, pp. 11-31; PHILIPPART, Guy – *Les légendiers latins et autres manuscrits hagiographiques*. Turnhout: Brepols, 1977, pp. 112-121; GAIFFIER, Baudouin de – “À propos des légendiers latins”. *Analecta Bollandiana*, 97 (1979), pp. 57-68; para confronto, cf. Ó RIAIN, Diarmuid – “The *Magnum Legendarium Austriacum*: a new investigation of one of medieval Europe’s richest hagiographic collections”. *Analecta Bollandiana*, 133 (2015), pp. 87-165.

Tomemos um dos códices que o compõem, o Alc. 418: a análise leva a reconhecer que o núcleo central reproduz um arquétipo vindo de Claraval, mas ele apenas foi replicado no que em Alcobaça se considerou conveniente. De facto, a cópia foi adaptada às existências da biblioteca do mosteiro português: algumas peças foram suprimidas porque já constavam de outro elenco: assim eram as peças que constavam na compilação de Valério de Bierzo, nos casos das *vitae* de *S. Nicolau* e de *S. Mauro*: foram elas remetidas para as lições das mesmas que constavam da *Compilatio Valeriana* existente na biblioteca do mosteiro (Alc. 454)¹⁹; outras peças foram introduzidas para exigência do culto: a prova mais evidente está à vista no caso do caderno com a narrativa da chegada das relíquias de *S. Vicente* a Lisboa, na versão do chantre Estêvão, da catedral de Lisboa (em suporte que remete para a própria origem).

Havemos de concluir daí que a cópia não era exercício mecânico, mas motivado e advertido por quem presidia à cópia, ou seja pelo responsável do *scriptorium*. Ora, isso passava-se em inícios do século XIII, data em que o *Magnum Legendarium* foi emprestado a abadias filiais de Claraval²⁰.

Entendamo-nos: não obstante a fidelidade à “unanimidade” de base (há que entender que “unanimidade” vale por “unidade” e não significa “unicidade”), Alcobaça considerou-se livre de introduzir alterações e de fazer inserções de novos textos no elenco; se o fez é porque tinha não só liberdade para o fazer, mas porque dispunha também de competências librárias que lhe consentiam levar por diante as alterações num programa ciente das disponibilidades próprias e da economia de meios, para não sobrepor o que se tornaria supérfluo. Não o dizemos por simples suspeita; a marca alcobacense persiste na mate-

19 - Algumas vezes voltámos à análise; cf. NASCIMENTO, Aires A. - *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto (testemunhos mediolatinos)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011.

20 - Pela nossa parte, demorámo-nos em aspectos que nos diziam respeito em NASCIMENTO, Aires A. - *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto (testemunhos mediolatinos)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011.

rialidade do suporte do Alc. 418: nele reconhecemos encadernação típica do Fundo Alcobacense – sendo clausura do códice, marca-o como elemento de origem.

Significa isso que, em princípios do século XIII, Alcobaça tinha competências que lhe permitiam comparar e compaginar a cópia de um manuscrito com um núcleo de livros que eram conhecidos, por tal forma que se podia permitir criar alternativas para o que lhe vinha de fora ou integrar materiais solicitados a outros, como era a abadia-mãe ou entidade de fora-parte, como era o cabido da catedral de Lisboa.

4. “*Ab uno disce omnes*”

Nesses inícios do século XIII, já havia um *scriptorium* com gente adestrada para elaborar livros. Atendamos ao cólofon do Alc. 410:

“Obsecro vos qui hunc [librum] legeritis ut Egidii peccatoris memineritis. Finito libro, sub era MCCLVII^a [1219] mense Martii. Egidius presbiter de Leirena scripsit hunc librum.”

Entenda-se: em 1219, um monge de Alcobaça (embora não o registre como tal o entendemos) chamado Gil de Leiria põe termo a uma *Summa Angelus*, uma espécie de concordância bíblica comentada devida a Garnier de Rochefort, que fora abade de Claraval e depois bispo de Langres; ora, em data em que ele ainda vivia, a sua obra é copiada em Alcobaça: quer isso dizer que o conhecimento do livro era comunicado com rapidez entre as casas cistercienses e Alcobaça

contava-se entre elas²¹.

Os casos reportados não são único e permitem-nos aperceber-nos de marcas técnicas próprias de um *scriptorium* que ousa variar. Mesmo que não tivéssemos outros, bastariam os casos invocados para abrimos horizontes e termos como provado que Alcobaça esteve em contactos com Claraval e dali recebeu códices, mas não os reteve; antes de fazê-lo, tomou as suas próprias responsabilidades para garantir uma cópia.

Tomemos um outro caso em que participei directamente. Um dia, um distinto investigador francês (infelizmente já fora do nosso convívio), por interposta pessoa (nada menos que M. C. Díaz y Díaz) fez-nos chegar um estudo sobre um manuscrito de Alcobaça, o *Comentário de Jerónimo aos Profetas Menores*. Na presunção de que se tratava de um códice originário de Claraval (ms Troyes 191, corrigido pelo Troyes 409), esse investigador, Yves-Marie Duval, apontava que o exemplar claravalense conservava a primitiva encadernação medieval; não resistimos a solicitar-lhe imediatamente mais informações sobre o sistema de encadernação desse manuscrito, pois estávamos pessoalmente empenhados em contrapor o sistema que havíamos determinado em Alcobaça e sabermos das coincidências materiais com os códices medievais de instituições congéneres. Para ajudarmos na reflexão e servirmos na contraprova, enviámos-lhe uma descrição codicográfica sucinta onde lhe descrevíamos o sistema do códice alcobacense, comprovando-lhe que o manuscrito de Alcobaça, o Alc. 338, mantinha um primitivo sistema que correspondia inteiramente ao modelo local.

21 - Garnier de Rochefort entra em Claraval; em 1180, é abade em Auberive, seis anos depois é chamado a Claraval onde desempenha funções de abade entre 1186 a 1193; nesta data é sagrado bispo de Langres, mas renuncia a essas funções e regressa a Claraval, onde vem a falecer, em 1225. Cfr. HOSTE, Anselme - *Dictionnaire de Spiritualité*, 6, p. 125 e ss. por HOSTE, Anselme - *Spiritualité cistercienne - Histoire et doctrine*. Paris : Beauchesne, 1998, pp. 179-183. O Alc. 410 apresenta no colofon um *Egidius presbiter de Leirena* a datar o seu trabalho de cópia de uma *Summa Angelus*, de Garnier de Rochefort, no ano de 1219 : a entrada deste instrumento bíblico no claustro de Alcobaça em data tão precoce certifica que os monges do mosteiro tinham hábitos de estudo que iam a par do que ocorria em outras comunidades cistercienses do tempo; trata-se de um glossário de termos bíblicos, tomado de *expositiones* patrísticas: é ainda em vida do autor que a sua *Summa* é copiada para Alcobaça, em tempos coevos do ms Troyes 392, que terá sido realizado em Paris, por volta de 1200-1220, e oferecido pelo autor à sua abadia, onde veio a falecer. Significa isso que Alcobaça seguia de perto o que se passava na casa-mãe e esta comunicava os seus livros às suas filiais, como forma de garantir formação que passavam por instrumentos comuns.

Yves-Marie Duval percebeu de imediato o logro em que caíra e apressou-se a responder-me que a encadernação do manuscrito francês de que se servira era tardia e assumiu de imediato as nossas conclusões, solicitando-nos que anexássemos ao seu trabalho um apêndice com a nossa descrição; anuímos, de boa vontade, e, da nossa parte, contrapúnhamos que ou o manuscrito de Claraval tinha vindo a Alcobaça e tinha regressado depois de copiado (o que nos parecia provável) ou a cópia tinha sido preparada em Claraval e o códice, por encadernar, tinha sido enviado para Alcobaça, para aqui ser acabado, pois está marcado por técnica local²²: apontávamos também que as escritas caligráficas não bastam para definir uma origem, sobretudo se limitadas a caso singular...

5. Horizontes do livro:

Alcobaça e suas relações com outras instituições

Este percurso era possível, mas não era previsível: qualquer abadia devia prover-se a si mesma; se outra lhe servia de modelo, não lhe servia de abastecimento. Problema a ter em conta, em qualquer situação, é interpretar a escolha feita: porque os livros, por eles, ganham

22 - DUVAL, Yves-Marie – “Un Nouveau témoin de la recension de Clairvaux de l’*In Prophetas Minores* de Jérôme: le Manuscrit 338 de Lisbonne (Alcobaça, XIV)”. *Euphrosyne* 13 (1985), pp. 51-77 ; *Idem*, “Un triple travail de copie effectué à Saint-Denis au IX.e siècle et sa diffusion à travers l’Europe carolingienne et médiévale (II) : à propos de quelques Commentaires sur les petits Prophètes de Saint Jérôme”. *Scriptorium* 38, (1984), pp. 181-210. Soubemos tardiamente do falecimento de Y.-M. Duval em 2007; só o conhecemos por correspondência e pelos seus estudos, mas dele guardamos grata memória. Sobre a vida e obra de Yves-Marie Duval, ver GAIN, B. – “L’œuvre scientifique d’Yves-Marie Duval (1934-2007)”. *Sacris Erudiri* 47 (2008), pp. 389-503. O manuscrito de Lisboa é considerado como cópia directa de ms Troyes, BM 191. Está em curso a revisão da obra de S. Jerónimo, pois a edição e a história do texto, incluindo a dos Profetas Menores: Y.-M. Duval deu excelente contributo para isso.

vida no lugar que os recebem com a leitura que deles é feita²³, casos há em que, se não é a abadia-mãe que decide enviar, é a abadia-filha que solicita; ora, nem sempre o livro fica no destino; mesmo tratando-se de uma obra menor de Jerónimo²⁴, há razões para supor que tal interesse terá nascido de uma comunidade sensível para a leitura que o texto poderia despertar; haveríamos, pelo menos, de o supor, pois a execução de um livro implica empenhamento concreto e capacidades de execução, factores que só podiam ser decididos localmente; o interesse pelo texto poderia ter nascido da ida do Abade de Alcobaça ao Capítulo Geral, onde algum outro abade se referira ao comentário e criara curiosidade suficiente para o abade alcobacense solicitar um empréstimo²⁵.

*

O desafio que nos é proposto para análise, ao tomarmos para estudo um Fundo como o de Alcobaça, é o de interpretarmos o conjunto dos códices que conservamos, identificando o processo de execução material e apurando as capacidades do *scriptorium* para atender ao género do texto de forma a dar-lhe qualidade de leitura.

Poucos são os códices marcados como originários de Alcobaça e não basta partir do postulado de que, quando não há informação em con-

23 - Como em seus dias lembrou DÍAZ Y DÍAZ, M. C. – “La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIIIe au XIe siècle”. *Cahiers de civilisation médiévale* XII (1969), p. 219, “Les livres constituent un élément conservateur, car ils synthétisent le poids du passé, sont la base des traditions ou en alimentent la continuation; mais ils sont aussi la cause d’innovations, véhicule d’idées nouvelles et motif de nouveaux contacts et problèmes. Plus encore, les livres semblent posséder une espèce de vie propre, étant donné qu’ils se meuvent en circuit privé, qu’ils n’acquiescent pas les valeurs et la transcendance d’autres types de biens, et qu’ils se déplacent avec facilité indifférents à toute situation adverse.”

24 - Em Cîteaux, havia um manuscrito com o elenco completo dos *Commentarii in duodecim prophetas*: Troyes, BM 126, que procedera de Murbach, na Alsácia (Alto Reno), abadia que é referida por Umberto Eco, *Nome da rosa*, onde aparece por motivos de *scriptorium* monástico, instituição marcante nos tempos altomedievais, depois da fundação por S. Pirminio, cuja personalidade chama a nossa atenção pelas conotações que alguns (como D. Pérez de Urbel) lhe dão, julgando-o originário de terras hispânicas e fugido aos islamitas.

25 - Não temos indicações concretas sobre as circunstâncias a que aludimos, mas as referências aos dois manuscritos de Claraval referidos por Yves-Marie Duval são indício do interesse havido pela obra em causa.

trário, um determinado manuscrito é originário da instituição em que se conservou: trata-se de um postulado que importar assumir até se apurarem dados de estudo fundamentados²⁶.

Recordemos o que é quase óbvio: nem todos os manuscritos eram assinados na origem; a razão é simples: o monge que se encarregava da cópia e aquele que era encarregado de coordenar e supervisionar o trabalho eram conhecidos na sua comunidade e não estava previsto que o trabalho de alguns tivesse motivos para sobressair sobre os demais, até porque o trabalho do monge era para a comunidade e as tarefas eram distribuídas com conhecimento do abade do mosteiro. Não será, pois, de admirar, que apenas alguns copistas ousassem criar um cólofon com a informação final da sua própria participação na execução de um código. Poucos são os casos em Alcobaça.

Aduzimos o caso da *Summa Angelus*, em que o cólofon é explícito de uma localização. É-o também quanto à referência ao responsável pela execução: são raros os colofões deixados nos códices; quando isso acontece, o copista raras vezes se dá a conhecer, pois usa fórmulas recorrentes. Assim, no Alc. 412: “*Obsecro vos qui me legeritis ut Iohannis peccatoris memineritis*”. Idêntico é o que aparece nos Alc. 414 e 429 (*Iohannis*), mas há variantes noutros códices: Alc. 333 (*Petrus Amatus*) e 415 (*Fernandus*); no entanto, o nome não é acompanhado de origem.

Porque os dados são ambíguos, mesmo quando as fórmulas coincidem, precisamos de elementos técnicos que tornem o lugar de origem minimamente fundado.

Efectivamente, Alcobaça recorreu a outros locais que lhe proporcionavam livros, mas raramente isso está documentado; nalguns casos a probabilidade tem de ser circunscrita.

Assim aconteceu certamente com a *Compilatio Valeriana*, que já referimos,

²⁶ - O postulado é hipótese de trabalho, mas há que confirmá-la: D'ALVERNY, Marie-Thérèse – *Catalogue des manuscrits en écriture latine portant des indications de date, de lieu ou de copiste*. Paris: CNRS, 1962.

e que reunia diversos textos do monge asturiano Valério de Bierzo (Alc. 454)²⁷. A existência desta colectânea deve ser tomada como caso de estudo: se uma abadia cisterciense acolhia esses textos, há que interpretar a espiritualidade cultivada em Alcobaça como convivendo bem com ela; possivelmente, alguém de entre os seus monges procedia de grupos que haviam tido acesso a textos de espiritualidade de raiz hispânica²⁸; nem isso é de estranhar quando sabemos que S. Cristóvão de Lafões passou de eremitas para a dependência da Ordem Cisterciense, o mais tarde em 1161²⁹.

Não somos capazes de determinar em que escala e em que condições é que isso se verificou, mas sabemos que o movimento ocorreu em várias direcções: Claraval emprestava livros, mas não os doava; Alcobaça não era excepção.

Um caso que merece atenção é o do Alc. 5, onde figuram os *Sermones* de Fr. Paio Abril, de Coimbra: havemos de admitir que a biblioteca de Alcobaça possuía um exemplar e foi-lhe requerida uma cópia pelo abade de S. João de Tarouca, Dom João: a cópia foi feita por “*Dominicus Petri ulixbonensis*”, monge de Alcobaça, em outubro de 1250³⁰; foi essa cópia que ficou no

27 - DÍAZ Y DÍAZ, M.C. – *Valerio del Bierzo, su persona, su obra*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2006.

28 - Sobre a antiga tradição monástica hispânica, cf. BISHKO, C.J. – “Pactual pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”. In *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. Oliveira Marques – I*. Lisboa: Estampa, 1982 (agora BISHKO, C.J. – *Spanish and Portuguese monastic History, 600-1300*, Londres, Variorum, 1984, cap. IV: os membros de observância monástica tradicional assumem um *pactum* e subordinam-se (voluntariamente) a uma *traditio* nas mãos de um abade que representa o grupo em confederação de comunidades monásticas; Tudeildo, da Vacariça, passa a abade de Leça, pelo ano de 1045. Sabemos hoje que a leitura das *Regulae* era prática das instituições monásticas tradicionais.

29 - MARQUES, Maria Alegria; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)*. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016; REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Monasticon (II): nos caminhos de Cister*. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112. Para as condições primitivas da entrega de Alcobaça aos cistercienses, importará não esquecer as reservas pertinentemente enunciadas por RIBEIRO, João Pedro – *Breves reflexões á História chronologica e critica da R. Abbadia de Alcobaça por Fr. Fortunato de S. Boaventura*: Lisboa: Academia das Ciências, 1829, por exemplo, a p. 9.

30 - Disso dá conta o cólofon. “*Explicit Summa composita a fratre Pelagio Paruo, ordinis predicatorum, et scripta ad preces Iohannis de Thaurauca per manus Dominici Petri Ulixbonensis Alcobacie monachi, mense octobris era M CC LXXX VIII*” (a.d. 1250). ”.

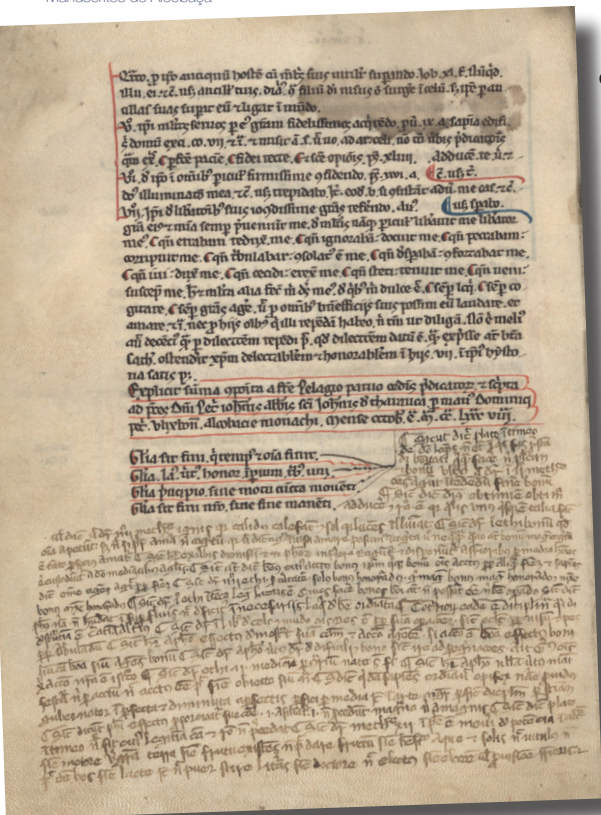


Fig.2: BNP, Alc. 5, folio 185v. Imagem gentilmente cedida pela BNP.

Em sentido inverso viajou um outro manuscrito pedido de empréstimo a outro *scriptorium* e entrado em Alcobaça. Em causa, a *Passio et Miracula Sancti Thomae Cantuariensis*, Alc. 143, a que prestámos

31 - O cólofon indica que o códice foi executado “a pedido” do abade de Tarouca; por sua parte, o monge de Alcobaça, Domingos Peres, de Lisboa recebeu e executou a encomenda. Alcobaça possuía sem dúvida um exemplar, que o abade de Tarouca conhecia; no final do processo, o códice em vez de ser encaminhado para Tarouca ficou em Alcobaça... A edição pode agora consultar-se em MARQUES, Bernardino Fernando da Costa - *Mundividência cristã no Sermonário de Frei Paio de Coimbra*: edição crítica da “Summa Sermonum de Festiuitatibus” Magistri Fratris Pelagii Parui Ordinis Praedicatorum, A. D. 1250, Cod. Alc. 5/CXXX - B.N. de Lisboa, Coimbra, [s.n.], 2010; entenda-se por “edição crítica” o que melhor seria dar como edição interpretativa, em terminologia consagrada, pois se baseia no único manuscrito existente; não entra na nossa análise o problema que levantamos aqui. De notar a existência de uma “Tabula rerum” que constitui um caderno independente e foi feito a partir das cotas laterais do códice. A hipótese que colocamos é provocada pela estranheza do registo do cólofon.

catálogo desse mosteiro: não é de excluir que tenha havido troca e que tenha sido o protótipo a ser enviado e se tenha extraviado (por razões desconhecidas); a hipótese de troca tem para nós motivo no facto de notarmos a entrada de um elenco de cotas no manuscrito conservado: eventualmente elas não existiriam no exemplar primitivo e por isso o responsável do *scriptorium* terá preferido ficar com a cópia que representava acréscimo significativo com o acréscimo do primeiro caderno³¹.

atenção noutro momento³².

Baste aqui dizer que, por razões que nos escapam, em finais do século XII ou princípios do seguinte, Alcobaça solicitou o códice a Lorrão, mosteiro ainda sob regime de observância masculina e mantendo obediência à tradição hispânica; por avatares da história, essa comunidade foi ostracizada e extinta, os seus monges foram dispersos ou deram entrada noutras instituições; não consta que algum dos seus monges se tivesse recolhido ao claustro dos monges brancos, mas sabemos hoje que houve códices de Lorrão que foram objecto de cópia em Alcobaça (caso do *Comentário ao Apocalipse de Beato de Liébana*, Alc. 247³³).

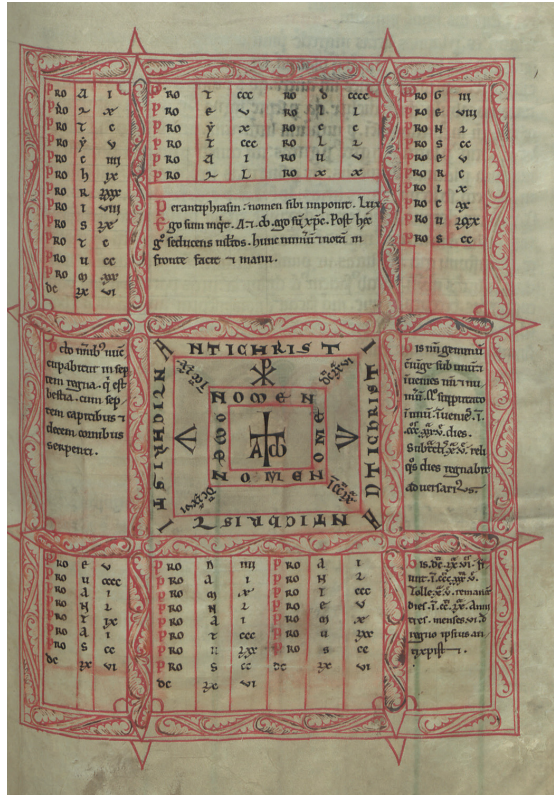


Fig.3: BNP, Alc. 247, fólio 144. Imagem gentilmente cedida pela BNP.

32 - A última vez que tomámos isso em consideração foi em NASCIMENTO, Aires A. – *Os antigos códices de Lorrão – balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Câmara Municipal, 2016, pp. 34-36. O colofon é bem explícito do local e data de realização: “Ad honorem dei et sancti Mametis Laurbanensis monasterii, rege domno Alfonso cum filio suo rege Sancio imperium obtinente, domino Martino episcopo Colimbrie sedi praesidente et abbate domno Ihoanne eidem Laurbanensi monasterio et monachis illic religiose degentibus ministrante perscriptus est liber iste et perfecte consummatus, in era M CC XXIII (a.d. 1185) Finito libro sit laus et gloria Christo. Qui in eum adiuvit sit a deo adiutus, Qui scriptura attulit libri istius in terra ista benedictus sit a deo uiuo et a sanctis suis et uiuat honoratus a multo tempore a regibus et principibus suis ab episcopis et omnibus clericis tam istius terre quam extranee. Benedicat nos deus, deus noster, benedicat nos deus. Amen.” No fólio 142v-146v: “Explicit epistola domini Cantuariensis archiepiscopi ad lacinthum romane ecclesie cardinalem qui erat in curia eius ad iusticiam.” Cf. PL 190, 507A-510D.

33 - Está por fazer um estudo exaustivo para saber qual a dependência da cópia alcobacense relativamente ao exemplar lorranense.

No caso concreto da referida *Passio*, o código permaneceu em Alcobaça, certamente porque, depois da dispersão dos monges de Lervão, os monges de Alcobaça se sentiram dispensados de devolver o manuscrito que lhes havia sido emprestado.

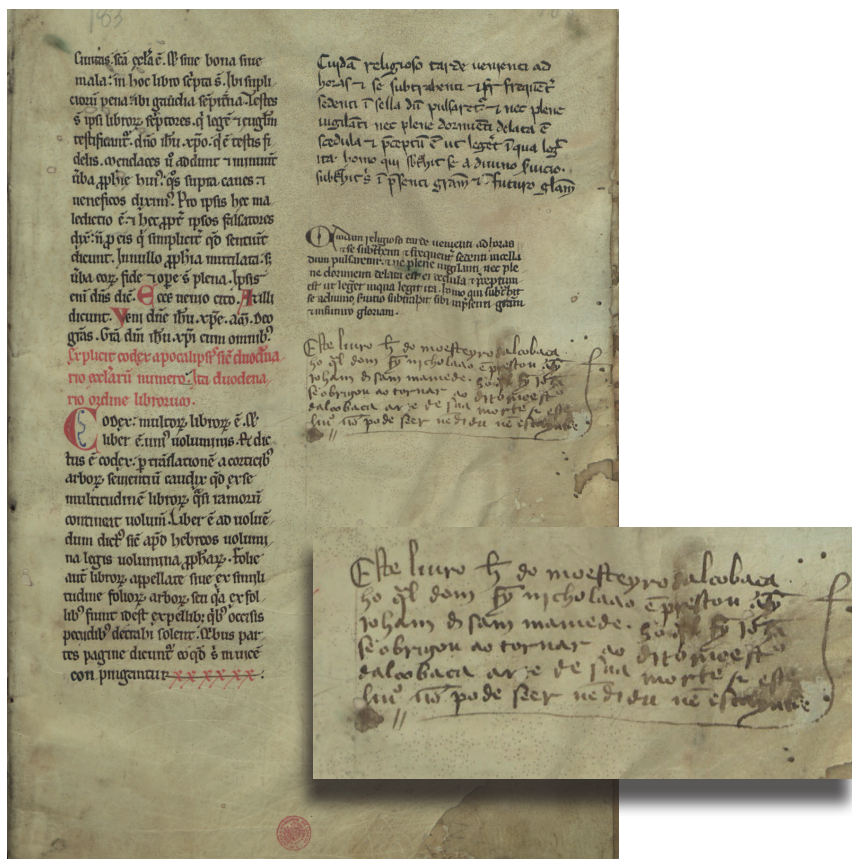


Fig. 4: BNP, Alc. 247, folio 183 e detalhe do cólofon. Imagens gentilmente cedida pela BNP.

Diferente foi o caso de Beato de Liébana: as diferenças relativamente ao código de Lervão (ANTT, Lervão 43) levam-nos a supor que o arquétipo foi trabalhado diferentemente por cada um dos mosteiros, ocupando-se Alcobaça a estabelecer esquema para o nome cifrado do Anticristo, 666, e para os 8 nomes dele.

Mais tarde, no século XV, em tempos de Fr. Nicolau Vieira, o códice de Alcobaça foi emprestado a Fr. João do Mosteiro de São Mamede (de Lervão); era já tempo de observância feminina, pelo que havemos de considerar que Fr. João prestava assistência às religiosas, mas obrigou-se a devolvê-lo a Alcobaça, antes da sua morte, tanto mais que lhe era lembrado que o “livro não pode ser vendido nem escambado” (trocado)³⁴.

*

Era um facto: cada mosteiro era cioso dos seus livros e cuidadoso em procurar outros. Infelizmente, conhecemos pouco dos empréstimos e intercâmbios fomentados entre mosteiros: só ocasionalmente nos vem à mão alguma informação concreta.

Houve certamente relações com o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, outra instituição monástica cuja história caminhou quase a par com Alcobaça: a *Vita Theotonii* deixa indicações claras sobre os sentimentos de apreço que havia entre o próprio Bernardo de Claraval, com seus monges cistercienses, e D. Teotónio de Coimbra, a tal ponto que o santo cisterciense lhe enviou o báculo de que se servia o santo crúzio para se apoiar quando as forças já declinavam e ele se afastara dos negócios de administração, que havia entregado a seu sobrinho, D. João Teotónio³⁵.

No entanto, não parece que um famigerado exemplar de antigas *Chronicae*, uma das quais era uma *Summa chronicarum* (de Eusébio e outros), de que temos notícia para Alcobaça tenha procedido daquele mosteiro; a Alcobaça o solicitou o flamengo João Vaseu, quando andou pelas nossas terras, no tempo de D. João III, a convite de André de Resende³⁶.

34 - Assim se lê em nota final no próprio manuscrito: “Este livro he do mosteiro d’Alcobaça, o qual dom frei Nicholaaõ emprestou a frei Joham de sam Mamede, o qual se obrigou d’o tornar ao dito mosteiro d’Alcobaça ante de sua morte; e este livro nom pode ser uendido nem escambado”.

35 - Cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo; Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica, tradução, introdução e notas de comentário. Lisboa: Edições Colibri, 1998; NASCIMENTO, Aires A. – “Teotónio, um santo de ontem para hoje: hagiografia e modalizações de identidade”, conferência na Biblioteca Orlando Ribeiro. Lisboa, 2013; *Idem, Vida de São Teotónio*. Lisboa: Colibri, 2013.

36 - NASCIMENTO, Aires A. – “Três notas alcobacenses: Um códice perdido; Um livro de milagres; Concordâncias bíblicas”. *Didaskalia* 12 (1982), pp. 185-194.

Havia também relações com a corte régia, neste domínio do livro. Estamos hoje cientes de que houve algum movimento entre a corte e a abadia cisterciense de Alcobaça. O caso mais sonante e mais marcado é o da tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia; cremos ter deixado claro que o tradutor do texto é muito provavelmente do próprio D. Duarte, ainda príncipe: o manuscrito que possuímos em Alcobaça foi copiado até ao caderno VI, por João Gonçalves, escrivão da puridade do rei D. Duarte; possivelmente depois de Alfarrobeira, por conviências do escrivão que se tornou menos benquisto do rei D. Afonso, o códice passou para Alcobaça, certamente pelas mãos de D. Estêvão de Aguiar, abade daquele mosteiro e esmoler-mor; a cópia do restante foi então entregue aos cuidados de Fr. Nicolau Vieira e de Fr. Bernardo³⁷.

Temos também conhecimento de que os príncipes recorriam por vezes a esta instituição cisterciense: assim o *Penitencial de Martin Pérez* (possivelmente o Alc. 213), foi pedido pelo Infante D. Fernando, em carta datada de Torres Vedras, de 10 de Junho de 1431, dirigida ao Prior do Mosteiro, prometendo devolver o códice, logo após ter mandado fazer o seu traslado³⁸. Mas o próprio D. Duarte se empenhou em zelar pela manutenção da biblioteca manuscrita, proibindo que os seus livros fossem emprestados, como lemos no texto de D. Edme de Saulieu, no final da visitação ao mosteiro³⁹.

37 - É explícito o cólofon do Alc. 451: "Aqueste liuuro mandou trasladar aa honra de Ihesu Christo ao muy indigno proue de uirtudes frey Bernardo monge do dito mo[nasterio] des os sete cadernos ataa que foy acabado. XV dias de Junho do ano de Mil. iiic. l'ivº (a.d. 1436). Anno. Laus tibi Christe, quoniam liber explicit iste. O abade [D. Estêvão de Aguiar] que me ho mandou fazer se finou no anno do Senhor 1445 em o mês de Fevereiro, idus februarii, em dia de septuagesima, o qual foy muyto passionado en su vida; jaz en ho convento de Enxobregas." Remetemos para o que escrevemos designadamente em NASCIMENTO, Aires A. - "A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável". *Euphrosyne* 29 (2001), pp. 125-142.

38 - Cf. MARTINS, Mário - "O Penitencial de Martin Pérez". *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 57-110; a carta fora referida por Fr. Fortunato de S. Boaventura, *História cronológica... de Alcobaça*, Lisboa, 1827, p. 36. Note-se, todavia, que D. Duarte possuía o *Livro de Martim Peres*, mas para seu irmão, que estava em Torres Vedras, era mais fácil pedi-lo a Alcobaça.

39 - Edição recente por SOALHEIRO, João - "More cistersiensis Ordinis...". pp. 611-618 (notámos algumas deficiências de transcrição que um leitor advertido facilmente ultrapassará se se der ao trabalho de consultar o registo primitivo).

6. O *scriptorium* de Alcobaça, instituição fonte da biblioteca

Havia movimento de livros em Alcobaça: tinham necessidade deles os seus monges; provavelmente alguns deles haviam chegado ao mosteiro já com sensibilidade para o livro ou até depositavam na sua biblioteca algum exemplar que lhes servia de leitura.

Os tempos primitivos do mosteiro terão sido mais preenchidos do que imagináramos para uma fundação de raiz. Os seus monges dedicaram-lhe tempos de leitura e espaços para o prepararem e, em alguns momentos, devem ter reflectido sobre a forma de empaginação que mais convinha à apresentação do texto e às suas formas de ornamentação; a seu tempo devem ter aprendido a marcar o livro, a saber distinguir as diferenças das partes do livro, a apreciar o valor das tábuas de índice e o valor das concordâncias de texto (ao menos da Bíblia). Manejaram instrumentos como a *Summa Angelus* (Alc. 410) ou a de Osberno de Gloucester, Alc. 151; *Summa Abel* de Pedro Cantor, Alc. 410, 245v; *Concordantie biblicae*, segundo a ordenação de Hugo de Saint Chair / Hugo a Sancto Caro, Alc. 439⁴⁰...

Devem os monges de Alcobaça ter aprendido a configurar um esquema de empaginação e algum copista mais atento entendeu o sentido da fisiologia da leitura para variar a distribuição da escrita (com módulo diferenciado na parte superior do fólio relativamente à parte inferior). Hoje apenas uma análise atenta e circunstanciada se aperceberá desse dado.

O cálculo da empaginação supunha mestria e os monges de Alcobaça praticavam-na com requinte que aos olhos do observador desprevenido passa

40 - No exemplar referido, anotámos em tempos a hipótese de ter havido mais que um responsável pela cópia desse manuscrito, já que numa primeira parte o registo do reclamo se faz em posição horizontal, no fundo do fólio, e na segunda metade o reclamo se apresenta em vertical, na linha dupla da empaginação: será caso único, mas será indício de manutenção de hábitos de tradição hispânica. Sobre a questão de regramento e seu aproveitamento na marcação do reclamo, remetemos para DEROLEZ, Albert – *Codicologie des manuscrits en écriture humanistique sur parchemin. Vol. I: Texte. Vol. II: Catalogue*. Turnhout: Brepols, 1984: a representação gráfica é expressiva da variação do registo do reclamo, embora falte a indicação da distribuição cronológica e geográfica.

despercebido, mas que importa examinar e reconhecer, para decifrar as linhas de desenho.

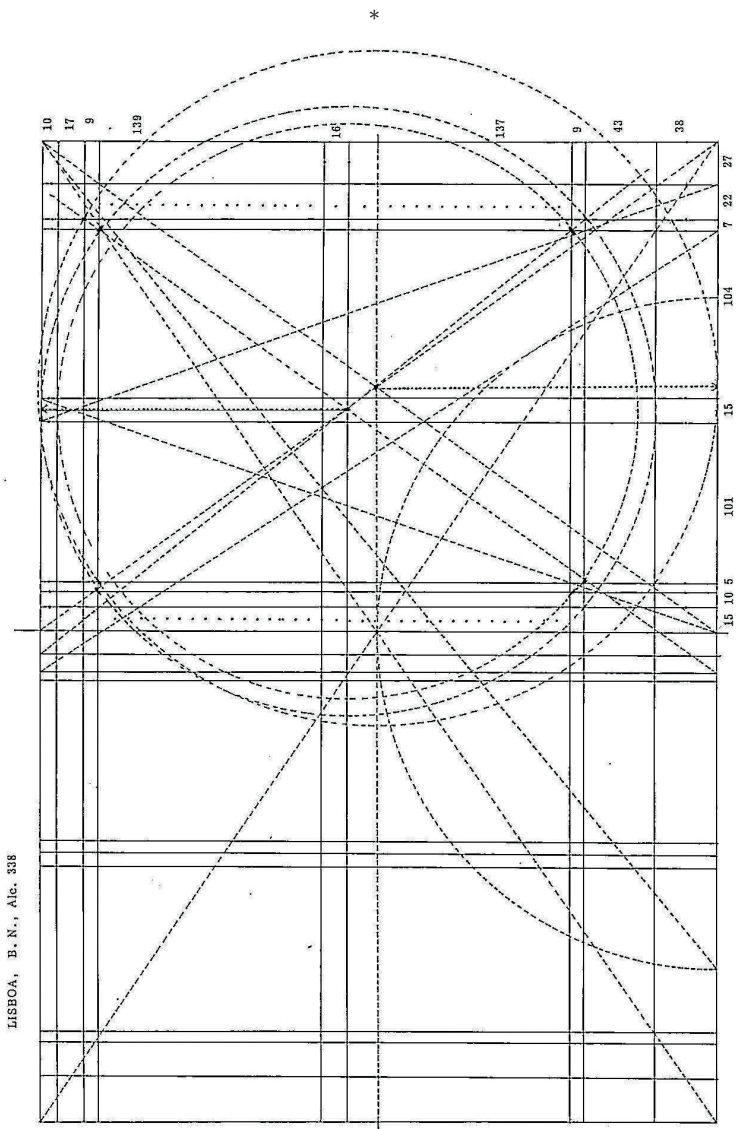


Fig.5: Desenho de armação de página relativo ao Alc. 338.

Tomemos um exemplo que estudámos, a seu tempo, como exemplo de um plano de página deveras complexo, no Alc. 338.

Atendamos ao desenho da armação de página⁴¹. Apresenta-nos um sistema complexo de linhas verticais e horizontais: 3V — 2V — 3V; 3H (2 + 1) — 2H — 3H (1 + 2).

Essa armação tem de ser tida tanto mais em conta quanto a sua imposição é solidária com a picotagem para o regramento, mas obedece a tempos diversos.

Efectivamente, podemos observar que o picotamento para as linhas directrizes de margem é feito a partir do 1º fólio para o 8º, enquanto o picotamento para as linhas de texto (regramento propriamente dito) é feito em sentido inverso, do 8.º fólio para o 1.º. Chama-nos tanto mais a atenção esta estrutura de armação lateral quanto ela integra espaços cujos valores numéricos parecem imediatamente criar relações entre si.

De facto, na margem de dorso, os três espaços definidos pelas linhas verticais sucedem-se numa ordem decrescente de 15mm, 10, 5; na margem de goteira, os valores que são de 7mm, 22, 27 podem ser associados através de somatórios em que entrem valores da margem de dorso ou aproximados do valor do intercolúnio (onde temos um intervalo de 15mm): 22 pode ser decomposto em 7 + 15 (este, equivalente ao primeiro espaço de margem de dorso ou também ao intercolúnio), 27 pode ser considerado como resultante da soma de 22 + 5 (sendo este último um dos valores da margem de dorso).

Os dados registados levam-nos a reconhecer que estamos perante uma sequência ordenada: não serve, por isso mesmo, uma simples

41 - NASCIMENTO, Aires A. – “A «mise en page», uma base operativa de reflexão codicológica: dados e problemas de Fundos medievais portugueses”, in *Actas del VIII Congreso Internacional de Paleografía e Codicología* (Madrid, 1987), Madrid, 1990, pp. 139-147; *Idem* – “Práticas codicológicas e sentido de enquadramento do livro manuscrito como produto cultural”, in *V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987) – Colóquio sobre o livro antigo - Lisboa, 23-25 de Maio de 1988 - Actas*, Lisboa, 1992, pp. 233-242.

leitura descritiva; teria contra si o facto de não conter uma explicação racional. Se repararmos em mais um dado, reconheceremos que há uma linha de separação a meio da altura do fólio: a empaginação oferece uma superfície de 306mm x 227mm: em análise, apercebemo-nos de que se trata de dois rectângulos de Pitágoras, que se combinam em associação; por outro lado, poderá parecer estranho que haja uma fracção mínima de espaço divisório que não é sobreponível nas duas metades que se sucedem no sentido da altura: como explicação, apenas encontramos razão no planeamento de um processo de distribuição da leitura e havemos de reconhecer que ele obedece a desenvolvimento fisiológico que não é simétrico porque acompanha o movimento do olhar e abrange menos espaço para a parte superior que para a parte inferior.

Enfim, há que reconhecer que era complexa a técnica do livro medieval: no *scriptorium* de Alcobaça havia consciência prática dessa complexidade. Disso nos dá conta o exemplo aduzido: foi casual a escolha, mas ela revelou-nos o que outras análises poderão revelar.

Desta maneira, estamos em condições de podermos afirmar que o processo do livro em Alcobaça nos marca como comunidade cultural: porque está no centro do livro português e porque dali irradia com a qualidade requerida para servir a leitura – processo diferenciado nas destinações e adequado às funções em que se integra.

Admitamos que precisaremos de apurar entre os códices os que têm origem em Alcobaça e os que foram recolhidos de outras bibliotecas; nem tudo ficou documentado e só a análise individual levará a conclusões, mas impõe-se-nos preocupar-nos com ela⁴². Há que

42 - É difícil seguir os inícios dessa experiência, pois nos faltam registos de primitivas entradas de livros; por alguns indícios, somos levados a admitir que, logo de início, terá havido entrega de livros por parte de monges que aderiram à reforma cisterciense: a materialidade de antigas tábuas de encadernação revela que alguns sistemas de articulação apenas se explicam por procederem de anteriores revestimentos; a tipologia dos sistemas de encadernação e o sentido de continuidade neles patentes supõem o aproveitamento precoce de uma técnica devidamente consolidada na tradição local e supõe também capacidade de ajustamento a modalidades importadas de fora.

identificar as fases do processo e percebê-las ao mesmo tempo que atendemos à sua história, às suas coordenadas e à sua significação.

Temos assim de problematizar o que poderia parecer um dado a usufruir: o *ktema eis aeí*, para nos servir da expressão de Tucídides, só pode ser assumido em final da análise; entender o processo como o códice se construiu faz parte da ciência codicológica. Tentámos fazê-lo da nossa parte, ao menos para obrigar também outros a olharem para o tema como questão que nos toca, enquanto processo do livro como questão cultural que permanece.

Está em causa perceber como se constituiu entre nós a técnica do livro. Mesmo que não tivéssemos dados que permitissem passar da hipótese à verificação demonstrada, bastar-nos-ia procurar como se preservou o sentido do livro e da sua circulação.

*

Não se trata apenas de identificar um ou outro elemento desse universo como mónada solitária e isolada do seu conjunto: importa chegar a entender o fomento do livro na comunidade cisterciense que se implantou em Alcobaça, e havemos de buscar modos de conhecer como essa mesma comunidade viveu das suas potencialidades ou como era alimentada pelas suas relações com outras entidades exteriores, num mundo que tinha no livro uma fonte de vida espiritual.

Do tema nos ocupámos por várias vezes, especialmente quando pudemos determinar razões para identificar inequivocamente a existência de algumas técnicas de trabalho não redutíveis a outras comunidades: foi determinante o trabalho que nos levou a relacionar dados e

identificar práticas relativas à encadernação medieval⁴³. Não nos ficámos por aí: há sempre algo mais a descobrir nas contingências concretas do manuscrito, percebido por entre os interstícios da materialidade que nos chegou até nós⁴⁴.

Gostaríamos de poder traçar uma cronologia do Fundo de Alcobaça. No entanto, porque não há elementos falantes de origem ou proveniência, de data de elaboração e de local, só por aproximação entre elementos conhecidos e menos conhecidos podemos chegar a traçar uma linha de continuidade. Há postulados que nos podem servir de orientação, mas ficamos dependentes de elementos falantes.

Tome-se por hipótese que um livro deve ser atribuído ao local em que se encontra, desde que não haja razões que contradigam tal hipótese. No entanto, o “ar de família” deve ser comprovado pela própria materialidade do livro: efectivamente, o copista poderia vir de fora, embora habitualmente pertencesse ao próprio mosteiro e se formasse no próprio *scriptorium*.

43 - NASCIMENTO, Aires A. – “Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do scriptorium de Alcobaça”. *Revista da Faculdade de Letras* (1983), pp. 136-157 (rep. Louvain-la-Neuve, 1984, Centre interuniversitaire de l'écriture, 11). *Idem* – *Encadernação portuguesa medieval. Alcobaça*, Lisboa, IN-CM, 1984; *Idem* – “Reliure médiévale du Fonds Alcobaça dans la Bibliothèque Nationale de Lisbonne”. *Calames et Cahiers - Mélanges L. Gilissen*, Bruxelles, 1985, pp. 107-117; *Idem* – “La reliure médiévale d'Alcobaça: une technique originale mal interprétée”. *Gazette du livre médiéval* 15 (1989), pp. 19-22; *Idem* – “La reliure médiévale: une forme de relation avec le livre. Fonctionnalité et sens des différences”. In *Actas de Convegno Internazionale “La Legatura dei Libri antichi tra conoscenza, valorizzazione e tutela”*. *Bolletino dell'istituto Centrale per la Patologia del Libro* 44-45, 1990-1991 [1994], pp. 263-294. *Idem* – “Le scriptorium d'Alcobaça: identité et corrélations”. *Lusitania Sacra* 2ª série, 4 (1992), pp.149-162.

44 - A primeira vez que ousámos entrar pelos caminhos de Alcobaça foi no ano de 1978, para participação em Congresso Internacional para a investigação e defesa do Património, *Actas, Alcobaça C.I.I.D. Património*, 1978, pp. 340: NASCIMENTO, Aires A. – “Índice ao Inventário dos Códices Alcobacenses – um Projecto em curso”, pp. 340-348; “A elaboração de um códice alcobacense: análise através do códice 6747 da BNL, Espelho dos cristãos novos, do cisterciense Francisco Machado”, loc. cit. pp. 349-357; nessa mesma data, tivemos oportunidade de apresentar uma descrição de um manuscrito alcobacense e publicar o texto de Fr. Manuel dos Santos referente ao seu mosteiro, tendo contado para isso com a colaboração preciosa do Eng. José Manuel Vieira da Natividade para a documentação fotográfica que acompanha a edição do texto: cf. SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Leitura, Introdução e Notas por Aires A. Nascimento. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979.

Tome-se sobretudo como dado fundamental a verificação dos traços de solidariedade (natural e técnica) criados no manuscrito para determinar se ele é resultado de aglutinação de elementos ou procede de um projecto unitário e examinem-se como independentes as unidades que apresentem um carácter autónomo, como é o caso de calendários, em livros litúrgicos, e de cadernos auxiliares de leitura, como os que recolhem cotas marginais (Alc. 5). Não basta pressupor elementos solidários sem lhes comprovar essa qualidade, pois estamos num mundo de singularidade.

7. Da observação codicográfica à problematização da leitura

Enfim, seria inútil a análise material do livro manuscrito se ela não servisse para entender a leitura como exercício cultural e não servisse também para percebermos os modos de racionalização do exercício proporcionado a quantos nos precederam, no *scriptorium* medieval.

O uso do tempo era o modo como os monges medievais se aproximavam da eternidade; não o malbaratavam nem dele se serviam descuidadamente: o tempo de *scriptorium* era tão importante como o dos trabalhos manuais e prolongava, à sua maneira, o tempo litúrgico e o tempo da leitura pois a ele se destinava o produto que dali saía.

Admiramos o cuidado posto na escrita, no traço de cada letra, no esmero com que era desenhada cada letrina: sabemos que nisso convergiam gestos e aplicações intensas e contidas de longas horas.

O livro, examinado em cada pormenor, conquista-nos na sua dimensão humana, feita de aplicação cheia de renúncia e animada por fadigas e esforços, para nada deixar ao acaso. Reconstituir esses gestos obriga a valorizar o próprio livro: não tinha preço, certamente; pela simples razão de que neles havia o investimento da vida de muitos homens: por amor do

livro e por desejo de Deus, para nos servirmos de um registo que continua a marcar os nossos estudos⁴⁵.

Recolhidos no *scriptorium*, alguns monges anónimos, muitos deles incógnitos e alguns apenas deixados nominalmente no cólofon (que era ritual, mas raramente dava referências concretas), solicitavam, por vezes, uma oração que ajudasse a resgatar das fraquezas cometidas durante a cópia do livro e também uma prece para louvor divino. Noutros lados, alguns, mais mundanos, não se coíbiavam de solicitar compensações materiais, algumas delas vituperáveis, “*quas pudet memorari*”. Os monges de Alcobaça conheciam a sua condição e ofereciam o seu trabalho como penitência reparadora e louvavam a Deus que dava aos homens o fruto das suas penas, solicitando uma oração por recompensa⁴⁶.

*

Cometemos aqui o atrevimento de fazer algumas incursões pelos seus códigos: por instantes, quebrámos o silêncio que se impunha para desvendar alguns segredos: outros seria necessário problematizar⁴⁷. Seja isso para

45 - LECLERCQ, Jean - *L'amour des lettres et le désir de Dieu : Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age*. Paris: Cerf, 1957.

46 - BOUVARET, Bénédictins de - *Colophons des manuscrits occidentaux*. Friburgo: Éditions Universitaires, 6 vols. 1965-1982.

47 - Só uma formação codicológica adequada permite seguir de perto os traços fundamentais da escrita e do livro, com a respectiva análise: tipologia de letra, ângulo de escrita, módulo de letra e distribuição da escrita pelo fólio; distribuição de texto com hierarquização de separadores (letrinas), modo de empaginação, alteração de mão, forma de decoração (filigranada, ornamentada, historiada, monocromia e policromia); motivos e recursos (floreados, folhagens ou alternantes de cor, matiz ou combinações de cor)... É múltiplo o livro; tanto mais quanto cada exemplar é único e irrepetível. Quanto ao módulo de distribuição pelo fólio, recordamos com gosto a visita que fizemos ao Fundo Alcobacense, a pedido do Prof. Ferreira Santos, por insistência da sua esposa, Dr^a Karin, gestora da livraria Buchholz, que frequentávamos nos anos intermédios do século passado, enquanto a instituição resistiu aos avatares da nova cultura: deparou-se-me um fólio em que era notório o efeito de planificação da leitura, com módulo diferenciado de texto na primeira parte, em cima, frente à segunda, na parte de baixo; tivemos ocasião de voltar à análise desse dado em NASCIMENTO, Aires A. - “Um testemunho da tradição hispânica dos ‘Moralia in Iob’ : Lisboa, BN, Alc. 349 - Subsídios para o seu enquadramento”. *Archivos Leoneses* 79-80 (1986), pp. 313-331; as diferenças de distribuição por página eram evidentes e tornou-se-nos patente que a relação do leitor com a distribuição do texto apresenta, por vezes, variantes que ali se podiam notar a claro.

ajudarmos a contemplar o trabalho que eles representam e exprimir o respeito que a análise nos inspira quando os damos a conhecer⁴⁸.

8. Elogio do livro, fonte de espiritualidade cisterciense

Cabe-nos voltar aos inícios do assentamento da comunidade monástica em Alcobaça, ao menos para esta questão do livro.

Essa comunidade vive do livro e este dá-lhe animação sustentada, como está previsto na obrigação de manter uniformidade litúrgica. Ao iniciar qualquer fundação, o grupo de monges devia contar com “missal, Regra, livro de usos de Cister, saltério, himnário, colectário, leccionário, gradual”⁴⁹.

Se esta decisão (“definição”) implica tipos e modelos de livros adoptados, não é menos significativo o que devemos deduzir da racionalidade de distribuição de tempos monásticos, significativamente preenchidos com leituras destinadas a promoverem a contemplação (pessoal) ou ocupados com leituras comunitárias (à refeição) e servindo momentos de encontro comunitário (como era o tempo da colação presidida pelo abade, o qual se colocava à disposição dos monges

48 - A máxima dos poetas do *fauete linguis* (Horácio, *Od.* III, 1, 2) aplica-se com propriedade também aqui, não podendo esquecer o aviso do poeta romano: “*Odi profanum vulgus et arceo*” (detesto o vulgo sem respeito e mantenho-o a distância).

49 - Cf. CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – *Statuta capitulorum generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786*. Tomo 1. Louvain, Bureaux de la Revue, 1933, I, § 12, 2: “*De construendis abbatiis. VIII. (...) Non mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{im}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectario, antifonario, gradali, regula, missali, libro usuum*.” Cf. WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter, Cîteaux. Commentarii cistercienses*, 2002, p. 512. Se esta decisão não data de 1124, mas de alguns anos mais tarde, de 1151, como sustenta AUBERGER, Jean-Baptiste – *L'unanimité Cistercienne Primitive: Mythe Ou Réalité? Achel: Cîteaux Commentarii Cistercienses*. Editions Sine Parvulus, 1986, p. 186, Alcobaça está abrangida desde os inícios.

para responderem a questões surgidas na leitura). Teremos a lamentar que, ao menos, deste último tempo, não tenham ficado registos para conhecermos um pouco das vivências mantidas e dos diálogos estabelecidos...

Em Alcobaça, para onde somos convocados, tocamos, sem querer, nas fronteiras do tempo português: não há margens definidas para percebermos de onde procede o livro: importará reconhecê-lo na sequência que ganha no universo a que pertence. É instrumento de cultura e tem individualidade singularmente marcada, mas ela só nos é devolvida por indícios que têm de ser interpretados na convergência de uma variedade de traços que raramente é situada e datada. No entanto, é arriscado tomar um Saltério da sua biblioteca e supor que pertencia ao seu núcleo primitivo: quem se atrever a entrar por aí deve certificar-se de dados minimamente credíveis.

Começamos por entender esse livro (como referência) na sua funcionalidade de uso: feito oração, em momento de actividade espiritual e feito base de leitura, serve primariamente para o louvor divino, gera espírito de unanimidade e fomenta solidariedades que definem o universo das comunidades cistercienses.

Facto é que essas mesmas notas se repercutem em diversos lados e requerem atenção para tornar distintivo aquilo que, à primeira vista, é comum dentro de um universo que se alarga por outros horizontes, como é o mundo cisterciense.

Faltam-nos elementos falantes relativamente aos inícios em Alcobaça: se temos data marcada, em 1153, mediante documento para a entrega das terras aos monges de Bernardo de Claraval, havemos de reconhecer que a documentação não permite precisar nem quando localmente ali se instala a primeira comunidade de reforma cister-

ciense nem muito menos quando ali se inaugura a actividade do livro⁵⁰.

Admita-se que, por princípio, a comunidade cisterciense que veio ali instalar-se trazia com ela os instrumentos necessários para os serviços litúrgicos e para as leituras que deviam animar os seus momentos monásticos. Falta-nos saber por quanto tempo esses livros primitivos foram ali guardados até serem restituídos: de facto, o livro era um bem guardado ciosamente; regista-se até que o próprio Bernardo de Claraval reclamava penhor para

50 - Se o documento de doação assinado por Afonso Henriques e sua esposa, Dona Mafalda, pode ser apresentado como instrumento de doação de um território onde se devia implantar uma fundação cisterciense (ANTT, Alcobaça, Doc. Reais, m.1, nº1), é incerto o momento em que os monges se instalaram em Alcobaça: a memória do mosteiro oscila entre a mitificação hagiográfica das origens (com a intervenção de anjos a alterarem as estacas primitivas) e a confirmação através de indícios materiais e de documentos que se sucederam. Como já apontámos noutro lugar, segundo uma tradição alcobacense, aceite sob reservas por SÃO BOA-VENTURA, Fortunato de – *Historia chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à* Alcobaça *Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos*. Lisboa, Impressão Régia, 1827, p. xxix, ss., constava que Randulfus / Randolfo / Raul / Rolandus seria o primeiro abade cisterciense de Alcobaça, como estava documentado por um antigo obituário do mosteiro: é problemático que seja o mesmo que teria começado por se albergar com os seus monges em Lisboa, em 1148, e teria recebido a doação das terras que o rei lhes dispensava a algumas léguas de distância. Apesar das incertezas, a exposição crítica de Fr. Fortunato merece atenção; para outros aspectos, cf. BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Lisboa: Imprensa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973], p. 184 e ss. COCHERIL, Maur – “*Saint Bernard et le Portugal: à propos d'une lettre apocryphe*”, in *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 54 (1959), pp. 426-477; segundo interpreta GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp. 22 e ss., os monges ocuparam instalações provisórias até 1178. Para os acontecimentos em jogo, ver *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed., trad., notas de Aires A. Nascimento, introd. Maria João V. Branco, Lisboa, Editorial Vega, 2001. Segundo o registo do dito *Livro das Eras* ou *Livro de Noa de Santa Cruz*, ANTT, fl. 14r, que tentamos interpretar à melhor parte, aí lemos “Era Mª Cª LXª, VIIIº Kal. Oct., sumpsit iníciū domus Alcobacie”: entendemos a data como equivalente a 1190 (tomando como aspadno o Xª a última cifra), o que nos leva a 1152, dia 24 de Setembro (VIII a.d. Kal. Oct.); cf. *Anais e Crónicas avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto, Biblioteca Municipal, 1968, pp. 77, “Livro das Eras”, que remete para 14r. Não há conflito com o documento régio, pois este apenas faria sentido quando a comunidade cisterciense já tinha tomado conta do espaço: para o teor do documento régio, cf. AZEVEDO, Rui de (ed.) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. I, tomo II, *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, 1095-1185*. Edição e introdução diplomática. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962, p. 297. Sabe-se que a zona de Alcobaça ficou sujeita a investidas almorávidas em finais do século XII; cf. MIRANDA, A. Huici – “Los Almoades en Portugal”. *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª ser. 5 (1954), pp. 9-74.

emprestar; não admira que Alcobaça tenha restituído livros a Claraval⁵¹.

Há exemplares antigos no Fundo Alcobacense: difícil, por vezes, é julgar da sua antiguidade ou da sua genuinidade de origem ou proveniência; para não haver equívocos, é preciso julgar com sentido crítico e sentido codicológico: olhando para a materialidade, mas não temendo passar da codicografia ao juízo de valor. Situemo-nos.

*

A comunidade cisterciense articula-se em torno do livro: pelos textos, acolhe a unanimidade de Cister; o Abade, que serve a comunidade, é intérprete da Regra e dos Usos: através do texto, esse mesmo Abade zela pelo cumprimento das decisões (definições) saídas dos Capítulos Gerais e assume-se como animador e promotor de uma comunidade monástica, cuja formação deve servir a contemplação e o louvor divino; ao Abade, com o seu Prior, como subordinado, pertence confiar a execução de tarefas de escrita e de livro a monges capazes, colocando-os sob a vigilância de algum outro mais experimentado.

Quanto à primitiva comunidade de Alcobaça, não lhe conhecemos testemunhos directos que permitam identificar a origem dos seus monges: têm certamente uma identidade monástica, mas só a podemos divisar já longe dos inícios⁵².

Afastada do mundo, a comunidade reconhece-se por traços de união na diversidade dos seus membros: leigos-conversos, uns, clérigos, outros; noviços e professos, todos diferentes e todos distintos, mas todos identificados pelos seus hábitos talar e sobretudo unidos na prática da unanimidade (ainda que na dispersão de indivíduos e em variantes

51 - Havia extremo cuidado com os livros; lemos em LALANNE, Ludovic – *Curiosités bibliographiques*. Rugis: Maxtor, 1857, p. 162, que quando um monge se descuidava e deixava cair um livro no chão devia considerar isso como falta e penitenciar-se por isso; devia preocupar-se com que ele não ficasse exposto nem ao fumo nem à poeira; o livro não podia ser emprestado para fora senão com autorização e mediante garantias de penhor.

52 - GONÇALVES, Iria – “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges”, in *IX Centenário do nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa – Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 233–256.

de vida, por diferença de vocações e de trabalhos), pois a coesão é traço que todos devem respeitar⁵³. Há outros traços de que não abdicam: pobreza, silêncio, contemplação, trabalho manual. Uma obrigação comum: a comunidade reúne-se em torno da Palavra divina – lida, estudada e contemplada; mas já nisso há diferenças e hierarquias, pois nem todos têm a mesma preparação para a leitura e alguns apenas a podem ir acompanhando ao longe, como são aqueles que se entregam aos trabalhos do campo e não podem abandonar abruptamente as ocupações⁵⁴.

No século XII, a imagem do monge toma expressões novas: a identidade monástica reafirma o seu perfil, em torno da reforma gregoriana; o monge reconhece a sua função contemplativa: retira-se para longe do mundo, recolhe-se ao mosteiro para louvar a Deus e para chorar os seus pecados⁵⁵.

53 - A comunidade cisterciense é diversificada, abrangendo várias classes de pessoas: monges professos, clérigos ou não, mais ou menos instruídos para o desempenho das suas funções; monges “leigos”, pouco instruídos; noviços que se preparam para professarem no convento; conversos, habitualmente afectos a serviços braçais; doentes; domésticos ou “familiares”. Será útil voltar a AUBERGUER, Jean-Baptiste – *L'unanimité cistercienne primitive: mythe et réalité?* Achel: *Cîteaux Commentarii Cistercienses*. Editions Sine Parvulos, 1986 e à obra *Unanimité et diversité cisterciennes...*, onde Marcel Pacaut, nas pp. 11 e ss., depõe que, pelos anos 1170-1180, a prática cisterciense apresenta desvios relativamente ao modelo primitivo, nomeadamente quanto ao trabalho manual e quanto a uma certa ostentação na construção de igrejas e outros estabelecimentos; alguns anos mais tarde, diminui o recrutamento de conversos e aumenta a tendência para os estudos intelectuais (ver PACAUT, Marcel – “Rapport introductif” e “Fidélité aux principes, adaptations, accommodements”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XIIe au XVIIe siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 11-15 e 175-185, respetivamente). Cf. também LEKAI, Louis J. – “Ideals and reality in early cistercian history”. SOMMERFELDT, John R. (ed.) – *In Cistercian ideals and reality*. Kalama-zoo: Cistercian Studies Series, 1978, pp. 4-29.

54 - PACAUT, Marcel – *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Cîteaux*. Paris: Fayard, 1993.

55 - Retomando doutrina anterior, Nicolau de Cusa, *sermo 293*, lembra: “*Monachus non doctoris, sed plangentis habet officium, quia uel se primo debet plorare peccata sua praeterita, praesentia et quotidiana...*” A doutrina vinha já de Jerónimo, *Adversus Vigilantium*, 15: “*Monachus autem non doctoris habet, sed plangentis officium, qui vel se vel mundum lugeat et Domini pavidus praestole-tur adventum* (S. Hieronymi presbyteri opera, t. III/5, *Adversus Vigilantium*, éd. J.-L. Feiertag, Turnhout [CCSL, 79C], 2005, p. 28, l. 14-16). Tal sentença foi popularizada a partir dos ensinamentos de Ivo de Chartres, em finais do século XI; inseriu-se na doutrina gregoriana quando se acentuou a função pastoral do clero: cf. KOUAMÉ, Thierry – “*Monachus non doctoris, sed plangentis habet officium*”. *Cahiers de recherches médiévales* 18 (2009), pp. 9-38. [Em linha] [Consultado em 20/11/2016]. Disponível em <http://crm.revues.org/11681>.

Quanto ao monge cisterciense procura ele apagar-se perante os outros: sem pretensão de erguer a voz para se fazer entender pelo que lhe possa ser atribuído como autor, situação que só lhe é concedida por excepção, tem consciência de que escolheu pertencer aos *pau-peres Christi*; por isso quer seguir a Cristo em pobreza⁵⁶: contando apenas com os recursos do seu trabalho, nada espera dos outros e procura contar com o que pode retirar das suas próprias capacidades; no plano do livro, o monge cisterciense sabe que depende da leitura que fomenta a contemplação.

Isso revela-se logo pela Bíblia de Estêvão Harding que se situa na convergência de postulados novos: 1) garantia do texto autêntico (retomando a versão de S. Jerónimo, confrontada com a lição do hebraico verificada pelos rabinos do tempo, a que o Abade recorre); 2) elaboração de discurso visual complementar (com planificação motivada e escolha de motivos de iluminura que lhe dão um sentido pregnante de significação)⁵⁷.

De acordo com a Regra e regulamentos, obviamente postulamos que, para cumprimento dos preceitos monásticos, a primitiva comunidade só podia constituir-se, quando munida de unidades litúrgicas necessárias para o culto⁵⁸.

56 - Os monges que demandavam o Novo Mosteiro pretendiam uma vida simples e conforme ao Evangelho; por isso, o autor do *Exordium Paruum* escreve: "Quando chegaram a esse lugar, aqueles homens de Deus compreenderam que ele era tanto mais propício para o género de vida monástica que eles perseguiam há muito tempo quanto tal lugar se lhes apresentava como desprezível e longe das gentes do mundo".

57 - Composta hoje por quatro volumes (Dijon, BM, ms 12 à 15) era primitivamente formada por apenas dois tomos: foi um dos primeiros livros, senão o primeiro livro de Cister, elaborada entre 1109 e 1111, inaugura possivelmente a actividade do *scriptorium* cisterciense e traça um paradigma de livro que procura acribia de texto e ornamentação motivada, com iluminura executada no decurso da cópia ou imediatamente a seguir a ela: baseamos a nossa apreciação em TRIVELLONE, Alessia – "La Bible d'Étienne Harding et les origines de Cîteaux: perspectives de recherche". *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* | BUCEMA [En ligne], 13 | 2009 [consultado 21.11.2016]. Disponível em: <http://cem.revues.org/11101>

58 - Já atrás recordámos: "*De construendis abbatiis. VIII. (...) Non mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{cm}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectario, antifonario, gradali, regula, missali, libro usum.*"

Pouco sabemos de concreto, pelo menos documentadamente, quanto aos tempos imediatos da fundação de Alcobaça. Na autarcia suposta para a comunidade cisterciense, tem lugar uma experiência de livro: o monge não é simplesmente solitário (embora continue a ser *monachus* – *monos*, em grego, assim o exprime): se o é, é porque se recolhe para viver com Deus (recolhido, para estar fora das ocupações mundanas); todavia, não é “eremita”, nem por natureza, nem por vocação: efectivamente, pela inscrição no mosteiro, o monge torna-se membro efectivo de um grupo de vida comum; já o *coenobita* – *koinos* + *bios* – tendia a viver sob o regime de um abade, que reunia regularmente os que viviam dispersos. O monge privilegia o *conventus*, que, rigorosamente, significa “comunidade”; se o termo foi aplicado às Ordens mendicantes, é porque no final das suas tarefas de pregadores fora das comunidades, os mendicantes (franciscanos e dominicanos) se obrigavam a regressar à casa de onde haviam partido.

A comunidade é o conjunto de homens que se regem por modo de vida idêntica. Nela, o livro desempenha função agregadora, por obediência a Regra; a leitura comum representa a coesão na unidade e é assegurada em tempos marcados; a leitura individual é entregue ao exercício pessoal: por ela pretende-se assegurar a vida contemplativa e proporcionar a cada um dos monges a oportunidade de se confrontar com a lição que lhe é proposta, mas há-de conformar-se com a leitura comum; é-lhe por isso garantido o direito a interrogar o abade da comunidade sobre algum passo que se lhe torne de compreensão difícil.

9. O surgimento do interesse pelo livro no século XII, tempo marcante da cultura europeia

O século XII significa um momento novo na relação com o livro. A reforma cisterciense, com o seu programa de regresso à austeridade monástica, determina uma transformação radical do mosteiro pelo interior e gera novos modos de relação com a forma de implantação⁵⁹: em tempos mal diferenciados, dá-se a separação da biblioteca relativamente ao arquivo e de ambos relativamente ao *scriptorium*; este, ao que se diz, coincidia com a sala comum dos monges, destinada também a outras funções, mas em Claraval há indicações que era feito de compartimentos singulares e individuais⁶⁰.

A biblioteca torna-se autónoma e alarga-se: o primitivo *armarium* da parede do claustro é insuficiente e a sua necessidade aumenta; tem portas e chaves que são confiadas ao bibliotecário que permanece mestre de coro, mas toma a superintendência do *scriptorium*; em certos casos, quando aumenta o número de livros, reparte-se por novos espaços (por exemplo, pelo refeitório e pelo claustro, quando não pela própria igreja). Ou seja, a biblioteca ganha nova estrutura: distinguem-se os livros de uso litúrgico e os livros de leitura comum (no refeitório), reserva-se um outro lugar para a leitura individual, mas esta não se faz sempre no interior da sala, pois desenrola-se no claustro, a passear; quando se faz na sala comum, o silêncio era de regra e por isso havia que evitar a articulação vocal a que os monges estavam habituados⁶¹. Quando os livros ganham maior especialização, pode

59 - Cf. NASCIMENTO, Aires A. – “Cister e Cluni: espiritualidade em convergência na disseminação”. *Igreja e Missão* 192-193 (2003), pp. 59-96.

60 - Leia-se o que dizemos mais abaixo.

61 - LEROY-BOUSSON, A. – “La lecture silencieuse”. *L'année psychologique* 66 (1966), pp. 579-598; JENNY, Laurent – *Histoire de la lecture*. Genebra: Universidade, 2003; CAVALLLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (dir.) – *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 1997.

identificar-se materialmente o local reservado para eles⁶².

Apercebemo-nos da existência de um segundo claustro, dito do colóquio e considerado também “claustro dos copistas”: biblioteca e claustro pequeno, encontravam-se a leste do capítulo e seria aí que se desenvolvia a elaboração do livro manuscrito, em Cîteaux⁶³.

Para a constituição de um corpus relativo às fases iniciais do *scriptorium* de Cîteaux, foi necessário recorrer a análises de vária ordem: codicológicas, paleográficas e textuais, formais e estilísticas, com apoio em elementos externos (como seja a cronologia dos abades e factores históricos de contexto ou adopção de textos de leitura) para suprir datas de cólofon e falta de identificação de copistas⁶⁴.

Quanto a Claraval, não há indicações certas para um espaço dedicado à cópia de manuscritos como actividade comunitária; sabe-se, no entanto, que, pelo menos um monge dispunha de um espaço próprio: Nicolau Montiéramey (ou de Claivaux) servia de secretário a Bernar-

62 - Um fragmento de catálogo, de finais do século XII, publicado por D. André Wilmart, em 1917, enumera uma centena de volumes: às Bíblias seguem-se obras Patrísticas e autores espirituais (Orígenes, Agostinho, Hilário, Tertuliano, Jerónimo, Ambrósio, Gregório, Isidoro de Sevilha, Cassiano, Anselmo, Guilherme de Saint-Thierry, Aelredo de Rievaulx, Hugo de S. Victor, entre outros).

63 - Na Wikipédia pode ler-se: “Com o relaxamento da Regula Benedicti, a localização e a estrutura dos *scriptoria* nos mosteiros passou a novos contornos: de espaços concebidos como simples locais cobertos passaram a ser protegidos e aquecidos; por reacção a este relaxamento em Cîteaux, Bernardo estabeleceu disposições severas e prescrições estritas quanto à proibição de decorações; um preceito impõe que nos livros se empreguem *litterae unius coloris et non depictae* (letras de uma só cor e sem ornamentos). Os monges eram obrigados ao silêncio no *scriptorium*; dois séculos mais tarde era permitido o trabalho de escrita nas celas individuais”. Cf. LIPPINI, Pietro – *La vita quotidiana di un convento medievale*. Bolonha: Ed. Studio Dominicano, 2003; DACHILLE, Anna Maria – “Manoscritti miniati a Cîteaux detti *Moralia in Job* e *Bibbia di Stefano Harding* (XII sec.), [Consultado em 20.11.2019]. Disponível em http://www.alessandrojazeolla.info/_Illustrazioni/img_galleria/CITEAUX/CITEAUX.htm

64 - GHELLINCK, Joseph de – “Les Bibliothèques médiévales”. *Nouvelle Revue théologique* 65 (1938), pp. 36-55; LESNE, Émile – *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*. IV: *Les livres: «scriptoria» et bibliothèques du commencement du VIII^e siècle à la fin du XI^e siècle*. Lille: Facultés catholiques, 1938 ; VERNET, André – *La Bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux du XII^e au XVIII^e siècle*, I, *Catalogues et répertoires*. Paris: CNRS, 1979; BONDÉELLE, Anne – “Trésor des moines. Les Chartreux, les Cisterciens et leurs livres”. In VERNET, André (dir.) – *Histoire des Bibliothèques françaises*. Vol. 1. *Les Bibliothèques médiévales, du VI^e siècle à 1530*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie / Promodis, 1989, pp. 65-81 ; PECERE, O. – “I meccanismi della tradizione testuale”. In CAVALLLO, G.; FEDELI, P.; GIARDINA, A. (dir.) – *Lo spazio letterario di Roma antica*. III: *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1990, pp. 297-386.

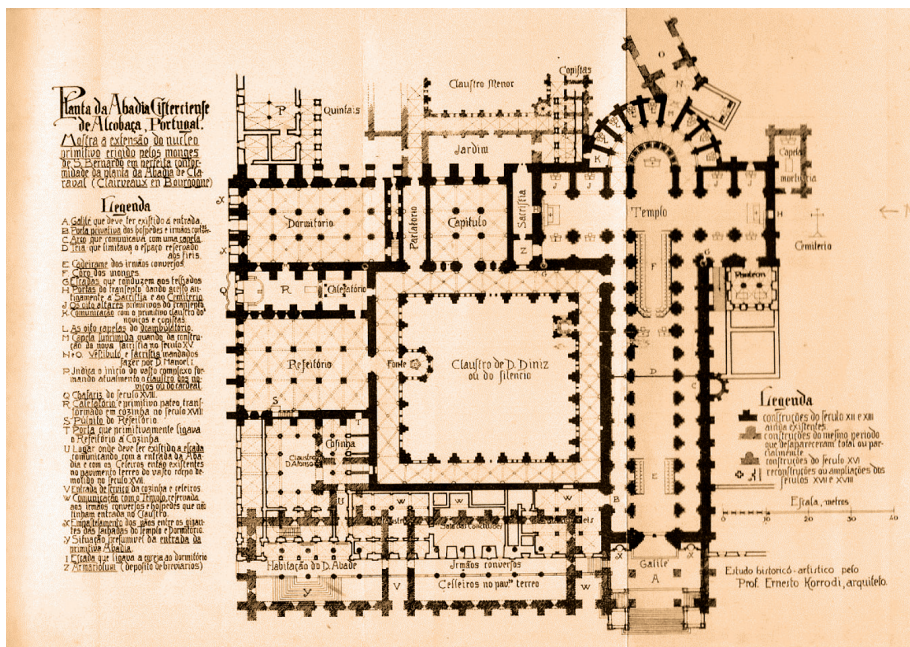


Fig.6: Planta do Mosteiro de Alcobaça segundo Ernesto Korrodi - *Alcobaça - Monumentos de Portugal*, nº 4. Porto: Litografia Nacional, 1929

do entre 1145 e 1152, e tinha ele à sua disposição o que designa de local “confortável” e pequeno, pois o trata por *scriptoriolum*; situava-se por baixo da escadaria que levava do dormitório para a igreja, guardava livros, a porta dava para o noviciado, entre o claustro dos monges, à direita, e o pátio, à esquerda, onde os monges doentes iam distender as pernas.

Contrariamente ao que acontecia em outras abadias, em que o trabalho de *scriptorium* se processava em regime comum, os cistercienses preferiam pequenas celas individuais.

No entanto, não dispomos de indicações relativas à sua localização no edifício do mosteiro. Se tomarmos as referências feitas para o caso de Nicolau de Claraval, sabemos que dispunha de um pequeno aposento (pequeno, mas confortável), onde guardava “livros bem se-

lecionados e espirituais”, que lhe permitiam “ler, escrever, compor, reflectir, rezar e fazer adoração à Majestade divina”: tinha uma porta voltada para o noviciado, com o claustro dos monges à direita e a enfermaria à esquerda⁶⁵.

Nicolau seria excepção e não parece que ele tivesse à sua disposição toda a parafernália de instrumentos que as suas funções de secretário reclamavam: escrevinhinha, pergaminhos, tinteiros e tintas, penas ou cálamos de escrita, faca para recortar e ajustar o bico ou aparo (que se ia embotando), pigmentos em caixas para combinar as cores, raspador e esponja, sovela para picotamento dos cadernos, instrumento para tracejar as linhas, pesos para segurar os fólhos, tabuinhas para tomar notas⁶⁶...

O copista tem gestos calculados e medidos; é obrigatório o silêncio e para ser fiel deve trabalhar na maior tranquilidade: por isso, o acesso é reservado, pois apenas com autorização do abade ou do responsável imediato, alguém ali pode dar entrada.

Condição que se impunha era haver boa iluminação; não, porém, tão intensa que prejudicasse o trabalho: situação mais favorável era a orientação a norte, por desse modo, a luminosidade ser constante. Não é de excluir a presença de candeeiros ou candelabros para suprir a iluminação, mas o processo era insuficiente e inadequado.

65 - Leia-se o que, em seu tempo, escreveu KORRODI, Ernesto – *Alcobaça – Monumentos de Portugal*, nº 4. Porto: Litografia Nacional, 1929, p. 24, “Tangente à capela-mor e na rectaguarda da sala do capítulo, um claustro de menores dimensões, com uma série de salas ou celas, para copistas, uma enfermaria e um dormitório para noviços, completam a instalação. Este claustro menor e as dependências, que o circundavam, devem ter existido em Alcobaça, mas terão sido demolidos quando da construção no século XVII do quadrilátero que constitui hoje o chamado claustro do cardeal”. A hipótese de Korrodi merece atenção, mas carece de confirmação.

66 - KINDER, Terryl N. – *L'Europe cistercienne*. Trad. par Divina Cabo. Paris: Zodiaque, 1997, pp. 336-352.

Na planta de Alcobaça estabelecida por Ernesto Korrodi⁶⁷, na página 62, o local para os copistas é indicado atrás da cabeceira da igreja abacial, próximo do claustro menor⁶⁸: será possivelmente uma interpretação de planta de Claraval, que remonta a 1708 e apresenta uma série de catorze celas de copistas dispostas ao lado da cabeceira da igreja, ladeando a galeria norte de um pequeno claustro construído a oriente do claustro dos monges e franqueado sobre a esquerda da enfermaria.

Mais habitualmente, costuma-se indicar-lhe uma dependência junto da sala dos monges, próximo da cozinha, partindo do pressuposto de que os *scriptores* estavam autorizados a frequentar aquele local, quando se lhes tornava necessário “raspar uma *tabula*”, liquefazer as tintas, secar os pergaminhos. Trata-se apenas de uma hipótese.

10. Relação criada com o livro

Importaria sobretudo perceber como se constituiu a relação com o livro. Em Alcobaça, pelo menos para os primeiros tempos, não se conhecem autores que se identifiquem como responsáveis por textos próprios, mas nem por isso os monges se podem considerar dispensados da leitura, pelo que se devem supor instrumentos que a comunidade monástica deve proporcionar através dos monges professos capazes de responderem pela escrita.

67 - Convirá saber que o arquitecto Ernesto Korrodi era de naturalidade suíça, pois nasceu na Confederação Helvética em 1870; em 1885, frequenta a Escola de Arte Industrial; com 20 anos, e depois de passagem por Itália, apresenta-se a concurso aberto pela delegação portuguesa em Berna, em 1889, e posteriormente registamos a sua presença em Braga, na Escola Industrial; naturaliza-se português em Leiria, para cuja Escola Industrial se transferiu em 1894, tendo nomeado director em 1904; figura polémica na reconstrução de monumentos, faleceu em 1944. Fazem parte do seu currículo vários programas de recuperação de monumentos, como os de S. Frutuoso de Braga, Mosteiro de Alcobaça e Castelo de Leiria.

68 - KORRODI, Ernesto – Alcobaça – Monumentos de Portugal...

Problema é determinar a procedência dos próprios monges: admitamos que alguns dos que professavam na instituição cisterciense eram atraídos por condições novas propostas para a vida religiosa; explicaremos assim a existência de alguns casos que se podem considerar periféricos no universo alcobacense e que a materialidade dos manuscritos, tanto pelo tipo de escrita como pelo processo de encadernação, revela⁶⁹.

Quanto ao desenho do livro, entendamos que ele é o resultado de um processo intenso e complexo. Como já salientámos em outra parte⁷⁰, a qualidade do produto librário depende da capacidade do seu responsável e dos seus ajudantes, mas, nos *scriptoria* em que esse responsável mais se afirma, a sua intervenção tem repercussões técnicas evidentes, reconhecíveis num estilo comum por parte dos agentes do livro, seja ele de escrita, seja de iconografia, seja de estruturação material do livro.

Esta experiência comum é fundamental para reinventar o livro como instrumento de leitura e recuperação do texto, tanto no cânone da morfologia da escrita (com a carolina mantida no horizonte da melhor legibilidade) como nos padrões de empaginação (fixação de uma proporção que regula a relação entre largura e altura, como indicam os padrões de medidas consagradas noutros domínios⁷¹. Valerá a pena atender aos requisitos de preparação material do suporte, mas não é menos saber que há regras fundamentais

69 - É o caso do Alc. 136, cuja escrita ainda de tipo visigótica e o modo de articulação de nervos deixam indicações suficientes para supor que houve agregação de unidade saída de ambiente distinto do alcobacense.

70 - NASCIMENTO, Aires A. – “O *scriptorium* medieval...”, pp. 51-91.

71 - São as proporções áurea, pitagórica ou normalizada, categorias que se vão impondo a partir do século VII: em algumas lições sobre o livro manuscrito para o Curso de Editores de Texto, na sua primeira edição em que se contavam vários profissionais, tivemos que verificar que não estavam já operativas aquelas noções; assim mo declararam depois de lhes ter ministrado alguns conceitos daí derivados e eles me pediram que explanasse o que para eles era novidade.

na estrutura do suporte, como fosse na constituição dos cadernos⁷² ou na marcação da sequência deles no livro⁷³, experimentar soluções de encadernação, ou atender a modos de apresentação e tratamento do texto (pela escolha de padrão de letras em função do leitor, pela inclusão de sinais de controlo e orientação de leitura – rubricas, títulos correntes –, pela marcação da estrutura do texto – divisão em capítulos, parágrafos, versículos –, pela ornamentação da letra, inclusão da imagem, ou integração estruturada da cor, pela constituição de instrumentos de recuperação do texto – cotas de conteúdo, tábuas de matérias, índices). Enfim, o livro é um produto complexo: não se improvisa nem se deixa à discrição de qualquer um. Tal é a função do *scriptorium* monástico.

11. *Scriptorium*: uma função mais que um lugar

Obrigava-se o mosteiro a ter um *scriptorium* que o servisse, segundo o conhecido aforisma: “*Clastrum sine armario, quasi castrum sine arma-*

72 - Menos arbitrária do que se poderá pensar e menos rígida do que o próprio termo *quaternion* (de onde deriva “caderno”) deixaria imaginar. É certo que os códices mais antigos, como o célebre Virgílio *Mediceus*, do séc. V, apresentam a estrutura de quaternos; esta é a mais habitual ao longo de séculos, mas já o manuscrito *Bembinus* de Terêncio apresenta a estrutura de quínios, preferência que parece também ter dominado nos modelos insulares; a partir do século XIII, com a obtenção de pergaminho de espessura mais fina e em concorrência com o papel, os cadernos apresentam um número de fólios mais largo: 10, 12, e até 18, 24, 36 fólios não são raros. Segundo J. Destrez, nas universidades de Paris, Nápoles e Oxford era frequente o caderno com estrutura de sénio, enquanto na de Bolonha se mantinha a de quínio. Cf. VEZIN, Jean – “La fabrication du manuscrit”. In *L'Histoire de l'édition française* – Tome I, *Le livre conquérant: Du Moyen Âge au milieu du XVII.e siècle*. Paris, 1982, p. 30.

73 - Referimo-nos, obviamente a *assinatura* dos cadernos (conhecida desde o séc. V), ao *reclamo* (prática que se divulga a partir da Península Hispânica, já no século IX), e à *foliação* (que surge pelo século XIII); a paginação propriamente dita é elemento que se regista já dentro do processo da imprensa (como de resto acontece com a página de rosto); evitamos o termo “foliação”, para não se julgar que se trata de virar as folhas do livro; pretendemos que se reconheça a relação com o livro através da compreensão do fólio inteiro, considerado como superfície marcada, simétrica de cada um dos lados da costura ou espinha do livro; convencionalmente, a análise processa-se do lado direito do bifólio.

*mentário*⁷⁴ – “não há claustro sem uma arca de livros, pois também não há castelo sem casa de armas”. Não me demoro a comentar a sentença, que é repetido desde o século XII, nem a historiar a instituição.

Quanto ao *scriptorium*, ele supõe sentido de continuidade; quanto ao livro, é fácil recebê-lo e fácil também transmiti-lo, mas só o assume verdadeiramente quem o entende plenamente, por nele se sentir envolvido.

Há muito se perdeu o livro como fonte de sabedoria: hoje compra-se o livro como qualquer mercadoria; por isso lhe é dedicado pouco afecto.

O monaquismo primitivo tinha uma relação muito próxima e específica com ele e entendia-a segundo a particular aptidão que havia para uma *manus libraria*; usa-a primeiro como capacidade de daí retirar proventos (trabalhando para outros) e só mais tarde se entendeu que, por missão assumida, podia passar a serviço de contemplação e formar património próprio⁷⁵.

É que, por vocação, o monge evitava a posse do livro, como objecto, pois o ascetismo que levava ao abandono do mundo era entendido como modo de desprendimento: se os outros o pediam, o monge, retirado para o deserto, sentia que não devia prender-se ao objecto material e podia prestar serviço continuando a escrever livros.

No entanto, a partir das lições de Cassiodoro, ganham atenção as actividades que estão inerentes à elaboração do livro e toma-se consciência de que ele é produto complexo e se torna instrumento indispensável para animar a vida monástica, quando ela se organiza em comunidade regular⁷⁶.

74 - A atestação mais antiga deste aforisma encontra-se, por 1170, numa das epístolas de Gaufridus de Breteuil (+ 1194), dirigida a Pierre Mangot, abade do mosteiro cisterciense de Baugerais (PL 205, 8459: cf. SILVESTRE, Hubert – “À propos du dicton ‘Clastrum sine armario, quasi castrum sine armamentario’”. *Mediaeval Studies* 26 (1964), pp. 351-353.

75 - CAVALLO, Guglielmo – “Dallo ‘scriptorium’ senza biblioteca alla biblioteca senza ‘scriptorium’”, in *Dall'eremo al cenobio*. Milão: Libri Scheiwiller, 1987, pp. 329-422.

76 - Nos *Apophthegmata Patrum*, a um monge que declara a sua profissão de copista, o sábio Abade adverte: “o escriba precisa de tornar humilde o seu coração, porque o seu trabalho arrasta o orgulho consigo”.

De facto, a institucionalização de funções dedicadas ao livro implica o reconhecimento da complexidade do seu processo e das vantagens na repartição de tarefas para a sua realização, sob a responsabilidade de um coordenador que planeie e organize a actividade. Esta não fica à mercê do imprevisto, mas é aprendida e preparada: tanto mais quanto se adquire estima pela função do livro.

Na distribuição das tarefas monásticas, a essa actividade foram afectados alguns monges, suficientemente destros e habilidosos: eram os *scriptores*; dedicavam as suas horas de trabalho à escrita, enquanto outros saíam para os campos ou se entregavam a trabalhos de oficinas, ao mesmo tempo que outros se ocupavam da cozinha e alguns ficavam a cuidar dos animais, que faziam parte da pecuária. Tarefa árdua – confessavam os monges, lembrando que a escrita obrigava a aplicar corpo e espírito durante horas a traçar letra a letra, como se fosse traçar os sulcos de uma actividade agrícola, sem os prazeres da vida do campo.

Desde cedo se soube apreciar o trabalho da escrita em função de actividades espirituais: como escrevia Alcuíno, os que se entregam a tarefas materiais trabalham para alimentar o corpo, enquanto os que escrevem alimentam o espírito⁷⁷.

Porém, é mais fácil admirar um manuscrito (tanto mais fácil quanto menor é a consciência crítica que isso envolve), com o esplendor do colorido que mantém do que chegar a determinar a instituição que lhe deu origem⁷⁸ e caracterizá-la pela relevância que teve no seu meio de cultura.

77 - “É obra meritória escrever livros sagrados / E não fica sem remuneração aquele que escreve. / Melhor que plantar vinhas é escrever livros: / Aquele trabalha para o ventre, este para a alma”. Alcuíno, *Carm.* 94: *Poetae lat.*, I, 320.

78 - Cf. LESNE, Émile – *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*. IV: *Les livres: «scriptoria» et bibliothèques du commencement du VIII^e siècle à la fin du XI^e siècle*. Lille: Facultés catholiques, 1938 (guardo ainda as consultas feitas na Biblioteca de Louvain).

Ao longo dos tempos, foram-se apurando os critérios: Elias Avery Lowe, o nunca por demais celebrado iniciador dos *Codices Latini Antiquiores*, traçou alguns critérios como princípios de orientação⁷⁹: porque trabalhava com elementos fragmentários privilegiou os critérios paleográficos; deixou indicações para considerar afinidades de origem. Hoje, com o avanço de trabalhos em plano codicológico, em que postulamos a funcionalidade do livro, obriga-nos a entender as relações que se estabelecem com ele e com a sua biblioteca e com os seus leitores; ganhou também a consciência da integração dos *membra deiecta* por associação de elementos materiais em que a Paleografia não é senão que uma das componentes em jogo⁸⁰.

Postulamos hoje critérios abrangentes de uma totalidade – de ordem codicológica, paleográfica, iconográfica, textual e estrutural: o manuscrito é uma totalidade, desde a origem à irradiação de leitura. Não basta reconhecer a existência de um Fundo de Biblioteca, mesmo que se possa estabelecer como organicamente conservado: para determinar a origem é indispensável que a análise implique o sentido do livro; este determina-se logo na planificação (em projecto de base) e prossegue no seu acompanhamento histórico, seguindo a sua transmissão (em processo de comunicação de leitura).

79 - LOWE, Elias Avery- *Codices Latini Antiquiores: A Paleographical Guide to Latin Manuscripts Prior to the Ninth Century*. Aquele erudito fundou o projecto em 1929 e manteve a sua direcção até à morte, em 1969.

80 - Na introdução a *Cod. Lugd. Antiquissimi*, apontou três “princípios” que poderão levar a reconhecer com certo grau de probabilidade o scriptorium de origem: 1) se um antigo manuscrito se encontra num centro antigo e não há prova em contrário, pode considerar-se originário desse centro; 2) se, além disso, tal manuscrito reproduz obra de autor ligado a esse centro ou pertence a género literário aí cultivado, a origem fica confirmada; 3) se os manuscritos conservados nesse centro apresentam traços comuns, podemos concluir, com bastante segurança, que se trata de uma escola que funcionou nesse centro. Cf. LOWE, Elias Avery – *Codices Lugdunenses Antiquissimi: Le scriptorium de Lyon, la plus ancienne école calligraphique de France*. Lyon, 1924, p. 11.

12. A análise codicológica: descobrir o manuscrito como obra de cultura

Enfim, o termo *scriptorium* refere-se não tanto a um lugar de produção do livro, mas genericamente à própria produção em si, enquanto os livros são caracterizados por um conjunto de características técnicas similares (o ar de família), seja a técnica de empaginação, seja o traçado da escrita, seja o estilo de ornamentação, supondo uma execução feita por agentes presumivelmente pertencentes a uma mesma comunidade ou por ela convidados a participarem, de tal modo que a análise deve determinar as suas semelhanças e tanto possível deve esclarecer a sua correlação e sucessão.

Se o estatuto do livro é central na vida monástica, a nós pertence reconstituir essa experiência e descortinar o projecto do livro que para ela convoca. Ora, sabemos que um manuscrito, na sua identidade plena conjuga marcas de grupo ou família e as marcas de singularidade da intervenção pessoal: singular e único, o manuscrito não se repete, embora se replique ou multiplique, mas reporta-se definitivamente a um modelo que, sendo comum, se reflecte nas unidades de conjunto e, sendo singular, tende para a unidade na diversidade.

Os percursos não estão traçados de antemão e apenas raramente encontraremos notícias dos próprios intervenientes; mesmo nesses casos, será necessário interpretar os sinais deixados por eles – pois não são mais do que indícios que têm de ser integrados em sistema coerente para formar conhecimento. Trata-se dum universo a quem prestamos veneração: não nos pertence, embora seja nosso.

Temos consciência de que o tema carrega consigo o peso dos tempos e só podemos ser respeitosos se formos lúcidos para o assumirmos com a responsabilidade de o experimentarmos por dentro, sem repetirmos o que outros disseram ou deixaram por dizer. A isso nos obrigamos, conscientes de que não é fácil reconstituir a memória envolta nas pregas e nas vicissitudes da história – quem julgar o contrário equivoca-se ou pre-

sume demasiado dos seus conhecimentos e expõe-se a deixar a público equívocos que podem ser funestos.

Postos perante um “fundo” monástico, e havendo de o determinar como unidade orgânica de uma comunidade, mais do que perante uma “coleção” bibliográfica⁸¹, várias são as questões a colocar: a sua formação no tempo e o modo de agregação dos elementos, a sua consistência e a sua organicidade, o seu uso e capacidade de resposta à procura de textos para leitura por parte da comunidade monástica, eventual dispersão e seu reconhecimento...

As questões poderiam multiplicar-se, mas importaria perguntar se todas elas seriam pertinentes e adequadas à capacidade de resposta; sobretudo conviria preservar o sentido da leitura⁸².

81 - Há que não confundir “fundo” e “coleção”: a distinção assenta em critérios de organicidade e de origem. “Fundo” remete para uma instituição que manteve coesão dos livros reunidos com intenção de servirem aos membros dessa instituição e foram conservados respeitando essa origem; “coleção” é um conjunto ordenado e intencional de documentos reunidos sob uma denominação comum, seja de propriedade seja de tema, podendo compreender conjuntos constituídos ao longo dos anos por bibliotecários, mas também ao fluxo de acontecimentos diversos (confiscos revolucionários, depósito legal, colecionadores privados). Cf. OUY, Gilbert - “Comment rendre les manuscrits médiévaux accessibles aux chercheurs”. In *Codicologica* 4. Leiden: E. J. Brill, 1978, pp. 9-58.

82 - Recentemente, tivemos conhecimento de dois códices alcobacenses que andam dispersos: um, *Ordinário do Ofício Divino* que está na Austrália (BARREIRA, Catarina Fernandes - “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaca”, in FERNANDES, Carla Varela (coord.) - *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152; outro, um ritual: BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel - “Um Ritual de Alcobaca em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* n° 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel - “Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaca, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”, in ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina e BARREIRA, Hugo (coord.) - *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Porto: CITCEM, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2017, vol. 1, pp. 343-354. Por certo, pelo menos o segundo desses códices pertenceu originariamente a Alcobaca e só em data que não é possível precisar deu entrada em Salzedas: efectivamente, no texto da bênção há menção a “hoc loco qui vocatur Alcobacia cisterciensis ordinis” e por seu lado o registo de “Da Livraria de Salzedas” como marca de pertença suscita-nos dúvidas: há razões para perguntar se não terá havido manipulação sobre forma anterior que ainda era de Alcobaca modificada para o transferir para Salzedas; quando a situação criada em Alcobaca se tornou insuportável, houve transferências para o mosteiro beirão, mas delas há escassas notícias. Se há também razões para supor que foi encontrado o “Ritual” que ainda estava referido no *Index* e depois foi dado como extraviado, restam-nos conjecturas: corresponderia ao Alc. 106, em que se regista a bênção de noviças e monjas assim como a profissão de monges e a bênção do vestuário destes.

Sabemos, desde os tempos de Léopold Delisle, que desconhecer a origem e a história de um manuscrito restringe o conhecimento que dele possamos alegar; não ter um catálogo suficientemente explícito dos elementos materiais e textuais de tal manuscrito limita qualquer investigação pertinente; não situar um manuscrito no seu tempo e no seu lugar de origem e de procedência é ignorar coordenadas fundamentais e necessárias para o conhecimento do livro⁸³; porém, não formar um juízo conveniente de cada uma das unidades do livro é perder-lhe o sentido da sua história concreta: não a explicitar de forma metódica é dificultar a abordagem ou confundir o conhecimento que o leitor da análise, porventura intentada, tem direito a exigir.

Perante uma biblioteca que teve na origem uma comunidade humana, havemos de formular uma questão: como se formou tal biblioteca? Em processo de acumulação, aglutinando materiais vindos de várias partes, ou por planificação de leituras que se alargam pelo tempo?

Tendo em conta que a biblioteca respondia a uma comunidade humana que se renova ao longo dos tempos, havemos de considerar que nunca, à partida, se poderia vislumbrar os interesses dos futuros leitores; por seu lado, teremos de admitir que, antes de tudo, havia que dar cumprimento às determinações que regulavam a abertura de uma fundação monástica com determinadas espécies de livros, por ser determinantes para a identidade da comunidade.

Foi lenta a relação construída com o livro: levou tempo a considerá-lo como resultado de um trabalho comunitário, em vida colectiva⁸⁴; nem todas as fundações monásticas começaram de raiz com indivíduos saídos directamente do mundo para a vida comunitária; por outro lado, temos que contrapor a situação de filiação monástica.

Havemos, pois, de conceber a diversidade de origem e imaginamos que, num mundo em que o livro é um tesouro, seria de prever que

83 - Cf. OUY, Gilbert – “Les bibliothèques”. In *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Pléiade, 1961.

84 - Cf. STONES, Alison – “Scriptorium: the term and its history”. *Perspective* 1 (2014), pp. 113-120.

pelo menos alguns dos que chegavam ao mosteiro trariam eventualmente com eles alguns livros que faziam já parte da sua vida. Neste universo, porque não temos informações de origem, havemos de nos ater à análise dos materiais disponíveis: ora, a identificação da sua materialidade dos materiais existentes torna-se indispensável para julgar da formação da biblioteca e julgar do processo que esteve na sua origem.

13. A função de *scriptor* monástico

Situando-nos em plano monástico mais próximo, há que considerar significativo que o mosteiro cisterciense se tenha sentido responsável por garantir a função librária e por disponibilizar os instrumentos necessários para constituir meios para a *lectio*, alternando os tempos de *labor* com os da *contemplatio*.

No *Liber Ordinis S. Victoris Parisiensis*, cap. 19, sintetizam-se as tarefas e a incumbência devida ao Abade:

“Quicumque de fratribus intra claustrum scriptores sunt, quibus officium scribendi ab abbate injunctum est, omnibus iis armarius providere debet, quid scribant, et quæ ad scribendum necessaria sunt, præbere, nec quisquam eorum aliud scribere, quam ille præceperit.”

Ou seja: “Qualquer um dos irmãos que dentro do claustro tem o ofício de escrevedor, é incumbido disso pelo abade: o responsável pela arca dos livros deve providenciar-lhe o necessário para escrever e não deve ele escrever nada fora do que ele ordenar.”

*

Tipologicamente, no entanto, deparamos com projectos concorrentes logo no início da instituição cisterciense: há diferenças manifestas entre o projecto librário de Estêvão Harding e o de Bernardo de Claraval; se podemos considerar o primeiro como homem do livro (preocupado com a pureza de texto e atraído pela arte da iluminura), não lhe podemos negar o gosto pela fantasia dos ornatos zoomórficos e de grotescos para as iniciais; o segundo privilegia o afecto pela leitura e faz dele homem do texto, com atenção à estrutura de apresentação e redução máxima dos elementos ornamentais: as diferenças notam-se sobretudo na exuberância de apresentação procurada por Estêvão Harding (não obstante a acuidade de tipo filológico que o leva a procurar as lições bíblicas fornecidas por rabinos a que recorre), enquanto em Bernardo sobressai a ascese que se reflecte na sobriedade de Bernardo, como modo de apresentação do livro em vista da organização da leitura reflectida nos modos de explicitação da estrutura do texto.

Sensível à ornamentação singela, Bernardo, que era homem de letras e dotado de fina sensibilidade literária⁸⁵, fazia da simplicidade e da racionalidade da página um modelo de virtude pela ascese que deve servir a intensidade de leitura: para a expressão dos afectos vai buscar inspiração no texto e desenvolve-o pela alegoria⁸⁶. De acordo com os princípios estabelecidos por Bernardo, por 1134, sancionado depois, nos anos de 1145-1151, “as letrinas devem ser de uma só cor e não marcadas por pinturas”. Segundo Yolanda Zaluska, o estatuto visava evitar iniciais ornamentadas com representações de monstros e animais nas letras zoo-

85 - Bernardo adquirira uma larga cultura, espiritual e profana, durante os anos que passara com os cônegos regnantes; é problemático estabelecer as fontes de que se servia, pois, dotado de uma memória prodigiosa, serve-se dela para trabalhar os seus textos, mas não cita as fontes e refunde as suas leituras: pode falar-se mais em reminiscências que em transcrições.

86 - REGNARD, Joël – “Saint Bernard et le Nouveau Monastère”. *Collectanea Cisterciensia* 75 (2013), pp. 41-61 : “Les enluminures coûteuses du scriptorium du Nouveau Monastère, sous la gouverne d’Étienne, sont débordantes de fantaisie, de couleurs, de mouvement; elles sont très figuratives. Bernard est très critique par rapport à cela. Jean Leclercq a montré que, dans son Apologie à Guillaume de Saint-Thierry, les attaques contre les prétendues décorations à Cluny visaient plutôt les manuscrits de Cîteaux”. Cf. LECLERCQ, Jean - *Bernard de Clairvaux* (*Bibliothèque de l’Histoire du Christianisme* 19). Paris: Desclée, 1989, p. 34.

mórficas, que poderiam contribuir para distrair os monges na oração (facto é que apenas o cantor ou o leitor ficavam expostos a essa distração e por isso o conselho tinha incidência algo diversa); as letrinas tomam desenhos não figurativos: o estilo monocromático que se segue, após 1140, acentua o carácter ascético e ganha também relevo com a instauração de iniciais em cor alternativa, que entram em contraste com o texto⁸⁷.

*

É por demais conhecido o cânone bernardino: monocromatismo, motivos estilizados e não figurativos; o requinte na letra de uma só cor sobressai nos matizes suaves, com repúdio de exuberância (fugindo à representação de monstros) e recurso a elementos simples e vegetalistas.

No *Parvum Exordium*, 17⁸⁸, ficaram as normas fundamentais de uma arte despojada do supérfluo:

“Para que na casa de Deus não ficasse coisa alguma que soubesse a vaidade e a supérfluo ou que fosse contra a pobreza que de bom grado tinham escolhido como guarda das virtudes, todos reafirmaram o seu propósito de não usarem crucifixos de ouro ou de prata, mas apenas de madeira pintada; os candelabros não haviam de ser senão de ferro, e reduzido a um, os turíbulo haviam de ser de cobre ou de ferro; as casulas devem ser de fustão ou de linho, não de seda nem de ouro ou prata; as alvas e amitos que sejam de linho e não de seda; não haja ouro ou prata; proscritos sejam mantos e capas, dalmáticas e tunicelas; admitam-se, porém, cálices de prata, mas não em ouro, embora se permita serem dourados, do mesmo modo que a colherzinha de prata, no máximo dourada, as estolas e os manípulos em seda sim-

87 - ZALUSKA, Yolanta – *L'Enluminure et le scriptorium de Cîteaux au XI^e siècle. Cîteaux Commentarii Cistercienses*. 1989.

88 - NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentário. Lisboa: Edições Colibri, 1999. Permitimo-nos aqui simplificar a versão normativa.

ples, sem ouro nem prata; quanto às toalhas de altar, por princípio sejam de linho, sem bordados, e para as galhetas não sejam nem de ouro nem de prata.”⁸⁹

As normas ou preceitos reflectem prescrições de Bernardo – consideram os comentadores⁹⁰. Mas a uniformidade não significa negação da diversidade e por isso a força desses preceitos tornados norma é questão debatida⁹¹.

Relativize-se a questão particularmente para as fundações que se desenvolviam longe da influência directa de Claraval e não se radicalize tal questão, pois é hoje quase consensual aceitar a conjugação da unidade postulada com a diversidade reconhecida nessas mesmas fundações: embora proclamasse o “deserto” como local de inserção, foram os primitivos cistercienses capazes de tomarem filiações e conjugá-las com fundações de raiz⁹². Relativamente aos livros, sabemos que o próprio Bernardo acolhe os que lhe são oferecidos e integra-os na leitura comunitária⁹³.

89 - São certamente de Bernardo as normas, mas elas repetem-se no *Magnum Exordium*, I, 21, 11-12. Cf. *Le Grand Exorde de Cîteaux – ou le Récit des débuts de l'Ordre Cistercien*. Trad. Anthelme Piébourg. Turnhout: Brepols, 1998.

90 - LECLERCQ, Jean – “La “paternité” de saint Bernard et les débuts de l'ordre cistercien”. *Revue Bénédictine* 103 (1993), pp. 471-474.

91 - *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000. AUBERGUER, Jean-Baptiste – *L'unanimité cistercienne...*; LOCATELLI, René – *Sur les chemins de la perfection: moines et chanoines* (1060-1220). Saint-Étienne: Universitè, 1992; FALMAGNE, Thomas – “Le réseau des bibliothèques cisterciennes aux XII^e et XIII^e siècles: perspectives de recherche”. In *Unanimité et diversité cisterciennes...* pp. 195-214.

92 - ZALUSKA, Yolanda – *L'Enluminure et le scriptorium de Cîteaux...*

93 - Em 1115, Claraval tinha uma biblioteca modesta: a Regra de S. Bento e alguns manuscritos litúrgicos indispensáveis para a Missa e para a celebração das Horas, uma dezena de manuscritos, de que se perdeu o rastro; no entanto, em finais do século XII a biblioteca conta já com uns 350 livros e faz dela uma das melhores do tempo. Bernardo recebe do Conde de Champagne, Thibaud, uma Bíblia em dois volumes (MGT, ms 458, t.1-2), ricamente iluminada; o príncipe Henrique, filho de Luís VI, ao ingressar no mosteiro de Claraval, 1145, onde passou a viver antes de passar a bispo de Beauvais, em 1150, aumentou essa biblioteca. Cf. STIRNEMANN, Patricia – “La première bibliothèque bernardine”. In PRESSOUYRE, Léon e KINDER, Terry (ed.) – *Bernard et le monde cistercien*. Paris: Éditions du Patrimoine Centre des monuments nationaux, 1990, pp. 205-209 e 243-245.

Quanto a Alcobaça, levámos tempo a reconhecer que os padrões não tiveram a rigidez que por vezes se quis defender nem se retirava às comunidades o direito de receberem o que lhes era trazido de fora ou era adaptado ao seu modo de assumir o livro.

Por princípio, a abadia fundadora deveria enviar um grupo suficientemente equipado com os instrumentos / livros necessários para garantir a uniformidade litúrgica e assegurar a aplicação da Regra. O responsável pela comunidade monástica devia prover os livros indispensáveis: ora, procurá-los junto de outras comunidades nem sempre era viável, pois também elas não os podiam dispensar sem contrapartidas; para isso entregava a alguns dos seus monges o encargo de cuidarem do livro para garantirem os *originalia* (no sentido de textos completos)⁹⁴, em planificação integrada e em formas racionalizadas, combinando texto e imagem, para que não faltassem os requisitos necessários a uma vida ordenada em unanimidade cisterciense (presidida pelo Abade e coordenada com as definições saídas do Capítulo Geral).

Sabido é que o mosteiro cisterciense evitava os oblatos⁹⁵ e, por princípio, o monge vinha já na sua maturidade humana⁹⁶: por isso é excepcional que nos claustros cistercienses se encontrem livros de gramática; preocupação primária do Abade era garantir os livros necessários à liturgia coral e à leitura dos tempos de silêncio e de reflexão.

94 - GHELLINCK, Joseph de – “Originale et originalia”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 14/6 (1939), pp. 95-104.

95 - O termo designava os leigos que se entregavam à vida monástica num mosteiro, uns desde a infância e outros já adultos, com a condição de participarem na vida espiritual e material, recebendo assistência e cuidados físicos; entravam com a entrega de um dote que ficava à disposição do mosteiro.

96 - Bernardo chega ao Novo Mosteiro, Cister, com formação recebida no mosteiro dos cônegos de Saint-Vorles, a norte da actual Côte-d'Or.

14. Perscrutar os códices de Alcobaça

Quanto ao *scriptorium* de Alcobaça, por não poucas vezes nos debruçá-mos na sua determinação e da sua caracterização. Não basta elaborar um catálogo, sobretudo com a displicência com que por vezes se trabalha⁹⁷.

São escassos os nomes que assinam o seu trabalho de cópia; associando uns nomes a outros, impossível explicar o universo que o Fundo de Alcobaça documenta e que, em perspectiva, considerámos, em tempos passados, poder ajuizar a partir de quadro construído sobre o inventário dos seus códices (fique apenas como ponto de partida para ajustamentos que confio a outros, Tabela 1):

Tabela 1

SEC.	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII
Mss.	38+5	+139+14	+90+4	+54	+37	+63	+ 22

Façamos, no entanto, um excuro pelos registos. Similar é o cólofon do Alc. 376:

“Ad honorem summe Trinitatis et beate virginis gloriose. Ego frater Ihoannes indignus monachus de mandato reverendi domini Stephani Pelagii abbatis monasterii Alcobatie scripsi hunc librum et ad finem usque perfeci V Idus Ianuarii, sub era Mº CCCº LXXº. Et obsecro vos qui hec legeritis ut mei peccatoris memineritis cum Pater noster et Ave Maria et Credo in deum.”

⁹⁷ - Fomos cáusticos e não nos arrependemos de ter criticado o trabalho de AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*. 3 Vols., Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscripts Library, 1988-1990. Cf. NASCIMENTO, Aires A. – “Um novo Catálogo do Fundo de Alcobaça: Das boas intenções ao malogro de um Projecto”. *Euphrosyne* 18 (1990), pp. 347-355: soubemos que o Director do Centro encomendou a tradução do artigo para inglês para ter a certeza da nossa apreciação.

Mais circunstanciado ainda é o cólofon que D. Bernardo de Alcobaça deixa no Alc. 451:

“Aquy se acaba a primeira parte do livro da Vida de Christo. Deo gracias. Aqueste libro mandou traslladar aa honra de Ihesus Christo [Fr. Estêvão de Aguiar] ao muy indigno proue de virtudes frey Bernardo monge do ditto mosteiro des os sete cadernos attaa qui; e foy acabado XV dias de Junho do anno de mil iiii.us xli.vª anos. Laus tibi Christe, quoniam liber explicit iste... O abbade que mo mandou fazer se finou no anno do senhor de 1446, em o mês de fevereiro, idus februarii, em dia de septuagesima, o qual foy muito honrrado em sua vida et jaz em sam Bento de Enxabregas...”

E no Alc. 453:

“Aquy se acaba a ultima parte do livro da vida de Ihesu Christo, contheuda no evangelho, a qual conthem a muy maravilhosa paixom sua. Deo gratias. Aqueste liuro mandou tralladar aa honra de Ihesu o muyto honrrado senhor dom Gonçallo de Ferreira, dom Abbade d’Alcobaça e por autoridade apostolica padre abbade da hordem [de cis]tel em este rregno ao pobre de uirtudes Frey Bernardo monge [da dicta] hordem, anno de senhor [...] Idus decembri”⁹⁸.

Havemos de notar, quanto a este cólofon, que “trasladar”, no passo em questão, significa “transcrever”; efectivamente, um outro (inclinamo-nos para o próprio D. Duarte) tinha traduzido o texto: já provámos que o manuscrito havia sido começado a ser copiado, na corte, por João Gonçalves, escrivão da puridade do príncipe, até ao caderno VI; depois, o Abade de Alcobaça, D. Estêvão de Aguiar, levou o livro para o seu mosteiro e entregou-o a Fr. Bernardo para continuar a cópia. Há-de notar-se, por outro lado, que o cólofon recomposto por Valentim Fernandes, para a edição da *Vita Christi*, apresenta uma versão “ad hoc” que não respeita os factos.

98 - D. Gonçalo de Ferreira foi eleito abade de Alcobaça em Março de 1446, por morte de D. Estêvão de Aguiar.

Tudo reunido, os dados são escassos e não bastam para o que buscamos. O investigador é obrigado a examinar os conteúdos: assim, o Alc. 415 apresentam textos de teor local ou com ele relacionado: *Orosius, Historiarum adversus paganos*, fólio 52-147; *De expugnatione Scalabis*, fólio 148; Suerius, *De expugnatione Salaciae*, fólio 150; se o primeiro texto pode explicar-se por interesses motivados por cultura geral, mais imediatamente deixa supor o conhecimento de alguém que sabe que Orósio tinha origem na região de Braga; porém, só quem conhece o teor dos outros dois textos terá sido levado a incluí-los por referências locais.

O conjunto Alc. 349-351, *Moralia* in Job de Gregório Magno, apresenta um texto acompanhado de um prólogo de cariz hispânico, elaborado a partir do *De uiris* de Isidoro et da *Chronica Mozarabica* de 754; parece-nos que a intenção de anexação desse texto é manifesta: explicar a obra de Gregório na Hispânia no tempo do bispo Taião de Saragoça, embora fosse conhecida a relação do autor com Leandro de Sevilha; para que não restem dúvidas, a encadernação do códice confirma o carácter local, mas a empaginação dos diferentes códices que englobam o conjunto do respectivo texto põe-nos perante diversos executantes do livro, sem excluir traços de solidariedade entre eles⁹⁹.

O *scriptorium* alcobacense tinha certamente autonomia de escolha: já em tempos fizemos notar que, se o texto de Gilberto Crispino, *Disputatio iudaei cum christiano*, apresenta versão alcobacense, Alc. 148, dependente de Claraval¹⁰⁰, não é menos evidente que o texto se associa em Alcobaça a um texto tipicamente hispânico, o *Aduersus Iudaeos* de Pedro Alfonso, em directa correspondência com a associação feita em Santa Cruz de Coimbra¹⁰¹.

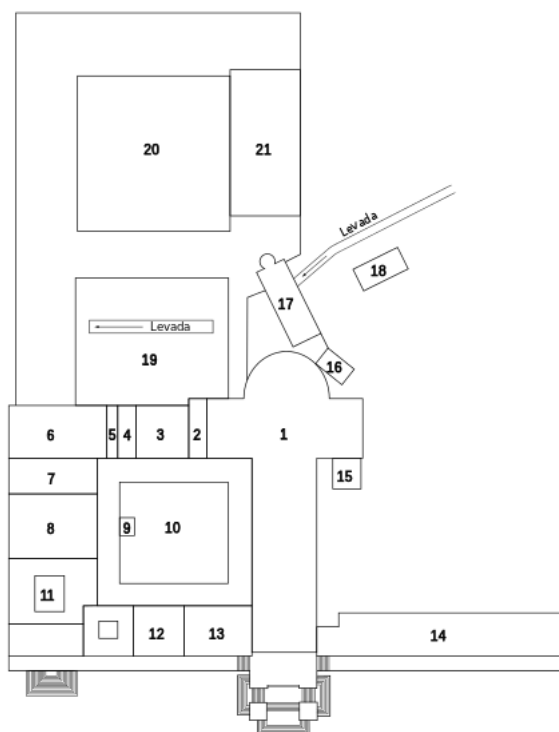
99 - NASCIMENTO, Aires A. - "Um testemunho da tradição hispânica dos *Moralia* in Job: Lisboa, BN, Ale. 349 – Subsídios para o seu enquadramento", in *Archivos Leoneses*, 79-80, 1986, pp. 313-331.

100 - ABULAFIA, Anna Sapir & EVANS, G. R. (edi.) - *The works of Gilbert Crispin, Abbot of Westminster*, Oxford, 1986.

101 - Para esse aspecto, que havia passado despercebido aos editores, chamámos a atenção na recensão crítica que fizemos em *Euphrosyne*, 16, 1988, pp. 451-452.

Plano do Mosteiro de Alcobaça

1. Igreja;
2. Sacristia medieval;
3. Sala do Capítulo;
4. Parlatório;
5. Escada de acesso ao dormitório;
6. Sala dos Monges e antigo local de trabalho dos *scriptores*;
7. Cozinha;
8. Refeitório;
9. Lavabo;
10. Claustro de D. Dinis;
11. Claustro da Hospedaria;
12. Sala das Conclusões;
13. Sala dos Reis;
14. Ala sul;
15. Panteão Real;
16. Capela do Senhor Passos;
17. Sacristia e relicários;
18. Capela Senhora do Desterro;
19. Claustro do Cardeal;
20. Claustro do Rachadoiro;
21. Biblioteca



A análise da empaginação obriga a imaginar esquemas geométricos para entender os modos de ajustamento da leitura, mas tornam o juízo codicográfico mais motivado e mais atento à realidade observada¹⁰².

102 - NASCIMENTO, Aires A. – “A “mise en page”, uma base operativa de reflexão codicológica: dados e problemas de Fundos medievais portugueses”. *Actas del VIII Congreso Internacional de Paleografía e Codicología* (Madrid, 1987). Madrid, 1990, pp. 139-147; *Idem* – “Práticas codicológicas e sentido de enquadramento do livro manuscrito como produto cultural”. In *V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987)* - *Colóquio sobre o livro antigo - Lisboa, 23-25 de Maio de 1988* – *Actas*. Lisboa, 1992, pp. 233-242.

Catarina Miguel¹
Maria Luísa Carvalho²
Cristina Barrocas-Dias³

1 Investigadora do Laboratório HERCULES e Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Largo Marquês de Marialva 8, 7000-809 Évora, Portugal. Investigadora no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória [DL 57/2016/CP1372/CT0012].

2 Professora do Departamento de Física, Faculdade de Ciências e Tecnologia e LIBPhys-UNL, Laboratório de Instrumentação, Engenharia Biomédica e Física da Radiação, Universidade Nova de Lisboa, 2829-516, Caparica, Portugal.

3 Professora do Departamento de Química, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal e investigadora do Laboratório HERCULES e Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora.

Haja Luz:

singularidades materiais das hagiografias românicas alcobacenses num contexto europeu

1. Preâmbulo

Ao contrário do que é frequentemente referido, o período medieval foi sem dúvida um período de grande criatividade e de partilha de culturas e conhecimentos. Alcobaça e os manuscritos produzidos no seu *scriptorium* são, talvez, um dos maiores e melhores testemunhos deste período que nos chegaram aos dias de hoje. Através de uma análise comparativa dos materiais e técnicas de execução das capitulares iluminadas presentes em manuscritos produzidos nos primórdios do funcionamento do *scriptorium* de Alcobaça com manuscritos contemporâneos de semelhante temática produzidos no *scriptorium* da Abadia-mãe de Claraval, pretendemos dar a conhecer as extraordinárias especificidades criativas e materiais existentes em Alcobaça à época da sua fundação, que em muito acreditamos dever-se a uma relação privilegiada dos *monges brancos* de Alcobaça com a cultura e saberes Árabe, à época presente em Portugal. Não se pretende, pois, uma análise

exaustiva do contexto histórico associado ao *scriptorium* e/ou ao *armarium* de Alcobaça, nem tão pouco tecer considerações profundas quanto à codicologia e iconografia dos seus manuscritos. Sobre estas temáticas, vários têm sido os trabalhos publicados de grande relevo, dos quais impensável seria não referir os trabalhos sobre as encadernações alcobacenses da autoria do Professor Aires A. Nascimento¹. Pensamos, contudo, que para melhor contextualizar o leitor para as especificidades das materialidades inerentes às iluminuras presentes nos manuscritos hagiográficos alcobacenses, uma breve contextualização do ambiente de produção destes manuscritos e dos seus percursos até chegarem às nossas mãos poderá estimulá-lo para os resultados decorrentes da caracterização material que aqui se apresentam. Do mesmo modo, pensamos que uma breve contextualização da fundação da Abadia-mãe de Alcobaça – Abadia de Claraval – assim como das vicissitudes pelas quais passaram os manuscritos hagiográficos desde a sua produção no século XII até ao momento que chegaram às nossas mãos, poderá ajudar o leitor na reflexão que muito gostaríamos de estimular: de que modo a *insondabilidade dos caminhos de Deus* (Rom 11, 33) conduziu (e conduz) o património artístico que nos foi legado, e cuja preservação nos é confiada para melhor o protegermos para as gerações vindouras. Da nossa parte, julgamos que a nossa melhor contribuição passa por dar a conhecer as extraordinárias especificidades moleculares destes manuscritos, quer num contexto académico, quer ao público em geral.

2. De Claraval e da sua fundação

Desde os primórdios da sua fundação que o nome de Claraval e de S. Bernardo estão indissociáveis. Nascido em Fontaine-lès-Dijon, Borgonha, em 1090, Bernardo era filho de Tecelin le Sor, cavaleiro ao serviço do Duque

¹ - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval: Alcobaça*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

de Borgonha, e de Aleth de Montbard, oriunda de uma família proprietária de terras (por coincidência) próximas de Claraval². Aos 22 anos de idade, ter-se-á juntado ao grupo de monges beneditinos reformados de Cister, uma comunidade monástica fundada na Regra de S. Bento. Três anos mais tarde, foi enviado com um grupo de doze monges para fundar um mosteiro afiliado a esta nova ordem cisterciense em Val d’Absinthe, na região de Champagne, tornando-se esta na terceira *filha* de Cîteaux (logo a seguir a La Ferté, Pontigny e a Morimond)³. A 25 de Junho de 1115, Bernardo nomeou esta nova casa de *Claire Vallée de l’Aube*, ou simplesmente Clairvaux (Claraval). Circundado por um muro de cerca de 3 km, este novo mosteiro ocupava uma área que se aproximava mais de uma vila do que de um território monástico, evidenciando, à época da sua fundação, a extraordinária força empreendedora e as fortíssimas convicções de Bernardo de Claraval. O prestígio de Claraval rapidamente eclipsou as duas primeiras filiais de Cîteaux, tornando-se na mais prestigiante Abadia-afiliada de Cîteaux. Á morte de S. Bernardo, em 1153, havia cerca de 15 comunidades afiliadas a Claraval; no final do século XII, 59; e em 1300, 1041⁴. A produção de manuscritos iluminados no *scriptorium* de Claraval era uma atividade intensa, produzindo não apenas manuscritos para o seu próprio *armarium*, mas também para os mosteiros afiliados espalhados pela Europa. Além disso, era comum que as Abadias-afiliadas enviassem escribas e/ou iluminadores para copiar os manuscritos originais de Claraval, que seriam posteriormente finalizados após voltarem ao seu *scriptorium*, o que terá contribuído, em muito, para a circulação de manuscritos e escribas entre Claraval e as suas Abadias-afiliadas espalhadas pela Europa. No século XVIII, durante a Revolução Francesa, a coleção de Claraval foi dispersa por Troyes, Paris e Montpellier. Como resultado, cerca de 1018 manuscritos provenientes de Claraval encontram-se hoje à guarda da Médiathèque du Grand Troyes (MdGT).

2 - BAUDIN, Arnaud, DOHRMANN, Nicolas e VEYSSIÈRE, Laurent (coord.) – *Clairvaux – l’aventure cistercienne*. Paris: Somogy éditions d’art, 2015, pp. 49-57.

3 - BAUDIN, Arnaud, DOHRMANN, Nicolas e VEYSSIÈRE, Laurent (coord.) – *Clairvaux...*, pp. 49-57.

4 - BAUDIN, Arnaud, DOHRMANN, Nicolas e VEYSSIÈRE, Laurent (coord.) – *Clairvaux...*, pp. 49-57.

3. De Alcobaça e da sua fundação

Conta a estória que na noite anterior àquela que provou ser a batalha final da conquista de Santarém por D. Afonso Henriques, em 1147, este terá tido um sonho em que Bernardo de Claraval lhe apareceu prometendo-lhe a vitória dos seus soldados na conquista daquele território. Ao acordar, D. Afonso Henriques prometeu construir um mosteiro para os cistercienses, caso saísse vitorioso. Após várias diligências e troca de correspondência entre D. Afonso Henriques e Bernardo de Claraval, em 1152 terá sido enviado um grupo de 13 monges (entre eles Ranulphus, que viria a ser o primeiro abade de Alcobaça) para fundar uma comunidade cisterciense em Portugal⁵, tendo D. Afonso Henriques, no ano seguinte, emitido a Carta de Couto com data de 8 de Abril de 1153. Instalados em acomodações provisórias, a edificação da Igreja e das instalações conventuais viriam só a ter início em 1178⁶. A Abadia de Santa Maria de Alcobaça tornava-se, assim, na 53ª afiliada de Claraval⁷. Da estória à história, sabido é que, com a conquista de Santarém (a 15 de Março de 1147) e de Lisboa (a 21 de Outubro de 1147), a conquista cristã avançava para Sul, e com isso urgia um povoamento rápido e efectivo dos territórios reconquistados. Alcobaça surgia, assim, neste plano Real de povoamento efectivo, tornando-se no mais vasto território monástico de todo o Reino. Para além de uma importante missão de unificação do rito cristão no território, os *monges brancos* de Alcobaça trouxeram à agricultura da região novos métodos e abordagens da Borgonha, tornando-se fundamental para a melhoria da produtividade agrícola da região. Alcobaça depressa alcançou a sua independência económica das doações reais⁸. Em 1248, o Bispo de Lisboa au-

5 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*. 3 Vols., Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscripts Library, 1988-1990, p. XV.

6 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de “huma livraria copiosa”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

7 - MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica nos Manuscritos Alcobacenses*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1984. Tese de Mestrado, p. 9.

8 - MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica...*

torizou aos monges de Alcobaça a construção de quatro novas igrejas nas terras de domínio do Couto, evidenciando o crescimento populacional em torno de Alcobaça e confirmando o seu desenvolvimento social. No primeiro quartel do século XIII, Alcobaça era já um mosteiro bem estabelecido, com alguma sustentabilidade financeira, contrariamente a outros mosteiros do norte de Portugal⁹. Não obstante a Igreja da Abadia de Santa Maria de Alcobaça só ter sido consagrada a 20 de outubro de 1252, a produção de manuscritos iluminados no *scriptorium* alcobacense ter-se-á iniciado em finais do século XII^{10, 11}.

- Das vicissitudes do *armarium* de Alcobaça

Do conjunto de manuscritos que chegou aos nossos dias e que hoje integra a colecção do Fundo de Alcobaça à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), importa referir que estes constituem uma pequena amostra do que, outrora, deverá ter sido o esplendor do *armarium* alcobacense. Em finais de 1833, pouco antes do levantamento popular de 16 de Outubro de 1833 que teve lugar em Alcobaça, refere Fr. Maur Cocheril que “pôde-se apenas, a muito custo, salvar parte dos manuscritos e dos livros, que foram transferidos para Lisboa”¹², tendo os restantes livros e manuscritos sido saqueados e perdidos. Ainda segundo Paulo J.S. Barata,

“a 29 de Novembro de 1833 ordena-se que a Biblioteca Pública receba 28 caixotes de impressos e manuscritos provenientes da livraria do Mosteiro de Alcobaça, que haviam sido embarcados no porto de Peniche. Cerca de 3 meses volvidos, porém, os caixotes contendo os livros de Alcobaça permaneciam ainda no porto de S. Martinho, expedindo-se então, a 6 de Março de 1834, após estra-

9 - MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica...*

10 - MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica...*

11 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística...”, pp. 33-62

12 - Ob. cit. em BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o Liberalismo – Da livraria conventual à biblioteca pública – uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 28.

nhar-se demora, novas ordens ao carregador da comarca de Alcobaça para o transporte dos referidos caixotes de Peniche para Lisboa.”¹³

Ora o decreto de extinção das Ordens Religiosas com vista à secularização de todos os bens dos conventos e à sua integração na Fazenda Nacional só viria a ser assinado por Joaquim António de Aguiar a 28 de Maio de 1834, o que demonstra bem a importância de salvaguardar o espólio restante do *armarium* alcobacense.

A livraria de Alcobaça foi assim, a par com as livrarias do extinto Seminário Patriarcal, da Casa de Nossa Senhora da Estrela, do Convento de São Pedro de Alcântara, do Convento de São Vicente de Fora e do Mosteiro dos Jerónimos, uma das primeiras livrarias a ser considerada para integração no espólio da Biblioteca Pública, em Lisboa¹⁴. Entre 1834 e 1930-32, refere-se no *Inventario dos Códices Alcobacenses* a existência de 456 códices manuscritos provenientes de Alcobaça^{15,16}. Destes, 38 manuscritos terão sido produzidos durante o século XII, cinco manuscritos terão sido produzidos na transição do século XII para o XIII, e 139 manuscritos no século XIII¹⁷. Segundo Aires A. Nascimento, o conjunto destes manuscritos apresenta uma tipologia de encadernação que se define como característica de Alcobaça, sendo esta uma das “identidades” da origem destes manuscritos¹⁸.

13 - Ob. cit. em BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o Liberalismo...*, p. 28.

14 - BARATA, Paulo J.S. – *Os livros e o Liberalismo...*, p. 27.

15 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça...*, p. XV.

16 - NASCIMENTO, Aires A. – “Em busca dos códices Alcobacenses perdidos”. *Didaskalia* (1979), pp. 279-288.

17 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça...*, p. XV.

18 - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval...*

4. Dos manuscritos selecionados para este trabalho

O estudo comparativo das colecções de Alcobaça e Claraval teve por base a caracterização material e das técnicas de produção das capitulares iluminadas¹⁹ presentes num conjunto de manuscritos produzidos nos *scriptoria* de Alcobaça e Claraval. Tendo presente a necessidade de uma escolha de manuscritos comparáveis quer do ponto de vista cronológico, quer do ponto de vista tipológico, foram considerados para este estudo nove manuscritos hagiográficos²⁰ (quatro Legendários produzidas em Alcobaça²¹; cinco manuscritos hagiográficos produzidas em Claraval), Tabela 1.

Tabela 1 - Manuscritos hagiográficos das colecções de Alcobaça e Claraval analisados

Fundo	Cota do manuscrito	Título	Data	Dimensões (mm)	Número total de folios
Alcobaça	BNP, Alc. 418	<i>Legendarium cisterciense</i>	1176-1200	435 x 288	259
	BNP, Alc. 419	<i>Legendarium cisterciense</i>	1176-1200	436 x 285	188
	BNP, Alc. 420	<i>Legendarium cisterciense</i>	1176-1200	336 x 215	215
	BNP, Alc. 421	<i>Legendarium cisterciense</i>	1176-1200	435 x 293	247
Claraval	MS 1	<i>Vitae et Passiones Sanctorum a Kalendis</i>	séc. XII	500 x 340	202
	MS 4	<i>Recueil hagiographique</i>	séc. XII	505 x 380	228
	MS 6	<i>Hagiographie</i>	anterior a 1176	450 x 305	163
	MS 1176	<i>Recueil Théologique et hagiographique</i>	1148-1176	245 x 175	140
	MS 1318	<i>Recueil Théologique</i>	séc. XII	245 x 160	119

19 - Para tal foram utilizadas técnicas in-situ não invasivas, nomeadamente técnicas de microscopia (microscopia óptica) e técnicas espectroscópicas (espectroscopias de reflectância de UV-Vis e de infravermelhos).

20 - Nos manuscritos hagiográficos incluem-se os textos martirológicos e os textos legendários com vidas ou exemplos de vidas de Santos.

21 - Do conjunto de cinco volumes Legendários produzidos em Alcobaça entre 1176-1200 (*Legendarium cisterciense*), dois volumes (Alc. 419 e Alc. 421) foram já estudados sob o ponto de vista material no âmbito da tese de doutoramento de C. Miguel (*Le vert et le rouge: a study on the materials, techniques and meaning of the green and red colours in medieval Portuguese illuminations*, p.78-84), restando os Alc. 418, 420 e 422. Os dois primeiros manuscritos foram estudados no âmbito do presente trabalho, sendo que o Alc. 422 (336 mm x 221 mm; 267 folios), por possuir um reduzido número de capitulares iluminadas, não foi incluído neste trabalho.

Ao integrarem o conjunto de livros de leitura espiritual a serem lidos em comunidade durante o Santo Ofício, e ao fazerem parte do conjunto de livros para suporte dos momentos de meditação privada de cada monge, os manuscritos hagiográficos ocupavam um lugar significativo no *armarium* de um mosteiro.

Não obstante tratar-se de uma das mais importantes obras do *armarium* de Claraval, as semelhanças decorativas das capitulares iluminadas alcobacenses e das capitulares iluminadas presentes nos dois volumes da Grande Bíblia de Claraval - MS 27, t.1 (1150-1160; 494 x 340 mm; 220 fólhos) e MS 27, t.5 (1150-1160; 530 x 360 mm; 227 fólhos), levou-nos também a incluir estes dois volumes neste trabalho.

5. As Hagiografias alcobacenses

– *partilhas e singularidades num contexto europeu*



Fig. 1: Capitulares iluminadas presentes nos manuscritos hagiográficos de Alcobaça e Claraval. *Esquerda*, capitular ao *estilo de Alcobaça*, onde predomina a *palmette* e o *rinçeux* em fundo contrastante colorido (Lisboa, BNP, Alc. 421, fôlio 61v, 1170-1200); *direita*, capitular de Claraval, com desenho monocromático e luzes obtidas por ausência de aplicação de tinta cromática (Troyes, MdGT, MS 1, fôlio 48, séc. XII).

Os Alc. 418, 419, 420 e 421 integram um conjunto de cinco volumes (os Alc. 418, 419, 420, 421 e 422) de manuscritos hagiográficos produzidos no período de 1176-1200. Segundo Thomas L. Amos, de acordo com a caligrafia e os motivos decorativos neles existentes, estes cinco volumes podem ser agrupados em dois grupos de manuscritos: um primeiro grupo, no qual se incluem os Alc. 418, 419 e 421, e um

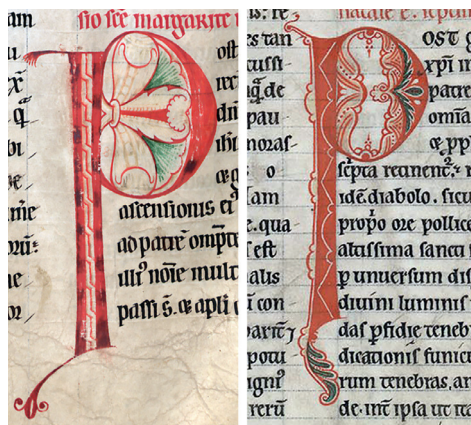


Fig. 2: Capitulares iluminadas presentes nas Hagiografias de Alcobaça e Claraval. *Esquerda*, Lisboa, BNP, Alc. 420, fólio 82; *direita*, Troyes, MdGT, MS 4, fólio 99r. (Troyes, MdGT, MS 1, fólio 48, séc. XII).

segundo grupo no qual se incluem os manuscritos Alc. 420 e 422²². De facto, da comparação das capitulares iluminadas presentes nestes cinco manuscritos, verificam-se dois tipos de tipologias de desenho: uma tipologia com desenhos dotados de uma extraordinária combinação de movimento e tridimensionalidade conseguidos por uma notável conjugação das técnicas de *palmette* e *rinceaux*²³ a tinta ferrogálica (conjugação esta muito conotada com o chamado *estilo de Alcobaça*²⁴), figura 1, e uma outra tipologia, mais simples, sem fundos coloridos e com luzes obtidas através de pergaminho não pintado²⁵, muito ao estilo do que se verifica nos manuscritos hagiográficos de Claraval, figura 2.

Ainda segundo Thomas L. Amos, e citando um trabalho de François Dol-

22 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça...*, p. XV.

23 - A *palmette* assemelha-se a folhas em forma de leque de uma palmeira, e seu uso em desenhos ornamentais remonta ao antigo Egito. Também foi amplamente utilizada em desenhos ornamentais na arte grega e romana; o *rinceaux* é uma forma de ornamento que consiste numa padronização de ramos foliáceos entrelaçados, conferindo uma imagem de movimento labiríntico à iluminura (see *Understanding illuminated manuscripts – a guide to technical terms*).

24 - MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica...*

25 - O elevado detalhe e precisão das áreas não pintadas nas capitulares iluminadas de Claraval poderá estar relacionado com a utilização da técnica de *stencil* com recurso ao uso de escantilhão pelos iluminadores deste *scriptorium* na produção destas iluminuras.

beau, este conjunto de cinco manuscritos poderão estar relacionados com um modelo proveniente de Claraval^{26,27}. Ora, da comparação das iluminuras presentes em cada um dos dois conjuntos de manuscritos, torna-se evidente que o segundo conjunto (composto por capitulares sem fundos coloridos e com luzes obtidas através de pergaminho não pintado) poderá estar, sim, relacionado com algum modelo hagiográfico proveniente de Claraval, já que os modelos com elaborados *rinceux* e *palmette* em nada se comparam com as decorações estilísticas encontradas nos manuscritos hagiográficos de Claraval.

Já no que diz respeito ao conjunto que segue um *estilo* dito *de Alcobaça*, poderemos encontrar algumas analogias no movimento e tridimensionalidade em manuscritos produzidos no *scriptorium* de Claraval, mas somente quando comparando as capitulares alcobacenses com capitulares de manuscritos de maior importância no *armarium* de Claraval, como é o caso da Grande Bíblia de Claraval (MS 27, t.1 e t.5, 1150-1160), figura 3.



Fig. 3: Esquerda, Lisboa, BNP, Alc. 421, fólio 93 (1170-1200); direita, Troyes, MdGT, MS 27, t.5, fólio 134 (1150-1160).

26 - DOLBEAU, François – «Le legendier d'Alcobaça. Histoire et Analyse». *Analecta Bollandiana* 102 (1984), pp. 263-96.

27 - AMOS, Thomas L. – The Fundo Alcobaça..., p. XV.

Não obstante a possível discrepância temporal na produção de ambos os manuscritos (os Lecionários alcobacenses deverão ter sido produzidos entre 1170-1200 e os dois volumes da Grande Bíblia de Claraval entre 1148-1176), é possível identificar nas capitulares iluminadas da Grande Bíblia de Claraval a presença de traços semelhantes aos utilizados na representação da *palmette* das capitulares iluminadas de Alcobaça, figura 3. Contudo, é somente em Alcobaça que a tridimensionalidade e movimento do desenho atinge todo o seu esplendor e exuberância, muito à custa do contraste conseguido com a combinação de fundos coloridos-desenhos não pintados. Uma outra característica muito marcada nas capitulares iluminadas de Alcobaça, igualmente presente nas capitulares da Grande Bíblia de Claraval, são a aplicação de três pontos de luz a branco de chumbo dispostos triangularmente e dispersos sobre o fundo colorido da caixa de fundo onde se insere a capitular, figura 3, característica esta nunca encontrada nos manuscritos hagiográficos contemporâneos produzidas em Claraval.

Também do ponto de vista das encadernações, somente o primeiro conjunto de manuscritos hagiográficos (Alc. 418, 419 e 421) apresentam encadernações ditas *originais* ao estilo de Alcobaça²⁸, sendo que o segundo conjunto (Alc. 420 e 422) apresentam encadernações posteriores, figura 4.



Fig. 4:

Esquerda, Lisboa, BNP, Alc. 420 (1176-1200, 336 mm x 215 mm; 215 folia);
centro, Lisboa, BNP, Alc. 421 (1176-1200, 435mm x 293 mm; 247 folia);
direita, Troyes, MdGT, MS 1 (Séc. XII; 500 mm x 340 mm; 202 folia).

Das encadernações *originais* ao estilo de Alcobaça, como é exemplo a encadernação do Alc. 421 (figura 4, centro), destaca-se a presença de uma capa exterior de pele curtida com alúmen de cor bege-claro que ultrapassa as dimensões das tábuas de encadernação moldada em envelope para proteger os bordos e interior do manuscrito. Numa descrição excepcional, Aires A. Nascimento descreve-a como caindo

“em badanas na cabeceira e no pé, enquanto que sobre o corte de goteira forma uma vira de envelope que recobre e segura as correias do fecho, cujas pontas com ferragens vão fixar-se em espigões no segundo plano. É cosida no rebordo da tábua e constitui assim uma camisa de protecção.”²⁹

Uma outra característica excepcional destas encadernações é a presença de cabeças de brochos cinzeladas sobre os cantos e o centro de cada um dos planos da encadernação para evitar o atrito directo da cobertura contra qualquer superfície de apoio, muito ao estilo das encadernações medievais. Finalmente de referir a presença de cordões de divisão originais e tranchefilas feitas de tendões usadas para prender os quaternos entre si, e estes às tábuas de madeira, num sistema de articulação que, segundo Aires A. Nascimento, se inscreve numa de articulação nervos-tábuas em sigmático B^{30, 31}. Já no que diz respeito à encadernação do Alc. 420, este apresenta pastas de papelão cobertas por pele curtida com taninos de cor castanho-escura, não apresentando qualquer motivo decorativo metálico na sua constituição, figura 4-esquerda.

29 - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval...* p. 35.

30 - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval...*, p. 85.

31 - No estudo exaustivo das encadernações dos manuscritos pertencentes ao Fundo de Alcobaça produzidos entre os sécs. XII-XIV levado a cabo por Nascimento e Diogo, foram identificadas sete tipologias de sistemas de articulação do nervo à tábua, tendo em conta a linha do desenho que os nervos tomam: laço de volta inteira (23 códices), sigmático A (5 códices), sigmático B (19 códices), laço com nó (2 códices), semi-sigmático A (1 códice), semi-sigmático B (5 códices) e semi-sigmático C (25 códices), in NASCIMENTO, Aires A. DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval...*, p. 44.

Relativamente aos manuscritos hagiográficos de Claraval, dos cinco códices analisados, somente dois, o MS 1 (século XII) e o MS 1176 (1148-1176), apresentam encadernações de época: capa exterior a forrar as tábuas de encadernação de pele curtida com alúmen de cor bege-claro, com reforços metálicos aos quatro cantos de cada uma das tábuas que, muito provavelmente, resultaram de uma intervenção posterior, figura 4-direita. No que diz respeito às decorações metálicas, identificam-se os locais onde outrora estiveram cravadas as cabeças de brochos cinzeladas sobre os cantos e o centro de cada um dos planos da encadernação³², assim como o local de cravação das correias do fecho e dos espigões no segundo plano.

Das evidências apresentadas, quer do ponto de vista estilístico, quer do ponto de vista das encadernações, questionamo-nos, pois, quanto à possibilidade deste conjunto de cinco volumes de Legendários Cistercienses (Alc. 418, 419, 420, 421 e 422) terem sido efectivamente produzidos num mesmo período segundo um mesmo modelo original (como referido no inventário da Biblioteca Nacional de Portugal)³³, ou se poderão ter sido copiados num mesmo intervalo temporal, e iluminados em tempos distintos ou, senão mesmo, em locais distintos.

- Do uso das cores nos manuscritos hagiográficos de Alcobaça e Claraval

A cor apresenta um papel crucial na interpretação de uma Obra de Arte. No caso das iluminuras medievais, este papel é reforçado não só pelo significado que a utilização de uma determinada cor poderá ter na contextualização do manuscrito, mas também pelos custos envolvidos na utilização de uma

32 - Que certamente terão sido retiradas durante o processo de transferência dos manuscritos de Claraval para Troyes após a Revolução Francesa, de modo a permitir a arrumação vertical dos mesmos nas novas estantes, permitindo otimizar o espaço necessário a acolher todos os manuscritos.

33 - <http://purl.pt/24595>, <http://purl.pt/26236>, <http://purl.pt/24664>, <http://purl.pt/24596>, <http://purl.pt/24597> (consultados em 12 de Março de 2019).

determinada fonte cromática em detrimento de outra³⁴. Para compreender a relação entre a extensão do uso de uma determinada cor numa iluminura e o seu possível significado no contexto do manuscrito, torna-se, pois, fundamental considerar a história e as tradições culturais por detrás de cada cor. Deste modo, após a caracterização molecular de cada uma das cores presentes num conjunto de iluminuras representativas dos manuscritos hagiográficos de Alcobaça e Claraval³⁵, caracterizou-se a paleta molecular do manuscrito que, posteriormente, foi associada a cada uma das cores mapea-

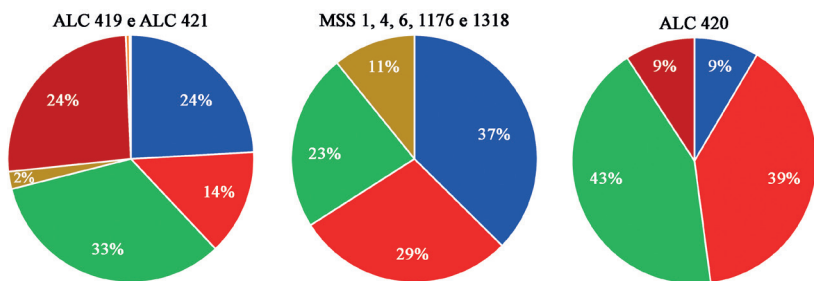


Fig. 5: Análise da extensão de uso das cores nos manuscritos hagiográficos de Alcobaça (Lisboa, BNP, Alc. 419; Lisboa, BNP, Alc. 420; e Lisboa, BNP, Alc. 421) e Claraval (Troyes, MdGT, MSS 1, 4, 6, 1176 e 1318). A percentagem apresentada corresponde à percentagem de área de cada cor no conjunto de manuscritos escolhidos de cada *scriptorium*. As percentagens minoritárias dizem respeito às cores rosa e amarela presentes nas capitulares iluminadas de Alcobaça (circa 1 %).

Representa-se a ■ as tintas verdes de proteinatos de cobre, a ■ as tintas vermelhas de vermelhão, a ■ as tintas azuis de lápis-lazúli, a ■ as tintas de lac, e a ■ as tintas castanho-claro de natureza orgânica (adaptado de “Scientific Study of Cistercian Illuminated Manuscripts: Techniques, Aesthetics and Religion”, pp.134-145).

34 - Como, por exemplo, a utilização de um ocre vermelho (Fe_2O_3) em detrimento do uso de vermelhão (HgS) que à época, logo a seguir ao lápis-lazúli, era um dos pigmentos mais caros da paleta medieval. MIGUEL, Catarina, VAZ PINTO, Catarina, CLARKE, Mark e MELO, Maria João – “The alchemy of red mercury sulphide: The production of vermilion for medieval art”. *Dyes and Pigments* 102 (2014), pp. 210-217.

Refira-se que no caso de Alcobaça, o pigmento vermelho encontrado é de origem mineral, muito provavelmente extraído das minas de Almadén, em Espanha (“The alchemy of red mercury sulphide: The production of vermilion for medieval art”, pp. 210-217).

35 - De Alcobaça foram selecionados três manuscritos (Alc. 419, Alc. 420 e Alc. 421), dos quais foram mapeadas cento e dezasseis capitulares iluminadas (*Le vert et le rouge: a study on the materials, techniques and meaning of the green and red colours in medieval Portuguese illuminations*, pp.78-84). De Claraval foram selecionados cinco manuscritos (MSS 1, 4, 6, 1176 e 1318), dos quais foram mapeadas trinta capitulares iluminadas (“Scientific Study of Cistercian Illuminated Manuscripts: Techniques, Aesthetics and Religion”, pp.134-145).

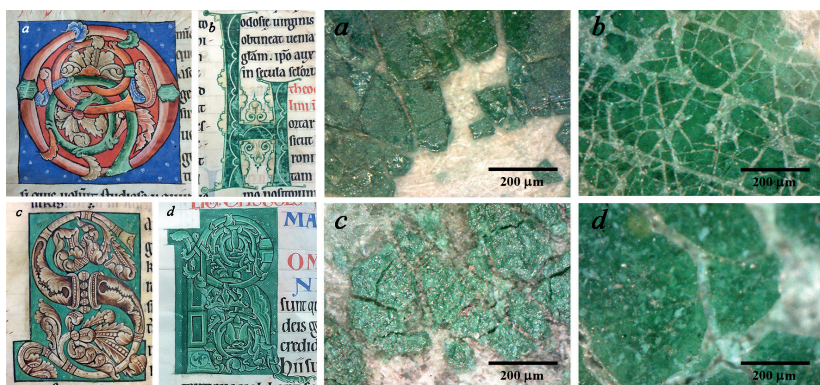


Fig. 6: Esquerda, capitulares iluminadas de Alcobaça (a: Lisboa, BNP, Alc. 418, fólio 3v; c: Lisboa, BNP, Alc. 421, fólio 23v) e Claraval (b: Troyes, MdGT, MS 1, fólio 12; d: Troyes, MdGT, MS 27-t.5, fólio 142v), direita, detalhes das respectivas tintas.

da³⁶. Para uma melhor reflexão sobre o uso das cores nos manuscritos hagiográficos de Alcobaça e Claraval, começamos pela análise dos resultados dos mapeamentos de cor obtidos para os manuscritos ao *estilo de Alcobaça*, comparando-os com os resultados obtidos para os manuscritos de Claraval, figura 5, esquerda-centro. Assim, e para ambas as coleções, verificou-se que as cores mais utilizadas foram o verde e o azul, sugerindo uma importância semelhante destas cores para ambos os *scriptoria*, figura 5, esquerda-centro.

No que diz respeito às tintas azuis, foi identificado como cromóforo a lazurite – componente principal do lápis lazuli, à época o mais caro dos pigmentos. Já no que diz respeito ao verde, foi identificado um proteinato de cobre resultante da reacção química de complexação da proteína utilizada como ligante com um acetato de cobre, tendo-se verificado em todas as tintas verdes analisadas uma grande fragmentação dos filmes cromáticos associada a uma perda de adesão ao suporte^{37,38}, figura 6.

36 - Todas as cores foram caracterizadas, à excepção do amarelo-claro e do castanho-claro, ambos de origem orgânica, presentes quer nos manuscritos hagiográficos de Alcobaça, quer nos manuscritos hagiográficos de Claraval.

37 - MIGUEL, Catarina, CLARO, Ana, MELO, Maria João e LOPES, João Almeida – “Green, blue, greenish blue or bluish green? Copper pigments in medieval Portuguese Illuminations” in HERMENS, Erma e TOWNSEND, Joan (ed). – *Sources and Serendipity – Testimonies of Artists’ Practice*. Londres: Archetype, 2009, pp. 33-38.

38 - MIGUEL, Catarina – *Le vert et le rouge: a study on the materials, techniques and meaning of the green and red colours in medieval Portuguese illuminations*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento.

Não obstante este fenómeno de degradação, na grande maioria dos casos, estes filmes cromáticos apresentam-se sempre com aspecto vítreo e cor verde-intenso.

Ao compararmos as percentagens de utilização das cores verdes e azuis, verifica-se uma maior extensão do uso da cor verde (33%) nos manuscritos de Alcobaça, em detrimento da cor azul (24%), sendo que nos manuscritos de Claraval a cor predominante é o azul (37%), figura 5. Tendo em conta a importância da cor azul na Arte medieval, a análise da extensão do uso da cor sugere, de certo modo, uma importância semelhante atribuída a estas duas cores – verde e azul - nos manuscritos hagiográficos de ambas as colecções^{39,40}. Este resultado torna-se ainda mais interessante se atendermos ao facto de que, para a cultura artística medieval de cariz religioso, o maior significado espiritual era atribuído à cor azul de lápis-lazúli, sendo que para a cultura islâmica o significado mais elevado era atribuído ao verde. Neste sentido, e tendo presente a forte presença Árabe nos territórios a sul de Portugal e na Península Ibérica, a análise de cores destes manuscritos sugere uma possível influência da cultura islâmica nos esquemas de cores seguidos em Alcobaça.

No que diz respeito à segunda cor mais utilizada, em Claraval surge o vermelho de vermelhão (29%) que, com o azul, integra o conjunto das duas cores mais características da paleta medieval. Já no que diz respeito a Alcobaça, como segunda cor mais utilizada surge o azul *in exequo* com o vermelho de lac (24%), um corante de cor vermelho-escuro intenso extraído da secreção do inseto *Kerria lacca* presente na Índia, no sudeste da Ásia e no sul da China, figura 7.

No período medieval, o lac estava entre os corantes vermelhos mais valiosos, podendo ser encontrada a sua presença na arte do Medi-

39 - PASTOUREAU, Michel – *Bleu*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

40 - MIGUEL, Catarina, NUÑEZ-GÁITAN, Angela, CARVALHO, Maria Luísa e BARROCAS-DIAS, Cristina – “Scientific Study of Cistercian Illuminated Manuscripts: Techniques, Aesthetics and Religion”. In PANAYOTOVA, Stella e RICCIARDI, Paola (ed.) – *Manuscripts in the Making: Art and Science*. Vol. 2. Londres e Turnhout: Harvey Miller/Brepols, 2018, pp. 134-145.

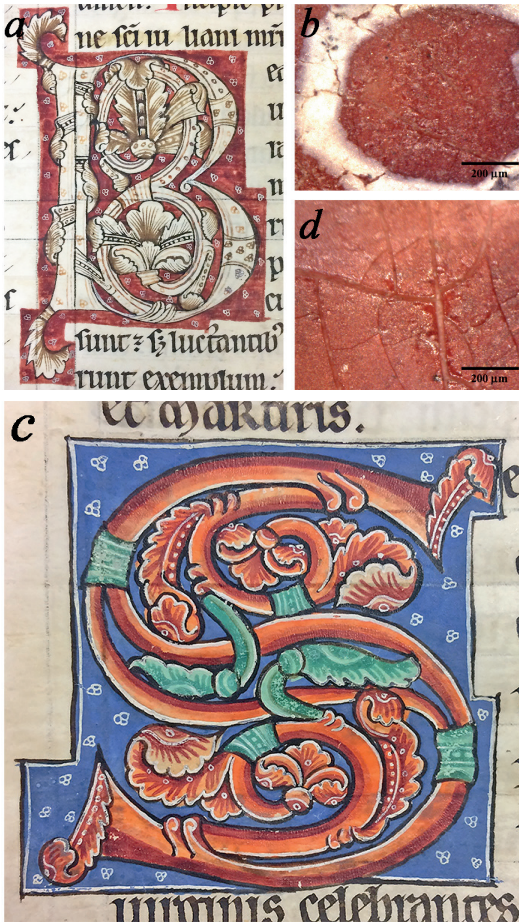


Fig. 7: Utilização de lac como cromóforo em fundos e matizados de capitulares iluminadas Alcobacenses:
 a-b: Lisboa, BNP, Alc. 418, fólio 118v;
 c-d: Lisboa, BNP, Alc. 418, fólio 195v.

terrâneo Ocidental, nomeadamente em regiões sob influência islâmica, cujas rotas comerciais estariam, à época, sob o domínio de judeus e árabes⁴¹. Sendo o lac um corante tão valioso neste período, e tendo em conta o uso exaustivo de vermelho na produção das capitulares e títulos iniciais dos manuscritos alcobacenses (reflectindo a sua disponibilidade no *scriptorium*), o uso de lac como fonte cromática de vermelho deverá ter sido intencional, sugerindo uma vez mais uma possível relação/influência da cultura islâmica em Alcobaça. Refira-se, ainda, que em nenhum dos manuscritos hagiográficos de Claraval foram

identificadas tintas com lac na sua constituição, tendo sido identificada a presença de lac somente em manuscritos de maior importância no *armarium* de Claraval, como é o caso da Grande Bíblia de Claraval (MS 1, t.1 e t.5), e somente em matizados semelhantes aos

⁴¹ - KIRBY, Jo – “Paints, pigments, dyes”. In GLICK, T., LIVESEY, S. J. e WALLIS, F. (ed.) – *Medieval Science, Technology, and Medicine – an Encyclopedia*. New York: Psychology Press, 2005.

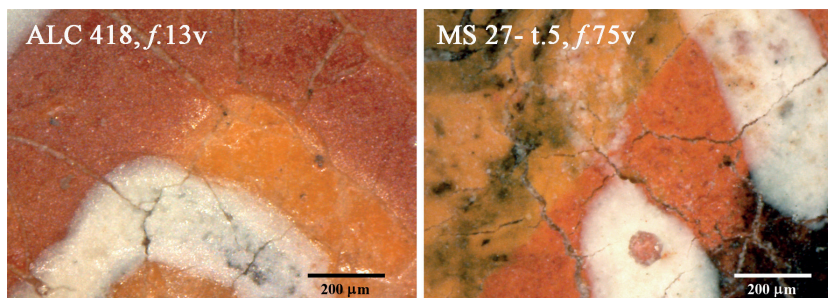


Fig. 8: Utilização de lac em matizados presentes em manuscritos de Alcobaça (Lisboa, BNP, Alc. 418, 1170-1200) e Claraval (Troyes, MdGT, MS 27-t.5, 1150-1160).

encontrados em Alcobaça, com aplicação do lac sob um fundo laranja de mínio, finalizado com luzes a branco de chumbo para um maior efeito de tridimensionalidade, figura 8.

Já no que diz respeito à análise da extensão do uso das cores no Alc. 420, figura 5-direita, à semelhança dos Alc. 419 e Alc. 421, verifica-se que a cor mais utilizada foi o verde (43%), seguindo-se, com uma percentagem muito próxima, o vermelho de vermelhão (39%). Uma vez mais, o verde apresenta-se como a cor preponderante nos manuscritos de Alcobaça, contrariamente ao que se verifica em Claraval, onde o azul é a cor mais utilizada. Em segundo plano, e à semelhança do que se verifica com os Alc. 419 e Alc. 421, o vermelho de lac surge com uma extensão de cor semelhante à do azul de lápis-lazúli, mas desta feita numa percentagem bastante mais reduzida (nos Alc. 419 e Alc. 421 a percentagem de área de cor é de 24%, ao passo que no Alc. 420 é de 9%), figura 5. Este resultado leva-nos a questionar quanto ao momento de produção deste manuscrito, já que, seguindo proporções de cor próximas dos restantes Leccionários alcobacenses mapeados, apresenta uma menor área de extensão de azul de lápis-lazúli e vermelho de lac. Quanto a este facto, podemos-nos questionar quanto à menor utilização destes materiais ter uma origem económica (já que se trata dos cromóforos mais valiosos utilizados em produção de iluminuras no século XII) ou, por outro lado, estar relacionada com uma menor disponibilidade destes materiais decorrente desta iluminuras terem sido produzidas no início do funcionamento do *scriptorium*, que poderia ainda não

estar dotado destes materiais e/ou das técnicas de produção e/ou utilização dos mesmos. Assim, e tendo presente a grande analogia estilística com as capitulares iluminadas dos manuscritos hagiográficos de Claraval, tudo nos leva a crer que seja possível que o manuscrito Alc. 420 tenha sido produzido no início da actividade do *scriptorium* alcobacense, seguindo ainda a influência estilística do *scriptorium* da Abadia-mãe de Claraval, mas fazendo já uso de materiais cromóforos que viriam a testemunhar a influência das relações interculturais de Alcobaça, como o caso do vermelho de lac, que, num período posterior, passarão a ser utilizados com maior esplendor nos Alc. 419 e Alc. 421, já ao *estilo de Alcobaça*.

Uma nota final em relação aos amarelos e castanhos de origem orgânica ainda não caracterizado, referindo que não é possível inferir quanto à sua cor original, uma vez que a cor observada pode resultar de uma degradação de um corante orgânico usado para produzir estas tintas.

6. Considerações finais

Com a abordagem seguida neste trabalho, julgamos ter sido possível evidenciar as singulares especificidades do *scriptorium* alcobacense, colocando-o entre os lugares mais excepcionais de produção de manuscritos iluminados no período românico. Tal só nos foi possível graças à análise comparativa dos materiais e técnicas de produção seguidas na produção das capitulares iluminadas do conjunto de manuscritos hagiográficos de Alcobaça e Claraval, sendo que seguindo uma abordagem comparativa iconográfica e codicológica, não teria sido alcançado de forma tão expressiva. Esperamos, assim, que nestas novas descobertas, novas ideias sejam deixadas para as gerações futuras sobre os fundamentos, a importância e as especificidades do *scriptorium* de Alcobaça no contexto europeu.

*

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado pelo projeto UID/Multi/04449/2013 (PO-CI01–0145FEDER007649). Catarina Miguel agradece o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa SFRH/BPD/ 2865/2013 e do contracto de Investigador ao abrigo da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1372/CT0012]. Agradece ainda à Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e à Médiathèque du Grand Troyes (MdGT) pelo acesso aos manuscritos, em particular ao Dr. Pierre Gandil (MdGT) pelo seu apoio extraordinário durante as missões a Troyes. Finalmente, um agradecimento especial ao Professor Aires A. Nascimento, ao Doutor João A. Lopes e ao Professor António Candeias pelas extraordinárias conversas e discussões dos resultados que aqui se apresentam.

Maria da Conceição Casanova

Professora auxiliar e membro da comissão executiva do Departamento de Conservação e Restauro da FCT - UNL; Vice-presidente do Programa Doutoral em Conservação e Restauro de Património Cultural da FCT - UNL. Investigadora Co-responsável no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Novas abordagens para o estudo e conservação da estrutura do códice: **o caso de estudo das encadernações produzidas no scriptorium do Mosteiro de Alcobaça**

1. Introdução: estado geral dos conhecimentos e novos desafios

O códice, enquanto artefacto tridimensional, para lá da informação escrita e do conteúdo textual e iconográfico integrado no bloco de texto, incorpora uma vasta e significativa informação na estrutura das suas encadernações. Um dos elementos principais de proteção de um manuscrito, a encadernação e os seus vários elementos, permite-nos recolher informação sobre onde, quando e como um livro foi utilizado, ao longo dos tempos, revelando os aspetos intencionais da sua fruição e uso e, muitas vezes os gostos e as escolhas dos seus proprietários¹.

¹ - CAMPAGNOLO, Alberto - "Bookbinding Information on the Web: Breaking the Circle, from Pixels to linked Open Data". *International Information & Library Review* 49 (2017), pp. 37-50. Ver ainda: PICKWOAD, Nicholas - "An Unused Resource: Bringing the Study to Bookbinding out of the Ghetto". In MOUREN, Raphaele (ed.) – *Ambassadors of the Book: Competences and Training for Heritage Librarians*. Berlin: De Gruyter Saur, 2012, pp. 83-94.

De acordo com diversos autores, só muito recentemente, em plena segunda metade do século XX, surge, por parte das instituições patrimoniais, o interesse crescente pelo estudo e registo dos aspetos materiais da construção do códice, realidade que pode ser comprovada pela reduzida informação sobre as encadernações dos códices, que se encontra nos catálogos das bibliotecas². Não quer isto dizer que os estudos sobre encadernação sejam escassos ou que a bibliografia sobre o tema seja reduzida. Na verdade, o interesse académico pela história da encadernação surge ainda no século XIX, a par do aparecimento dos manuais da arte. Porém, esses primeiros estudos académicos vão focar-se, sobretudo, nos aspetos estéticos e decorativos da encadernação, onde se destacam autores como Arnett (1835)³ e Weale (1898)⁴. Especialistas como Filólogos, Codicólogos e Diplomatas desempenharam também um papel de relevo no século XX. Destacam-se autores como d'Alphonse Dain (1896- 1964) e Charles Samaran (1879-1982) considerados os fundadores da codicologia⁵, e Léon Marie Joseph Delaissé (1914-1972), historiador de arte e curador do *Département des Manuscrits/ Bibliothèque Royale*, de Bruxelas, considerado responsável pela introdução do termo “arqueologia

2 - SZIRMAI, J.A. - “Stop destroying ancient bindings”. *Abbey Newsletter* 13/5 (September 1989), [Em linha] [Consultado 01.09.2019]. Disponível em <https://cool.conservation-us.org/byorg/abbey/an/an13/an13-5/an13-513.html>; HOBSON, A. - “Italian fifteenth-century bookbindings”. *The Society for Renaissance Studies*, 9/2, 1995, pp.129-136; PEARSON, David - *Provenance research in book history: a handbook. The British Library studies in the history of the book*. London: British Library, 1998; NUVOLONI, Laura - “Commissioni Dogali: Venetian bookbindings in the British Library”. In PEARSON, David (ed.) - *For the love of the binding: studies in bookbinding history presented to Mirjam Foot*. Inglaterra: The British Library & Oak Knoll Press, 2000, pp.81-92; FOOT, Mirjam - *Bookbinders at Work: Their Roles and Methods*. Newcastle, Delaware: Oak Knoll, 2006; VODOPIVEC, J. - “Medieval Bindings in Slovenia. Binding Structures on Stiff-Board Manuscripts collection”. *Libellarium II* 1 (2009), pp. 1-127; GILLESPIE, Alexandra - “Bookbinding”. In GILLESPIE, Alexandra e WAKELIN, Daniel (eds.) - *The production of Books in England 1350-1500*. New York: Cambridge University Press, 2011, pp. 150-172; PICKWOAD, Nicholas - “Bookbindings and the History of the Book”. In *Arhivski Vjesnik Bulletin d'archives*, Zagreb: Hrvatski Drzavni Arhiv, 2016, pp. 157-176.

3 - ARNETT, John A. - *Bibliopagia or the art of bookbinding in all its branches*. London: Richard Groombridge, 1835.

4 - WEALE, W.H. James - *Bookbinding and rubbings of binding in the National Art Library, South-kensington Museum*. London: Printes for H. M. Stationery Office, 1898.

5 - LEMAIRE, Jacques - *Introduction à la codicologie*. Louvain-la-Neuve: Institut d'Etudes Médievales, 1989, pp. 1-2.

do livro” nos estudos sobre a materialidade do livro medieval⁶. Mas, para a grande maioria destes estudiosos, o livro alterado e interven-
cionado perde o interesse no âmbito dessas pesquisas. Ora, são raras
as obras que não sofreram alterações, o que diminui, drasticamente,
o universo de estudo. Assim, além de uma maior atenção prestada
às encadernações ricas e raras, que vão ser profusamente estudadas
durante o século XX nos seus aspetos estéticos e decorativos, os es-
tudos realizados restringem-se, frequentemente, às encadernações no
seu estado pristino ou muito próximo do original. Por outro lado,
estes estudos, normalmente, são regionais e direccionados a casos
muito específicos⁷, dificultando exercícios de comparação que per-
mitam identificar diferentes práticas e propor a sua datação. Convém
também sublinhar que as encadernações luxuosas e raras represen-
tam uma ínfima parte da encadernação produzida, sendo o número
diminuto deste tipo de encadernações, provavelmente, ainda mais
significativo do que o número das encadernações que sobreviveram
sem alterações. Esta facto, dificulta a reconstrução e a realização de
estudos fidedignos, com suficiente representatividade, como tem sido

6 - CLARKSON, Christopher - “The Conservation of Early Books in Codex Form: A personal Approach: Part 1”. *The Paper Conservator* 3 (1978), pp. 33-50. Ver ainda: DELAISSÉ, L. M. J. (ed.) - *Le manuscrit autographe de Thomas a Kempis et l'«Imitation de Jésus-Christ». Examen archéologique et édition diplomatique du Bruxellensis 5855-61*. 2 Tomes. Anvers: Standaard-Boekhandel, 1956 (= *Publications de Scriptorium*. Vol. II).

7 - FOOT, Mirjam - “The British Bindings in the Henry Davis Gift”. In *The Henry Davis Gift: Catalogue of North European Bindings*. London: The British Library, 1983, pp.114-128; SHEPPARD, Jennifer M. - “Some twelfth century monastic bindings and the question of localization”. In BOWNRIG, Linda L. (ed) - *Making the Medieval book: techniques of production - Proceedings of the fourth conference of the seminar in the history of book to 1500, Oxford, July 1992*. Oxford: Anderson - Lovelace & Red Gull Press, 1995, pp.181-198; BEARMAN, Frederick A. - “The Origins and Significance of Two Late Medieval Textile Chemise Bookbindings in the Walters Art Gallery”. *The Journal of the Walters Art Gallery* 54 (1996), pp. 163-187. HADGRAFT, N. - *English Fifteenth Century Book Structures*. London: University College London, 1997; PEARSON, David - “Bookbinding in Cambridge in the second half of the sixteenth century”. In PEARSON, David (ed.) - *For the love of the binding: studies in book binding history presented to Mirjam Foot*. England: The British Library & Oak Knoll Press, 2000, pp.169-196.

atestado por diferentes autores⁸. Neste contexto, não é surpreendente que Goldschmidt⁹ nas primeiras décadas do século XX e Campagnolo¹⁰ passado quase um século, já no início do século XXI, ambos chamem a nossa atenção para o facto de, apesar da literatura sobre o tema da encadernação ser bastante extensa, o nosso conhecimento se manter deficitário, sendo impossível realizar uma história coerente sobre a encadernação no Ocidente, com base no estado atual dos conhecimentos.

Além dos aspetos já referidos, para o panorama atual contribui também um deficiente cruzamento e partilha de informação. Esta realidade foi causada, em parte, pela envolvimento de perfis académicos e de investigação muito distintos no estudo do código e da sua encadernação, desde Historiadores do livro, Codicologistas, Bibliotecários/Arquivistas, Conservadores-Restauradores, entre outros. Os estudos destes diferentes atores não só compreendem abordagens distintas ao objeto, como utilizam linguagens e metodologias de investigação muito diferentes, criando algumas dificuldades para o desenvolvimento deste campo de estudo. Ora, a falta de uma metodologia compatível e uma terminologia textual e gráfica normalizada, que facilite a circulação e partilha de informação e a construção de um *corpus* de conhecimento transversal, efetivamente, impede a realização de estudos comparativos de proveniência e datação. Para isso é fundamental criar um método de registo e descrição padronizado, que permita identificar as diferentes tipologias, através de uma descrição material e técnica exaustiva, usando essa terminologia comum. Além disso, como tem sido realçado por vários

8 - POLLARD, Graham – “Changes in the Style of Bookbinding, 1550–1830”. *The Library*, Fifth Series, 11/2 (June 1956), pp. 71-94; MARKS, Philippa – *The British Library Guide to Bookbinding: History and techniques*. Londres: The British Library, 1998; SZIRMAI, J. A. – *The Archaeology of Medieval Bookbinding*. Aldershot e Brookfield: Ashgate Publishing, 1999; LANOË, G. (dir.) – *Catalogue Reliures médiévales des Bibliothèques de France*. Institut de Recherche et d'Histoire des textes, Vol. 3. Orléans: Brepols, 2005; PICKWOAD, Nicholas – “Books bound after what manner you please”. In *Aldo Manuzio: La Costruzione del Mito / Aldus Manutius. The Making of the Myth*. Venice: Marsilio Editore, 2016, pp. 226-258; PICKWOAD, Nicholas – “The Techniques and Materials Used to Make bookbindings on Incunables”. In RESKE, Christoph; SCHMITZ, Wolfgang (ed.) – *Materielle Aspekte in der Inkunabelforschung. Wolfenbütteler Schriften zur Geschichte des Buchwesens*. Vol. 49. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2017, pp. 189-212.

9 - GOLDSCHMIDT, E. P. – *Gothic Renaissance Bookbindings exemplified and illustrated from the author's collection*. London, Boston & New York: Ernest Benn Ltd / Houghton Mifflin Company, 1928.

10 - CAMPAGNOLO, Albert – *Transforming structured descriptions to visual representations. An automated visualization of historical bookbinding structure*. Tese de Doutoramento. London: University of Arts London, 2015, pp. 63-67.

autores¹¹, é necessário tornar a informação existente mais acessível, através de repositórios *online* e outras ferramentas que permitam o cruzamento da informação recolhida e produzida pelos estudos interdisciplinares, sobre estes objetos. Estas ferramentas são ainda fundamentais como meio de salvaguarda futura, caracterizando os elementos identitários presentes nestes objetos e permitindo a sua difusão.

Nas últimas décadas, os trabalhos desenvolvidos pelo *Institut de Recherche et d'Histoire des Textes* (CNRS) em Paris e pelo *Ligatus Research Centre* da *University of the Arts London* têm contribuído exatamente para colmatar algumas das falhas e impedimentos ao estudo holístico da encadernação no Ocidente. No caso do CNRS a edição da coleção *Reliures médiévales des bibliothèques de France*¹² e a disponibilização *online* do *Vocabulaire codicologique*¹³, constitui um importante contributo. No caso do LIGATUS o acolhimento de um programa doutoral para o estudo da encadernação e a disponibilização *online* do *Glossary of Bookbinding Terms*¹⁴ são outros contributos relevantes para os estudos sobre encadernação na atualidade. Mas, até a data, nenhuma das ferramentas referidas incluem os termos em português. Entre nós, o projeto Horizontes Cistercienses - CISTER.HOR¹⁵ tem como um dos seus princi-

11 - SZIRMAI, J. A. - *The Archeology of Medieval Bookbinding...*; CLARK, M. - "The Archaeology of the Book: Formulating Analytical Research Questions". *e-conservation Journal* 2 (2014), pp. 10-16; PICKWOAD, Nicholas - "The condition survey of the manuscripts in the monastery of Saint Catherine on Mount Sinai". *The Paper Conservator* 28/1 (2004), pp. 33-61; GOLOB, N. e TOMAZIC, J. V. - "Foreword". In GOLOB, N. e TOMAZIC, J. V. (eds.) - *Bibliologia 45: Bookbindings Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 7-12; VELIOS, A. - "Bookbinding Descriptions in a Linked Data World: How the CIDOC-CRM Can Improve Research in Bookbinding History". In N. GOLOB, N. e TOMAZIC, J. V. - *Bibliologia 45: Bookbindings, Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 13-14; SVOLJSKAK, S., MALESIC, J., STOLFA, A. e KOČJAN, U. - "Bookbinding Description in Library Catalogues and Bibliographies: An Attempt at a Basic Metadata Scheme". In N. GOLOB, N. e TOMAZIC, J. V. - *Bibliologia 45: Bookbindings, Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 27-50; CAMPAGNOLO, A. - "Bookbinding Information on the Web...". pp. 37-50.

12 - *Reliures médiévales des bibliothèques de France*. Ed. Institut de Recherche et d'Histoire des Textes. Paris: Brepols, Vol. 1-5. [Em linha] [Consultado 05.10.2019]. Disponível em: <http://www.brepols.net/Pages/BrowseBySeries.aspx?TreeSeries=RMBF>

13 - CNRS, *Vocabulaire codicologique*. [Em linha] [Consultado 01.11.2019]. Disponível em: <http://www.palaeographia.org/vocabulaire/pages/vocab2.htm>

14 - LIGATUS, *Glossary of Bookbinding Terms*. [Em linha] [Consultado 01.11.2019]. Disponível em: <https://www.ligatus.org.uk/node/712>

15 - CISTER.HOR - *Horizontes Cistercienses*. [Em linha] [Consultado 08.11.2019]. Disponível em: <http://cistercianhorizons.fcsh.unl.pt/pt/pagina-inicial/>

pais objetivos o estudo material das encadernações medievais do fundo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, um tema já investigado por Aires A. Nascimento e António D. Diogo¹⁶. Depois desta obra, o tema da encadernação foi abordado pela autora, em vários artigos em coautoria, que abordam códices específicos de Alcobaça, no âmbito de estudos interdisciplinares¹⁷. Interessa por isso revisitar as encadernações deste fundo, tendo em conta o acesso a novas técnicas analíticas para identificação físico-química dos diferentes materiais e as ferramentas informáticas que irão permitir a recolha sistemática e padronizada de dados e o seu tratamento. Esse é o propósito da pesquisa sobre encadernação no âmbito do CISTER-HOR que, mais recentemente, permitiu já o desenvolvimento e implementação de um método de registo, que, cremos, auxiliará no avanço dos conhecimentos na área da encadernação medieval do Mosteiro de Alcobaça. Começou-se pela criação de um Glossário de termos em português, com tradução para o inglês e francês, seguido da criação de fichas (com recurso à ferramenta Excel da Microsoft®) com diferentes campos, correspondentes à construção tecnológica de um códice, desde a formação do bloco de texto e da sua costura, à cobertura final e decoração, para a recolha sistemática da informação e o seu tratamento quantitativo¹⁸. No futuro, pretende-se que os dados recolhidos sejam migrados para uma base de dados e

16 - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António D. - *Encadernação Portuguesa Medieval: Alcobaça*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

17 - CASANOVA, Conceição; ARROJADO, Samuel; BARREIRA, Catarina Fernandes; MIGUEL, Catarina; SANTOS, Teresa; TOURAIS, Ana – “Narrating the Codex History: The Case Study of the Psalter-Hymnal from the Alcobaça Monastery, Portugal”. *Journal of Medieval Iberian Studies – Special Issue: Connecting the Dots: New Research Paradigms for Iberian Manuscripts as Material Objects* 14/1 (2022), pp.127-141; CASTRO, Rita, CASANOVA, Conceição, OLIVEIRA, L. e MIRANDA, Adelaide – “The Romanesque Collection of Santa Cruz Abbey in Coimbra: Revisiting 12th c. and 16th C. Monastic Bookbinding”. In GOLOB, N. e TOMAZIC, J. V. (eds.) - *Bibliologia 45: Bookbindings Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, pp. 106-119; BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAÚJO, Rita, e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça scriptorium”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 252-282. MIGUELEZ CAVERO, Alicia, MELO, Maria João, MIRANDA, Adelaide, CASTRO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Beatus manuscripts under the microscope: the Alcobaça Beatus and the Iberian Cistercian tradition revisited”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 217-251.

18 - TOURAIS, Ana; CASANOVA, Conceição; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Filling the Gap: New Approaches to Medieval Bookbinding Studies”. *Journal of Medieval Iberian Studies – Special Issue: Connecting the Dots: New Research Paradigms for Iberian Manuscripts as Material Objects* 14/1 (2022), pp. 109-126.

difundidos, mais extensivamente, entre a comunidade científica. Desta forma, espera-se poder contribuir para os estudos de caracterização da encadernação medieval europeia, determinando especificidades e compreendendo influências, nomeadamente no quadro de produção do códice nos mosteiros cistercienses.

2. O contributo do Conservador-Restaurador para o estudo da encadernação

A encadernação, constituindo a parte do livro mais exposta, é também a mais sensível à deterioração, estando sujeita a alterações e sucessivos restauros com o intuito de recuperação da sua funcionalidade. Além disso, as encadernações originais dos códices foram muitas vezes substituídas por outras mais sumptuosas, exibindo o estatuto social e o poder económico dos seus proprietários¹⁹. Estas iniciativas implicaram a utilização de técnicas invasivas que alteram a estrutura do livro levando, frequentemente, à perda das suas encadernações originais e outros vestígios históricos sobre o percurso do manuscrito. Paralelamente, ao longo dos tempos, a qualidade dos materiais e as técnicas de encadernação têm vindo a diminuir, respondendo às novas exigências do mercado e ao surgimento de diferentes padrões estéticos. Vários autores chamam a nossa atenção para o fenómeno da procura do livro, que se começou a fazer sentir ainda antes do advento da imprensa e que, no Ocidente, resultou na adoção de métodos de execução que passaram da produção unitária ao fluxo contínuo de produção, acompanhada por técnicas cada vez mais mecanizadas, aumentando os números de produção, ao mesmo tempo que se usaram materiais menos dispendiosos e mais

19 - PICKWOAD, Nicholas - "An Unused Resource...", pp. 83-94.

apropriados à produção de objetos de uso corrente²⁰.

Neste contexto, os encadernadores e os conservadores-restauradores de livro antigo, têm sido responsabilizados, muitas vezes, por essas alterações²¹. Mas a este respeito convém também sublinhar que foi precisamente um encadernador, Douglas Cockerell (1870-1945), responsável por um dos manuais mais difundidos do início do século XX, *Bookbinding and the Care of Books: A Text Book for Bookbinders and Librarians*²², quem primeiro alertou para a qualidade dos materiais. Ciente dos interesses dos colecionadores de livro antigo e partilhando as preocupações dos bibliotecários e arquivistas, Cockerell abordou um dos assuntos mais prementes da sua época: o tema da seleção e qualidade dos materiais a utilizar para a encadernação das obras. Reportando-se a um relatório publicado pelo *Council of the Society of Arts* sobre a deterioração do papel, o autor abordou a questão relativa aos padrões de qualidade para a produção e consumo deste material. Esse relatório anexou também traduções dos sumários da investigação conduzida na Alemanha sobre esta matéria, publicados na revista da estação de testes, *Königlichen Preussische Mechanisch-Technische Versuchsanstalt*, em Berlim²³. Este fenómeno sinaliza a entrada dos conhecimentos científicos e técnicos decorrentes da evolução da indústria do papel, na área de conservação e restauro de documentos gráficos, conduzindo a uma mudança de paradigma no sector. Mas Cockerell foi ainda o formador de uma nova geração de profissionais que alterou a forma de encarar o restauro/conservação de

20 - GILLESPIE, Alexandra - "Bookbinding...", pp. 150-172; KWAKKEL, Erik - "Commercial Organisation and Economic Innovation". In GILLESPIE, A. e WAKELIN, D. (eds) - *The Production of Books in England, 1350-1530*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 173-191; SZIRMAI, J.A. - "The archaeology of bookbinding and book restoration". *Quaerendo* 26/2 (1996), pp. 144-164; MARKS, P. - *The British Library Guide to Bookbinding: History and techniques*. Londres: The British Library, 1998; PICKWOAD, Nicholas - "The Techniques and Materials Used to Make bookbindings on Incunables...", pp. 189-212; SHAILOR, Barbara A. - *The Medieval Book: Illustrated from the Beinecke Rare Book and Manuscript Library*. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

21 - CLARKSON, Christopher - "The Conservation of Early Books in Codex Form...", pp. 33-50.

22 - COCKERELL, Douglas - *Bookbinding and the Care of Books: A Text Book for Bookbinders and Librarians*. New York: D. Appleton and Company, 1902. [Em linha] [Consultado 03.11.2019]. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015033597264&view=1up&seq=9>.

23 - BURNS, Thea - "A Serious and Universal Evil": The Early Scientific Study of Paper Deterioration". In DANIELS, V., Donnithorne, A. e SMITH, P. (eds) - *Works of Art on Paper: Books, Documents and Photographs; Techniques and Conservation. Contributions to the Baltimore Congress, 2-6 September 2002*. London: IIC, 2002, pp. 36-41.

livro. Referimo-nos à geração de Roger Powell (1896-1990) e Sydney Cockerell (1906-1987), fundadores de uma nova abordagem conhecida como a “escola Powell-Cockerell”²⁴ que influenciou a disciplina, revelando o interesse pelas técnicas e materiais usadas no passado e uma maior preocupação pelo seu registo. Esta nova abordagem influenciaria as gerações futuras de encadernadores-conservadores, alterando as práticas de conservação de livro no Ocidente²⁵.

As grandes inundações de Florença, em 1966, também contribuíram para a mudança de paradigma. Um conjunto de conservadores-restauradores de livro, com formação prévia em encadernação, durante a recuperação e salvamento das coleções da *Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze* (BNCF) contribuiu, significativamente, para os estudos e valorização do livro, enquanto objeto com valor patrimonial. Na verdade, a inundação de Florença constituiu uma oportunidade única para o estudo e consequente desenvolvimento dos métodos de conservação de livro. O trabalho desenvolvido por Clarkson sobre a encadernação flexível de pergaminho, representativa de algumas das coleções mais significativas da biblioteca de Florença, é um exemplo. O autor chama a nossa atenção para a harmonia entre a estrutura, as propriedades dos materiais, o detalhe dos acabamentos e as qualidades exemplares de conservação encontradas nessas encadernações²⁶. Também Petersen se refere ao interesse que entretanto se desenvolveu, sobre o estudo aprofundado das diferentes estruturas de encadernação, o qual permitiu um melhor entendimento da durabilidade dos materiais e também uma melhor compreensão da função de cada técnica e da sua importância na re-

24 - PETHERBRIDG, Guy (ed.) – *Conservation of Library and Archive Materials and Graphic Arts*. London: Butterworth-Heinemann, 1987, p. 5.

25 - CAMPAGNOLO, Albert – *Transforming structured descriptions to visual representations...*, p. 63-67. Ver ainda: SHARPE, John L. - *Roger Powell, the Compleat Binder: Liber Amicorum Bibliologia*. Turnhout: Brepols, 1996.

26 - CLARKSON, Christopher - “Training in Book Conservation After the Flood”. In SPANDE, Helen (ed.) - *Conservation Legacies of the Florence Flood of 1966: Proceedings of the Symposium Commemorating the 40th Anniversary*. London: Archetype, 2009, pp. 71-84.

cuperação de peças de grande valor²⁷. Efetivamente, durante o sinistro de Florença, perderam-se milhares de encadernações valiosas, mas os livros que mantiveram as suas estruturas originais foram os que resistiram melhor à catástrofe. Peter Waters, discípulo de Roger Powell e um dos protagonistas das operações de salvamento no pós-desastre de Florença, explica:

“Nós tivemos a oportunidade de ver centenas e centenas de livros em condições especiais e a característica que se tornou mais evidente foram os estragos que já tinham sido feitos antes da inundação acontecer.” ²⁸

Como já foi referido, as alterações e renovação de encadernações foi feita de acordo com o critério dos proprietários, seguindo as tipologias então mais comuns. Tal como referido por Clarkson, foram sobretudo o gosto e conhecimentos dos próprios proprietários e os condicionalismos e práticas e políticas institucionais, o que mais contribuiu para essas alterações, pois como veremos a seguir só mais recentemente se desenvolveu nas bibliotecas e entre bibliotecários um maior interesse pelo estudo da materialidade do livro medieval²⁹, enquanto objeto tridimensional.

Neste contexto, tem sido o conservador-restaurador, que no exercício da sua atividade tem como prática deontológica a produção de documentação, quem mais tem contribuído para a construção de modelos de recolha de informação, o que exige conhecimentos sobre as técnicas de encadernação e codicologia. Procura-se traçar o percurso do objeto num exercício biográfico e registar as alterações sofridas na estrutura das obras, ao longo do tempo, camada a camada, num processo arqueológico, aumentando o conhecimento material e recuperando a obra alterada também para o universo destes estudos. É nesta perspetiva que a seguir se caracterizam as tipologias de encadernação mais comuns encontradas na Biblioteca do Mosteiro de

27 - PETERSON, Dag-Ernst - “Improvements in the Treatment of Individual Books as a Result of the Flood: A Personal Review” In SPANDE, Helen (ed.) - *Conservation Legacies of the Florence Flood of 1966: Proceedings of the Symposium Commemorating the 40th Anniversary*. London: Archetype, 2009, pp. 89-96.

28 - WATERS, Peter - “In Search of a New Philosophy of Conservation and Restoration”. *Journal of the Guild of the Book Workers* 7 (1968), pp. 12-21.

29 - CLARKSON, Christopher - “The Conservation of Early Books in Codex Form ...”, p. 33.

Alcobaça (ponto 3.1); e se apresentam alguns casos exemplares da trajetória da materialidade do códice medieval, encontrados neste Mosteiro, que apesar do seu estado de conservação e intervenções posteriores não deixam de apresentar evidências da sua origem (ponto 3.2).

3. O caso de estudo das encadernações do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

3.1. Breve caracterização das principais tipologias de encadernação encontradas na Biblioteca

O conjunto de códices alcobacenses pertencentes ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, fundado em 1153, com afiliação à Abadia Cisterciense de Claraval³⁰, constitui uma fonte de conhecimento inigualável, pelo número de objetos que sobreviveram sem alterações significativas. Dos 470 códices existentes em diferentes bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros³¹, 459 estão na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), dos quais 194 foram reconhecidos como sendo do período medieval recuado. Através dos estudos de Aires A. Nascimento³², associados ao recente levantamento no âmbito do projeto CISTER.HOR, sabe-se que cerca de 80 mantêm as suas encadernações de origem. Este número é muito relevante quando comparado com a realidade de outros Mosteiros Cistercienses Europeus (i.e. Claraval, Cister), onde a grande maioria das

30 - GOMES, Saul A. – “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça in Cister”. In *Espaços, Territórios, Paisagens. Actas do Colóquio Internacional, Mosteiro de Alcobaça, Portugal, 16 – 20 Junho de 1998. Vol. I. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 27-72*; JAMROZIAK, Emilia - *The Cistercian order in Medieval Europe 1090 – 1500*. Routledge: London: England, 2013, p. 320.

31 - NASCIMENTO, Aires A. - *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Lisboa: DGPC, 2018, p. 376; BARREIRA, Catarina Fernandes - “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (ed.) - *Imagens e Liturgia na Idade Média Bens Culturais da Igreja*, 1ª ed., Vol. 4. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 111-132.

32 - NASCIMENTO, Aires A. e DIOGO, António D. - *Encadernação Portuguesa Medieval...*

encadernações sofreram alterações, em consequência de várias intempéries e decisões de gestão (i.e. disposição na vertical na estante, o que implicou alterações ao nível da cobertura e ferragens).

Em Alcobaça, as encadernações primitivas dos séculos XII-XIII, tendo em conta a aparência e os elementos de cobertura, têm sido divididas em duas tipologias principais: (i) encadernações com cobertura externa castanha escura (peles curtidas com taninos vegetais) (figura 1); e (ii) encadernações com cobertura externa branca (a chamada pele de alúmen, semi-curtida com sulfato duplo hidratado de alumínio e potássio) (figura 2). Frequentemente, as encadernações com cobertura branca exibem abas de proteção na cabeça, pé e goteira mais exuberantes que as castanhas, nomeadamente no que concerne a aba da goteira que envolve o códice formando um envelope.



Fig. 1: Encadernação da coleção do Mosteiro de Alcobaça, com cobertura externa castanha escura, pasta dianteira, BNP, Alc. 341.

Fig. 2: Encadernação da coleção do Mosteiro de Alcobaça, com cobertura externa branca, pasta traseira, BNP, Alc. 426.

O número de encadernações com cobertura exterior branca (c. de 50) é muito superior ao das encadernações com cobertura exterior castanha (c. de 14), eventualmente porque estas últimas resistem menos à degradação físico-química, em consequência do uso de materiais com propriedades de curtimenta como os polifenóis, que são ácidos. As razões que levaram à escolha de uma ou outra cobertura exterior, são, para já, desconhecidas. Estará relacionado com uma maior ou menor disponibilidade de alguns materiais? Corresponderá a uma opção estética? Estas

são algumas das hipóteses a que esperamos poder responder, num futura próximo, através da investigação realizada no âmbito do projeto CISTER. HOR, que irá permitir reunir mais informação e cruzar os diferentes resultados na sequência dos estudos materiais, codicológicos, litúrgicos e artísticos que estão a ser produzidos. Convém, porém, salientar que estes dois tipos de encadernação apresentam vários elementos comuns em termos da sua estrutura. Ambas compreendem, geralmente, uma primeira cobertura interior, composta por uma pele inteira ou reforços de cobertura, na lombada e margens superior e inferior, de pele branca (curtida com alúmen), mais fina que as coberturas exteriores; pastas de madeira, ligeiramente boleada para retirar a aresta nas margens do pé, cabeça e goteira, que comportam um túnel direito ou oblíquo na espessura da pasta junto à lombada, calhas longitudinais de secção retangular e dois a três orifícios de secção também retangular, que trespasam a pasta para o empaste dos nervos, no qual foram identificados, por Nascimento e Diogo, quatro tipologias principais: por laço com nó (figura 3a), por laço de volta inteira (figura 3b), semi-sigmático (figura 3c) e sigmático (figura 3d), os quais apresentam ainda diferentes variantes³³.

Os nervos, que suportam a costura, geralmente, são três, sempre fendidos e o material é pele branca muito grossa também curtida com sais de alúmen.

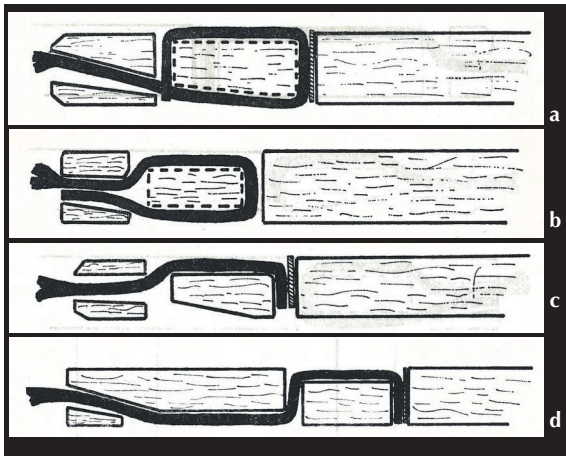


Fig. 3: Representação das principais tipologias de empaste encontradas na coleção de encadernações do Mosteiro de Alcobaça, BNP, Lisboa:
a) laço de nó (Alc. 145);
b) laço de volta inteira (Alc. 159);
c) Semi-sigmático (Alc. 1);
d) Sigmático (Alc.3) (Ref. Nascimento & Diogo).

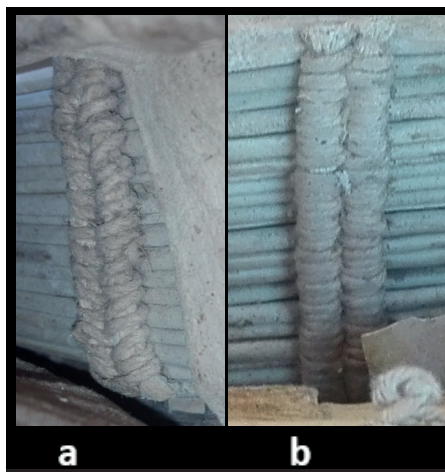


Fig. 4: Imagem de costuras encontradas na coleção de encadernações do Mosteiro de Alcobaça, BNP, Lisboa:

- a) Costura em espinha, mais frequente, presente no Alc. 341;
 b) Costura compacta a direito, mais tardia, encontrada no Alc. 414.

A costura é, regra geral, dupla e em espinha (figura 4^a), realizada sobre esse suporte de nervo fendido, mas em alguns casos, mais tardios, apresentam, costura compacta a direito (figura 4b).

As tranchefilas são complexas e revelam também algumas variantes, tendo sido observadas duas tipologias principais. Em ambas as tipologias, a costura da tranchefila é realizada sobre: i) Suporte (nervo) de tranchefila, maioritariamente em pele branca, de maiores dimensões na lombada (sobre o qual é realizada a costura da tranchefila associada ao corpo do livro - apenas no orifício mais exterior da tranchefila -), e mais estreito nos planos de forma a empastar obliquamente nas pastas de madeira, rematado

com um ponto em formato de trança ou cadeia (cabeça ou pé), o qual é realizado previamente à costura da tranchefila; e ii) Lingueta, que é um reforço de pele branca em formato de meia-lua, que, regra geral, ultrapassa os planos e que está associada ao bloco do texto, através da costura que passa em todos os cadernos, em dois orifícios (o último orifício da costura -coincidente com o remate- e um outro realizado mais exteriormente), dando a aparência de uma costura contínua, realizada ao longo do festo do bifólio central de cada caderno, que vai do pé à cabeça do livro (figura 5a). A lingueta pode também apresentar dois formatos: (i) dupla, composta por uma tira de pele dobrada ao meio e rematada com uma costura manual, em *zig-zag*, na zona que ultrapassa os planos e confere o formato de meia-lua a este reforço, sendo a costura da tranchefila apenas realizada sobre a parte da pele que fica mais próxima ao corpo do livro e a outra parte colocada por cima, após realização da costura para sua proteção; ou (ii) simples, com apenas um reforço de pele que ultrapassa os planos na zona da lombada, sobre

o qual é realizada a costura da tranchefila. Neste último caso, normalmente, são observados mais dois elementos de reforço, levando à formação da segunda tipologia de tranchefila: i) Reforço (da cobertura) que protege a costura da tranchefila, em pele branca, de maiores dimensões na zona da lombada e que, por vezes, se estende parcialmente sobre os planos; e (ii) Reforço da tranchefila, em pele e de menores dimensões, o qual normalmente apresenta um formato oval e é cosido sobre o reforço (da cobertura) e que apresenta a função de unir os diferentes elementos presentes (lingueta, reforço (da cobertura) e o reforço da lingueta), também com um formato de meia-lua e uma costura em zig-zag na zona que ultrapassa os planos (figura 5b)³⁴.

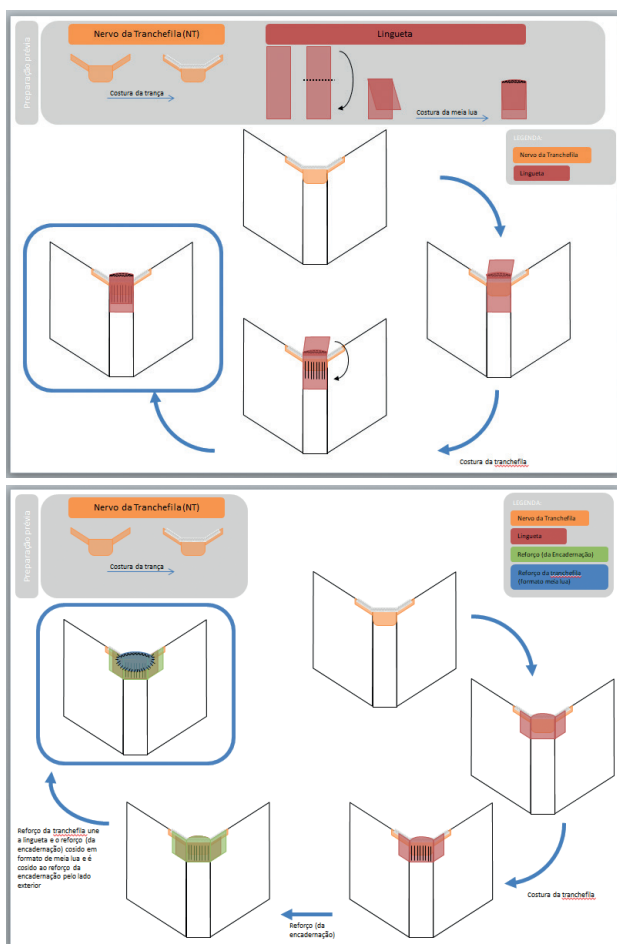


Fig. 5: Representação das principais tipologias de tranchefila encontradas na encadernação da coleção do Mosteiro de Alcobaça: a) Tranchefila, com menos passos de execução, onde a lingueta é dupla; b) Tranchefila, com mais passos de execução, em que a lingueta é simples, mas incorpora o reforço da cobertura e reforço da tranchefila, em formato oval que une os diferentes elementos (Ref. Tourais).

Diferentes funções têm também as ferragens, nomeadamente os brochos que têm como funções principais a de fixação da cobertura exterior e a de proteção, além de poderem ter também uma função decorativa; e os fechos que têm a função principal de prisão do conjunto, mas têm também um efeito decorativo. Encontramos, essencialmente, três tipos de brochos: placa redonda com área saliente ao centro (figura 6a); placa triangular com área saliente ao centro (figura 6b) e ferragens mais decorativas, com placa vazada e motivos vegetalistas e formas diversas (figura 6c e 6d). O sistema de prisão é garantido por fechos, que compreendem essencialmente três elementos: as correias em pele que são fixadas e ajustadas ao plano anterior da pasta dianteira por meio de pregos e calhas na madeira e que compreendem ainda um fecho em metal em forma de placa ou com entrelaçados, com um orifício ao centro; e o espigão em metal que surge no plano anterior da pasta traseira, onde é fixado.

Como já referido, em termos de estrutura de construção do códice, as duas tipologias, cobertura branca ou castanha, não apresentam diferenças significativas. Apesar disso, em ambas as tipologias existem algumas variantes na forma de executar e na utilização dos materiais que, provavelmente, correspondem à sua diferente disponibilidade em diversos períodos e a executantes distintos. Denota-se também que houve necessidade de proceder à reutilização de materiais, o que implicou inovação e criatividade e, conseqüentemente, se reflete nas variantes encontradas.

Além destas encadernações aplicadas a códices de épocas mais recuadas da biblioteca de Alcobaça, outras de épocas mais próximas, nomeadamente a partir dos séculos XV e XVI, que incluem já o livro impresso, compreendem outras tipologias de encadernação. Refira-se, por exemplo, as encadernações flexíveis³⁵, ou seja, encadernações em pergaminho, sem pastas, geralmente com costura sobre dois ou três nervos em pele, cujas extensões do nervo central ou dos dois laterais, resultam no fecho, constituído por atilhos de pele que prendem por laçada. Neste caso as tranchefilas, com alma também em pele, são muito simples formando um remate redondo. Esta variante de encadernações, também denominada encadernação de

35 - BNP, Alc. 303.



Fig. 6: Imagens das principais tipologias de ferragem encontradas na encadernação da coleção do Mosteiro de Alcobaça, BNP, Lisboa: a) Brocho com placa redonda, mais frequente, Alc. 341; b) Brocho com placa triangular, Alc. 333; c) Brocho com placa vazada e decoração vegetalista, Alc. 413; d) Variante de brocho com placa vazada, formando uma cruz, Alc. 341.

arquivo ou de 'capa mole', existem por toda a Europa e foram descritas por Clarkson, como sendo uma das encadernações mais resistentes que mantiveram a sua estrutura, após a inundação de Florença³⁶.

Outras tipologias presentes, compreendem inteiras de pele curtida castanha, dos séculos XVI-XVII³⁷, denominada, frequentemente, encadernação 'renascentista'³⁸, pela sua decoração gravada a seco, com elementos geométricos, formando retângulos e losangos, constituídos por tarjas renascentistas e filetes duplos e triplos (figura 7), que incluem ainda brochos circulares e cantoneiras colocadas na espessura das pastas de madeira, presas com pregos. A costura é geralmente realizada sobre cinco nervos grossos de corda, que empastam diretamente nas pastas de madeira, através de uma pequena calha e de um orifício, presentes nos planos anterior e posterior das pastas, as quais apresentam geralmente seixas e são boleadas ao longo do encaixe. As tranchefilas são simples e redondas, feitas sobre uma alma em corda que também empasta nas pastas de madeira. A lombada é ligeiramente arredondada e os painéis são reforçados com pergaminhos que são colados no plano posterior das pastas, reforçando o empaste. Os fechos são normalmente constituídos por correia de pele presa no plano anterior da pasta dianteira, que segura uma peça metálica, o macho, que prende por sistema de colchete à peça fêmea, colocada no plano anterior da pasta traseira. Es-



Fig. 7:
Encadernação 'renascentista' da coleção do Mosteiro de Alcobaça, usando tarjas estilo renascença na decoração a seco e exibindo uma lombada reforçada com pergaminho no painéis e costura sobre cordas, BNP, Alc.433.

36 - CLARKSON, Christopher - "Training in Book Conservation After the Flood...", pp. 71-84.

37 - BNP, Alc. 433.

38 - SEIXAS, Margarida C. de - *A Encadernação Manuelina. A consagração de uma arte*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2011.

tas encadernações, bastante pesadas, eram usadas, sobretudo, em livros de coró que pelas suas dimensões justificavam este tipo de encadernações. Em livros de menores dimensões podemos também encontrar encadernações mais elaboradas³⁹, com pele curtida de cor vermelha e decoradas a seco, com ferros, onde os virados foram trabalhados nos cantos para um remate mais perfeito, formando uma lingueta, as pastas de madeira foram biseladas e os nervos empastados são em pele, aspetos que nos remetem para soluções mais comuns no norte da Europa.

Na biblioteca de Alcobaça encontramos também um número significativo de exemplares de uma tipologia de encadernação mais singela, que podemos designar por inteira de pele, cujo tipo de decoração e formato da lombada nos remete para períodos posteriores ao século XVII e que poderá ter sido executada em Alcobaça⁴⁰. Trata-se de encadernações de capa dura, geralmente em papelão, com cobertura em pele castanha escura, espargida com cor castanha escura ou preta, formando uma decoração pontilhada na cobertura do plano anterior e posterior e decoração dourada a ferros no segundo painel da lombada, com o título da obra, além de várias etiquetas de diferentes épocas em papel (figura 8a). A costura já é feita sobre nervos de corda salientes que empastam em dois orifícios nas pastas de papelão, as quais exibem uma pequena seixa. A lombada do bloco de texto é geralmente reforçada, entre os painéis, com tiras de linho que colam aos planos posteriores das pastas reforçando o empaste, mas mantém a esquadria retangular, sendo só muito ligeiramente arre-



Fig. 8: Encadernação espargida (decoração pontilhada) na coleção do Mosteiro de Alcobaça, frequente em épocas posteriores ao séc. XVII:
a) vista da pasta dianteira;
b) lombada com reforços internos de linho, BNP, Alc. 54.

39 - BNP, Alc. 66.

40 - BNP, Alc. 54. Ver ainda: BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art...”, pp. 252-282.

dondada ao longo da charneira (figura 8b). As tranchefilas, quando existem, são simples e redondas com a alma em corda. Os virados da pele formam cantos sobrepostos e as guardas, simples ou constituídas por dois bifólios, são geralmente em papel manual exibindo, normalmente, marcas de água. Muitas destas encadernações correspondem à necessidade de substituição de outras que já estavam muito danificadas, mas a normalização na metodologia de produção, leva-nos a crer que tenham tido o mesmo enquadramento de produção.

Outras encadernações que exibem um modo de construção e materiais semelhantes entre si, são o conjunto de encadernações, também designadas por inteiras de pele, geralmente, em pele mais clara do que as referidas anteriormente, já com pastas de cartão, frequentemente, com reforços de papel na lombada, sem tranchefilas e com dois fechos de tira de tecido ou fitilhos que prendem em laço⁴¹. A simplicidade dos materiais e técnica, leva-nos a situar esta tipologia no século XX e a atribuir a sua realização já às oficinas de encadernação corrente da BNP, que surgem associadas à sessão de tipografia nos anos vinte⁴².

3.2. Traçar percursos: análise de casos exemplares

3.2.1. Vocabulário Latino de Papias ou *Elementarium doctrinae erudimentum*, Alc. 424, Alc. 425 e Alc. 426

O conjunto de três códices Alc. 424, 425 e 426 compõem a obra “O Vocabulário de Papias”, ou *Elementarium doctrinae erudimentum* (designação dada pelo autor), que constitui um léxico latino, datado de cerca

41 - BNP, Alc. 238.

42 - CASANOVA, Conceição – *De artífice a cientista. Evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU (1926-2006)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012, p. 179. CLARKSON, Christopher – “Training in Book Conservation After the Flood”, p. 71-84.

de 1053, apresentando os vocábulos ordenados alfabeticamente, o seu significado e várias notações e citações. Esta obra, em três volumes, reproduz diversas entradas recorrendo a Prisciano, Beda, Boécio, Cícero, Fulgêncio, Horácio, Paulo Diácono, S. Jerónimo, entre outros autores⁴³.

Em termos de encadernações reconhece-se as tipologias de encadernação alcobacense com as principais variações que este fundo faculta. O Alc. 426 apresenta uma das encadernações típicas de Alcobaça. Uma cobertura exterior de pele grossa, curtida com alúmen, debruada com pele curtida com taninos de cor castanha, com abas em que o excedente da aba da goteira envolve o códice até cerca do meio da pasta traseira, formando um envelope; e outra cobertura interior e/ou reforços com pele de alúmen mais fina. Não temos acesso à costura nem ao empaste (pouco visível devido às guardas coladas), mas consegue-se identificar três nervos grossos, provavelmente fendidos. O empaste sobre pastas de madeira, parece indicar que a extensão dos nervos faz a sua entrada por túnel e sai em orifício retangular, assentando em calhas e penetrando dois orifícios, também de secção retangular, constituindo um empaste sigmático, rematado no final, possivelmente, por cunha de madeira. As tranchefilas, que exibem a forma de meia-lua, aparentam ter sido costuradas na furação do remate da costura e num outro orifício superior, que também prende as tiras de pele interior, rematadas com ponto de cadeia e cujas extensões empastam obliquamente nas pastas. As pastas de madeira são ligeiramente boleadas de forma a retirar a aresta das pastas na espessura do pé, cabeça e goteira. O códice não apresenta seixas e a lombada é direita, sem sinais de qualquer arredondamento. Por fim, cinco brochas redondas ajudam a fixar a cobertura exterior e os fechos são constituídos pelas típicas correias em pele de alúmen, presas no plano anterior da pasta dianteira e seguram uma placa metálica com orifício ao centro que prende no espigão em metal no plano anterior da pasta traseira. Este códice revela ainda duas guardas espelho em pergaminho, coladas aos planos posteriores das pastas e vestígios de guarda volante que foi cortada.

43 - COUTINHO, Maria – “*De computo* de Rábano Mauro. O texto e as iluminuras do Santa Cruz 8 e do Alc. 426”. *Medievalista* 15 (Janeiro - Junho 2014). [Em linha] [Consultado 06.10.2019]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA15/coutinho1506.html>

O Alc. 425 apresenta grandes semelhanças ao anterior, nomeadamente a cobertura exterior e interior e o mesmo tipo de costura característica de Alcobaça, sobre nervos fendidos em pele grossa, presos por cavilhas (figura 9). Porém os brochos pertencem a diferentes tipologias e as abas características neste exemplar são menores.

Já o Alc. 424 apresenta uma cobertura exterior de pele curtida com taninos, de cor castanha-escura, mas costurada a pedaços de pele de alúmen, de cor branca, apontando para o reaproveitamento de materiais; e uma cobertura interior e/ou reforços de pele mais fina curtida com alúmen. Desde logo poderíamos questionar: porque será que no conjunto dos três códices, neste caso se optou por uma cobertura escura? Terá simplesmente a ver com a disponibilidade de materiais ou poderá este facto ter uma outra explicação? Também a costura e o empaste, apesar de continuarem a ser constituídos por três nervos, são muito distintos da



Fig. 9: Empaste dos nervos característico na coleção do Mosteiro de Alcobaça, em pele grossa que atravessa um túnel e orifícios de esquadria retangular, BNP, Alc. 425.

Fig. 10: Empaste que se distância da encadernação tradicional mais recuada do Mosteiro de Alcobaça, sobre nervos finos que atravessam orifícios redondos, BNP, Alc. 424.

costura e empaste empaste típico dos exemplares mais recuados de Alcobaça (figura 10), tratando-se de nervos aparentemente mais finos que empastam em orifícios redondos, o que levanta outras questões: porque será este alcobacense tão distinto dos outros dois? Estaremos perante uma encadernação originalmente realizada noutra localidade, cuja cobertura foi substituída em Alcobaça, com materiais excedentários? Ou, pelo contrário, será uma encadernação de Alcobaça cuja pastas e alguns materiais do revestimento se danificaram e necessitarem de substituição posterior? Ou ainda, corresponderão os outros códices ao reaproveitamento de materiais mais recuados? Os brochos neste caso também são diferentes dos outros dois casos, sendo triangulares.

3.2.2. *Beato de Alcobaça ou Commentarium in Apocalypsin* Alc. 247

O Beato de Alcobaça é uma cópia do *Comentário ao Apocalipse*, que foi atribuída ao monge Beato de Liébana que o terá escrito no século oitavo no vale de Liébana, hoje pertencente a região de Cantábria, no norte da Península Ibérica. Várias cópias do comentário circularam na Idade Média mas não sobreviveu nenhuma da era do Beato. O chamado *Beato de Alcobaça* é uma cópia feita no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça e pertence ao ramo I (o mais antigo) da tradição textual dos Beatos⁴⁴.

No que diz respeito à encadernação, atualmente temos uma inteira de pergaminho sobre pastas de madeira recentes, profundamente alterada com um restauro do século XX. Porém, a costura continua a ser sobre 3 nervos grossos, salientes, fendidos, de pele curtida com alúmen, que inclui as duas tranchefilas, no pé e na cabeça, uma delas ainda associada a um fragmento da pele original, em forma de meia-lua, constituindo um vestígio da estrutura da tipologia da encadernação característica do Mosteiro de Alcobaça (figura 11).

44 - MIGUELEZ CAVERO, Alicia; MELO, Maria João; MIRANDA, Adelaide; CASTRO, Rita; CASANOVA, Conceição – “Beatus manuscripts under the microscope...”, pp. 217-251.



Fig. 11: Encadernação medieval do Mosteiro de Alcobaça, fortemente alterada e restaurada no século XX, mas que ainda exhibe alguns vestígios originais, BNP, Alc. 247.

O empaste atual nas pastas de madeira recente, com tiras de pele castanha coladas sobre os nervos originais e cobertura com pergaminho novo, resultam de substituições feitas durante o restauro, mas a última camada de pergaminho colado sobre um novo, corresponde, provavelmente, à cobertura interna original que forrava as pastas, inicialmente tapado pela cobertura exterior de pele branca, curtida com alúmen, de que o único vestígio é o fragmento acima referido e as correias em couro, constituídas pelo mesmo tipo de pele. A guarda espelho do plano posterior da pasta dianteira, tal como a guarda espelho do plano posterior da pasta traseira, possivelmente, correspondem também às originais. Esta última forma um bifólio completo com o fólho 177.

3.2.3. *Sententiarum libri IV* ou Quatro Livros das Sentenças de Pedro Lombardo, Alc. 417

Os *Sententiarum libri IV* foram redigidos entre 1156 e 1158 por Pedro Lombardo, professor na École de Notre Dame e Bispo de Paris. O autor desta cópia é desconhecido mas, de acordo com os estudos de Catarina

Fernandes Barreira, tudo indica que este texto foi escrito por pelo menos três mãos distintas e as notas marginais parecem também pertencer a mais do que uma mão. Além disso há indícios visíveis no manuscrito que apontam para uma produção no âmbito do mercado livreiro de apoio à universidade (provavelmente de Paris), tendo sido adquirido pela quantia de 60 libras bolonhesas, como se pode verificar no verso do fólio de abertura⁴⁵.

Ao nível da estrutura de encadernação os vestígios encontrados corroboram também os resultados da investigação histórica. Neste caso concreto, os cadernos do bloco de texto e a lombada exibem cortes para uma costura contínua sobre sete nervos espalmados (ou fita) de cerca de 6 mm cada, com espaçamento entre eles de cerca de 48-50 mm, rigorosamente marcadas com cortes de cerca de 2-3 mm. Não há, porém, sinais destes orifícios de costura algum dia terem sido utilizadas por este tipo de costura sobre fita. Mas alguns desses cortes foram utilizados na atual costura contínua sobre oito nervos fendidos e nas tranchefilas redondas, simples, com alma em pele, no pé e na cabeça do livro. No empaste realizado sobre pastas de madeira boleadas, em vez de túneis usam-se calhas superiores e orifícios de secção retangular em ambas as faces para um empaste semi-sigmático, preso com cunhas de madeira, um sistema que se afasta das encadernações



Fig. 12: Encadernação medieval cujo sistema de costura e respetivas marcações iniciais se afastam do modelo de encadernação tradicional do Mosteiro de Alcobaça, BNP, Alc. 417.

45 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Os Livros das Sentenças de Pedro Lombardo na Biblioteca de Alcobaça”. In CAMPOS, Fernanda (coord) e SALDANHA, Sandra Costa (dir) - *Invenire. Fiat Lux. Estudos sobre manuscritos iluminados em Portugal*, Revista de Bens Culturais da Igreja, nº especial (2015), pp. 32-39.

primitivas de Alcobaça e nos aproxima de modelos franceses (figura 12).

As pastas foram ainda reforçadas parcialmente com tiras de pergaminho reutilizado e foram cobertas com um pergaminho grosso, costurado com ponto de luva ao longo da pasta anterior, técnica de recuperação de materiais que se encontra noutras encadernações de Alcobaça. As guardas são em pergaminho também reutilizado, contendo um texto comentado com uma inicial iluminada. À exceção da costura o estado de conservação dos elementos sobreviventes da encadernação é precário, exibindo sinais de um forte ataque de insetos no passado que danificou as pastas e o seu incorreto manuseamento. Aspectos como a origem da escrita presente nas guardas e nos reforços das pastas e a identificação do tipo de madeira usada, poderá vir a ajudar a caracterizar a origem e proveniência desta encadernação, que apesar de apresentar características medievais, não se enquadra na tipologia característica das encadernações primitivas de Alcobaça.

Notas finais

Tal como já foi referido, não obstante a extensa bibliografia existente sobre encadernação, são vários os fatores que têm vindo a atrasar o avanço dos conhecimentos nesta área de estudo e, consequentemente, a realização de uma história consistente sobre a encadernação na Europa. Porém, apesar da investigação inicial sobre a encadernação se ter centrado no estudo dos seus aspetos decorativos, o gradual interesse pela construção e estrutura da encadernação, que foi acompanhado pelo surgimento e desenvolvimento dos estudos codicológicos e ganhou *momentum* com as inundações de Florença, quando o conservador-restaurador de livro entra em cena, conduziu a progressos e avanços significativos em finais do século XX e inícios

do século XXI. Efetivamente, na atualidade, existe uma maior consciência sobre a necessidade de utilização de uma linguagem normalizada e da recolha e registo sistemático da informação, com recurso a ferramentas informáticas, além da necessidade de uma partilha crescente do conhecimento e difusão dos dados recolhidos entre a comunidade científica. Portugal está a dar os seus primeiros passos neste caminho, nomeadamente através do projeto CISTER.HOR, que tem vindo a revisitar o tema, através do estudo das encadernações medievais do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, recorrendo às novas tecnologias e a meios analíticos inovadores. Outro aspeto que consideramos fundamental na atualidade, tem a ver com a inclusão das encadernações restauradas/alteradas no nosso universo de estudo, através de um novo olhar, que inclui o estudo biográfico e arqueológico dos objetos, aspeto para o qual o conservador-restaurador está particularmente preparado, dada a sua capacidade de observação minuciosa e a sua atenção ao detalhe.

Efetivamente, os exemplos que acabamos de analisar demonstram que, apesar das alterações sofridas pelos códices ao longo dos séculos e da frequente substituição e/ou transformação das suas encadernações, marcas mais ou menos indeléveis são deixadas no manuscrito que nos permitem questionar sobre a biografia do objeto e traçar a sua trajetória, bem como caracterizar diferentes *modus operandi*. No que se refere ao processo de encadernação e reencadernação, são sempre deixados vestígios no códice, que nos permitem identificar aspetos identitários, como as tipologias da costura e respetivos orifícios, tipologia e formas de empaste dos nervos, produção de tranchefilas e materiais e técnicas de cobertura. Desta forma, torna-se possível diferenciar ou fazer corresponder padrões de execução, em Alcobaça e noutras regiões, contribuindo para o conhecimento material aprofundado destas encadernações histórias e do percurso dos manuscritos nas instituições que os albergaram, ao longo dos tempos.

Agradecimentos

Esta investigação decorreu no âmbito do projeto CISTER.HOR - Horizontes Cistercienses. *Cistercian Horizons* – (Ref.^a PTDC/ART-HIS/29522/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (FCT/MCTES) e teve o suporte da unidade de investigação *Associated Laboratory for Green Chemistry* – LAQV Requimte, financiado por fundos Nacionais da FCT/MCTES (UID/QUI/50006/2019) e cofinanciado por ERDF no âmbito do PT2020 *Partnership Agreement* (POCI-01-0145-FEDER-007265).

Um agradecimento especial é devido à Direção da Biblioteca Nacional de Portugal e aos seus Serviços de Leitura dos Reservados, pela disponibilização da coleção e apoio constante na pesquisa; e à equipa do CISTER.HOR, com destaque para a coordenadora do projeto, Catarina Fernandes Barreira, e para a equipa restrita de estudo das encadernações, nomeadamente a bolsreira de investigação, Catarina Gonçalves e os meus alunos de mestrado, Ana Tourais e Samuel Arrojado, que tanto têm contribuído para este conhecimento.

Teresa Lança Ruivo

Desempenhou funções na Biblioteca Nacional de Portugal, Serviço de Conservação das Coleções, responsável pelas atividades de conservação e restauro nas coleções da Biblioteca Nacional de Portugal desde 1997 até 2021, colaborando com diversas instituições oficiais e particulares na conservação dos seus acervos documentais. Desde 2021 que desempenha funções nas áreas da conservação de documentos gráficos e conservação preventiva no Museu Nacional de Arte Antiga.

Recuperação do passado para uma leitura no futuro:

uma intervenção de conservação: Alc. 166

Introdução

A coleção dos códices manuscritos provenientes da livraria do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, constituída por 456 volumes cuja datação se encontra compreendida entre os séculos XII e XVIII, é de enorme importância para a compreensão da vida monástica da Ordem de Cister e para o estudo material e codicológico daquele conjunto porque a maioria dos volumes ainda apresenta as suas encadernações originais medievais.

A Biblioteca Nacional de Portugal é a instituição patrimonial nacional onde este conjunto se encontra depositado desde 1834 devido à extinção das ordens religiosas por decreto real. Nesta instituição e já na década dos 90 do século XX, o conjunto dos códices alcobacenses foi sujeito a intervenções de conservação preventiva que incluíram a sua

higienização, diagnóstico do seu estado de conservação e acondicionamento em caixas individuais executadas à medida de cada volume.

As intervenções de conservação e restauro realizadas nestes códices têm sido pontuais e, raramente, profundas porque qualquer intervenção desse cariz pode envolver perda de elementos originais mesmo quando se segue o código de ética profissional dos conservadores-restauradores como é o caso da equipa da Área da Conservação da Biblioteca Nacional de Portugal.

O Alc. 166 faz parte do conjunto dos códices alcobacenses digitalizados e que integram a Biblioteca Nacional Digital e o projeto Horizontes Cistercienses - CISTER.HOR¹. No entanto, devido ao seu mau estado de conservação houve a necessidade de estabilizá-lo fisicamente para que a digitalização pudesse ser realizada sem comprometer a integridade mecânica do livro e para que as imagens pudessem ser lidas e integradas na Biblioteca Nacional Digital e, assim, disponibilizadas.

Neste artigo faz-se uma contextualização do Alc. 166 na Biblioteca Nacional de Portugal e na sua coleção, e relata-se a intervenção de conservação realizada nesse códice apresentando-se as opções e decisões que levaram ao resultado final.

1. A Biblioteca Nacional de Portugal

A Real Biblioteca Pública da Corte, a mais antiga antecessora formal da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), fundada no ano de 1796 com a publicação do Alvará régio de 29 de Fevereiro recebeu, como núcleo original, a Biblioteca da Real Mesa Censória, criada em 1768.

¹ - Projeto «Horizontes Cistercienses» [Em Linha] [consultado a 18 de Janeiro de 2019]. Disponível em: <http://cistercianhorizons.fcsh.unl.pt/pt/pagina-inicial/>

Durante a primeira fase da sua existência, a Real Biblioteca beneficiou de dotações do orçamento régio e de doações privadas. O aumento do acervo também resultou de obras entradas por via da aplicação da primeira lei de depósito legal (1805), que tornou extensiva às tipografias a obrigatoriedade de depositarem um exemplar de todas as obras que imprimissem.

Com a vitória dos liberais e a extinção das ordens religiosas (1834), a Instituição foi transformada em Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), incorporando no seu acervo, por determinação oficial, a totalidade ou parcelas das livrarias de numerosos mosteiros e conventos. A reunião massiva de documentação tornou necessário um espaço maior para depósito, tendo a escolha recaído no Convento de S. Francisco.

Com o projecto do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro deu-se a inauguração das novas instalações da BNL, em 1969, no Campo Grande, lugar onde atualmente se encontra. O edifício do Campo Grande sofreu com a passagem do tempo, deixando os seus sistemas de controlo de Humidade Relativa e Temperatura existentes nos depósitos deixado de funcionar. Assim, em 2008, iniciaram-se as obras para a ampliação e remodelação da “torre de depósitos da BNP”, em que foram acrescentados trinta e três metros a cada piso, reforçou-se a segurança das coleções especiais com a construção de uma casa-forte e assegurou-se que as condições de conservação aconselhadas, atualmente, eram asseguradas através da dotação de sistemas antifogo, de controlo das condições do meio ambiente e da qualidade do ar em toda a “torre”. Também foi construída uma nova sala de leitura com o intuito de facilitar a consulta das chamadas “coleções especiais”², impedindo a deslocação dos utilizadores presenciais pelos vários espaços da biblioteca³.

2 - N. A. - Coleções especiais: Reservados, Espécies Iconográficas, Espécies Cartográficas e Música.

3 - Biblioteca Nacional de Portugal, *Ampliação e remodelação da Torre de Depósitos da BNP*. [Em linha] [consultado a 27 de Novembro de 2018]. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=310%3Ainicio-da-obra-de-ampliacao-e-remodelacao-da-torre-de-depositos-da-biblioteca-nacional-de-portugal&catid=1%3A2008&Itemid=348&lang=pt

Em 2002 surge a Biblioteca Nacional Digital (BND), que se encontra em crescimento e cuja utilização se verifica que é cada vez maior. A biblioteca digital tem depositados 25.000 documentos, que correspondem a um milhão e meio de imagens disponíveis⁴ e com aproximadamente nove milhões de visitas por ano⁵.

No projeto de digitalização da documentação da BNP encontra-se o códice manuscrito em pergaminho pertencente à coleção de códices alcobacenses e cuja descrição da intervenção de conservação realizada é o propósito deste artigo.

2. O códice alcobacense 166

O denominado “Fundo de Alcobaça”⁶ é considerado por Aires A. Nascimento como um núcleo que comporta informações diversas acerca da organização da vida monacal cisterciense. Para o mesmo autor, o conjunto de códices alcobacenses representam a espiritualidade monástica vivida pela comunidade religiosa dos monges cistercienses.

O Alc. 166 [Colectário segundo o rito cisterciense]⁷ faz parte de um conjunto de 461 códices provenientes da livraria do mosteiro cisterciense de

4 - Biblioteca Nacional de Portugal – *Sobre a BND: Apresentação*. [Em linha] [consultado a 27 de Novembro de 2018]. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>

5 - Biblioteca Nacional de Portugal – *Sobre a BND: Estatísticas de acesso aos documentos da BNP*. [Em linha] [consultado a 27 de Novembro de 2018]. Disponível em: <http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf>

6 - NASCIMENTO, Aires A. – *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural*. Exposição evocativa dos códices alcobacenses no VII centenário da fundação do Mosteiro de Alcobaça (28 de Março – 11 de Abril de 1979). Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979, p.1

7 - Identificação realizada pela Biblioteca Nacional de Portugal. [Em Linha] [consultado a 15 de Janeiro de 2019]. Disponível em: http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1548073Q3T177.81622&profile=bn&uri=link=3100042~!3794326~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=ALC.+166&index=CALLDD

Santa Maria de Alcobaça, integrados na BNP, após a extinção das ordens religiosas em 1834.

Este conjunto de códices alcobacenses tem sido estudado de forma continuada quer a nível de conteúdo quer a nível material e estrutural. Representativas do empenho efetuado para um conhecimento mais aprofundado deste núcleo encontram-se várias publicações da BNP e, mais atualmente, com o objetivo de estudo e de datação dos manuscritos iluminados do *scriptorium* de Alcobaça, formado por um conjunto de 50 códices surge o projeto «Horizontes Cistercienses»⁸, que através de uma abordagem pluridisciplinar e transdisciplinar pretende aprofundar o conhecimento da materialidade e do conteúdo destes códices.

Catarina Fernandes Barreira considera que o Alc. 166 é um dos raros manuscritos, datados do século XII, destinado ao uso litúrgico pela comunidade de monges cistercienses instalados no Mosteiro de Alcobaça. A investigadora identifica o Alc. 166 como um Coletário que como o nome indica é “um manuscrito que contém as coletas, quer do Ofício Divino, quer as da Missa”⁹. A mesma autora classifica o manuscrito como sendo um «Coletário – ritual» classificação distinta da existente no *Catálogo da BNP*¹⁰ em que o manuscrito é identificado como “Coletário segundo o rito cisterciense”. No entanto, o conteúdo do manuscrito é descrito, tanto por Barreira¹¹ como pela BNP¹², como um conjunto de coletas, orações e fórmulas rituais utilizadas no “quotidiano da comunidade monástica”¹³.

8 - Projeto «Horizontes Cistercienses» [Em Linha] [consultado a 18 de Janeiro de 2019]. Disponível em: <http://cistercianhorizons.fcsh.unl.pt/pt/pagina-inicial/>

9 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de “huma livraria copiosa”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), p.37.

10 - Biblioteca Nacional de Portugal. *Catálogo da BNP*. [Em Linha] [consultado a 15 de Janeiro de 2019]. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile>

11 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...”, pp. 33-62.

12 - Biblioteca Nacional de Portugal. *Catálogo da BNP: ALC. 166*. [Em Linha] [consultado a 15 de Janeiro de 2019]. Disponível em: http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15N82Y13D4443.95089&profile=bn&uri=link=3100042~!3794326~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=ALC.+166&index=CALLDD

13 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...”, p. 38.

3. Intervenção de conservação e restauro do ALC. 166

3.1. Princípios éticos e metodologia

A intervenção de conservação e restauro do Alc. 166 foi ocasionada pela necessidade da sua digitalização programada pelas atividades da BNP que pretendem disponibilizar o máximo de conteúdos em linha com o objetivo de difusão da informação mas, também, de conservação do seu acervo. A digitalização do Alc. 166 não era possível sem uma intervenção de conservação que permitisse a correta leitura do conteúdo informacional de cada fólio.

Assim, e em colaboração com o Serviço de Desenvolvimento de Coleções Digitais (SDCG), a Área de Conservação (AC) do Serviço de Conservação das Coleções (SCC) foi encarregue de proceder à intervenção de conservação necessária para permitir a captura de imagens legíveis do Alc. 166.

Sempre que um códice alcobacense é registado na AC para se proceder a qualquer tipologia de intervenção de conservação – preventiva, curativa ou restauro – são várias as etapas que são seguidas através de um planeamento refletido e ponderado para que não seja a própria intervenção de conservação o agente de deterioração ou de perda material ou documental do próprio documento.

A equipa da AC do SCC é composta por elementos com formação técnica na área da conservação de documentos gráficos que seguem os princípios do Código de Ética Profissional da *European Confederation of Conservator- Restorer's Organization*¹⁴. Estes princípios obrigam a que o conservador-restaurador respeite o significado histórico, estético e espiritual do objeto bem como respeite a integridade física do objeto a seu cargo. Dessa forma, a intervenção realizada e os materiais utilizados não

14 - European Confederation of Conservator- Restorer's Organization, *E.C.C.O. Professional Guidelines (II). Code of Ethics*. [Em Linha] (Consultado a 20 de Janeiro de 2019). Disponível em: http://www.ecco-eu.org/fileadmin/user_upload/ECCO_professional_guidelines_II.pdf

devem interferir com qualquer exame, tratamento ou análise realizada no futuro e devem, também, ser compatíveis com os materiais originais e serem completamente reversíveis.

Igualmente, para as intervenções de conservação resultarem torna-se essencial a colaboração com outros profissionais da área do património cultural para que a conservação do objeto seja realizada de forma holística. Assim, a AC reuniu a informação acerca do Alc. 166 para proceder à intervenção de conservação necessária para a estabilização do documento. Reuniram-se informações históricas, técnicas e estudos interdisciplinares para que a intervenção de conservação resultasse e não se compromettesse o valor intrínseco do Alc. 166.

O modelo que a intervenção de conservação realizada seguiu foi a do método investigação – ação (I-A). O método I-A insere-se nas denominadas metodologias mistas em que se conciliam “os fundamentos teóricos com a prática científica”¹⁵ e de acordo com Coutinho¹⁶ este método sintetiza-se em quatro etapas: “situacional, interventiva, participativa e autoavaliativa.”¹⁷

No caso da intervenção de conservação do Alc. 166, a etapa situacional incidiu sobre o diagnóstico do estado de conservação do código e na proposta de tratamento que visava a sua estabilização físico – química para que o processo de digitalização pudesse ocorrer sem dificuldades. A etapa interventiva diz respeito à intervenção de conservação realizada, mais adiante descrita, e as etapas participativa e autoavaliativa foram decorrendo em simultâneo à etapa interventiva uma vez que para o processo decisório contou-se com a colaboração de outros conservadores-restauradores que conduziram a modificações na proposta de tratamento inicial e que foram continuamente avaliadas tendo como consequência a alteração de práticas e a produção de novos conhecimentos relativos ao código em questão.

15 - COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Lisboa: Edições Almedina S.A., 2015, p. 255.

16 - COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de investigação em ciências sociais...*, p. 365.

17 - COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de investigação em ciências sociais...*, p. 365.

3.2. Intervenção de conservação

Como já foi referido a intervenção de conservação realizada no Alc. 166 teve como principal objetivo o acesso à informação contida no documento através da melhoria da sua leitura. No entanto, a decisão de intervir neste códice também se deveu à necessidade de o estabilizar e melhorar a sua condição física.

Devido à sua fragilidade era expectável que o processo de tratamento fosse muito complicado e demorado mas através de uma intervenção curativa conseguiu-se atingir os objetivos estabelecidos na primeira etapa da intervenção onde foi diagnosticado o estado de conservação do códice e onde se desenhou a proposta de intervenção.

3.3. Diagnóstico do estado de conservação

3.3.1. Encadernação e estrutura do conjunto

O Alc. 166 encontrava-se em mau estado de conservação em termos estruturais. A encadernação inteira de pele de cor castanha, de tipologia idêntica às realizadas durante os séculos XVII e XVIII, apresentava-se deformada, com desgastes, lacunas de diversas dimensões, manchas causadas pelo manuseamento e pelo contato direto com água, com orifícios provocados pela ação de insetos e com intervenções anteriores de má qualidade situadas na zona da charneira e da lombada. A lombada também se encontrava em mau estado de conservação e era possível observar lacunas de grandes dimensões, quebras no material, destacamento parcial dos dois rótulos de pele e de papel com o número 203 (número de ordem dado no Mosteiro de Alcobaça) e da etiqueta de papel da BNP em que o códice é identificado como Alc. 166.

As dimensões das pastas de papelão utilizadas para a realização da encadernação (27,5 cm de altura por 18,5 cm de largura) não correspondiam às dimensões do corpo do livro (28,7 cm de altura por 19 cm de largura) não possibilitando à encadernação desempenhar a função de proteger o corpo do livro.

Os elementos mecânicos de junção, como as charneiras, estavam fissurados e os elementos de costura formados por três nervos em cânhamo e pela linha de costura do mesmo material encontravam-se quebrados em vários pontos não permitindo a fixação da encadernação ao corpo do livro nem a junção dos vários cadernos para a formação do corpo do livro em bloco apesar de se verificar que a costura realizada fazia passar a linha de costura por todos os cadernos.



Fig. 1: Aspetto geral da encadernação inteira de pele do BNP, Alc. 166 cujas dimensões são menores que as do bloco de texto

As guardas em papel apresentavam sujidades, manchas de diversas origens e lacunas de diversas dimensões e orifícios provocados pela ação de insetos. A segunda guarda volante correspondente à pasta esquerda¹⁸ da encadernação exibia a seguinte inscrição a tinta castanha com a identificação do códice e que se atribui à altura em que se procedeu a uma reinventariação dos livros no Mosteiro de Alcobaça: «{Cod. 203} Collectaneum secundum antiquum ritum Cisterciensem»; juntamente com uma anotação de grafia diferente feita num papel colado a essa guarda volante com uma inscrição semelhante: «*Collectaneum secundum antiquum ritum Cisterciensem fol. Vol. 1*».

18 - No SCC/AC da BNP adotou-se a metodologia descritiva do Professor Nicholas Pickwoad no Centro de Investigação Ligatus. [Em Linha] (Consultado a 20 de Janeiro de 2019). Disponível em: <http://www.ligatus.org.uk/>

3.3.2. Bloco do texto

O bloco do texto em pergaminho, ou do corpo do livro, foi analisado visualmente e foram registadas todas as patologias inerentes ao seu mau estado de conservação. Os seus 155 fólhos encontravam-se agrupados em 22 cadernos de ritmo quaternário, à excepção do primeiro caderno formado por 3 bifólios, dos cadernos número 17 e 18 constituídos apenas por dois bifólios cada e dos dois últimos cadernos cujos fólhos se encontravam destacados mas cujos elementos do festo indicavam que, anteriormente, se encontravam unidos.

O pergaminho constituinte do bloco de texto é de boa qualidade e apresenta poucos defeitos de origem. Quando estes surgem verifica-se que foram sujeitos a intervenções de restauro anteriores onde a linha de cos-

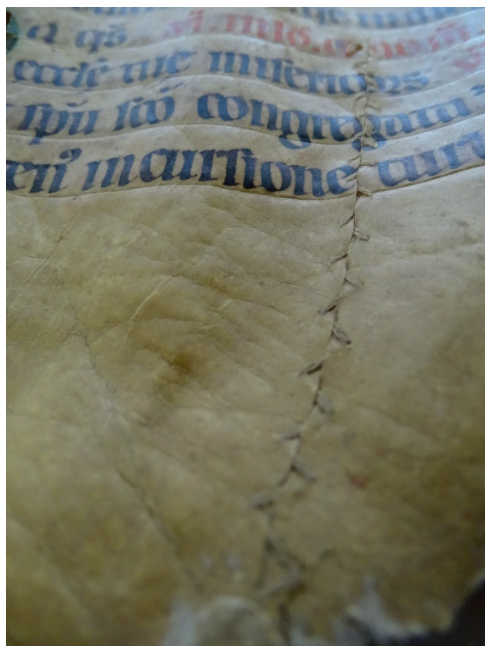


Fig.2: Pormenor de um dos restauros anteriores (costura)

tura ainda é presente e se encontra em bom estado de conservação. Esta técnica de costura para unir os lados dos rasgões servia para aproveitar ao máximo o pergaminho disponível para escrita uma vez que a maioria dos defeitos se situava nas margens dos fólhos a usar.

De igual forma, é possível observar vestígios de picotagem e de regramento de 15 linhas, anotações, carimbos de posse da Livraria do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e da BNP. Também se verifica que o

texto foi manuscrito com uma tinta de cor castanha que varia de um tom mais claro para outro mais escuro consoante o corpo da tinta e que na maioria das capitais iniciais foram empregues tintas de cor vermelha, de cor azul, de cor verde e de cor roxa.

As principais patologias do corpo do livro relacionam-se com fatores externos de deterioração (manuseamento, flutuações de temperatura e de humidade relativa, sujidades várias, restauros anteriores) e com fatores internos de degradação nos quais se destaca o fenómeno de gelificação do suporte em pergaminho.



Fig. 3: Pormenor de uma das capitais coloridas a quatro cores: azul, verde, branco e vermelho

Este fenómeno, provocado pelo contato direto com a água ou com uma elevada percentagem de humidade relativa ambiental (> 65%) que fomentou uma deformação grave do suporte e perda de parte inferior dos fólhos, é um processo químico onde se observa a transformação do colagénio do pergaminho em gelatina hidrossolúvel. O pergaminho, nestas condições, perde a sua flexibilidade, descolora e torna-se translúcido¹⁹ como se pode testemunhar no Alc. 166 que devido à perda de flexibilidade do pergaminho apresenta muitos rasgões em diferentes áreas dos fólhos originados pela quebra e perda do suporte. Também se observa perda de leitura do texto devido ao desvanecimento das tintas utilizadas para a sua produção devido ao contato com água e perda de pigmento não só pela deterioração do ligante usado na composição das tintas como, também, devido aos movimentos de contração e expansão do suporte.

19 - FITZGERALD, Solange – “A less invasive treatment solution for a bound seventeenth century parchment volume”. *Journal of the Institute of Conservation* 41/2 (2018), p. 170. [Em Linha] (Consultado a 20 de Janeiro de 2019). Disponível em: <http://doi.org/10.1080/19455224.2017.1365742>

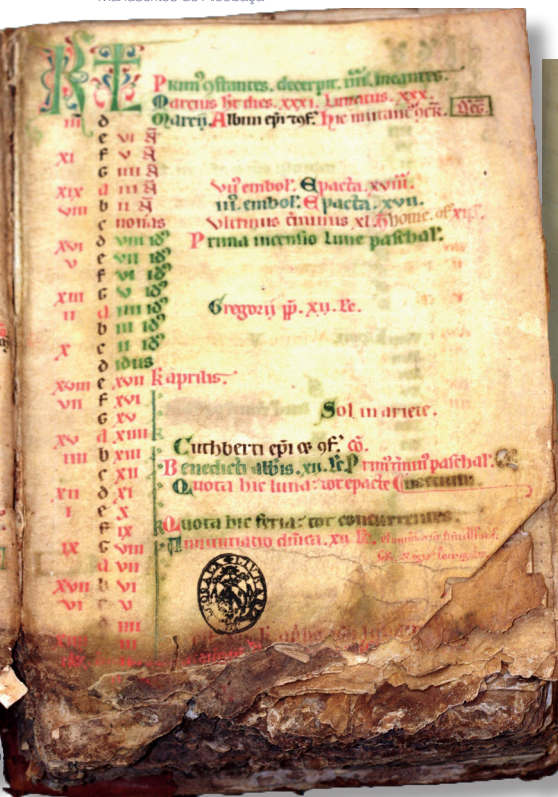


Fig.4: (à esquerda) Aspeto geral do estado de conservação do bloco de texto onde é possível observar que o maior dano do suporte se situa na margem inferior dos fólhos

Fig.5: (à direita) Pormenor de uma das iniciais onde se verifica perda do pigmento

3.4. Intervenção de conservação

Como já se mencionou neste texto, o objetivo principal da realização da intervenção de conservação no códice Alc. 166 foi a da recuperação do seu conteúdo e a possibilidade de realizar uma digitalização a ser disponibilizada na BND e no projeto «Horizontes Cistercienses».

O estado de conservação do bloco de texto condicionou as opções de tratamento incidindo a escolha numa intervenção de cariz curativo. Esta opção permitiu estabilizar física e quimicamente o suporte em pergaminho e retardar os futuros processos de deterioração.

A intervenção realizada foi mínima no respeitante ao corpo do livro e

optou-se por não reaproveitar a encadernação inteira de pele devido ao seu mau estado de conservação e porque, mesmo que fosse novamente aplicada, não desempenharia a sua função de proteção do bloco de texto não só devido às suas dimensões serem menores que as do bloco de texto como, também, por poder provocar nova distorção no pergaminho mesmo após a intervenção de conservação.

Assim, regendo-se pelos princípios da intervenção mínima, pela reversibilidade e estabilidade físico-química dos materiais, pela adequação das técnicas utilizadas, o tratamento de conservação foi realizado em diversas etapas que foram sendo avaliadas e discutidas pela equipa da AC com outros conservadores-restauradores.

3.4.1. Primeira etapa do tratamento

Antes de se intervir no códice manuscrito efetuou-se um levantamento fotográfico exaustivo do volume bem como um relatório do seu estado de conservação por forma a elaborar-se um diagnóstico e uma proposta de tratamento.

Esta proposta contemplou a planificação do pergaminho e a consolidação de todos os rasgos que se verificavam no suporte e cuja maior incidência se observava na margem inferior dos fólhos.

Para se poder planificar os fólhos procedeu-se à desmontagem e separação dos cadernos, a seco, e à anotação da sua colação²⁰. Em seguida procedeu-se à higienização dos fólhos com uma trincha de cerdas macias e, pontualmente, aplicou-se hidróxido de cálcio com o auxílio de um cotonete nas zonas de festo para remover colas usadas na execução da encadernação.

20 - N.A.: Colação: esquema de ordenação dos fólhos que constituem o bloco de texto.

3.4.2. Segunda etapa do tratamento

Uma vez que as tintas utilizadas para a elaboração do texto e para decoração das capitais eram solúveis, houve a necessidade de relaxar o pergaminho de forma controlada para que a humidade aplicada fosse a suficiente que permitisse a planificação dos 75 bifólios e 5 fólios em pergaminho e não promovesse a solubilização das tintas. Este objetivo foi atingido pela utilização de lâminas de *GORE-TEX*²¹ aplicadas em conjunto com mata-borrão molhado e com membranas de *Hollytex*²².

A planificação dos bifólios e fólios foi conseguida pela mudança sucessiva de mata-borrões até não se verificar qualquer vestígio de humidade mantendo sempre o conjunto formado pelo pergaminho e mata-borrões sob peso moderado.

Em simultâneo, procedeu-se à limpeza por via húmida com hidróxido de cálcio, à remoção dos restauros anteriores constituídos por pedaços de pergaminho lisos e manuscritos com caligrafia distinta da presente no Alc. 166²³, ao preenchimento das lacunas e ao reforço total das guardas de papel.

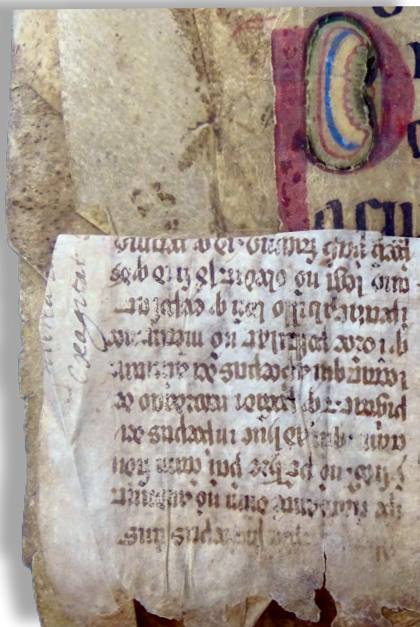


Fig.6: Pormenor de intervenção anterior realizada com pedaço de pergaminho manuscrito

21 - N.A.: GORE-TEX: material permeável que permite a passagem de humidade de forma controlada e evita a formação de condensação de humidade sobre a superfície a ser humidificada.

22 - N.A.: Hollytex: material plástico que impede a colagem da superfície a ser humidificada com o GORE-TEX.

23 - N.A: No ALC. 166 registam-se três tipologias de intervenções anteriores no bloco do texto: 2 costuras diferentes e colagem de pedaços de pergaminho. Conceição Casanova coloca a hipótese de as primeiras serem intervenções realizadas no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça pela comunidade de monges cistercienses em períodos distintos e a terceira já pelo próprio encadernador que realizou a encadernação atual (informação obtida em reuniões de trabalho).

3.4.3. Terceira etapa do tratamento

Esta etapa da intervenção foi a que ocasionou mais discussões de grupo e pesquisa sobre a melhor forma de proceder em relação às lacunas existentes na área inferior dos fólios. As opções existentes eram as de preencher, ou não, estas lacunas para que o códice voltasse a ter a imagem de um volume completo. No entanto, várias condicionantes foram tidas em conta para se optar pelo não preenchimento das lacunas que se constituiu como decisão final. A saber:

1. Não existia referência acerca da altura original dos bifólios e qualquer acrescento podia trazer uma informação errada acerca daquela dimensão;
2. A aplicação de novo pergaminho para preenchimento numa área em que o pergaminho original se encontrava tão frágil iria promover tensões mecânicas que poderiam deteriorar, ainda mais, o pergaminho original;
3. Completar as lacunas com a aplicação de papel japonês iria criar um ponto de tensão visual que impediria a correta leitura do texto ou que causaria uma distração desnecessária.
4. O objetivo da intervenção era a recuperação da leitura do documento que permitisse a sua digitalização. Assim, o preenchimento das lacunas não iria beneficiar a leitura do documento uma vez que o texto não se encontrava na área em falta. Mas, e mesmo que houvesse falta de texto, este nunca iria ser completado uma vez que a equipa do SCC se rege pelos princípios do Código de Ética Profissional da *European Confederation of Conservator- Restorer's Organization*.

Em consequência destas circunstâncias, na zona de lacunas situadas na margem inferior dos fólios consolidaram-se os rasgos com papel japonês, *Tosa Tengujo*, e as capitais após uma experiência com colagé-

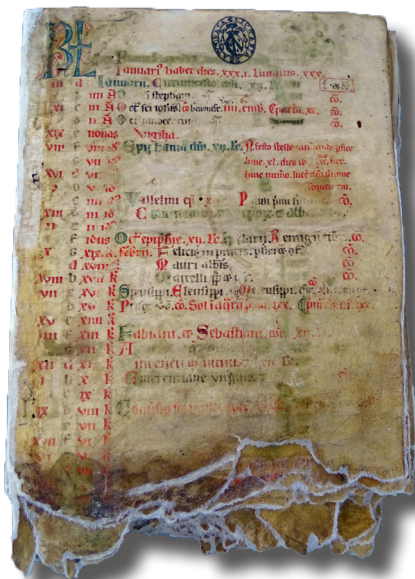


Fig. 7: Aspecto geral do bloco de texto após intervenção de conservação onde se pode observar que toda a zona inferior dos fólios foi consolidada

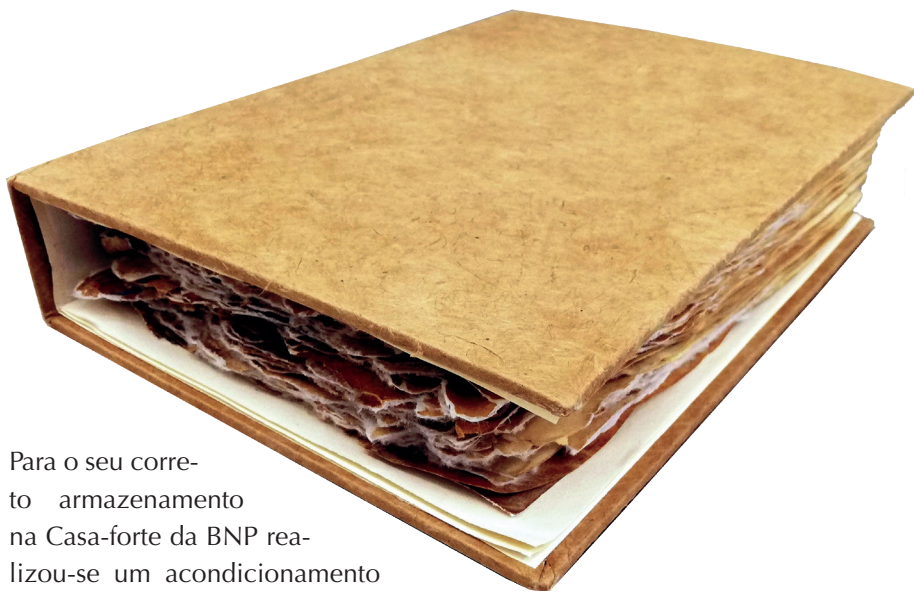
nio que não resultou por retirar a visibilidade, foram reforçadas com papel japonês RK01 cujas fibras longas e de espessura mínima permitem a leitura das imagens sob a sua aplicação. O adesivo utilizado foi a cola de amido de trigo²⁴ cuja adesão se demonstrou satisfatória para o resultado pretendido.

3.4.4. Quarta etapa do tratamento

Após a remontagem do corpo do livro procedeu-se à sua digitalização e só após a realização desta é que se procedeu à costura dos cadernos para que estes não ficassem soltos e formassem um bloco de texto, novamente.

Para a realização da encadernação optou-se pela execução de uma estrutura flexível em cartão *acid-free* revestido com um papel decorativo de cor castanha. Esta estrutura protetora permite o correto posicionamento dos cadernos sem distorção na zona dos festos e, em simultâneo, protege o corpo do livro uma vez que as dimensões das pastas são superiores às dimensões do bloco de texto.

²⁴- N.A: Cola de amido: adesivo reversível composto por amido de trigo e água, à proporção de 1:2



Para o seu correto armazenamento na Casa-forte da BNP realizou-se um acondicionamento em cartão *acid-free* onde, também, foram guardados os elementos codicológicos que foram encontrados soltos no bloco de texto.

Fig. 8: Aspeto geral do BNP, Alc. 166 após intervenção de conservação

Considerações finais

O conjunto dos códices alcobacenses da BNP constituem um fundo importantíssimo não só para a investigação da vida monástica da comunidade cisterciense do Mosteiro de Santa Maria de Belém como um manancial da produção artística na Idade Média em Portugal.

Uma intervenção de conservação sobre estes códices reveste-se de uma enorme complexidade para que a intervenção realizada não concorra para a perda de informações e de marcas históricas existentes no documento.

A intervenção de conservação do códice manuscrito Alc. 166 revelou-se um exercício de reflexão e de aplicação de procedimentos de tratamento que se traduzem na intervenção mínima e máximo respeito pelo original através da utilização de técnicas reversíveis e de materiais compatíveis.

A intervenção de conservação efetuada sobre o códice alcobacense “Coletário segundo o rito cisterciense” atingiu todos os objetivos desenhados na etapa situacional trazendo um maior conhecimento acerca da sua materialidade tanto a nível do bloco de texto como da estrutura da encadernação. Através da recuperação e digitalização do Alc. 166 permitiu-se que a sua história e que a sua informação possam ser divulgadas e usufruídas pelas gerações do presente e do futuro.

Catarina Fernandes Barreira

Investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora Responsável no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça

O presente artigo parte da análise de quatro manuscritos litúrgicos – designados como colectários –, com origem no *scriptorium* do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, datados entre os finais do século XII e meados do século XV. É nossa intenção reflectir sobre o seu conteúdo, sobre a sua decoração iluminada, a articulação desta com o texto e, por fim, datá-los e integrá-los no contexto de produção, de uso(s) e de circulação.

1. Mosteiros, *scriptoria* e liturgia

Na Idade Média, pensar na liturgia e nas suas práticas e cerimónias (rituais), é pensar, em grande medida, na eficácia da palavra escrita, enquanto meio do respectivo registo, transmissão e divulgação. É pensar nos suportes dessa mesma palavra escrita, os livros que continham os textos, as orações e as fórmulas, assim como nas formas como estes foram evoluindo e adaptando-se ao longo do período medievo, até ao século XVI, em que a liturgia se tornou uniforme (ou quase) para toda a Cristandade. Assim, a consagração da palavra sagrada pelo escrito e pela fixação das fórmulas e dos procedimentos litúrgicos, foi uma actividade fundamental para as comunidades religiosas. Por isso, a reconstituição litúrgica de alguns rituais e práticas depende quase exclusivamente de manuscritos litúrgicos¹. Estes códices são testemunhos únicos das devoções próprias de cada casa religiosa e das suas dinâmicas, constituindo-se como autênticos repositórios de memória das comunidades onde foram produzidos e usados, lidos e anotados. Os códices litúrgicos documentam ainda relações muito próximas com os monges² e com os espaços por onde circularam³. O caso dos cistercienses é particularmente significativo, pois nos códices litúrgicos produzidos e/ou utilizados no seio

1 - SYMES, Carol – “Liturgical texts and Performance Practices”. In GITTOS, Helen e HAMILTON, Sarah (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Londres: Routledge, 2016, pp. 239 – 267.

2 - BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça *scriptorium*”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 252-282. BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208”. *Cadernos de Estudos Leiriosenses* 11 (Dez. 2016), pp. 329-341; *Idem* – Questões em torno dos *Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça*. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152.

3 - SUÁREZ GONZALEZ, Ana – “Notas “de viaje” sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19)”. *Rudesindus. Miscelánea de arte y cultura* 8 (2012), pp. 87-114.

dos seus mosteiros é possível observar e situar cronologicamente as adaptações locais à normativa provinda dos Capítulos Gerais de Cister⁴.

Os códices elaborados em meio cisterciense – como aliás noutras ordens monásticas – correspondiam aos interesses e às necessidades dos respetivos monges⁵, pelo que os seus *scriptoria* produziram livros de espiritualidade e de exegese e livros litúrgicos para o serviço cultural⁶. Em paralelo, aí poderiam ser confeccionados manuscritos com textos de leitura diária como eram os casos da Regra de São Bento, o Martirológio e o Costumeiro (*Liber Usuum*)⁷, destinados à leitura no Capítulo, e ainda leituras apropriadas para a hora de colação, antes de *Completas*⁸.

Para o caso da Ordem de Cister, os códices litúrgicos são, desde cedo, encarados como um importante instrumento de unidade entre as suas

4 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786”. Tomos 1-4. Louvaina, Bureaux de la Revue, 1933-1936.

5 - Ver BONDÉLLE, Anne – “Trésor des moines. Les Chartreux, les Cisterciens et leurs livres”. In VERNET, André (dir.) – Histoire des Bibliothèques françaises. Vol. 1. *Les Bibliothèques médiévales, du VI^e siècle à 1530*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie / Promodis, 1989, p. 87 e ss.

6 - Neste âmbito, é interessante ver os inventários publicados de alguns mosteiros cistercienses: VERNET, André e GENEST, Jean-François – *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux du XII^e au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du CNRS, 1979; PEYRAFORT, Monique – *La bibliothèque médiévale de Pontigny (XI^e-XIII^e siècles). Histoire, inventaires anciens, manuscrits*. Paris: CNRS éditions, 2001; BOUGARD, François, PETITMENGIN, Pierre (dir.), STIRNEMANN, Patricia (collab.) – *La bibliothèque de l'abbaye cistercienne de Vauluisant. Histoire et inventaires*. Paris: CNRS éditions, 2012 e, o mais recente: STAATS, Sarah., HEID, Caroline, NEBBIAI, Donatella, STIRNEMANN, Patricia – *Le catalogue médiéval de l'Abbaye cistercienne de Clairmarais et les manuscrits conservés*. Paris: CNRS éditions, 2016.

7 - CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^e siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

8 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Lisboa: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018, p. 37, p. 158 e DOLBEAU, François – “À propos des lectures de table”. In FALMAGNE, Thomas, STUTZMANN, Dominique e TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (coord.) – *Les Cisterciens et la transmission des textes (XII - XVIII siècles)*. Turnhout: Brepols Publishers, 2018, p. 401 e ss.

diversas casas, fazendo da uniformidade litúrgica⁹ uma questão importante e mesmo identitária: através dela não apenas se alcançava um controle e homogeneização da prática litúrgica, como se viabilizava o uso dos seus livros litúrgicos em todas e qualquer uma das suas comunidades¹⁰. A necessária conformidade aos textos e costumes em vigor na Ordem era explicitamente declarada nos *Statuta*:

*“Quos libros non liceat habere diversos. X. Missale, epistolare, textus, collectaneum, graduale, antiphonarium, regula, psalterium, lectionarium, kalendarium, ubique uniformiter habeantur.”*¹¹

Os *Capitula*, termo latino para designar habitualmente na época as pres-

9 - A questão da unanimidade litúrgica no contexto cisterciense tem vindo a ser debatida entre os especialistas do tema, pelo menos, desde a década de 50 do século passado: LE-FÈVRE, J. A e LUCET, B. – “Les codifications cisterciennes aux XIIe et XIIIe siècles d’après les traditions manuscrites”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 15 (1959), pp. 3-22. LEKAI, Louis J. – “Ideals and reality in Early Cistercian History”. In SOMMERFELDT, John R. - *Cistercian Ideals and reality*. Kalamazoo: In *Cistercian ideals and reality*. Kalamazoo: Cistercian Studies Series, 1978, pp. 4-29 ; AUBERGER, Jean-Baptiste – *L’unanimité Cistercienne Primitive: Mythe Ou Réalité ?* Achel: *Cîteaux Commentarii Cistercienses*. Editions Sine Parvulos, 1986 ; BERMAN, Constance Hoffman – “Diversité et unanimité des cisterciens du XIIe siècle”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XIIe au XVIIe siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 187-194 ; FALMAGNE, Thomas – “Le réseau des bibliothèques cisterciennes”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XIIe au XVIIe siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 195-222. FALMAGNE, Thomas – *Les Cisterciens et leurs bibliothèques*. Troyes: Médiathèque du Grand Troyes, 2012, pp. 16 e 17. Ver também: MCGUIRE, Brian Patrick – “Constitutions and the General Chapter”. In BRUNN, Mette Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 87-100, p. 93 e 94.

10 - SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Cistercian Scriptoria in the Twelfth and Thirteenth Centuries”. In D’EMILIO, James (coord) – *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden: Koninklijke Brill, 2015, pp. 765-811, p. 769 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno da unanimidade litúrgica no Mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), pp. 33-54.

11 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulorum...”, p. 13 e WADDELL, Crysogonus – *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter. Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 2002, p. 513. Ver também Alc. 185, fólio 151. Sobre este conjunto de manuscritos, ver BELL, David N. – “Libraries and scriptoria”. In BRUNN, Mette Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 140-150, p. 140, BELL, Nicolas – “Liturgy”. In BRUNN, Mette Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 258-267, p. 263. Ver também JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090 -1500*. London: Routledge, 2013, p. 210.

crições dos Capítulos Gerais da Ordem¹², eram particularmente cuidadosos e claros nesta matéria, incluindo, entre as obrigações associadas à fundação de novas casas¹³ por qualquer uma das abadias cistercienses já existentes, o provimento dos indispensáveis livros litúrgicos, a par, obviamente, da Regra de São Bento:

*“De construendis abbatiis. VIII. (...) Nom mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{cim}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectane, antifonario, gradali, regula, missali.”*¹⁴

Como se verifica, os colectários (*collectane*) faziam parte do “pacote” de livros litúrgicos indispensáveis para a fundação de um novo mosteiro. Se Alcobaça recebeu este conjunto de livros, não o sabemos, porque não chegou até nós algum códice que possamos atribuir, de forma clara, a sua origem ao *scriptorium* de Claraval, e datado de meados do século XII, ainda que Aires A. Nascimento admita a possibilidade para tempos posteriores, através de empréstimos de cópia de manuscritos combinados entre as duas abadias¹⁵. De igual modo, também Manuel Pedro Ferreira sublinha a existência em Alcobaça de manuscritos de Alcobaça, com traços paleográficos associados a modelos de Claraval e confirmados “por fontes desta última abadia, conservados na Mediateca de Troyes”¹⁶.

12 - As colecções de *Statuta* recolhidas no Capítulo Geral sob uma forma compilada tomaram o nome de *Instituta Generalis Capituli apud Cistercium*. Ao longo do século XII, esta compilação codificada da legislação saída dos Capítulos Gerais foi sendo objecto de revisões, alterações e sistematizações, o que produziu um conjunto de textos com diferenças que testemunham os seus diferentes estádios de edição. Cerca de 1134/6, os 27 estatutos que inicialmente constituíam os *Instituta* tomaram o nome de *Capitula* in WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux. Cîteaux: Commentarii Cistercienses*. 1999, p. 168 e ss e WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 300 e ss.

13 - TOCK, Benoît-Michel – “Le scriptorium et la bibliothèque de l’abbaye de Vaucelles au XII siècle”. In FALMAGNE, Thomas, STUTZMANN, Dominique e TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (coord.) - *Les Cisterciens et la transmission des textes (XII - XVIII siècles)*. Turnhout: Brepols Publishers, 2018, p.34.

14 - WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 512.

15 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça...*, p. 129, p. 156.

16 - FERREIRA, Manuel Pedro e ARAÚJO, Mara Fortu – “Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobaça”. In CARREIRAS, José A. (Dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 2013, pp. 195-203, p. 197.

2. No coração da liturgia: estudar e datar os colectários de Alcobaça

O colectário é o livro de quem preside o ofício, isto é, “do celebrante que preside a recitação do ofício coral e contém as colectas (orações) e os *capitula* (pequenas lições da sagrada escritura) fornecendo-lhe os textos que devia rezar ou cantar”¹⁷, ainda que, em bom rigor, o mesmo deveria conter unicamente as colectas para as várias horas do dia (*Vesperas, Laudes, Prima, Tercia, Sexta* e *Nona*) como acontecia com os exemplares mais antigos¹⁸.

O colectário organiza-se, regra geral, como a maior parte dos códices litúrgicos: Próprio do Tempo, Próprio dos Santos e Comum dos Santos e pode ter ou não um Calendário. A colecta de *Laudes* – específica para cada festividade – repete a colecta da missa respetiva, neste caso a primeira oração que fechava os ritos iniciais e o momento penitencial, antes das leituras bíblicas.

Segundo Jean-Baptiste Lebigue, “cada colectário responde às necessidades específicas da comunidade”¹⁹. O seu estudo em contexto permite, assim, aduzir elementos de informação sobre cada comunidade, muitas das vezes desconhecidos ou pouco sublinhados pela generalidade dos investigadores que se debruçam sobre a respetiva história. Nessa perspetiva, o estudo dos colectários originários em Alcobaça afigura-se como mais uma forma de olhar para as vivências litúrgicas dos monges do mosteiro cisterciense mais importante do reino português em todo o período medieval.

Até ao momento, foram identificados quatro colectários²⁰ originários do *scriptorium* alcobacense, sobre os quais importa analisar e contextualizar o seu conteúdo e o que lhes foi sendo agregado e quando. Concreta-

17 - PEREIRA, Isaías da Rosa Pereira – “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”. *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita* 3 (1996), Universidad de Alcalá de Henares, pp. 133-161, p. 144.

18 - PEREIRA, Isaías da Rosa Pereira – “Dos livros e dos seus nomes...”, pp. 133-161 e PALAZZO, Éric – *A History of Liturgical Books from the beginning of the Thirteenth century*. Collegeville: A Pueblo Book, 1998, p. 145 e MARTIMORT, A. G. – *Les lectures Liturgiques et leurs livres*. Turnhout: Brepols, 1992, p. 74 e ss.

19 - LEBIGUE, Jean-Baptiste – *Liturgical Documents: French Ordinals*. Kalamazoo (Michigan): Cistercian Publications, 2009, p. 91.

20 - Segundo o *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930/32, 5 vols.

mente, importa interpretar o conteúdo litúrgico de cada um dos códices à luz do conhecimento da prática litúrgica cisterciense, em geral, e do Mosteiro de Alcobaça em particular. É preciso descortinar de que forma se processou a integração da(s) adição(ões) na organização interna de cada manuscrito, ou seja, onde se localizam em relação às diferentes secções que compõe os colectários, em que data foram feitas e associadas aos mesmos e torná-las significantes. E, por fim, é necessário esclarecer como estes se articulam com a identidade da comunidade cisterciense alcobacense e com as ligações que estabelecem com o contexto local.

O *corpus* em análise é constituído por quatro códices iluminados: o Alc. 166, um Colectário-ritual já estudado por nós²¹; o Alc. 260²²; o BGUC, ms. 893²³ e o Colectário-ritual para a *Tercia*, Alc. 67, datado de 1442 e composto somente com as colectas para a hora de *Tercia*, como o seu nome indica²⁴. O primeiro códice, o Alc. 166, é um dos mais antigos copiados pelo *scriptorium* alcobacense e conservado até aos nossos dias. Foi recentemente alvo de uma intervenção de conservação e restauro, cujo processo a Dr.^a Teresa Lança relata nesta coletânea com o título “Recuperação do passado para uma leitura no futuro – Uma intervenção de conservação: Alc. 166”. A

21 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de “uma livraria copiosa”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62; AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*. 3 Vols., Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscripts Library, 1988-1990, p. 33 e *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930/32, 5 vols. pp. 135-136.

22 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça...*, pp.195-197 e *Inventário dos Códices Alcobacenses...*, p. 132. Ver também o estudo de Adelaide Miranda “Livros litúrgicos cistercienses nos reinos ibéricos. A iluminura dos manuscritos românicos Alcobacenses”. *Cistercium* 208 (1997), pp. 223-256, em particular as pp. 229 e 231.

23 - Saul A. Gomes localizou-o na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, in GOMES, Saul A. – “Manuscritos medievais iluminados e fragmentos”: In AMARAL, A. G. Maia do (coord.) – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 58 e GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José A. (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 2013, pp. 423-448.

24 - AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça...*, pp. 96-97 e *Inventário dos Códices Alcobacenses...*, pp. 63-64. Ver também: BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Ad candelas* ou a festa da Purificação da Virgem no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça entre os séculos XII e XVI”. In MARQUES, Maria Alegria e OS-SWALD, Helena (coord.) – *Devoções e sensibilidades marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje. Livro do XIII Encontro Cultural de S. Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Edição da Associação de Amigos de S. Cristóvão de Lafões, 2018, pp. 135-174.

Tabela 1 integra os dados de três códices: Alc. 166, ms. 893 e Alc. 67. No que concerne ao Alc. 260, este vai ser estudado mais à frente.

2.1. Colectário e colectário-ritual

Tabela 1 - Síntese do conteúdo dos Colectários para o Ofício de Alcobaça

	BNP Alc. 166	BGUC Ms. 893	BNP Alc. 67 Datado de 1442
Calendário	Ocupa um caderno Depois de 1260 ¹	Ocupa um caderno Depois de 1366	Não tem Calendário Tem início com uma adição Sta. Isabel 1236 ² Bênção do sal e da água
Temporal	O Temporal não tem a Festa de <i>Corpus Christi</i>	O Temporal não tem a Festa de <i>Corpus Christi</i>	O Temporal não tem a Festa de <i>Corpus Christi</i>
Santoral	O Santoral data entre 1185 e 1191 ³	O Santoral data entre 1228 e 1246	O Santoral parece datar em torno de 1247
Comum dos Santos			
Outros	Dedicção, Nova dedicação e Aniversário da Dedicção Orações <i>Ordo ad inungendum infirmum</i> + ladainha (antes de 1200) <i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> <i>Collecte pro defunctis</i>	Comemorações dos santos para todo o ano Orações Dedicção, Nova dedicação e Aniversário da Dedicção	Dedicção da igreja Aniversário da Dedi- cação (redigido noutro momento) <i>Ordo ad inungendum infirmum</i> + ladainha (entre 1214 e 1254 ⁴) <i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> <i>Collecte pro defunctis</i>
Adições	S. Bernardo 1202 ⁵ Sta. Catarina 1207 ⁶ <i>Undecim milium virginum</i> 1220 ⁷ Sto. Edmundo 1247 ⁸ <i>Undecim milium...</i> 1260 ⁹ <i>In solemnitis sacramenti altaris</i> 1318 S. Malaquias 1295 ¹⁰ <i>In conceptione Beate Marie</i> 1356 ¹¹ <i>Beate Anne</i> 1366/1375/1454 ¹² <i>Exaltatione sancte corone Domini</i> 1292 ¹³ <i>In solemnitis sacramenti altaris</i> S. Brás ¹⁴ <i>Pro infirmis</i>	<i>In solemnitis sacramenti altaris</i> S. Brás S. Vicente <i>In solemnitis corona domini</i> <i>Undecim milium virginum</i> <i>In conceptione Beate Marie</i> <i>Collecte pro defunctis</i> <i>Colecta para o officio da Virgem</i>	<i>Corona Domini</i> <i>Corpus Christi</i> <i>Festa Sancte Anne ad tercia</i> <i>Pro infirmis</i> <i>In festo Sancte Anne ad (...)</i>

- 1 - Propusemos esta data para este calendário em BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...”, p. 41.
- 2 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...II, p. 152.
- 3 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...”, p. 44.
- 4 - Entre Santa Catarina, autorizada nas ladainhas em 1214 e São Roberto de Molesme, autorizado em 1254 in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...I, p. 428 e CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...II, p. 398.
- 5- CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...I, p. 275-276.
- 6 - Desde 1207 celebrada como uma comemoração in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...I, p. 334. De 1214 em diante celebrada com doze lições e mencionada nas ladainhas, in CANIVEZ, Joseph- Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...I, p. 428.
- 7 - Comemoração em 1220 para o reino da França? MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien Troyes, Bibliothèque Municipale, MS.2030*. Fribourg, Academic Press, 2015, p.18. Sabemos que Alcobaça teve relíquias das Onze Mil Virgens (talvez Sta. Úrsula), mas desconhecemos em que data chegaram a Alcobaça e em que ano foi autorizada a sua celebração in CASTRO, João Bautista – Portugal Antigo e Moderno. Tomo II, Partes III e IV. Lisboa, 1763, pp. 186 e 187.
- 8 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...II, p. 315.
- 9 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...II, p. 464.
- 10 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...III, p. 279.Ver também 1317 in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...III, p. 332-333.
- 11 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...III, p. 531 e MAÎTRE, Claire - *Le bréviaire cistercien...*, pp. 19, 21 e 22.
- 12 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...III, p. 543. LEROQUAIS, Victor - *Les Bréviaires manuscrits des bibliothèques publiques de France*. Paris, vol. 1, 1934, p. XCIX ; MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien...*, pp. 19, 21 e 22.
- 13 - Segundo Claire Maître, festa instituída em 1240 in MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien...*, p. 21. Alcobaça pede licença para instituir esta festa em 1263 segundo MARQUES, Maria Alegria – “Da pólis à cosmópolis: dos mosteiros cistercienses portugueses ao Capítulo geral de Cister”. In SOARES, Carmen, FIALHO, Maria do Céu e FIGUEIRA, Thomas (coord.) – *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 146.
- 14 - Sobre a presença das relíquias de São Brás e o seu culto em Alcobaça ver BARREIRA, Catarina Fernandes – “Relics and Liturgical Practice in a Portuguese Cistercian House - the Cult of Saint Blaise in Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela and CASTINERAS GÓNZALEZ, Manuel (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média. Criação, Circulação e Função das Imagens entre o Ocidente e o Oriente na Idade Média (séculos V-XV)*. Lisboa: Editora Sistema Solar, 2021, pp. 461-489.

Começemos a nossa análise pela terminologia. A designação colectário-ritual, “alternativa” ao termo consagrado, deve-se à tipologia dos textos contidos nos mesmos: para além das colectas para todo o ano (Próprio do Tempo e Próprio dos Santos), colocadas a seguir às coletas do Comum dos Santos e da Dedicção da Igreja, os dois manuscritos integram um conjunto de orações e fórmulas rituais como as orações para a entrada e saída de monges, a unção dos enfermos e o *ordo* das exéquias dos defuntos (ver Tabela 1). Segundo Eric Palazzo:

“a combinação entre os colectários e os rituais nasceu em contexto monástico no séc. X e manteve-se, pelo menos, até aos séculos XII ou XIII. O colectário continha todas a colectas que o celebrante precisava para a Liturgia das Horas e o ritual a ele associado reunia os textos necessários para a liturgia dos enfermos e dos mortos e também os ritos específicos dos mosteiros (como o *ordo ad faciendum monachum*)”²⁵.

Pensamos que esta junção – do coletário com as orações e bênçãos e os dois *ordines* – parece ter sido adoptada pela Ordem Cisterciense: no manuscrito-modelo Dijon 114 (copiado em Cîteaux em torno de 1180/1188), na secção respeitante ao *Collectaneum*, depois do Próprio do Tempo, dos Santos e Comum, observamos o seguinte conteúdo e por esta ordem (fólio 149 e seguintes): *ordo* da profissão dos monges; *ordo* da unção dos enfermos; *ordo* das exéquias; Ofício de defuntos e termina com as colectas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos. Em Alcobaça temos vindo a constatar que os dois *ordines* mencionados (unção dos enfermos e exéquias) foram preferencialmente copiados nos breviários a partir do século XIII até aos finais do século XV²⁶.

25 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, p. 191. Ver também VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy. An Introduction to the sources*. Washington: The Pastoral Press, 1986, p. 261 e PEREIRA, Isaiás da Rosa Pereira – “Dos livros e dos seus nomes...”, p. 157.

26 - Ver nesta coletânea sobre este assunto, os artigos “Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo” e “*Officium mortuorum*: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII”

2.2. Instrumentos de datação e metodologias (ou *dating and placing manuscripts*²⁷⁾)

A tarefa de datar códices iluminados implica critérios de observação, análise e procedimentos metodológicos sobre os dados fornecidos pela materialidade do códice e pela análise em contexto do seu conteúdo textual, desde logo do respetivo calendário.

O calendário é um importante instrumento de organização do culto, no qual se encontram assinaladas as festas fixas autorizadas pelos Capítulos Gerais de Cister²⁸, de modo hierarquizado: as mais importantes são as festas com doze lições (*XII lc*), algumas elevadas à categoria de duas missas e, de seguida, as comemorações (*côm*). As primeiras beneficiam geralmente de um ofício específico no Próprio dos Santos, devidamente integradas no seu tempo litúrgico²⁹. A sua designação – *XII lc*, isto é, doze lições – significa que, na hora de *matinas*, cada um dos três nocturnos é composto por quatro leituras, num total de doze leituras (*lectio, lectiones*). As comemorações são ofícios reduzidos a uma memória. Por vezes, as festas evoluem de comemorações para festas de doze lições (ou doze lições e duas missas), ficando os indícios destas alterações registados nos calendários. A existência de um tipo de letra e/ou de cor diferente entre uma e outra é, em geral, indicador de que o registo dessa festa foi objeto de adição posterior ao códice.

E, por falar na cor, a hierarquia cromática das festas registadas no calendário teve início em meados do século XIII³⁰, nomeadamente no que respeitou às festas de doze lições (assinaladas a vermelho/azul ou verde)

27 - Uma alusão ao excelente artigo de Patricia Stirnemann sobre a datação de códices iluminados: STIRNEMANN, Patricia – “Dating, Placing and Illumination”. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History* 11 (2008), pp. 155-166. Ver também LEGENDRE, Olivier – “Some Tools for Dating and Localizing Manuscripts”. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History* 11 (2008), pp. 181-196.

28 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum...”.

29 - MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien...*, p. 17.

30 - LEBIGUE, Jean-Baptiste – “Rits et couleurs. Acronymie et chromonomie des calendriers liturgiques au Moyen Age”. In RABEL, Claudia (org.) – *Le manuscrit enluminé. Études réunies en hommage à Patricia Stirnemann*. Paris: Leopard d’Or, 2014, pp. 39-73, p. 60.

para se destacarem visualmente das comemorações. Desconhecemos em que data é que esta distinção começou a ser aplicada nos calendários de Alcobaça, ainda que não estejamos provavelmente muito longe da verdade se pensarmos que o Calendário do Alc. 166 deve ter sido um dos primeiros a exibir esta organização.

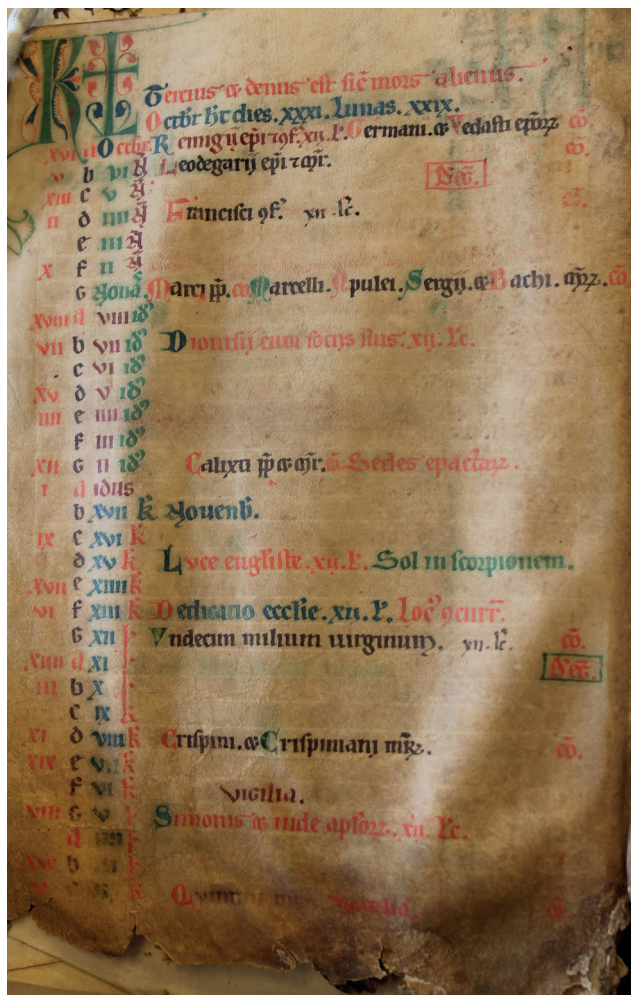


Fig. 1: Calendário, fôlio do mês de Outubro, BNP, Alc. 166, fôlio 5v.

A partir dos dados recolhidos na Tabela 1 sobre os três colectários para o ofício, só dois têm calendário e, em ambos, este tem uma datação diferente, posterior ao núcleo do códice (constituído pelo Temporal, Santoral e Comum). Para o Alc. 166, o seu Calendário parece datar depois de 1260 e para o ms 893, depois de 1366. Em ambos, o calendário forma um caderno, uma unidade codicológica que foi agregada ao núcleo primevo do códice. Não dispomos de indícios que permitam perceber a data dessa opera-

ção, mas talvez não seja descabido pensar que os calendários foram elaborados especialmente para os referidos códices e que lhes teriam sido agregados num momento não muito distante da sua cópia.

No que diz respeito ao núcleo primitivo dos colectários, formado pelo Próprio do Tempo, Próprio dos Santos e Comum dos Santos, nenhum dos três exibe a Festa de *Corpus Christi* no Temporal, cuja celebração em contexto cisterciense foi autorizada em 1318³¹. Se pensarmos que este corpo primitivo terá sido copiado sequencialmente – Temporal, Santoral e Comum –, tomamos os indícios de análise do Temporal e do Santoral, como a data aproximada do conjunto. Para o Alc. 166 temos o intervalo entre 1185 a 1191, para o ms. 893 entre 1228 e 1246 e, por fim, para o Alc. 67 o Santoral parece datar de cerca de 1247, embora o códice date de 1442. A confirmarem-se estas nossas hipóteses de datação, a ausência da Festa de *Corpus Christi* é altamente invulgar no Colectário-ritual para a *Tércia* Alc. 67, terminado em 1442. Como explicar isto?

À semelhança do Calendário, a análise dos Santorais constituiu também um instrumento de datação e de estudo, através da presença (ou não) de uma festa e de que modo esta é assinalada no próprio códice (simples comemoração ou com a indicação de colectas para as diversas horas do ofício)³². Uma igual atenção deve ser dada aos apontamentos visíveis nas margens dos fólhos dos Santorais, uma vez que aí podem surgir notas informativas e/ou caixas de textos que devem ser estudadas e integradas. Tais notas podem versar sobre determinadas festividades, isto é, festas comemoradas depois da sua autorização e festas que passaram a ser celebradas de outra forma, isto é, com *XII lectiones*. Tais informações podem igualmente indiciar colectas que sofreram alterações. Em resumo, todo este conjunto de informações pode contribuir para datar e para perceber o tempo de uso do códice.

31 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “A Festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes; GONÇALVES, Carla Alexandra e ANTUNES, Joana (coord.) – *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Bens Culturais da Igreja, nº 7. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 83-103.

32 - LE GENDRE, Olivier – “Some Tools for Dating and Localizing Manuscripts...”, pp. 181-196 e STIRNEMANN, Patricia – “Dating, Placing and Illumination...”, pp. 155-166.

Contudo, nem sempre este processo é linear, pois existem exemplos em que as festas registadas como notas marginais em versões mais antigas são incorporadas no corpo do texto em cópias posteriores e outros exemplos em que não são.

Portanto, é necessária alguma cautela quando se pretende relacionar a data de autorização de uma festa concedida pelo Capítulo Geral e a sua consequente introdução nos Calendários, Temporais e Santorais dos códices que vão sendo copiados nos *scriptoria* monásticos em data posterior. Para além disso, para que a liturgia regulamentada pelos Capítulos Gerais fosse seguida, importaria manter os códices atualizados e, igualmente importante, importaria dispor nas orações e fórmulas relativas à nova festa.

Pesem embora estas condicionantes, a análise dos Calendários e dos Santorais cistercienses, em confronto com as informações contidas nos *Statuta Capitulorum* (regra geral mencionando a data em que determinada festa foi autorizada e de que modo se faria a sua celebração³³) fornece-nos dados importantes para a datação dos manuscritos.

Sobre a datação do Alc. 67, este parece datar em torno de 1247, embora com algumas incoerências, pois não tem algumas colectas de festividades anteriores a esse mesmo ano³⁴ e, como já referimos, não tem a Festa de *Corpus Christi*, autorizada em 1318. Isto pode ser explicado se pensarmos que este códice usou como modelo, aquando a sua feitura, um exemplar mais antigo e que, por razões que desconhecemos, não atualizou nem o Temporal com a Festa de *Corpus Christi*, nem o Santoral, embora as notas marginais atualizem outras informações.

No entanto, a questão permanece: Alcobaça não teria um colectário

33 - Por exemplo "Decimo tertio kalendas decembris fiat commemoratio de sancta Elisabeth per Ordinem universum; collecta: *Exaudi nos Deus salutaris*." In CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – "Statuta Capitulorum...", vol. II, p. 139.

34 - Não apresenta a festa de *São Guilherme*, bispo (autorizada em 1218), mas tem a festa de *Iohannis ante portam latina* (autorizada em 1246); ignora a de São Lamberto (no mesmo ano), mas regista a de Santo Edmundo (autorizada no ano seguinte) in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – "Statuta Capitulorum...", vol. I, p. 485 e "Statuta Capitulorum...", vol. II, p. 315.

muito mais recente, que pudesse servir de modelo ao *scriptorium* em 1442? Podemos perguntar porque é que se gastaram recursos a fazer um código desatualizado do ponto de vista litúrgico. Uma das razões pode ter sido o mau estado do Colectário-ritual que lhe serviu de modelo, tornando urgente a sua substituição. A urgência teria levado a que não se tivesse procedido à necessária atualização. Importa sublinhar, de igual modo, que este Colectário-ritual alcobacense é o único exemplar conhecido que consignou o texto para a bênção da cera/das velas para a festa da Purificação da Virgem³⁵.

Voltando à Tabela 1, a seguir ao Comum dos Santos, os três códigos registam as colectas da Dedicção, da Nova Dedicção e do Aniversário da Dedicção da Igreja e, em dois deles (Alc. 166 e Alc. 67), o *ordo* da unção dos enfermos, com a sua ladainha e o *ordo* das exéquias, seguidos das colectas das comemorações dos aniversários dos defuntos (o ms. 893 parece ter tido, num dado momento, os textos das comemorações dos aniversários dos defuntos, ver adições). Como referido anteriormente, a designação de Colectário-ritual deve-se a esta junção, entre as colectas e o *ordo* dos enfermos e das exéquias, que já eram propostos dessa forma pelo manuscrito-modelo Dijon 114. As ladainhas que acompanham o sacramento da unção dos enfermos também podem ajudar a datar e a corroborar os dados obtidos, porque a introdução de um santo na ladainha também carecia de autorização do Capítulo Geral³⁶. Neste caso, quer a ladainha do Alc. 166, quer a do Alc. 67 estão ambas de acordo com a data proposta para o Santoral de cada um dos códigos (respetivamente, antes de 1200 para o Alc. 166 e entre 1214 e 1254 para o Alc. 67).

35- BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Ad candelas...*”, p. 146 e seguinte.

36 - “The introduction of a new saint in the Litany apparently required a commemoration with a feast of twelve lessons; but this was not always enough (...) For example, St. Bernard himself was commemorated with solemn Matins and two masses a quarter-century before he was introduced into the Litany.” In FERREIRA, Manuel Pedro - “Dating a Fragment: A Cistercian Litany and its Historical Context”. In SCAPPATICCI, Leandra (ed.), *‘Quod ore cantas corde credas’: Studi in onore di Giacomo Baro_o Dahnk*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013, 70, pp. 293-313, p. 297. Ver BARREIRA, Catarina Fernandes - “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos...”, pp. 45 e 46.

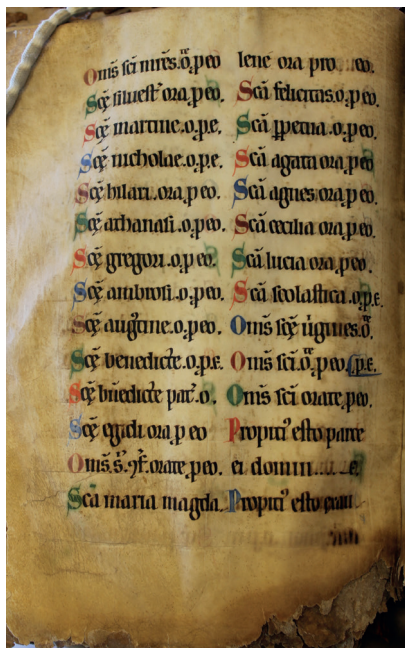


Fig. 2: Ladainha dos Santos, BNP, Alc. 166, folio 125v.

Para terminar a análise à Tabela 1, outro elemento importante de datação reside na análise daquilo que foi agregado ao núcleo inicial do códice, em que momento e sob que ordem. Tais adições também nos informam sobre cultos locais e/ou devoções próprias, com um reflexo evidente na presença de relíquias e, consequentemente, nos processos de construção e de exteriorização da identidade comunitária monacal. Neste âmbito, só o Alc. 166 parece seguir uma lógica de inclusão cronológica, em que as festividades que vão sendo introduzidas no Santoral e Temporal até certo ponto, vão sendo copiadas e agregadas. Nos outros códices, agregam-se as colectas do que vai sendo autorizado pelo Capítulo Geral, mas aparentemente sem lhe dar uma ordem cronológica.

Será possível que esta sucessão de festividades tenha ficado a dever-se a uma re-organização posterior dos códices aquando de intervenções nas encadernações realizadas porventura nos séculos XVII, XVIII? O ms. 893 termina com uma colecta para uma festa da Virgem, *Letifica nos, quesumus*, comum a outros códices cistercienses, mas que não conseguimos, por agora, datar.

Em síntese, as propostas de datação para os três códices apresentadas na Tabela 1 resultam de uma aplicação prática do que acabou de ser explanado em termos da análise dos Calendários, do Temporal e do Santoral e das adições que lhes foram sendo agregadas, em confronto com as orientações litúrgicas contidas nos *Statuta Capitulorum*³⁷.

37 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulorum...” ; LEROQUAIS, Victor – *Les Bréviaires manuscrits des bibliothèques publiques de France*. Paris, vol. 1, 1934, pp. 97 a 99 e MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien...*

Por fim, o cólofon. Só um dos códices exhibe cólofon, o Alc. 67, que nos informa que o copista foi Frei Bernardo, em 1442.

“Anima fratris hoc mense defuncti. requiscat in pace. Qui scripsit scriptat : et senper cum domino in gloria vivat. Fratres Bernardus me fecit domini anno m^o iiij^o x^o ij^o. quem christus colocet in Paradiso.” (BNP, Alc. 67, fólio 127v).

Pouco se conhece sobre a sua vida, para além de ter sido monge e escriba no Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade D. Estêvão de Aguiar (1431-1446) e foi abade em S. Paulo de Almaziva (1448 a 1478)³⁸.

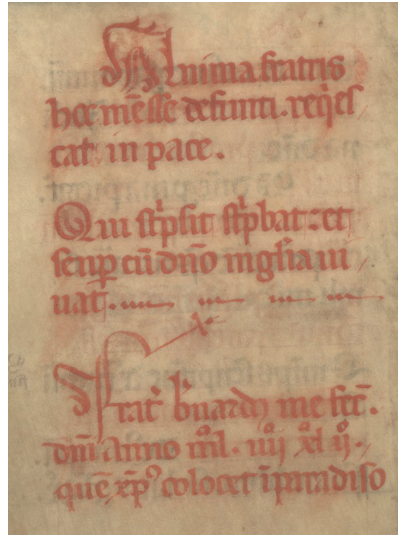


Fig. 3: Cólofon do códice BNP, Alc. 67, fólio 127v.

Sobre a presença do Colectário ms. 893 na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Saul A. Gomes já sublinhou a sua inequívoca origem alcobacense, a partir da existência da festa da Dedicção da Igreja, assinalada no Calendário a 20 de Outubro. Terá sido posteriormente emprestado a São Paulo de Almaziva e, por motivos que desconhecemos, daí ter passado à biblioteca conimbricense, sem nunca mais ter regressado à casa-mãe. Aliás, este exemplo de peregrinação livresca não foi único em meio alcobacense, pois o Alc. 62, um Ordinário do Ofício Divino, que foi para Santa Maria de Seíça e lá ficou durante cerca de cem anos, foi depois devolvido a Alcobaça³⁹. Deambulante foi igualmente o Alc. 54, um Breviário de Inverno, que foi para São Paulo de Almaziva com o monge Frei Francisco da Costa, em 1491

38 -Ver SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense. S. Paulo de Almaziva – séculos XIII – XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 117 e outro artigo desta coletânea: LOPES, Paulo Catarino e BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar*: o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade reformador D. Estêvão de Aguiar (1431- 1446)”. **39** - BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV...”, pp. 329-341.

e que, em data que desconhecemos, foi devolvido a Alcobaça, graças ao cuidado e a uma anotação que Frei Francisco escreveu no próprio códice⁴⁰.

3. Um Sacramentário alcobacense⁴¹

Sobre o último manuscrito, que não integrámos na Tabela, o Alc. 260, começamos pela sua designação. Ao abrímos o códice, no fólho que contém a cota antiga e a sua designação lemos: *Missale secundum antiquum ritum cisterciensem*. Estes fólhos de rosto, com a identificação das obras, apresentam, segundo Aires A. Nascimento, a informação copiada pelo *Index Codicum* de 1775 e deve ter sido elaborada por um bibliotecário alcobacense da primeira metade do século XVIII⁴². No *Inventário dos Códices Alcobacenses*⁴³ e no catálogo da Biblioteca Nacional aparece como um Colectário. Parece-nos que a designação mais adequada face ao conteúdo litúrgico é a que consta do volume dedicado aos Índices do Inventário dos alcobacenses, da autoria de Aires A. Nascimento⁴⁴: Sacramentário-colectário. De facto, ao analisarmos o seu conteúdo litúrgico, o qual diz respeito somente às missas do ciclo do Temporal, percebemos que cada festividade integra as seguintes orações: a colecta (que é a primeira oração que o celebrante profere), seguida pela *secreta* e termina com a oração para depois da comunhão (imediatamente anterior à bênção, que conclui). Na parte respeitante à Quaresma, ainda inclui mais uma oração, depois da pós-comunhão,

40 - BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art...”, pp. 252-282.

41 - Adelaide Miranda também refere como um Sacramentário-colectário in MIRANDA, Adelaide – “Livros litúrgicos cistercienses nos reinos ibéricos...”, pp. 229, 231.

42 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça...*, p. 194.

43 - *Inventário dos Códices Alcobacenses...*, pp. 231-232.

44 - NASCIMENTO, Aires A. – *Inventário dos Códices Alcobacenses. Tomo VI (Índices)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1978, p. 518.

super populum, que é uma bênção final de carácter penitencial⁴⁵. Para além destas orações, típicas do Sacramentário-colectário, o códice inclui ainda outras peças. Esta variedade de designações de códices com um conteúdo próximo deve-se à flutuação de designações ao longo da Idade Média. Não convém esquecer que um Sacramentário aparecia muitas vezes designado como *Liber sacramentorum*, *sacramentarium* ou *missale*⁴⁶.

Este códice tem início com uma adição posterior: uma oração *pro navigantibus* e um cântico destinado à Virgem, *Ave mundi spes maria*⁴⁷. O núcleo do manuscrito começa com uma oração de Santo Ambrósio, de preparação para a missa, seguida de uma outra, de Santo Agostinho e o Credo. Seguem-se as orações para as missas do Próprio do Tempo e o códice termina, incompleto, com os seguintes prefácios: Natividade, Epifania, Quaresma, Tempo Pascal e Ascensão (este ficou incompleto, dado que falta um fólio ao 13º caderno). Não sabemos se este códice dispunha de mais prefácios (Pentecostes, Trindade) e se terminava com o prefácio comum e o cânone da missa como seria de esperar. Também desconhecemos se Alcobaça teve um Sacramentário-colectário para o Santoral, contemporâneo deste.

Sobre a sua datação, e a partir do seu conteúdo, desprovido de Calendário, Próprio dos Santos, notas marginais e outros indícios, só os dados de natureza codicológica podem fornecer algumas pistas de investigação e de resposta. Assim, para além da letra, também as características da decoração iluminada (falamos das grandes iniciais que assinalam o início das festividades e das iniciais que sinalizam as diferentes peças litúrgicas ou orações – colecta, *secreta* e pós-comunhão) aproximam este códice do Colectário-ritual Alc. 166, isto é, remetendo a sua produção para os finais do século XII ou os primeiros anos da centúria seguinte.

45 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, p. 26.

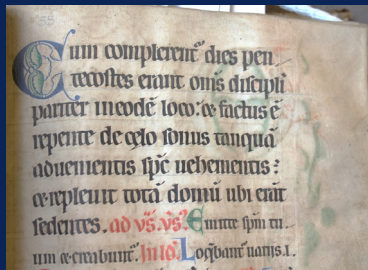
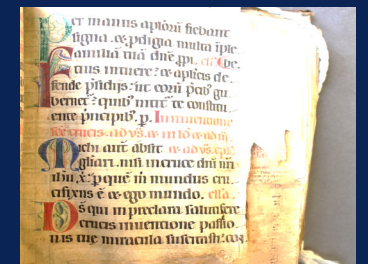
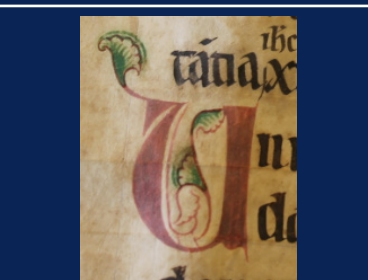
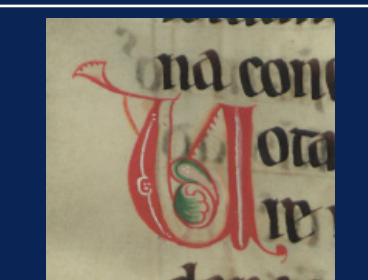
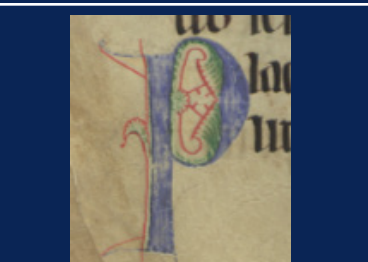
46 - VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy...*, p. 64 e PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, p. 27.

47 - São significativos os códices que chegaram até nós com este cântico, desde o século XII ao XV in Cantus Manuscript Database: Inventories of Chant Sources in <http://cantus.uwaterloo.ca/>

Tabela 2 - Iniciais do Coletário-ritual Alc. 166 e do Sacramentário-colectário Alc. 260

	
Coletário-ritual Alc. 166, folio 7v	Sacramentário-colectário Alc. 260, folio 21
	
Coletário-ritual Alc. 166 folio 85	Sacramentário-colectário Alc. 260 folio 14

Tabela 3 - Iniciais de cor do Coletário-ritual Alc. 166 e do Sacramentário-colectário Alc. 260

	
Coletário-ritual Alc. 166, folio 55	Sacramentário-colectário Alc. 260, folio 12
	
Coletário-ritual Alc. 166 folio 77	Sacramentário-colectário Alc. 260, folio 18
	
Coletário-ritual Alc. 166 folio 54v	Sacramentário-colectário, Alc. 260, folio 14v
	
Coletário-ritual Alc. 166, folio 78	Sacramentário-colectário Alc. 260, folio 14v

Até porque “a época dos sacramentários termina no século XII”, quando começam a ser substituídos progressivamente pelo Missal⁴⁸. Esta substituição não é só por razões práticas, a saber, de reunir num só livro os textos todos necessários, mas, segundo C. Vogel, deriva de uma exigência litúrgica, posta em evidência por finais do século XI: que o celebrante recite para si as partes cantadas da missa, ainda que cantadas por outros⁴⁹.

No já mencionado manuscrito-modelo Dijon 114, a parte que diz respeito a este tipo de conteúdo – colecta, secreta e pós-comunhão – tem a designação de *Missale* (entre os fólhos 129v e 140v) que, como vimos atrás, era uma outra designação possível para códices com este conteúdo litúrgico. No referido códice, esta seção começa com uma oração de Santo Ambrósio (*Summe sacerdos...*) enquanto no alcobacense o texto que corresponde a esta oração a Santo Ambrósio é a segunda. Outra diferença é que o ano litúrgico da secção *Missale* do Dijon 114 não tem início com o primeiro domingo do Advento, como no alcobacense, mas sim na Vigília do Natal. Em ambos, os Prefácios têm notação musical.

Ao longo do século XIII, e a julgar pelos códices que nos chegaram, o *scriptorium* de Alcobaça dedicar-se-á à cópia de missais plenários. No cólofon de um destes, o Alc. 256, assinado pelo monge copista Pedro Soares, ficamos a saber que ele “*notauit decem libros missales*”⁵⁰. No cólofon do Alc. 258 o mesmo copista contabiliza a cópia de oito missais⁵¹.

48 - PEREIRA, Isaías da Rosa Pereira – “Dos livros e dos seus nomes...”, p. 158.

49 - VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy...*, p. 105.

50 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça...*, pp. 95, 146, 179 e 197.

51 - Ver MIRANDA, Adelaide – “Livros litúrgicos cistercienses nos reinos ibéricos...”

4. Os três colectários para o ofício em Alcobaça: um número suficiente?

Uma observação evidente sobre o número de colectários para o ofício com origem no *scriptorium* alcobacense que chegaram até nós, é que o seu número é demasiado diminuto para a escala da comunidade, o que faz supor que teriam existido mais exemplares em uso ou, pelo menos, produzidos em Alcobaça. Sobretudo, quando é possível comparar este *corpus* com outros casos, como o da biblioteca de Claraval. Nesta, o inventário efetuado pelo seu abade Pierre de Virey em 1472, identificava os seguintes exemplares, sob o item *Colletanea*⁵²:

- 1 colectário para o ofício em dois volumes, com o *ordo* dos enfermos e o *ordo* das exéquias, as lições dos mortos⁵³ e o calendário;
- 1 colectário para o ofício em dois volumes, com o *ordo* dos enfermos e o *ordo* das exéquias e as lições dos mortos;
- 1 colectário para o ano todo, com as lições dos mortos e o calendário;
- 1 colectário para a *tercia* em dois volumes que começa com a bênção da água e as bênções pontificais;
- 1 colectário para a *tercia* com o *ordo* da profissão monástica;
- 1 colectário com o *ordo* dos enfermos e o *ordo* das exéquias, as lições dos mortos;
- 1 colectário com as bênções e o *ordo* dos enfermos e o *ordo* das exéquias;
- 1 colectário com o *ordo* dos enfermos e o *ordo* das exéquias;

Como se percebe, estes exemplares eram todos destinados ao ofício e eram quase todos Colectários-rituais, o que nos diz que prevaleceu a “organização” com base no Dijon 114. Acreditamos que Claraval deva ter tido sacramentários, mas inclinamo-nos a pensar que estariam agru-

52 - VERNET, André e GENEST, Jean-François – *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux...*, pp. 303 e ss.

53 - Serão as colectas para os defuntos?

pados sob a rubrica *Missalia imperfecta*, a julgar pela breve descrição do conteúdo do referido inventário⁵⁴.

Ainda segundo a informação recolhida, não é indicado o local onde se guardavam os colectários em Claraval e, do elenco, só foi identificado um, o último, com a cota actual Troyes BM 1706. Parece-nos óbvio que, quando confrontado o número de colectários registados no referido mosteiro em 1472 e o número que chegou até nós, a proporção de códices perdidos ou não identificados (sete) é significativa. Não poderá ter ocorrido o mesmo em Alcobaça?

Podemos ainda proceder a uma comparação com os inventários de dois outros mosteiros cistercienses portugueses, Santa Maria de Bouro e Santa Maria de Seixa, a partir dos dados carreados em Maria Alegria Marques⁵⁵ e José Mattoso⁵⁶. No ano de 1408, por ocasião da eleição de novo abade nos dois mosteiros mencionados, Alcobaça manda executar um inventário dos bens dos respetivos mosteiros. Mais tarde, em 1437, pelo mesmo motivo, isto é, a entrada de novo abade no Mosteiro de Santa Maria de Bouro, o abade de Alcobaça ordena novo inventário. Assim, temos:

- Em 1408, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro dispunha, segundo o inventário, de três colectários (José Mattoso crê que eram os três para o ofício⁵⁷) e, em 1437, o número de colectários diminuiu para dois. Segundo este documento, estavam guardados na igreja, sem especificar⁵⁸.

- Santa Maria de Seixa tem cinco colectários em 1408, com a seguinte distribuição espacial: na igreja, no altar-mor, “hum livro missal de colleitas”

54 - VERNET, André e GENEST, Jean-François – *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux...*, p.299 e ss.

55 - MARQUES, Maria Alegria – “Bens de dois mosteiros cistercienses no séc. XV. Santa Maria de Seixa e Santa Maria de Bouro”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 239-274.

56 - MATTOSO, José – “Leituras cistercienses do século XV”. In MATTOSO, José – *Obras Completas. Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 276-301.

57 - MATTOSO, José – “Leituras cistercienses do século XV..”, pp. 278 a 280.

58 - MARQUES, Maria Alegria – “Um litígio entre Mosteiros cistercienses no século XV. Alcobaça e Bouro”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 275-308.

e “hum colleitanho que tem o exorcismo”; por causa da sua localização, colocamos a hipótese de serem ambos para a missa (seriam Sacramentários-colectários, como o Alc. 260?); no coro, ao que tudo indica, para o ofício, estavam guardados “dou colleitanhos”; na livraria “huum colleitanho”⁵⁹.

Em conclusão: em 1408, Seiça tinha mais colectários do que os atribuídos a Alcobaça. A sua localização indica-nos que, pelo menos quatro colectários estavam em uso efectivo. Como já havia notado José Mattoso, em Santa Maria de Seiça, vigorava então o uso de livros separados para a missa (para além do Sacramentário-colectário, Gradual, Epistolário e Evangeliário), tendo só quatro missais (um em cadernos)⁶⁰.

*

Para além dos inventários, infelizmente pouco numerosos, os diplomas hoje conservados em arquivo podem consignar informações pertinentes. Nessa perspetiva, a documentação alcobacense permite supor a existência de outros códices, como aquele Ordinário (da missa) que devia existir na igreja da Pederneira. Com efeito, os visitantes do arcebispo haviam determinado, algures antes de 1434, que se fizesse um Ordinário (da missa) para essa igreja, pago a meias por Alcobaça e pelos próprios raçoeiros. Dada a procrastinação que muito bem poderia subsistir nesses casos e o tempo de feitura desse códice, é possível que seja a este que alude um acento de um livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça, segundo o qual, em 18 de abril de 1437, o abade de Alcobaça passou um alvará ao vigário dessa igreja da Pederneira respeitante ao pagamento de 1100 reais referentes à feitura de um colectário (400 reais) e de um ordinário (700 reais):

“Item a 18 dias de abril (1437) passou alvará que dê ao vigário da Pederneira em pagamento de um coletaneo (colectário) e um ordinário que fez 1100 reais scilicet 400 pera o coletâneo e 700 pera o ordinário.”⁶¹

59 - MARQUES, Maria Alegria – “Bens de dois mosteiros cistercienses no séc. XV...”, pp. 268 e 269.

60 - MATTOSO, José – “Leituras cistercienses do século XV...”, p. 280.

61- Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, liv. 14, fólio 7 (leitura modernizada).

A documentação do Mosteiro de Alcobaça é, de facto, um campo de possibilidades para este tema, quando contextualizada com outros dados e informações. Ao que tudo indica, no contexto da edificação de uma nova sacristia para o Mosteiro alcobacense, patrocinada por D. Manuel e coordenada a obra por João de Castilho⁶², houve a necessidade de elaborar o inventário dos bens que se encontravam guardados na antiga sacristia (medieval). Esse inventário, feito em 1510, durante o abaciado de D. Jorge de Melo, ficou à guarda do sacristão e conheceu um traslado pela mão do subprior, Frei João da Serra, por Frei Pero de Odivelas, Frei Rodrigo de Tomar e pelo licenciado Álvaro Martins, em abril de 1519⁶³.

A sua importância reside no facto de conter uma seção referente aos livros da sacristia (no inventário, enumeram-se primeiramente os livros destinados à missa e depois os destinados ao ofício):

“Item hum missall das orações secretas e comunicantes do altar moor e he muyto boom bom. (...) Item hum colleytanhho das terças de todo o anno. (...) Item outro colleytanhho das terças velho.”⁶⁴

Parece-nos, a partir da descrição do primeiro item elencado, que o seu conteúdo corresponde ao conteúdo de um sacramentário: quer a oração *secreta* quer a *comunicantes* (diz respeito à oração eucarística), são ambas reservadas ao celebrante. É tentador ver neste registo o Alc. 260 que temos vindo a analisar. Se assim fosse, teríamos por certo algo que temos vindo a constatar quando estudamos os códices litúrgicos desta comunidade, que é o longo tempo de utilização dos mesmos⁶⁵, em simultâneo

62 - GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: MC e IPPAR, 1998, Doc. 2, p. 72.

63 - ANTT, Corpo Cronológico, 1ª parte, maço 24, doc. 65, publicado por GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, p. 59 e ss.

64 - GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, Doc. 1, p. 69.

65 - Por exemplo, no caso do Leccionário Alc. 433, o seu conteúdo litúrgico vai desde cerca de 1175 até ao século XVII in FITRI, Shatila – *The Study of Biographical Trajectory of Portuguese 13th Century Illuminated Manuscript: LECCIONARIUM ALC. 433 from Alcobaça Collection held by The Biblioteca Nacional de Portugal*. Tese de Mestrado. Universidade de Évora, 2020.

com estratégias de preservação e conservação da sua materialidade, e ainda na prevenção do seu descaminho⁶⁶.

E o que dizer dos restantes assentos: poderá o *colectário para a tercia de todo o ano* associar-se ao Alc. 67 e o *colectário para a tercia, velho*, o exemplar que lhe serviu de modelo?

Notas finais

Procurou-se a partir dos Colectários produzidos no *scriptorium* de Alcobaça, analisar o seu conteúdo litúrgico e a sua materialidade, datá-los e integrá-los no contexto de produção, de uso(s) e também de circulação, como aconteceu com o Colectário na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A necessidade de atualização litúrgica originou a transformação dos códices originalmente redigidos pela introdução de adições. O estudo dessas adições e de outras notas marginais contribuiu para aferir uma datação mais precisa de três destes códices litúrgicos.

A análise dos colectários para o ofício, consubstanciada numa tabela que condensa a informação recensada, diz-nos, em primeiro lugar, que os Calendários são posteriores à data de elaboração do núcleo dos códices: para o Colectário-ritual Alc. 166, de 1185/1191, o seu Calendário foi feito depois de 1260; este códice tem um conjunto de fólios que foram sendo agregados à medida que as festas iam sendo autorizadas pelos Capítulos Gerais de Cister.

66 - BARREIRA, Catarina Fernandes - “*Este livro he da sancristia dalcobaça...*» Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico” in POLÓNIA, Amélia e MANGAS, Francisco (coord.) – *Mobilidades: Olhares transdisciplinares sobre um conceito global*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021.

No que diz respeito ao ms. 893, o seu núcleo data entre 1228 e 1246, enquanto o seu Calendário é posterior.

Em relação ao Alc. 67, este códice tem cólofon, o qual situa a data de conclusão da sua cópia em 1442; no entanto, a ausência da *Festa de Corpus Christi* no Temporal e a análise às festividades do Santoral, dizem-nos que este Colectário-ritual para a tercia teve como modelo um exemplar mais antigo, datado em torno de 1247 (indícios confirmados pela datação da ladainha do *ordo ad inungendum*). E talvez por questões de urgência em obter a cópia, não se actualizou o Temporal e o Santoral.

Quanto ao Alc. 260, é um Sacramentário-colectario, cuja datação não deve distar muito do Alc. 166, sendo o único exemplar que o *scriptorium* copiou que chegou aos nossos dias. Tal como aconteceu com os Colectários para o ofício, também este códice parece ter seguido as orientações do manuscrito-modelo Dijon 114 no que concerne ao conteúdo.

As anotações nas margens dos Santorais dos códices em análise, a par dos Calendários, posteriores, em simultâneo com as adições, nos finais dos códices, permitem-nos afirmar que os monges de Alcobaça tinham um especial cuidado com a atualização da liturgia, o que espelha o desejo de assimilação e de cumprimento das determinações de carácter litúrgico emanadas dos Capítulos Gerais da Ordem.

*

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através do contracto de Investigador ao abrigo da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0070]. Agradecemos à Biblioteca Nacional de Portugal pelo apoio e pelo acesso aos manuscritos e, por fim, um agradecimento muito especial para os colegas João Luís Fontes e Mário Farelo pelas leituras, sugestões e pela amizade.

Manuel Pedro Ferreira

Professor Catedrático no Departamento de Ciências Musicais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é Coordenador do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM) da mesma Faculdade, desde 2005. É membro da Academia Europeia (desde 2010) e integrou a direção da Sociedade Internacional de Musicologia (2012-2022).

As Vésperas do dia de São Bernardo: uma reconstituição

Em 2016, o Museu de Lamego publicitava do seguinte modo o concerto de Canto Cisterciense que então se avizinhava:

“No próximo dia 10 de setembro, pelas 22h00, o Mosteiro de São João de Tarouca vai recuar a tempos longínquos, quando a oração ainda ditava a organização do tempo no seio das comunidades monásticas. É exatamente um regresso às origens que o Vale do Varosa promove, num evento inovador que, com base em investigação científica, recria o ambiente sonoro e visual da oração cisterciense nesse espaço de excelência que era e continua a ser a Igreja do Mosteiro de São João de Tarouca.”¹

O evento fazia parte de um pacote de oferta turística que incluía visita guiada e lanche ajantarado, acessível mediante inscrição e pagamento.

1 - Este evento foi uma iniciativa do Museu de Lamego, projeto Vale do Varosa e Município de Tarouca, com o apoio da Liga dos Amigos do Museu de Lamego e Associação Inovterra. Hiperligação (accedida a 31 de Maio de 2019), disponível em: <<https://www.museudelamego.gov.pt/canto-cisterciense-em-concerto-no-mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca/>>.

O “regresso às origens” aqui anunciado é obviamente artificial. Um acto litúrgico não é, na sua natureza, um concerto; o horário escolhido para a sua realização escapa totalmente à organização monástica do tempo; e os cantores seriam coralistas laicos da região de Lisboa². Daí a necessidade de se destacar nos materiais de promoção a chancela universitária, garante de verosimilhança histórica. O público não foi iludido, pois o evento teve realmente na sua base um aturado trabalho de investigação cuja trama é o que nos propomos aqui expor, de modo a evidenciar a sua natureza: um caso explícito de musicologia aplicada.

Vale a pena fornecer um pouco de contexto. O Projeto Vale do Varosa, que arrancou em 2009, tinha permitido a recuperação parcial e abertura ao público do Mosteiro e, desde 2013, a musealização das ruínas. Esta requalificação, e a necessidade de impulsionar o potencial turístico do monumento, inspiraram o convite que me foi dirigido por Luís Sebastian, então director do Museu de Lamego, no sentido de aí montar uma reconstituição parcial do que teria sido a vivência monástica cisterciense na Idade Média.

Na assunção de que a estetização e mercantilização de um património litúrgico é contemporaneamente aceitável como um modo laico de construção da memória comunitária e de fruição respeitosa da cultura cristã, propus que se reconstituísse uma hora do Ofício Divino na sua variante monástica, a mais apropriada das quais seria a hora de Vésperas, suficientemente desenvolvida e variada mas não demasiado longa; e aquela que, tradicionalmente, mais atraía os fiéis pela sua solenidade e o seu horário, perto do fim do dia. A quantidade de fontes cistercienses conservadas em Portugal, não só oriundas de Alcobaça mas também de

2 - O concerto envolveu dezanove intérpretes masculinos, posteriormente batizados como “Vozes Bernardinas”, sendo eu próprio interveniente, para além de responsável pela preparação musicológica, constituição do coro, programação dos ensaios, direção musical e produção executiva. Uma curtíssima entrevista sobre este concerto pode ser consultada *on-line* desde 21 de Março de 2017 na página do programa “90 segundos de ciência”, com a seguinte hiperligação (acedida a 31 de Maio de 2019), disponível em <<http://www.90segundosdeciencia.pt/episodes/ep-86-manuel-pedro-ferreira/>>. O programa de concerto foi apresentado de novo em São João de Tarouca no dia 28 de Setembro de 2019, com um coro parcialmente renovado.

outros mosteiros, sobre as quais já tinha publicado; o meu conhecimento da tradição cisterciense francesa do século XII; a minha experiência de direção no grupo Vozes Alfonsinas, bem como a minha relação com o meio musical, permitiam-me alimentar algum otimismo quanto à viabilidade deste projeto. Não teria que me preocupar com os hábitos monásticos, que seriam fornecidos pelo Museu, e realizados para a ocasião tendo em conta as medidas corporais dos cantores (distâncias de meio do ombro ao tornozelo, e de pulso a pulso, de braços abertos).

Lembremos que o conteúdo litúrgico-musical das Vésperas pode variar substancialmente consoante o dia do ano e o dia da semana a que corresponde. Não havendo inicialmente certezas sobre a data do concerto, e não se tratando de um verdadeiro acto litúrgico mas de uma simulação académica, senti-me livre para escolher uma ocasião no calendário monástico cuja reconstituição fosse apropriada; acabei por optar pelas primeiras Vésperas da festa de São Bernardo de Claraval a 20 de Agosto. E isto, não só pelo facto de os mosteiros cistercienses portugueses serem da família de Claraval, como pela existência de cantos próprios para a ocasião, entre os quais um hino processional de inícios do século XIII que só se encontra em fontes nacionais e constitui a mais antiga peça polifónica encontrada entre nós³.

O desafio, neste último caso, seria montar o hino com um grupo alargado de cantores movendo-se em procissão no interior da igreja entre uma porta de acesso e o cadeiral do coro. Na falta de uma memória pessoal ou institucional, a organização de uma procissão no respeito pelo costume monástico não é tão simples como se pode imaginar. A hierarquia deve ser sinalizada, a ordenação abarca uma série de gestos e posições no espaço (mormente quando se passa em frente do altar-mor) e é preci-

3 - Cf. FERREIRA, Manuel Pedro – “O hino polifónico de Arouca no contexto cisterciense”. In *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, vol. 2: *Música eclesiástica*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 212-254. Edição e gravação: FERREIRA, Manuel Pedro – *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, 2 vols. e 2 Cds, Lisboa: Arte das Musas / Cesem, 2008, vol. II, pp. 38-40 e CD I, faixa 6. Embora este hino se tenha, até agora, encontrado somente em fontes de Arouca (música e letra) e Lervão (letra), pode presumir-se que seja oriundo de Alcobaca.

so, no final, distribuir ordenadamente os participantes pelos dois lados do coro, tendo em conta a conveniência de haver, em cada meio-coro, vozes de tenor (T) e de baixo (B) em proporções pré-determinadas. Há ainda que assegurar, tanto quanto possível, a sincronia na execução, contrariada pela formação em fila e pela distância entre os cantores e as superfícies reflectoras do som (paredes e tecto); acresce que, sendo o hino escrito a duas vozes, há que atribuí-las a cada indivíduo de maneira a assegurar o equilíbrio e a fusão entre as partes. O guião cujo início aqui se reproduz, adaptado (retendo do nome dos cantores somente as iniciais), exemplifica o detalhe da preparação prévia.

Distribuição de papéis e posições:

Abade: M. P. F.; Prior: J. B.; Chantre: L. A.; Sub-chantre: J. L. Solista A: J. P. A.; Solista B e Sacristão: F. L.

1º meio-coro: Abade e Chantre — M. P. F. (B), L. A. (T); J. P. A. (T), P. R. (T), M. L. (B), R. B. (T), V. L. (T), F. P. (T), F. L. (B)

2º meio-coro: Prior e Sub-chantre — J. B. (T), J. L. (B); F. H. (T), M. R. M. (T), S. N. (B), P. D. (T), P. M. S. (T), L. B. (B), J. S. (B), C. R. (T)

Sacristão: sinal de chamada (badalada de sino aprox. cada 7 segundos). Soem pelo menos 3 badaladas antes do arranque da procissão. As badaladas continuam com o canto, mas cessam antes do 4º grupo processional arrancar. O sino é deixado no local.

I.

Hino (uma 4ª abaixo do tom escrito: começo em ré; semínima = 80)

Entrada processional (entoando o hino) encabeçada pelo prior, chantre e sub-chantre, com inclinação diante do altar-mor; na impossibilidade de usar o claustro e as naves laterais, entra-se pelo topo da igreja (percurso

entre sacristia e cadeiral), ficando os cantores virados para o altar-mor, de pé, quando cheguem ao coro. Passos curtos e muito pausados, procurando que a fila se mantenha compacta.

Ordem processional em fila dupla, por pares (em cada par, um canta uma voz do hino, o outro a restante).

à esq. / à direita

1º grupo (estrofes 1-2, 4): L. A. / **J. B.**; J. P. A. / **J. L.**

2º grupo (estrofes 2-4): P. R. / **F. H.**; M. L. / **M. R. M.**

3º grupo (estrofes 3-4): R. B. / **S. N.**; P. M. S. / **P. D.**

4º grupo (estrofe 4): V. L. / **L. B.**; F. P. / **J. S.**; F. L. / **C. R.**

À medida que se chega ao coro, os cantores ocupam o lugar mais próximo do fundo, no meio-coro respetivo (fila da direita para a direita, fila da esquerda para a esquerda — à exceção de P. M. S., que vai para a direita após o seu parceiro).

Chante dirige-se para a segunda cadeira do seu lado esquerdo (penúltima do lado direito quando se está virado para o altar); prior e sub-chante dirigem-se respetivamente para a primeira e segunda cadeira do seu lado direito (última e penúltima do lado esquerdo quando se está virado para o altar).

Abade entra pelo fundo (topo da igreja), saudado com uma inclinação pelo cantor mais próximo em cada fila (prior num meio-coro, chante no outro) e aproxima-se do primeiro lugar à sua esquerda, junto ao chante.

A partir da 5ª estrofe do hino, cantam os meios-coros em alternância, começando pelo lado do Abade; a 10ª é feita por todos. O *Amen* final é cantado replicando o anterior intervalo de 5ª entre as vozes.

Sinal para que todos se sentem (sino pequeno, accionado pelo sacristão).

II.

Todos: oração habitual: *Pater noster* ou Pai nosso, dito em voz sumida (oração privada, embora vocalizada; não há coordenação entre as vozes). Esperar que todos acabem antes do *Amen* final.

Sinal para que todos se ergam (sino pequeno).

III.

De pé, virados para o altar, sinal da cruz +; inclinação com mãos cruzadas nos joelhos, enquanto se diz:

solo, lento [Abade], começo em dó: V./ *Deus, in adiutorium meum intende.*

todos: R./ *Domine, ad adiuvandum me festina.*

(endireitar; pausa; retoma-se inclinação)

Gloria Patri et Filio (pausa) *et Spiritui Sancto.*

(endireitar; pausa; continuação)

Sicut erat in principio, et nunc, et semper,

et in sæcula sæculorum. Amen.

Alleluia.

Deve reconhecer-se que a abordagem histórica rigorosa da tradição cisterciense para efeitos de interpretação musical, englobando textos litúrgicos normativos, costumes monásticos, preferências locais, livros de canto e dados históricos sobre a sua realização sonora, é entre nós inusitada; o primeiro passo dado nesse sentido foi uma experiência realizada sob a minha direcção em Junho de 2009 na igreja

do Mosteiro de Alcobaça, integrada no Festival Cistermúsica⁴.

Tal como então sucedeu, a base do trabalho teria de ser o estabelecimento de um texto fidedigno, completado pela recolha de dados interpretativos nas rubricas dos livros litúrgicos cistercienses e no seu costumeiro. Neste último caso usei a edição crítica do costumeiro cisterciense mais antigo, do século XII⁵, também transposto num manuscrito alcobacense de inícios do século XV⁶; quanto ao texto litúrgico próprio, consultei o *collectarium* do Mosteiro de Arouca⁷, os mais antigos antifonários santorais conservados no mesmo mosteiro e no fundo de Lorvão da Torre do Tombo⁸, vários livros de coro cistercienses conservados na Biblioteca Nacional de Portugal⁹, a edição comparativa do texto do antifonário cisterciense¹⁰, e, para as dúvidas remanescentes, alguns breviários datados

4 - Consulte-se o programa do *Cistermúsica / XVII Festival de Música de Alcobaça: o universo da música de câmara*, Alcobaça, 2009, pp. 3, 41-43. Como ilustração da abordagem mais comum, o CD do Coro Gregoriano de Lisboa *Mass for Peace* (Decca 455499-2, 1997) limita-se a emparelhar os textos de um Missal cisterciense com as melodias do *Graduale Triplex*, que não coincidem com as versões melódicas obrigatórias na Ordem de Cister. A especificidade melódica de Cister foi há muito posta em evidência por MAROSSZÉKI, Solutor Rodolphe – *Les origines du chant cistercien: Recherches sur les réformes du plain-chant cistercien au XIIe siècle*. Roma: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1952 [*Analecta sacris ordinis cisterciensis*, vol. VIII].

5 - CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

6 - P-Ln Alc. 208. Este manuscrito, que exhibe na primeira página cota antiga e título «*Cod. 144. / in t.^o magno. / Livro dos Uzos / Da ordem / De Cister*», pode ser consultado com o título *Livro dos usos da Ordem de Cister, Alcobaça, 1415* no endereço: <http://purl.pt/15004>.

7 - P-AR Res. Ms. 19, um colectário-ritual escrito na Galiza em 1228-1231 (fólio 82), descrito por JOAQUIM, Manuel – *O Colectário de Arouca e os seus textos musicais*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957. Veja-se também FERREIRA, Manuel Pedro (com Mara Fortu) – “A música antiga nos manuscritos de Arouca: contribuição para um catálogo”. In MELO, Ângela (coord.) - *O órgão do Mosteiro de Arouca: conservação e restauro do património musical*. Vila Real – Arouca: Direcção Regional de Cultura do Norte / Câmara Municipal de Arouca, 2009, pp. 40-53.

8 - P-AR Res. Ms. 23 (fólios 66v-67), Ms. 25 (fólio guarda e fólio 93r); P-Lant Lorvão B 42 (fólio 58). Sobre os manuscritos de Arouca veja-se FERREIRA, Manuel Pedro – “A música na Ordem de Cister e os antifonários de Arouca”. In SEBASTIAN, Luís e RESENDE, Nuno Resende (coord.) - *Cister no Douro* [Catálogo da exposição], Lamego: Direcção Regional de Cultura do Norte/ Museu de Lamego / Vale do Varosa, 2015, pp. 34-39. O códice 25, de c. 1200, está hoje acessível em linha: <http://pemdatabase.eu/source/599>.

9 - P-Ln IL. 115 (fólio 81r, 187), LC 158 (fólio 120r), LC 221 (fólio 212v).

10 - HUOT, François – “L'antiphonaire cistercien au XIIe siècle d'après les manuscrits de la Maigrange”. *Zeitschrift für Schweizerische Kirchengeschichte* 65 (1971), pp. 302-414.

entre o século XIII e o fim do século XVI¹¹. Daí resultou o programa abaixo reproduzido, a que seriam depois anexadas vinte e seis páginas de transcrições musicais e um guião de nove páginas detalhando o respetivo modo de execução.

IN NATALI SANCTI BERNARDI ABBATIS. AD VESPERAS

I.

Hino processional: *Exultat celi curia*, a 2 vozes (Arouca, séc. XIIIⁱⁿ)

II.

Oração habitual (privada): *Pater noster*.

III.

V./ *Deus, in adiutorium meum intende.*

R./ *Domine, ad adiuvandum me festina.*

Gloria Patri...

IV.

1. Antífona: *Ecce tu pulchra es amica mea ecce tu pulchra oculi tui columbarum.*

Salmo 109: **Dixit Dominus Domino meo**

2. Antífona: *Sicut lilium inter spinas sic amica mea inter filias.*

¹¹ - P-Ln Alc. 65, *Breviarium secundum antiquum ritum Cisterciensem*, séc. XIII, fólho 215v (<http://purl.pt/26172>); P-Ln Alc. 33, *idem*, séc. XV, folio 178 (<http://purl.pt/24948>); *Breviarium cisterciense*, Veneza 1496, folio 269v, exemplar da Bibliothèque Sainte-Geneviève em Paris, 8 BB 1391 INV 1564 RES P.2 (https://archive.org/details/8BB1391INV1564RES_P2); *Breviarium cisterciense*, Paris 1512, fólho 64 do Santoral, exemplares da Bayerische Staatsbibliothek Muenchen, Liturg. 106 e 108 (Google Books); *Breviarium cisterciense*, Paris 1600, fólho 302v, exemplar do Mosteiro de Arouca, P-AR Res. L 025.

Salmo 110: **Confitebor tibi Domine in toto corde meo**

3. Antífona: *Favus distillans labia tua sponsa et odor vestimentorum tuorum sicut odor thuris.*

Salmo 111: **Beatus vir, qui timet Dominum**

4. Antífona: *Emissiones tuae paradisi malorum puniceorum cum pomorum fructibus.*

Salmo 112: **Laudate, pueri Dominum**

V.

Capitulum: *Dilectus a Deo et hominibus cuius memoria in benedictione est: similem illum fecit in gloria sanctorum.*

R/ *Deo gratias.*

VI.

Responsorium: *Beatus Bernardus quasi vas auri solidum ornatum omni lapide precioso, fluentia gratiae propinavit in populo. Et accepit stolam glorie in consummatione virtutis.*

V./ *Factus est quasi ignis effulgens et quasitus redolens in diebus aestatis.*

VII.

Hymnus: *Bernardus doctor inclytus, cælos conscendit hodie* (versão melódica de Arouca)

V./ *Justus germinavit*

VIII.

Antífona de Magnificat: *Magnificavit sanctum suum Dominus: et dedit illi scientiam sanctorum: ut consummarentur in bonum opera eius: et*

pax Dei super eum in aeternum.

Cântico: *Magnificat anima mea Dominum.*

IX.

Kyrie, eleison.

X.

Pater noster.

XI.

Collecta: Perfice quæsumus Domine pium in nobis sanctæ religionis effectum: et ad obtinendam tuæ gratiæ largitatem, beatus Bernardus Abbas & Doctor egregius: suis apud te semper pro nobis meritis, et precibus intercedat. Per Dominum...

XII.

Benedicamus Domino, a 3 vozes (Lorvão, c. 1500)

Quanto à música, confesso que tive inicialmente dificuldades em encontrar o responsório usado nas primeiras Vésperas de São Bernardo, pois normalmente usa-se um *responsorium breve* e os antifonários da Ordem oferecem só o início de uma melodia. Os responsórios breves baseiam-se em fórmulas melódicas simples que eram retidas de memória e não se encontram, portanto, nos livros medievais; e não havendo qualquer estudo crítico comparativo destas fórmulas, nem listagem das respetivas fontes, encontrei-me academicamente desamparado. Após tentativas várias de identificar o *incipit* entre as fórmulas encontradas em livros tardios, acabei por perceber que esse esforço era inglório, já que me encontrava certamente perante um

responsorium prolixum (longo), típico da hora de Matinas, e que na hora de Vésperas é uma exceção à regra. Contudo ainda supunha que, sendo citado somente pelo seu início, implicando, portanto, uma remissão à versão completa, esse responsório prolixo se encontraria na íntegra nos fólhos anteriores; tal não era o caso. Acabei por o encontrar nas Matinas da mesma festa, hora nocturna do Ofício que, como se sabe, começa no dia seguinte ao das primeiras Vésperas, antes do amanhecer, e, portanto, se encontra plasmada nos fólhos posteriores.

Restava o problema da aplicação à peça das convenções de execução musical, que são diferentes consoante se trata de responsórios breves ou de responsórios de Matinas. Como é excecional que um responsório prolixo seja cantado na hora de Vésperas, não há regra escrita a respeito da sua execução nesse contexto. Mas atendendo a que o recurso a um grande responsório visava certamente solenizar a ocasião, e dado que o esquema de repetições usado nos responsórios breves, com o canto integral do responso por um solista no início e a repetição integral do responso pelo coro após a doxologia, alargaria o tempo de execução (o que na mentalidade medieval acrescia a solenidade), decidi adotar, como uma de duas possibilidades, o esquema de execução que vigora na hora de Vésperas, habitualmente aplicado aos responsórios mais curtos:

VI.

(todos se inclinam brevemente:)

Responsorium (um tom abaixo do escrito: começo em dó)

Solista A:

Beatus Bernardus quasi vas auri solidum ornatum omni lapide precioso, fluenta gratiae propinavit in populo. Et accepit stolam gloriae in con summatione virtutis.

Restantes repetem.

Solista A:

V./ *Factus est quasi ignis effulgens et quasitus redolens in diebus aestatis.*

Restantes:

R/ *Et accepit stolam gloriae in consummatione virtutis.*

(todos se levantam e inclinam novamente)

Gloria Patri...

Todos:

Beatus Bernardus...

Sinal para que todos se sentem (sino pequeno).

Esta não foi a maior dificuldade. O facto de algumas práticas musicais terem sido confiadas durante séculos à memória dos monges (mesmo numa Ordem como a de Cister, que tanto usou a notação musical como garante de correcção e de uniformidade) foi algo com que me não tinha confrontado de maneira tão candente, pois havia que chegar rapidamente a soluções práticas historicamente fundadas ou, no mínimo, verosímeis; uma necessidade de que está resguardado o musicólogo que atenta apenas nas principais fontes escritas. Na verdade, todas as fórmulas melódicas simples, repetidamente usadas no dia-a-dia monástico, estão ausentes dos antifonários, cuja notação é dedicada às melodias que têm identidade própria e que mais facilmente se esquecem ou corrompem. Houve, portanto, que procurar fontes cistercienses que contivessem a salmodia corrente e também a salmodia especial usada no cântico de Magnificat. Felizmente a Ordem de Cister tem um tonário próprio, representado no fundo de Lorrão, e o mosteiro de Arouca conserva um saltério do século XVI que contém os tons de Magnificat adotados por toda a Ordem¹².

Mais problemático foi encontrar a melodia para o versículo que surge com a sua resposta no final do hino, V./ *Justus germinavit sicut lilium: R/*

¹² - P-Lant Lorrão B 42, Antifonário santoral, 1413: tonário aos fólhos 126v, 128-129 (<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4381089>). P-AR Res. L 005, *Psalterium ad decantanda in choro officia ecclesiastica...*, Paris 1513 (<http://pemdatabase.eu/source/24130>).

et florebit in aeternum ante Dominum, melodia esta que nem se encontra nos manuscritos antigos, nem, aparentemente, nos livros publicados pelos cistercienses a partir do Renascimento. Vi-me obrigado a recorrer ao antifonário monástico beneditino restaurado pelos monges de Solesmes e usar no versículo a melodia aí encontrada¹³.

Já se tinham iniciado os ensaios e a data do concerto não tardava quando encontrei num antifonário cisterciense de meados do século XX, para o mesmo remate hímico, uma versão melódica algo diferente, que espelha o dialecto germânico do canto gregoriano¹⁴. Como, durante séculos, Cister não fixou por escrito esta fórmula, não se pode determinar nem a antiguidade nem a representatividade desta versão; ela poderá derivar, por contaminação, de uma tradição regional, embora seja forte a tentação de imaginar uma ligação à primeira reforma do canto cisterciense no tempo de Stephen Harding, que adotou o dialecto melódico de Metz (a segunda reforma, promovida por São Bernardo, procurou eliminar os vestígios desse dialecto)¹⁵. Optei por manter a versão beneditina francesa¹⁶.

Contudo, muitas decisões estavam ainda por tomar. Uma vez fixado e copiado o texto; coligidas as indicações sobre precedências hierárquicas, gestualidade e movimento cerimonial; identificados os tons padronizados e as melodias, tivemos ainda que realizar todas as transcrições musicais (com a excepção do hino processional, já anteriormente publicado).

13 - *Antiphonale monasticum pro diurnis horis*, Tournai-Paris-Roma: Desclée & Co, 1934, p. 1232 (*Tonus sollemnis*).

14 - Sobre este dialecto coral, veja-se HEISLER, Maria-Elisabeth – “Die Problematik des ‘germanischen’ oder ‘deutschen’ Choraldialekts”. *Studia musicologica* 27 (1985), pp. 67-82; e BLACHLY, Alexander – “Some Observations on the ‘Germanic’ Plainchant Tradition”. *Current Musicology* 45-47 (1990), [Festschrift for Ernest H. Sanders], pp. 85-117.

15 - Entenda-se como primeira reforma (de Stephen Harding) a fase correspondente à adopção da tradição de Metz, anterior à reforma de Bernardo de Claraval. Veja-se WADDELL, Chrysogonus – “The Origin and Early Evolution of the Cistercian Antiphony: Reflections on Two Cistercian Chant Reforms”. In PENNINGTON, Basil (ed.) – *The Cistercian Spirit. A Symposium*. Washington, D.C.: Cistercian Publications, 1973 (1970), pp. 190-223 ; e FERREIRA, Manuel Pedro – “La réforme cistercienne du chant liturgique revisité: Guy d’Eu et les premiers livres de chant cisterciens”. *Revue de Musicologie* 89 (2003), nº 1, pp. 47-56.

16 - Esta decisão foi facilitada pela precipitação que invariavelmente resulta da acumulação de tarefas urgentes, e que me levou a não ter anotado, na ocasião, nem o endereço da página de Internet onde constavam as fotografias do antifonário, nem a sua identidade e proveniência. Apesar de múltiplas tentativas de localização posteriores, todas redundaram em fracasso.

Ora, o trabalho de transcrição, neste caso, teve que ter em conta não só a adequada tradução da notação medieval numa notação acessível ao coralista, mas também a necessidade, para evitar hesitações e descoordenações, de apresentar a salmodia e outros tons como fórmulas já corporizadas na sua aplicação ao texto litúrgico concreto; pois, se não bastasse a estranheza que a prática salmódica suscita nos cantores de hoje, a sua aplicação em contexto cisterciense segue regras que diferem das habitualmente consagradas. Adicionalmente, houve que explicitar e encontrar soluções artísticas hipotéticas para a realização sonora das melodias, que nos manuscritos originais se encontram desprovidas de indicações quanto à duração relativa das notas.

Recordemos de passagem que o estilo salmódico se diferencia quer do estilo melódico gregoriano encontrado nas antífonas e responsórios, quer do estilo hímnico; em cada caso o transcritor deve interpretar a notação de maneira diversa, adequando-se à natureza do objeto musical e assumindo assim, no seu papel de editor, uma abordagem crítica e imaginativa.

Nestas tarefas editoriais tivemos em conta o facto de os primeiros cistercienses se preocuparem com a correcta acentuação do latim, tendo produzido regras claras sobre a pontuação do texto sacro e sua acentuação, recolhidas em vários testemunhos¹⁷, como sejam o tratado cisterciense, do século XII, copiado no códice Montpellier H 332, e alguns textos encontrados no manuscrito Troyes 1154, de Claraval. Uma relação de palavras fornecidas com a respetiva marcação acentual aparece também, entre outras fontes, em dois manuscritos de Claraval (Troyes 518, do século XII, e Troyes 1154, do século XIV) e em Alcobaça (P-Ln, Alc. 37)¹⁸. Há igualmente listas lexicais para ilustração do uso acentual nos manuscritos Alc. 32 e Alc. 149; este último foi encadernado em conjunto com um tratado quatrocentista

17 - LECLERCQ, Jean – “Textes cisterciens dans les bibliothèques d’Allemagne”. *Analecta Sacra Ordinis Cisterciensis* 7 (1951), pp. 46-70 [64-70]; transcreve o início do tratado cisterciense do século XII copiado no códice da Bibliothèque Universitaire Historique de Médecine, H 322. HUBERT, Martin – “Corpus stigmatologicum minus”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 37 (1970), pp. 5-171; 39, 1974, pp. 55-84; *Idem* – “Le vocabulaire de la ponctuation aux temps médiévaux : un cas d’incertitude lexicale”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 38 (1972), pp. 57-167.

18 - FERREIRA, Manuel Pedro; FORTU, Mara – “Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobaça”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo II. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 195-203. Os manuscritos de Troyes acima citados podem ser localizados, por arquivo e cota, e visualizados através da página <https://bvmn.irht.cnrs.fr/>.

sobre acentuação atribuído a Martinho de Alcobaça¹⁹. Quando o tratado de Montpellier nos diz que a uma sílaba acentuada corresponde, quer uma elevação melódica, quer um prolongamento rítmico²⁰, abre-se a possibilidade de extrair consequências musicais. Tanto a notação musical como as fórmulas de cantilação fixam tão-somente a altura dos sons; nada impedia que se recorresse, no caso de palavras colocadas melodicamente em destaque, ao prolongamento das notas correspondentes à acentuação lexical.

Assim, nas peças de estilo gregoriano, partindo embora de uma leitura da notação original em que a cada nota foi dada a mesma duração, com a excepção costumada de notas mediais ou finais (alongadas) e plicas ornamentais (que não acrescem o tempo de execução), recorreremos selectivamente à possibilidade de prolongar esta ou aquela, sempre que isso permitia clarificar a dicção do texto, imprimir maior fluidez à frase musical ou equilibrar entre si os respectivos componentes melódicos. Exemplificaremos o processo com as duas primeiras antífonas.

Ex. 1: Antífona *Ecce tu pulchra*

1.^a antifona + Salmo 109

(em pé)

Solo

Tutti

Solo Tutti

8 Ec - ce tu pul - chra es a - mi - ca me - a,

8 ec - ce tu pul - chra o - cu - li tu - i co - lum ba - rum.

Em *Ecce tu pulchra* (Ex. 1), antifona composta por duas frases, a distinção entre o motivo inicial, cantado a solo sobre o texto *Ecce tu*, e a secção co-

19 - NASCIMENTO, Aires A. - A «ars accentualis» de Martinho de Alcobaça (Lisboa BN, Alc. 149): *especulação e uso do Doctrinale*, Lisboa: Inst. Nac. de Investig. Científica, 1986; *Idem* - "Um «Mariale» alcobacense". *Didaskalia* 9/2 (1979), pp. 339-411.

20 - *Incipit opusculum de accentibus. Generalis regula accentandi*, Montpellier BUHM H 322 fólio 42v. O manuscrito está digitalizado, descrito na página <http://www.calames.abes.fr/pub/#detail-s?id=D01041600> e é consultável em linha através do endereço:

https://qed.biu-montpellier.fr/florabium/jsp/nodoc.jsp?NODOC=2013_DOC_MON1_MBUM_032

ral inaugurada pela palavra *pulchra*, leva à introdução funcional de uma pausa ou prolongamento rítmico no termo da entoação; o prolongamento das notas no final de cada frase corresponde à articulação tradicional do repertório gregoriano. A única divergência que a nossa transcrição apresenta relativamente à prática de execução corrente é o alongamento rítmico, na segunda frase, da primeira sílaba de *pulchra*; justificado quer pela importância da palavra neste contexto quer pela tratadística cisterciense sobre prosódia latina, tal alongamento permite também regularizar o enquadramento métrico da antífona, permitindo que até ao remate de cada frase (o último sol do primeiro trecho, o penúltimo ré do segundo) as notas possam formar, em cada frase, três grupos de seis tempos — como se estivesse subjacente um compasso de 6/8, com a sua sugestão de leveza dançante, tão apropriada a estes versos do Cântico dos Cânticos (1:15).

Ex. 2: Antífona *Sicut lilium*

Tutti

Sic - ut li - li - um i - n e - ter spi - nas

sic a - mi - ca me - a i - n e - ter fi - li - as.

Já na antífona *Sicut lilium* (Ex. 2), aqui transcrita para a retoma final do coro, o primeiro alongamento é um resíduo mnemónico da pausa que marca o fim da entoação na anterior apresentação da antífona, e o segundo corresponde ao final do primeiro hemistíquio; ambos demarcam naturalmente, com o repouso em ré, a partição da primeira frase em dois membros sensivelmente da mesma duração. A nossa transcrição só se afasta da abordagem convencional em dois momentos isolados na segunda parte da antífona: a compressão rítmica do grupo descendente ré-dó-lá, que clarifica o paralelo entre as fórmulas cadenciais de ambas as frases, e o alongamento do lá agudo em *[me]-a*, que permite distinguir e contrastar, nesta segunda frase,

os dois membros que a constituem, ficando ambos, tal como sucede na primeira, com uma duração equivalente entre si. Com isto, evidenciou-se a estrutura paralelística do texto e a forma musical tornou-se mais perceptível.

Uma abordagem diferente foi seguida no hino monódico. A tradição hínica medieval foi em parte modelada sobre a canção estrófica, que não raro incorpora um movimento metricamente organizado. Santo Agostinho comentou o verso *Deus creator omnium*, de Santo Ambrósio de Milão, como sendo formado por quatro pés iâmbicos num total de doze pulsações (oito sílabas alternadamente curtas e longas, tendo cada sílaba longa o dobro do tempo de cada sílaba curta). Mais tarde, Beda reconheceu que alguns hinos do tipo ambrosiano se caracterizam por um fluir rítmico regular embora, gramaticamente falando, evitem a organização métrica²¹. É de notar que São Bernardo promoveu uma reforma do hinário cisterciense modelada precisamente no hino ambrosiano em sentido estrito, e suas fontes milanesas²². Há por vezes vestígios documentais desta vontade de diferenciação regular de durações.

No hino *Bernardus doctor inclytus* os versos são todos octossilábicos (1. *Bernardus doctor inclytus, / cælos conscendit hodie: / Quem attraxit*²³ *divinitus, / splendor paternæ gloriæ. //* 2. *Exultet cælum laudibus, / de Bernardi consortio: / Quem conjunxit*²⁴ *cælestibus, / Jhesu nostra redemptio. //* etc.); porém, na folha de guarda do códice 25 de Arouca, onde foram apontados em data próxima a 1225, surgem com quantidades desiguais de notas musicais (entre 9 e 16), o que acarreta algum desequilíbrio se a cada nota for dada a mesma duração. Assim sendo, testámos as possibilidades de reconhecer na notação ou conferir editorialmente à composição, através da alternância de valores breves e longos, uma forma e um movimento rítmico regulares e um carácter claramente festivo.

21 - FERREIRA, Manuel Pedro – “Proportions in Ancient and Medieval Music”. In ASSAYAG, Gerard, FEICHTINGER Hans G. e RODRIGUES, José F. (ed.) – *Mathematics and Music*. Berlin: Springer, 2002, pp. 1-25, reimpresso em *idem*, *Revisiting the Music of Medieval France: from Gallican chant to Dufay*. Farnham-Burlington: Ashgate, 2012.

22 - WADDELL, Chrysogonus – *The Twelfth-Century Cistercian Hymnal, I: Introduction and Commentary*. Trappist, Kentucky: Gethsemani Abbey, 1984.

23 - Variante do Ms. 25 de Arouca (folha de guarda): *abstraxit*.

24 - Variante do *Psalterium* cisterciense de 1513: *conjungis*.

Partimos das indicações rítmicas de prolongamento patentes na notação, semelhante à do hino a duas vozes *Exultat celi curia*, escrita pela mão do mesmo copista nessa mesma página: a saber, a duplicação da nota inicial em ligadura descendente, ou traço descendente à esquerda em ligadura ascendente; e pontos quadrados isolados com curtos traços descendentes tanto à sua esquerda como à sua direita. A presença de tais indicações permitiu-nos ler um ritmo de longa-breve nas ligaduras binárias das sílabas *Ber[-nardus]* e *[pa-]ter[-nae]* e um ritmo de breve-longa em duplicado na passagem silábica *Quem attraxit* e também, mas com menor segurança, em *splendor* (já que a primeira das duas notas põe dúvidas e o termo precedente *divinitus* surge no manuscrito a corrigir *hodie*, erradamente repetido, o que leva a uma modificação confusa da notação primitiva e lança sobre esta a suspeição de que as suas implicações rítmicas tenham perdido validade).

Ex. 3a: Hino Bernardus doctor inclytus (versão cantada)

(sinal do sino para sentar)

Hino de Vésperas

(um tom abaixo)

VII.

Solo 1. Ber - nar - dus do - ctor in - cly - tus,
C2 2. Ex - ul - tet cae - lum lau - di - bus,
cae - los con - scen - dit ho - di - e:
de Ber - nar - di con - sor - ti - o:
Quem at - tra - xit di - vi - ni - tus, splen - dor
Quem con - jun - xit cae - les - ti - bus, Je - su
pa - ter - nac glo - ri - ae.
no - stra re - dem - pti - o.

Experimentámos então prolongar a nota correspondente a *cae[-los]*, evidenciando, de acordo com a prosódia cisterciense, o acento lexical na primeira sílaba; e emprestámos maior duração às notas terminais das ligaduras que coincidem com a penúltima sílaba de um verso (e precedem a sua última nota), cientes de que o alongamento da penúltima, de acordo com os tratadistas, era corrente na época, sendo, aliás, explícito no hino anterior. Restava encaixar a palavra *divinitus*, afectada por um erro de cópia, no ritmo breve-longa precedente.

Com isto, chegámos a uma versão que, sem deixar de ser fiel à fonte e sem recorrer a opções estilisticamente arbitrárias, se revelou musicalmente empolgante (Ex. 3a). O processo de reconstituição sonora chamou-nos, porém, a atenção para a necessidade de se estudar mais detidamente a notação usada por este copista; desse estudo, realizado já em 2020, resultou uma

Ex. 3b: Hino Bernardus *doctor inclytus* (versão revista)

(sinal do sino para sentar)

Hino de Vésperas

(um tom abaixo)

VII.

Solo 1. Ber - nar - dus do - ctor in - cly - tus,
C2 2. Ex - ul - tet cae - lum lau - di - bus,
cae - los con - scen - dit ho - di - e:
de Ber - nar - di con - sor - ti - o:
Quem at - tra - xit di - vi - ni - tus, splen - dor
Quem con - jun - xit cae - les - ti - bus, Je - su
pa - ter - nae glo - ri - ae.
no - stra re - dem - pti - o.

versão que prescinde do prolongamento da primeira sílaba de *cae[-los]* e resolve diversamente, com maior adesão à fonte, a passagem sobre *divinitus splendor* (Ex. 3b). O intérprete pode enquadrar mentalmente qualquer uma destas versões de acordo com uma pulsação regular; cada quadra surge assim dividida em duas partes de igual duração (36+36 tempos).

Em suma, o trabalho foi moroso, complexo e exigente, em fases sucessivas de preparação do texto, de experimentação de soluções verosímeis, de inclusão manuscrita da música e de cópia para notação digital. Quando finalmente começaram os ensaios, houve ainda que guiar os cantores quer na pronúncia do latim (a qual, contrariando o italianismo enraizado, se quis próxima do que teria sido em Portugal, o que está em linha com a abordagem adoptada desde 1995 nas Vozes Alfonsinas), quer no estilo de execução considerado nos seus vários aspectos, de que aqui destaco a dimensão temporal. Nesta há que distinguir a cantilação dos salmos (em que o texto tem primazia e a música se reduz a fórmulas elásticas que permitem ordenar a sua articulação) da vocalização de melodias fechadas, com identidade própria, cujo desempenho litúrgico depende da respectiva qualidade estética.

Na abordagem à salmodia tive em conta os tratados cistercienses sobre a recitação latina, já referidos, bem como as dicas contemporâneas sobre a lentidão típica da Ordem na pronúncia dos textos, favorável à sua ruminação espiritual. De facto, os cistercienses procuravam contrariar a pressa e o desleixo na cantilação salmódica, preferindo-lhes uma dicção pausada e grave. O *Speculum monachorum*, opúsculo de autor anónimo (se bem que tradicionalmente atribuído a São Bernardo), aconselha o monge a pôr todo o seu coração na salmodia, sabendo que está obrigado a recitar (no seu meio-coro) ou seguir com atenção (no outro meio-coro) tudo o que se diz, sem descurar uma única letra²⁵. Em consequência, de acordo com a biografia de um antigo prior agostinho convertido à vida monástica (São Waltheof de Melrose), a maneira cisterciense de cantar os salmos no mosteiro de Rievaulx, em 1144-1147, era comparativamente

25 - DelCOGLIANO, Mark – “Cistercian Monasticism in the Silver Age: Two Texts on Practical Advice”. *Cistercian Studies Quarterly* 45 (2010), pp. 421-452, p. 437.

pesada, potenciando o tédio do noviço²⁶. Lembre-se que Rievaulx, no Yorkshire, tinha sido fundada em 1132 por monges oriundos de Claraval liderados por William, colaborador de São Bernardo, e portanto os seus usos reflectiam os da abadia-mãe.

Já no que diz respeito aos tempos das composições melódicas — ou seja, a velocidade relativa (aqui não explicitamente condicionada ou pré-determinada por indicações de carácter, movimento ou pulsação metronómica) com que se tomam, na prática, as peças individuais —, procurámos, sempre de acordo com o texto cantado, imprimir à execução coral quer pristina clareza, quer patente vivacidade, de modo a conciliar o ideal de decoro monástico com o entusiasmo espiritual de São Bernardo: este admite, no coro, o enlevo estético harmonicamente ordenado como via de encontro com a voz angélica. A gravação parcial das Vésperas realizada, na sequência do concerto, na Capela da Vista Alegre, com vista à publicação de um CD de canto cisterciense²⁷, permitirá em breve, se tudo correr como esperado, testemunhar esta orientação, fornecendo para o futuro um modelo de reconstituição sonora historicamente informada e esteticamente eficaz.

26 - *Acta Sanctorum Augusti*. Tomus I. Antuerpiae: Jacobum Antonium Van Gherwen, 1733, pp. 248-77 [257-58] (Joscelino Furnesiensi, "Vita S. Waltheni Abbatis"). Na interpretação de MERTON, Thomas – "St. Aelred of Rievaulx and the Cistercians (IV)". *Cistercian Studies Quarterly* 23 (1988), pp. 45-62, p. 55, o canto era excepcionalmente lento e grave e as pausas eram tão prolongadas que na mediante de cada versículo os monges ficavam em silêncio o tempo suficiente para dizerem um *Ave Maria*, ou mesmo um *Pater noster*.

27 - As gravações, realizadas no âmbito do projecto "Acervo histórico do Mosteiro de Arouca - Recuperação e catalogação", financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, foram realizadas em Ílhavo, graças à colaboração do Museu da Vista Alegre, a 11 de Setembro (Vozes Bernardinas, dir. Manuel Pedro Ferreira) e 17-18 de Setembro de 2016 (Vocal Ensemble, dir. Vasco Negreiros). Foram escolhidas peças retiradas dos antifonários gregorianos de Arouca e peças a quatro vozes, inéditas, presentes no livro de coro polifónico do mesmo mosteiro (P-AR Res. Ms. 32, de c. 1610-1620), abarcando composições para a Missa, de António de Oliveira, e excertos do Ofício de Vésperas para a Festa de São Bernardo: 1. Hino processional *Exultat celi curia* (polifonia a 2 vozes); 2. *V./ Deus, in adiutorium meum intende* (solo) *R/ Domine ad adjuvandum festina* (polifonia a 4 vv.); 3. Antífona *Ecce tu pulchra es* (monodia), com Salmo *Dixit Dominus* (alternância monodia / polifonia a 4 vv.); 4. Responsório (monodia) *Beatus Bernardus, V./ Factus est*; 5. Hino (monodia) *Bernardus doctor inclytus*; 6. Antífona *Magnificavit sanctum suum Dominus* (monodia), com Cântico de Magnificat (alternância monodia / polifonia a 4 vv.); 7. *Benedicamus Domino* (polifonia a 4 vv.).

Zuelma Chaves

Doutoranda em Ciências Musicais – Musicologia Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma Bolsa de Doutoramento FCT (SFRH/BD/141524/2018), licenciada e mestre pela mesma faculdade. É membro do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da NOVA FCSH.

Officium mortuorum: **o Ofício de Defuntos musicado na tradição** **cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII**

Introdução¹

No que respeita as origens e funções litúrgicas do Ofício de Defuntos, de acordo com Edmund Bishop, é no século VIII que encontramos um dos primeiros testemunhos num relatório, ordenado pelo abade do mosteiro beneditino de Reicheneau, o qual relata o modo como este Ofício era celebrado por São Bento de Aniane e os seus monges no mosteiro de Inde:

1 - O presente artigo foi apresentado numa comunicação integrada no Ciclo de Conferências de 2018, "Manuscritos de Alcobaça III - Música e Liturgia", e resultou também do trabalho desenvolvido numa tese de mestrado acerca do repertório monódico para o Ofício de Defuntos em fontes portuguesas. Para este estudo foram consideradas apenas fontes monódicas de tradição cisterciense contendo o Ofício de Defuntos, datadas de entre os séculos XIII a XVII.

“‘As soon as vespers of the day are over’ (runs the document) ‘they immediately say vespers of the dead, with antiphons, and after compline, matins of the dead with antiphons and responsories, sung with full and sonorous voice and with great sweetness (*plenissime atque suavissime*); next morning, after matins of the day, lauds of the dead’”².

Tal como muitas outras dimensões da liturgia cristã, a Ordem de Cluny desempenhou, com efeito, papel nuclear na constituição e desenvolvimento dos rituais de defuntos. Segundo as descrições desses rituais cluniacenses, a morte era pressentida e preparada, e o tempo de “espera pela morte” na maioria dos casos acontecia num espaço temporal alargado, durante o qual o moribundo era acompanhado pelos irmãos que proveriam não só o conforto físico, mas também a preparação e encomendação da alma. É neste contexto que, em Cluny no final do século X, os rituais de morte no cristianismo vão atingir a sua forma final.

Como tivemos ocasião de sublinhar, esse corpo ritual traduz o que consideramos ser:

“uma mentalidade cristã da época acerca da morte e também de uma ‘economia medieval da salvação’, a qual consistia num complexo de relações, onde o clero recebia bens em troca da salvação que era provida por meio de orações e rituais, abrindo assim lugar à criação de um ofício devotado aos defuntos. Quanto à música, os cluniacenses viam-na como uma força de grande poder espiritual. O Ofício de Defuntos tinha um papel central nestas comemorações dos defuntos, conferindo

2 - BISHOP, Edmund – “On the Origin of the Prymer”. In *Liturgica Historica – Papers on the Liturgy and Religious Life on the Western Church*. Oxford: Claredon Press, 1918, p. 217.

assim aos monges predomínio na já referida ‘economia da salvação’”³.

A diminuição da esperança média de vida por causa das pestes, da guerra, da alta taxa de mortalidade infantil e da pouca resistência às infecções, trouxe consigo um incremento no uso e difusão dos rituais de morte⁴.

A partir dos séculos X/XI encontramos as primeiras referências claras a um Ofício de Defuntos compreendido como uma secção adicional ao Ofício Divino. A sua adopção pelo clero secular, passando a fazer parte do *pensum diario*⁵, terá acontecido nos séculos XII/XIII, embora só se haja tornado obrigatório após o Concílio de Trento.

Neste contexto geral, também em Portugal surgem os diferentes livros litúrgicos (musicados ou não) contendo os rituais de defuntos e que, neste domínio, viriam a ser o principal instrumento de trabalho para os membros do clero⁶.

3 - CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos - repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 8.

4 - MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 251.

5 - BATIFFOL, Pierre – *Histoire du bréviaire romain*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1893, p. 190.

6 - CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos...*, p. 10.

1. Cister e o Ofício de Defuntos

Apesar da uniformidade tendencial dos rituais que se disseminavam no espaço europeu, detectam-se particularidades, quer entre a tradição monástica e a das catedrais, quer mesmo entre as diversas ordens e congregações. Neste plano, destaca-se, sem dúvida, a disciplina ritual adoptada pelos cistercienses.

Numa fase inicial, a Ordem de Cister terá contrariado o modelo cluniacense relativo às orações pelos defuntos, nomeadamente no que respeita à inclusão do nome de leigos nos sufrágios, defendendo que estes deveriam ser reservados especialmente para os membros da comunidade monástica. Contudo, tal como Petrucio Pessoa afirma:

“Os rituais referentes ao culto dos mortos praticados pelos cistercienses não vão diferenciar radicalmente dos cluniacenses (...) As mudanças graduais e discretas promovidas por Cister representavam algumas inovações em relação à mentalidade de meados do século XII, por exemplo, um maior otimismo em relação à vida humana, sendo nesse período que surge a concepção de uma responsabilidade individual do crente em relação à sua salvação, maior ênfase na pregação sobre a vida após a morte (...)”⁷.

Como veremos mais adiante, este optimismo irá traduzir-se especialmente na escolha da última leitura para o Ofício.

7 - PESSOA, Petrucio L. A. – *Ubi corpus meum sepelire iubeo: o culto dos mortos nos mosteiros cistercienses (1185-1367)*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 28.

2. O *corpus*

O nosso estudo foca sobre o Ofício de Defuntos cisterciense em fontes litúrgico-musicais portuguesas, procurando observar eventuais particularidades. Para tal, procurou-se uma identificação exaustiva das fontes disponíveis contendo este Ofício. Neste sentido, foi fulcral o contributo de alguns projectos realizados no Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da FSCH NOVA sob a direcção de Manuel Pedro Ferreira, os quais possibilitaram o acesso e a digitalização de mais de 400 livros e 1600 fragmentos com música, provenientes dos principais arquivos e bibliotecas do país⁸; bem como o acesso facilitado aos códigos alcobacenses através da “biblioteca virtual”⁹ resultado do projecto *Horizontes cistercienses*¹⁰ dirigido por Catarina Fernandes Barreira no quadro do Instituto de Estudos Medievais da FCSH NOVA.

Numa primeira fase, foram seleccionadas todas as fontes que continham o Ofício de Defuntos musicado por forma a levar a cabo um estudo exaustivo acerca das particularidades musicais e textuais deste género¹¹.

Como resultado, constitui-se um *corpus* com 33 livros contendo o Ofício de Defuntos. Destes, a maior parte pertencem à tradição cisterciense: 12 fontes. Das restantes 21 fontes temos 6 dos jerónimos, 5 da tradição bracarense, 1 franciscana e 1 cluniacense, não estando ainda determinado a afectação das demais 6 fontes.

8 - *Levantamento Digital de Património Musical Manuscrito, antes de 1600* (POCTI /EAT /46895 /2002); *Intercâmbios musicais, 1100-1650: A circulação de música antiga na Europa e além-mar em fontes ibéricas ou conexas* (PTDC/EAT-MMU/105624/2008); e *Acervo histórico do Mosteiro de Arouca - Recuperação e catalogação*, projecto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria entre a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, o CESEM e INET-MD.

O mapeamento da totalidade das fontes identificadas e digitalizadas pelo CESEM encontra-se disponível em: <https://cesem.fcsh.unl.pt/recursos-2/mapas-da-pem/>.

9 - Disponível em <http://cistercianhorizons.fcsh.unl.pt/pt/scriptorium-2/>.

10 - Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo (PTDC/ART-HIS/29522/2017).

11 - A investigação realizada condensou-se na nossa dissertação de mestrado, CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos...*

A tabela que se segue (Tabela 1) apresenta as fontes identificadas em Portugal que incluem o Ofício de Defuntos cisterciense musicado¹².

Tabela 1 - Fontes seleccionadas contendo o Ofício de Defuntos cisterciense musicado

Sigla	Designação abreviada	Descrição abreviada	Ofício de Defuntos
P-AR Res. Imp. L 5	L 5	Saltério-Hinário (impresso). 1513	Fólios 179v - 187v
P-AR Res. Ms. 13	Ms. 13	Antifonário. Século XVI	pp. 279 - 318
P-AR Res. Ms. 19	Ms. 19	Colectário. c. 1228-31	Fólios 138r - 146r
P-AR Res. Ms. 23	Ms. 23	Antifonário santoral. Século XIII	Fólios 135r - 137v
P-Cug MM 67	MM 67	Processionário. Século XVII?	Fólios 29r - 42v
P-Cug MM 216	MM 216	Processionário. Século XVII	Fólios 33r - 78v
P-Cug MM 218	MM 218	Processionário. Século XVI	pp. 80 - 118
P-EVad Mus. Lit. Ms. 61	Mus. Lit. 61	Antifonário. Século XVI	Fólios 270r - 283v
P-EVp Cod. 116C	Cod. 116C	Antifonário. c. 1540-90	Fólios 46r - 53v e 58r - 61v
P-EVp Cod. CLI 1-1	Cod. CLI 1-1	Antifonário temporal. [1251- 1325]	Fólios 206v - 209v
P-Ln LC 156	LC 156	Antifonário santoral. C.1600	Fólios 134r - 150v
P-Ln LC 218	LC 218	Antifonário santoral. 1532	Fólios 146r - 162r

Relativamente aos locais onde se encontram estas fontes, quatro estão na Biblioteca Monástica do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, o que

12 - Para informações complementares acerca destas fontes, consultar ARAÚJO, Mara Fortu – *Os manuscritos litúrgico-musicais da Ordem de Cister em Portugal e na Galiza (Espanha)*, 2 vols. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2014; e ainda CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos...*

percentualmente corresponde à maioria delas; três estão na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; duas na Biblioteca Pública de Évora; outras duas encontram-se na Biblioteca Nacional de Portugal e uma no Arquivo Distrital de Évora.

No que respeita a tipologia de livros onde se encontra o Ofício de Defuntos musicado cisterciense em Portugal, observamos o seguinte panorama: antifonários (7), processionários (3), saltério (1) e colectário (1).

Entre os livros do Mosteiro de Arouca, o exemplar mais antigo é o Ms. 23, um antifonário santoral possivelmente encomendado pela Rainha D. Mafalda, mas de manufactura galega ou leonesa. O Ofício de Defuntos (Figura 1) surge na secção final do livro, embora incompleto, suspendendo-se com o terceiro verso (inconcluso) do último responsório.

O Ms. 19 é um colectário datado de entre c. 1228-31, proveniente da Gali-



Fig. 1: P-AR Res. Ms. 23, folio 135.

za¹³. O Ofício de Defuntos (Figuras 2 e 3) é precedido pela *Unção dos Enfermos* (fólios 118v - 138r) e seguido pelas *Orações pro defunctis* (146r - 147v).

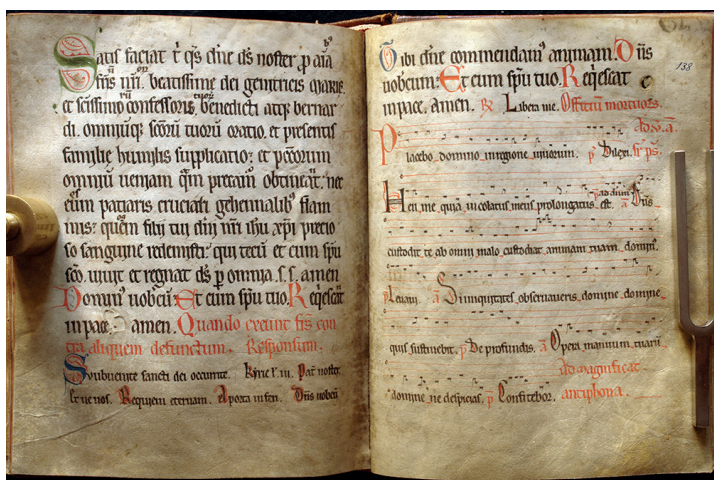


Fig. 2: P-AR Res. Ms. 19, fólios 137v-138r.



Fig. 3: P-AR Res. Ms. 19, fólios 138v-139r.

13 - Acerca deste códice é de referir o contributo pioneiro de JOAQUIM, Manuel – *O Colectário de Arouca e os seus textos musicais*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957.

Do século XVI contamos com o Ms. 13, um antifonário santoral (com alguns fólhos intercalados do século XV); e ainda com um Saltério-Hinário impresso com a cota L5¹⁴, o qual apresenta depois do Ofício de Defuntos um conjunto de orações *pro defunctis* (fólhos 187v-188v) idênticas às que se encontram no Ms.19, com excepção da oração para a preparação do defunto *Deus qui inter apostolicos*, exclusiva do colectário.

Da Biblioteca Pública de Évora foram seleccionadas duas fontes: um antifonário temporal datável de entre 1251-1325 (cota CLI 1-1), cujo Ofício de Defuntos se encontra incompleto, sem Laudes, seguindo-se, após o nono responsório, uma secção com tons de invitatório; e o Cod. 116C, do Fundo da Manizola, que inclui tanto o Ofício (Figura 4) como a Missa de Defuntos (fólhos 53v - [57b]r).



Fig. 4: P-EVp Cod. 116C, fólho 46.

14 - A descrição deste impresso encontra-se disponível em: <http://pemdatabase.eu/source/24130>.



Fig. 6: P-Cug MM 218, folha de guarda 1v e página 81.

No verso da folha de guarda inicial do MM 218 está inscrito a esferográfica, “Processionale s[eculo] XVI / Cister (Alcobaça)” (Figura 6), uma nota tardia que poderá indicar que este manuscrito terá estado em uso no Mosteiro de Alcobaça. Neste processionário, tal como no MM 67, depois do Ofício de Defuntos, encontra-se o responsório *Subvenite sancti dei* e as antífonas *Chorus angelorum te sucipiat* e *Clementissime domine*.

Finalmente, de entre os livros de coro que se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal, foram identificados dois antifonários santorais do século XVI. O LC 218 é um códice acéfalo e terá sido reencadernado; é composto por uma primeira secção que termina no fólio 145 (Figura 7) onde se pode ler, no colofão, referência ao autor da encomenda deste livro, com provável menção a D. Jorge de Melo, bispo da Guarda e fundador do mosteiro de São Bernardo de

Portalegre. O Ofício de Defuntos tem início no fólho 146 e aparenta ser de uma mão diferente da primeira secção (Figura 7).



Fig. 7: P-Ln LC 218, fólhos 145r e 146r.



Fig. 8: P-Ln LC 156, fólhos 134r e 151v.

No LC 156, também acéfalo, o *Ofício de Defuntos* (Figura 8) encontra-se nos últimos fólhos numerados sendo que os cantos sucessivos (o Próprio da Missa de uma Festa Mariana) são *um acrescento por mão diferente*, com regragem dos fólhos diversa. Na lombada lê-se “Sanct-3^o” e tem, nas ferragens, a Cruz de Avis. Ambos os códices têm depois do Ofício de Defuntos, após a antífona *Ego sum ressurectio*, o responsório *Subvenite sancti* e a antífona *Clementissime domine*¹⁵; no que refere as instruções para a execução destes cantos a primeira rubrica indica “*Presente defuncto*” e a segunda “*Priusquam tumulum deferatur deffunctos*”, ou seja, os momentos que antecedem a cerimónia de enterramento antes do corpo ser transportado¹⁶.

Por forma a confirmar o modelo textual, embora não contenham música, foram ainda identificados e incluídos neste estudo os seguintes códices alcobacenses (Tabela 2):

Tabela 2 - Códices alcobacenses seleccionados contendo o Ofício de Defuntos

Sigla	Designação abreviada	Descrição	Ofício de Defuntos
P-Ln Alc. 54	Alc. 54	Breviário. Século XIV.	Fólios 321r - 325r
P-Ln Alc. 137	Alc. 137	Saltério. 1346.	Fólios 83r - 85v
P-Ln Alc. 192	Alc. 192	Saltério. Século XIV.	Fólios 134r - 138v
P-Ln Alc. 193	Alc. 193	Saltério. Século XIV.	Fólios 130r - 137v

Com o intuito de identificar particularidades melódicas e textuais das fontes portuguesas em relação a outras estrangeiras, foi também seleccionado um antifonário cisterciense com a cota F-Pnm n.a. lat.

15 - No caso do LC 218 estes cantos estão incompletos, por ausência de um fólho, faltando o final do responsório e início da antífona.

16 - Estes cantos existem também nos processionários que se encontram na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o MM 67 e MM 218.

1412¹⁷. Trata-se de um antifonário da Abadia de Santa Maria di Morimondo na diocese de Milão, datado de c. 1175, que insere o Ofício de Defuntos nos fólhos 177v - 180v. Neste manuscrito, à semelhança dos códices MM 67, MM 218, LC 156 e LC 218, encontramos também o responsório *Subvenite sancti*.

3. A estrutura do Ofício de Defuntos cisterciense

Auscultando as fontes seleccionadas foi possível aferir que o Ofício de Defuntos cisterciense apresenta a seguinte estrutura (Tabela 3):

¹⁷ - Descrição e indexação dos conteúdos deste manuscrito disponíveis em: <http://cantus.uwaterloo.ca/source/123678>.

Tabela 3 - Estrutura do Ofício de Defuntos cisterciense.

Ocasião litúrgica		Incipit ¹⁸	Género
Vésperas <i>Dilexi, quoniam exaudiet Dominus</i> <i>Heu me quia incolatus meus</i> <i>Ad Dominum cum tribularer</i> <i>Dominus custodit te</i> <i>Levavi oculos meos</i> <i>Si iniquitates observaveris</i> <i>De profundis clamavi</i> <i>Opera manuum tuarum</i> <i>Confitebor tibi Domine</i> <i>Audivi vocem de cælo</i> <i>Magnificat anima mea</i> <i>Pater noster</i> <i>Lauda anima mea Dominum</i> <i>A porta inferi. Erue Domine animam ejus</i>		<i>Placebo Domino in regione vivorum</i>	Antífona
		Salmo [114]	
		Antífona	
		Salmo [119]	
		Antífona	
		Salmo [120]	
		Antífona	
		Salmo [129]	
		Antífona	
		Salmo [137]	
		Antífona	
		Cântico (Lucas 1)	
		Oração	
		Salmo [145]	
		Versículo	
Matinas		<i>Regem cui omnia vivunt</i>	Invitatório
		<i>Venite, exsultemus Domino</i>	Salmo [94]
	(Nocturno I)	<i>Dirige Domine Deus meus</i>	Antífona
		<i>Verba mea auribus percipe</i>	Salmo [5]
		<i>Convertere, Domine, et eripe animam meam</i>	Antífona
		<i>Domine, ne in furore tuo</i>	Salmo [6]
		<i>Nequando rapiat ut leo animam meam</i>	Antífona
		<i>Domine, Deus meus, in te speravi</i>	Salmo [7]
		<i>Anima mea turbata est valde. Sed tu Domine succurre ei</i>	Versículo
		<i>Pater noster</i>	Oração
		<i>Parce mihi, Domine</i>	1ª Leitura
		<i>Credo quod Redemptor meus</i>	1º Responso
		<i>Quem visurus sum ego ipse</i>	Verso
		<i>Tædet animam meam vitæ meæ</i>	2ª Leitura
		<i>Qui Lazarum resuscitasti</i>	2º Responso
		<i>Requiem æternam dona eis Domine</i>	Verso
		<i>Manus tuæ fecerunt me</i>	3ª Leitura
		<i>Memento mei, Deus, quia ventus est vita mea</i>	3º Responso
		<i>Et non revertetur oculus meus</i>	Verso
	(Nocturno II)	<i>In loco pascuæ ibi me collocavit</i>	Antífona
		<i>Dominus regit me</i>	Salmo [22]
		<i>Delicta juventutis meæ</i>	Antífona
		<i>Ad te, Domine levavi animam meam</i>	Salmo [24]
		<i>Credo videre bona Domini</i>	Antífona
		<i>Dominus illuminatio mea</i>	Salmo [26]
		<i>Convertere Domine et eripe animam meam</i>	Versículo
		<i>Pater noster</i>	Oração
		<i>Responde mihi</i>	4ª Leitura
		<i>Hei mihi, Domine, quia peccavi nimis</i>	4º Responso
		<i>Anima mea turbata est valde. Sed tu Domine succurre ei</i>	Verso
		<i>Homo natus de muliere</i>	5ª Leitura
		<i>Ne recorderis peccata mea, Domine</i>	5º Responso
		<i>Non intres in iudicium</i>	Verso
		<i>Quis mihi hoc tribuat</i>	6ª Leitura
		<i>Libera me, Domine, de viis inferni</i>	6º Responso
		<i>Clamantes et dicentes</i>	Verso
	(Nocturno III)	<i>Complaceat tibi, Domine</i>	Antífona
		<i>Exspectans exspectavi Dominum</i>	Salmo [39]
		<i>Sana, Domine, animam meam</i>	Antífona
		<i>Beatus qui intelligit</i>	Salmo [40]
		<i>Sitivit anima mea</i>	Antífona
		<i>Quemadmodum desiderat cervus</i>	Salmo [41]
		<i>In memoria eterna erunt justi. Ab auditione mala non timebunt</i>	Versículo
		<i>Pater noster</i>	Oração
		<i>Spiritus meus attenuabitur</i>	7ª Leitura
		<i>Peccantem me quotidie</i>	7º Responso
		<i>Deus, in nomine tuo salvum me fac</i>	Verso
		<i>Pelli meæ, consumptis carnibus</i>	8ª Leitura
		<i>Domine, secundum actum meum</i>	8º Responso
		<i>Amplius lava me Domine</i>	Verso
		<i>Vir fortissimus Judas</i>	9ª Leitura
		<i>Libera me, Domine, de morte æterna</i>	9º Responso
		<i>Dies illa, dies iræ</i>	Verso
		<i>Tremens factus sum ego</i>	Verso
		<i>Quid ego miserrimus</i>	Verso
Laudes <i>Exultabunt Domino ossa humiliata</i> <i>Miserere mei Deus</i> <i>Exaudi Domine orationem meam</i> <i>Te decet hymnus</i> <i>Me suscepit dextera tua, Domine</i> <i>Deus Deus meus</i> <i>Eruisti Domine animam meam</i> <i>Ego dixi</i> <i>Omnis spiritus laudet Dominum</i> <i>Laudate Dominum de cælis</i> <i>Ego sum resurrectio et vita</i> <i>Benedictus Dominus Deus Israel</i> <i>Pater noster</i> <i>De profundis</i>		<i>Audivi vocem de cælo dicentem. Beati mortui qui in Domino moriuntur</i>	Versículo
		Antífona	
		Salmo [50]	
		Antífona	
		Salmo [64]	
		Antífona	
		Salmo [62]	
		Antífona	
		Cântico [Isaias 38]	
		Antífona	
		Salmo [148]	
		Antífona	
		Cântico [Lucas 1]	
		Oração	
		Salmo [129]	

18 - A grafia do texto nos *incipit* desta tabela seguiu a seguinte versão do Benedictines of Solesmes (ed. lit.) – *The Liber Usualis*. Tournai: Desclee Company, 1961. [Em linha] [Consultado em 14/05/2019] Disponível em <https://archive.org/details/TheLiberUsualis1961>

4. A dimensão textual

Os responsórios

Como já foi devidamente assinalado, a escolha dos textos e a ordem dos responsórios das Matinas do Ofício de Defuntos podem variar de forma significativa de acordo com a tradição litúrgica e os usos locais: a adopção da mesma série de responsórios denota, pois, uma convergência relevante entre os manuscritos, permitindo afiançar que se incluem na mesma “família”. Na esteira da metodologia estabelecida por Knud Ottosen, na sua obra seminal sobre os responsórios dos defuntos¹⁹, o passo seguinte da investigação procurou comparar os conteúdos textuais, com vista a determinar a respectiva série (textual). A conclusão impôs-se de imediato: todas as fontes seleccionadas correspondem ao Ofício de Defuntos cisterciense.

Tabela 4 - Série de responsórios das fontes cistercienses²⁰

1º Nocturno	2º Nocturno	3º Nocturno
<i>Credo quod Redemptor</i> (R14) • <i>Quem visurus</i> (V177)	<i>Hei mihi, Domine</i> (R32) • <i>Anima mea turbata</i> (V12)	<i>Peccantem me</i> (R68) • <i>Deus, in nomine tuo</i> (V53)
<i>Qui Lazarum</i> (R72) • <i>Requiem æternam</i> (V198)	<i>Ne recorderis</i> (R57) • <i>Non intres in iudicium</i> (V151)	<i>Domine, secundum actum</i> (R28) • <i>Amplius lava me</i> (V8)
<i>Memento mei</i> (R46) • <i>Et non revertetur</i> (V91)	<i>Libera me, Domine, de viis inferni</i> (R40) • <i>Clamantes et dicentes</i> (V31)	<i>Libera me, domine, de morte æterna</i> (R38) • <i>Dies illa, dies iræ</i> (V55) • <i>Tremens factus sum ego</i> (V227) • <i>Quid ego miserrimus</i> (V180)

19 - OTTOSEN, Knud – *The responsories and versicles of the Latin Office of the Dead*. Copenhagen: Books on Demand GmbH, 2007.

20 - Os números depois dos responsos e versos de responsório correspondem ao sistema de numeração de OTTOSEN, Knud - *The responsories and versicles...*

Com efeito, a posição dos responsórios *Libera me, Domine, de morte eterna* (R38) e *Libera me, Domine, de viis inferni* (R40) constitui um elemento definidor das fontes cistercienses: o R40 surge sempre no final do segundo nocturno. Noutras tradições, aqueles dois responsórios podem estar inseridos alternativamente no final do segundo ou terceiro nocturnos, pelo facto de, nos dias feriais se terminar com o R40 e nas restantes ocasiões com o R38; nestes casos a permutabilidade entre estes dois responsos, como nono e/ou décimo responso, não é relevante para a definição das séries.

Nos 12 manuscritos portugueses objeto do nosso estudo esta regra é plenamente observada, confirmando-se também por esta via a sua filiação a Cister. Aliás, a análise dos conteúdos textuais dos responsórios revelou apenas uma ligeira divergência: no Ms. 23 o responso *Qui Lazarum* termina em “*domine dona requiem*” ficando a faltar “*et locum indulgentie*”.

Relativamente aos versos dos responsórios, é de assinalar que:

- Ms. 19, L 5 e o Alc. 54 terminam o sétimo responsório com “(...) fac et in virtute tua libera me”; o Ms. 23 apresenta a versão “(...) fac in virtute iudica me”; e o Ms. 13 insere ainda outro fecho: “(...) fac et in misericordia tua libera me”.
- O códice Mus. Lit. 61 tem um versículo extra, *Requiem æternam*, no final do terceiro e sexto responsórios.
- No Cod. 116C e em LC 156 o verso do primeiro responsório tem a palavra “sunt” a mais no final.
- Em relação à escolha dos versos dos responsórios, é ainda de notar que:
- *Non intres in iudicio* (V 151) é exclusivo das fontes cistercienses.
- *Quid ego miserrimus* (V 180) existe apenas nas fontes cistercienses e nas dominicanas.
- *Et non revertetur* (V 91) é partilhado pelas fontes cistercienses, bracarenses e dominicanas.

As antífonas

Quanto às antífonas, da comparação entre as fontes cistercienses, resultou a identificação de uma versão diferente da antífona de Laudes, *Ego sum*, que em todas as fontes apresenta o texto “*Ego sum resurrectio et vita qui credit in me etiam si mortuus fuerit vivet et omnis qui credit in me non morietur in eternum*”, excepto no Ms. 13, em que se lê: “*Ego sum resurrectio et vita qui credit in me ecclesia timor tuus fuerit vivet et omnis qui credit in me non morietur in eternum*”.

Os versículos

No que concerne os versículos, notou-se apenas que o LC 156 apresenta uma variante do versículo do primeiro nocturno com o texto “*Anima mea turbata est valde. Sed tu Domine usque quo*” enquanto que as restantes fontes têm “*Anima mea turbata est valde. Sed tu domine succurre ei*”. Apenas o impresso L 5 e o manuscrito Mus. Lit. 61 apresentam *A porta inferi*, como um segundo versículo no final das Vésperas.

Relativamente aos salmos, apenas duas fontes (MM 218 e Cod. 116C) não os incluem; das restantes, os códices Ms. 23, MM 216, Cod. CLI 1-1 e LC 218 não têm música e todos os outros (Ms. 19, Ms. 13, L 5, MM 67, Mus. Lit. 61 e LC 156) apresentam o respectivo tom salmódico para cada um dos salmos, com excepção do caso do salmo *Lauda anima mea* que só se encontra em L 5, MM 216 e Mus. Lit. 61 e sem indicação do tom salmódico.

As leituras

De entre as fontes cistercienses portuguesas apenas os livros Ms. 19, L 5, MM 216 e os códices alcobacenses contêm as leituras. Seguindo uma vez mais a metodologia de Ottosen, foi possível concluir que, neste ponto específico das lições, o Ofício de Defuntos musicado nas fontes portuguesas divide-se em dois grupos diferentes, o grupo 1d e o grupo 1f, sendo que a única diferença entre estes grupos se encontra na escolha da última leitura. Ao grupo 1f pertencem as fontes cistercienses com a seguinte escolha de leituras (Tabela 5):

Tabela 5 - Leituras do Ofício de Defuntos cisterciense

<i>Parce mihi</i> (Jó 7, 16b-21)
<i>Tædet animam meam</i> (Jó 10, 1-7)
<i>Manus tue</i> (Jó 10, 8-12)
<i>Responde mihi</i> (Jó 13, 22-28)
<i>Homo natus</i> (Jó 14, 1-6)
<i>Quis mihi</i> (Jó 14, 13-16)
<i>Spiritus meus</i> (Jó 17, 1-3 + 11-15)
<i>Pelli meæ</i> (Jó 19, 20-27)
<i>Vir fortissimus Juda</i> (2 Macabeus 12, 42b-46)

“O contexto original das leituras de Jó era a liturgia à cabeceira do leito de morte, e o propósito da leitura destes textos era dar voz à frustração do homem perante a morte, o seu desespero e ira contra Deus, confissão dos seus pecados, a confissão de fé e a esperança no redentor. A personagem de Jó é assim encarnada na pessoa moribunda que aguarda a morte.”²¹

21 - CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos...*, p. 51.

A escolha de *Vir fortissimus Judas* (Tabela 6) para última leitura reveste-se de especial significado pois vai ao encontro de uma atitude perante a morte na qual se contraria a mensagem de falta de esperança transmitida por *Quare de vulva*, a última leitura do grupo 1d e a mais utilizada na Idade Média; fala-se agora da importância do sacrifício pelos que morreram para que sejam libertados dos seus pecados.

Tabela 6 - Texto da nona leitura, *Vir fortissimus Judas* e respectiva tradução para português

Latim ²²	Português ²³
<i>Vir fortissimus Judas collatione facta duodecim milia dragmas argenti misit Hierosolimam offerri ea ibi pro peccatis mortuorum: inste et religiose de resurrectione cogitans. Nisi enim eos qui ceciderant resurrecturos speraret superfluum videretur et vanum orare pro mortuis. Et quia considerabat quod hii qui cum pietate dormitionem acceperant optimam haberent repositam gratiam. Sancta ergo et salubris cogitatio pro defunctis exorare ut a peccatis solvantur.</i>	O fortíssimo Judas exhortava o Povo a que se conservasse sem peccado, vendo diante de seus olhos o que tinha acontecido por causa dos peccados daquelles, que tinham sido mortos. E tendo ajuntado huma collecta, mandou doze mil drachmas de prata a Jerusalem para ser offerecidas em sacrificio pelos pecados dos mortos, sentindo bem, e religiosamente da ressurreição: Porque se elle não esperasse, que os que tinham sido mortos, havião hum dia de ressuscitar, teria por huma cousa superflua, e vã orar pelos mortos. E porque elle considerava que os que havião falecido na piedade, tinham grandissima misericordia reservada. He logo um santo, e saudavel pensamento orar pelos mortos, para que sejam livres dos seus peccados.

22 - Versão do impresso P-AR Res. Imp. L 5.

23 - Versão de FIGUEIREDO, António Pereira de – *A Sancta Biblia; contendo o Velho e o Novo Testamento - Traduzidos em Portuguez*. Londres: Impresso na Officina de B. Bensley, em Bolt-Court, Fleet Street, 1821, p. 921.

Da comparação dos textos das leituras nas fontes cistercienses, ressalta apenas uma pequena singularidade na quinta leitura, *Homo natus*, na última frase no impresso L 5 lê-se “*Recede ergo paululum*” e nas restantes fontes “*Recede paululum*”.

Orações complementares

Após o Ofício de Defuntos em sentido próprio, algumas fontes acrescentam ainda umas quantas orações de sufrágio pelos mortos. O quadro (Tabela 7) que se segue apresenta a totalidade destas orações, bem como as fontes onde se encontram.

Tabela 7 - Orações complementares que se encontram nas fontes portuguesas cistercienses

Colectas ²⁴	Fontes
Preparatio defuncto. <i>Deus qui inter apostolicos sacerdotes famulum tuum pontificali fecisti dignitate vi- gere presta quesumus ut eorum quoque perpetuo aggregentur consortio. Per</i>	- Ms. 19
In anniversario episcoporum et abbatum. <i>Presta domine quesumus: ut anima famuli tui cuius (quorum) anniversarium deposi- tionis diem commemoramus indulgentiam pariter et requiem capiant sempiternam. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro presenti defuncto. <i>Inclina domine aurem tuam ad preces nostras quibus misericordiam tuam supplices deprecamur ut animam famuli tui quam de hoc seculo migrare iustisti in pacis ac lucis regione constituas et sanctorum tuorum iubeas este consortem. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro tricennario et in commemoratione parentum nostrum. <i>Deus cui proprium est misereri semper et parcere et propiciare anime famuli tui et omnia eius peccata dimitte ut mortis vinculis absolutus transire mereatur ad vitam. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro femina defuncta. <i>Quesumus domine pro tua pietate miserere anime famule tue et a contagiis morta- litis exutam in eterne salvationis partem restitue. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro fratribus nostre congregationis et parentibus nostris. <i>Omnipotens sempiterne deus cui nunquam sine spe misericordie supplicatur pro- pitare animabus famulorum tuarum ut qui de hac vita in tui nominis confessione discesserunt sanctorum tuorum numero facias aggregari. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro tricenario cisterciensi. <i>Deus venie largitor et humane salutis amator quesumus clementiam tuam ut nostre congregationis fratres et familiares qui ex hoc seculo transierunt beata maria sem- per virgine intercedente cum omnibus sanctis ad perpetue beatitudinis consortium pervenire concedas. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Per omnibus fidelibus defunctis. <i>Fidelium deus omnium conditor et redemptor animabus famulorum famularumque tuarum remissionem cunctorum tribue peccatorum ut indulgentiam quam semper optaverunt piis supplicationibus consequantur. Per</i>	- Ms. 19 - L 5 - Alc. 54 - Alc. 192 - Alc. 193
Pro his qui in cimiterio iacenti. <i>Deus cuius miseratione anime fidelium requiescunt animabus famulorum famula- rumque tuarum omniumque fidelium hic et ubique in christo quiescentium da pro- pitius veniam peccatorum: ut a cunctis reatibus absoluti tecum sine fine letentur. Per</i>	- Alc. 54

24 - Estas versões dos textos das orações correspondem ao Ms. 19, com excepção da última que se encontra apenas no Alc. 54.

5. As melodias

Por forma a levar a cabo um estudo comparativo das melodias do Ofício de Defuntos nas fontes cistercienses foi necessário primeiro proceder à transcrição de todas as melodias, depois compará-las entre si e finalmente comparar as fontes cistercienses com melodias de referência associadas a outras tradições litúrgicas²⁵.

A análise comparativa dos responsórios das Matinas do Ofício de Defuntos²⁶ permitiu concluir que, em algumas fontes²⁷, as melodias de vários responsos encontram-se transpostas um intervalo de quinta acima; este facto ocorre apenas nas fontes cistercienses e estará relacionado com uma tradição melódica desta Ordem que leva a evitar o bemol e a regularizar a identidade modal²⁸. A tabela que se segue (Tabela 8) indica os responsos transpostos e as respectivas fontes.

Tabela 8 - Melodias de responsos transpostas nas fontes cistercienses portuguesas

Responsos	Fontes
<i>Hei mihi (R32)</i>	L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Libera me, domine, de morte (R38)</i>	Cod. CLI 1-1; L 5; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Libera me, domine, de viis (R40)</i>	Cod. CLI 1-1; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Ne recorderis (R57)</i>	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Peccantem me (R68)</i>	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Qui Lazarum (R72)</i>	L 5; LC 218; MM 67; Ms. 13; Ms. 19

25 - Acerca da metodologia utilizada para a análise crítica musical veja-se CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos...*, pp. 55-56.

26 - A transcrição de todas as melodias dos responsos e versos de responsório das fontes cistercienses portuguesas pode ser consultada em CHAVES, Zuelma - *O Ofício de Defuntos...*, apêndice C.

27 - Cod. CLI 1-1, LC 218, L 5, MM 67, MM 216, Ms. 13, Ms. 19, e Ms. 23.

28 - Sobre o uso do si bemol na tradição melódica cisterciense refira-se o contributo de MAÎTRE, Claire – *La réforme cistercienne du plain-chant*. Brecht: Cîteaux. *Commentarii cistercienses*, 1995, pp. 248-250.

De um modo geral, em relação a cada um dos cantos, as melodias são concordantes apresentando apenas pequenas divergências não significativas, como é o caso de diferente distribuição de melismas sobre as sílabas, notas de passagem e as já referidas transposições. Desta análise foi ainda possível detectar alguns casos em que provavelmente terão ocorrido erros na cópia dos manuscritos, como é o caso do Ms. 19 no responso *Heu mihi* (R32): na primeira pauta, até “*quid*” a melodia encontra-se transposta um intervalo de sétima acima e que resultará de uma incorrecta colocação da clave que deveria estar sobre a quarta linha em vez da terceira; este equívoco é corrigido aquando da mudança de pauta. O mesmo acontece no Ms. 23, em que a partir de “*quid*” encontramos a melodia transposta uma sexta abaixo – também neste caso a falha decorre de errónea colocação da clave na viragem da página.

No que respeita as melodias dos versos dos responsórios, as fontes cistercienses são igualmente concordantes entre si e, em alguns casos encontram-se também transpostas um intervalo de quinta acima como se pode verificar na tabela que se segue (Tabela 9):

Tabela 9 - Melodias de versos dos responsórios transpostas nas fontes cistercienses portuguesas

Versos dos responsórios	Fontes
<i>Anima mea</i> (V12)	LC 218; Ms. 19
<i>Clamantes et dicentes</i> (V31)	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Deus, in nomine tuo</i> (V53)	LC 218; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Dies illa, dies iræ</i> (V55)	LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Non intres in iudicio</i> (V151)	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 23
<i>Quid ego miserrimus</i> (V180)	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23
<i>Requiem æternam</i> (V198)	L 5; LC 218; MM 67; MM 218; Ms. 13; Ms. 19
<i>Tremens factus</i> (V227)	Cod. CLI 1-1; L 5; LC 218; MM 216; Ms. 13; Ms. 19; Ms. 23

Verifica-se ainda, depois do Ofício de Defuntos a existência de alguns cantos adicionais que se relacionam com a cerimónia de enterramento

e que se encontram nas seguintes fontes: MM 67, MM 218, LC 156, LC 218, e ainda na fonte estrangeira F-Pnm n.a. lat. 1412. Na tabela que se segue são apresentados os referidos cantos com as respectivas rubricas (Tabela 10).

Tabela 10 - Cantos adicionais ao Ofício de Defuntos identificados nas fontes portuguesas cistercienses

	Fontes
<i>Presente defuncto dicantur</i> ²⁹	- MM 67
<i>Subvenite sancti dei occurrere angeli domini suscipientes animam eius. Offerentes eam in conspectu altissimi. V. Suscipiat eam christus qui vocavit et in sinu abrahe angeli deducant. Offerentes. Christe eleyson Chirie eleyson.</i>	- MM 218 - LC 156 - LC 218 - Lat. 1412
<i>Chorus angelorum te suscipiat et in sinu abrahe ibi te colloget ut cum lazaro quondam paupere eternam habeas requiem.</i>	- MM 67 - MM 218
<i>Tumulato defuncto dicantur antiphona.</i>	- MM 67
<i>Clementissime domine qui pro nostra miseria ab impiorum manibus mortis supplitium pertulisti libera animam ejus de inferni voragine et de ministris tartareis miserator absolve et cuncta eius peccata oblivione perpetua dele eam ad lucem tuam angeli tradant paradisi quia ianuam introducant ut dum corpusculum pulveri traditur ad eternitatem perducant. Domine miserere super peccatore. peccatrice.</i>	- MM 218 - LC 156 - LC 218 - Lat. 1412

Encontramos, numa versão sem música, os cantos acima referidos também no códice Alc. 193.

29 - Apresenta-se aqui a versão dos textos que se encontra no MM 67.

Conclusão

Estas características únicas do Ofício de Defuntos cisterciense podem ser entendidas como uma marca de individualidade num domínio litúrgico-musical onde prevalece uma tendência para a convergência, demonstrando a importância da diferenciação dentro das tradições litúrgico-musicais como um marco de identidade.

Numa investigação futura será importante expandir este estudo a outras tipologias de canto, nomeadamente às antífonas e a outros rituais de defuntos com música como é o caso da Missa e Procissão de Defuntos. Contudo, podemos concluir com certeza que, em relação aos textos e às melodias para o Ofício de Defuntos cisterciense, confirma-se a uniformidade entre as 12 fontes portuguesas e entre estas e a fonte cisterciense estrangeira, sendo que, entre elas são concordantes e apresentam diferenças em relação a fontes de outras tradições litúrgico-musicais.

*

Agradecimentos

Um agradecimento especial ao Doutor Alberto Medina de Seíça pela revisão deste artigo.

Catarina Fernandes Barreira¹ Luís Miguel Rêpas²

1- Investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora Responsável dos projetos *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo*, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, e *Livros, rituais e espaço num Mosteiro Cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI*, com a referência PTDC/ART-HIS/0739/2020, ambos financiados pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

2- Investigador do Instituto de Estudos Medievais (da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Doutorado em História Medieval, pela Universidade de Coimbra, com a tese *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*, que defendeu em 2021 e que foi distinguida com o “Prémio A. de Almeida Fernandes”, de História Medieval Portuguesa. Atualmente, é Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Coimbra e encontra-se a trabalhar, como investigador, no Projeto *Livros, rituais e espaço num Mosteiro Cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos.

Propostas de leituras no espaço e no tempo

Este artigo resulta da investigação desenvolvida nos últimos anos em torno de um códice iluminado¹, até então inédito, conservado na igreja de Salzedas, o qual terá pertencido ao Mosteiro de Salzedas, sendo, porém, originário do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça. A presente síntese procura, simultaneamente, sistematizar as informações conhecidas sobre o referido manuscrito e discutir, com base em novos dados, a sua representatividade na liturgia cisterciense através da análise dos seus contextos de produção, circulação e uso.

1 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Porto: CITCEM, FLUP, 2017, vol. 1, pp. 343-354; RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 5. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

Considerações iniciais

O *Ritual de Salzedas* é, sem dúvida, um códice singular. Convencidos, aprioristicamente, da sua origem local, pela sua conservação em Salzedas, a investigação subsequente provou que o mesmo foi elaborado no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, para aí ser usado. Rapidamente se percebeu que o seu estudo em contexto iria contribuir, de forma muito positiva, para aumentar a informação sobre vários tópicos, nomeadamente sobre liturgia cisterciense². O estudo litúrgico deste códice, sobretudo a análise e a contextualização dos ritos e das orações, revelou tratar-se de uma fonte significativa de informações, não só ao nível da questão da unanimidade cisterciense³ e da identidade litúrgica do *scriptorium* alcobacense, mas também relativamente ao uso de códices do Mosteiro de Alcobaça em contexto feminino.

Em termos metodológicos, usamos a proposta de Helen Gittos para a leitura e interpretação do conteúdo litúrgico do códice⁴, isto é, dos diferentes rituais que o constituem (embora não necessariamente por esta ordem):

- Em relação a outras versões do mesmo ritual;
- Em relação a outros rituais com o qual está relacionado;
- Análise no âmbito do próprio códice;
- Análise no contexto histórico do próprio mosteiro

2 - SYMES, Carol – “Liturgical Texts and Performance Practices”. In GITTOS, Helen e HAMILTON, Sarah (edit.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Londres: Routledge, 2016, pp. 239-267.

3 - Segundo Anne-Marie Turcan-Verkerk, a procura da unanimidade é uma idealização teórica cisterciense que não tem uma aplicação prática (TURCAN-VERKERK, Anne-Marie – “Avant-propos”. In FALMAGNE, Thomas, STUTZMANN, Dominique e TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (eds.) – *Les cisterciens et la transmission des textes (XII^e – XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, p. 14).

4 - GITTOS, Helen e HAMILTON, Sarah (eds.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016, p. 23.

onde foi produzido e usado: quando, como e onde era utilizado?

Assim, ao longo deste estudo, procuraremos averiguar a forma como este códice se articula com o seu contexto, nomeadamente com a identidade da comunidade cisterciense alcobacense, e as ligações que estabelece com outras casas cistercienses, em particular com as femininas.

1. Análise codicológica e conteúdo litúrgico do *Ritual de Salzedas*

O códice, datado de finais do século XV, inícios da centúria seguinte, encontra-se em bom estado de conservação e denota uma elaboração cuidada e bem planeada. Apresenta uma encadernação constituída por pastas de papelão, cobertas de pele castanha, com decoração a dourado na lombada. Mede 155x213 mm e é constituído, actualmente, por 76 fólhos, embora o último caderno se encontre incompleto (perdeu três fólhos). Na sua génese, antes de receber as duas adições que nele observamos, o códice encontrava-se disposto em nove quaternos. O texto foi organizado numa só coluna, com doze linhas. Apresenta foliotação da época, na margem inferior dos fólhos, logo abaixo da última linha de texto: letras maiúsculas seguidas de números romanos, a designar os primeiros quatro fólhos de cada caderno (AI ao AIIII e assim, sucessivamente, até ao caderno I). As duas adições, sob a forma de cadernos, que o códice integrou, não apresentam qualquer foliotação.

Na abertura do códice regista-se a anotação “*Da liuraria. Da Salzedas*”, prova de que o mesmo terá pertencido ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas em algum momento da sua existência. Casa monástica de monges cistercienses, a sua fundação, no século XII,

surge associada a D. Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz⁵. A sua localização hodierna justifica, doravante, a sua designação por *Ritual de Salzedas*⁶.

No que diz respeito ao seu conteúdo litúrgico, que já tivemos oportunidade de analisar com algum detalhe⁷, o códice apresenta os seguintes rituais:

5 - “Dona Tareja, que fez a Sarzeda” (*Livro de Linhagens do Deão* (Ed. por Joseph Piel e José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. I. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, 1A3); “dona Tareja que fez o mosteiro de Sarzeda” (LD 713); “dona Tareja Afonso, a que fez o mosteiro de Salzeda” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Ed. por José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. II (Tomo I e II). Lisboa: Academia das Ciências, 1980, 16A3); “dona Tereja Afonso, que fez o monestiro de Çalzeda” (LL 22D9); “E dom Egas Moniz de Riba de Doiro [...] a segunda vez foi casado com minhana dona TareijAfonso, a que fundou o mosteiro de Salzeda” (LL 36A5); “Este dom Egas Moniz foi casado a segunda vez com a minhana dona Tareija Afonso, filha do conde dom Afonso das Esturas, a que fundou o mosteiro da Salzeda” (LL 36AR5).

6 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville, Minnesota: The Liturgical Press, 1998, p. 187 e ss. e VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy. An Introduction to the sources*. Washington: The Pastoral Press, 1986, p. 257.

7 - Ver BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 346 e RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...”, pp. 212 e 213.

Tabela 1

Cadernos	Foliação primitiva		Conteúdo
1.º caderno, 4 fólhos	-----	Fólio 1 ao fólio 3v	(fólio 1v) (Adição) Oração universal “ <i>in coena Domini</i> ”
2.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	AI a AIIII	Fólio 4 ao fólio 11v	(fólio 4) <i>Ordo benedicendi monachum professum</i> , ou profissão dos monges, que tem início com as orações relativas à tonsura monástica.
3.º caderno, 8 fólhos (+ o caderno adicionado, 4 fólhos)	BI a BIIII	Fólio 12 ao fólio 13v	
		Fólio 14 ao fólio 17v	(Adição) <i>Benedictione monialium</i> , ou bênção das recém-professas
		Fólio 18 ao fólio 23v	(fólio 18) <i>Benedictio vestimentorum sacerdotalium</i> ou bênção das vestes sacerdotais
4.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	CI a CIIII	Fólio 24 ao fólio 31v	<i>Benedictio vestimentorum sacerdotalium</i> ou bênção das vestes sacerdotais (termina no fólio 24v) (fólio 25) <i>Ordo ad inungendum infirmum</i> , ou sacramento da unção dos enfermos
5.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	DI a DIIII	Fólio 32 ao fólio 39v	<i>Ordo ad inungendum infirmum</i> , ou sacramento da unção dos enfermos e a respectiva ladainha
6.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	EI a EIIII	Fólio 40 ao fólio 47v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
7.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	FI a FIIII	Fólio 48 ao fólio 55v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
9.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	GI a GIIII	Fólio 56 ao fólio 63v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
10.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	HI a HIIII	Fólio 64 ao fólio 71v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias (termina no fólio 69) (fólio 69v) <i>Collecte pro defunctis</i> : colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos
11.º caderno (foram cortados três fólhos, as pestanas ainda são visíveis; o códice está incompleto)	II a IIIII	Fólio 72 ao fólio 76v	<i>Collecte pro defunctis</i> : colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos (até fólio 75). <i>De ordine procedendum ad comunicando infirmum</i> ; <i>Qualiter se habeant fratres in ungendum infirmum</i> ; <i>Quo ordine defunctus ad ecclesiam deferatur</i> ; <i>Quo ordine stet abbas cum suis ministris in ecclesia circa defunctum</i> ; <i>Quo ordine deferatur corpus ad sepulchrum</i> (termina aqui, incompleto).

Importa sublinhar que o códice termina com orientações relativas ao comportamento dos monges na unção dos irmãos enfermos: a ordem pela qual o defunto era conduzido à igreja; a ordem pela qual o abade e os seus ministros deviam estar na igreja, em presença de um defunto, e com que ordem se devia transportar o corpo do falecido ao sepulcro, orientações que ficaram incompletas, pois faltam fólios no fim.

Desconhecemos outros códices pertencentes à livraria de Alcobaça, anteriores ou coevos, com o mesmo conteúdo litúrgico deste manuscrito⁸. Da investigação realizada sobre a produção do *scriptorium* e da livraria, até ao momento, o que podemos dizer é que, nos períodos anteriores, os diferentes ritos que constituem este códice estavam distribuídos por vários livros de uso litúrgico, datados entre os finais do século XII e o século XV, todos com origem em Alcobaça (Tabela 2). Registámos também a presença destes ritos em três códices posteriores ao *Ritual de Salzedas*, com origem no *scriptorium* alcobacense, datados entre os séculos XVI e XVIII: Alc. 83, Alc. 105 e Alc. 107.

Interessa-nos agora perceber, em termos litúrgicos, o que se agrupa, porquê e quando, para contextualizarmos o *Ritual de Salzedas*. Começemos pelos ritos ligados à enfermidade e à morte: o sacramento da unção dos enfermos, com a sua ladainha, e o rito dos defuntos aparecem sempre juntos em breviários e colectários-ritual, datados entre os finais do século XII e o século XV: Alc. 166⁹, Alc. 165, BGUC, ms. 893, Alc. 29, Alc. 54¹⁰, Alc. 66¹¹ e Alc. 67¹². E também nos códices posteriores ao *Ritual*.

8 - Sobre o conteúdo dos rituais, ver PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, pp. 188, 192 e seguintes.

9 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

10 - BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça *scriptorium*”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 252-282.

11 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Approaches to a fourteenth-century breviary from the Cistercian abbey of Alcobaça (MS Alc. 66)”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 68, fasc. 1-4 (2017), pp. 249-276.

12 - Sobre este códice, ver, nesta coletânea, o artigo de Catarina Fernandes Barreira, dedicado aos Colectários de Alcobaça, “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”.

Tabela 2

Indicações sobre o códice	Conteúdo
BNP, Alc. 166, Colectário-ritual 1185 - 1191	Calendário (Adição) Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Adições
BNP, Alc. 165, Breviário de Verão Séc. XIII	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BGUC, ms. 893, Colectário-ritual Séc. XIII	Calendário (Adição) Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 140, Saltério-himnário Séc. XIII	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 8, Breviário Séc. XIV	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 29, Breviário Séc. XIV	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BNP, Alc. 54, Breviário Inícios do séc. XIV	Saltério Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 66, Breviário 1.ª metade do séc. XIV	Calendário (Adição) Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BNP, Alc. 192, Saltério-himnário Séc. XIV	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 193, Saltério-himnário Séc. XIV	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 67, Colectário para <i>tercia</i> 1442	Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Adições
Ritual de Salzedas, finais séc. XV / inícios séc. XVI	
BNP, Alc. 83, Breviário Séc. XVI	Calendário Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 105, Colectário 1716	Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 107, <i>Manuale cisterciense</i> Séc. XVIII	Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Cerimonial Hinos e bênçãos

Os dois ritos ou *ordines* descrevem os procedimentos, as fórmulas e as oraões para dar assistncia aos últimos momentos dos monges e para as suas exéquias e ambos foram descritos nos *Ecclesiastica Officia*¹³ (a biblioteca de Alcobça tinha os seguintes exemplares, em latim: Alc. 185, Alc. 187 (de 1231)¹⁴, Alc. 281 e Alc. 186 (1396); em português: Alc. 208 (de 1415) e Alc. 278 (de 1444)).

Começamos pelo sacramento da unção dos enfermos, que acontecia em caso de morte iminente: o abade preparava-se para a administração do sacramento (*alba, stola et manipulo virgam sumens pastorem*), a comunidade começava por se reunir no coro, onde entoava salmos e depois dirigia-se para a enfermaria, em torno do monge moribundo, que se confessava (*Confiteor...*). O abade dava-lhe a absolvição e o monge doente devia ser capaz de beijar a cruz. Seguia-se um conjunto de oraões e, caso a morte não ocorresse logo, a comunidade deixava a enfermaria.

No momento da morte, era muito importante que toda a comunidade estivesse reunida em torno do moribundo¹⁵: este era deitado no chão, num lençol estendido sobre cinza, em forma de cruz¹⁶, enquanto os monges se distribuíam à sua volta, a recitar a ladainha (se demorasse a morrer, recitavam-se os sete salmos penitenciais)¹⁷. Após a morte, o defunto era lavado, vestido e aspergido com água benta e, depois da

13 - Os *Ecclesiastica Officia* são, em contexto cisterciense, o equivalente ao *Costumeiro*, um texto que regulamenta a prática litúrgica ao longo do ano, definindo, por exemplo, os dias em que os monges laboram e os que não laboram; ou o que fazer na Vigília da Páscoa, ou sob que ordem se dizem as colectas para a comemoração dos defuntos (WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from early Cîteaux*. Belgium: *Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 1999, p. 23). A edição referência é a de CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle (...)*. Vol. 22. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989, p. 266 e seguintes.

14 - Sobre estes dois códices, ver WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative...*, p. 48 e ss. e WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century statutes from the Cistercian General Chapter. Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 2002, pp. 527 e 528; ver também BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário, "Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

15 - MATTOSO, José – "O culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo". In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 4. *Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 66.

16 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 268.

17 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 270.

recitação de um conjunto de orações, era levado para a igreja, em procissão, e era colocado no coro (ou noutro local que o abade decidisse). Em presença do morto, o abade celebrava o ofício dos defuntos e a missa. Em seguida, e após a recitação de um conjunto de orações e fórmulas, a comunidade organizava-se novamente em procissão, encabeçada pelo abade, seguido pelos monges e pelos noviços, para acompanharem o irmão *ad tumulum*¹⁸. Daqui se percebe a funcionalidade dos dois *ordines* – unção dos enfermos (com a respectiva ladainha) e ritual das exéquias – aparecerem sempre copiados sequencialmente.

As colectas para as comemorações pelos defuntos (ou *passados*) celebravam-se ao longo do ano, em honra e memória dos abades e bispos da ordem, dos monges e *familiares*, etc.¹⁹. Para cada um destes aniversários estavam previstas colectas específicas (ver Tabela 3) e outras, para serem adicionadas, no caso de estar presente um defunto (também específicas, em função do tipo de defunto: abade, bispo, monge, etc.)²⁰. Previam também uma comemoração em honra dos fundadores das suas casas, neste caso o rei D. Afonso Henriques²¹.

Ao contrário dos *ordines* ligados à enfermidade e à morte, as colectas para a comemoração pelos passados tinham uma data específica. Ou

18 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 284 e seguintes.

19 - Sobre a interpretação do conteúdo textual e litúrgico das colectas, veja-se DE ZAN, Renato – “How to interpret a Collect”. In LEACHMAN, James G. e MCCARTHY, Daniel P. (ed.) – *Appreciating the Collect. An Irenic Methodology*. Hampshire: St. Michael's Abbey Press, 2008, pp. 57-82. Sobre as comemorações pelos defuntos, veja-se CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, pp. 154 e 155. Veja-se, ainda, nesta coletânea, sobre este assunto, o artigo de Zuelma Chaves, “*Officium mortuorum*: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII”. XVI, nomeadamente a Tabela 7.

20 - Sobre a ordem das colectas pelos defuntos e as colectas a adicionar, ver CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 152 e seguintes.

21 - Segundo Megan Cassidy-Welch, o Capítulo Geral de Cister decidiu, em 1273, que todas as comemorações individuais em honra dos passados cessassem. Esta medida poderá estar relacionada com o aumento significativo dos aniversários individuais, que se tornavam um fardo difícil de cumprir (CASSIDY-WELCH, Megan – *Monastic spaces and their meanings. Thirteenth century English Cistercian monasteries*. Turnhout: Brepols, 2001, p. 239). Em Alcobaça esta decisão não foi aplicada em relação ao rei fundador, como os calendários e uma procissão (que trataremos a seguir) o atestam, mas a quase ausência de referências litúrgicas aos monarcas que se encontravam lá tumulados faz-nos pensar que terá sido cumprida, com esta excepção. Sabe-se, ainda assim, que o abade D. Pedro Nunes pediu permissão ao Capítulo Geral, em 1280, para celebrar o aniversário do rei D. Afonso III in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis, t. 3: Ab anno 1262 ad annum 1400*. Louvain: Bureaux de la Revue, 1935, p. 201.

seja, o “momento litúrgico” a que cada colecta dizia respeito tinha o seu contexto específico ao longo do ano (Janeiro, Maio, Setembro e Novembro), articulando-se com a liturgia do Temporal e do Santoral²².

Tabela 3

Data	Comemoração	Colecta
11 Janeiro	Aniversário dos bispos e dos abades da ordem	<i>Praesta domine quaesemus ut animae famulorum</i>
20 Maio	Aniversário pelos membros da ordem (monges, noviços, conversos, familiares)	<i>Omnipotens sempiterne deus, cui numquam sine spe misericordiae supplicatur</i>
17 Setembro	<i>Aniversarium fratrum et benefactorum nostrum</i> <i>In solemne tricenario</i> (por 30 dias, dita às Laudes, na missa e em Vésperas)	<i>Deus, veniae largitor et humanae salutis amator, quaesumus clementiam tuam, ut nostrae congregationis fratres</i>
2 Novembro	Fiéis defuntos <i>Omnium fidelium defunctorum</i>	<i>Fidelium deus omnium conditor et redentor</i>
20 Novembro	<i>Commemoracio omnium fratrum et parentum nostrorum</i>	<i>Deus cui proprium est miserere semper et parcere, propitiare animae famuli tui illius et omnia eius peccata dimitte</i>
(data específica) ²³	Em honra dos fundadores das nossas casas	<i>Praesta domine quaesemus ut animae famulorum</i>
Sem data	<i>Pro femina defuncta</i>	<i>Quaesumus domine pro tua pietate miserere animae famulae tuae illius et, a contagiis mortalitatis exutam, in aeternae salvationis partem restituere</i>
Sem data	<i>Pro presente defuncto</i>	<i>Inclina domine aurem tuam ad preces</i>

No códice, antes de se copiarem as colectas, com as respetivas indicações a que aniversário se destinavam, há uma explicação de como se celebravam e menciona-se os locais onde eram entoadas: *Quomodo*

22 - DE ZAN, Renato – “How to interpret a Collect...”, pp. 60 e 75.

23 - D. Afonso Henriques aparece assinalado no Calendário do Ordinário do Ofício Divino Alc. 83, no dia 5 de Dezembro.

fiant stationes in quinq[ue] precipuis anniversariis. É deste modo que ficamos a saber que estas comemorações – aniversários pelos defuntos – eram celebradas, em Alcobaça, com uma procissão que se desenrolava ao longo de quatro estações litúrgicas, em locais específicos, com excepção do aniversário pelos abades e bispos da ordem, que só tinha uma estação litúrgica, na Sala do Capítulo (*In anniversario episcoporum et abbatum fit tantum una statio in capitulo*). Acontece que só no *Ritual de Salzedas* (e parcialmente no Alc. 62, um Ordinário do Ofício

Divino²⁴) é que estes locais nos aparecem mencionados, como se pode visualizar na figura 1²⁵: a 1.^a *statio* ocorria na Capela dos Reis²⁶, no espaço correspondente à galilé²⁷, à entrada da igreja, que continha os túmulos de D. Afonso II, da sua mulher, de D. Afonso III, da sua mulher e de três dos seus filhos (e ainda dois altares)²⁸. Nesta *statio* diziam as colectas *Inclina domine aurem tuam ad preces...* e também *Quasemus domine pro tua pietate miserere*. A procissão prosseguia pela igreja, ao que tudo indica pela nave central, atravessando o coro dos monges (que ocupava as primeiras colunas, defronte da capela-mor, e tinha 83 cadeiras; este coro foi substituído por outro, ao tempo de D. Manuel, com centena e meia de cadeiras), até chegar à 2.^a *statio*, *ultram chorum*, ou seja, para lá do coro dos monges, na Capela-mor, onde recitavam a colecta do presente aniversário. De seguida, os monges dirigiam-se para o claustro, para o local da 3.^a *statio*, que se localizava

24 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208”. *Cadernos de Estudos Leirienses* 11 (Dez. 2016), pp. 329-341; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 4. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Ficha de catálogo do n.º 8 – Ordinário do Ofício Divino da Ordem de Cister e *Ars Manualis* Alc. 62”. In AFONSO, Luís Urbano e MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *O livro e a Iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, pp. 125-126.

25 - Carol Symes refere que o estudo da liturgia medieval está, na sua maioria, dependente dos manuscritos que chegaram até nós (SYMES, Carol – “Liturgical Texts...”, p. 239). De facto, sem o *Ritual de Salzedas* não teria sido fácil reconstituir a procissão por ocasião da comemoração dos defuntos. Ver, também, JORGE, Virgolino – “Organização espaço-funcional da abadia cisterciense medievo. Alcobaça como modelo de análise”, in *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 71-86.

26 - Aparece mencionada no testamento de Afonso III, de 1271: “*In primis mando corpus meum sepeliri in Monasterio Alcobaciae, in domo illa in qua jacent pater meus, & mater mea, & mando ibi cum corpore mea tria millia librarum ad construendum claustrum ejusdem Monasterij, & non expendantur in alijs.*” (MOTA, António Brochado – *Testamentos régios – Primeira Dinastia*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 192). Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy...”, p. 221 e seguintes.

27 - FLORES, Antonio García – “Espacios funerários en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. In HALL, Jackie e KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses. Cîteaux. Commentarii Cistercienses* 56, fasc. 1-4 (2005), pp. 199 a 230, p. 215.

28 - Segundo Saul A. Gomes, foi no abaciado de D. Jorge de Melo, entre 1510 e 1519, que ocorreu o seu desmantelamento e os túmulos reais foram mudados para o transepto (GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19-56, p. 49).

ante a Sala do Capítulo, e a última estação litúrgica ocorria no Cemitério dos Conversos²⁹. Onde se situava este local? Seria no exterior? Nas *Definições* de 1593, temos a seguinte informação: “Os religiosos se enterraram nas alas claustrais do capítulo e colação e os conversos na da portaria”³⁰. Frei Manuel dos Santos, na *Descrição do Real Mosteiro*, corrobora as orientações das *Definições*, mencionando, em relação às alas claustrais, que

“Os monges ordinários tem o seu jazigo no lanço exterior do claustro desta mesma parte oriental; e no outro lanço correspondente a este da parte do Ocidente são enterrados os irmãos conversos, separados de nós na vida, e na morte”³¹.

Pensamos que estes dois testemunhos, um dos finais do século XVI e o outro do século XVIII, sobre a localização do cemitério dos conversos no claustro, na ala da portaria, ajudam a responder à questão da sua localização nos finais do século XV e a perceber onde seria a última *statio* referida no *Ritual de Salzedas*.

Por razões que desconhecemos, a procissão associada às colectas só aparece documentada em finais do século XV, embora as colectas para a comemoração dos passados estejam copiadas num dos códices mais antigos de Alcobaça (Colectário-ritual Alc. 166), como se depreende da Tabela 2.

É nossa intenção perceber, agora, do ponto de vista litúrgico, em relação aos rituais ligados à enfermidade e à morte, e às colectas para as comemorações dos *passados*, como é que se agrupam nos códices e como se articulam com os outros textos. Como vimos atrás, na Tabela 2,

29 - Sobre o termo “cemitério”, ver FLORES, Antonio Garcia – “Espacios funerários en los monasterios cistercienses...”, p. 217 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÉPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de ungir e enterrar...”, p. 349.

30 - DIFFINIÇOENS da Ordem de Cistel [sic] e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça. Lisboa: por Antonio Aluarez, 1593. (Cota: BNP, Res. 143, 1v.). [Em linha] [Consultado 18.02.2018] Disponível em Biblioteca Nacional Digital em http://purl.pt/15160/fólio_36.

31 - SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Leitura, Introdução e Notas por Aires A. Nascimento. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979, p. 51.

os dois *ordines*, da unção dos enfermos e o ritual dos defuntos, aparecem sempre sequencialmente, em colectários e breviários. Já as colectas para a comemoração dos defuntos aparecem nos colectários, depois dos dois rituais (Alc. 166, BGUC, ms. 893 e Alc. 67), mas também foram copiadas sozinhas, neste caso em breviários (Alc. 8, Alc. 54, sob a forma de adição, e Alc. 83) e nos saltérios-himnários (Alc. 140, Alc. 192 e Alc. 193), neste último caso sequenciais com o Ofício de Defuntos.

Assim, perguntamo-nos onde foi Alcobaça buscar o modelo para juntar, no *Ritual de Salzedas*, o *ordo* da profissão dos monges (que depois foi enriquecido com uma adição), os dois ritos (unção dos enfermos e exéquias) e as colectas das comemorações pelos *passados*.

A resposta encontra-se no códice Dijon 114, um códice modelo, copiado em Cîteaux, em torno de 1180/1188, dividido em secções, correspondentes aos vários tipos de códices. Ora, na secção respeitante ao *Collectaneum*, depois do Próprio dos Santos, observamos o seguinte conteúdo, com esta sequência (fólio 149 e seguintes):

- *Ordo* da profissão dos monges
- *Ordo* da unção dos enfermos
- *Ordo* das exéquias
- Ofício de defuntos
- Colectas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos.

Este conteúdo, que combina as colectas com os *ordines*, não é uma originalidade cisterciense, mas anterior. Segundo Cyrille Vogel e Eric Palazzo,

“a combinação entre os colectários e os rituais nasceu em contexto monástico no século X e manteve-se, pelo menos, até aos séculos XII ou XIII. O colectário continha todas as colectas que o celebrante precisava para a Liturgia das Horas e o ritual a ele associado reunia os textos necessários para a liturgia dos enfermos e dos mortos e

também os ritos específicos dos mosteiros (como o *ordo ad faciendum monachum*)”³².

Voltando ao código-modelo Dijon 114 e ao *Ritual de Salzedas*, terá existido em Alcobaça um código com este conteúdo, disposto por esta ordem? Terá o *Ritual de Salzedas* tido origem num código mais antigo, que reunia os *ordines* com esta sequência e que não chegou até nós? Inclina-mo-nos a pensar que sim. No entanto, ao examinarmos a produção do *scriptorium* alcobacense posterior ao *Ritual de Salzedas*, verificamos que os dois *ordines* se mantêm associados às colectas das comemorações pelos defuntos (como acontece com o Colectário Alc. 105, de 1716, e com o *Manuale cisterciense* Alc. 107, do século XVIII) e que os ritos da profissão dos monges e das monjas se encontram num outro código (Alc. 106, do século XVII). Ou seja, do ponto de vista litúrgico, nos séculos XVI a XVIII, a liturgia da enfermidade e da morte (e as comemorações pelos passados) manteve-se separada dos rituais de entrada na vida religiosa³³.

Assim, o que podemos dizer é que, em relação ao conteúdo litúrgico e à sua organização, o *Ritual de Salzedas* deve ter tido como modelo um código mais antigo, que não chegou até nós e que seguiu de perto a organização proposta pelo “colectário” do manuscrito-modelo Dijon 114. No entanto, pela observação da Tabela 2, não foi esta “organização” que prevaleceu no *scriptorium* do mosteiro, mas sim a separação entre a liturgia ligada à enfermidade e à morte e o *ordo* da profissão monástica. É justamente este último tópico que agora analisaremos.

32 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, p. 191 e VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy...*, p. 261. Ver, nesta colectânea, o artigo de Catarina Fernandes Barreira dedicado aos colectários de Alcobaça, “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”.

33 - Num livro impresso, de 1555, verifica-se a seguinte sequência: os dois *ordines*, a que se seguem as colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos e, em seguida, o *ordo benedicendi monachos, vel moniales* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Ordo ad inungendum infirmum & ad communicandum at[que] ad mortuum sepeliendum secu[n]dum cisterciensis ordinis consuetudinem*. Conimcricae [sic]: excudebat Ioānes Aluarus, 1555 [R-2-29]). No *Cerimonial de Lrvão*, de 1547, encontra-se a profissão das monjas, o *ordo fratrem mortuum* (a que se segue uma indulgência papal) e o sacramento da unção dos enfermos.

2. A profissão monástica nos códices alcobacenses³⁴

É difícil mencionar o número de monges que passaram pelo claustro alcobacense ao longo dos séculos. Foram muitos, com certeza, como o atesta o fundo documental do mosteiro e outros elementos³⁵. No entanto, desconhecemos as razões por que sobreviveram tão poucos testemunhos escritos do ritual da profissão monástica masculina, e tão tardios, isto é, da segunda metade do século XV em diante.

Assim, no conjunto dos livros com origem no *scriptorium* alcobacense, chegaram até nós três testemunhos dos rituais da profissão monástica: um, sob a forma de adição, datável dos finais do século XV, no Missal Alc. 26; outro no *Ritual de Salzedas* e o último no Cerimonial Alc. 106, do século XVII. É provável que o Mosteiro de Alcobaça tenha tido mais exemplares do *ordo* da profissão monástica, ainda que as orientações para a profissão estivessem nos *Ecclesiastica Officia* atrás mencionados³⁶. No entanto, faltavam as fórmulas e as orações.

Vale a pena regressarmos à análise deste *ordo* no *Ritual de Salzedas*, em articulação com a adição que o códice recebeu, a bênção das recém-professas, e perceber o seu contexto de produção e de uso. O voto perpétuo da profissão monástica era um momento muito importante na vida dos monges, embora o processo começasse antes, com o noviciado. Era um momento de iniciação e de despojamento – dos bens e das vestes (e o envergar de outras, distintas das demais), para além da tonsura. No rito da profissão monástica, há dois acontecimentos que têm lugar no Capítulo e que precedem a missa da profissão: o candidato dispõe dos

34 - Sobre a presença de ritos respeitantes à profissão feminina nos códices de Alcobaça, ver BARREIRA, Catarina Fernandes – “Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 37 (2018), pp. 189-213.

35 - GONÇALVES, Iria – “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges”, in *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 233-256.

36 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 296 e seguintes.

seus bens e, de seguida, recebe a tonsura³⁷. De acordo com os *Statuta*, há diferenças entre a profissão monástica que tinha lugar no Inverno (do Advento à Páscoa) e a profissão monástica que tinha lugar no Verão. No Inverno, a missa é antes do candidato ir ao Capítulo, isto é, na hora de *prima*: ou seja, missa da profissão (mais um pequeno intervalo), *tercia* e depois Capítulo. Neste caso, o candidato recebe a tonsura no dia anterior. O dia escolhido era, geralmente, um dia de semana, desocupado, para não interferir com festas de doze lições e duas missas. O código de Salzedas tem a fórmula da tonsura: *Oremus dilectissimi fratres... pro hoc famulo suo illo qui ad deponiendam coronam...*, prosseguindo depois com a antífona e com outra oração³⁸.

Mas voltemos ao *incipit* deste *ordo* da profissão dos monges, onde aparece mencionado que este rito é extensível também às monjas: *Incipit officium ordinis ad monachum benedicendum professum. Hic ordo extenditur etiam ad moniales* (fólio 6, AIII). Daqui deduzimos que quando o manuscrito foi copiado já havia sido previsto o seu uso em Alcobaça e em casas femininas³⁹. Nos inícios do século XIII, as fórmulas e orações do *ordo* da profissão masculina foram adaptadas à profissão feminina, na sequência da decisão do Capítulo Geral de Cister de incorporar mosteiros femininos na Ordem, tomada em 1213. O rito feminino acabou, depois, por evoluir, revestindo-se de algumas especificidades face ao masculino, como o pormenor da bênção do véu. E são estes formulários específicos da profissão das monjas que encontramos na adição do *Ritual de Salzedas*, uma unidade codicológica constituída por quatro fólhos, que diz respeito à entrega e à bênção dos símbolos da vida monástica, isto é, o véu e a cogula. O local onde esta unidade codicológica foi inserida, na lógica interna do manuscrito, não é despiciente: foi introduzida no fim da profissão dos monges e deve ser aqui objecto de análise contextualizada.

37 - WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 2002, p. 154.

38 - WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 323.

39 - RÉPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy..”, p. 216 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÉPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 348.

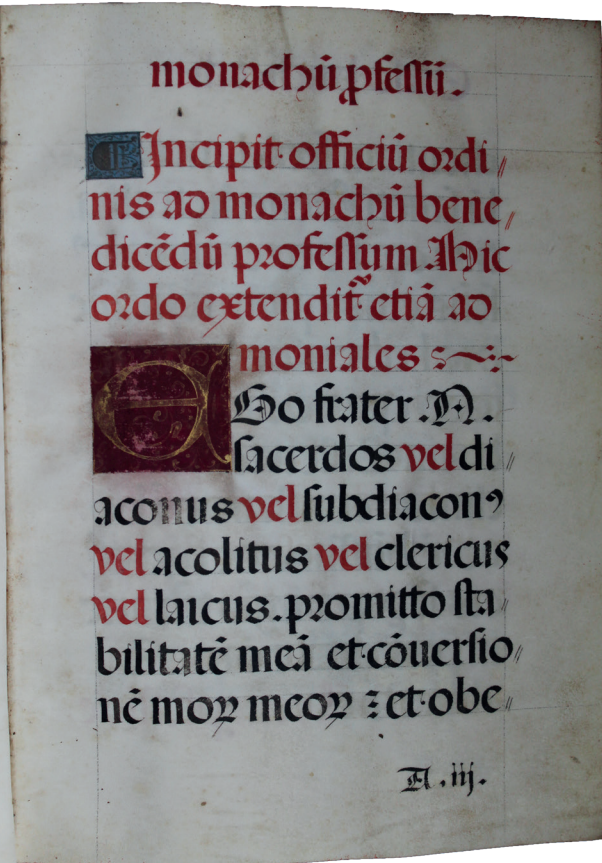


Fig. 2: Paróquia de Santa Maria de Salzedas, *Ritual de Salzedas*, fôlio 6

Em primeiro lugar, a cerimónia da profissão monástica das monjas cistercienses era conduzida pelo abade do mosteiro masculino que tinha a jurisdição sobre a comunidade feminina. Ou seja, como o *scriptorium* de Alcobaça copia este códice entre os finais do século XV e os inícios do seguinte, e como lhe insere uma adição que não deve distar muito do núcleo inicial do manuscrito, as casas femininas onde ele poderia ser usado eram Cós, Odivelas, Cástris e Almoester⁴⁰.

Esta informação, articulada com outros indícios do manuscrito, atesta, de facto, um uso efectivo em contexto feminino: nos

ordines da unção dos enfermos e das exéquias encontra-se, no espaço interlinear, a indicação da versão feminina dos vocábulos (*famulum/ancilla*; *fratris/sorores*), elementos adicionados posteriormente.

A profissão monástica tinha lugar durante a missa, após a Liturgia da Palavra: depois do chamamento dos(as) candidatos(as), da homilia, do interrogatório e da oração litânica, tinha lugar a profissão. Estas fórmulas

40 - RÊPAS, Luís Miguel – “Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”. In VIFORCOS MARINAS, M^a Isabel, CAMPOS SÁNCHEZ-BORDONA, M^a Dolores (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, pp. 51-78.

merecem a nossa atenção, com o auxílio de um outro códice de Alcobaça, já mencionado, do século XVII, o Alc. 106, um *Caeremoniale*, com o qual reconstituiremos este ritual.

Depois de um ano de noviciado, a noviça era conduzida para o altar-mor pela mestra, levando consigo a carta de profissão. Fazia a promessa, semelhante à masculina, na presença do abade e da abadessa, usando uma fórmula que derivou de uma outra, mais antiga, com origem no Mosteiro de Montecassino⁴¹, e que foi usada e adaptada por várias ordens religiosas, relativa à obediência (*Ego soror N promitto stabilitatem meam et conversionem morum meorum et obedientiam secundo regulam sancti Benedicti coram Deo et omnibus sanctis eius quod reliquia hic habentur in hoc loco qui vocatur N...*), e colocava a carta sobre o altar. Voltava ao seu lugar e, ajoelhada, entoava o *Gloria*, o *Kyrie* e o *Pater Noster*. O abade tomava a carta e a noviça era levada para junto das outras monjas e prostrava-se no chão.

O abade e a cantora entoavam um conjunto de responsórios e versículos e quatro orações⁴². O abade benzia depois a cogula e o manto, dizendo a primeira oração que se encontra na adição do *Ritual de Salzedas*: *Deus eternorum bonorum fidelissime repromissor certissime per solutorum qui vestimentum salutare...* (fólio 14). Era neste momento que lhe retiravam as vestes de noviça e lhe vestiam a cogula e o manto, repetindo o abade a oração.

De seguida, o abade benzia-lhe os véus, o que corresponde à segunda fórmula do *Ritual de Salzedas* (*Caput omnium fidelium Deus et totius corporis Salvator hoc operimentum velaminis quando famule tue propter tuum...*, fólio 15), e, enquanto lhos colocavam, o abade dizia a terceira oração (*Accipe velum sacratum puella quod perferas sine macula ante tribunal domini nostri Iesu Christi...*, fólio 16), a quarta (*Famulas tuas quesumus Domine, tue custodia muniat pietatis...*, fólio 16 e 16v) e a última, mais longa e com bênção (*Da quesumus omnipotens Deus...*,

41 - RIGHETTI, Mario – *Manuale di Storia Liturgica*. Vol. IV. I Sacramenti. I Sacramentali. Milão: Editrice Ancora Milano, 1959, pp. 479, 485 e seguintes.

42 - Os *Statuta* de 1189 insistiam nesta questão: que na missa da profissão (masculina) era o abade quem cantava (WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 154).

fólio 16v), terminando, assim, a adição do *Ritual de Salzedas* (fólio 17v).

Depois disto, a cantora dava início ao hino, estando a nova monja de joelhos no presbitério; quando o hino findava, era levada pela mestra para o seu lugar no coro e o abade prosseguia a missa. Assim, pode-se afirmar que este ritual da profissão das monjas é uma adaptação do ritual da profissão dos monges que, como dissemos, já fazia parte da normativa, isto é, dos *Ecclesiastica Officia* e do *Collectaneum*, e, por isso, está muito próximo dele, com fórmulas em comum e outras específicas, adaptadas aos votos femininos.

Deixámos para o fim o terceiro testemunho da profissão monástica que mencionámos: é uma unidade codicológica elaborada nos finais do século XV, que foi adicionada a um missal, plenário, datado da primeira metade do século XIV, o Alc. 26. Este códice, dado o interesse do seu programa decorativo, com mais de duas dezenas de iniciais historiadas, mereceu já a atenção de Horácio Peixeiro⁴³ e a nossa, a propósito das relações que estabelece com outros manuscritos do *scriptorium* de Alcobaça⁴⁴. Por questões de espaço e de tempo, não havíamos ainda prestado a devida atenção à adição do Alc. 26 quan-

43 - PEIXEIRO, Horácio – *Missais iluminados dos séculos XIV e XV. Contribuição para o Estudo da Iluminura em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 234 e seguintes; PEIXEIRO, Horácio – “As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Arte* 3 (2007), pp. 103-129, p. 121 e PEIXEIRO, Horácio – “Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 195-218, p. 208 e 209.

44 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Le Compendium theologiae veritatis de l’abbaye d’Alcobaça”, in MIRANDA, Adelaide e MIGUELEZ, Alicia (coord.) – *Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts*. Brepols Publishers: Barcelona-Madrid, 2014, pp. 105-129; BARREIRA, Catarina Fernandes – “O martírio de Santo Estevão em três manuscritos iluminados da abadia cisterciense de Alcobaça”. *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (julio-diciembre 2016), pp. 617-649; RÉPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy..”, pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “A festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra e ANTUNES, Joana (coord.) – *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Lisboa: Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 83-103, e, por fim, BARREIRA, Catarina Fernandes – “Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26)”. In BILOTTA, Maria Alessandra (ed.) – *Medieval Europe in Motion. The circulation of artists, images, patterns and ideas from the Mediterranean to the Atlantic Coast (6th – 15th centuries)*. Palermo: Officina de Studi Medievali, 2018, pp. 151-168.

do a relacionámos com o *Ritual de Salzedas*⁴⁵, no âmbito da profissão dos monges, pelo que nos interessa agora repensá-la num contexto mais lato.

Inserida no início do manuscrito, a adição consta de quatro fólhos e principia com uma memória de 1652 sobre a falta de azeite no mosteiro durante o abaciado de Frei Gerardo; segue-se o Credo (fólio 2) e o *Ordo ad monachum benedicendum* (fólio 2v), o qual ficou incompleto, faltando-lhe algumas orações na parte final⁴⁶. O texto tem início com a fórmula da promessa da profissão monástica dos monges: *Ego frater N sacerdos vel diaconus vel subdiaconus vel acolitus vel clericus vel laicus promitto stabilitatem meam...* (fólio 2v). Prossegue, depois, a cerimónia: o abade diz *Et ne nos*, os monges respondem *Sed libera nos a malo* e o cantor entoa o salmo *Miserere mei Deus* e o coro o *Gloria patri*. Era neste momento que o abade devia dizer *Salvum fac servum tuum*, mas, em vez disso, o manuscrito tem a versão feminina da fórmula: *Salvuas fac ancillas tuas* (fólio 3). Seguem-se duas orações e, mais adiante, em vez de *hunc famulum tuum*, surge duas vezes no mesmo fólio a versão feminina *hanc famulam tuam* (fólio 4)⁴⁷. Como mencionámos, este *ordo* termina incompleto no fim do fólio 4v, sem que se perceba o que terá acontecido aos fólhos em falta, bem como em que data deixaram de fazer parte deste manuscrito. Apesar da memória de 1652, esta adição deve datar de finais do século XV, como dissemos atrás.

À semelhança do *Ritual de Salzedas*, este *ordo* da profissão masculina deve ter sido copiado a partir de um códice mais antigo e adaptado à profissão feminina: o *scriptorium* de Alcobaça, nos finais do século XV, não

45 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, pp. 347 e 348.

46 - Uma vez que é a unidade codicológica que foi agregada que tem a memória de 1652 e que contém o carimbo da livreria de Alcobaça, podemos pensar que esta adição já fazia parte do códice, nesta ordem, quando o manuscrito foi catalogado, carimbado e talvez reen-cadernado.

47 - Ver BAURY, Ghislain – “Une Bibliothèque Médiévale de Moniales Cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disjecta* de son missel”. *Cîteaux. Commentarii cisterciensis*. 61, fasc. 2-4 (2010), pp. 141-183 (p. 146).

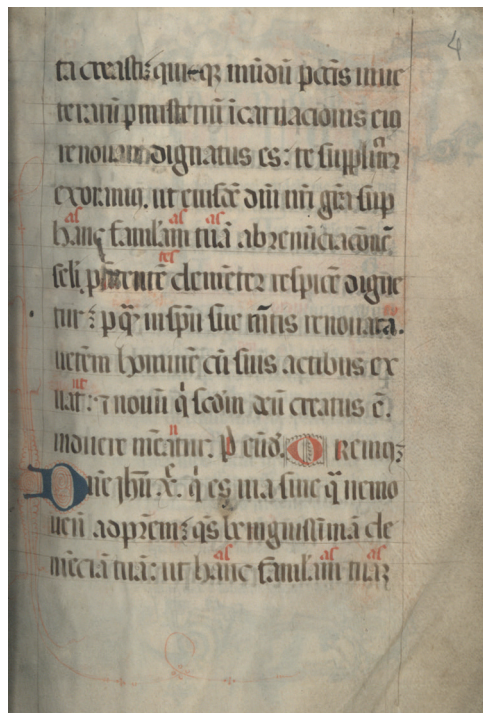


Fig. 3: BNP, Alc. 26, fólio 4

devia ter disponível, na sua biblioteca, o *ordo ad moniales* e, por isso, não tinha também a fórmula inicial da profissão feminina, distinta da dos monges. Limitou-se a copiar e a adaptar o que lhe era possível: o género dos excertos das fórmulas. Ou seja, a adição do Alc. 26, de finais do século XV, deve dizer respeito a um período em que Alcobaça não tinha ao seu alcance o rito de profissão feminino e, por isso, esta unidade codicológica tem de ser anterior ao *Ritual de Salzedas*⁴⁸. Talvez esta adição tenha assumido um carácter provisório no provimento das necessidades das casas femininas que, posteriormente, o *Ritual de Salzedas* veio assegurar.

A agregação do *ordo* da profissão monástica a um missal plenário faz sentido (uma vez que o ritual está integrado na missa) e, mais uma vez, deve ser contextualizado naquilo que existia no mosteiro, à época. Esta adição foi agregada a um códice da primeira metade do século XIV, um dos manuscritos mais belos, em termos estéticos, que o *scriptorium* produziu, com mais de duas dezenas de iniciais historiadas. A sua integração neste missal poderá ser justificada por motivos de ordem estética? Ou dever-se-á ao facto de ser um dos últimos missais plenários a ser copiado pelo *scriptorium*?

Atendendo aos dados enumerados, podemos dizer que a presença

48 - Em BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 348, colocámos a hipótese de serem contemporâneos.

destes testemunhos nestes dois códices saídos do *scriptorium* do mosteiro, entre a segunda metade do século XV, e os inícios da centúria seguinte, reforçam uma hipótese que já apresentámos noutro local: o Mosteiro de Alcobaça estava, nesta altura, ou seja, entre os finais do século XV e os inícios da centúria seguinte, a adaptar os seus manuscritos litúrgicos para apoiar as casas femininas que estavam sob a sua jurisdição⁴⁹.

Mas voltemos aos códices, ao seu conteúdo, às suas adições e à sua ligação ao mosteiro onde foram feitos: a profissão dos monges adaptada aos votos femininos (presentes no Alc. 26) e as fórmulas específicas da profissão monástica das monjas cistercienses (que constam do *Ritual de Salzedas*) não são cerimónias de celebração diária, mas acontecimentos pontuais, que têm lugar ao longo do ano, em função dos processos de admissão das monjas, depois de cumprido o seu noviciado⁵⁰. Por este motivo pensamos que estes livros deviam estar no Mosteiro de Alcobaça, só saindo dele, pontualmente, para celebrar tais acontecimentos. No caso do *Ritual de Salzedas*, esta teoria fica ainda mais reforçada com os ritos da unção dos enfermos e das exéquias das monjas, com a versão feminina das palavras, ou seja, o códice também era usado para a extrema-unção e para exéquias.

Ao partirmos destes pressupostos, que atendem às circunstâncias de saída dos códices Alc. 26 e *Ritual de Salzedas* do Mosteiro de Alcobaça – e repetimos: profissão das monjas, unção das enfermas e enterramento das mesmas –, a que casa ou casas femininas nos estamos a referir?

Uma pista importante foi-nos dada por um outro manuscrito de Alcobaça. De acordo com o Alc. 64, *Regimento dos Sacristães-Mores*, redigido no abaciado de D. Estêvão de Aguiar (1431-1446) – conhecido

49 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 347.

50 - Sobre este tema e a origem social das monjas cistercienses, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas cistercienses na Idade Média”, *Lusitania Sacra* 2.^a série, 17 (2005), pp. 63-91 (p. 73, em particular a nota 39).

por transcrições de Gabriel Pereira e Saul A. Gomes⁵¹ –, as freiras da comunidade cisterciense de Cós eram sepultadas no cemitério do Mosteiro de Alcobaça e o sacristão de Alcobaça ficava com o seu cabeçal e a sua mantilha⁵². Neste âmbito, escavações arqueológicas realizadas em 2004 e publicadas em 2013, por uma equipa interdisciplinar, vieram atestar a presença de ossadas femininas nos espaços exteriores do Mosteiro (Pátio do Colégio da Conceição)⁵³. Seriam as ossadas das freiras de Cós, de acordo com o testemunho do *Regimento dos Sacristães-Mores*?

Cós era “uma comunidade cisterciense feminina com contornos bem distintos das demais, que se pautava por uma ligação de subordinação estreita ao Mosteiro de Alcobaça”⁵⁴. O Mosteiro de Cós localizava-se a poucos quilómetros do Mosteiro de Alcobaça, inserindo-se no seu couto, e existia numa total dependência institucional e económica do mesmo, dele recebendo, até ao século XVI, tudo quanto lhe era necessário. Esta ligação, como vimos, prolongava-se mesmo para além da morte das suas religiosas, com a sua inumação em Alcobaça.

Sabe-se muito pouco sobre a fundação do Mosteiro de Cós, talvez pela ausência do patrocínio régio ou da nobreza, que se regista noutras casas femininas⁵⁵. A primeira referência documental às *sorores* de Cós remonta

51 - PEREIRA, Gabriel – “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências* 5 (1911), pp. 319-328 e GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: O regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 2. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 423- 448 e GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração...”, pp. 19-56.

52 - “Do que aia o sancristam per morte das freiras de Coz. [...] quando se morrer alguma freira de Coz, o sancristam ha d'aver huum cabeçal e a mantilha dela” (GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração...”, p. 436). A informação sobre a posse do véu das monjas depois de mortas é, do ponto de vista da religiosidade, um dado interessante porque “os véus fazem parte da materialidade da liturgia” (BERGER, Teresa – *Gender differences and the making of liturgical history*. Farnham: Ashgate, 2011, p. 13).

53 - FERREIRA, Maria Augusta Pablo, FIGUEIREDO, António Jorge e CARVALHO, Emanuel – “O(s) Colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. Um olhar...”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 1. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 141-153.

54 - RÊPAS, Luís Miguel – “Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal...”, pp. 64 e 65. Sobre este Mosteiro, ver, nesta colectânea, o artigo de Luís Miguel Rêpas – “As sorores de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)”.

55 - A propósito de outros mosteiros na mesma situação, ver JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090 – 1500*. London: Routledge, 2013, p. 140.

ao ano de 1241⁵⁶, altura em que se mencionam as casas que elas tinham junto de uma charneca que pertencia ao Mosteiro de Alcobaça⁵⁷, ainda que a organização da comunidade, submetida à autoridade de uma *abadesa*, só se documente muito depois, no século XIV. Segundo Cristina Sousa e Saul A. Gomes, em 1337 existiam em Cós doze *donas* e em 1393 documentam-se sete *freiras*⁵⁸.

De acordo com Claude Bronseval, o Mosteiro de Cós havia resultado de um grupo de mulheres pobres, viúvas, que “lavavam a roupa branca dos monges de Alcobaça”⁵⁹ e que, nos primeiros tempos, não estavam organizadas sob uma regra monástica, as quais, mais tarde, evoluíram para uma comunidade organizada e inserida na Ordem de Cister⁶⁰. Esta situação, não sendo habitual, também não era de todo estranha, pois, se atendermos ao contexto europeu dos séculos XIII e XIV, não existia um só modelo de casa cisterciense, mas variadas situações, com contornos permeáveis⁶¹, e coaduna-se com o testemunho do Cardeal D. Afonso, de 1532, que menciona:

“no mosteiro de Cós [...] soya aver sete mulheres como merçieyras profesas da hordem de sam bernardo as quae nam Rezauam horas canonicas somente diziam em lugar das horas, çertas vezes o *pater noster*”⁶².

56 - BNL – Códice 1494, fólios 262-267; publicado por SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, doc. 13 e GOMES, Saul A. – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, 2002/2003, p. 143.

57 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Mç. 7, doc. 4 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enftuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957, doc. 143, pp. 304-305; e SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41.

58 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 55 e 56.

59 - De acordo com o testemunho de BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, p. 464-469.

60 - Uma situação semelhante a outras registadas por JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, pp. 127 e 135.

61 - FREEMAN, Elizabeth – “Nuns”, in BRUNN, Matte Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 100-111 e JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 129, 132 e 133; LESTER, Anne E. – *Creating Cistercian Nuns: The Women's Religious Movement and Its Reform in thirteenth-century Champagne*. Londres: Cornell University Press, 2011, p. 18 e seguintes.

62 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74.

Era, assim, um recolhimento de mulheres devotas e pias que, inicialmente, não estavam sujeitas a uma regra (ou, pelo menos, não a cumpriam com rigor) e que davam apoio aos monges do Mosteiro de Alcobaça, recebendo deles, em troca, tudo o que necessitavam⁶³. E deve ter sido no âmbito desse lento processo de evolução e de integração da comunidade de Cós na normativa cisterciense que os manuscritos mencionados receberam as adições, entre a segunda metade do século XV e as primeiras décadas do século XVI, em função da ligação institucional que, desde o século XIII, existia entre as duas comunidades, e que se manteve, com as devidas alterações, até à sua extinção.

Por essa altura, mais concretamente em 1484, o Mosteiro de Alcobaça recebeu o visitador Frei Pedro Serrano: a acta de visitação constitui um testemunho importante da dependência do Mosteiro de Cós, porque contém as orientações sobre a quantidade de alimentos, de vinho e de azeite que os religiosos de Alcobaça deviam fornecer às monjas de Cós e sobre o vestuário e o calçado que deviam dar às conversas⁶⁴.

Mais pormenorizada é a visitação feita ao Mosteiro de Cós, em 1492, pelos abades de Claraval e de Alcobaça, em que se reconhece a pertença dessa casa à Ordem de Cister (*“devotum Monasterium monialium Beate Marie de Quoz dicti nostri Ordinis et prefate Ulixbonensis diocesis”*) e a sua submissão ao abade de Alcobaça (*“abbas de Alcobacia paterna et ordinaria jurisditione”*)⁶⁵.

Por altura da visitação de 1532, feita por D. Edme de Saulieu ao Mosteiro

63 - LESTER, Anne E. – *Creating Cistercian Nuns...*, p. 18 e seguintes; 42 e seguintes.

64 - GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa, MC / IPPAR, 1998, doc. I, § 102, pp. 146 [em latim] e 178-179 [tradução].

65 - A acta desta visitação foi descoberta por Mário Farelo, no âmbito do Projeto “*Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo*”, tendo sido estudada e publicada por RÊPAS, Luís Miguel, FARELO, Mário e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 41 (2020), pp. 181-208 e “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”, *Lusitania Sacra* 2.ª série, 42 (2020), pp. 205-229. Aliás, podemos ainda anunciar a descoberta de mais quatro visitasções inéditas aos Mosteiros de Almoester e Odivelas, que estão já praticamente transcritas e que também serão editadas dentro de muito pouco tempo (RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário (edi.) – *Visitações Medievais a Mosteiros Cistercienses. Vol. I – Fontes* [no prelo]).

de Cós, diz-se que este tinha 29 monjas professoras e três noviças, um elevado número de mulheres para as condições humildes que existiam naquela casa monástica. O secretário do visitador registou ainda que, na igreja do Mosteiro de Cós, entre outras coisas, não existiam os santos óleos da extrema-unção e que estes se procuravam junto do Mosteiro de Alcobaça quando deles havia necessidade⁶⁶. Ou seja, em caso de morte iminente, chamava-se alguém do Mosteiro de Alcobaça para ministrar a extrema-unção, que trazia consigo os santos óleos. Nessa altura, acrescentamos nós, seriam também trazidos os manuscritos com o ritual respeitante a este sacramento, bem como o ritual das exéquias, que deviam estar conservados em Alcobaça. E esse manuscrito bem que poderia ser o *Ritual de Salzedas*.

É, aliás, sabido que os livros usados em Cós provinham do Mosteiro de Alcobaça, como se confirma na acta de visitação feita por D. Edme de Saulieu à abadia alcobacense:

“Os livros que servem para a missa e para o ofício divino que estiverem danificados sejam reparados e multiplicados, porque são poucos. Por esta razão, que sejam recuperados e trazidos de volta para o mosteiro aqueles emprestados às monjas de C s.”⁶⁷

Daqui se depreende que, nos inícios do século XVI, havia livros de Alcobaça destinados à missa e ao ofício no Mosteiro de C s, isto é, livros usados pelos capel es que davam apoio espiritual às monjas.

66 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, pp. 257-258 (ou BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril. 2 Tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 464-469).

67 - Tradução nossa, a partir de SOALHEIRO, João – “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visita o de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)”. In ANDRADE, Amélia A., FERNANDES, Hermenegildo Fernandes e FONTES, João Lu s (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gon alves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 616: “*Libri ad missam et diuinum officium seruientes ruinosi reparentur et multiplicentur quia pauci sunt. Propterea illi qui sunt commodati monialibus de Coz recuperentur et ad monasterium referantur*”.

3. De Alcobaça para Salzedas, de Salzedas para uma colecção particular e desta para Salzedas

O *Ritual de Salzedas* deverá ter sido emprestado ao Mosteiro de Salzedas, em data que desconhecemos, mas seguramente após o desmantelamento da Capela dos Reis, ocorrida, como já mencionámos em nota, entre 1510 e 1519⁶⁸, porque não aparece mencionado no *Inventário de Alcobaça* de 1656⁶⁹, nem nos inventários posteriores, e também não existe o carimbo da livreria de Alcobaça, colocado talvez no século XVIII. Poderá ter ido com Frei Gerardo das Chagas, abade trienal de Alcobaça entre 1591 e 1594, que havia sido monge de Salzedas e que, após este seu abaciado, regressou a Salzedas, onde morreu, em 1611, e onde foi sepultado⁷⁰. Aparentemente, o manuscrito não foi devolvido a Alcobaça, como aconteceu com outros⁷¹.

Note-se, por fim, como o percurso dos manuscritos reflecte também a história das pessoas e das instituições que os utilizaram. Este, em particular, foi produzido para ser usado em Alcobaça e depois intervencionado e, provavelmente, utilizado num contexto feminino, acabando por integrar a livreria do Mosteiro de Salzedas, de onde poderá ter saído aquando

68 - GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos...”, p. 49.

69 - ARAÚJO, Frei António de – *Index e summario dos livros que contem esta livreria de Alcobaça com o Epitome e declaração de todas as Tarjas, Emblemas, e quadros, de que está ornada, a qual livreria foi ampliada e renovada pelo grande zelo do nosso reverendíssimo Padre Frei Manuel de Moraes abade geral deste real convento...*, 1656 (manuscrito BNP COD. 8388).

70 - LOUREIRO, José João e PORTELA, Miguel – *Abades perpétuos, comendatários e trienais da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça e Gerais da Congregação*. [s.l.]: Edição de autor, 2017, p. 23.

71 - Poderá ter sido por essa razão que se copiou o Alc. 106, o *Caeremoniale* mencionado, com os seguintes rituais: Do recebimento das noviças segundo a Ordem Cisterciense em Portugal; Do benzimento das monjas; Da profissão dos monges segundo a regra de nosso Pai, S. Bento. Sobre manuscritos emprestados e devolvidos, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes *et al* – “Through the eyes of Science and Art...”, pp. 252-282; BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV...”, pp. 329-341.

da desamortização dos bens da Igreja⁷². Passou, então, para as mãos de particulares, que o valorizaram e conservaram, e integrou a colecção particular de António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho. Após a sua morte, foi levado a leilão, juntamente com a sua restante biblioteca⁷³. Foi nessa altura que o Dr. Filomeno Amaro Soares da Silva se terá apercebido de que um manuscrito “*Da liuraria. Da Salzeda*” estaria para ser leiloado e fez chegar essa informação ao Sr. Padre António José Ferreira Seixeira, à época pároco de Salzedas, que imediatamente empreendeu esforços para o adquirir. Para tal, solicitou um apoio financeiro à Câmara Municipal de Tarouca, que disponibilizou a verba de 9000 euros para a compra do referido códice, e ter-se-á deslocado ao Palácio do Correio Velho, no dia 7 de Maio de 2009, com o intuito de o arrematar. Do que se passou no leilão deu conta ao Presidente da Câmara o referido pároco, por ofício datado de 12 de Maio de 2009⁷⁴.

De acordo com esse documento, o leilão do manuscrito atingiu valores superiores aos esperados, tendo sido adquirido por um comprador anónimo, pela quantia de 14750 euros. Aí se relata ainda que, sensibilizado pelo interesse do pároco e dos paroquianos de Salzedas, o referido comprador

72- Neste âmbito, veja-se BARATA, Paulo – *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: BNP, 2003, p. 27 e seguintes e BARATA, Paulo – “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 24 (2011), pp. 125-152. Sobre o que aconteceu ao Mosteiro de Salzedas, em 1834, ver SILVA, Célia Taborda – “A extinção dos Mosteiros cistercienses no Douro”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 3. Alcobça: Jorlis, 2013, pp. 219-235, em particular a partir da p. 224.

73 - O riquíssimo espólio composto pela colecção e pela biblioteca de António Capucho foi objecto de um invulgar leilão, dividido em seis partes, cada uma com várias sessões (distribuídas por vários dias) que decorreram ao longo de dois anos. O presente manuscrito foi arrematado na terceira sessão da primeira parte do leilão, que teve lugar entre os dias 5 e 7 de Maio de 2009, tendo a terceira sessão correspondido ao último destes dias. O espólio leiloado apenas nestes três dias – pela empresa *Palácio do Correio Velho, Leilões e Antiguidades, S.A.* – encontrava-se dividido em 764 lotes, constituídos, sobretudo, por azulejaria, faiança portuguesa, pintura, escultura (essencialmente de temática religiosa), ex-votos, várias colecções de camafeus, mobiliário e, também, por um acervo de livros e manuscritos raros, de entre os quais se destacavam um número significativo de *cartas de brasão de armas* portuguesas e espanholas, de regras, estatutos ou compromissos de irmandades ou confrarias, de livros de horas, de antifonários e de outros manuscritos iluminados. Sobre o colecionador António Capucho, leia-se o pequeno «ensaio biográfico» escrito por uma das suas filhas, Luísa D'Orey Arruda, na obra *António Capucho – Retrato do Homem Através da Colecção. Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, de Luísa D'Orey Arruda et al., coordenação científica de Paulo Henriques, Porto: Livraria Civilização Editora, 2004, pp. 5-11.

74 - O ofício deu entrada nos serviços do Município de Tarouca em 14 de Maio de 2009, ficando registado sob o número 2840.

acabou por ceder o manuscrito à paróquia de Salzedas, por 9000 euros (a soma disponibilizada pela Câmara Municipal de Tarouca), prescindido do valor remanescente. O regresso do manuscrito a Salzedas deveu-se, assim, ao esforço comum do anterior pároco, da Câmara Municipal de Tarouca – que disponibilizou 9000 euros para a sua aquisição – e da pessoa que o arrematou em leilão e que dele prescindiu por um valor inferior ao da compra, tendo expressamente solicitado o anonimato. Trazido o manuscrito para Salzedas, foi apresentado aos paroquianos e, mais tarde, após o falecimento do referido pároco, foram esses mesmos paroquianos que alertaram o seu sucessor, o Padre Adriano Filipe Assis, para a existência do referido códice na residência paroquial, que o encontrou e o guardou cuidadosamente, encontrando-se o manuscrito em bom estado de conservação. A ele agradecemos a possibilidade que nos deu de o estudar e divulgar.

Notas finais

Cremos ter ficado claro como o conteúdo de um códice litúrgico pode contribuir para um melhor conhecimento da prática da liturgia e da vivência monástica em ambiente cisterciense, em particular no que respeita à relação vertical entre casas. Era nossa intenção partir da análise do conteúdo do *Ritual de Salzedas* para, através de uma perspectiva contextualizada e em confronto com outros códices produzidos no *scriptorium* de Alcobaça, perscrutar as relações que este Mosteiro estabeleceu com outros, nomeadamente com a vizinha comunidade de Cós. As informações recolhidas evidenciam a existência de ligações entre o Mosteiro de Alcobaça e o de Cós que completam as registadas nos diplomas conservados em arquivo, para além de revelarem uma geografia de utilização dos códices produzidos no *scriptorium* alcobacense.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da atribuição de uma bolsa de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/70067/2010) e de um contrato de Investigador ao abrigo da Norma Transitória (DL 57/2016/CP1453/CT0070). Agradecemos à Biblioteca Nacional de Portugal, nomeadamente à sua Directora e ao Serviço de Leitura dos Reservados, pelo apoio e pela disponibilização da colecção, bem como aos colegas e amigos João Luís Fontes e Mário Farelo, pela sua leitura atenta e pelas suas sempre preciosas sugestões.

Mário Farelo

Membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e do Centro de História da Universidade de Lisboa. Actualmente é Investigador contratado doutorado no âmbito do projeto *VINCULUM; Entailing Perpetuity: Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)* [819734-ERC-VINCULUM-2018-CSG].

Bulas e privilégios apostólicos do Mosteiro de Alcobaça

(séculos XII-XV)

A maior parte dos trabalhos inseridos no presente livro mostram como o estudo da materialidade dos manuscritos iluminados da livraria alcobacense pode propiciar um conhecimento substantivo sobre a memória escriturária da instituição para cronologias medievais. Hagiografias, livros de horas, manuscritos litúrgicos, manuscritos jurídicos têm sido perscrutados à luz de um relacionamento entre texto e imagem, de práticas de iluminura ou de encadernação, de cambiantes de uma estética que se procura delimitar sobretudo na sua vertente visual. Tais abordagens têm sido importantes para a definição de toda uma monumentalidade do livro medieval produzido e/ou conservado no Mosteiro de Alcobaça¹.

1 - A bibliografia colocada no final desta obra elenca os títulos essenciais sobre esta temática.

Os diplomas, ou seja, os documentos escritos que traduzem um negócio jurídico com elementos de autenticação e que têm uma função probatória, ou outra, permitem igualmente chegar a uma *memória* da instituição, certamente diferente daquela propiciada pelos códices emanados do respetivo *scriptorium*. Estes documentos, sejam eles produzidos por autoridade régia, episcopal, municipal ou redigidos em âmbito notarial, revelam entidades em funcionamento, atuantes, que se organizam de uma determinada maneira e se relacionam com as demais instituições, muitas das vezes ao sabor das diferentes conjunturas políticas, económicas ou outras.

As bulas outorgadas pelo poder apostólico constituem uma outra tipologia documental, através da qual é possível observar as instituições em funcionamento². Nesta relação, eminentemente vertical e hierárquica, tais diplomas tornam-se um elemento importante na «comunicação» entre um poder soberano – o Papado – que concede privilégios e graças, que ordena ações, que impõe normativa e que recolhe rendimentos e uma instituição monástica que recebe tais prerrogativas, que executa tais mandados e que paga as diversas exações devidas ao Papa e à Câmara Apostólica³.

2 - Decorrente de uma linha historiográfica bastante ativa nas últimas duas décadas, os estudos sobre a documentação dos mosteiros da Ordem de Cister *per se* têm sido particularmente frutíferos para o entendimento da emissão e conservação da documentação pontifícia em meio cisterciense, como sublinhado em ROSÉ, Isabelle – “Les moines et leur vie communautaire du IX^e au XII^e siècle. Tour d’horizon historiographique”. In VANDERPUTTEN, Steven; MEIJNS, Brigitte (ed.) – *Ecclesia in medio nationis. Reflections on the Study of Monasticism in the Central Middle Ages. Réflexions sur l’étude du monachisme au Moyen Âge central*. Leuven: Leuven University Press, 2011, pp. 17-21.

3 - O estudo das práticas e estratégias de comunicação do papado tem beneficiado de um interesse recente, nomeadamente no que respeita à difusão da informação sobre as Cruzadas: WAYNO, Jeffrey M. – *Communication and the Limits of Papal Authority in the Medieval West, 1050-1250*. Tese de Doutoramento. New York: Graduate School of School of Arts and Sciences – Columbia University, 2016; ALTHOFF, Gerd; FONNESBERG-SCHMIDT, Iben; KY-NAN-WILSON, William – “Framing papal communication in the central Middle Ages”. *Journal of Medieval History* 44/3 (2018), pp. 251-260. Os trabalhos de Peter Linehan constituem uma boa abordagem às diversas dimensões do relacionamento do Papado com as instituições régias e eclesiásticas peninsulares entre o século XIII e os meados da centúria seguinte, nomeadamente LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971; *Idem* – *At the Edge of Reformation: Iberia before the Black Death*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Nesta perspetiva, a documentação apostólica conservada por uma determinada documentação diz-nos muito sobre o relacionamento desta última com a Cúria e, sobretudo, carrega informações substantivas para uma melhor compreensão da sua história. Assim acontece com o Mosteiro de Alcobaça, para o qual os historiadores não fizeram economia das respetivas bulas para melhor concretizar muitos dos aspetos do seu passado medieval⁴.

1. A caracterização do *corpus*

O *corpus* reunido para análise não corresponde à totalidade das bulas pertencentes à instituição, não somente porque se excluiu da análise os rescritos apostólicos conservados em outros arquivos⁵ e aqueles que se terão perdido ao longo do tempo⁶, mas, sobretudo, porque não foi

4 - Vejam-se os estudos referidos nas notas 17 e 83. Um exemplo das potencialidades de trabalho em LOCATELLI, René – “Papauté et cisterciense du diocèse de Besançon au XII^e siècle”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L'église de France et la papauté (X^e-XIII^e siècle)*. Bonn: Bouvier, 1993, pp. 304-325.

5 - Pensamos, sobretudo, na documentação que toca ao mosteiro, nomeadamente através da nomeação do seu abade como executor de mandados apostólicos, os quais se conservam noutros fundos da Torre do Tombo e no Arquivo Apostólico Vaticano. Postula-se que, para o caso vertente, o facto de estas bulas se terem conservado em repositórios externos à comunidade limitava a sua utilização e gestão por esta última, nomeadamente em termos da elaboração e manutenção de uma memória “escriturária” permitida pelo acervo mantido no próprio arquivo alcobacense.

6 - As causas de perda teriam sido várias, da incúria e do roubo à destruição voluntária ou ao empréstimo não-devolvido e reutilização. Um exemplo desta última é fornecido pelo código alcobacense 47, um dos formulários usados pelo *scriptorium* da abadia, em cuja encadernação foi usada uma bula endereçada ao arcebispo de Braga, presumivelmente de finais do século XIII (GOMES, Saul A. – “Um formulário monástico português medieval: o manuscrito alcobacense 47 da BNL”. *Hymanitas* 51 (1999), p. 147). De igual modo, identifica-se, em diversos espaços religiosos espalhados pela Europa, a prática de enterramento com a inclusão, junto ao corpo, de uma ou mais bulas. No caso português, o caso mais conhecido permanece, até ao momento, o de D. Nuno Álvares Pereira/Nuno de Santa Maria. FERNANDES, Fernando Eduardo; NEVES, Maria da Conceição Machado – “Intervenção arqueológica na Igreja do Convento do Carmo”. In ARNAUD, António Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a memória: as coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 595-596; MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, senhor feudal, santo: os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017, p. 314; DABROWSKA-ZAWADZKA, Elżbieta e COMTE, François – “Un rite funéraire peu connu: le dépôt de bulles pontificales dans les tombes ecclésiastiques (XIV^e-XV^e siècle)”. In *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*, 1993, pp. 209-223.

possível proceder em tempo útil ao levantamento heurístico de toda a documentação do Mosteiro atualmente conservada.

As bulas medievais pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça encontram-se em originais, em traslados autênticos e em cópias não autenticadas conservadas em diversos fundos documentais pertencentes à Torre do Tombo e à Biblioteca Nacional de Portugal.

No seguimento da extinção das Ordens religiosas decretada em 1834, a documentação alcobacense foi “nacionalizada”, tendo-se procedido à sua divisão: o acervo de códices manuscritos da livraria foi encaminhado para a Biblioteca Nacional, sendo hoje conhecido como *Fundo Alcobacense*, ao passo que a documentação avulsa e os livros de contabilidade e de registo – que não foram dispersos no decurso do processo – foram recebidos pelo Arquivo Nacional. Face à enorme quantidade de documentação que para aí foi encaminhada, os acervos das casas religiosas dos distritos de Lisboa, Leiria e Santarém foram organizados tipológica e cronologicamente no âmbito de uma coleção chamada significativamente *Coleção Especial*, dividida em três partes: os documentos pontifícios, camerais e miscelâneas eclesiásticas (primeira parte - caixas 1 a 27), os documentos régios e de pessoas eclesiásticas (segunda parte - caixas 28 a 77) e os documentos particulares e eclesiásticos (terceira parte - caixas 78 a 186), sendo que, no decurso do século XX, a maior parte da documentação das segundas e terceiras partes foi inserida nos fundos relativos às instituições produtoras originais⁷.

No caso do Mosteiro de Alcobaça, essa reorganização deu origem à chamada *Primeira Incorporação*, composta por documentos régios e particulares, na qual a hipótese de se encontrar a tipologia em estudo sob a forma de original é bastante limitada. A situação é análoga para a *Segunda Incor-*

7 - AZEVEDO, Pedro A. de; BAIÃO, António – *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Imprensa commercial, 1905, pp. 29-30; AZEVEDO, Rui de – *A Coleção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1943. A realocização incidiu sobre as caixas 28-31, 77-130 e, posteriormente, 131-186. Assim, as caixas 32 a 76 comportam documentação monástico-conventual, na qual se incluem documentos provenientes do mosteiro de Alcobaça. Veja-se a história custodial deste fundo, no site DIGITARQ da DGLAB (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1281334>) (consulta 8.9.2019).

poração, constituída com a documentação entrada na Torre do Tombo em 1911, ainda que nesta última se registre a existência de traslados⁸ e de cópias não-autenticadas elaboradas no período moderno e em suporte papel. Regista-se ainda que alguma documentação pontifícia foi trasladada nos livros de registo da chamada *Leitura Nova*, levada a cabo no Mosteiro no século XVI, como se atesta pelos casos dos *Livros 1º e 2º dos Dourados*⁹.

Nessa perspetiva, para além da própria documentação da instituição custodiada pela Torre do Tombo, privilegiou-se igualmente a recolha da informação relativa às bulas quatrocentistas conservadas em original e em traslado na *Coleção Especial*¹⁰, uma vez que os espécimes de cronologia anteriores têm sido objeto de levantamentos sucessivos no âmbito dos diversos projetos de edição de *regesta* do bulário medieval portu-

8 - Neste sentido, destaca-se a ata do processo entre o abade e a comunidade monástica alcobacense e os membros da colegiada da Azambuja sobre as dízimas da igreja de S. Bartolomeu da Ota, dirimido na Cúria Romana e depois em Portugal, ao longo da segunda parte da primeira década do século XIV, a qual contém diversas cópias relativas ao processo emitidas a mando de Clemente V. Esta interessante peça mereceria um estudo mais atento, sendo para isso necessário proceder, antes de mais, à reunião da informação contida nos diversos fragmentos dessa mesma ata, dispersos por diversos maços da *Segunda incorporação* do fundo: TT, *Ordem de Cister. Mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, m. 21, n.º 502 (7); m. 44, n.º 1116 (3); m. 54, n.º 2; m. 61, n.º 2-4; m. 62, n.º 1; m. 65, n.º 4 e 24; m. 94, documentos sem número; LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, vol. I, n.º 927, 935, 937, 945; vol. II, p. 343-352, n.º 927, 935, 937, 945.

9 - GOMES, Saul A. – “Um bulário medieval da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”. *Lusitania Sacra* 2ª série, 4 (1992), pp. 371-372.

10 - A recolha documental destes fundos baseou-se nos respectivos instrumentos de descrição arquivística conservados na Sala de Referência da Torre do Tombo.

guês¹¹. Neste fundo, encontra-se igualmente um registo de bulas produzido pelo *scriptorium* alcobacense, datado da primeira metade do século XIII (cx. 15, nº 1), o qual permite entender melhor o conjunto das bulas conservadas na instituição até esse período. O trabalho de levantamento estendeu-se ainda ao acervo conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, no qual se conserva um outro bulário da mesma cronologia (Alc. 187) e uma compilação seiscentista elaboradas por Fr. Bento de São Bernardo, monge de Salzedas (Alc. 228)¹². Importa sublinhar que tais fontes não esgotam as letras apostólicas conservadas do cartório medieval da abadia, dado que algumas destas espécies encontravam-se igualmente inseridas em florilégios ou compilações de autores, as quais não foram registadas em anexo, uma vez que a sua presença do arquivo abacial se justificava pela via “literária” e não pela existência de um original ou traslado com valor probatório¹³. O mesmo se pode dizer das transcrições conservadas em coletâneas, destinadas a conservar a “memória documental” de “momentos” jurisdicionais específicos do Mosteiro e da própria Ordem, como

11 - ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Fontes do Direito Ecclesiástico Portuguez*. Vol. 1: *Summa do Bullario Portuguez*. Coimbra: F. França Amado, 1895; AZEVEDO, Pedro de – “A collecção do Visconde da Carreira”. *Boletim da Segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa* 8 (1915), pp. 183-205; COSTA, Avelino de Jesus da – *Bulário Português do século XIII (1198-1303): subsídios para o seu inventário*. Coimbra: [dactilografado], 1962; *Idem* – “Bulário Português do século XIII (1198-1303). Homenagem ao Dr. Alberto Feio”. *Bracara Augusta*. 39/86-87 (100-101) (1985), pp. 1-38; COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria – *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*. Coimbra: INICT, 1989; ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927; LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, 2 volumes; SAILLER, Gerhard, 2008 – *Papsturkunden in Portugal von 1198 bis 1304. Ein Beitrag zum Censimento*. Tese de Doutoramento. Wien: Historisch-Kulturwissenschaftliche Fakultät, 2008; VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de; ARAÚJO, António de Sousa – “Bulário Bracarense. Sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX existentes no Arquivo Distrital de Braga”. *Itinerarium* 32/124-125 (1986), pp. 61-278, pp. 380-407; WITTE, Charles Martial de – “Les bulles pontificales et l’expansion portugaise au XV^e siècle”. *Revue d’histoire ecclésiastique* 48 (1953), pp. 683-718; 49 (1954), pp. 437-461; 51 (1956), pp. 413-453, 810-836; 53 (1958), pp. 5-46, 443-471.

12 - RÉPAS, Luís Miguel – “A Fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 104.

13 - Como são os casos do Alc. 75, fólios 86v-96 (Bula de João XXII *Ad ea ex quibus cultus*); fólios 99-101, 161-202 (Bula de Inocêncio III *Dilectis filiis*); Alc. 146, fólios 2v-3 (*Epistolae* de Ivo de Chartres); Alc. 173, fólios 126v-128 (5 bulas de Honório III); Alc. 334, fólio 103v (Bula do papa Calisto II inserida nos *Miracula Sancti Jacobi*); Alc. 335, fólio 1 (Carta do papa Damásio a São Jerónimo nas *Epistolae* de São Jerónimo); Alc. 365, fólio 115 (*Buchardo de Worms*); Alc. 117, fólios 129-217 (transcrição de bulas referentes aos reis da Segunda Dinastia na *Miscelânea histórica* de Fr. António Brandão), entre outros.

é o caso da criação da Ordem de Cristo em 1319 e da reforma cisterciense preconizada pelo papa Bento XII – sobre a qual a abadia de Alcobaça guardava um importante códice copiado no século XV (Alc. 218)¹⁴ – recentemente objeto de uma análise inovadora¹⁵.

Tais repositórios foram perscrutados em paralelo com as obras especializadas relativas à história do Mosteiro, sobretudo na sua relação documental com o Papado¹⁶ e às ligações entre Portugal e a Santa Sé no período medievo¹⁷.

O resultado do levantamento efetuado encontra-se consignado na tabela apresentada em anexo ao presente trabalho, a qual servirá de sustentáculo a uma análise global baseada na tipologia e na distribuição cronológica dos espécimes identificados. Renuncia-se, desde já, a uma abordagem quantitativa dos dados. O recorte mais fino desta última,

14 - BARREIRA, Catarina Fernandes, FONTES, João Luís, LOPES, Paulo Catarino, RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 362-365.

15 - OLIVEIRA, Luís Filipe – “De volta à normativa da Ordem de Calatrava: Novo testemunho das Definições de finais do século XIII”. *En la España Medieval* 43 (2020), pp. 9-26. Agradecemos penhoradamente ao autor o acesso ao referido texto, quando este se encontrava ainda em provas tipográficas.

16 - GOMES, Saul A. – “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça in Cister”. In *Espaços, Territórios, Paisagens. Actas do Colóquio Internacional, Mosteiro de Alcobaça, Portugal, 16 – 20 Junho de 1998*. Vol. I. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 27-72; *Idem* – “Entre Memória e História. Os primeiros tempos do Mosteiro de Alcobaça”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), pp. 187-256; *Idem* – “«Donationes Cvsstodiantvr: Donationes Servenjvr» - Da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais”. *HYMANITAS* 57 (2005), pp. 245-269.

17 - MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990; *Idem* – “Intervenções pontificias na Península no início do século XIII: 1198-1216”. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. IV. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1213-1226; *Idem* – “As comunicações entre Portugal e a Santa Sé na Idade Média”. In *As comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2001, pp. 104-119; VELOSO, Maria Teresa Nobre – “Portugal, Cister e a Santa Sé no primeiro quartel do século XIII”. In *Actas. Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense: Ediciones Monte Casino, 1992, pp. 487-494; *Idem* – *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000; FARELO, Mário – “Payer au roi et au pape. Les décimes pontificales imposées au clergé portugais pendant l'époque avignonnaise”. In MORELLÓ BAGET, Jordi (ed.) – *Financiar el reino terrenal. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI)*. Barcelona: CSIC-Institución Milà I Fontanals-Departamento de Ciencias Históricas-Estudios Medievales, 2013, pp. 55-106.

ainda que perfeitamente justificável (e mesmo desejável), não se compece, no entanto, com as limitações de espaço do presente trabalho. Privilegia-se assim uma abordagem mais “introdutória” aos dados condensados numa tabela que pode servir como metafonte para estudos posteriores e futuras correções.

Se a presente investigação permite tecer um quadro global da dispersão cronológica dos privilégios e bulas apostólicas no arquivo do Mosteiro alcobacense ao longo do período medieval, já praticamente nada foi possível apurar sobre o uso hodierno da referida documentação – para além da sua eventual apresentação em litígio como meio de prova e da sua cópia quando a abadia nos originais que lhe interessavam –, assim como das respetivas práticas de conservação.

Fixemo-nos, por isso, da distribuição cronológica das espécies conservadas, a qual evidencia dois períodos diferenciados na obtenção de documentos apostólicos por parte da comunidade alcobacense.

2. Da fundação aos meados do século XIII: a constituição de um “isento”

A normativa da Ordem de Cister silencia a forma de gerir a sua documentação, pelo que cada uma das suas casas teria liberdade suficiente para determinar as formas de conservação do seu acervo documental¹⁸. No que respeita aos atos pontifícios, os casos conhecidos de vários mosteiros no espaço francês têm vindo a sublinhar que a custódia das bulas em original foi acompanhada, durante o século XII, pela sua transcrição

18 - Os *Statuta* (regulamentação produzida pelas decisões oficiais dos Capítulos Gerais da Ordem) perspetivam somente a ideia de que o reconhecimento de uma nova abadia implicava a obtenção de privilégios pontifícios, que Jean-Daniel Morerod intui serem aqueles de tipo particular e não os de caráter generalista, valendo para toda a Ordem. MOREROD, Jean-Daniel – “Le «polycopiage» de privilèges cisterciens par la chancellerie de Clément V durant la querelle de l'exemption: Notes sur la vie des documents pontificaux”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L'acte pontificale et sa critique*. Bonn: Bouvier, 2007, p. 296.

em livros litúrgicos, evoluindo a prática, nos séculos seguintes, para o seu traslado no seio de cartulários produzidos por cada mosteiro ou de registos específicos designados como bulários¹⁹.

Pelo que é dado a perceber, a gestão do acesso à informação escrita conservada pelos monges alcobacenses só muito parcialmente se pode identificar com estas últimas práticas, desde logo pela inexistência de um cartulário medievo no qual se trasladassem os negócios jurídicos envolvendo o Mosteiro e os seus respetivos privilégios²⁰ e pela ausência de cópia ou de adições de cadernos com as transcrições de atos pontifícios nos códices litúrgicos alcobacenses medievais. Nesse sentido, uma aproximação à *praxis* arquivística dos documentos apostólicos com as suas congéneres estrangeiras situar-se-ia, necessariamente, ao nível da elaboração de cadernos de registo específicos para os atos pontifícios, como se depreendem de dois exemplares existentes, um na *Colecção Especial* (cx. 15, n.º 1) e o outro no *Fundo Alcobacense* da Biblioteca

19 - ROSÉ, Isabelle – “Panorama de l’écrit diplomatique en Bourgogne: autour des cartulaires (XI^e-XVIII^e siècles)”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* [En ligne], 11 (2007), parágrafo 60 [URL : <http://journals.openedition.org/cem/1535>, consultado em 10.10.2019]. Sobre os processos multifacetados de cartularização no seio das abadias cistercienses, veja-se entre outros REY, Coraline – “Cartularisation et inventorisatoin : les registres de copies d’actes à Cîteaux (XIIe-XVe siècle)”. In MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (ed.) – *L’enquête en questions: de la réalité à la «vérité» dans les modes de gouvernement, Moyen Âge - Temps modernes*. Paris: CNRS éditions, 2014, pp. 141-146; VERPEAUX, Nathalie – “Les cisterciens et la cartularisation au Moyen Âge. Les cartulaires des abbayes cisterciennes de Wallonie jusqu’au début du XVe siècle”. *Revue d’Histoire Ecclésiastique* 113, 3-4 (2018), pp. 576-610; *Idem* – “Les cisterciens et la cartularisation au Moyen Âge. Les cartulaires des abbayes cisterciennes de Wallonie jusqu’au début du XVI^e siècle (deuxième partie)”. *Revue d’Histoire Ecclésiastique* 114, 1-2 (2019), pp. 5-58; BAUDIN, Arnaud – “Conserver la mémoire dans la filiation de Clairvaux: usages et pratiques archivistiques dans cinq abbayes de Champagne (XII^e-XVI^e siècle)”. In BOUTIN, Arnaud; MORELLE, Laurent (ed.) – *Les pratiques de l’écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-XVI^e siècle). Produire, échanger, contrôler, conserver*. Paris: Somogy, 2016, pp. 185-210; SALEMME, Timothy – “La réception des actes pontificaux dans le réseau monastique cistercien. Remarques sur la diffusion d’un «Liber privilegiorum» du début du XIV^e siècle”. In FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN VERKERK, Anne-Marie (ed.) – *Les cisterciens et la transmission des textes (XIIe-XVIIIe siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 339-353.

20 - GOMES, Saul A. – “Um Manuscrito iluminado alcobacense trecentista: o «Caderno dos Forais» do Couto”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 337; GOMES, Saul A. – “*Donationes Custodiantur...*”, p. 259.

Nacional de Portugal (Alc. 187)²¹. Registrando o primeiro, atos pontifícios até 1229 e o segundo até 1231, a sua cronologia semelhante deixa perceber aquilo que parece ser uma nova atitude dos monges alcobacenses face à necessidade de gerir o aumento da documentação graciosa (privilégios, isenções, entre outras) recebida da Cúria Romana, justamente durante a primeira metade do século XIII.

Estes dois registos, pouco conhecidos inclusivamente da historiografia alcobacense contemporânea, são valiosos para o tema em apreço. O cotejo dos espécimenes trasladados com os originais atualmente conservados na *Coleção Especial* permite perceber que a grande maioria das bulas conservadas então pelo cartório chegou até nós. Da mesma forma, as perdas entretanto sofridas pelo cartório em termos de documentação apostólica medieval incidiram “cirurgicamente” sobre os privilégios de carácter geral concedidos aos abades da Ordem, os quais ainda se conservavam à época da elaboração dos dois registos supracitados.

Com efeito, a conjugação da informação propiciada por estes dois cadernos com os originais conhecidos prova que a estratégia seguida pela comunidade ao longo desse período visou a obtenção, em paralelo, de privilégios concedidos pelo poder apostólico ao abade de Cister (na maior parte das vezes extensível aos restantes abades da Ordem) e pelas graças endereçadas especificamente a abade e ao convento do Mosteiro alcobacense.

Preocupados em guardar a memória dos atos que conferiam e que confirmavam objetivamente prerrogativas em favor do Mosteiro, os responsáveis do cartório monástico pouco se terão preocupado, ao longo da centúria de Duzentos, com a conservação das letras apostólicas de natureza executiva que o abade e alguns dos monges recebiam enquanto juízes delegados de processos judiciais. Com raras

21 - Esta *praxis* faz que o caso de Alcobaça acabe por se conformar a outros casos detetados, inclusivamente em outras Ordens, nas quais os privilégios apostólicos do século XII se conservam sobretudo em cópias tardias. MOREROD, Jean-Daniel – “Le “polycopiage”...”, p. 296.

exceções²², tais documentos não foram objeto de preservação nem de traslado, o que parece demonstrar que o cartório era então percebido como o garante da memória dos atos graciosos relativos à instituição e não como arquivo funcional dos membros da comunidade, quando agindo a “título pessoal”, ainda que a mando do papa. De facto, através do recurso aos registos da chancelaria apostólica²³ e aos originais contidos nos fundos documentais das antigas instituições que formavam parte nos processos dirimidos pelos membros da comunidade²⁴, percebe-se que uma tal ausência é, acima de tudo, consciente e traduz o papel desempenhado pelas dignidades do Mosteiro a título “privado”.

22 - Veja-se no anexo os mandados de 1209, 1218, 1231, 1274 e 1277. A sua conservação no cartório alcobacense permanece fraca na centúria seguinte, à luz dos dados recolhidos.

23 - Nomeadamente dos mandados (sobretudo de provimento em benefícios eclesiásticos) endereçados ao abade alcobacense pelo papa João XXII (1314-1334) e depois por Urbano V (1362-1370), porventura em contextos específicos da permanência do abade na Cúria. *Lettres communes du pape Jean XXII (1316-1334). Lettres communes analysées d'après les Registres dits d'Avignon et du Vatican*. Ed. Guillaume Mollat. Paris: École Française de Rome, 1904-1947, n.º 11495 (1320.5.23), 14475 (1321.9.22), 14557 (1321.10.14), 14781 (1321.11.23); *Urbain V (1362-1370). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*. Ed. Marie-Hyacinthe Laurent. Paris: Édouard de Boccard, 1954-1985, n.º 6247 (1363.4.29), 9615 (1364.7.3), 18102 (1365.12.22), 21515 (1368.1.8), 23715 (1369.8.18), 24751 (1369.8.2), 25746 (1370.2.26), 26068 (1370.2.26), 26069 (1370.2.26). Para além destes regista, o Arquivo Apostólico do Vaticano conserva também outras bulas inéditas relativas aos primeiros anos do pontificado de Clemente VI: cartas ao mestre-escola, ao chantre e ao tesoureiro de Lisboa, nomeando-os para ouvir e promulgar sentença sobre a apelação efetuada à Sé Apostólica por João Domingues, Estêvão Martins e Domingos Domingues, monges do mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, por estes terem sido presos por ordem de João, prior do referido mosteiro de Alcobaça, após terem sido falsamente acusados do homicídio de Gonçalo Eanes, consanguíneo do referido abade de Alcobaça (1343.1.1); o abade de Alcobaça é um dos executores dos provimentos apostólico em favor de Pedro Eanes de Abiúl, presbítero, no canonicato sob expectativa de prebenda na Sé de Évora (1343.9.19), de João Lourenço, clérigo e familiar de Beatriz, rainha de Portugal, no canonicato e a prebenda no cabido da Sé de Lisboa (1345.2.2), de Roberto Brunier de Corbigny nos canonicatos e expectativas de prebenda de Évora e Lisboa (1346.4.19). Archivio Apostolico Vaticano, *Registra Avenionensia* 61, fl. 474; 75, fl. 157; 79, fl. 281v; 84, fls. 202-203.

24 - Veja-se o elenco dos processos dirimidos pelos abades, priores, subprios, chantes, tesoureiros e monges alcobacenses entre 1198 e 1220 em BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiástico: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Tese de doutoramento. Vol. II. Lisboa: Universidade Aberta, 2000, pp. 168-173. A mesma prática verifica-se para o período anterior e posterior: se em 1194, o abade alcobacense foi um dos juizes na questão entre o bispo de Lisboa e o mosteiro de Oia sobre a Enxara, já um seu sucessor, em 1312, desempenhou idêntica incumbência no pleito entre o prior e mosteiro de São Vicente de Fora e Martinho Dade, reitor de Santa Maria de Sintra, sobre o ermitério de São Saturninho (Sintra) em 1312 (RENZI, Francesco – *Il cuneo di san Bernardo. Le reti cistercensi nel nord della penisola ibérica: il caso galiziano (1142-1250)*. Bologna: Università di Bologna, 2013, p. 358, n.º 30; TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 5, n.º 35).

Em abono da verdade, esta estratégia “bipartida” permanece ainda algo limitada enquanto elemento explicativo do quadro documental agora recenseado, uma vez que não teve em conta os rescritos apostólicos desaparecidos, transcritos unicamente nos dois registos supracitados. Ainda assim, a verificação da sua utilidade justifica um estudo, necessariamente sucinto, sobre a presença destas duas tipologias de rescritos apostólicos no arquivo alcobacense, entre a fundação do mosteiro e os meados do século XIII.

Em termos concretos, o cartório medieval do Mosteiro de Alcobaça possuiu as duas grandes tipologias de documentos, definidas pela diplomática apostólica como privilégios (*privilegia*) e letras (*litterae*)²⁵. Os primeiros constituíam os documentos mais solenes emitidos pela chancelaria pontifícia. No caso de Alcobaça, o acervo da instituição conservou os chamados privilégios “gerais” (*privilegia communia*). Endereçados ao abade de Cister e a todos os abades da Ordem – tornando operativo o dispositivo de cada um desses documentos sem a designação expressa do nome do abade –, constituíam parte das prerrogativas jurisdicionais e de proteção auferidas pela Ordem (*privilegium commune cisterciense*)²⁶. Com o tempo, estas prerrogativas integraram-se no teor diplomático de diplomas específicos (como a *Religiosam vitam eligentibus*), sendo que a sua inclusão no formulário usado pela chancelaria apostólica, algures entre 1215 e 1228, consolidou a moldura deste conjunto de isenções em oito cláusulas (*Sane laborum; Insuper auctoritate apostólica; Si vero episcopus; Illus adicientes; Pro consecrationibus; Quod si sedes; Quia vero Interdum;*

25 - FALKENSTEIN, Ludwig – *La papauté et les abbayes françaises aux XI^e et XII^e siècles: exemption et protection apostolique*. Paris: Champion, 1997, p. 205.

26 - CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense e formazione del *Privilegium commune*. Osservazione a partire dai cenobi dell'Italia settentrionale”. In D'ACUNTO, Nicolangelo (ed.) – *Papato e monachesimo esente Papato e monachesimo “esente” nei secoli centrali del medioevo*. Firenze, Firenze University Press, 2003, pp. 67-73.

Porro si episcopi, Preterea cum)²⁷. Estes *privilegia communia*, destinados a confirmar direitos e bens a comunidades religiosas, permitia a confirmação, ao nível local, de direitos concedidos à Ordem²⁸, razão pela qual os rescritos com este início de *expositio* foram, com uma única exceção, endereçados ao abade e aos irmãos da comunidade alcobacense²⁹.

Tais privilégios, designados do ponto de vista diplomático como *privilegia solemnia*, distinguiram-se dos restantes privilégios apostólicos menos importantes (*simplicia*), por terem a sua primeira linha escrita com letras maiúsculas ou alongadas e com a aposição da *rota*, do *bene valete* e das subscrições do papa e dos cardeais, entre outros aspetos³⁰.

Ambas as tipologias de privilégios se rarificaram nos arquivos monásticos a partir do início do século XIII, ao mesmo tempo que tenderam a ser substituídas pelas bulas solenes (*littera solemnis*)³¹, com o tempo destrinchadas entre *litterae gratiosae* (destinadas à concessão de graças) e *executoriae* (destinadas à transmissão de ordens), sendo nestas últimas

27 - Na sequência da chancelaria apostólica ter insistido com o detalhe destas cláusulas, a partir dos anos 1170 (BAURY, Ghislain – “Les abbayes exemptes face à l'évêque diocésain (XII^e-XIII^e siècle: une histoire genrée?”. *Revue d'Auvergne*, 129 (614), (2015), p. 143 [Évêques et abbés à l'époque romane. *Textes, monuments, images et objets. Actes du 23^e colloque international d'Issoire (18-20 octobre 2013)*]. Não sendo um dos objetivos deste trabalho um estudo sobre a caracterização destas isenções, as mesmas encontram-se referidas na maior parte dos estudos relacionados com as ligações dos mosteiros cisterciense com as dioceses de implantação. Veja-se, por exemplo, CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense...”, pp. 73-74; BAURY, Ghislain – *Les religieuses de Castille. Patronage aristocratique et ordre cistercien, XII^e-XIII^e siècles*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012, p. 129; RENZI, Francesco – “The bone of the contention: Cistercians, bishops and papal exemption. The case of the archdiocese of Santiago de Compostela (1150-1250)”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 5 (2013), p. 49; GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares”. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa, Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, p. 272.

28 - SAYERS, Jane – *Papal Government and England during the Pontificate of Honorius III (1216-1227)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 121; CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense...”, p. 75.

29 - Veja-se *infra*.

30 - SALEMME, Timothy – “À propos d'un bullaire cistercien du XIV^e siècle. Le manuscrit 234 de la bibliothèque municipale d'Épinal”. In RENAULT, Jean-Baptiste (ed.) – *Originaux et cartulaires dans la Lorraine médiévale (XII^e-XVI^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 71-72; GERZAGUET, Jean-Pierre – “Privilèges et lettres des papes adressés à l'abbaye d'Anchin (fin XI^e-fin XV^e siècle)”. *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age*. Tomo 115, n.º 2 (2003), p. 776.

31 - Sobre as características diplomáticas desta tipologia veja-se, por exemplo, GERZAGUET, Jean-Pierre – “Privilèges et lettres...”, p. 776.

que se concentraram posteriormente os rescritos apostólicos endereçados a membros específicos da comunidade.

Nessa perspetiva, a própria *praxis* da chancelaria apostólica parece ter contribuído para a caracterização das tipologias de escritos apostólicos observável em Alcobaça. Esta não é, no entanto, a única explicação. Com efeito, uma primeira ideia a reter para esta «paisagem documental» é a existência de uma ligação específica entre a cronologia das primeiras bulas conservadas pelo arquivo e a fundação do Mosteiro. Com três exceções facilmente explicáveis, o facto de não subsistirem exemplos de bulas anteriores ao lançamento da primeira pedra do cenóbio (1152) e à doação régia a São Bernardo e à delimitação do seu couto (1153) é importante. Relativamente aos rescritos pré-1152, para além das bulas *Molesmensium* (1099) ordenando que Roberto volte a Molesme e *Desiderium quod* (1100) de proteção apostólica à Ordem, conservadas no arquivo abacial pela sua integração no *Exordium parvum* copiado pelo *scriptorium*³², o cartório conservava uma cópia daquela que, outrora J. A. Lefèvre chamou “a primeira aprovação apostólica do direito cisterciense”³³, ou seja, a isenção geral do pagamento de dízimos, outorgada por Calisto II (1119-1124) em 1119 em favor da Ordem e da confirmação de um dos seus textos fundadores (*Carta Caritatis prior*)³⁴. Contudo, poder-se-á duvidar da intenção dos monges em procurar estabelecer uma

32 - Sobre estes privilégios e a sua integração na referida coleção jurídica da Ordem, veja-se WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux: Latin Text in Dual Edition with English Translation and Notes*. Cîteaux. *Commentarii cisterciensis*, 1999; *Idem* – “Prelude to a feast of Freedom: Notes on the Roman Privilege “Desiderium quod” of October 19, 1100”. *Cîteaux. Commentarii cisterciensis* 33 (1982), pp. 247-303.

33 - LEFÈVRE, J. A. – “La bulle «Apostolicae Sedis» pour Cîteaux avait-elle une souscription longue?”. *Revue Bénédictine* 74, 1-2 (1964), p. 111.

34 - BNP, Alc. 187, fl. 184; BARREIRA, Catarina Fernandes, FONTES, João Luís, LOPES, Paulo Catarino, RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade...”, p. 352; ROBERT, Ulysse – *Bullaire du pape Calixte II. 1119-1124. Essai de Restitution*. Tome premier: 1119-1122. Paris: Imprimerie Nationale, 1891, pp. 171-172, n.º 116; LEFÈVRE, J. A. – “La bulle «Apostolicae Sedis»...”, pp. 111-143. A autenticidade deste documento, negado por alguns (BERMAN, Constance Hoffman – *The Cistercian Evolution. The Invention of a Religious Order in Twelfth Century Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010, pp. 87-88), é aceite pela generalidade dos autores (WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative...*, pp. 295-297; DELERCE, Arnaud – “Élection abbatiale et exemption épiscopale. Un nouveau texte de Calixte II pour Aulps (28 avril 1119)”. In BARBICHE, Bernard, GROSSE, Rolf (ed.) – *Aspects diplomatiques des voyages pontificaux*. Paris: École nationale des chartes – Institut historique allemand, 2009, pp. 132, 139, entre outros.

moldura jurisdicional “anacrónica” com base em privilégios outorgados antes da constituição física do Mosteiro. Com efeito, o seu lançamento num dos códices do Mosteiro de inícios do século XIII (Alc. 187), no seguimento da normativa sobre os usos e costumes da Ordem, deixa pressentir que a sua inclusão se deveu sobretudo a considerandos ligados à transmissão textual da normativa do referido volume, com a sua transmissão no seguimento do *Exordium parvum*, à semelhança de outros casos conhecidos³⁵.

Assim sendo, parece defensável a ideia, segundo a qual, a comunidade não demonstrou logo uma grande necessidade em obter as bulas que lhe conferisse uma plausível proteção jurisdicional, para além da bula *Sacrosancta*, que confirmava um dos textos fundadores da Ordem³⁶. O exemplar então existente no Mosteiro, correspondendo à bula mais antiga aparentemente conservada no arquivo da instituição, correspondia à confirmação da terceira versão da *Carta Caritatis*, enviada por Anastásio IV (1153-1154) ao abade de Cister Gozevino (*Sacrosanta Romana Ecclesia* [1153.12.9]). A comunidade dispunha, assim, da versão cronológica mais próxima da sua fundação, um argumento porventura com força suficiente para justificar que os monges não se tivessem preocupado em adquirir os exemplares das versões promulgadas pelos seus sucessores Adriano IV (1154-1159) em 1157 e Alexandre III (1159-1181) em 1163 e 1165³⁷.

Depois deste exemplar único, a década e meia seguinte é caracterizada

35 - CHAUVIN, Benoît – “Papauté et abbayes cisterciennes du duché de Bourgogne au XII^e siècle”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L'Église de France et la papauté (X^e-XIII^e siècle). Actes du XXV^e colloque historique franco-allemand (Paris, 17-19 octobre 1990)*. Bonn: Bouvier-Verlag-Bonn, 1993, p. 344.

36 - O que vem consolidar a ideia de que a bula supracitada de Calisto II “entrou” no cartório alcobacense pela via posterior da transmissão textual da normativa consuetudinária da Ordem.

37 - Sobre estes privilégios, veja-se LEFÈVRE, Jean – “Une bulle inconnue d’Alexandre dans Ms Dijon 87”. *Cistercienser Chronik* 62 (1955), pp. 1-8; CARIBONI, Guido – “Il papato di fronte alla crisi istituzionale dell’*Ordensverfassung* cistercense nei primi decenni del XIII secolo”. In D’ACUNTO, Nicolangelo (ed.) – *Papato e monachesimo esente Papato e monachesimo “esente” nei secoli centrali del medioevo*. Firenze, Firenze University Press, 2003, p. 203. A análise de Claudio Stercal é breve, mas clara: STERCAL, Claudio – *Stephen Harding. A Biographical Sketch and Texts*. Collegeville: Cistercian Publications, 2008, p. 27.

pela ausência de qualquer outra bula endereçada à Ordem, ao abade de Cister ou à comunidade alcobacense emergente. Este autêntico hiato parece pouco consentâneo, à primeira vista, com a necessidade de definição de um quadro legal de proteção de uma comunidade que se encontrava então no seu início. Até que ponto não seria este o resultado de uma conjuntura favorável, em que a ausência de conflitos decorrentes de uma comunhão de interesses entre a comunidade que então se organizava, o rei e o ordinário lisiponense D. Gilberto de Hastings, desvalorizaria a necessidade de obtenção de privilégios e isenções destinadas a definir e a acautelar as prerrogativas da comunidade monástica emergente³⁸?

Seja como for, as referências a novas bulas alcobacenses ressurgem a partir de meados da década seguinte, sob o pontificado de Alexandre III, justamente no ocaso do episcopado de D. Gilberto e no contexto do desenvolvimento numérico da comunidade, do seu património e da sua capacidade de organização do território. A partir desta altura, o arquivo monástico foi adquirindo um conjunto importante de bulas, merecedor de um estudo compreensivo e exaustivo. Na impossibilidade de o concretizar nestas páginas, privilegiou-se uma caracterização global do *corpus*, destinada a avaliar a presença de cada uma destas tipologias no arquivo medieval do Mosteiro.

O caso dos privilégios “gerais” concedidos pelos pontífices aos abades da Ordem constitui um desafio suplementar, desde logo pelo desaparecimento da maior parte dos respetivos exemplares do cartório alcobacense, algures entre os meados do século XIII – quando estes ainda foram transcritos nos dois registos undecentistas – e o século XVII, altura em que Fr. Bernardo de São Bernardo procedeu ao exame do referido cartório para o bulário que então produziu e onde tais exemplares já não constam.

38 - Esta comunhão de interesses entre o primeiro bispo de Lisboa e a comunidade alcobacense é sublinhada pela maioria dos autores que se dedicaram à questão. Veja-se, por todos, GOMES, Saul A. – “Abbés et vie régulière dans l’abbaye d’Alcobaça (Portugal) au Moyen Âge: un bilan”. In COTTIER, Jean-François; HUREL, Daniel-Odon e TOCK, Benoît-Michel (ed.) – *Les personnes d’autorité en milieu régulier*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012, p. 139.

Este desaparecimento “cirúrgico” é, por si só, significativo. Desconhecendo-se os contextos específicos de depredação, não é de excluir a possibilidade de tais faltas resultarem, não somente da incúria ou do intento de eliminação de “provas”, mas também de empréstimos de diplomas não devolvidos a outras casas cistercienses em relação com Alcobaça. O facto de tais documentos se caracterizarem por uma abrangência “geral” poderia favorecer a sua utilização por mais de um mosteiro e o consequente intercâmbio documental entre casas da Ordem, uma prática aliás observável em mosteiros da Ordem além-Pirenéus³⁹.

O caso do acervo alcobacense parece demonstrar que o recurso à obtenção destes privilégios de natureza geral se fez com alguma parcimónia e, sobretudo, com critério, no âmbito de contextos específicos. Depois da referida confirmação de Anastácio IV em 1153 – a qual não foi acompanhada das confirmações apostólicas posteriores da *Carta Caritatis* como vimos – os monges alcobacenses preocuparam-se em obter, na década seguinte, a confirmação do foro jurisdicional que lhes foi especificamente endereçada (*Religiosam vitam eligentibus* [1164.3.27])⁴⁰, sem contar com a obtenção de outros privilégios de natureza fiscal. Para estes últimos, contudo, em vez da sua emissão em nome próprio junto do papa Alexandre III, à semelhança do privilégio anterior, a comunidade alcobacense preferiu obter um rescrito de isenção do pagamento de dízimas e da jurisdição episcopal, na versão que o mesmo pontífice outorgou ao abade de Cister e aos restantes abades da Ordem (*Attendentes quomodo* [1169.7.4]), assim como um outro, no qual se alargava a referida isenção às terras adquiridas de novo, através da pouca conhecida bula *Intimatum est auribus nostris* [(1175). 5.13], enviada aos arcebispos de Reims e de Rouen. Seria, pois, num contexto específico de necessidade, que a comunidade teria renunciado à prática de obtenção de privilégios específicos junto da Cúria, no âmbito de um processo certamente moroso, preferindo muito provavelmente ativar as suas solidariedades estrangeiras para obter, certamente de forma mais célere, os rescritos

39 - SALEMME, Timothy – “À propos d'un bullaire...”, pp. 61-62.

40 - De acordo com Saul A. Gomes, esta bula coloca o mosteiro sobre a proteção apostólica, relativamente ao espaço (nomeadamente aquele situado dentro da cerca monástica e das granjas pertencentes à abadia) e às pessoas (sobretudo aqueles que se aí acolhiam). GOMES, Saul A. – “Entre Memória e História...”, p. 219.

específicos que então precisavam.

Mas a importância concedida pelos monges a estes diplomas apostólicos não se limitava ao elemento fiscal. A posse de um exemplar da bula de canonização de São Bernardo, emitida pelo mesmo Alexandre III em 1174, faz pensar que a comunidade se encontrava atenta a outras dimensões das relações entre o Papado e a Ordem cisterciense, que não somente a aquisição e a conversão das respetivas prerrogativas.

Posteriormente, o interesse alcobacense pelos privilégios gerais da Ordem passou do campo puramente fiscal para o reforço da proteção jurisdicional dos membros da comunidade que então se estruturava, nomeadamente face à autoridade do Ordinário⁴¹. De Lúcio III (1181-1185), o Mosteiro obteve a bula *Attendentes commandabilem* [(1184).3.1], hoje desaparecida, pela qual concedia aos abades da Ordem o poder de absolver de qualquer censura eclesiástica todo aquele que nela entrasse e a conhecida *Monastice sinceritas* [1184.11.21], a qual conferia aos membros e conventos dos mosteiros cistercienses uma proteção sobre sentenças de excomunhão, suspensão e interdito. No caso desta última, se bem que o cartório custodiasse o original, ainda em meados do século XIII, a mesma foi conhecida (e conservada) na comunidade através da sua confirmação, efetuada por Clemente V (1305-1314) em 1308, à semelhança de muitos outros mosteiros da Ordem⁴². Com a já referida *Attendentes quomodo* de Alexandre III, estas bulas constituíam o “reportório” de base das isenções que eram outorgadas à Ordem de Cister para a constituição dos respetivos isentos⁴³. Significativamente, não se

41 - Este processo de redução das prerrogativas episcopais sobre as abadias cistercienses deteta-se entre 1130 e 1160, durante os episcopados de Inocêncio II, Eugénio III e Alexandre III, para além de Lúcio III, entre 1184 e 1185, ter privado o ordinário da possibilidade de excomungar os membros da comunidade e de obrigar aos abades a jurar-lhe obediência. BAURY, Ghislain – “Les abbayes exemptes...”, p. 143.

42 - MOREOD, Jean-Daniel – “Le “polycopiage”...”, p. 299; SALEMME, Timothy – “À propos d'un bullaire...”, p. 59, textos nos quais se explica os contornos históricos da referida confirmação.

43 - HERMANS, Vincent – “[Compte-rendu à] Friedrich Pfurtscheller – *Die Privilegierung des Zisterzienserordens im Rahmen der allgemeinen Schutz- und Exemtionsgeschichte, vom Anfang bis zur Bulle ‘Parvus fons’* (1265). Ein Ueberblick unter besonderer Berücksichtigung von Schreibern « Kurie und Kloster im 12. Jahrhundert »”. *Cahiers de civilisation médiévale* 17 e année, 67 (juillet-septembre 1974), p. 270; DUGGAN, Anne J. – “Alexander ille metis: The Papacy of Alexander III”. In CLARKE, Peter D.; DUGGAN, Anne J. (ed.) – *Pope Alexander III (1159-81): the art of survival*. Farnham: Ashgate, 2012, p. 42; CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense...”, pp. 69-70.

detetam no cartório da instituição, exemplares de bulas que pudessem limitar, à época, uma tal jurisdição⁴⁴.

Os pontificados seguintes vêm reforçar a ideia de que estes privilégios de aplicação genérica foram obtidos *ad casu*, como a permissão de Urbano III (1185-1187) para que os abades da Ordem pudessem abençoar os novos abades, em virtude da recusa do ordinário (1186-1187) ou a muito pouco conhecida bula *Cum paci* [1202.6.18], inibitória do uso de letras apostólicas obtidas de forma ilegal por desertores da Ordem, endereçada por Inocêncio III ao abade de Cister Guilherme. Entre estes dois rescritos, o arquivo monástico dispunha do privilégio solene *Religiosam vita eligentibus*, com o qual Celestino III (1191-1198) confirmou, em 1192.2.15, todos os privilégios da abadia de Cister ao seu abade Guilherme. Sendo este o único caso em que o cartório do Mosteiro possuía um privilégio solene deste tipo que não lhe foi especificamente endereçado, poder-se-á perspetivar a sua obtenção pela comunidade alcobacense no âmbito de uma conjuntura problemática, a qual poderia muito bem corresponder ao contexto subsequente à depredação causada pelo ataque muçulmano ao Mosteiro no início da década e da consequente impossibilidade da comunidade em adquirir novas confirmações em nome próprio, no imediato, junto do papa⁴⁵.

Em simultâneo, a outorga destas bulas, datadas do final do século XII, não deixariam de contribuir para o desenvolvimento da economia monacal, através das isenções do pagamento de dízimas (1164, 1184, 1186) sobre os bens explorados (1189, 1195).

44 - Como por exemplo, a bula de Alexandre III de 1169.7.19 (*Inter numeras*) pela qual o papa sub-roga ao Capítulo Geral as ordens sobre a vida interna das abadias, em virtude dos abusos cometidos nestas últimas, referida, entre outros, por LINEHAN, Peter – *At the Edge of Reformation...*, p. 92.

45 - Para os contornos da investida pelo califa Abu Yusuf Ya'kub al-Mansur a Alcobaça, veja-se BRANCO, Maria João – *D. Sancho I. O filho do fundador*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 141-147; FERREIRA, Manuel Pedro – “Um fragmento de Alcobaça, o canto dos Pregadores e os seus livros de coro na Biblioteca Nacional”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRA, José Luís Albuquerque (ed.) – *IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los caminos de Santiago y la vida monástica cisterciense. Braga-Oseira, 2009*. Tomo II. Zamora: Ediciones Monte Casino, 2010, pp. 739-744; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 36-37.

Perceciona-se o mesmo recurso *ad casu* no pontificado de Honório III (1216-1227), agora com variantes. Para além dos rescritos concedidos a todos os abades da Ordem, a comunidade julgou importante a posse de privilégios outorgados a todos os abades cistercienses da Hispânia. De tais privilégios de natureza “regional”, o arquivo guardou memória, pelo menos até meados do século XIII, da bula *Cum paci* (1216) que permitia a readmissão na Ordem de qualquer desertor arrependido, desde que não implicasse a quebra de disciplina e da *Cum sicut* (1219), um mandado para que os abades hispânicos não cumprissem certas sentenças que lhes haviam sido impostas.

Observa-se igualmente que a comunidade procurou blindar a sua proteção jurídica no final do pontificado de Honório III. Para além do recurso a bulas especificamente endereçadas ao Mosteiro, que incidiram sobretudo sobre a confirmação da posse de direitos de natureza patrimonial, os monges de Alcobaça obtiveram entre 1221 e 1227 um total de 36 bulas⁴⁶. Depreende-se que os rescritos de proteção genérica seriam ainda eficazes quando se pretendia justificar a posse dos privilégios da Ordem, das isenções do pagamento das dízimas das terras cultivadas pelos seus membros e do pagamento de legacias, assim como demonstrar que os membros da comunidade eram protegidos contra as sentenças de excomunhão, de suspensão e de interdito, pronunciadas pelos legados sem o mandado específico da Santa Sé⁴⁷.

Ainda nesse ano de 1227, mas já com Gregório XI (1227-1241), é sob a forma destes privilégios genéricos que os monges alcobacenses reafirmaram a sua capacidade em conceder sepultura junto ao Mosteiro a todos os fiéis que assim o quisessem, desde que os mesmos não estivessem sob

46 - Veja-se o anexo. Este total corresponde ao número de bulas originais conservadas ou trasladadas em documentação alcobacense.

47 - Sobre as dimensões desta proteção apostólica, fornecida pelas bulas emitidas em favor da Ordem cisterciense ao longo do século XIII, em termos de isenção diocesana e do pagamento de tributos, da eleição dos abades, da liberdade de ingresso e proteção dos membros da comunidade, veja-se CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense...”, p. 78; RENZI, Francesco – “Da Clairvaux alla Galizia. I cisterciensi nel nord della Spagna tra XII e XIII secolo”. *I quaderni del m.æ.s. - Journal of Mediævæ Etatis Sodalitium* 14 (2011), p. 158; GOMES, Saul A. – “Revisitação a um velho tema...”, p. 52.

penas de excomunhão ou interdito (*Cum ante facies*), em impedir que os seus membros não fossem citados por autoridade apostólica em processos a decorrer a mais de dois dias de distância (*Si adhuc Amalech*), em beneficiar dos respetivos privilégios apostólico, sem revogação expressa (*Cum Cisterciensis Ordinis*) ou em não pagar parte dos bens móveis ou de raiz que eram destinados como esmola ao convento (*Cum ea que*)⁴⁸.

O quase desaparecimento destas bulas de carácter geral nas décadas seguintes constitui um sinal provável da cada vez menor “eficácia” destes privilégios genéricos face aos seus congéneres endereçados de forma específica a cada uma comunidade. Aliás, três dos privilégios concedidos “genericamente” em 1227, acabaram por ser concedidos pelo mesmo pontífice quatro anos mais tarde, agora endereçados ao abade e à sua comunidade alcobacense, como se esse novo endereço “específico” fosse necessário – ou mais eficaz – para a sua efetivação, nomeadamente junto das autoridades ordinárias⁴⁹.

É igualmente sintomático que seja precisamente nesse período que terminam os traslados dos dois registos em análise. Com efeito, o bulário da *Coleção Especial* conclui-se com bulas emitidas por Gregório IX em 1229, ao passo que a cópia no Alc. 187 adiciona ainda um rescrito de

48 - De facto, o arquivo de Alcobaça conservava um número elevado destes rescritos apostólicos de isenções e privilégios à Ordem, em larga medida testemunhos prováveis dos problemas jurisdicionais com os quais a instituição se debatia na época, nomeadamente com os cruzios sobre bens em Leiria (GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 272): proibição de excomunhão de assalariados (1221, 1248); conservação dos privilégios da Ordem (1221); isenção do pagamento de dízimas das terras cultivadas (1221, 1224, 1227); isenção do pagamento de procurações aquando de legacias (1221, 1227); isenção de sentenças de excomunhão (1221, 1227); defesa do pagamento de ofertas aos párocos pelas pessoas que se querem recolher na referida Ordem (1227).

49 - A ideia de que os privilégios particulares de cada mosteiro eram mais eficazes do que aqueles endereçados à Ordem em pleitos envolvendo as jurisdições episcopais ordinárias, é desenvolvida em RENZI, Francesco – “Da Clairvaux...”, p. 157; MORGAN, Stuart A. – “Eugenius III's Privileges to Cistercian Houses”. In FONNESBERG-SCHMIDT, Iben; JOTISCHKY, Andrew (ed.) – *Pope Eugenius III (1145-53): The First Cistercian Pope*. Amsterdam University Press, 2018, pp. 306-307 e a bibliografia citada nestes estudos.

1231⁵⁰. Ainda que a ausência do cotejo e do estudo destas duas fontes não permita tecer comentários sobre as suas eventuais interdependências, parece evidente que a feitura deste registo (elaborado de raiz ou transcrito de uma anterior versão) manifesta um desígnio de atualização. De facto, o referido ano corresponde cronologicamente ao final da transcrição que o monge Estêvão Martins fez da normativa cisterciense, a acreditar no cólofon que deixou no manuscrito, precisamente antes do arranque do referido bulário⁵¹. Dada esta sincronia cronológica, parece claro que a comunidade alcobacense foi sensível à perenização e à gestão da memória dos diplomas apostólicos que custodiava, no importante período de restabelecimento dos privilégios comuns da Ordem, ocorrido no final do pontificado de Honório III e os inícios do de Gregório IX, na sequência dos atentados que lhes foram feitos no âmbito do Concílio de Latrão IV⁵².

Com algumas exceções, centradas nos pontificados de Inocêncio IV (1243-1254) e Alexandre IV (1254-1261), os poucos exemplos conservados no período seguinte sugerem que o recurso a esta tipologia permaneceu operativa na hora de provar as isenções do pagamento das dízimas⁵³.

Em sentido contrário, o período em análise assistiu ao fortalecimento da importância dos diplomas apostólicos endereçados aos membros da comunidade alcobacense, dos quais se destacam as confirmações gerais de privilégios do Mosteiro, conhecidas pela forma tradicional *Religiosam vita eligentibus*. Este privilégio solene, segundo a tipologia diplomática

50 - Em abono da verdade, este último termina com uma bula de Honório III, desconhecida dos bulários antigos e das coletâneas atuais, datada de dezembro de 1224, relativa a um conflito entre o Mosteiro de Alcobaça e a Ordem do Templo, dirimido pelo arcebispo, chantre e tesoureiro de Braga. Contudo, o facto de esta ter sido redigida por uma outra mão e imediatamente antes de um extrato da referida ata deixa perspetivar a sua inclusão posterior, na tentativa de adicionar ao conjunto um outro rescrito, trasladado da dita peça processual.

51 - BNP, Alc. 178, p. 208. Sobre a organização deste códice, veja-se <http://purl.pt/24641/3/#/1> (consul. 21.9.2019) e BARREIRA, Catarina Fernandes, FONTES, João Luís, LOPES, Paulo Catirino, RÉPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário - "Normatividade, unanimidade..", p. 356.

52 - Este concílio ecuménico havia cerceado as isenções fiscais das abadias cistercienses face ao ordinário, o que obrigou da parte das suas comunidades a uma atenção e uma ação particular sobre a sua defesa, como refere GOMES, Saul A. - "*Donationes Custodian-tur...*", p. 249.

53 - Veja-se o anexo.

curial e como já tivemos a oportunidade de ver, enquadrava os limites do isento alcobacense, uma vez que determinava a proteção apostólica sobre o mosteiro, o seu couto e os seus bens, assim como concedia a isenção do pagamento de dízima sobre os rendimentos das suas propriedades e o privilégio de receberem no mosteiro todo aquele que quisesse fugir do mundo. Endereçados ao abade e convento do mosteiro de Alcobaca por quase todos os pontífices desde Alexandre III até Gregório XI, ou seja, entre 1164 e 1227, estes privilégios constituíram o meio preferencial pelo qual o mosteiro obteve a confirmação apostólica sistemática da posse dos seus bens e dos seus privilégios⁵⁴.

O recurso a bulas de privilégio endereçadas especificamente aos membros da comunidade justificou-se, num primeiro tempo, por considerandos relacionados com as isenções do pagamento de dízimas pelos mosteiros cistercienses⁵⁵. O primeiro exemplo conhecido é a bula *Quia plerumque*, endereçada por Urbano III, em janeiro 1186-1187, aos arcebispos das províncias nas quais se situavam os mosteiros da Ordem, sendo que o arquivo alcobacense conservou o exemplar enviado ao arcebispo de Braga e aos seus sufragâneos⁵⁶. O cartório monástico possuía ainda uma bula sobre o mesmo assunto e endereçada aos mesmos destinatários pelo seu sucessor Clemente III (*Parvenit ad nos* de 1189), embora, neste caso, o original não tenha chegado até nós.

Com a exceção da bula *Cum a nobis* de Inocêncio III, de 19 de janeiro

54 - GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 271. Refira-se que o exemplar de 1164 constitui o primeiro caso de um rescrito apostólico endereçado ao abade e restantes membros da comunidade alcobacense.

55 - Ainda que a ligação do Mosteiro à atividade comercial esteja perfeitamente estabelecida, inclusivamente desde o século XII com a isenção do pagamento de portagens concedida pelo rei em 1157, não subsistem para Alcobaca as diversas bulas de isenção do pagamento de direitos de circulação que Louis-Duval Arnould recenseou no século XIII para o espaço francês. DUVAL-ARNOULD, Louis – “Exemptions générales de péages accordées par les papes au XIII^e siècle”. In GATZ, Erwin (ed.) – *Römische Kurie. Kirchliche Finanzen. Vatikanisches Archiv. Studien zu Ehren von Hermann Hoberg*. Vol. I. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1979, pp. 135-170.

56 - Veja-se o anexo. Atente-se que esta emissão teve lugar antes de a Cúria confirmar, em 1199, a diocese de Lisboa como sufragânea de Compostela em detrimento de Braga. Ainda que o problema da jurisdição geográfica pudesse estar em pano de fundo, não é de descartar a hipótese de que a posse do exemplar do metropolitano de Braga traduzisse, antes de mais, uma maior facilidade na sua obtenção.

de 1212, cujo objetivo era de garantir ao Mosteiro a posse das doações que lhe foram feitas pelo então falecido rei D. Sancho I, os restantes exemplares desta tipologia de rescrito endereçada ao abade e à restante comunidade alcobacense situam-se cronologicamente a partir do pontificado de Honório III. Até ao ano de 1227, os assuntos tramitados com o recurso a este tipo de rescrito apostólico é bastante tipificado: isenção em favor do abade ou do prior do mosteiro para não aceitar mandados apostólicos (1221,1226) e, sobretudo, a confirmação da posse e proteção apostólica sobre os bens pertencentes ao património régio, geralmente descritos em função da sua localização (Leiria, Santarém, Coimbra, Torres Vedras, Óbidos, Pombal, Sousa e Lisboa em novembro de 1226; bens doados pelo rei D. Afonso II em Miranda e Avis no ano seguinte)⁵⁷.

A partir desta data, verifica-se uma maior abrangência das temáticas inseridas nestas bulas, aliás em sintonia cronológica com o fim dos privilégios solenes *Religiosam vita eligentibus* endereçados ao abade e monges alcobacenses e com a diminuição da presença no arquivo monástico de bulas gerais de confirmação de privilégios de natureza genérica. Importaria aferir se tais alterações resultariam de uma alteração “heurística”, eventualmente causada pelo término da elaboração dos dois registos em análise, ou se as mesmas resultaram de mudanças relacionadas com a *praxis* de produção documental da chancelaria apostólica ou com os critérios de obtenção e conservação dos rescritos apostólicos por parte dos responsáveis da comunidade alcobacense.

Uma análise sucinta das temáticas registadas nessas bulas indicia que

57 - Maria Alegria Marques e Saul A. Gomes elencaram, a partir dos rescritos apostólicos, os bens que foram confirmados, ao longo da primeira metade de Duzentos, na sua posse pelo Mosteiro: bens em Lisboa, Ota, Alenquer (1212); concessões de D. Sancho I (1212); bens em Leiria (1224); bens em Santarém (1226); Torres Vedras, Óbidos, Pombal e Sousa (1226); padroado sobre as igrejas da Pederneira, Aljubarrota, Granja de Valença, bens no termo de Guimarães, Águas Belas, entre outros (1226); Miranda (1227); Avis (1227); privilégios da Pederneira do bispo de Lisboa (1250); confirmação dos direitos de padroado concedidos por Afonso III (1278). GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 272; GOMES, Saul A. – “Revisitação a um velho tema...”, p. 70-71, nota 92; MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal...*, p. 281.

o denominador comum a todas elas eram os assuntos que interessavam especificamente o Mosteiro, assuntos desde logo ligados a episódios de turbulência no seio da comunidade, nomeadamente com a permissão para que os monges de Alcobaça pudessem celebrar, apesar de terem sido simoníacos antes da entrada na Ordem (1227), o mandado para se repreender aqueles que lançaram excomunhões sobre os benfeitores da Ordem (1227) ou com a absolvição pelo prior dos monges que se violentaram fisicamente, durante a ausência do abade (1229). Em paralelo, verifica-se a preocupação das autoridades alcobacense em proteger-se no relacionamento com a hierarquia diocesana⁵⁸, inclusivamente face ao papado⁵⁹. Com seria de esperar, não se encontram ausentes neste período as concessões de natureza fiscal, formuladas sob a forma de isenção do pagamento de parte dos bens móveis ou de raiz pelos paroquianos ao seu pároco (1231) e da autorização para receber dízimos em paróquias (1245), prefigurando a criação, três anos mais tarde, de quatro igrejas no couto⁶⁰.

Nestes meados do século XIII, o cartório alcobacense demonstrou igualmente as ligações “externas” do mosteiro, nomeadamente com o futuro rei D. Afonso III, então conde de Bolonha. Com efeito, a conservação da bula que lhe foi concedida, em 1245, para que ele fosse em cruzada à Terra Santa, mais do que o interesse em rastrear documentos relacionados com um eventual pagamento decimal⁶¹, es-

58 - O abade alcobacense recebeu o privilégio de poder celebrar o ofício divino à porta fechada e dar graças à mesa na presença de visitas, em tempo de interdito em Portugal ou somente no bispado de Lisboa ou mesmo em 1250, quando Inocêncio IV reiterou a faculdade dos membros da comunidade não serem citados para fora da respetiva jurisdição.

59 - Sobre este aspeto, o cartório alcobacense conservava bulas de 1231 e 1250, através das quais isentavam os seus membros de responderem a citações por autoridade apostólica em processos a decorrer a mais de dois dias de distância e sobre “ser convencida sobre coisas concedidas pela Santa Sé” sem menção expressa da Ordem nas letras apostólicas (1231).

60 - BRANCO, Maria João – “Aíras Vasques (1244-1258)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.); GOUVEIA, António Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 189-190.

61 - Este documento sugere uma eventual ligação entre o aumento do pedido de rescritos apostólicos e os contextos de cruzada, algo que, para além do eventual pedido do traslado de bulas de isenção do pagamento de décimas, não se deteta em Alcobaça, como aliás em muitas outras abadias da Ordem, como refere HELIAS-BARON, Marlène – “Ferveur des laïcs ou précaution monastique? Étude des pics documentaires observés dans les chartiers cisterciens à la veille des deuxième et troisième croisades”. *Revue Mabillon* 19 (2008), pp. 77-97.

pelha as boas relações então da comunidade com o Conde, ao ponto de esta lhe ter posto os seus bens ao dispor, aquando do cerco de Óbidos em 1246⁶².

Para além disso, este “enriquecimento” temático da documentação apostólica relacionada com o mosteiro não é sem relação com o incremento do papel judicial desempenhado pelo seu abade e alguns dos seus membros a partir do início do século XIII. Expresso, desde logo, nas causas dirimidas pelo abade e recenseadas por Maria João Branco para o período entre 1198 e 1220⁶³, alguns dos diplomas aludidos não deixam de evidenciar a manutenção posterior desse crescente papel de alguns membros da comunidade pelo exercício de uma atividade jurídica⁶⁴.

Doravante, com a consequente diminuição dos privilégios e o aumento das letras apostólicas de natureza graciosa e executória, uma nova etapa se abre nesta memória escriturária alcobacense, uma etapa que assiste à diversificação dos conteúdos dos rescritos apostólicos, um reflexo afinal da crescente importância do mosteiro e de alguns dos seus membros junto dos poderes.

62 - MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal...*, pp. 281-285; GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 273. O cartório alcobacense serviu igualmente como local de conservação de documentos pertencentes à família real, para além de documentação régia e concelhia. Algures no início do reinado de D. Dinis, o abade de Alcobaça entregou ao escanção-mor do rei um conjunto de diplomas que o falecido rei D. Afonso III (ou eventualmente já o próprio D. Dinis) lhe tinha confiado em custódia. Significativamente, os dois primeiros diplomas são dois rescritos apostólicos, a saber os “privilegios do Papa” pelo qual outorgou ao rei o padroado da igreja de Santa Justa de Lisboa [1274] e confirmou o escambo régio com o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra do castelo de Arronches [1264]. GOMES, Saul A. – “*Donationes Custodiantur...*”, pp. 252-255, pp. 268-269.

63 - BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos...*, vol. II, pp. 168-173.

64 - Registam-se assim, no cartório alcobacense, mandados contra a alienação de bens, certamente decorrentes de processos em 1226 e contra o bispo de Évora (1231), para além de mandados para que juízes pudessem inquirir os conflitos nos quais intervinha Alcobaça, por exemplo, com Santa Cruz de Coimbra (1209) (GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 267). Apesar de tais existências, é difícil não defender a ideia de que, regra geral, esta tipologia documental não se conservava no cartório alcobacense sob a forma de originais. Sobre este assunto, veja-se GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 266.

2. A partir dos meados do século XIII: a diversificação temática

Sem a possibilidade, por ora, de dirimir esta questão, importa sublinhar a manutenção da relação da comunidade com os supramencionados privilégios genéricos. Se é certo que a comunidade solicitava-os com parcimónia directamente para si, não restam dúvidas que os pedia igualmente para outras casas cistercienses do reino, como Celas⁶⁵, o que coloca a possibilidade do uso de documentação conservada em outros mosteiros portugueses da Ordem.

Nesta “nova conjuntura” documental, a limitação do recurso às bulas *in forma communis* ou às bulas “genéricas” de confirmação leva ao decréscimo do pedido de confirmações apostólicas de direitos entretanto adquiridos, dos quais o cartório conservou a confirmação dos direitos de padroado concedidos pelo rei Afonso III em 1278⁶⁶. De igual modo, deteta-se o decréscimo dos mandados sobre pleitos e sobre a conservação de privilégios, restritos ao mandado, endereçado ao bispo de Évora, para que este amparasse o abade D. Estêvão, defendendo-o no usufruto dos seus privilégios (1274)⁶⁷.

No século XIV, as reminiscências das confirmações genéricas dos privilégios a Cister relacionam-se com conjunturas específicas. Ainda que isso seja difícil de provar para o contexto que conduziu à obtenção de bulas de confirmação genérica de privilégios em 1302⁶⁸, a questão torna-se mais clara seis anos mais tarde. No início do Concílio de Vienne, as isenções das Ordens foram contestadas por alguns prelados, como o bispo de Mende Guilherme Durant e o arcebispo de Bourges Gil de Roma. Devidamente combatidos, a Ordem obteve o reconhecimento apostólico das suas pretensões, através de duas bulas, ambas datadas de 2 de setembro de 1309. Numa delas, o papa confirmou o conjunto de

65 - LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 588-594.

66 - Veja-se o anexo.

67 - MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal...*, p. 281

68 - Para além do anexo, veja-se GOMES, Saul A. – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo...”, p. 115.

privilégios outorgados aos Cistercienses pelos seus antecessores e pelos reis. No mesmo dia, confirmou o privilégio de Lúcio III, de 1184, pelo qual a Ordem e suas abadias viam-se protegidas das censuras e intervenções impostas pelos ordinários, um traslado que se conservou em muitos cartórios de mosteiros da Ordem. Com uma relação direta com estes acontecimentos, o pontífice veio, dois dias mais tarde, a nomear executores e conservadores dos privilégios da Ordem por toda a Cristandade, escolhidos fora da Ordem⁶⁹.

Se aludimos a esta questão precisa, é porque o cartório alcobacense conservou traços desta ação, através de duas bulas originais de 1309 e de um traslado, elaborado no dia 20 de novembro do ano seguinte, dentro da igreja catedral de Lisboa⁷⁰. De igual modo, a bula de nomeação do conservador não se regista em original, mas em traslado de 1341⁷¹. Este exemplo é ilustrativo do facto de que tais documentos, ainda que úteis e respeitantes ao mosteiro, estivessem na posse dos destinatários, razão pela qual os originais de tais tipologias documentais encontrar-se-iam, na maior parte das vezes, fora do cartório monacal, sendo por estes requisitados, quando necessário, aos destinatários ou à própria Ordem⁷². De facto, neste caso preciso, foram os representantes do conservador que apresentaram a carta executória de 1309 e, posteriormente, a bula de nomeação, trasladada em 1341, sinal de que os originais se encontravam unicamente na posse do destinatário/conservador da Ordem.

Este exemplo ilustra igualmente a prática que parece se desenvolver, a partir dos finais do século XIII no que respeita ao caso alcobacense, com o crescente recurso ao traslado de letras pontifícias. Ainda que cada exemplar consubstancie um contexto e uma conjuntura específica, parece evidente que o conhecimento e a conservação de rescritos

69 - Veja-se sobre esta questão MOREROD, Jean-Daniel – “Le «polycopiage»...”, pp. 303-304; SALEMME, Timothy – “À propos d'un bullaire...”, pp. 59-60.

70 - TT, *Coleção Especial*, cx. 3, n.º 91 e LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 940-941.

71 - TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª inc., m. 55, n.º 1 (traslado de 1341). LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 1158; vol. II, p. 491-492.

72 - MOREROD, Jean-Daniel – “Le «polycopiage»...”, p. 305.

apostólicos passou, em grande medida, (também) pela conservação do seu traslado⁷³. Neste particular, destacam-se os traslados de mandados apostólicos, no âmbito da instrução de processos judiciais e, por isso, passados com um intervalo de tempo face à data da sua emissão pela chancelaria apostólica⁷⁴. Ainda assim, nem todos estes mandados eram conhecidos por via de traslado, já que o cartório da instituição acabou por conservar alguns exemplares, um deles enviado em 1304 ao chantre alcobacense para devolver bens alienados por Santa Maria da Alcáçova de Santarém ou, dois anos antes, para receber um converso⁷⁵. A elaboração de um traslado foi também o expediente utilizado para obter as necessárias dispensas do pagamento das décimas inerentes à recuperação da Terra Santa, à semelhança daquela lançada no Concílio de Vienne⁷⁶.

A observação do anexo permite verificar a diminuição quantitativa dos atos diplomáticos emitidos pela chancelaria apostólica, com destino à abadia alcobacense, a partir dos inícios do pontificado de Clemente VI (1342-1352). Com a exceção de duas bulas de confirmação de privilégios da Ordem, a saber *Cum a nobis* [1342.8.24] e *Apostolice sedis copiosa* [1345.3.2], as bulas conservadas remetem para os finais do pontificado do papa Urbano V com o mandado, emitido em 1369, para que o “*Universo dos abades, priores, prebostes e abades-*

73 - Sem intenção de exaustividade: em 1274 traslada-se a isenção de dízimas concedida em 1262; em 1278, uma outra isenção de dízimas feita em 1224 (subsistindo, no entanto, o original); em 1282 do traslado de isenção de 1249; em 1309 de confirmação de 1251 (subsistindo o original). LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 621, 169 e 774, 387, 410a e 944.

74 - Mais uma vez e de forma não exaustiva, registam-se os processos sobre o hospital de Santo Elói (com mandado de 1307 traslado em 1308), das dízimas de São Bartolomeu (com mandado de 1308 trasladado em 1309), além de outros exemplos nas décadas seguintes. Que a questão dos mandados faria parte das incumbências mais amiúde solicitadas aos membros da abadia pela autoridade apostólica, depreende-se do conhecido formulário contido no Alc. 47, onde se elenca os modelos de cartas a enviar ao papa e aos cardeais: a súplica para confirmação de abade eleito; o pedido de escusa da assunção de comissões apostólicas, da citação de partes em virtude dessas mesmas comissões e cartas a enviar ao cardeal protetor da Ordem de recomendação ou súplica. GOMES, Saul A. – “Um formulário monástico...”, pp. 150, 166, 174-178, 180-181.

75 - LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 787, 916; GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 275.

76 - Para além do anexo, veja-se GOMES, Saul A. – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo...”, pp. 313-314 e LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, n.º 958.

sas e prioresas da Ordem de Cister sujeitos ao mosteiro de Alcobaça” recebessem Martinho como abade de Alcobaça⁷⁷. Como seria de esperar, a complexificação dos processos eleitorais dos abades a partir da segunda metade do século XIV, sob influência dos papas de Avinhão e/ou do poder régio, originou a emissão de bulas ligadas a essas eleições e à intervenção curial dessas mesmas⁷⁸. São disso exemplo as bulas enviadas aos dependentes de Alcobaça para receber o abade, datadas de 1369 e de 1414, ou daquelas, em 1382 e 1385, que promoviam a obediência dos membros da comunidade e seus dependentes ao novo abade D. João de Ornelas⁷⁹.

A mesma parcimónia respeita o pontificado de Gregório XI, com duas bulas pelo menos “inesperadas”. Se a autorização ao abade Martinho para o envio de quatro monges à Universidade para aí cursarem Direito Canónico e Direito Civil, a pedido do rei D. Fernando, encontra cabimento na valorização da formação académica inclusivamente no seio da Ordem, já o mandado de 13 de fevereiro de 1375 para o arcediogo de Seia e para os chantres de Coimbra e de Lisboa executarem o provimento apostólico em favor de João Clemente na igreja de Santa Maria de Vila Real, comportam justificações ainda por apurar⁸⁰.

Com o Grande Cisma e a consequente tomada de partido pela obediência romana, assiste-se a um novo período das relações entre Portugal e o Papado, desde logo marcado, do ponto de vista documental, pelos problemas de conservação da documentação relativa aos papas da obediência romana⁸¹. O acervo das bulas “alcobacenses” desse período contribuem, como seria de esperar, em primeiro lugar para a história do mosteiro e, de modo particular, para a dimensão protoco-

77 - Veja-se o anexo.

78 - SALEMME, Timothy – *Documenti pontifici nel tabularium dell'abbazia cistercense di Chiaravalle Milanese. DA Innocenzo II a Clemente V*. Turnhout: Brepols, 2014, pp. 305-306.

79 - GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz...”, p. 276. Sobre este último, veja-se FARRELO, Mário – “O arcebispo, o abade e o Grande Cisma. A história de um (des)encontro no mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça em 1385”. In FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *D. Lourenço Vicente da Lourinhã*. Lourinhã: Câmara Municipal, 2021, no prelo.

80 - LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, nº 1244, 1246; vol. II, p. 547-549.

81 - ROTT, Jean – “Le Grand Schisme d'Occident et le diocèse de Strasbourg (1378-1415)”. *Mélanges d'archéologie et d'histoire* 52 (1935), p. 367.

lar do exercício da dignidade de abade, nomeadamente por parte do abade D. João de Ornelas⁸².

Acresce a esta incidência sobre a figura abacial, a existência de bulas relativas à Ordem de Cristo, em linha com a intervenção espiritual e jurisdicional que a Ordem mantinha na referida milícia⁸³. Na década seguinte, o grosso da documentação apostólica encontra-se ligada ao percurso institucional de Estêvão de Aguiar antes e durante a sua nomeação como abade de Alcobaça⁸⁴. Sem prejuízo de outros elementos explicativos, este caso específico parece ilustrar a importância do cartório abacial como “arquivo” particular de um abade, o qual por sinal manteve uma relação especial com o escrito e com a conservação da documentação produzida durante o seu abaciado, como se deteta através dos livros então produzidos no respectivo *scriptorium* e das cartas e diplomas ainda hoje conservados na *Segunda Incorporação* do acervo alcobacense, na Torre do Tombo⁸⁵.

82 - Entre outros, a graça de ter confessor e a autorização para o uso de mitra e anel das solenidades religiosas. TT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação, m. 94, doc. s/n.º e LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia...*, vol. I, nº 1300. Sobre este abaciado, historiado com o recurso a estas e outras bulas, vejam-se MARQUES, Maria Alegria – “O mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas”. In *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional. 16-20 Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça*. Vol. 1. Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 73-88, *maxime* 87; GOMES, Saul A. – “D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414)”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo e KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar, FERNANDES, Hermenegildo e FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 253-277.

83 - As bulas conservadas respeitam a conservação de privilégios (1386) e a revogação de alienações de bens do Mestre e da Ordem feitas de forma ilícita (1386 e 1411). Sobre a memória da jurisdição espiritual de Alcobaça sobre a Ordem, veja-se GOMES, Saul A. – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do processo contra os templários”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (ed.) – *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Actas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 159-170.

84 - Veja-se o quadro. Sobre as múltiplas dimensões do percurso institucional, espiritual e cultural deste religioso, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes, FONTES, João Luís, LOPES, Paulo Catarino, RÉPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade...”, pp. 357-370; LOPES, Paulo Catarino – “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”. In ALESSANDRINI, Nunziatella, RUSSO, Mariagrazia e SABATINI, Geatano (org.) – *Homo est minor mundus. Construção de saberes e relações diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.

85 - Sobre esta vertente de Estêvão de Aguiar, veja-se FERNANDES, Carlos Roma – *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Estêvão de Aguiar (1431-1446)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970.

Posteriormente, os atos apostólicos respeitantes a Alcobaça tornam-se mais espaçados no tempo e, sobretudo, mais tipificados em função de conjunturas específicas. São disso exemplo a nomeação do novo abade D. Gonçalo em 1446 e o desenvolvimento de atividades reformadoras nos mosteiros cistercienses portugueses, seja em termos de visitação (1456, 1459), do não-recebimento de abades comendatários (1452) ou da gestão patrimonial (1470, 1471)⁸⁶. Com tais documentos, para além de arreigar a autonomia da abadia, preparava-se a futura congregação cisterciense portuguesa⁸⁷.

A mesma tend ncia verifica-se com as raras bulas identificadas para as últimas décadas do século XV, marcadas pelo “domínio” de D. Jorge da Costa sobre o mosteiro como comendat rio⁸⁸ e da nomeação do seu substituto Isidoro Tristão, em 1488⁸⁹. É no contexto da sua demissão, oito anos mais tarde, que surgem as duas últimas bulas alcobacenses de Quatrocentos recuperadas do acervo medieval da instituição. Ambas testemunham a renovada intervenção de D. Jorge da Costa no mosteiro. Endereçadas significativamente a «*Jorge, bispo de Albano, cardeal de Lisboa*», nelas o prelado conseguiu a confirmação de todos os privilégios da abadia em termos de visitação e da proteção dos seus próprios direitos sobre a respetiva comenda⁹⁰.

86 - Ver anexo.

87 - GOMES, Saul A. – “Abb s et vie r guli re...”, p. 147.

88 - Expressas na bula de Sisto IV (*Inter curas* [1475.8.26]) para que o arcebispo D. Jorge da Costa pudesse ser provido na administração do Mosteiro, desde a entrada em vacatura do mesmo até   nomeação do novo abade. TT, *Col. Esp.*, cx. 8, n  56; Alc. 228, fólios 43-43v (século XVIII). Sobre as relações de D. Jorge da Costa e o mosteiro, veja-se MARQUES, Maria Alegria – “A família do *Venturoso* e a Ordem de Cister”. In *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*. Vol. 2: *Igreja e Assistência*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 227-235, igualmente em *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 227-244; GOMES, Saul A. – “D. João II e o Mosteiro de Alcobaça”. In *O Tempo Histórico de D. João II. Nos 550 anos do seu nascimento*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 201-254.

89 - Ver anexo.

90 - Ver anexo. Sobre o enquadramento e encadeamento dos acontecimentos envolvendo a seqüência dos abades do Mosteiro nesse período conturbado, veja-se GOMES, Saul A. – “Abb s et vie r guli re...”, p. 149.

*

O que depreender desta relação entre o Mosteiro de Alcobaça e as “suas” bulas medievais? Desde logo a existência de uma cronologia particular, com uma concentração de bulas no espaço de uma centúria (meados do século XII a meados do século XIII) com “picos” em conjunturas precisas de aquisição de bens ou direitos e respetivas confirmações. Por isso, a tipologia temática desses documentos afigura-se pouco variada, com a prevalência de bulas de proteção, de isenção de dízimas, de confirmação de posse de bens e de direitos.

Este quadro documental altera-se para o período posterior, com a diminuição das bulas no arquivo alcobacense. Ainda que esse decréscimo para os séculos XIV e XV possam estar ligados à falta de investigação e aos limites da inventariação aqui realizada, parece claro que o papel do Papado face ao Mosteiro se alterou a partir desse período. Mais do que a (re)afirmação das tradicionais prerrogativas jurisdicionais do abade e da sua comunidade, as bulas tardomedievais alcobacenses prefiguram o “novo” quadro de uma intervenção apostólica na instituição, expressa nomeadamente nos processos de confirmação dos novos abades.

De facto, o término aparente da prática em solicitar bulas de confirmação de privilégios *in forma communis* endereçadas à comunidade alcobacense e o recurso menos evidente às bulas genéricas, agora limitadas, em grande medida a assuntos fiscais, ambos verificados em meados da centúria de Duzentos, coloca um interessante problema histórico. Até que ponto estas alterações resultam da modificação da relação escriturária do Papado com a Ordem de Cister, de uma nova conjuntura de relacionamento entre os cistercienses e o novo rei D. Afonso III ou mesmo da ineficácia dos modelos das bulas anteriores, é algo a aferir no futuro. Tais justificações, por mais variadas que sejam, relacionar-se-ão sempre com o lógico, com o cientificamente provado ou provável; sem grande espaço para leituras mais pitorescas, como a ideia de uma eventual rapina seletiva de rescritos apos-

tólicos, à semelhança daqueles que, em 1519, tinham as chaves do cartório alcobacense e que, segundo o prior reformador do mosteiro, eram “ora leigo, ora frade, e pessoas pouco zelosas do bem que segundo fama e verdade, alienaram muitas scripturas”⁹¹.

91 - GOMES, Saul A. – “*Donationes Custodiantur...*”, pp. 264-265.

ANEXO – Inventário das bulas recenseadas no cartório do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (séculos XII-XV)

Abreviaturas: **Abranches** = ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez*, vol. 1: *Summa do Bullario Portuguez*. Coimbra: F. França Amado, 1895; **Alcobaça, 1ª inc.** = TT, Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1ª incorporação; **Alcobaça, 2ª inc.** = TT, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2ª incorporação; **Barbiche** = BARBICHE, Bernard – *Les actes pontificaux originaux des Archives nationales de Paris*. Vol. III: 1305-1415. Città del Vaticano: Biblioteca Apostólica Vaticana, 1982; **BNP** = Biblioteca Nacional de Portugal; **Boaventura** = SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato – *Historia chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos*. Lisboa: Impressão régia, 1827; **Bulas** = TT, *Coleção das Bulas*; **Caeiro** = CAEIRO, Francisco da Gama – «Novos elementos sobre Pedro Hispano», *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 22, 2 (1966); **Cod. Alc.** = BNP, *Codices Alcobacenses*, nº; **Col. Esp.** = TT, *Coleção Especial*; **Costa** = COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Bulário Português*. Inocêncio III (1198-1216). Coimbra: INICT, 1989; **Costa, Bulário séc. XIII** = COSTA, Avelino de Jesus da – *Bulário Português do século (1198-1303): subsídios para o seu inventário*. Coimbra: 1962 (dactilografado); **Costa, Mestre** = COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs*. Braga: Editorial Franciscana, 1963; **cx.** = caixa; **CUP** = SÁ, Artur Moreira de – *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. II: 1377-1408. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966; **doc.** = documentos(s); **Domínguez Sánchez, Bonifácio VIII** = DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Documentos de Bonifácio VIII (1294-1303) referentes a España*. León: Universidad de León, 2006; **Domínguez Sánchez, Clemente V** = DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Documentos de Clemente V (1305-1314) referentes a España*. León: Universidad de León, 2014; **Erdmann** = ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927; **fl.** = fôlio(s); **Gomes, D. João II** = GOMES, Saul António – “D. João II e o Mosteiro de Alcobaça”, in *Actas do Colóquio “O Tempo Histórico de D. João II – Nos 550 anos do seu nascimento”*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, p. 201-254; **Gomes, Porto de Mós** = GOMES, Saul António – *Porto de Mós. Colectânea Documental e Histórica. Séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005; **Gomes, Revisitação** = GOMES, Saul António – “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”, in *Actas. Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*, vol. 1: *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2000; **Henriquez** = HORTENSIS, Chrysostomus Henriquez – *Regula, Constitutiones et privilegia Ordinis Cisterciensis: item Congregationum monasticarum et militarium quae Cisterciense institutum observant*. Antuerpiae: Ex officina Plantaniana Balthazaris Moreti, 1630; **Jaffé** = JAFFÉ, Philippus – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*. Borolini – Bruxellis et Gandavi – Moguntiae – Monhacii – Ratisbonae – Vindobonae: Veit et socius – C. Muquardt – Kirckekin et Schott – Libreria Lentneriana – G. J. Manz – W. Braumueller, 1851; **Jaffé-Wattenbach** = JAFFÉ, Philippus – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum*

MCXCVIII, editionem secundam correctam et auctam Gulielmi Wattenbach. Tomus II: *Ab anno MCXLIII ad annum MCXCVIII*. Lipsiae: Veit et Comp., 1888; **LD** = TT, *Ordem de Cister. Mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça, Livro dos Dourados*; **Linehan** = LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 2 vols; **m.** = maço; **MH** = DINIS, António Joaquim Dias, dir. – *Monumenta Henricina*. Vol. XII: 1456-1460. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972; **nº** = número/números; **Nomasticon** = PARIS, Juliano – *Nomasticon Cisterciense, seu antiquiores Ordinis Cisterciens Constitutiones*. Parisiis: Apud Viduam Gervasii Alliot & Aegidium Alliot, 1664; **(P)** = Publicado; **p.** = página(s); **(R)** = Regesta; **Regestum Clementis** = *Regestum Clementis papae V ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi ivssu et mvnificenta, nvnc primvm editvm cvra et stvdio monachorvm ordinis s. Benedicti*. Romae: ex Typographia vaticana, 1885-1892. 8 vols.; **S.** = São; **Sá, Primórdios** = SÁ, Artur Moreira de – «Primórdios da cultura Portuguesa», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. I, 1 (1966); **Sailler** = SAILLER, Gerhard, 2008 – *Papsturkunden in Portugal von 1198 bis 1304. Ein Beitrag zum Censimento*. Wien: Historisch-Kulturwissenschaftliche Fakultät, 2008; **Sta.** = Santa; **Santos** = SANTOS, Fr. Manoel dos – *Alcobaça ilustrada : notícias, e historia dos mosteyros, & monges insignes cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal, & Algarves : primeyra parte, comtem a fundaçam, progressos gloriosos, privilegios, regalias, & jurisdiçoens do Real mosteyro de Alcobaça cabeça da congregaçam no tempo de seus abbades perpetuos, & administradores com[m]e[n]datarios até a morte do Cardeal Rey D. He[n]rique : com muytas notícias antigas, & modernas do reyno, & serenissimos reys de Portugal*. Coimbra: Na officina de Bento Seco Ferreyra ..., 1710; **séc.** = século; **TT** = Torre do Tombo; **Urbain V** = *Urbain V (1362-1370)*. Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican, edição de Marie-Hyacinthe LAURENT. Paris: E. de Boccard, 1954-1985. 13 vols.; **Varandas** = VARANDAS, José Manuel Henriques – «BONUS REX» ou «REX INUTILIS». As periferias e o centro. Redes de Poder no Reinado de D. Sancho II (1223-1248). Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade de Lisboa, 2003.

N. B. - Os documentos do Cod. Alc. 228 foram referenciados a partir da foliação aposta no canto superior direito de cada fólio.

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1099.04.24-30 Roma (S. Pedro)	Urbano II <i>Molesmensem</i>	<i>Hugo, arcebispo de Lyon e legado</i> Mandado para que Roberto regresse a Molesme	<i>Cod. Alc.</i> 187, p. 175 (séc. XIII) (contido no <i>Exordium parvum</i> , cap. VI)
1100.10.19 Troja	Pascoal II <i>Desiderium quod</i>	<i>Cister</i> Reconhecimento canónico de Cister e respetiva proteção apostólica	<i>Cod. Alc.</i> 187, p. 178-179 (séc. XIII) (contido no <i>Exordium parvum</i> , cap. XIV)
1119	Calisto II <i>Ad hoc in Apostolice</i>	<i>Estêvão</i> Confirmação da <i>Carta Caritatis</i>	<i>Cod. Alc.</i> 187, p. 184 (séc. XIII)
1153.12.9 Latrão (Roma)	Anastácio IV <i>Sacrosanta Romana Ecclesia</i>	<i>Gozevino, abade de Cister e aos abades e monges professos da Ordem de Cister</i> Confirmação da <i>Carta Caritatis</i>	<i>Cod. Alc.</i> 187, fl. 236-238 (séc. XIII); <i>Nomasticon</i> , p. 78-79 (P); Henriquez, p. 53-54 (P); Jaffé, nº 6744 (R)
1164.3.27 Sens	Alexandre III <i>Religiosam vitam eligentibus</i>	<i>Bartolomeu, abade do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça e seus irmãos presentes e futuros</i> Toma a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica, assim como o seu couro e os bens em Lisboa, concedendo-se a isenção do pagamento de dízimas sobre as suas propriedades e o privilégio de poder receber no mosteiro todo aquele que quisesse fugir do mundo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 10, 11 (séc. XII) e 2 (séc. XIII), cx. 15, nº 1, fl. 4-4v, doc. 12 (séc. XIII); <i>Cod. Alc.</i> 187, fl. 220-221 (séc. XIII); <i>Cod. Alc.</i> 228, fl. 15-15v (séc. XVIII); LD 2, fl. 22; Henriquez, p. 55 (P); Abranches, p. 2, nº 7 (R); Santos, p. 54 (P); Erdmann, nº 66 (P); Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 3 (P)
1169.7.4 Benevento	Alexandre III <i>Attendentes quomodo</i>	<i>Alexandre, abade de Cister e abades da Ordem de Cister</i> Confirmação da isenção da jurisdição episcopal	<i>Cod. Alc.</i> 187, fl. 239 (séc. XIII); Henriquez, p. 55 (P); Jaffé, nº 7767 (R); Jaffé-Wattenbach, II, nº 11632 (R)
1174.1.18 Anagnie	Alexandre III <i>Contigit olim</i>	<i>Universo de arcebispos, bispos, abades e prelados no reino de França</i> Canonização do abade Bernardo	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 102v-103 (séc. XVIII) (datado 1164.1.8); Jaffé, nº 8289
[1175].5.13 ¹ Ferentino	Alexandre III <i>Intimatum est auribus nostris</i> ²	<i>Arcebispos de Reims e de Rouen e seus sufragâneos</i> Isenção do pagamento das dízimas <i>novalis</i>	<i>Col. Alc.</i> 187, fl. 238v-239 (séc. XIII); Boaventura, p. 22-23, nº 1 (das Provas) (P); Jaffé-Wattenbach, II, nº 14080 (R) (s.d.)
[1184].3.1 Anagnie	Lúcio III <i>Attendentes commandabilem</i>	<i>P., abade e capitulo de Cister</i> Poder para absolver de qualquer censura os que entrarem para a Ordem, sob a devida penitência, e poder para que estes possam ter procurador	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 7, doc. 20 (séc. XIII) [regesta]; <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 240 (séc. XIII); Jaffé-Wattenbach, II, nº 14990 (R)
1184.11.21 Verona	Lúcio III <i>Monastice sinceritas discipline</i>	<i>Abade de Cister e a todos os abades e conventos da Ordem de Cister</i> Concessão da devida proteção contra sentenças de excomunhão, suspensão e interdito em favor dos membros e conventos dos mosteiros da Ordem de Cister	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 91 (traslado 1308.9.2); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 239-240 (séc. XIII); LD 2, fl. 10, 66; Henriquez, p. 58-59 (P); Jaffé, nº 9640; Jaffé-Wattenbach, II, nº 15118 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1184.12.18 Verona	Lúcio III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Martinho, abade do mosteiro de Alcobaça e aos seus irmãos presen- tes e futuros</i> Tomar a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica e confirmação das doações an- teriores	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 19; cx. 15, nº 1, fl. 9v-10v, doc. 30 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 221-222 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 16- 16v (séc. XVIII); LD 2, fl. 19v; Abranches, p. 2, nº 19 (R); Santos, p. 3 (P); Erdmann, nº 102 (P); Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 5 (P)
1186/7.1.11 Verona	Urbano III <i>Quia plerum- que</i>	<i>Arcebispo de Braga e sufragâneos</i> Isenção de pagamento de dízimas pelos monges de Alcobaça	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 20; cx. 15, nº 1, fl. 1v, doc. 2 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 211 (séc. XIII) (datado 1186/7.1.11); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 39-39v (séc. XVIII) (refere que original está no Car- tório, caixão 2, gaveta 1ª, nº 12); LD 2, fl. 18; Boaventura, p. 23-24, nº 3 (das Provas) (P); Jaffé-Wattenbach, II, nº 15764 e 15765 (R); Abranches, p. 4, nº 21 (R); Erdmann, p. 63 (P) (datado 1.11)
1186/7.1.15 Verona	Urbano III <i>Cum ordo</i>	<i>Abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Privilegio aos abades cister- cienses para abençoar os novos abades no caso de recusa dos ordinários	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 21; cx. 15, nº 1, fl. 1-1v, doc. 1 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 210 (séc. XIII); LD 2, fl. 74; Henriquez, p. 57-58 (P); Abranches, p. 4, nº 22 (R)
1189.6.26 Latrão (Roma)	Clemente III <i>Religiosam vitam ducenti- bus</i>	<i>Martinho, abade do mosteiro de Alcobaça e aos seus irmãos presen- tes e futuros</i> Tomar a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e pri- vilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 26; cx. 15, nº 1, fl. 10v-11v, doc. 31 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 222-223 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 17-17v (séc. XVIII); LD 2, fl. 15; Abranches, p. 5, nº 29 (R); Santos, p. 5 (P); Erdmann, nº 119 (P)
1189.6.27 Latrão (Roma)	Clemente III <i>Pervenit ad nos</i>	<i>Arcebispo de Braga e sufragâneos</i> Isenção de pagamento de déci- mos pelos monges de Alcobaça sobre os bens que exploram	<i>Col. Alc.</i> 187, fl. 235 (séc. XIII); Erdmann, nº 120 (P); Jaffé-Wattenbach, II, nº 16424 (R)
1192.2.15 Roma (S. Pedro)	Celestino III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Guilherme, abade do mosteiro de Cister e seus irmãos</i> Confirmação dos direitos e isen- ções da Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 15-16, doc. 34 (séc. XIII)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1195.5.16 Latrão (Roma)	Celestino III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Mendo, abade do mosteiro de Alcobaça e seus irmãos presentes e futuros</i> Confirmação da posse dos bens, isenção do pagamento de dízimas sobre os mesmos e privilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 29, 30 (séc. XIII); cx. 15, nº 1, fl. 11v-13v, doc. 32 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 223-225 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 18-19v (séc. XVIII); LD 2, fl. 18v; Abranches, p. 6, nº 32 (R); Santos, p. 3 (P); Erdmann, nº 141 (P)
1202.6.18 Latrão (Roma)	Inocêncio III <i>Cum paci et quieti</i>	<i>Abade e convento de Cister</i> Inibe o uso de letras apostólicas obtidas de forma ilegal por de- sertores da Ordem, em virtude do caso que podiam causar a esta última	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 7, doc. 24 (séc. XIII); Erdmann, nº 83 (P)
1203.12.9 Anagni	Inocêncio III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Abade do mosteiro de Alcobaça e seus irmãos presentes e futuros</i> Toma a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e isen- ção do pagamento de dízimas dos bens por si cultivados	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 35; cx. 15, nº 1, fl. 13v-14v, doc. 33 (séc. XIII); <i>Col.</i> <i>Alc.</i> 228, fl. 20-21v (séc. XVIII); Abranches, p. 7, nº 37; Santos, p. 579- 581 (1203.10.11) e Apêndice documental, sem nº (P); Costa, nº 97 (P); Sailler, nº 34 (R); Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 8 (P); Linehan, I, nº 45 (R); II, p. 2-3 (P parcial)
1209.9.11 Viterbo	Inocêncio III <i>Dilecti filii</i>	<i>Prior de S. Vicente de Lisboa e aos reitores das igrejas de Sta. Maria de Marvila e de S. Julião de Santarém</i> Mandado para dirimirem o feito entre Sta. Cruz de Coimbra e o mosteiro de Alcobaça porque os primeiros fizeram uma granja e desenterraram corpos em terreno dos segundos, entre outras vio- lências	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 39; Abranches, p. 7, nº 40 (R); Costa, nº 140 (P); Gomes, <i>Revisitação</i> , p. 61-62 (P); Sailler, nº 44 (R); Linehan, I, nº 62 (R)
1212.1.19 Latrão (Roma)	Inocêncio III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação à Ordem de Sta. Ma- ria de Alcobaça as doações feitas por D. Sancho I, rei de Portugal	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 40; cx. 15, nº 1, fl. 5, doc. 16 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 217 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 41 (séc. XVIII); Abranches, p. 7, nº 42 (R); Costa, nº 173 (P); Sailler, nº 49 (R); Linehan, I, nº 73 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1212.2.11 Latrão (Roma)	Inocêncio III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Abade do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça e seus irmãos professos presentes e futuros</i> Tomar a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e privilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 1, nº 41; cx. 15, nº 1, fl. 13v-14v (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 226-227 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 22-23v (séc. XVIII) (datado 1211.2.11); LD 2, fl. 2-2v; Abranches, p. 7, nº 43 (P); Costa, nº 151 (datado 1311.2.11) (P); Sailler, nº 50 (R); Linehan, I, nº 74 (R); II, p. 9-10 (P parcial)
1216.6.18 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum paci</i>	<i>Abades e conventos dos mosteiros da Ordem de Cister na Hispânia</i> Autorização para readmitem na Ordem qualquer desertor arrependido, desde que não implique quebra de disciplina	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 7 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 219-220 (séc. XIII)
1218.1.19 Latrão (Roma)	Honório III <i>Querelam Menendi Alfonsi</i>	<i>Abade e prior de Alcobaça e prior de Sta. Maria da Alcáçova de Santarém</i> Mandado para dirimir a justiça de Mendo Afonso e de outros cavaleiros sobre a usurpação de direitos de padroado pelo prior do Hospital no reino português	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 14; Sailler, nº 70 (R); Linehan, I, nº 115 (R)
1219.4.2 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum sicut accepimus</i>	<i>Abades e conventos dos mosteiros da Ordem de Cister na Hispânia</i> Mandado para não cumprirem certas sentenças que lhes foram impostas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 7, doc. 24 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 219?
1221.11.12 Latrão (Roma)	Honório III <i>Etsi de quibuslibet</i>	<i>Universo dos arcebispos e bispos</i> Conservação dos privilégios da Ordem de Cister e proibindo-os de excomungar assalariados da referida ordem e obrigar à confissão os seus membros e conversos	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 6 e 7; Abranches, p. 9, nº 54 (R); Linehan, I, nº 147 (R)
1221.11.15 Latrão (Roma)	Honório III <i>Benefaciens Dominus</i>	<i>Universo dos arcebispos, bispos e prelados</i> Conservação dos privilégios da Ordem de Cister, com a exceção daqueles decretados no Concílio Geral sobre as dízimas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 8; Abranches, p. 9, nº 55 (R); Linehan, I, nº 148 (R)
1221.11.16 Latrão (Roma)	Honório III <i>Contingit interdum</i>	<i>Abade de Cister e abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de dízimas das terras cultivadas às suas custas.	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 9; Abranches, p. 9, nº 56 (R); Linehan, I, nº 149 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1221.11.16 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum preter pauperem</i>	<i>Universo das abades e convento da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de procura- ções aquando das legacias	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 10; Abranches, p. 9-10, nº 57 (R); Henriquez, p. 59 (P); Linehan, I, nº 150 (R)
1221.11.16 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum ordinis vestri</i>	<i>Abade de Cister e abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Proteção das sentenças de exco- munhão, suspensão de legados sobre os monges e de interdito sem mandato da Santa Sé	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 11; Henriquez, p. 59-60 (P); Abranches, p. 10, nº 58v (R); Linehan, I, nº 151 (R)
1221.12.8 Latrão (Roma)	Honório III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Abade do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça e a seus irmãos professos presentes e futuros</i> Tomar a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e pri- vilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 13; cx. 15, nº 1, fl. 17-18, doc. 35 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 229-231 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 24-25 (séc. XVIII); Abranches, p. 10, nº 60 (R); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 336 (P); Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 14 (P); Sailer, nº 98 (R); Linehan, I, nº 153 (R); II, p. 15-16 (P parcial)
1221.12.20 Latrão (Roma)	Honório III <i>Quieti tuae providere</i>	<i>P., Abade de Alcobaça</i> Poder para não aceitar mandados apostólicos sem revogação ex- pressa desta bula	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 14; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 42 (séc. XVIII); Abranches, p. 10, nº 61 (R); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 338 (P); Sai- ller, nº 99 (R); Linehan, I, nº 154 (R)
1224.1.27 Latrão (Roma)	Honório III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Abade e monges do mosteiro de Alcobaça</i> Tomar a Ordem de Sta. Maria de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e pri- vilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 15; cx. 15, nº 1, fl. 18v-19v, doc. 36 (séc. XIII); Linehan, I, nº 162 (R); II, p. 17-18 (P parcial)
1224.11.9 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum abbates</i>	<i>Arcebispos, bispos, abades, priores, deões, arcediagos, oficiais e outros prelados das igrejas</i> Mandado para respeitar as isen- ções das abadias cistercienses em termos do pagamento de dízimas sobre as terras adquiridas ou a adquirir no futuro.	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 86, nº 1556 [doc. em papel]; Boaventura, p. 25, nº 1 (das <i>Provas</i>) (P) (refere que foi transcri- to de um original)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1224.11.25 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum aliquan- do cogente</i>	<i>Abades e frades da Ordem de Cister</i> Inibição sobre o pagamento de dízimas das terras cultivadas di- reta e indiretamente pela Ordem de Cister	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 60 (cópia figurada de 1236); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 86, nº 1556 [doc. em papel]; Linehan, I, nº 169, 774 (R) (traslado 1278); Varandas, p. 761 (R) (datado 1225.11.25)
[1224].12.7 Latrão (Roma)	Honório III <i>Ile aubf...J?</i> <i>videatur</i> <i>injuriarum</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Informa os destinatários de que, no conflito por estes mantido com a Ordem do Templo, nomeou para dirimir o feito o arcebispo, chantre e tesoureiro de Braga	<i>Col. Alc.</i> 187, p. 244-245 (séc. XIII)
1224.12.7 Latrão (Roma)	<i>De a dilectis filiis</i>	<i>Arcebispo, chantre e tesoureiro de Braga</i> Mandado para dirimir um pleito entre o abade e convento do mosteiro de Alcobaça e o mestre e freires da Ordem do Templo sobre a fuga do percetor L. Eanes	<i>Col. Alc.</i> 187, p. 245 (séc. XIII) (transcrito em ata, copiada parcialmente)
1226.11.25 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Tomar o mosteiro e monges de Sta. Maria de Alcobaça sob prote- ção apostólica e confirmação da posse dos bens em Leiria	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 20; cx. 15, nº 1, fl. 4-4v, doc. 12 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 215-216 (séc. XIII); <i>Col.</i> <i>Alc.</i> 228, fl. 38v-39 (séc. XVIII); Abranches, p. 11, nº 68 (R); Sailler, nº 108 (R); Varandas, p. 767 (R parcial); Linehan, I, nº 175 (R)
1226.11.25 Latrão (Roma)	Honório III <i>Iustis peten- tium</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação ao mosteiro de Alcobaça da posse dos bens de Santarém	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 21; cx. 15, nº 1, fl. 4, doc. 10 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 215 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 32 (séc. XVIII); Abranches, p. 11, nº 69 (R); Sailler, nº 109 (R); Linehan, I, nº 176 (R)
1226.11.25 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Tomar o mosteiro e monges de Sta. Maria de Alcobaça sob prote- ção apostólica e confirmação da posse dos bens em Coimbra	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 4v, doc. 13 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 216 (séc. XIII);

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1226.11.26 Latrão (Roma)	Honório III <i>Solet annuere</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação ao mosteiro de Alcobaça da posse dos bens de Torres Vedras, Óbidos, Pombal e Sousa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 22; cx. 15, nº 1, fl. 4v, doc. 14 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 216 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 42 (séc. XVIII); Abranches, p. 11, nº 70 (R); Sailer, nº 110 (R); Varandas, p. 767 (R parcial); Linehan, I, nº 177 (R)
1226.11.26 Latrão (Roma)	Honório III <i>Sacrosanta romana Ecclesia</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação ao mosteiro de Alcobaça do direito de padroado sobre as igrejas da Pederneira, Aljubarrota, Granja de Valença, bens no termo de Guimarães, Águas Belas, entre outros	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 23; cx. 15, nº 1, fl. 3v, doc. 8 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 214-215 (séc. XIII); Abranches, p. 11, nº 71 (R); Sailer, nº 111 (R); Varandas, p. 767 (R parcial) (identificada como <i>Solet annuere</i>); Linehan, I, nº 178 (R)
1226.11.29 Latrão (Roma)	Honório III <i>Iustis petentium</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação ao mosteiro de Alcobaça da posse dos bens de Lisboa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 4, doc. 11 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 215 (séc. XIII)
1226.12.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Ex parte tua</i>	<i>Prior de Alcobaça</i> Isenção de tomar conhecimento de processos da Sé Apostólica contra a sua vontade, salvo se esta carta for especificamente revogada	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 24; cx. 15, nº 1, fl. 7v, doc. 27 (séc. XIII) (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 220 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 32v (séc. XVIII); Abranches, p. 11, nº 72v (R); Sailer, nº 112 (R); Varandas, p. 767 (R parcial); Linehan, I, nº 179 (R)
1226.12.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Ex parte tua</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Isenção de tomar conhecimento de processos da Sé Apostólica contra a sua vontade, salvo se esta carta for especificamente revogada	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 25; cx. 15, nº 1, fl. 7v, doc. 26 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 220 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 38v (séc. XVIII); Abranches, p. 11-12, nº 73 (R); Sailer, nº 113 (R); Varandas, p. 767 (R parcial); Linehan, I, nº 180 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1226.12.18 Latrão (Roma)	Honório III <i>No absque dolore</i>	<i>Univerſo dos arcebispos, bispos, abades, priores, deões, arceidiaſcos e outros prelados eclesiásticos</i> Mandado para que sancionem gravemente aqueles que retêm bens dos monges de Alcobaça e que lhe exigem dízimas das terras que cultivam	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 26 (traslado 13679.28) e 27; cx. 15, nº 1, fl. 5v-6, doc. 18 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 217-218 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 37-37v (séc. XVIII); Abranches, p. 12, nº 74 (R); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 397 (P); Sailler, nº 114 (R); Varandas, p. 767-768 (R parcial); Linehan, I, nº 180 (R)
1227.1.27 Latrão (Roma)	Honório III <i>Religiosam vitam eligen- tibus</i>	<i>Abade do mosteiro de Alcobaça e a seus irmãos professos presentes e futuros</i> Toma o mosteiro e monges de Sta. Maria de Alcobaça sob pro- teção apostólica e confirmação dos bens possuídos e privilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 28 (traslado 1337); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 231-233 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 26- 27v (séc. XVIII); Abran- ches, p. 12, nº 75 (R)
1227.2.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Benefaciens Dominus</i>	<i>Univerſo dos arcebispos, bispos e prelados</i> Conservação dos privilégios da Ordem de Cister, salvo a questão das dízimas das terras adquiridas depois do Concílio Geral	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 29; cx. 15, nº 1, fl. 3, doc. 7 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 213-214 (séc. XIII); Abranches, p. 12, nº 76 (R); Sailler, nº 115 (R); Varandas, p. 770 (R parcial); Linehan, I, nº 184 (R)
1227.2.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum ordinis vestri</i>	<i>Abade de Cister e o universo de abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Proteção das sentenças de exco- munhão, suspensão de legados sobre os monges e de interdito sem mandato da Santa Sé	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 30; cx. 15, nº 1, fl. 2, doc. 3 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 211-212 (séc. XIII); Abranches, p. 12, nº 77 (R); Sailler, nº 116 (R); Varandas, p. 770 (R parcial); Linehan, I, nº 185 (R)
1227.2.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Contingit interdum</i>	<i>Abade de Cister e o universo de abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de dí- zimas, em virtude de má inter- pretação das determinações do Concílio Geral	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 31; cx. 15, nº 1, fl. 2, doc. 4 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 212-213 (séc. XIII); Abranches, p. 12, nº 78 (R); Sailler, nº 117 (R); Varandas, p. 770 (R parcial); Linehan, I, nº 186 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1227.2.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Constituti juxta</i>	<i>Abade de Cister e o universo de abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Defesa do pagamento de ofertas aos párocos pelas pessoas que se querem recolher na referida Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 32; cx. 15, nº 1, fl. 2v, doc. 5 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 213-214 (séc. XIII); Abranches, p. 12, nº 79 (R); Sailler, nº 118 (R); Varandas, p. 770 (R parcial); Linehan, I, nº 187 (R)
1227.2.3 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum preter pauperem</i>	<i>Abade de Cister e o universo de abades e irmãos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de procu- rações aquando das legacias	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 33; cx. 15, nº 1, fl. 2v, doc. 6 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 213 (séc. XIII); Abranches, p. 12, nº 80 (R); Sailler, nº 119 (R); Linehan, I, nº 188 (R)
1227.2.18 Latrão (Roma)	Honório III <i>Justis peten- tium</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Confirmação e proteção apostóli- ca dos seus bens situados Miran- da e seu termo, concedidos pelo rei D. Afonso II	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 34; cx. 15, nº 1, fl. 5, doc. 15 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 216-217 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 44 (séc. XVIII) (datado 1226.2.18); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 412 (P); Abranches, p. 13, nº 81 (R); Sailler, nº 120 (R); Varandas, p. 771 (R); Linehan, I, nº 191 (R)
1227.2.20 Latrão (Roma)	Honório III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Confirmação e proteção apostóli- ca dos seus bens situados em Avis e seu termo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 35; cx. 15, nº 1, fl. 3v, doc. 9 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 215 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 38 (séc. XVIII) (datado 1226.2.20); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 413 (P); Abranches, p. 13, nº 82 (R); Sailler, nº 121 (R); Varandas, p. 771 (R parcial); Li- nehan, I, nº 192 (R)
1227.7.24 Anagni	Gregório IX <i>Ex parte tua</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Permissão para que monges do seu mosteiro possam celebrar, apesar de terem sido simoniacos antes da respetiva entrada da Ordem, com a penitência corres- pondente	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 37; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 42v (séc. XVIII); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 424 (P); Abranches, p. 13, nº 84 (R); Sailler, nº 125 (R); Varandas, p. 773 (R); Linehan, I, nº 195 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1227.8.5 Anagni	Gregório IX <i>Quanto amplius</i>	<i>Universo dos arcebispos e bispos das dioceses em que o mosteiro de Alcobaça tem granjas, casas e bens</i> Mandado para repreenderem aqueles que lançaram excomunhões sobre os benfeitores da Ordem e aqueles que trabalham nos seus fornos e moinhos	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 39; cx. 15, nº 1, fl. 5v, doc. 17 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 217 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 42v-43 (séc. XVIII) (datado 1271.8.5); Abranches, p. 13, nº 86 (R); Sailler, nº 127 (R); Varandas, p. 773 (R); Linehan, I, nº 198 (R)
1227.9.24 Anagni	Gregório IX <i>Religiosam vitam elegantibus</i>	<i>Abade mosteiro de Alcobaça e a seus irmãos professos presentes e futuros</i> Toma o mosteiro de Alcobaça sob proteção apostólica com confirmação das doações anteriormente efetuadas e privilégios	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 40; cx. 15, nº 1, fl. 20-21, doc. 37 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, fl. 233-235 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 28-29v (séc. XVIII) (datado 1227.10.24); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 426 (P); Abranches, p. 13-14, nº 87 (R); Sailler, nº 128 (R); Varandas, p. 774 (R); Linehan, I, nº 199 (R); II, p. 19-20 (P parcial)
1227.11.25 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Cum ante facies</i>	<i>Abade de Cister e o universo dos abades e irmãos dessa Ordem</i> Autorização para concederem sepultura junto ao mosteiro a todos os fiéis que assim o quiserem, desde que não estejam sob penas de excomunhão ou interdito	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 6v, doc. 22 (séc. XIII)
1227.11.25 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Si adhuc Amalech</i>	<i>Abade de Cister e o universo dos abades e irmãos dessa Ordem</i> Concessão para que não sejam citados por autoridade apostólica em processos a decorrer a mais de dois dias de distância, salvo se indicação expressa das presentes letras	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 6-6v, doc. 19 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 218 (séc. XIII)
1227.12.9 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Cum Cisterciensis Ordinis</i>	<i>Abade de Cister e o universo dos abades e monges dessa Ordem</i> Isenção sobre os seus privilégios apostólicos serem revogados por letras apostólicas, sem menção expressa das presentes letras apostólicas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 6v, doc. 20 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 218 (séc. XIII); LD 2, fl. 22; Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1227.12.9 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Cum ea que</i>	<i>Abade de Cister e o universo dos abades e monges dessa Ordem</i> Isenção do pagamento de parte dos bens móveis ou de raiz pelos paroquianos ao seu pároco, destinados como esmola ao convento	<i>Col. Esp.</i> , cx. 15, nº 1, fl. 6v, doc. 21 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 219 (séc. XIII)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1229.9.11 Perusa	Gregório IX <i>Cum ex officio</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Faculdade para autorizar o prior a absolver de excomunhão os monges do mosteiro que se violentaram fisicamente, durante a ausência do abade	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 47; cx. 15, nº 1, fl. 7v-8, doc. 28 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 187, p. 219 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 40v (séc. XVIII) (datado 1230.9.11); Abranches, p. 14, nº 94 (R); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 451 (P); Sailler, nº 136 (R); Varandas, p. 787 (R); Linehan, I, nº 223 (R)
1231.5.10 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Si adhuc Amalech</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Concessão para que não sejam citados por autoridade apostólica em processos a decorrer a mais de dois dias de distância, salvo se indicação expressa das presentes letras	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 49; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 40 (séc. XVIII) (datado 1232.5.10); Costa, <i>Mestre</i> , nota 296h (R); Abranches, p. 14-15, nº 96 (R); Sailler, nº 138 (R); Varandas, p. 796 (R); Linehan, I, nº 234 (R)
1231.5.10 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Cum Cisterciensis Ordinis</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Isenção sobre os seus privilégios apostólicos serem revogados por letras apostólicas, sem menção expressa das presentes letras apostólicas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 50; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 83v (séc. XVIII) (datado 1233.5.10); Abranches, p. 15, nº 97 (R); Sailler, nº 139 (R); Varandas, p. 796 (R); Linehan, I, nº 235 (R)
1231.5.11 Latrão (Roma)	Gregório IX <i>Cum ea que</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Isenção do pagamento de parte dos bens móveis ou de raiz pelos paroquianos ao seu pároco, destinados como esmola ao convento	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 51; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 35 (séc. XVIII) (datado 1232.5.11); Abranches, p. 15, nº 98 (R); Sailler, nº 140 (R); Varandas, p. 796 (R); Linehan, I, nº 236 (R)
1231.6.16 Rieti	Gregório IX <i>Devotionis vestre</i>	<i>Abade e convento de Alcobaça</i> Concessão para celebrar o ofício divino à porta fechada e par das graças à mesa na presença de visitas, quando houver interdito em Portugal ou somente no bispado de Lisboa, desde que essas visitas não sejam os causadores do referido interdito	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 52; <i>Col. Alc.</i> 187, p. 240-241 (séc. XIII); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 35v (séc. XVIII); Abranches, p. 15, nº 99 (R); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 461 (P); Costa, <i>Mestre</i> , nota 296i (P); Sailler, nº 141 (R); Varandas, p. 796-797 (R); Linehan, I, nº 237 (R)
1231.7.16-31 Rieti	Gregório IX <i>Solet apostolice sedis</i>	<i>Bispo de Évora</i> Mandado para legitimar N. Egas, clérigo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 53; Linehan, I, nº 239 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1245.1.30 Lyon	Inocêncio IV <i>Terra Sancta Christi</i>	<i>Conde de Bolonha</i> Rogo para que este ajude à recuperação da Terra Santa, através da sua pessoa ou de outrem, contra a concessão da indulgência plenária e imunidade determinada pelo Concílio Geral	<i>Bulas</i> , m. 3, nº 10; Linehan, I, p. nº 322 (R)
1245.4.8 Lyon	Inocêncio IV <i>Iustus petentium</i>	<i>Ordem de Cister</i> Faculdade para receber dízimos em algumas paróquias	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 9; Abranches, p. 18, nº 122 (traslado) (R)
1245.8.17 Lyon	Inocêncio IV <i>Grandi non immerito</i>	<i>Infante D. Pedro, filho do rei D. Sancho I</i> Rogo para que este aconselhe judiciosamente o seu sobrinho D. Afonso, conde de Bolonha	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 10; Costa, <i>Mestre</i> , nota 553 (P); Linehan, I, nº 341 (R)
1248.8.17 Lyon	Inocêncio IV <i>Cum sicut dilecti</i>	<i>Arcebispo e cabido da Sé de Toledo</i> Rogo para que enviem ao abade e convento do Mosteiro de Alcobaça, na diocese de Lisboa, o corpo do falecido rei D. Sancho II, que se encontra na cidade de Toledo, e que tinha escolhido o referido mosteiro para acolher a sua sepultura	«Caixão 2 do cartório» em Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1248.10.17 Lyon	Inocêncio IV <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e monges da Ordem de Cister</i> Proibição dos prelados excomungarem os servos e benfeitores da Ordem, assim como os que moem os seus moinhos e cosem nos seus fornos	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 17 (traslado 1333.4.7); Abranches, p. 19, nº 132 (traslado) (R)
1249.9.8 Lyon	Inocêncio IV <i>Merit vestre sacre</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Faculdade para os monges de Alcobaça serem ordenados sem exame pelos prelados das igrejas, exceto os acusados de crime notório ou enorme lesão física	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 21; Abranches, p. 19, nº 134 (R); Linehan, I, nº 384 (R)
1249.9.17 Lyon	Inocêncio IV <i>Solet annuere</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Confirmação de todas as liberdades e imunidades concedidas pelos papas e todos os privilégios e isenções concedidas pelos seus predecessores e pelos príncipes seculares	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 22; Abranches, p. 19, nº 135 (R); Linehan, I, nº 385 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
[1249].9.17 [Lyon]	Inocêncio IV <i>Thesaurus virtutum</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Faculdade para que os visitantes da Ordem fossem sempre abades ou monges dessa mesma	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 1; Abranches, p. 17, nº 115 (R); Sailler, p. 192 (R) (datado 1254.9.17); Linehan, I, nº 386 (R)
1249.9.22 Lyon	Inocêncio IV <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Isenção de excomunhão dos seus servidores, benfeitores, moleiros e forneiros pelos prelados das igrejas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 23 (traslado 1282) e 24; Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 48 (P); Abranches, p. 19, nº 136 (R); Linehan, I, nº 387 (R)
1250.8.18 Lyon	Inocêncio IV <i>Meritis sacre vestre</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Faculdade para não ser citado para fora da jurisdição, se nas letras apostólicas que derogam privilégios não se fizer menção expressa da dita Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 25; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 41v (séc. XVIII) (datado 1206.8.18); Abranches, p. 20, nº 138 (R); Linehan, I, nº 399 (R)
1250.9.12 Lyon	Inocêncio IV <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação da concessão que o bispo de Lisboa lhe fizera da igreja da Pederneira, pertencente ao padroado alcobacense, e dos respetivos privilégios, desde que o seu rendimento anual não exceda 4 marcos de prata e desde que mantenham aí um vigário	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 26; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 200 ² (séc. XVIII) (datado 1250.9.23); Abranches, p. 19-20, nº 137 (R); Linehan, I, nº 401 (R)
1251.3.4 Lyon	Inocêncio IV <i>Cum nuper duxerimus</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Confirmação as imunidades e privilégios da Ordem de Cister	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 30 (traslado 1309 em traslado 1329); Abranches, p. 20, nº 141 (R); Linehan, I, nº 410a, 944 e 1101 (R)
1255.12.11 Latrão (Roma)	Alexandre IV <i>Religionis vestre</i>	<i>Universo dos conventos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de subsídios, sem derrogação expressa do conteúdo desta bula	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 32; Abranches, p. 20, nº 143 (R); Linehan, I, nº 509, 865 (R)
1259.12.9 Anagni	Alexandre IV <i>Meritis sacre</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Faculdade para os seus monges serem ordenados sem exame pelos prelados das igrejas, exceto os acusados de crime notório ou enorme lesão física	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 49; Abranches, p. 22, nº 159 (R); Linehan, I, nº 587 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1260.8.8 Subiaco	Alexandre IV <i>Olim in Ullixbonensi</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Nomeação para governar o bispado de Lisboa desde o passado dia 24 de julho, até que fosse provido o Ordinário	«Caixão 2 do cartório [apud Santos]; <i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 52; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 117v (séc. XVIII) (datado 1260.8.10); Abranches, p. 23, nº 163 (R); Santos, Apêndice documental, sem nº (P); Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 986 (P); Sailler, nº 325 (R); Linehan, I, nº 604 (R); Caeiro, <i>Novos</i> , p. 13 (P); Sá, <i>Primórdios</i> , p. 85-86, nº 56 (P parcial)
1262.5.11 Viterbo	Urbano IV <i>Devotionis augmentum</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de dízimas das terras que possuíam antes do Concílio Geral	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 59 (traslado 1274); Boaventura, p. 24 (das <i>Provas</i>) (P); Abranches, p. 24, nº 169 (R); Linehan, I, nº 621 (R)
1274.5.15 Lyon	Gregório X <i>Sub religionis habitu</i>	<i>Bispo de Évora</i> Mandado para que este defenda, durante três anos, o abade e convento do mosteiro de Alcobaça de qualquer molestação	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 44; Abranches, p. 14, nº 91 (R) (mal datado); Sailler, nº 365 (R); Varandas, p. 785 (R) (datado 1229.5.15); Linehan, I, nº 731 (R)
1274.8.2 Lyon	Gregório X <i>Dilecti filii Stephani</i>	<i>Bispo de Évora</i> Mandado para que revoque qualquer prejuízo feito a Estêvão, abade de Alcobaça, desde que este iniciou a sua viagem à Sé Apostólica no âmbito do Concílio Geral	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 45; Abranches, p. 14, nº 92 (R) (mal datado); Sailler, nº 371 (R); Varandas, p. 786 (R) (datado 1229.8.2); Linehan, I, nº 739 (R)
1274.8.20 Lyon	Gregório X <i>Meritis vestre sacre</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento da décima sexenal para a recuperação da Terra Santa concedida no Concílio Geral, enquanto não se determinar o que a Ordem deve pagar	<i>Col. Esp.</i> , cx. 2, nº 46; Abranches, p. 14, nº 93 (R) (mal datado); Varandas, p. 786 (R) (datado 1229.8.20); Linehan, I, nº 741 (R)
1277.2.13 Viterbo	João XXI <i>Conquesti sunt nobis</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para ouvir a queixa do abade e convento do mosteiro e Alcobaça sobre diferendos relativos a dízimas e outros assuntos com Miguel Eanes, clérigo; João Peres Cabrel; Domingos Germaio; Martim Eanes; João Eanes, leigos; Viçia Bona, Maria Mendes e Ousenda Eanes, mulheres da diocese de Évora	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 59, nº 2 (traslado 1277); Linehan, I, nº 766 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1277.2.13 Viterbo	João XXI <i>Conquesti sunt nobis</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para ouvir a queixa do abade e convento do mosteiro e Alcobaça sobre diferendos relativos a dízimas e outros assuntos com Mendo Fernandes e s.m. Elvira Domingues, João Fernandes, Domingos Fernandes e Paio Fernandes, leigos e Maria Eanes e Margarida de Montemor-o-Novo, mulheres da diocese de Évora	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 59, nº 2 (traslado 1277); Linehan, I, nº 767 (R)
1277.2.13 Viterbo	João XXI <i>Conquesti sunt nobis</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para ouvir a queixa do abade e convento do mosteiro e Alcobaça sobre diferendos relativos a dízimas e outros assuntos com Domingos dito Ferdagulha, João Eanes, Justa Fuz, Vicente Domingues e Fernando Fernandes, leigos e Maria Eanes, Domingas Anaree e Gontinha de Montemor-o-Novo, mulheres da diocese de Évora	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 59, nº 2 (traslado 1277); Linehan, I, nº 768 (R)
1277.2.13 Viterbo	João XXI <i>Conquesti sunt nobis</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para ouvir a queixa do abade e convento do mosteiro e Alcobaça sobre diferendos relativos a dízimas e outros assuntos com Pedro Cravesse, Romanus Mendes, Petrus Marques, leigos e Maria Muit, Domingas Martins, Maria dita Calva, Maria Domingues e <i>Goncona dita Mundi</i> de Montemor-o-Novo, mulheres da diocese de Évora	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 59, nº 2 (traslado 1277); Linehan, I, nº 769 (R)
1277.2.13 Viterbo	João XXI <i>Conquesti sunt nobis</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para ouvir a queixa do abade e convento do mosteiro e Alcobaça sobre diferendos relativos a dízimas e outros assuntos com Pedro Mundi, Julião Peres, Pedro Benfeito, Estêvão Domingues e Fernando Cariço, leigos e Gontina dita Benfeito e Madreana de Montemor-o-Novo, mulheres da diocese de Évora	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 59, nº 2 (traslado 1277); Linehan, I, nº 770 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1278.9.3 Viterbo	Nicolau III <i>Cum sicut</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Concessão para poderes usar os privilégios que lhes foram concedidos por autoridade apostólica, desde que não tenham sido expressamente revogados	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 4; Sailler, nº 381 (R) e 408 (mal datada); Linehan, I, nº 781 (R)
1278.9.3 Viterbo	Nicolau III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação da posse do direito de padroado da igreja de Sta. Maria da Golegã, concedido pelo rei D. Afonso III	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 5; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 44v (séc. XVIII) (datado 1447); Sailler, nº 382 (R); Linehan, I, nº 782 (R)
1278.9.3 Viterbo	Nicolau III <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação da posse do direito de padroado da igreja de Sta. Maria de Porto de Mós, concedido pelo rei D. Afonso III	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 6; LD 1, fl. 82; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 48 (séc. XVIII); Gomes, <i>Porto de Mós</i> , nº 42 (P); Sailler, nº 383 (R); Linehan, I, nº 783 (R)
1279.2.6 Roma (S. Pedro)	Nicolau III <i>Cum a nobis</i>	<i>Domingos Eanes, reitor da igreja de Sta. Eufémia da Cós</i> Confirma a sua nomeação como reitor da igreja de Cós feita pelo bispo de Lisboa D. Arias	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 7; LD 2, fl. 24v-25; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 45 (séc. XVIII) (datado 1448.2.6); Linehan, I, nº 787 (R)
1302.1.12 Latrão (Roma)	Bonifácio VIII <i>Ad audientiam nostram</i>	<i>Chantrre de Lisboa</i> Mandado para que ele faça devolver ao abade de Alcobaça a posse das rendas, dízimas e propriedades que deixara alienar pelo prior, chantrre e clérigos da igreja de Sta. Maria da Alcáçova de Lisboa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 31; Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 1372 (P); Sailler, nº 428 (R) (datada 1301.1.12); Linehan, I, nº 915 (R)
1302.2.24 Latrão (Roma)	Bonifácio VIII <i>Cum dilectus filius</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Faculdade para que recebam Soeiro Mendes dito «Scolloado», leigo, como converso com poder para usar o hábito	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 32; Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 1384 (P); Sailler, nº 429 (R); Linehan, I, nº 916 (R)
1302.12.12 Latrão (Roma)	Bonifácio VIII <i>Cum a nobis petitur</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Confirmação de todas as liberdades, imunidades e isenções pertencentes à Ordem de Cister	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 33; Costa, <i>Bulário séc. XIII</i> , nº 1400 (P); Domínguez Sánchez, <i>Bonifacio VIII</i> , nº 955 (P); Sailler, nº 430 (R); Linehan, I, nº 919 (R)
1302.12.18 Latrão (Roma)	Bonifácio VIII <i>In ecclesie firmamento</i>	<i>Universo dos abades, abadessas e conventos da Ordem de Cister</i> Isenção do pagamento de dízima sobre os rendimentos das terras cultivadas direta ou indiretamente pela Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 34 e cx. 23, sem nº (traslado 1394.10.31); LD 2, fl. 13 (traslado 1394); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 190-192v (séc. XVIII)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1304.2.4 Latrão (Roma)	Bonifácio VIII <i>Conquiesci sunt nobis</i>	<i>Bispo, deão e Pedro Eanes de Lagio- sa, conêgo, todos da Sé de Viseu</i> Mandado para ouvir e sentenciar a queixa do abade e convento do mosteiro de Alcobaça contra o prior e convento do mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra sobre a posse e a exploração de diversos bens e propriedades	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 35; Sailler, nº 431 (R); Linehan, I, nº 920 (R)
1304.5.23 Perugia	Bento XI <i>Ad audientiam nostram</i>	<i>Chantre da Sé de Coimbra</i> Mandado para que ele faça devol- ver ao abade de Alcobaça a posse das rendas, dízimas e proprieda- des que deixara alienar pelo prior, chantre e clérigos da igreja de Sta. Maria da Alcáçova de Lisboa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 38; Sailler, nº 433 (R); Linehan, I, nº 922 (R)
1307.12.13 Poitiers	Clemente V <i>Sua nobis dilecti</i>	<i>Bispo de Évora; João Fernandes, cônego de Évora e Isidro, frade da Ordem dos Pregadores de Évora</i> Mandado para ouvir e sentenciar a queixa do abade e convento do mosteiro de Alcobaça sobre a transmissão por Afonso Eanes do hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente de Lisboa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 4, nº 41 (traslado 1308); LD 2, fl. 86v-87; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 87 (séc. XVIII) (somente o início); Linehan, I, nº 932, 934 (R)
1308.8.3 Poitiers	Clemente V <i>Causam appe- llationis</i>	<i>Arcediago de Lisboa, Francisco Do- mingues e Raimundo de Montrós, cônegos de Lisboa</i> Mandado para que estes inquiram e recolham informações sobre o processo entre o reitor e a igreja da Azambuja e o abade e conven- to do mosteiro de Alcobaça sobre as dízimas a igreja de S. Bartolo- meu da Ota	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 61, nº 3 e 4 (traslado 1309.10.27) e m. 94, doc. sem nº; Linehan, I, nº 935 e 945t (R); II, p. 351-352 (P).
1309.9.2 Avinhão	Clemente V <i>Quoddam privilegium</i>	<i>Abade de Cister e abades e conven- tos da Ordem de Cister</i> Aprova e confirma a bula de Lúcio III, datada de [1184], 11.21, Verona, relativa à proteção aos membros da Ordem contra as sentenças de excomunhão, suspensão e interdito	<i>Col. Esp.</i> , cx. 3, nº 91 (traslado 1310.11.20); cx. 4, nº 42, 42b, 45 (traslado 1310.11.18) e 46; Domínguez Sán- chez, <i>Clemente</i> , nº 522 (P) (datada 1309.9.4, pro ser transcrito a cópia do Arquivo Vati- cano); Abranches, p. 28, nº 197 (R); <i>Regestum Clementis</i> , nº 4421 (R); Barbiche, nº 2374 (R); Linehan, I, nº 940 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1309.9.2 Avinhão	Clemente V <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade de Cister e abades e conventos da Ordem de Cister</i> Confirmação de todos os privilégios da Ordem concedidas pelos pontífices anteriores e pelos poderes seculares	<i>Col. Esp.</i> cx. 4, nº 43, 44 e 45 (traslado 1310.11.18); LD 2, fl. 66-67 (traslado 1310.11.20); Domínguez Sánchez, <i>Clemente</i> , nº 521 (P); <i>Regestum Clementis</i> , nº 4419 (R); Barbiche, nº 2373 (R); Linehan, I, nº 941 (R)
1309.9.4 Avinhão	Clemente V <i>Etsi quibuslibet</i>	<i>Abade de S. Salvador, da diocese de Tui</i> Mandado para exercer ofício de conservador dos privilégios da Ordem da Cister, com a obrigação de defender os seus membros de moléstias.	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 55, nº 1 (traslado 1341.9.1); <i>Col. Esp.</i> , cx. 24, sem nº (traslado 1341.9.11); Linehan, I, nº 942 (referência a exemplar do mosteiro de Arouca), 1158 e 1159 (R), II, p. 491-492 (P)
[1312.12.1 Avinhão]	Clemente V <i>Redemptor noster unigenitus</i>	<i>[A todos os abades, priores, deões, arcediagos, prebostes, arquipresbíteros e outros prelados das igrejas, cabidos, colégios e conventos de Cister, Cluny, Prémontré, Santos Bento e Agostinho, Cartuxa, Grandmond e outras Ordens e outras pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, isentas e não isentas na cidade, diocese e província de Compostela, priores, mestres e outros pessoas, com a exceção da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e das outras Ordens militares]</i> Mandado para pagar a décima sexenal sobre os respetivos bens eclesiásticos para a recuperação da Terra Santa, de acordo com o estabelecido no Concílio de Vienne	<i>Col. Esp.</i> cx. 4, nº 50 (traslado 1313.6.12); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 21, nº 498 (traslado truncado 1313.6.12); <i>Regestum Clementis</i> , nº 8983; Domínguez Sánchez, <i>Clemente V</i> , nº 1116 (P versão para Terragona); Linehan, I, nº 958 (R)
1319.3.14 Avinhão	João XXII <i>Ad ea ex quibus</i>	<i>Ad perpetuam rei memoriam</i> Fundação da Ordem de Cristo	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 50-54v (séc. XVIII); Linehan, I, nº 998 (com indicação de múltiplas cópias e publicação)
1319.3.15 Avinhão	João XXII <i>Desiderantes ab intimis</i>	<i>Gil Martins, Mestre da Ordem de Jesus Cristo</i> Dispensa de realizar a visita <i>ad limina</i> com a obrigatoriedade de prestar juramente perante o abade de Alcobaça entre outras obrigações	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 54v (séc. XVIII); Linehan, I, nº 999 (com indicação de múltiplas cópias e publicação)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1324.6.28 Avinhão	João XXI	<i>Prior de S. Vicente de Fora, ao escolástico e a João Miguéis, cônego de Lisboa</i> Mandado para que dirimam o conflito entre Afonso Domingues, vigário de Sta. Maria de Alvorninha e o abade e convento do mosteiro de Alcobaça sobre a partilha dos rendimentos da referida igreja	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 63, nº 2 (traslado 1324 em traslado 1327); m. 75, sem nº [doc. em papel] (traslado 1771.3.26); LD 2, fl. 27v-28
1327.11.22 Avinhão	João XXII	<i>Bispo de Lisboa</i> , Egas Lourenço, cônego de Lisboa e Gil Martins, tesoureiro de Braga e cônego de Lisboa Mandado para dirimirem o processo entre Jorge Eanes, perpétuo vigário da igreja de S. Pedro da Pederneira, diocese de Lisboa, e o abade e mosteiro de Alcobaça, padroeiro da referida igreja, sobre os rendimentos da mesma	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 94, doc. sem nº (em traslado (.)) em traslado 1328)
1329.2.5 Avinhão	João XXII <i>Dudum dilecti filii</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Nomeação como coletor e núncio na Galiza para recolher, dos mosteiros cisterciense aí situados, a meia-décima prometida para a recuperação da Terra Santa pelas casas situadas fora do reino de França, no âmbito do Capítulo Geral da Ordem realizado em 1328	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 21, nº 499 (traslado 1329.12.13); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 57-58 (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1093 (R), II, p. 433-435 (P)
1329.10.15 Avinhão	João XXII <i>Gerentes de tua</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Mandado para que os abades dos mosteiros cistercienses da Galiza paguem no espaço de 15 dias ao abade de Alcobaça, nomeado como coletor e núncio apostólico para o efeito, o valor do subsídio determinado pelo Capítulo Geral da Ordem efetuado em 1328	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 17; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 59-59v (séc. XVIII); LD 2, fl. 63; Santos, p. 165-166 (P); Linehan, I, nº 1100 (R)
1330.11.5 Avinhão	João XXI <i>Cum abbates quamplurimi</i>	<i>Abade de Alcobaça</i> Mandado para que este faça cumprir, junto de certos abades cistercienses dos reinos de Portugal e de Castela, de determinação do Capítulo Geral da Ordem de 1330 sobre o pagamento da meia-décima concedida anteriormente	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 18; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 58v-59 (séc. XVIII) (datado 1331.11.5); Linehan, I, nº 1109 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1339.5.17 Avinhão	Bento XII <i>Sua nobis dilecti</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Autorização para o abade de São João de Tarouca proceder à visi- tação dos mosteiros cistercienses fundados em Portugal	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 21, nº 509 (14); m. 27, nº 678 (ata em rol de per- gaminho) (em traslado 1339.7.1)
1342.8.24 Villeneuve (junto a Avinhão)	Clemente VI <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade de Cister e abades e conven- tos da Ordem de Cister</i> Confirmação da bula de 1308.9.2, Avinhão, na qual se confirmam todos os privilégios da Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 21; Linehan, I, nº 1161 (R)
1345.3.2 Villeneuve (junto a Avinhão)	Clemente VI <i>Apostolice sedis copiosa</i>	<i>Ad perpetuam rei memoriam</i> Confirmação das isenções obtidas pela Ordem de Cister sobre as visitações e o respetivo pagamen- to das procurações, quando estas forem realizadas por enviados episcopais e arquiiepiscopais	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 22; Linehan, I, nº 1169 (R)
1369.7.23 Montefias- cone	Urbano V <i>Inter sollicitu- dines varias</i>	<i>Universo dos abades, priores, pre- bostes e abadessas e prioresas da Ordem de Cister sujeitos ao mostei- ro de Alcobaça</i> Mandado para que recebam Mar- tinho como abade de Alcobaça, o qual foi eleito pela comunidade alcobacense sem saber a reserva apostólica do respetivo provi- mento	[Cartório de Alcobaça, caixão 3]; <i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 28; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 104-104v (séc. XVIII); Santos, p. 195-197 (P); <i>Urbain V</i> , nº 25196 (R); Linehan, I, nº 1218 (R), II, p. 529-531 (P)
1372.11.21 Avinhão	Gregório XI <i>Attendentes onera</i>	<i>Todos os coleitores e subcoleitores dos frutos e proventos da Câmara Apostólica</i> Isenção à Ordem de Cister do pagamento à Câmara apostólica do remanescente de procurações e espólios	<i>Alcobaça</i> , 1ª inc., m. 1, nº 38 (em traslado de 1373.4.29)
1375.2.13 Avinhão	Gregório XI <i>Laudabilia probitatis</i>	<i>Arcediago de Seia e aos chantres de Coimbra e de Lisboa</i> Mandado para executar o pro- vimento apostólico em favor de João Clemente na igreja de Sta. Maria de Vila Real, na diocese da Guarda, da qual se demitiu o cardeal Guilherme de La Jugie	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 32; Linehan, I, nº 1244 (R); II, p. 547-549 (P)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1375.3.25 Avinhão	Gregório XI <i>Ecclesiarium et monasteriorum</i>	<i>Martinho, abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Autorização para que ele envie quatro monges à Universidade para aí cursarem Direito Canônico e Direito Civil, a pedido do rei D. Fernando	<i>Col. Esp.</i> , cx. 27, nº 111 (desaparecido); <i>CUP</i> , II, nº 285 (P); Linehan, I, p. 1246 (R)
1382.7.2 Roma (S. Pedro)	Urbano VI <i>Summi dispositione rectoris</i>	<i>Universos dos vassallos do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Mandado para que obedeçam ao novo abade D. João, eleito pela comunidade e apesar das reserva apostólica sobre o respetivo provimento	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 35; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 114 (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1266 (R)
1382.7.2 Roma (S. Pedro)	Urbano VI <i>Divine retributionis premium</i>	<i>João, rei de Portugal</i> Petição para mostrar benevolência para com o novo abade de Alcobaça D. João	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 36; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 113-113v (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1267 (R)
1382.7.2 Roma (S. Pedro)	Urbano VI <i>Ad cumulum</i>	<i>Abade do mosteiro de Claraval</i> Petição para mostrar benevolência para com o novo abade de Alcobaça D. João	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 37; Linehan, I, nº 1268 (R)
1385.11.1 Génova	Urbano VI <i>Cum nos pridem</i>	<i>João, abade do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Comissão para que um bispo, assistido de 2 ou 3 abades recebam o juramento do abade Fr. João de Ornelas	[Cartório de Alcobaça, caixaão 2]; <i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 38; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 115v-116 (séc. XVIII); Santos, p. 208-209 (P) (com data 1386.10.29); Linehan, I, nº 1271 (R), II, p. 574-575 (P) (com data 1385.11.1)
1386.7.2 Génova	Urbano VI <i>Cum a nobis</i>	<i>Mestre e freires da Ordem de Cristo de Castro Marim</i> Confirmação dos privilégios concedidos pelos seus predecessores ao mestre e freires da Ordem	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 39; Linehan, I, nº 1281 (R)
1386.7.2 Génova	Urbano VI <i>Ad audientiam mostram</i>	<i>Deão da Sé de Coimbra</i> Mandado para que este revogue as alienações ilícitas feitas ao mestre e freires da Ordem de Cristo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 5, nº 40; Linehan, I, nº 1282 (R)
1389.11.12	Bonifácio IX <i>Exposcit vestre devotionis</i>	<i>João, abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Autorização para que este use mitra e anel nas solenidades religiosas, a rogo do rei D. João I, confirmando desta forma o privilégio concedido pelo papa Alexandre IV	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 2; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 36v-37 (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1300 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1390.5.13 Roma (S. Pedro)	Bonifácio IX	<i>João de Ornelas, abade e mosteiro de Alcobaça</i> Concessão de graça para poder nomear confessor que o possa absolver de todos os pecados	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 94, doc. sem nº
1390.5.18 Roma (S. Pedro)	Bonifácio IX <i>Piis et honestis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Concessão de indulgência jubilar para o abade, mosteiro e servidores do mosteiro de Alcobaça, em termos da remissão plenária dos seus pecados, sob pagamento das oblações estabelecidas	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 5; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 36-36v (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1306 (R)
1391.3.9 Roma (S. Pedro)	Bonifácio IX <i>Sua nobis dilecti</i>	<i>Abade do mosteiro de Alcobaça</i> Mandado para ouvir a queixa do prior e convento do mosteiro de S. Vicente de Fora, junto a Lisboa, sobre o desejo do bispo D. João em visitar este mosteiro isento e dele solicitar as respetivas pro-curações.	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 6; Linehan, I, nº 1310 (R)
1401.8.19 Roma (S. Pedro)	Bonifácio IX <i>Sacrosancta Romana ecclesia</i>	<i>Ad perpetuam rei memoriam</i> Renovação das limitações impostas por Gregório XI à nomeação de religiosos de ordens como capelães apostólicos	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 20; Linehan, I, nº 1353 (R); II, p. 598-599 (P)
1411.8.6 Roma (S. Pedro)	João XXIII <i>Significarunt nobis dilecti</i>	<i>Abade de Sta. Maria de Seica</i> Mandado para que ele denuncie publicamente aqueles que se apropriaram indevidamente de rendimentos pertencentes ao Mestre e freires da Ordem de Cristo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 26; Linehan, I, nº 1380 (R)
1414.4.4 Bolonha	João XXIII <i>Inter sollicitudines (sic) varias</i>	<i>Universo dos vassalos do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Nomeação de Gonçalo, abade de Sta. Maria de Seica, para abade de Alcobaça, cujo provimento havia sido objeto de uma reserva apostólica no tempo do abaciado anterior de Fr. João	<i>Col. Est.</i> , cx. 6, nº 29; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 115 (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1391 (R)
1414.4.4 Bolonha	João XXIII <i>Inter sollicitudines (sic) varias</i>	<i>Abade do mosteiro de Cister</i> Recomendação do abade Gonçalo e do mosteiro de Alcobaça	<i>Col. Est.</i> , cx. 6, nº 30; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 114-114v (séc. XVIII); Linehan, I, nº 1392 (R)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1414.4.13 Bolonha	João XXIII <i>Cum nuper monasterio</i>	<i>Bispo de Coimbra</i> Mandado para receber, em nome da Sé Apostólica, do juramento do abade de Alcobaça, para que ele não tenha que ir prestá-lo na Cúria romana e eximindo-os das respectivas despesas	<i>Col. Est.</i> , cx. 6, nº 31; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 115v (séc. XVIII) (com a fórmula do juramento); Linehan, I, nº 1393 (R)
1420.4.16 Florença	Martinho V <i>Conquisti sunt</i>	<i>Mestre-escola de Coimbra</i> Mandado para ouvir o pleito entre o mosteiro de Alcobaça e o mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra sobre as dízimas dos bens alcobaçenses situados em Leiria	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 62, nº 15 (traslado 1420 em traslado 1423); <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 100 (séc. XVIII)
1423.9.23 Roma (Sta. Maria Maior)	Martinho V <i>Militanti Ecclesiae</i>	<i>Arcebispos, bispos, abades, priores, deões, arcidiacons, prebostes e outros prelados das igrejas</i> Mandado para que eles façam observar os privilégios da Ordem de Cister em termos da isenção do pagamento de dízimas sobre os seus bens.	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 86, nº 1556 [doc. em papel]
1424.5.30 Roma	Martinho V <i>Sacre religionis</i>	<i>Ad futurem rei memoriam</i> Autorização para que Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão fundem um mosteiro em Portugal	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 36; LD 3, fl. 152; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 101-101v (séc. XVIII) (datado 1425.5.30)
1424.5.30 Roma	Martinho V <i>Quotiens a nobis</i>	<i>Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão, monges beneditinos do mosteiro de Santa Maria de Florença</i> Autorização para que estes fundem um mosteiro em Portugal	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 37
1429.3.13 Roma (S. Pedro)	Martinho V <i>Solicite consideratione</i>	<i>Bispo do Porto</i> Nomeação de Estêvão de Aguiar, monge do mosteiro de Xabregas, para o priorado do mosteiro beneditino de S. Pedro de Pedroso, a tomar posse depois da morte de Martinho Pais, atual prior do mesmo	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 44; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 105-105v (séc. XVIII) (segue-se o ato de tomada de posse em português no fl. 105v-106)
1431.4.26 Roma (S. Pedro)	Martinho V <i>Ad ea ex</i>	<i>Estêvão de Aguiar, abade do mosteiro de S. Pedro de Pedroso</i> Confirmação da sua inserção na Ordem beneditina, em virtude das guerras em que incorreu, assim como da posse do referido abaciado	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 47; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 106-107 (séc. XVIII)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1431.10.29 Roma (S. Pedro)	Martinho V <i>Gratia divina</i>	<i>João, rei de Portugal</i> Exortação para que este reconheça a nomeação de Estêvão de Aguiar, abade do mosteiro beneditino de S. Pedro de Pedroso, para o abaciado de Alcobaça, em virtude do seu anterior titular Fernando de Quental ter sido removido por autoridade apostólica	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 48; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 109v-110 (séc. XVIII)
1431.10.29 Roma (S. Pedro)	Martinho V <i>Summi dispositioni</i>	<i>Estêvão de Aguiar, abade de S. Pedro do Pedroso e postulado abade de Alcobaça</i> Confirmação em seu favor da posse do abaciado alcobacense, após a remoção por autoridade apostólica do seu antecessor Fernando de Quental e por postulação do rei D. João I	«Caixão 2 do cartório» [apud Santos]; <i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 49; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 108-108v (séc. XVIII); Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1431.10.29 Roma	Martinho V <i>Summi dispositioni</i>	<i>Monges do convento do mosteiro de Alcobaça</i> Mandado para obedecerem a Estêvão de Aguiar, o novo abade do mosteiro	<i>Col. Esp.</i> , cx. 6, nº 50 e 51; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 107v-108 (séc. XVIII)
1431.10.29 Roma (S. Pedro)	Eugénio IV <i>Summi dispositione</i>	<i>Vassalos do mosteiro de Alcobaça</i> Mandado para obedecerem a Fr. Estêvão de Aguiar como abade de Alcobaça	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 109-109v (séc. XVIII)
1446.3.19 Roma (S. Pedro)	Nicolau V <i>Decens reputatus</i>	<i>Gonçalo, abade do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Nomeação do destinatário como abade de Alcobaça	«Caixão 2 do cartório» [apud Santos]; <i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 2; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 116-116v (séc. XVIII); Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1446.3.19 Roma (S. Pedro)	Nicolau V <i>Decens reputatus</i>	<i>Monges do convento do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Mandado para obedecerem a Gonçalo, o novo abade alcobacense	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 1
1446.3.19 Roma (S. Pedro)	Nicolau V <i>Decens reputatus</i>	<i>Vassalos do mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça</i> Exortação para que obedecam a Gonçalo como abade de Alcobaça	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 116v (séc. XVIII)
1447.9.3 Viterbo	Nicolau V <i>Cum a nobis</i>	<i>Abade e convento do mosteiro de Alcobaça</i> Confirmação apostólica da concessão ao mosteiro de Alcobaça, pelo rei D. Afonso V, do direito de padroado da igreja de Sta. Maria da Golegã	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 44v-43 (séc. XVIII)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1452.7.14 Roma (S. Pedro)	Nicolau V <i>Et si Romanus Pontifex</i>	<i>Ad futuram rei memoriam</i> Mandado para que os mosteiros de Alcobaça e de Sta. Cruz de Coimbra não recebam comendatários	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 15; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 45v-46 (séc. XVIII); LD 2, fl. 77; Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1452.6.27 Roma (S. Pedro)	Nicolau V <i>Inter curas innumeras</i>	<i>As perpetuam rei memoriam</i> Comissão para o abade do mosteiro de Alcobaça visitar e reformar os mosteiros da Ordem de São Bento e de São Bernardo no reino de Portugal, a rogo do rei D. Afonso V	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 16; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 33-34v (séc. XVIII); Santos, p. 269-272 (traslado 1520.1.1) (P) e p. 273-276 (tradução)
1456.3.18 Roma	Calisto III <i>Ex apostolice</i>	<i>Bispo de Silves e ao prior de Santa Cruz de Coimbra</i> Autorização para que haja acordo entre os monges da Ordem de Cister e os bispo de Coimbra e da Guarda sobre rendas e jurisdições, conforme petição do Infante D. Henrique	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 35; MH, vol. XII, p. 295, nº 142 (P)
1459.5.31 Mântua	Pio II <i>Hodie monasterio</i>	<i>Convento do mosteiro de Alcobaça</i> Informação da eleição de Rodrigo como abade de Alcobaça após o óbito de Gonçalo e da sua postulação pelo rei D. Afonso V, de quem foi esmoler	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 24; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 117 (séc. XVIII); Santos, Apêndice documental, sem nº (P)
1459.10.14 Mântua	Pio II <i>Constitutus inspecula</i>	<i>Ad perpetuam rei memoriam</i> Proibição da visita do mosteiro de Alcobaça pelo abade de Cister ou alguém por ele e obrigatoriedade dessa visita ser realizada por um abade português e poder para o abade de Alcobaça visitar outros mosteiros da Ordem no reino	<i>Col. Esp.</i> , cx. 7, nº 26; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 55v-56v (séc. XVIII); LD 2, fl. 133; Santos, p. 280-283 (P)
1465.5.15 Roma (S. Pedro)	Paulo II <i>Cum in omnibus</i>	<i>Ad futuram rei memoriam</i> Autorização para se possam proceder a escambos e anexações de igrejas, de modo a incrementar o patrimónios das instituições religiosas	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 2, nº 80 (26) (traslado de 1472.10.21 em traslado de 1473.6.4); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 7, nº 190 (b) (traslado de 1472.10.21 em traslado de 1473.6.4 em traslado de 1474.12.16); Gomes, <i>D. João II</i> , p. 229-230 (traslado 1473.6.4 em traslado de 1474.12.16)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1470.6.15 Roma (S. Pedro)	Paulo II <i>Hlique pro</i>	<i>Arcebispo de Lisboa, abade dos mosteiros de Alcobaça e de S. Vicente de Fora</i> Mandado para inquirir sobre a concessão de Beringel a Rui de Sousa	LD 3, fl. 147; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 100-100v (séc. XVIII)
1472.10.21 Roma (S. Pedro)	Sisto IV <i>Ex injuncto nobis</i>	<i>Arcebispo de Lisboa e bispo de Lamego</i> Mandado para inquirirem e confirmarem a permuta entre o rei D. Afonso V e o mosteiro de Alcobaça, pela qual o monarca recebeu a granja, o paul e a igreja de S. Bartolomeu da Ota pela igreja de Santiago de Alenquer, com o traslado da bula de Paulo II de 1465.5.15, Roma (S. Pedro).	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 46v-47v (séc. XVIII); LD 4, fl. 180v; LD 2, fl. 44v; <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 2, nº 80 (26) (traslado 1473.6.4); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 7, nº 190 (b) (traslado de 1473.6.4 em traslado de 1474.12.16); Gomes, <i>D. João II</i> , p. 229-232 (traslado 1473.6.4 em traslado de 1474.12.16)
1475.8.26 Roma	Sisto IV <i>Inter curas</i>	<i>Ad perpetuam rei futuram</i> Autorização para que o arcebispo de Lisboa D. Jorge possa ser provido na administração do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, desde o momento em que a abade entre em vacatura e até à nomeação de um novo abade, dada a proibição da nomeação apostólica de comendatários para o mosteiro, sem letras apostólicas de <i>motu proprio</i> com menção expressa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 8, nº 56; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 43-43v (séc. XVIII); Santos, p. 289-290 (P parcial), p. 307-308 (P), p. 308-309 (tradução); Gomes, <i>D. João II</i> , p. 204-205, nota 3 (P)
1476.8.17 Génova	Sisto IV <i>Ad audientiam nostram</i>	<i>Monges de Alcobaça e ao chantre de Lisboa</i> Isenção do mosteiro e seus bens da jurisdição arquiépiscopal	<i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 62, nº 21 (traslado de 1478.5.25)
1488.4.21 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Exigentibus meritis</i>	<i>Isidoro de Portugal, prior de S. João de Xabregas (sic)</i> Nomeação de Isidoro Tristão, prior de S. João de Xabregas para abade comendatário do mosteiro de Alcobaça	LD 2, fl. 79; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 81-81v (séc. XVIII); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 7, nº 189 (14) (traslado 1488.[08.04?])
1488.4.21 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Summi dispositione</i>	<i>Isidoro de Portugal, prior de S. João de Xabregas (sic)</i> Nomeação de Isidoro Tristão, prior de S. João de Xabregas para abade comendatário do mosteiro de Alcobaça, após demissão do cardeal D. Jorge	<i>Col. Esp.</i> , cx. 8, nº 41; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 81v-82v (séc. XVIII); <i>Alcobaça</i> , 2ª inc., m. 7, nº 189 (traslado de 1488.8.3); Santos, p. 313-314 (P); Gomes, <i>D. João II</i> , p. 245-246 (traslado de 1488.8.3) (P)

Data	Papa/Título	Destinatários/Tema	Referência arquivística/ bibliográfica
1488.4.21 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Cum nos hodie</i>	<i>Bispos de Tânger e de Safim</i> Mandado para receberem o juramento de Isidoro, nomeado comendador do mosteiro de Alcobaça	<i>Col. Esp.</i> , cx. 8, nº 42; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 81v-82v (séc. XVIII)
1488.4.21 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Hodie monasterium</i>	<i>Monges do mosteiro de Alcobaça</i> Mandado para obedecerem ao novo abade Isidoro	<i>Col. Esp.</i> , cx. 8, nº 40
1488.4.21 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Hodie monasterium</i>	<i>Universo dos vassalos do mosteiro de Alcobaça</i> Mandado para obedecerem ao novo abade Isidoro	<i>Col. Alc.</i> 228, fl. 82v-83 (séc. XVIII)
1488.4.22 Roma (S. Pedro)	Inocêncio VIII <i>Cum nos nuper</i>	<i>Isidoro de Portugal, prior de S. João de Xabregas (sic)</i> Autorização para que ele preste juramento como abade comendatário do mosteiro de Alcobaça	<i>Col. Esp.</i> , cx. 8, nº 43; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 83-83v (séc. XVIII)
1496.4.30 Roma	Alexandre VI <i>Tuis petitionibus</i>	<i>Jorge, bispo de Albano, cardeal de Lisboa</i> Confirmação de todos os privilégios do mosteiro de Alcobaça em termos de isenção da visitação com a exceção dos visitantes da Ordem e do poder do abade de Alcobaça visitar outros mosteiros, a rogo do cardeal D. Jorge da Costa	<i>Col. Esp.</i> , cx. 16, nº 3; <i>Bulas</i> , m. 15, nº 16; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 49v-50 (séc. XVIII); LD 2, fl. 134v; Abranches, p. 50, nº 310 (R); Santos, p. 305-306 (P)
1496.3.2 Roma (S. Pedro)	Alexandre VI <i>Cum circumscripção tua</i>	<i>Jorge, bispo de Albano, cardeal de Lisboa</i> Mandado para que não prejudiquem o comendatário Jorge, cardeal dito Alpedrinha, enquanto durar a vacatura da abadia de Alcobaça, e que a respetiva comenda regresse à sua posse, depois da renúncia que dela fizera o abade Isidoro de Portalegre	<i>Col. Esp.</i> , cx. 16, nº 2; LD 2, fl. 134; <i>Col. Alc.</i> 228, fl. 49 (séc. XVIII)

1 - De acordo com os dados conhecidos, Alexandre III esteve em Ferentino no Verão de 1161, tendo saído antes do dia 10 de julho e voltado nesse ano depois do dia 5 de agosto. Regista-se a sua presença na cidade em 1170, depois do dia 12 de setembro e até ao início do mês seguinte. Residiu ainda nessa mesma entre os meses de Outubro de 1174 e 1175 (*Early Yorkshire Charters Being a Collection of Documents Anterior to the Thirteenth Century Made from the Public Records, Monastic Chartularies, Roger Dodworth's Manuscripts and Other Available Sources*, ed. William FARRER, vol. III. Edinburgh: Ballantyne, Hanson & Co., 1916, p. 175, doc. 1482; Louis de Mas Latrie – *Trésor de chronologie, d'histoire et de géographie pour l'étude et l'emploi des documents du moyen-âge*. Paris: Librairie Victor Palmé, 1889, p. 1103; *A Scottish Chronicle known as the Chronicle of Holyrood*, ed. Marjorie Ogilvie ANDERSON with some additional note of Alan Orr ANDERSON. Edinburgh: University press by T. and A. Constable for the Scottish History Society, 1938, p. 159; HISTORICAL MANUSCRIPTS COMMISSION – *Fourteenth Report, Appendix, Part VIII: The Manuscripts of Lincoln, Bury St. Edmund's, and Great Grimsby Corporation: And of the Deans and Chapters of Worcester and Lichfield*, &c. London: Her Majesty's Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1895, p. 217; KEHR, Paulus Fridolinus – *Italia Pontificia*. Vol. 3: Etruria. Berolini: Apud Weidmannos, 1908, p. 443; Jaffé-Wattenbach, p. 154, nº 10669; p. 238-9, nº 11835-11839; p. 277-278, nº 12394-12405; p. 280-286, nº 12431). Sendo assim, o único destes anos em que o papa esteve em Ferentino no mês de maio foi em 1175, razão pela qual se reconstituiu com esse ano a data da bula.

2 - Existe cópia desta bula, por sinal pouco conhecida, na Biblioteca Nationale de France, *Manuscrits Latins* 3029, fl. 95v, dirigida ao abade da abadia cisterciense de Mortemer em Lyon, na diocese de Rouen. Jaffé-Wattenbach, p. 393, nº 14080, refere o exemplar português a partir de SANTO AGOSTINHO, Joaquim de – «Memória Sobre os Códices Manuscritos, e Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça», *Memórias de Litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciências de Lisboa*. Vol. V. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, p. 312 e EWALD, Paul – «Reise nach Spanien im Winter von 1878 auf 1879», *Neus Archiv der Gesellschaft für Altere deutsche Geschichtskunde zur Beförderung einer Gesamtausgabe der Quellschriften deutscher Geschichten des Mittelalters*. 2ª edição. Vol. 6. Hannover, Hahs'sche Buvhhandlung, 1881, p. 394.

Paulo Catarino Lopes¹ Catarina Fernandes Barreira²

1 - Investigador do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015. É ainda Investigador no Projeto “Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um *scriptorium* medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo”, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 - Investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora Responsável no Projeto “Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um *scriptorium* medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo”, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar:

o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade reformador D. Estêvão de Aguiar (1431-1446)

Considerações iniciais¹

Estêvão de Aguiar é nomeado abade do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em 1431, cargo que exerce até à sua morte, em 1446. Durante este

1 - Para a elaboração deste texto foram nucleares os seguintes títulos: COSTA, António Domingues de Sousa – *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV: revisão crítica dos autores*. Braga: Editorial Franciscana, 1986; *Idem* – “D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Studia Monastica* 5/1 (1963), pp. 123-160; *Idem* – *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Roma/Porto: [s. n.], 1967 (Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1969); COSTA-GOMES, Rita (ed.) – *A Portuguese Abbot In Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2017; FERNANDES, Carlos Roma – *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Frei Estevão de Aguiar (1431-1446)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; NUNES, Eduardo Alexandre Borges – *Dom Frey Gomez, abade de Florença: 1420-1440*. Braga: Edição do autor, 1963.

período é notório o seu ensejo reformista, materializado em todo um conjunto de acções que abrangem as diversas dimensões do cenóbio, em particular a administração temporal e o binómio *scriptorium*/biblioteca. Em relação a esta última componente – com base no facto de que a maioria dos códices, através dos seus colofons, registam a identidade de quem ordenou a sua criação, bem como a data do fim da cópia –, é legítimo afirmar que durante o seu abaciado tem lugar um importante período de incremento. Noutra vertente, o significativo interesse em procurar textos de espiritualidade em língua portuguesa revela, por um lado, que a cultura religiosa foi inequivocamente uma das grandes prioridades do seu abaciado, e, por outro, que é possível identificar um propósito renovador nas suas acções à frente dos destinos desta importante comunidade monástica muito em consonância com os ventos reformistas e de observância que à época, vindos do norte do continente e no quadro da *Devotio Moderna*², sopravam na Cristandade ocidental.

1. A experiência em Itália e a influência de D. Gomes Eanes

Homem esclarecido, Estêvão de Aguiar é oriundo de família nobre, por via materna, natural de Lisboa, desconhecendo-se a data do seu nascimento. Serviu como escudeiro a infanta D. Isabel (1397-1471), filha de D. João I (r.1385-1433) e futura duquesa da Borgonha³. Os primeiros contactos com a reforma religiosa e a formação humanista

² - Ver nota 29

³ - Por casamento em 1430 com Filipe III, Duque da Borgonha, dito Filipe, o Bom (1396-1467), com quem teve 3 filhos.

tiveram lugar, portanto, no ambiente da corte régia⁴, sendo que a dinastia de Avis era particularmente favorável a ambos estes processos. Com efeito, no seu seio, promovia-se com fervor e devoção o gosto pelo livro, bem como uma intensa vida literária orientada em particular no sentido das traduções para vernáculo de obras de autores latinos – trata-se do fenómeno que se convencionou denominar como “cultura dos príncipes de Avis”⁵.

Estêvão de Aguiar dirige-se cedo para Itália. Não sabemos exactamente quando, mas sabemos que já lá está em Abril de 1420. Também se desconhece a data do regresso a Portugal, contudo, em Maio de 1426 já existem sinais da sua presença (é a data em que recebe a doação de terrenos da Ordem de Cristo para a construção do Mosteiro de São Bento em Xabregas). Viveu, portanto, durante cerca de 6 anos em Itália, num ambiente cultural diferente e profundamente reformista. Cinco dos quais na abadia de Florença, sob o governo abacial de D. Gomes Eanes

4 - A infanta D. Isabel, já antes de casar com Filipe III de Borgonha, desenvolvia uma importante acção reformadora expressa nas tentativas de introdução da observância beneditina em Portugal, à época promovidas pelo abade D. Gomes de Florença e pelos seus discípulos, nomeadamente Frei Estêvão de Aguiar. Uma vez na Borgonha, D. Isabel promoveu abertamente as propostas dos movimentos reformistas oriundos do Norte da Europa (muito ligados à *Devotio Moderna*) e que defendiam novas correntes de espiritualidade pautadas pela observância. A sua religiosidade era claramente determinada por estas correntes que visavam a dimensão clerical, mas também a laical. Ao nível cultural, especificamente, a actividade da nova duquesa destacou-se no apoio à tradução de textos antigos de matriz religiosa, assim como ao intercâmbio entre as cortes de Portugal e da Borgonha, nomeadamente através da introdução de obras provenientes da Corte portuguesa na Borgonha (de que é exemplo o *Leal Conselheiro*) e, ao invés, à difusão no reino de origem dos escritos de autores do além-Pirenéus (como o *Livro das Três Virtudes*, da poetisa e filósofa italiana Cristina de Pisano [1363-c. 1430], que viveu em França durante primeira metade do século XIV). Veja-se SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1998, pp. 451-478. O capítulo 16 desta obra, intitulado «A fé e as obras», é fundamental para o estudo sobre o apoio dado por D. Isabel à reforma das ordens religiosas. Veja-se igualmente FERNANDES, Carlos Roma – *O Scriptorium de Alcobaça...*

5 - Sobre este tema veja-se MONTEIRO, João Gouveia – “Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)”. *Vértice*, 2ª série, 5 (Agosto de 1988), pp. 89-103.

(c.1383-1459)⁶, o célebre *Abade de Florença*, precisamente quando este realizava a reforma da organização monacal, favorecia o incremento cultural e literário e o aperfeiçoamento da administração temporal e espiritual.

Tal experiência deixou certamente marcas na forma de pensar e agir de Estêvão de Aguiar, até porque, em Itália, faz parte do círculo dos mais próximos de D. Gomes Eanes, cuja direcção espiritual – na linha de Ludovico Barbo (c. 1381–1443), abade de Santa Justina de Pádua e,

6 - A centúria de Quatrocentos em Portugal foi fecunda em relação ao tópico da Reforma religiosa, quer fosse promovida pela Igreja quer por acção das esferas seculares do reino, muito em especial a régia. Cruzando ambas as dimensões, uma figura revela-se incontornável: D. Gomes Eanes, também conhecido por *Abade de Florença*. A sua voz ecoa em múltiplos registos, elucidativos da abertura de Portugal às correntes reformistas que então percorriam a Cristandade. Em 1409, D. Gomes Eanes rumo a Itália para ingressar na Faculdade de direito de Pádua. Aí permanecerá até 1413, data em que se dirige para o mosteiro de S. Justina de Pádua, onde se incorpora na Ordem beneditina, para o noviciado sob a direcção do abade reformista Ludovico Barbo. Professora em Janeiro de 1414. Quatro anos mais tarde, em 1418, lidera um grupo de 16 monges destinado a reformar o Mosteiro beneditino de Sta. Maria de Florença, conhecido como *Badia*. O título oficial de D. Gomes Eanes era o de prior claustral, mas na verdade os seus poderes e raio de acção transcendiam largamente o indiciado pelo ofício canónico. D. Gomes Eanes instaura então a observância em todas as áreas da vida na abadia de Florença. Desde logo na esfera do ofício, a obrigação principal. No ano seguinte, em 1419, é eleito abade dessa mesma instituição, cargo que ocupará até à sua eleição como Geral da Ordem dos Camaldulenses em 1439. A *Badia* torna-se, entretanto, o segundo Mosteiro da Congregação, depois de S. Justina. Em 1441, após dois anos à frente dos Camaldulenses, D. Gomes Eanes dirige uma súplica a Eugénio IV, solicitando-lhe a concessão do priorado de Santa Cruz de Coimbra. O papa responde satisfatoriamente ao pedido atribuindo-lhe a missão de governar o dito Mosteiro, ofício que manterá até à sua morte em 1459. À frente de Santa Cruz de Coimbra, D. Gomes Eanes pautou-se pela mesma atitude de correcção e de reforma que o distinguiu em Itália. Veja-se LOPES, Paulo Catarino – “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”. In NUNZIATELLA, Alessandrini, RUSSO, Mariagrazia e SABATINI, Gaetano (org.) – ‘*Homo est minor mundus*’. *Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57. Para a questão das interrogações levantadas em torno do nome e da origem social do Abade de Florença veja-se COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, pp. 59-73; COSTA-GOMES, Rita (ed.) – *A Portuguese Abbot*, pp. XI-XXI; NUNES, Borges – *Dom Frey Gomez...*, pp. 19-24. Acerca da acção de D. Gomes Eanes à frente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra veja-se GOMES, Saul A. – “D. Gomes Eanes e a Capela de Santo André e dos Cinco Mártires de Marrocos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. *Arquivo Coimbrão* 35 (2002), pp. 439-540. As obras de síntese da autoria de José Adriano Freitas de Carvalho e José Sebastião da Silva Dias (muito em particular o primeiro volume) traçam um quadro geral quer das reformas religiosas em Portugal no século XV, quer dos ventos reformistas e de observância que percorriam a Europa no século XV e que tanto influenciaram Portugal: CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016; DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

por sua vez, mentor deste último – devia responder a seis princípios: convivência saudável, contínua direcção espiritual, temperança de governo, reforma da organização monacal, crescimento cultural e literário (tópico directamente associado ao da formação dos monges) e, por último, aperfeiçoamento contínuo da administração temporal e espiritual⁷.

Em Itália, Estêvão de Aguiar beneficia também da rede de contactos – ou seja, rede clientelar e de influência, estabelecida e continuamente alimentada ao longo dos anos – de D. Gomes, em particular do seu amplo círculo de amizades. Amizades, saliente-se, nascidas da comunhão de ideais⁸, que se alimentavam e manifestavam no círculo de amigos comuns. O resultado, como a vasta correspondência do Abade de Florença revela, não podia ser mais claro: convivência, entreadjuva e explícitas consultas mútuas, por um lado, e interinfluências no campo da ideologia e da acção, por outro. Mobilidade, circulação e integração em redes de influência internacionais foi, portanto, um ambiente que Frei Estêvão de Aguiar integrou em Itália. Não estranha, pois, que revele em Alcobaça o mesmo espírito de inquietação e de luta reformista que imperava em Itália, quando serviu a D. Gomes.

Em suma, durante os anos em que habita em Itália, Estêvão de Aguiar não só comunga como participa de forma ativa na atividade reformadora promovida por D. Gomes. Por outro lado, manifesta claro conhecimento dos problemas que assolam Portugal ao nível religioso, bem como das resistências levantadas contra a atividade reformista conjunta de D. Gomes e da Coroa. Numa carta dirigida ao seu mentor e aos irmãos da *Badia* chega mesmo a inculcar-lhes coragem para prosseguirem nos seus intentos reformistas⁹.

7 - NUNES, Borges – Dom Frey Gomez..., pp. 24-30.

8 - Como a observância, a reforma religiosa e o humanismo.

9 - COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, pp. 131-132.

2. Regresso a Portugal e primeiras tentativas de acção reformista

Muito provavelmente tendo em mente regressar em breve a Portugal, Frei Estêvão de Aguiar diligencia junto de Martinho V (1417-1431) no sentido de obter autorização para a construção de um mosteiro em Portugal. Com efeito, a 30 de Maio de 1425, na mesma data em que Martinho V anuía ao pedido de D. João I sobre a cedência do Mosteiro de São João de Alpendurada para nele introduzir a observância regular¹⁰, Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão, nobres portugueses e professos beneditinos da abadia de Florença, conseguiam do papa Martinho V¹¹, autorização para erigirem mosteiro beneditino da observância e isento em Portugal, a construir com o auxílio de seus parentes e fiéis¹².

Em 1426, na mesma altura em que D. Gomes, desolado, retorna a Itália sem ter conseguido realizar os objectivos de reforma que tinha em mente para o reino que o viu nascer, Estêvão de Aguiar regressa definitivamente a Portugal, colocando de imediato em prática, juntamente com Fernando Falcão, a autorização de Martinho V para a edificação do Mosteiro de São Bento, em Xabregas¹³.

10 - COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”.

11 - Foi durante o seu papado que se encerrou o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417).

12 - COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, pp. 131-132.

13 - Carta que envia a D. Gomes em 1426.

3. A relação com a Coroa e o apoio da família régia

O Cisma do Ocidente terminara em 1417 e deixara a autoridade da Igreja enfraquecida e permeável aos avanços das monarquias nacionais desejosas de alargar e afirmar o seu poder, contribuindo para que se acentuasse a dependência da Igreja face ao rei. Depois do Cisma, a centúria de Quatrocentos – nomeadamente, em Portugal – foi uma época de reforço e reafirmação do predomínio do poder real sobre as prerrogativas da nobreza e também da Igreja. A centralização régia era uma realidade nacional que se estendia às relações com a capital da Cristandade, mas o peso da Igreja continuava a ser muito relevante, tanto do ponto de vista económico (rendimento nacional) como nos campos da política (cargos na administração central e na corte) e da cultura.

Assim, o confronto da monarquia com o clero marca a atuação do poder régio durante todo o século XV, estando a primeira ciosa de reduzir as liberdades e os privilégios do segundo¹⁴. Neste quadro não se pode negar a atitude reformista empenhada e sincera por parte da Coroa, bem como a sua determinação em renovar, de facto, a prática religiosa predo-

14 - DIAS, Silva – *Correntes de sentimento religioso...*; MARQUES, José – “D. Fernando da Guerra, prelado reformador do século XV”. *Anais*, II Série, 33 (1993), pp. 39-65; *Idem* – “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 11 (1994), pp. 137-172; ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012 [em particular a Introdução e a 3.ª parte, dedicada à reforma no Portugal Quatrocentista]; VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

minante¹⁵. No *Leal Conselheiro*, por exemplo, D. Duarte preconiza a ação reformadora a partir de uma perspetiva essencialmente espiritual, ou seja, de renovação interior dos fiéis cristãos, leigos e clérigos. Ainda na mesma obra, o monarca recolhe uma ideia de São Tomás de Aquino que é expressiva do seu governo e da sua relação com Alcobaça e o abade Estêvão de Aguiar. Uma ideia que se relaciona com a forma de reconhecer um príncipe realmente devoto a Deus: por dez sinais, dos quais sobressaem dois; o quinto (quando o rei ama os seus servos), e o décimo (quando de boa vontade e sem desfalecimentos se entrega ao serviço da justiça e do bem público).

A corte régia desempenhou um papel importante na vinda de Estêvão de Aguiar para Portugal como reformador, assim como acolheu favoravelmente as suas iniciativas neste campo. Afinal, também era seu o interesse na reforma dos mosteiros portugueses e, nesse sentido, já havia diligenciado junto do papa. Por outro lado, ela própria constituía um espaço onde as ideias reformistas e o espírito humanístico-literário

15 - A bibliografia sobre esta temática é extensa. No entanto, para além das citadas ao longo deste artigo, salientamos os seguintes títulos: COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. In *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV, Tomo 2, 1989, pp. 1-150; FONTES, João Luís Inglês – *Génese e Institucionalização de uma experiência eremítica. Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2021; *Idem* – “Frei João Álvares e a tentativa de reforma do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa no século XV”. *Lusitania Sacra* 2ª série, 10 (1998), pp. 217-302; GARRIDO, André – *D. Luís Pires: Retalhos da vida de um prelado quatrocentista*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007; GRAF, Carlos Eduardo – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado; MENDONÇA, Manuela – *D. Jorge da Costa “Cardeal Alpedrinha”*. Lisboa: Edição Colibri, 1991; MILLET, Hélène – “La participation du Portugal au concile de Pise (1409)”. In *A igreja e o clero português no contexto europeu. Actas do Colóquio Internacional. Roma e Viterbo de 4 a 8 de Outubro de 2004*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa-Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, pp. 235-254; MONTEIRO, Maria Alexandra Braga Teixeira – *Do morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves, prelado português do século XV (1423-1447)*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008; SILVA, Gonçalo Melo da – *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*. Tese de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL, 2012; SOUSA, Ivo Carneiro de – “A rainha D. Leonor e as murate de Florença (notas de investigação)”. *Revista da Faculdade de Letras-História* 4 (1987), pp. 119-133; SPINELLI, Giovanni – “Monachesimo e società tra XIV e XV secolo nell’ambiente di Ambrogio Traversari. 4. L’abate Gomes e i monasteri fiorentini”. In GARFAGNINI, Gian Carlo (ed.) – *Ambrogio Traversari nel VI centenario della nascita*. Florence: Leo S. Olschki Editore, 1988, pp. 61-64; TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal, 1392-1517: História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto / Braga: Centro de Estudos Franciscanos / Editorial Franciscana, 2010.

(ou seja, de devoção pelas letras de inspiração latina e pela prática da tradução¹⁶) eram largamente cultivados – como já referimos, foi aí que o próprio Estêvão de Aguiar recebeu, digamos, a sua “primeira” formação nestas novas correntes de pensamento.

Efetivamente, a corte constituía um amplo espaço de produção e circulação cultural frequentada por autores, tradutores e os mais diversos agentes defensores e promotores das ideias reformistas, desde logo o próprio rei, a rainha e os infantes, em especial D. Duarte, D. Pedro e D. Isabel¹⁷. Era um ponto de encontro e difusão, do qual irradiava uma mensagem que devia circular por todo o reino, abarcando os universos leigo e clerical, e muito em particular o domínio conventual¹⁸. No prólogo da crónica de D. João I, Fernão Lopes traça com rigor o perfil deste panorama:

“Elle [D. João I] fez a gramdes leterados tirar em linguagem os auamgelhos e autos dos apostolos e epistollas de Sam Paulo e outros spirituais liuros dos santos, por tall que aquellos que os ouuisssem fossem mais deuotos açerca da lley de Deus.”¹⁹

16 - Nos capítulos 91 e 99 do *Leal Conselheiro*, por exemplo, D. Duarte, em forma de apêndice, deixa um conjunto de regras por si elaboradas, sob o título “Da maneira para bem tornar alguma leitura em nossa lynguagem”. São cinco princípios básicos a que deve obedecer o bom tradutor e destinam-se a servir de orientação à rainha D. Leonor na eventualidade de esta ordenar a tradução de alguma obra latina: “Porque muytos que som leterados nom sabem treladar bem de latym em lynguagem, penssey escrever estes avysamentos pera ellonecessarios.” Quando no capítulo 91 anuncia e resume a matéria do capítulo 99, diz que “Como se devem algumas leituras tornar de latym em nosso lynguagem. Esto vos faço screver em este trautado por que o avya por mymscripto, pera meu avysamento, e o dar aos que alguas obras mandassem tralladar; e semelhante, se vos prouver, poderees fazer.” In DUARTE, Dom – *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 330.

17 - HOOREBEECK, Cécile Van – *Livres et lectures des fonctionnaires des ducs de Bourgogne (ca 1420-1520)*. Turnhout: Brepols, 2014; WIJSMAN, Hanno – *Luxury Bound. Illustrated Manuscript Production and Noble and Princely Book Ownership in the Burgundian Netherlands (1400-1550)*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 177-187.

18 - De alguma forma, a obra de D. João I e dos príncipes de Avis vem operacionalizar um entrecruzamento no mundo tardo-medieval entre a cultura clerical produzida em meio monástico, dominante durante séculos, e uma ascendente cultura laica localizada, sobretudo, num meio social bem definido: a corte régia. Processo que tem por pano de fundo a influência trazida pelos movimentos religiosos reformistas dos séculos XIV-XV oriundos da Europa Além-Pirenéus. Dito de outra forma, a religiosidade, a observância e a reforma surgem como conceitos-chave em todo este processo de renovação do quadro cultural português.

19 - LOPES, Fernão – *Primeira parte da crónica de D. João I*. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1915, p. 115.

As medidas centralizadoras da coroa em matéria eclesiástica, por sua vez, não podem ser vistas como tentativas de “laicização do Estado”. Pelo contrário, o rei sentia-se especialmente responsável por assegurar a exemplaridade de vida e prática religiosa dos seus súbditos. A atitude reformista de D. João I, do príncipe (e depois rei) D. Duarte e do infante D. Pedro, revela que a nova dinastia reclama para si a “obrigação” da boa condução espiritual dos crentes e, saliente-se, dos próprios clérigos.

Na essência, todo este processo visa o regresso à pureza e simplicidade das origens. Assim, na análise da conjuntura político-eclesiástica em Portugal no início do século XIV destacam-se sobretudo duas vertentes: as medidas legislativas tomadas pelo poder régio para cercear as liberdades e privilégios eclesiásticos, e as iniciativas do rei destinadas a implantar a reforma da Igreja. Só na aparência são contraditórias, pois para a coroa tratava-se de proteger e corrigir a Igreja, bem como os seus membros – o que, em última análise, significa reconhecer a superior importância do universo eclesiástico, nos mais diversos níveis, para os destinos do reino. A perspetiva relativamente às “Leis Jacobinas” (Dezembro de 1419)²⁰, por exemplo, era a de que estas apenas afetariam o mau clero e por isso constituíam um verdadeiro serviço à Igreja. O resultado foi um crescendo de tensão entre ambas as esferas ao longo do século XV, sucedendo-se os recursos à cúria e ao papa.

Todavia, nada disto afetou o clima de devoção e fervor religioso da corte de Avis – em particular do rei, do príncipe D. Duarte e dos infantes D. Pedro e D. Isabel). A correspondência trocada entre D. Duarte e o infante D. Pedro abordando temáticas reformistas comprova-o²¹. Tinha-se um conhecimento profundo da situação caótica em que se encontravam a

20 - Tratou-se da promulgação de quarenta ordenações respeitantes a questões de ordem jurisdicional (e não teológica ou disciplinar) entre a igreja e o poder temporal. As “leis jacobinas”, que tanto descontentaram a clerezia nacional, constituíram um momento marcante nas relações, a partir daí muito tensas, entre a coroa e a Igreja portuguesa.

21 - Basta observar a célebre *Carta de Bruges*, enviada em 1426 pelo Infante D. Pedro, 1º Duque de Coimbra, ao irmão, o então ainda príncipe, D. Duarte, e onde é proposta a reforma do ensino, nomeadamente ao nível religioso. Veja-se SÁ, Artur Moreira de – “A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro”. *Biblios* 28 (1952), pp. 33-54. “Carta que o Ifante dom pedro emujou a el rey de Brugas” in *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte. Livro da Cartuxa*. Lisboa: Estampa, 1982, pp. 27-39.

maior parte dos mosteiros portugueses e um vivo sentimento de acabar com tal estado de coisas. Determinação e zelo, saliente-se, que se estendiam às ordens religiosas e ao clero secular.

A reforma religiosa impunha-se e por isso D. João I vai diligenciar junto do papa Martinho V a vinda de D. Gomes a Portugal em 1424. Esta iniciativa filia-se precisamente nessa tentativa de reforma religiosa, mais especificamente na introdução nos mosteiros portugueses da observância regular, cujo objetivo principal consistia em restaurar o espírito beneditino original.

O projeto passava pela obtenção de um mosteiro onde se instaurasse a reforma e a partir do qual esta se alargasse aos restantes. Na mesma data, 30 de Maio de 1425, noutra súplica apresentada ao papa, o rei obteve licença para o Mosteiro da Pendurada²² passar ao regime de observância regular. Revogava-se assim a comenda de São João de Alpendurada, ficando o Mosteiro entregue aos monges reformadores vindos de Itália, com poder de elegerem abade. Mas a bula ficou retida e a mudança não se chegou a efetivar.

Esta questão contou com a oposição de mestre André Dias (1348-1450/1451) que deve ter contribuído para os planos saírem gorados. Por outro lado, parte do clero liderado por D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, tudo fez para inviabilizar uma reforma eclesiástica de iniciativa régia, em particular movendo influências junto da cúria.

Embora longe de Portugal, Estêvão de Aguiar continuava a ser protegido pelo rei de Portugal. Neste contexto, D. João I solicita ao papa para que o futuro abade de Alcobaça e Frei Fernando Falcão pudessem ascender às ordens sacras e dignidades abaciais. João Roiz, procurador do rei de Portugal na cúria romana, procurou, em vão, obter para Frei Estêvão de Aguiar o governo da abadia de São João de Alpendurada. Em carta de 5 de Fevereiro de 1429, endereçada ao abade D. Gomes, comunicava João Roiz:

22 - O Mosteiro de São João Baptista de Pendorada (também designado por Convento de São João de Alpendurada) foi, provavelmente, fundado em 1059, no contexto da renovação da vida eclesiástica e monástica a partir do concílio de Coyanza (1055). Por volta de 1080, adoptou os costumes cluniacenses e a Regra de São Bento. Veja-se SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 61.

“Frey Estevam d’Aguiar he desembargado de non aver o mosteiro de san Joham d’Alpendorada. Mas peço de novo pera el o mosteiro de Pedroso que he vago e situado a duas legoas do Porto, a paz, boologar e de comunal rrenda; creio que lhe sera dado, nom dovido.”²³

4. O Mosteiro de Xabregas

Prevendo a possibilidade de se perder o Mosteiro de Alpendorada, Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão já anteriormente tinham obtido licença do papa para construir em Portugal um novo mosteiro beneditino da observância que seria isento²⁴. Trata-se do Mosteiro de São Bento em Xabregas. A construção deste novo cenóbio era aceite de bom grado pela corte, ao ponto de o infante D. Henrique fazer doação de uns terrenos em Xabregas para a edificação do mesmo²⁵. Também a infanta D. Isabel colaborou ativamente na sua construção, doando “os moinhos que havia na vila de Alenquer a que se chamavam os moinhos da fonte delrey” e doando, a 13 de Setembro de 1429, “certos bens” nos quais se incluem pão, vinho e azeite²⁶. Daí, aliás, não ser estranho considerar-se fundadora da casa. O próprio monarca doou materiais de construção, por carta régia de 28 de Agosto de 1426.

Torna-se, pois, inequívoco que Estêvão de Aguiar gozava plenamente dos favores régios. Esta fundação relaciona-se com as iniciativas, podemos mesmo chamar programa, de reforma monástica de Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão. Esperava-se que a fundação de raiz de uma nova comunidade viesse a constituir um pólo dinamizador da reforma. O que, sublinhe-se, era con-

23 - Citado em COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, pp. 136-143, notas 156-166.

24 - COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, p. 127. A iniciativa de Estêvão de Aguiar de obter autorização para fundar um novo mosteiro fora confirmada numa carta dirigida por ele a Gomes Eanes, datada de Março 1425 (COSTA-GOMES, Rita (Ed.) – *A Portuguese Abbot*, nº 27.

25 - Carta de doação de 21 de Maio de 1426.

26 - ANTT – *Livro Dourado*, n.º 3, fólio 149.

trário à posição de D. Gomes, que defendia a ação reformadora a partir dos mosteiros já existentes e não com a edificação de novos espaços e novas comunidades monásticas.

Desta divergência nasce um importante conflito entre ambos os cenobitas, que chegou a envolver a família régia – em favor de Estêvão de Aguiar, saliente-se, o que mostra mais uma vez o quanto este era favorecido pela corte, sobretudo se tivermos em conta que o seu opositor na contenda é o célebre Abade de Florença, também ele favorito da família régia no quadro da reforma da Igreja portuguesa. Dos desentendimentos havidos constitui testemunho a intervenção da infanta D. Isabel a favor de Estêvão de Aguiar e Fernando Falcão em carta a D. Gomes, de 30 de Dezembro de 1428, onde salienta que eles nada de mal fizeram e que têm ordem papal para fazerem mosteiro onde desejarem. No mesmo ano, também o ainda príncipe D. Duarte sai em defesa de Estêvão de Aguiar. Ambos os filhos de D. João I apelam ao entendimento e a que D. Gomes suspenda a sua atitude condenatória²⁷.

Na aparência a razão deste conflito residia no facto de D. Gomes ter emprestado dois livros (um diurnal e um breviário) a Estêvão de Aguiar e este não os ter devolvido. No entanto, este era apenas um pretexto. A verdadeira questão relaciona-se com a desobediência deste último para com o programado pelo seu mentor: reformar um mosteiro já existente ao invés de criar um de raiz, trabalhando assim por sua própria iniciativa, sem prestar contas ao abade de Florença da sua atividade. Avançar com o levantamento do cenóbio de Xabregas, em Lisboa, representava, pois, desobedecer claramente ao seu superior e tal, no contexto monástico beneditino, era intolerável²⁸. Com efeito, sabemos que a obediência é um dos pilares de qualquer corrente monástica fundada na Regra de São Bento. O próprio Estêvão de Aguiar enquanto abade de Alcobaça irá observar de forma veemente este princípio. Um excelente exemplo reside, mais tarde, na forma centralizadora e assertiva como lidou enquanto abade do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça com os mosteiros subordinados a Alcobaça.

27 - COSTA-GOMES, Rita (Ed.) – *A Portuguese Abbot*, nº 262 (letter of Princess Isabel – December 30, 1428) and 263 (letter of Prince Duarte – December 30, 1428).

28 - O próprio Frei Estêvão de Aguiar escreve a D. Gomes para reconsiderar as razões de tal condenação. COSTA-GOMES, Rita (Ed.) – *A Portuguese Abbot*, nº 271 (January 1429).

Esta incompatibilidade de “perspetivas” em relação ao caminho a seguir para introduzir a observância regular nos mosteiros portugueses – e que inviabilizou todas as possibilidades de acção conjunta em Xabregas – chegou mesmo a envolver uma sentença de excomunhão proferida por D. Gomes contra os dois religiosos.

Por intervenção da princesa – que desde cedo apoia os movimentos e propostas associados à renovação da vida religiosa em Portugal²⁹, do príncipe e do próprio rei, as divergências seriam sanadas e Frei Estêvão de Aguiar regressaria aos bons termos com o seu mentor³⁰.

Numa outra leitura, podemos ver por este conflito que as intenções e programas reformistas careciam de consistência e uniformidade, de modo a que a observância beneditina em Portugal possa efetivamente ter lugar.

Entretanto, a 13 de Março de 1429, enquanto avançava a construção do Mosteiro de Xabregas sob a égide de Estêvão de Aguiar, este é nomeado abade comendatário de Pedroso. Aparentemente, o projecto da fundação do cenóbio de Xabregas³¹ via assim definitivamente afastado o principal defensor da observância beneditina. Todavia, Estêvão de Aguiar nunca parece ter tomado posse do mosteiro de Pedroso, prosseguindo antes com o projecto de S. Bento de Xabregas e o pedido a D. Gomes do envio de alguns monges para a reforma da ordem em Portugal³².

Pouco depois, em Outubro de 1431, Estêvão de Aguiar é designado para o Mosteiro de Alcobaça. Beneditino de formação, toma então os votos de abade, em bula de 29 de Outubro de 1431, dedicando-se doravante e até ao fim da vida à reforma da comunidade alcobacense.

29 - SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1998, pp. 451-478.

30 - Carta enviada pelo primeiro a este último em 5 de Setembro de 1429, de Lisboa para Florença.

31 - Bula de Martinho V de 13 de Março de 1429.

32 - Carta de 5 de Setembro de 1429.

5. Por fim, abade de Alcobaça (1431-1446)

A centúria de Quatrocentos tem início em contexto de crise para o cenóbio de Santa Maria de Alcobaça: diminuição do número de monges e de noviços, bem como problemas comportamentais dos membros da comunidade, nomeadamente ao nível do relaxamento dos costumes e do incumprimento das regras. Tudo isto em simultâneo com acentuadas dificuldades financeiras, sobretudo dívidas.

O Mosteiro estava, efetivamente, a atravessar um período conturbado: Frei Fernando do Quental havia sido suspenso em 1427 e nomeado como regedor do Mosteiro Frei Estêvão de Lima.

A corte conhecia a crise de Alcobaça e vê em Estêvão de Aguiar a pessoa indicada para a difícil e urgente tarefa de recuperar a emblemática comunidade cisterciense. Estêvão de Aguiar é um monge beneditino de formação e carreira, onde sobressai o espírito coerente e acentuadamente pragmático. Para ele, a reforma devia respeitar a Regra e a boa tradição beneditinas, as normas canónicas e a hierarquia estabelecida.

D. João I interfere assim junto do papa Eugénio IV (1431-1447) com vista a conseguir a sua nomeação como abade do Mosteiro de Alcobaça, o que vem a acontecer passados pouco mais de dois anos após a sua eleição ao abaciado no Mosteiro de Pedroso³³.

Ao contrário de Martinho V, que defendia a reforma através de medidas gerais e de grande amplitude, Eugénio IV, tal como D. Gomes Eanes, saliente-se, é adepto de uma reforma caso a caso, aproveitando os homens e as ocasiões ideais. Daí o seu programa ter tido melhores resultados do que o do seu antecessor – de facto, só no século seguinte a Cristandade estará preparada para iniciativas de carácter generalista e totalizante.

Estêvão de Aguiar manter-se-á nesta função durante cerca de 15 anos (1431-1446, data da sua morte), embora passe a viver em Lisboa, a par-

33 - Bula de Eugénio IV de 29 de Outubro de 1431.

tir do momento em que é nomeado conselheiro do rei pelo infante D. Pedro, então regente³⁴. Era urgente, como demonstra o Capítulo Geral de 1422, a necessidade da visitação e de uma reforma na vida interna da abadia e dos seus monges³⁵. Tal passava necessariamente pela busca do caminho primitivo, no cumprimento da regra e da disciplina monástica (*Devotio Moderna*)³⁶. Tratava-se do regresso às origens, à espiritualidade que brotava do rigorismo ascético que presidiu à fundação da ordem de Cister. É por isso que durante o governo abacial de Frei Estêvão de Aguiar se assiste a uma clara renovação nos domínios cultural e intelectual no seio da comunidade cisterciense de Alcobaça – iniciada, saliente-se, já durante o ministério de D. João de Dornelas.

34 - Carta de 9 de Janeiro de 1440. Veja-se RAU, Virgínia – “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439” in *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8 (1964), pp. 143-150.

35 - CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786”. Tomo 4. Louvaina, Bureaux de la Revue, 1936, pp. 242 e 243.

36 - Destacamos aqui a provável (e decisiva) influência do movimento religioso nascido no seio da Igreja Católica, no final do século XIV, intitulado *Devotio Moderna*. Numa época em que parte importante do clero católico apresentava-se enriquecido, privilegiado e protagonista de hábitos dissolutos, este movimento enfatizava a meditação e a vida interior. Gerhard Groote (1340-1384), pai do movimento, fundou os *Irmãos e Irmãs da Vida Comum* (c. 1370), uma comunidade que se tornou o principal expoente da *Devotio Moderna*. A obra *De imitatione Christi* [*Imitação de Cristo*], tradicionalmente atribuída a Thomas de Kempis (c. 1379-1471), ele próprio membro dos *Irmãos da Vida Comum*, constitui a expressão clássica do espírito do movimento pietista, que rapidamente alastrou dos Países Baixos, de onde era originário, à Alemanha, norte da França e inclusive a Espanha e Itália. Ao privilegiar uma espiritualidade mais verdadeira e intimista, assente nas bases essenciais do evangelho, tal como fora fundado e divulgado por Cristo e pelos Apóstolos, o movimento atribuía uma importância reduzida aos rituais externos, de pendor institucional, e aos ensinamentos religiosos especulativos que marcavam a sua época. Na essência, a *Devotio Moderna* reclamava uma vida de pobreza, castidade, devoção e obediência. Era o apelo às origens e ao regresso ao cristianismo primitivo, valorizando a comunhão como forma de reforçar a fé. Por outro lado, fundava-se no princípio de que todo o clero deveria ser bem instruído e que o povo deveria ter acesso ao saber para que tivesse condições de ler e decidir por si mesmo acerca dos textos sagrados – antecipando a este nível em mais de um século a mensagem de Martinho Lutero, até porque Groote traduziu diversas passagens da Bíblia, bem como alguns hinos para o vernáculo. Outra das consequências mais marcantes do movimento residiu no facto de propor um modelo de vida religiosa que colocava sacerdotes e leigos no mesmo nível, sem distinções hierárquicas. A sua mensagem destinava-se à generalidade dos crentes, sem excepção, mas dirigia-se principalmente a todos aqueles que desejavam sinceramente transformar e santificar o seu quotidiano. De alguma forma, é legítimo afirmar que a *Devotio Moderna* teve como resultado fazer com que os crentes, num processo de interiorização profunda, fossem pela primeira vez em muito tempo confrontados com o que significava realmente ser cristão. Tratou-se, portanto, de uma cristianização “quase primária”, conduzindo à redescoberta de todo um conjunto de princípios nas suas implicações para a conduta e a consciência individual. De sublinhar, enquanto inspiração e referência espiritual, a contribuição para o movimento da obra *Vita Christi* (c. 1348-1368) redigida por um monge da Ordem Cartusiana, de nome Ludolfo da Saxónia (c. 1295-1377).

Estêvão de Aguiar vai seguir o modelo de D. Gomes em Florença, nomeadamente como administrador temporal: centralização, obediência e fidelidade à sua pessoa. No domínio da cultura religiosa será o grande impulsionador do intenso trabalho de cópia e traslado de códices latinos registado pelo *scriptorium* durante este período.

Ao seu abaciado corresponderá, sem dúvida, uma boa administração. Prova-o a forma como tratou as dívidas, bem como a multiplicidade de decretos régios relativos a Alcobaça no período do seu governo, nos quais são evidentes o favoritismo, a confiança e a liberdade de ação dada ao abade pela coroa³⁷.

Dois exemplos paradigmáticos da forma como Estêvão de Aguiar administrou do ponto de vista temporal a comunidade cujos destinos liderava residem em dois registos de natureza contabilística: em primeiro lugar, o denominado *Tombo das Propriedades*³⁸, mandado compor pelo abade em 1435; e, depois, o célebre assentamento conservado no *Livro 14* do fundo de Alcobaça, também conhecido por *Livro da Fazenda*, elaborado entre 1437 e 1440³⁹. Ambos fornecem uma clara imagem das opções de governo do abade relativamente ao património do cenóbio e à sua gestão⁴⁰.

O *Tombo das Propriedades* expressa bem o já dito sobre o homem pragmático e de governo que foi Estêvão de Aguiar. Iria Gonçalves conside-

37 - BRAGANÇA, Joaquim O. – “O Leal Conselheiro em Alcobaça”. *Didaskalia* 11 (1981), pp. 363-378; CARVALHO, Freitas – *Antes de Lutero...*; MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998; NASCIMENTO, Aires A. – “A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxonia: obra de príncipes em ‘serviço de Nosso Senhor e proveito comum’”. *Didaskalia* 29 (1999), pp. 563-587.

38 - ANTT – *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobaça*, Livro 15 (*Tombo das Propriedades*, 1435).

39 - ANTT – *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobaça*, Livro 14 (*Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobaça*, 1437-1440).

40 - A gestão do património alcobacense foi cuidadosamente estudada por Iria Gonçalves a partir da abundante documentação de cariz económico produzida, em larga medida, durante o abaciado em causa. GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989; GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In GONÇALVES, Iria – *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 177-200.

ra-o o documento mais minucioso que o Mosteiro de Alcobaça produziu até final do século XV, no referente à descrição das suas terras⁴¹. É manifesto ao longo dos seus fólios o cuidado e o zelo postos no registo rigoroso e exato das informações. Na essência, este tombo resulta da preocupação e prioridade do abade em fazer o inventário das propriedades do Mosteiro, promovendo ao mesmo tempo o aforamento de todas quantas se encontravam devolutas⁴². De realçar que a sua redação foi precedida por um avultado número de contratos, celebrados no ano anterior, número que se elevou ao máximo durante o ano da sua elaboração, e que foi ainda considerável em 1436, ficando assim assegurada a exploração da grande maioria dos bens.

O *Livro da Fazenda*, por sua vez, contém o registo, dia após dia, das receitas e despesas do Mosteiro de Alcobaça. Anotações, portanto, subordinadas às diversas rubricas em que os monges haviam dividido a sua contabilidade, abarcando a diversidade de aspetos que compunham o quotidiano do cenóbio, e de modo muito particular, as facetas inerentes à gestão do seu património, ao abastecimento do Mosteiro, à defesa dos seus bens e direitos ou à prossecução dos mais diversos assuntos respeitantes à vida da comunidade e às suas relações com o exterior. Nas entrelinhas dos seus apontamentos contabilísticos perpassa também o pulsar da diversificada comunidade humana que integrava ou gravitava em torno desta instituição em meados do século XV, a saber, monges, oficiais do Mosteiro, dependentes leigos ou ainda as populações circundantes cuja existência decorria, em larga medida, na órbita do cenóbio. Isto sem falar de todos aqueles que, por alguma razão, se deslocavam ou estanciavam no Mosteiro sem, no entanto, estabelecerem uma relação duradoura com o mesmo.

Um exemplo prático e quotidiano da forma de atuar de Estêvão de Aguiar no que concerne à gestão do cenóbio, bem como ao nível da salvaguarda dos seus direitos e privilégios, surge com a pesca na lagoa da Pederneira. A lagoa, segundo expressão do abade, era “sua própria” e

41 - GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça...*, pp. 65-132.

42 - GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça...*, p. 189.

coutada de pesca do Mosteiro. Ou seja, lá pescavam as embarcações da abadia e normalmente andavam aí três ou quatro, na captura do peixe destinada ao Mosteiro. Antes de Estêvão de Aguiar o coutamento só vigorava entre o São João e o São Miguel, isto é, durante os três meses de Verão, descoutando-se em seguida. A partir desta data os pescadores da Pederneira podiam aí fazer as suas capturas livremente. Mas pelo menos em 1437, a situação mudou e passava a ser necessário um alvará assinado pelo Abade, para a utilização da lagoa. Os pescadores sentiram-se lesados e reagiram, mas o Mosteiro endureceu a sua atitude e tomou precauções. Perante boatos de pesca livre e por direito próprio na lagoa, Estêvão de Aguiar enviou à Pederneira o seu irmão, João Afonso de Gorigo, para, perante todo o concelho reunido deixar bem claro que eles o faziam por expressa licença do abade, levando todos a reconhecê-lo publicamente. Quem se arriscava a fazê-lo sem aquela licença perdia as redes e o pescado⁴³.

Dois outros aspetos que consideramos importantes na tentativa de constituição do perfil do abade enquanto administrador pragmático são, por um lado, o facto de Estêvão de Aguiar ter construído uma nova câmara na abadia, contratando para tal operários especializados que à época estavam na Batalha, envolvidos na edificação do respetivo Mosteiro⁴⁴. Depois, facto extremamente revelador das suas ligações à Coroa e à Casa de Avis, o apoio que prestou ao Infante D. Pedro contra a cunhada, Leonor de Aragão (r. 1433-1445), no processo de atribuição da regência do reino, durante a menoridade de D. Afonso V (1438-1481). Este apoio implicou, nomeadamente, uma viagem do abade a Lisboa à frente de uma hoste composta por 500 homens de cavalo e a pé, integralmente financiada pelo Mosteiro. Estêvão de Aguiar cavalgou então ao lado de D. Pedro, num ato de pleno simbolismo de poder. Na sequência, o abade permaneceu na cidade cabeça de reino durante cerca de três meses ao lado do infante⁴⁵.

43 - Veja-se GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça...*

44 - GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média...”, p. 184.

45 - RAU, Virgínia – “O infante Dom Pedro...”. Para uma compreensão mais lata deste contexto veja-se GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19-56.

Em todo este processo, Estêvão de Aguiar assume-se ele próprio como símbolo maior da tensão entre ideal e real que a cada dia marca, inevitavelmente, a vida, e em particular o binómio gestão/subsistência, de um cenóbio. Tanto mais que o abade, como conselheiro régio e, desde longa data, esmoler-mor do reino, manteria necessariamente relações regulares com os monarcas e a sua *entourage*, justificando certamente muitas deslocações entre o Mosteiro e o lugar onde a Corte se encontrasse⁴⁶.

De registar é que, inclusivamente como abade não residente, o que aconteceu aquando da sua nomeação para o Conselho Real, Estêvão de Aguiar não deixou de ser zeloso com o governo do Mosteiro de Alcobaça, sempre na linha do que aprendeu com D. Gomes Eanes e de acordo com o espírito de observância que a Coroa pretendia para o cenóbio e, enfim, para o reino.

No que respeita aos mosteiros subordinados a Alcobaça, Estêvão de Aguiar protagonizará uma política centralista, onde a obediência desempenhará um papel fundamental. Como indica uma carta de 26 de Março de 1438, esteve empenhado na visitaçāo, controlo e reforma destes cenóbios. No entanto, esta política de centralizaçāo e de impor a sua autoridade temporal, de modo a influir no governo de cada uma dessas comunidades, não foi bem recebida por todos. Na verdade, registaram-se diversas resistências e contestaçōes⁴⁷, sendo mesmo necessário recorrer aos seus direitos de confirmaçāo dos abades e até à intervençāo real, como aconteceu em 1437 com o Mosteiro de Santa Maria do Bouro⁴⁸. Outro exemplo é fornecido pelas contendas com os vassallos dos coutos devido a insubordinaçōes. A resposta régia por parte de D. Duarte será rápida e, mais uma vez, confirmando uma clara tendēncia protecionista

46 - *Esmoler-Mor do Reino* é o título correspondente a um cargo oficial na corte dos reis de Portugal, reservado a eclesiásticos, com funções de supervisionar todas as ações caritativas e esmolos que cabiam aos soberanos. Sobre este cargo palatino e a sua relação tradicional com os abades de Alcobaça, veja-se GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, pp. 117-118.

47 - MARQUES, Maria Alegria – “Duas visitaçōes em igrejas dos coutos de Alcobaça, no séc. XV. A propósito de um litígio”. In *Estudos sobre a Ordem de Cister...*, pp. 199-237.

48 - MARQUES, Maria Alegria – “Um litígio entre mosteiros cistercienses no séc. XV: Alcobaça e Bouro”. In *Estudos sobre a Ordem de Cister...*, pp. 275-308. Sobre o mosteiro do Bouro vejam-se ainda as informaçōes e bibliografia facultadas em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia histórico*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 115-116.

e de favorecimento, em seu benefício.

Isto faz de Estêvão de Aguiar um dos pioneiros em Portugal de um movimento de reforma religiosa que visava o rigor e o regresso à pureza original da mensagem beneditina e da *Regra* que a suportava. Um movimento, claro está, onde a disciplina, a correção e a obediência eram requisitos prioritários.

Estêvão de Aguiar desejava a reforma, a observância, a boa administração e, sobretudo, o desejo de ascensão espiritual. Daí, aliás, o seu cuidado com a formação eclesiástica e literária dos seus monges. Com efeito, o seu sentido reformista assumia uma inequívoca feição didática, comprovada de forma modelar pela própria produção escrita saída *scriptorium* do Mosteiro. Um exemplo modelar é-nos oferecido pelo códice Alc. 218⁴⁹, uma compilação cujos textos inclusos, vertidos para linguagem, permitiam doravante à comunidade religiosa do convento o conhecimento efetivo das regras fundamentais que deviam guiar o seu quotidiano. O prólogo desta coletânea, da autoria do próprio abade, demonstra-o de forma cabal:

“Nele estão escritas coisas necessárias e muito proveitosas e como estavam escritas em latim, se não guardavam e não eram entendidas pelos não latinados, porque era importante que os monges conhecessem as Definições velhas e as novas (...) Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem.” (BNP, Alc. 218, fólio 1).

A sua ação enquanto reformador foi realista e pragmática, porque operacionalizava a reforma com ações concretas, seja no *scriptorium*, seja na administração temporal do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça⁵⁰. A

49 - Só por si este “detalhe” é altamente revelador da acção reformadora de Estêvão de Aguiar à frente dos destinos de Santa Maria de Alcobaça.

50 - Comprova-o, neste último campo, um amplo *corpus* documental de carácter notarial composto, entre outros documentos, por cartas e instrumentos de aforamento, alvará, apelação, apresentação, arrendamento, avença, citação, composição amigável, confirmação e atestação, continuamento (por exemplo, de posse), convenção, demarcação, doação, eleição, emprazamento, encampação, escambo, excomunhão, inquirição, inventário, juramento, mercê, nomeação, obrigação, partilha, perdão, posse, pregão, procuração, recebimento, renovação (por exemplo, do emprazamento), renúncia, requerimento, sentença, sesmaria, transação, venda.

combinação de utilidade e fé – não dissociando, portanto, a contemplação da proatividade – parece ter sido, efetivamente, o seu princípio orientador, é lícito afirmar, na reforma de tão importante e simbólico cenóbio. Não é, assim, de estranhar que Estêvão de Aguiar consiga durante o seu abaciado elevar a comunidade monástica de Santa Maria de Alcobaça a um dos seus pontos máximos, quer em termos de administração secular, quer ao nível da produção do *scriptorium* e da própria prática monástica (leia-se voto de estabilidade e afastamento do mundo) dos membros do cenóbio.

Ainda em relação ao *scriptorium* devemos sublinhar a sintonia entre a Coroa e Santa Maria de Alcobaça. Uma sintonia modelada pela dinamização da cultura do livro – todas as figuras de Avis desejaram ser detentoras de bibliotecas com relevância –, a moralidade e a sincera religiosidade. Fica assim explicada o valor concedido, por um lado, ao retorno à cultura antiga de raiz latino-cristã, e, por outro, ao tornar acessível a todos, leigos e religiosos, através do vernáculo, a ideologia imperante. Mas, para além do intuito de promover as práticas e os interesses culturais, a dinastia de Avis distinguiu-se igualmente pela determinação em fomentar a recuperação das comunidades monásticas na qualidade de agentes fundamentais de produção e circulação de obras manuscritas e de preservação de repositórios livrescos. O derradeiro propósito consistia em dar resposta às “novas” necessidades que uma vida renovada do ponto de vista espiritual e cultural implicavam. Alcobaça, neste quadro, irá constituir um exemplo de excelência.

Compreende-se, assim, a renovação cultural que Estêvão de Aguiar irá promover durante os 15 anos do seu abaciado, a qual passou por estimular o trabalho de cópia e traslado de códices latino-cristãos no *scriptorium*, numa tendência que já vinha dos inícios do século XV. O culto das letras, a promoção do humanismo literário na figura da tradução e o gosto pelo livro foram, sem dúvida, apanágio do seu abaciado.

Com efeito, a faceta mais importante da sua atividade em Alcobaça não é a administração temporal, mas sim a atividade cultural: o *scriptorium* conhece nesta altura uma extraordinária atividade, reveladora das preocupações fundamentais do abade e dos seus monges, bem como do tipo

de vida que se pretendia para a comunidade monástica. Uma vida de intensa oração, meditação e ascese.

Em todo este quadro, naturalmente, o objecto-livro e a cultura assumem um raro protagonismo, tornando-se mesmo condição essencial para a reforma do cenóbio. Desde logo, porque o abade atribui-lhes uma importância superlativa, quer na formação dos seus monges, quer na estruturação da vida religiosa e da espiritualidade da comunidade que dirige.

Como iremos demonstrar nos tópicos seguintes, as obras que “dirige” entre 1431 e 1446 possuem uma matriz ascética, litúrgica e hagiográfica. Estão, desta forma, em íntima conexão com os seus desejos reformistas: exercitar no espírito dos monges a piedade, bem como a vida contemplativa e austera. A tradução, por sua vez, reveste-se de uma singular centralidade no seu abaciado. Na essência, trata-se do assumir de uma tendência que já vinha das décadas anteriores, mas que agora se acentua de forma decisiva. Efetivamente, muitas das obras em questão já existiam em Alcobça, mas em latim. Não satisfaziam, por isso, as exigências religiosas e culturais não só da maior parte dos monges, de escassos conhecimentos da língua latina, mas principalmente dos leigos.

6. Os códices copiados ao tempo de D. Estêvão de Aguiar

É possível reconstruir parte do labor do *scriptorium*, durante o seu abaciado, a partir de duas fontes distintas: por um lado, através das informações contidas nos cólofons dos códices que nos chegaram; por outro, graças ao *Livro 14*, também conhecido por *Livro da Fazenda*, ao qual já nos referimos atrás.

Os códices da livraria copiados durante o seu abaciado foram já abor-

dados por Carlos Roma Fernandes⁵¹ e, em particular, por Aires A. Nascimento⁵², nomeadamente a questão das traduções para vernáculo, numa tendência que já vinha das décadas anteriores mas que se acentua com Estêvão de Aguiar. Vale a pena recuperar alguns dados relativos a estes códices e integrá-los no contexto de uso e de circulação do seu significado, isto é, dos objetivos reformistas que orientaram a sua cópia e, por fim, articulá-los com as informações contidas no *Livro da Fazenda*.

Começamos pelo Alc. 218, um códice copiado entre 1439/40, paradigma da intenção e da acção reformista de Estêvão de Aguiar, como já referimos anteriormente⁵³. Logo no primeiro fólio temos a apresentação do livro e a justificação do seu conteúdo feita pelo próprio abade:

“consirando nos como as definições e statutos da dicta ordem com as outras cousas em este uolume contiudas eram e som muyto necessarias e prouectosas ao dicto mosteiro asy no spyritual como no tenporal as quaees porque eram spritas em latim se nom gardauam (...) mandamos traladar este liuro de latim em linguagem asy declaradamente que quallquer que o lea posto que latinado nom seia o posa entender, e em ele se contem primeiramente como foy fundado o mosteiro de Cister, desi as definições uelhas e nouas do capítulo geeral, e hũa compilação da ujsitação e do modo de ujsitar que nouamente mandamos fazer, e os statutos do papa benedicto, e hũa letra apostolica sobre os apostatas e fugitiuos (...)”
(BNP, Alc. 218, fólio 1).

51 - FERNANDES, Carlos Roma – *O Scriptorium de Alcobaça...*

52 - NASCIMENTO, Aires A. – “Percurso do livro na história da cultura portuguesa medieval”. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, vol. I, pp. 281, 302; NASCIMENTO, Aires A. – “O Leal Conselheiro de D. Duarte: problemas de derivação filológica e tentativa de reintegração”. In *Ler contra o tempo...*, vol. I, p. 530. NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Lisboa: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018, p. 168 e seguinte.

53 - BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

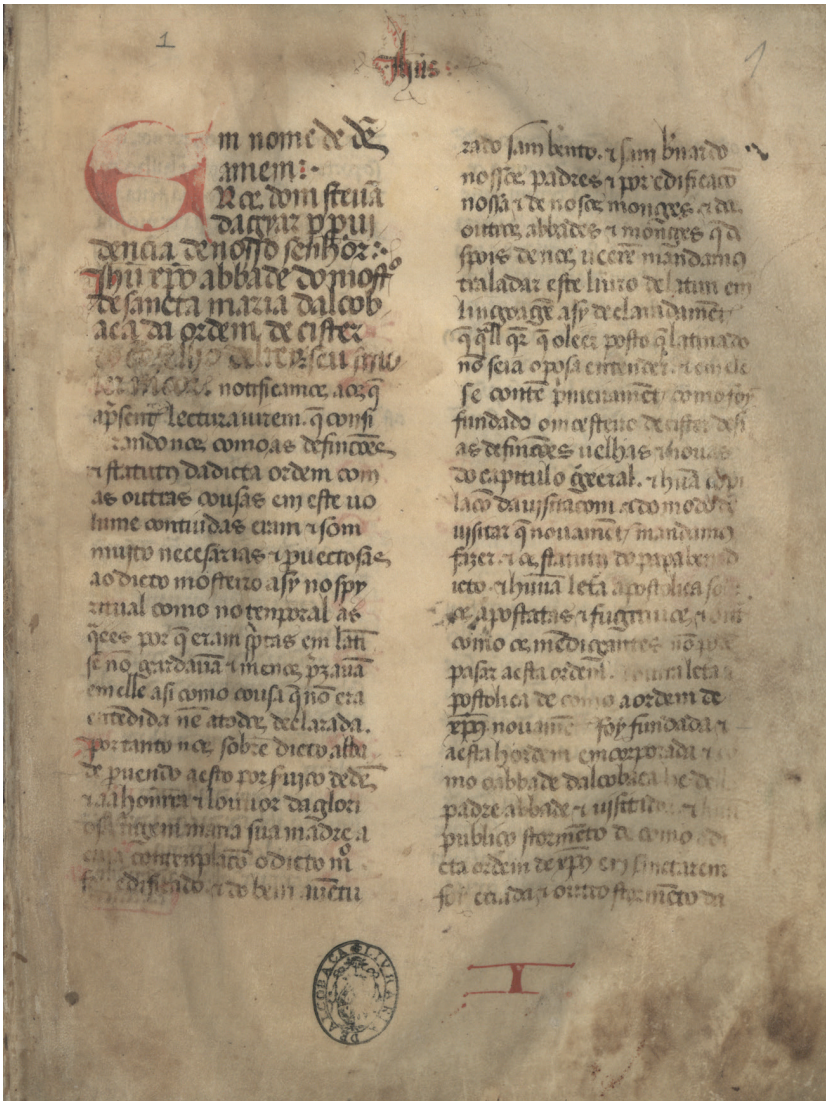


Fig. 1: BNP, Alc. 218, fôlio 1. Imagem gentilmente cedida pela BNP.

Sobre os textos que constituem este códice, organizámos a informação sob a forma de uma tabela (Tabela 1)⁵⁴:

54 - Publicada em BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade...”, pp. 363 e seguinte.

Tabela 1: Conteúdo do códice Alc. 218

	Conteúdo	Copista
1º caderno, 8 fólhos	Prólogo: apresentação do livro pelo abade (fls.1 e 1v). Seguem-se os Costumes de Cister – é a tradução portuguesa dos 18 capítulos do <i>Exordium parvum</i> (fólio 1v até ao fólio 8).	Frei Bernardo
9 cadernos de 8 fólhos (do 2º ao 10º); 11º caderno com 4 fólhos	Fólio 9 Compilações das <i>Definições do Capítulo Geral</i> de 1316 (até ao fólio 85).	Frei Nicolau Vieira
12º e 13º cadernos com 8 fólhos e o 14º caderno tem 9 fls.	Fólio 85 Começam as <i>Definições novas</i> (cerca de 1350). Cólofon (fólio 109).	Frei Nicolau Vieira
15º caderno com 6 fólhos	Fólio 110 Forma de visitação e do modo de visitar; Fólio 115 Um relato Fólio 115v Tábua com os Estatutos do papa Bento (XII)	Frei Nicolau Vieira Frei Bernardo
16º caderno com 8 fólhos 17º caderno com 10 fólhos	Fólio 116 Início da letra apostólica em português (<i>Fulgens sicut stella</i>) ⁵⁵ Fólio 133v Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Frei Bernardo
18º caderno com 8 fólhos	Fólio 134 continuação da letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Frei Bernardo
19º caderno com 7 fólhos 20º caderno com 4 fólhos	Fólio 147v Estatutos de Calatrava até ao fólio 152v. Cólofon (fólio 152v).	Frei Bernardo
21º caderno com 3 fólhos	Fólio 153 Privilégios de Calatrava;	Frei Bernardo
22º caderno com 7 fólhos	Fólio 156 Cartas sobre Odivelas (Fevereiro de 1295; Julho de 1306). Nota: Frei Bernardo me fez (fólio 162v)	Frei Bernardo
23º caderno, com 6 fólhos	Fólio 163 Método de falar por sinais, em português. O texto está incompleto (termina fólio 168).	Frei Bernardo

55 - Sobre esta bula de Bento XII (1334-1342), a importância da sua tradução por Estevão Vasques e a disponibilização em português para a comunidade alcobacense por mão do abade D. Estêvão de Aguiar ver NASCIMENTO, Aires A. – “«Fulgens sicut stella matutina»: o mosteiro de Alcobaça, estrela da manhã”. In CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister*. Tomo I – Património e Arte. Alcobaça: Hora de Ler, 2019, p. 24.

Destacamos, depois do Prólogo, a designação de *Costumes de Cister* para a tradução portuguesa do *Exordium Paruum*, um texto que cristaliza, de forma narrativa, os primeiros tempos de Cister, a memória da fundação e da ação que guiou os primeiros monges⁵⁶. A livraria tinha o texto disponível em latim, num códice feito em 1231 (Alc. 187⁵⁷). Mas o interesse de Estêvão de Aguiar em disponibilizar este texto em português está decerto relacionado com o propósito de reforma monástica empreendida pelos primeiros monges, guiados por Roberto de Molesme, na fundação de um mosteiro novo, orientado pelos princípios da observância monástica.

Ao texto do *Exordium Paruum*, seguem-se as *Definições antigas e as novas* e, no final do 14º caderno, um cólofon, que transcrevemos aqui:

“Forom acabadas de tra<s>ladar de latim em lingoagem as difinições suso scpritas antiga<s> e nouas per steuam uaasquez natural de Cooz antre os mais pequenos bacharel em lex, Ouujdor do honrrado padre e senhor dom steuam d agyar, abbade do mosteiro de sancta maria d alcobaça, que a dicta obra mandou fazer, aos .v. dias do mes de março do anno do senhor Jesu Christo de mjl e .iiijc. e xxxix.”

“As quaees stpreueeo per sua mão frey Nicolaa vieyra monje do dicto Mosteiro”
(BNP, Alc. 218, fólio 109).

56 - NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentário. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

57 - WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux. Cîteaux. Commentarii cisterciensis*, 1999, p. 48 e ss e WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century statutes from the Cistercian General Chapter. Cîteaux. Commentarii cisterciensis*, 2002, p. 527.

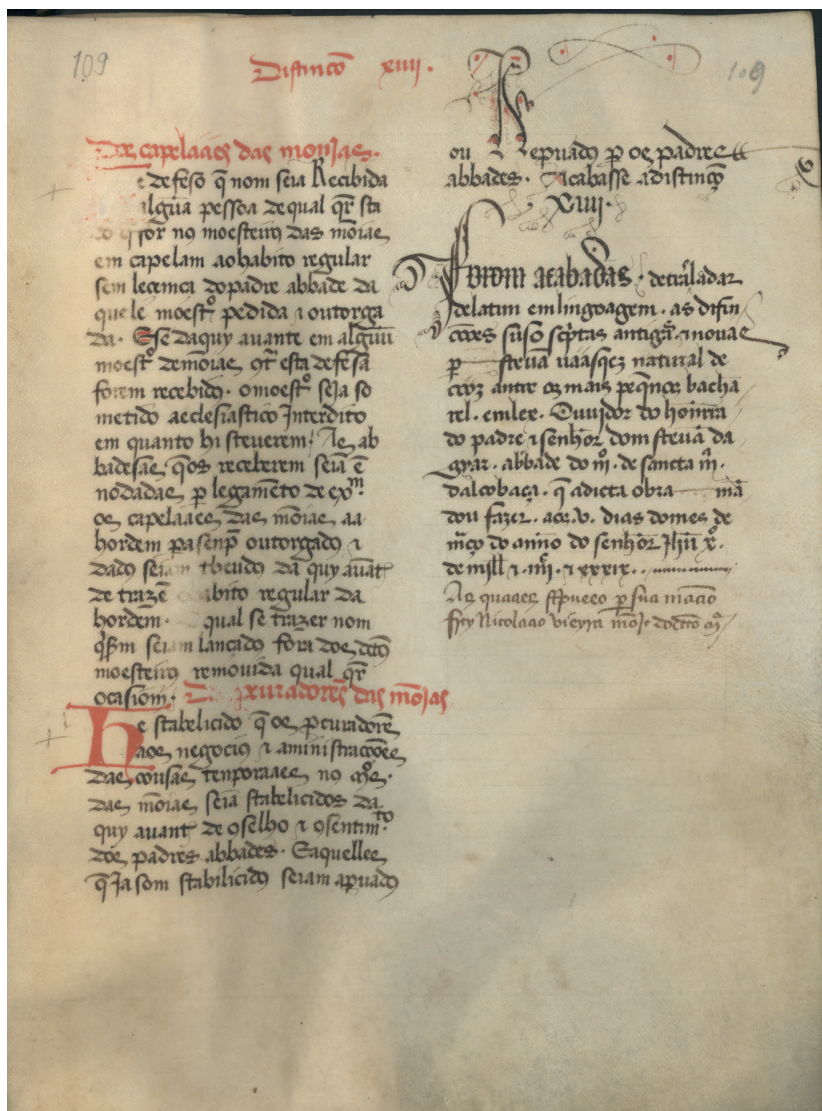


Fig. 2: BNP, Alc. 218, fôlio 109. Imagem gentilmente cedida pela BNP.

Esta última frase, relativa ao copista, foi redigida numa letra distinta, o que nos faz pensar que corresponderá, talvez, a um segundo momento, em que se tornou importante identificar o autor da cópia. De seguida,

o volume contém mais textos, em português, e novo cólofon, no fim do 20º caderno:

“Forom acabadas de traladar de latim em lingoagem todas as cousas acima scritas per o dicto steuam uasquez ouuidor. A xxbj dias de março anno do nascimento de nosso senhor de [sic] Jesu Christo mjl. iiijc. e quorenta. Qui scripsit scribat senper cum domino ujuat. Amen.

frey bernardo me fez”
(BNP, Alc. 218, fólio 152v).

Frei Bernardo terá sido responsável pela cópia de cerca de metade dos cadernos que constituem este códice. Sobre a tradução por Estêvão Vasques, a especificidade dos textos esteve talvez na escolha, por parte do abade, de um elemento da sua casa, tradutor competente, bacharel em leis e seu ouvidor⁵⁸.

Através da análise da Tabela 1, nomeadamente na articulação entre o conteúdo do Prólogo, os cadernos, os vários textos e os cólofons, conseguimos perceber qual o projecto inicial e o que foi sendo agregado ao mesmo, em várias fases e por mãos diferentes. Frei Nicolau Vieira, a partir das traduções de Estêvão Vasques, termina a sua tarefa de copiar as *Definições antigas e as novas* em Março de 1439 (texto sequencial). Senivelmente, um ano depois, Frei Bernardo, que igualmente copia pela tradução do ouvidor e bacharel, termina a sua parte (textos até às orientações sobre Calatrava). Daqui se conclui que o caderno que contém o Prólogo e o *Exordium Paruum* não tinha sido previsto aquando o abade pensou na tradução e cópia das *Definições velhas e novas*, mas deve ter sido realizado em torno de 40, quando Frei Bernardo faz a segunda parte do códice. As cartas respeitantes ao Mosteiro de São Dinis de Odivelas e

58 - O ouvidor era o juiz que dirimia, por delegação, os processos judiciais que cabiam à autoridade detentora da jurisdição (rei, bispos, nobres, abades). Neste caso, o ouvidor julgava os feitos referentes às gentes do mosteiro e do couto pertencentes à jurisdição do abade alcobacense. Ver também NASCIMENTO, Aires A. – “«Fulgens sicut stella matutina»...”, pp. 24 e 25.

o texto sobre o método de falar por sinais também não faziam parte do projecto inicial (não aparecem mencionadas no Prólogo) e foram decerto adicionadas depois de realizada a segunda parte e depois de redigido o caderno com o Prólogo e o *Exordium Paruum*.

O que une este *corpus* de textos tão variados? Cremos que o objectivo que está atrás da sua organização e cópia era o de proporcionar aos religiosos do mosteiro um conjunto de textos normativos, acessíveis a todos, especialmente aos não latinados, sobre as orientações fundamentais que estavam na base da vida conventual, para que dos mesmos os monges retirassem ensinamentos espirituais e temporais. Estes últimos diziam principalmente respeito à gestão das duas ordens militares dependentes dos costumes de Cister, as ordens de Cristo e de Calatrava.

Quanto às cartas do Mosteiro de Odivelas, trata-se da tradução para português de dois documentos de fundamental importância para essa comunidade. O primeiro, datado de 27 de Fevereiro de 1295, corresponde à instituição do Mosteiro de Odivelas⁵⁹. Este documento interessava ao Mosteiro de Alcobaça por incluir um conjunto de normas fixadas por ordem de D. Dinis, as quais versavam, essencialmente, sobre a clausura das monjas, interditando os contactos com o mundo e a entrada de pessoas estranhas à comunidade. O segundo, datado de 14 de Julho de 1306, consiste numa reforma do primeiro, uma vez que a clausura imposta era tão rígida que mal se conseguia cumprir. O conhecimento desta normativa, específica para as monjas de Odivelas, e a conservação por parte dos abades de Alcobaça dos diplomas que a consagravam eram essenciais porquanto, *ab initio*, eram suas incumbências a visitação, a correção e a reforma do mosteiro de Odivelas⁶⁰.

59 - Da carta de fundação conservam-se três originais: ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 1, fólio 7; ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.^a Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 2 e ANTT, Gavetas, Gaveta 1, m. 2, n.º 14. Encontra-se publicada por Brandão 1976: fólios 325v.º-327v.º, escritura XXX, a partir de uma cópia (ANTT, Estremadura, Livro 22, fólio 170).

60 - Neste âmbito ver BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade...”, pp. 366 e seguinte.

“E sobre esto porque por a malicia dalguuns visitadores que dalhures som enviados a visitar os mosteiros da Ordem de Cister a estas partes e se seguem infindos dapnos e perigoos aas pesoas e cousas desa Ordem, ese Senhor Rey, nos consentindo specialmente e consentimento dando, stabeleceu e ordenou que o dicto mosteiro, abbadesa e donas delle sejam sometidas pera sempre aa visitaçom, correcçom e reformaçom do abbade d’Alcobaça soamente.”

(BNP, Alc. 218, fólho 158).

Como já dissemos noutro local, a inserção dos documentos de Odivelas no códice não é despicienda, tanto mais que se enquadra na sequência normativa composta pelas *Definições velhas* (Codificações de 1316), pelas *Definições novas* (Codificações de 1350) dedicando-se ambas, no artigo XV, às questões do monaquismo feminino, e pela *Forma de visitação e do modo de visitar*.

Um aspeto a destacar, que já abordámos noutro lado, é que este códice e o respetivo conteúdo foi usado como modelo para outros três códices: o Alc. 73, que resultou da iniciativa de Nicolau Vieira, futuro abade de Alcobaça e em dois códices do século XVI: Alc. 223 (ca de 1531) e Alc. 298 (datado de meados do século XVI). Estes últimos tiveram como contexto o processo de mudança e reforma que conduziu os destinos de Alcobaça e dos outros mosteiros cistercienses portugueses até 1567, data da criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça.

O próximo códice é de uso litúrgico, o Alc. 67, um Colectário para a terça, copiado por Frei Bernardo em 1442⁶¹. Este códice é o único manuscrito de Alcobaça onde até agora confirmamos a presença da fórmula para a bênção das velas, no âmbito da procissão da festa da Purificação da Virgem. Assim, sendo o único testemunho que até agora conseguimos documentar com a bênção, e datado de 1442, uma

⁶¹ - Ver, nesta colectânea, o artigo de Catarina Fernandes Barreira dedicado aos Colectários de Alcobaça: “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”.

hipótese é que este manuscrito deve ter sido copiado por outro, mais antigo e que não chegou aos nossos dias. Dizemo-lo por várias razões: em primeiro lugar, parece-nos improvável que, até meados do século XV, o mosteiro não tivesse o texto necessário para a bênção da cera⁶². Pode não ter chegado até nós, por motivos que desconhecemos, o códice onde o mesmo se encontrava. Em segundo lugar, o facto de este Colectário ter a festa do *Corpus Christi* sob a forma de uma adição é, para nós, um indício da provável cópia por um Colectário mais antigo, anterior a 1318 e que, por descuido ou esquecimento de Frei Bernardo, não se integrou a referida festa no Temporal, de forma sequencial, mas as colectas para a festa aparecem no fim do manuscrito, sob a forma de uma adição⁶³, agregada ao códice num segundo momento.

Um outro códice onde Frei Bernardo e Frei Nicolau Vieira trabalharam em equipa foi no Alc. 280, *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, uma compilação feita por Bernardo de Brihuega e copiado entre 1442 e 1443. Segundo Aires A. Nascimento:

“não é de somenos importância reconhecer-se que o único testemunho conhecido de um texto escrito por Bernardo de Brihuega para Afonso X se conserva numa tradução portuguesa copiada em Alcobaça em meados do século XV”⁶⁴

Tal como no Alc. 218 temos dois cólofons diferentes, um para cada parte do manuscrito. Começa Frei Bernardo:

“Eu rogo a todos aqueles que me leerem que roguem por o dicto dom Estevam dAguyar abbade do dito mos-

62 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Ad candelas* ou a festa da Purificação da Virgem no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça entre os séculos XII e XVI”. In MARQUES, Maria Alegria; OSSWALD, Helena (coord.) – *Devoções e Sensibilidades Marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje. Livro do XIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Associação de Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2018, pp. 135-174.

63 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “A Festa do Corpus Christi no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra e ANTUNES, Joana (coord.) *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2017, n.º 7, pp. 83-103.

64 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro...*, pp. 217.

teiro dAlcobaça, ao Senhor Deus que lhe de (sic) aquela folgança que da (sic) ao (sic) seus amigos. Porque me mandou trasladar aa sua honra e a (sic) dos beentos apostolos. E por o muito indigno de todo bem religioso frei (entrelinhado nono) bernardo (entrelinhado abbas sancti pauli) monge do dicto mosteiro a que me mandou trasladar des o começo ata aquy: e fuy (sic) começado primeiro dia de outubro na era de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil e iiijc Rij [1442] e acabado no de Riij [1443] graças a Deus” (BNP, Alc. 280, fólio 206v).

Este cólofon de Frei Bernardo está no verso do último fólio de um caderno com quatro fólhos (em vez dos oito habituais). Em seguida, a começar um novo caderno de oito fólhos, temos a segunda parte do texto, que termina com o seguinte:

“Este livro mandou trasladar o mui honrado e virtuoso padre e senhor dom Estevão de Aguiar pela prudência de nosso senhor Jesus Cristo, abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el rei e seu esmoler mor o qual eu, frei Nicolau Vieira seu monge escrevi per seu mandado des o capitulo em que conta quando prenderam são Pedro e são Paulo...” (BNP, Alc. 280, fólio 315).

Sobre o significado, neste códice, do termo trasladar, não é traduzir do latim, pois neste caso deveria aparecer designado como no cólofon do Alc. 218: “trasladar de latim”. Neste caso, trasladar parece significar que Frei Nicolau e Frei Bernardo receberam para copiar um exemplar já em português. Sobre o trabalho de cópia partilhado, pode explicar-se não só através de uma boa organização do *scriptorium*, mas também pela rapidez em obter o exemplar, um factor que até pode ter sido uma exigência de quem emprestou o modelo para cópia.



Fig. 3 e 4: BNP, Alc. 280, fólíos 206v e 280. Imagens gentilmente cedidas pela BNP.

Outro códice copiado durante o abaciado de Estêvão de Aguiar é o Alc. 278, um *Livro de Usos*, mas que está incompleto, pois faltam-lhe fólíos no final, o que nos privou do seu cólofon, que, a ter existido, deveria ser muito semelhante ao dos outros manuscritos. Sabemos o ano em que foi copiado porque exhibe, ao início (fólíos 1 e 1v) diagramas circulares que têm a data de 1444. Desconhecemos, porém, quem foi o copista. Este códice deve ter tido como modelo o Alc. 208, um *Livro de Usos* com o mesmo conteúdo, datado de 1415.

Entre 1445 e 1446 temos a cópia dos três volumes da obra *Vita Christi*⁶⁵, de Ludolfo da Saxónia: Alc. 451, Alc. 452 e Alc. 453. Sobre estes códices são muitas as questões que se multiplicam. Uma aturada investigação de Aires A. Nascimento, ao longo de mais de duas décadas, tentou responder às referidas questões, comparando os textos com outros exemplares da obra, nomeadamente com os incunábulo de 1495. Assim, a partir do trabalho

65 - SILVA, Elsa Maria Branco da – *A fortuna da 'Vita Christi' no Medievo em Portugal: pensar a espiritualidade à luz da tradução*. Coimbra: Editora Alma Azul, 2006, p. 565 e ss.

deste investigador⁶⁶ e em jeito de síntese, temos o seguinte panorama:

1º - D. Duarte inclui no *Leal Conselheiro* um capítulo da *Vita Christi*, o nº 87, e designa-o como “Traladado do livro de *Vita Christi*”. Daqui se conclui que, quando o monarca redige o *Leal Conselheiro*, entre 1435 e 1438, já tem disponível, na corte, uma tradução portuguesa da *Vita Christi*. A quem se deveu esta tradução? Aires A. Nascimento crê que a devemos reportar diretamente a D. Duarte ou a alguém do seu círculo próximo⁶⁷. O próprio monarca explica, no prólogo do *Leal Conselheiro*, que fez trasladar capítulos de outros livros porque estes textos o ajudavam no que escrevia, isto é, o rei assume ter competências para perceber latim.

2º - Esta tradução para português da *Vita Christi* desperta o interesse do abade de Alcobaça antes de 1445 e é a cópia que D. Duarte trasladou (ou alguém próximo), que dará origem ao códice alcobacense. Ainda segundo Aires A. Nascimento, não há dúvida de que Estêvão de Aguiar será o responsável pelo aparecimento da obra em Alcobaça⁶⁸, familiarizado talvez com o texto em latim, mas decerto motivado pelo interesse em torno do conteúdo do livro, isto é, na sua utilidade espiritual junto da comunidade que deste modo o tinha acessível em vernáculo.

3º - Entre 1445 e 1446, o *scriptorium* de Alcobaça produz os códices com as quatro partes da *Vita Christi*, mas não chegou até nós o volume respeitante à terceira parte da obra. No primeiro códice, o Alc. 451, o seu cólofon informa-nos do seguinte:

“Aqueste livro mandou trasladar a honra de Jesus Cristo
(espaço correspondente a três linhas rasuradas) ao muy

66 - NASCIMENTO, Aires A. – “A tradução portuguesa da *Vita Christi*...”, pp. 563 a 587 e NASCIMENTO, Aires A. – “A *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”. In *Ler contra o tempo...*, Vol. II, pp. 823 a 841.

67 - NASCIMENTO, Aires A. – “O *Leal Conselheiro* de D. Duarte: problemas de derivação filológica e tentativa de reintegração”. In *Ler contra o tempo...*, vol. I, pp. 517 a 535, p. 518. Elsa Branco da Silva discorda e diz que pode ser atribuída a Frei Bernardo in SILVA, Elsa Maria Branco da – *A fortuna da ‘Vita Christi’ no Medievo em Portugal...*, p. 822.

68 - NASCIMENTO, Aires A. – “O *Leal Conselheiro* de D. Duarte...”, vol. I, p. 525 e NASCIMENTO, Aires A. – “A *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia...”, p. 837.

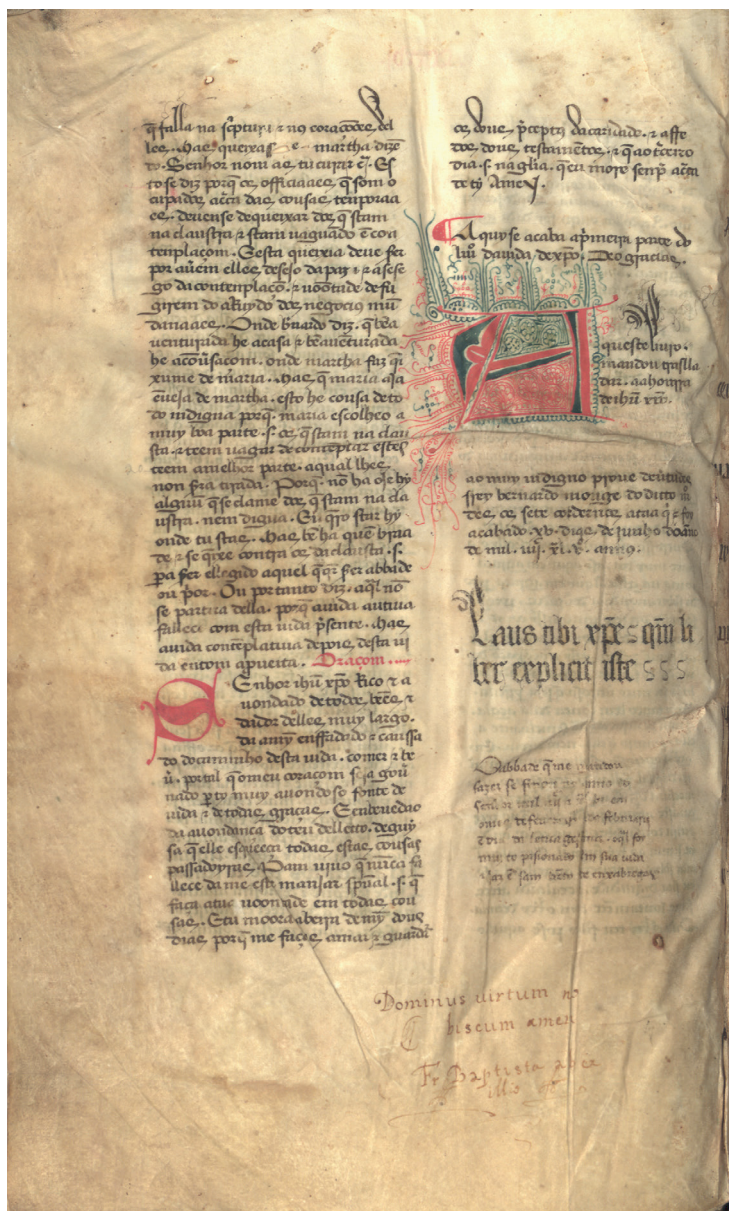


Fig. 5: BNP, Alc. 451, fólíio 226v. Imagem gentilmente cedida pela BNP.

indigno prouve de virtudes frei Bernardo monge do dito mosteiro des os sete cadernos ata aqui e foy acabado 15 dias de junho do ano de mil quatrocentos e 45...”
(BNP, Alc. 451, fólho 226v).

Mais abaixo, com outro tipo de letra:

“O abade que me mandou fazer se finou no ano do senhor de 1446 em o mês de fevereiro em dia da septuagésima (...) o qual foi muito passionado em sua vida e jaz em São Bento de Enxobregas”
(BNP, Alc. 451, fólho 226v).

Da leitura, não restam dúvidas que o copista foi Frei Bernardo, que o copiou sob as ordens de Estêvão de Aguiar, o abade que lhe mereceu a nota da data da sua morte. A perplexidade surge quando, no fólho 56v, findo o sétimo caderno, vemos a seguinte nota marginal “ata aqui fez o scripvam del rey” e, no fólho 57, também em nota marginal “daqui adeante scripveu frey Barnardo monge e o encadernou de todo.”⁶⁹ Só que, tal como notou Elsa Branco da Silva, em termos paleográficos não parecem existir diferenças entre os cadernos e este códice é muito homogéneo, até mesmo na decoração iluminada. Que significado têm as duas notas marginais mencionadas quando articuladas com o cólofon? Como vimos, quando a cópia dos livros era partilhada, esse facto era mencionado nos cólofons: se o trabalho respeitante ao Alc. 451 tivesse resultado de uma parceria, isso seria decerto referido por Frei Bernardo.

Aires A. Nascimento justifica-o com o seguinte argumento: em 1440, o abade de Alcobaça, ao ser nomeado para o conselho de estado pelo regente D. Pedro, ganhou em favorecimento: “as relações dele com a corte permitir-lhe-iam certamente aproveitar os serviços do escrivão de el

69 - NASCIMENTO, Aires A. – “A tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo da Saxónia...”, p. 577; SILVA, Elsa Maria Branco da – *A fortuna da ‘Vita Christi’ no Medievo em Portugal...*, p. 608.

rei”⁷⁰ que, neste período era João Gonçalves, que já havia estado ao serviço durante o reinado de D. Duarte, escrivão que Estêvão de Aguiar devia conhecer bem e que se mantém no cargo com o regente D. Pedro.

Quanto ao Alc. 452 (que corresponde à II Parte da *Vita Christi*) é um códice bastante diferente do anterior: o texto já não se apresenta em duas colunas mas uma só, a decoração iluminada também é distinta do Alc. 451, tal como o tipo de letra. O Alc. 453 (IV Parte) exhibe cólofon: “este livro mandou trasladar o muito honrado abade D. Gonçalo Ferreira, ao pobre de virtudes Frei Bernardo”. D. Gonçalo Ferreira foi eleito abade em 1446, por morte de Estêvão, cuja memória era evocada de forma saudosa no Alc. 451.

O *scriptorium* de Alcobaça fez pelo menos mais um códice, o Alc. 219, com a IV Parte da *Vita Christi*: é códice em papel, um pouco mais tardio, de finais do século XV.

Frei Nicolau Vieira deve ter sido o responsável pela cópia de dois volumes, Alc. 385 e Alc. 386, relativos ao *Livro das Colações dos Santos Padres*, de João Cassiano, embora só o segundo, o Alc. 386 tenha cólofon, infelizmente sem data:

“O muito honrado e virtuoso padre Dom Estevão de Aguiar abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el-rei, seu esmoler-mor, per frei Nicolau monge do dito mosteiro. Porém peço a todos aqueles que por ele lerem, pois que foi feito para salvação das almas, que por cuidado do dito senhor teve de o mandar trasladar e por o trabalho que eu levei de o escrever que iram por ele e por mim devotamente dizer uma Ave-maria”
(BNP, Alc. 386, fólho 109v).

Este último códice tem ainda outra particularidade, pois ao início (fólho 1) foi-lhe agregado um fólho com um excerto do *Leal Conselheiro*, mais concretamente o Capítulo LRVIII (*De que guisa se devem ler os livros dos evangelhos*). Começa assim no alcobacense: “Em esta

70 - NASCIMENTO, Aires A. – “O Leal Conselheiro de D. Duarte...”, pp. 530 e 531.

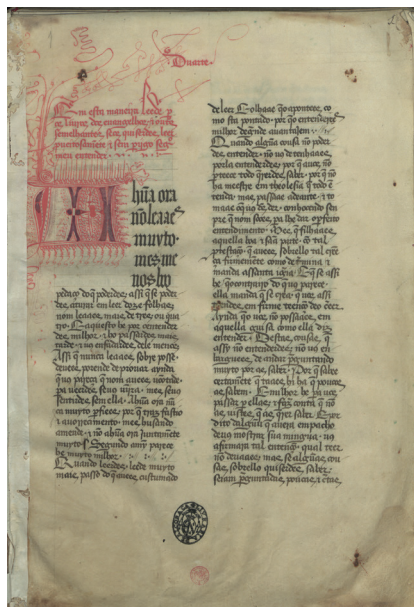
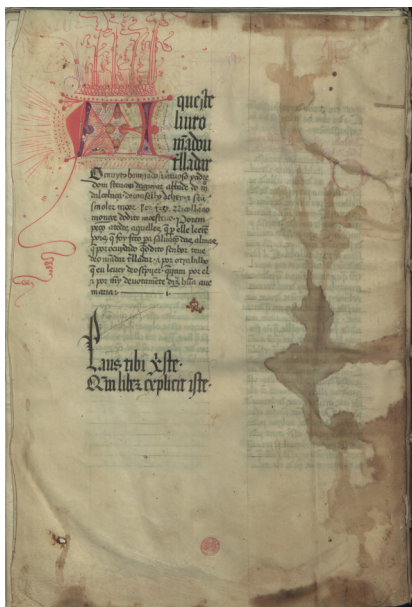


Fig. 6 e 7: BNP, Alc. 386, fólio 109v e fólio 1. Imagens gentilmente cedidas pela BNP.

maneira lede per os livros dos evangelhos e outros semelhantes se os quiserdes ler proveitosamente e sem perigo segundo meu entender” (Alc. 386, fólio 1). Ora isto parece-nos um testemunho pessoal do próprio rei aqui intencionalmente inserido no início do segundo volume das *Colações* de Cassiano e a servir de guia para o conteúdo.

As *Colações* de Cassiano eram lidas no claustro, antes de *completas*⁷¹ o que justifica o número de exemplares que o mosteiro possuía, os mais antigos em latim: Alc. 364, Alc. 374⁷² e Alc. 380 e, mais tarde, no XV, em português: os dois tomos mencionados e ainda um fragmento num códice mais tardio, de finais século XV, em papel, o Alc. 213. Podemos perguntar, no âmbito deste contexto, que significados (e usos) teria para a comunidade a leitura do excerto do *Leal Conselheiro*?

Estes dois volumes das *Colações* não têm qualquer indicação sobre a data de início ou de conclusão, mas sabemos o intervalo cronológico em que

71 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro...*, p. 158.

72 - Este datado de 1394 e feito por mando do abade D. João de Ornelas.

foram feitos: 1431-1446. Ora, o *Leal Conselheiro* foi organizado entre 1435 e 1438. Sabemos que o fólio com o excerto foi agregado ao códice numa data posterior à cópia do códice e talvez depois da organização do *Leal Conselheiro*: a hipótese para a qual os indícios parecem apontar é que estes dois volumes devem ter sido copiados entre 1435 e 1445. Se olharmos para a Tabela 2, com uma síntese dos dados a partir dos testemunhos recolhidos nos cólofons, há de facto uma cadência de cópia de um códice por ano, 1439/40, 1442, 1442/43, 1444, 1445/46, embora exista um hiato, entre 1440 e 1442. Durante esse período, o que fez Frei Nicolau Vieira, que o vemos a copiar em 1439 e só depois em 1443? Poderá ter sido neste período que Nicolau Vieira copiou o *Livro das Colações*, de Cassiano?

Temos dois copistas a trabalhar neste período, Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo e, em pelo menos dois códices, trabalham em equipa. Frei Bernardo será depois abade em São Paulo de Almaziva, entre 26 de Agosto de 1448 a 12 de Fevereiro de 1478⁷³. Frei Nicolau Vieira será abade em Alcobaça entre 1466 e 1475. O seu abaciado termina porque ele “vende” o cargo a D. Jorge da Costa⁷⁴ e morreu um ano depois, no mosteiro de São Domingos, em Lisboa.

A partir do trabalho de Oliveira Bragança⁷⁵, há ainda outro códice que se inclui no abaciado de Estêvão de Aguiar, embora não tenha cólofon: o Alc. 384, *Estabelecimento dos Mosteiros* de Cassiano e que, tal como acontece com os Alc. 385 e Alc. 386, atesta a proximidade entre a biblioteca do rei D. Duarte e o *scriptorium* de Alcobaça neste período, mas, em particular, da influência do *Leal Conselheiro*. No capítulo III do Livro IX (fólios 70v e 71), este códice oferece ao leitor uma outra proposta de tradução deste texto de Cassiano, num capítulo cuja rubrica diz *Infans*. Na opinião de Bragança, com a qual concordamos, este *Infans* não é outro senão D. Duarte (antes de Agosto de 1433). Esta passagem e também o capítulo anterior, encontram-se no *Leal Conselheiro* (rubrica sobre *Da tristeza*). Isto significa, para Bragança, que este códice é anterior a Agosto de 1433.

73 - NASCIMENTO, Aires A. – “A *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia...”, p. 829.

74 - GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça...*, p. 15.

75 - BRAGANÇA, Joaquim O. – “O *Leal Conselheiro* em Alcobaça” in BRAGANÇA, Joaquim O. – *Liturgia e Espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008, pp. 551-562.

Acrescentamos nós que existe outra hipótese: o modelo que lhe deu origem é que poderá ser anterior a 1433, sendo que o copista alcobacense se limitou a copiar o texto integral pelo exemplar disponível.

Bragança atribui a sua cópia a duas mãos distintas: até ao 9º caderno (fólio 69v) temos um copista, do 10º caderno (fólio 70) até ao fim do códice, outra mão. As diferenças entre um copista e outro são notórias e evidentes, como observa Bragança, ao nível da decoração iluminada e de aspetos codicológicos como o picotamento dos fólhos⁷⁶. Outra hipótese é que estas diferenças correspondam não a dois copistas diferentes, mas sim a dois momentos distintos, com algum intervalo entre ambos, que diz respeito à preparação do pergaminho para os últimos três cadernos do códice.

Tabela 2

Designação	Copistas	Data
Alc. 384: <i>Estabelecimento dos Mosteiros de Cassiano</i>	Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo?	?
Alc. 218: <i>Costumes, definições, visitas e estatutos da Ordem de Cister, e diplomas relativos às ordens militares de Cristo e Calatrava e ao Mosteiro de Odivelas</i>	Tradução: Estevão Vasques Cópia: Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo	1439-40
Alc. 385 e 386: <i>Livro das Colações dos Santos Padres</i>	Frei Nicolau Vieira	1435/8 e 1445 (1440-42?)
Alc. 67: <i>Colectário para a terça</i>	Cópia: Frei Bernardo	1442
Alc. 280: <i>Vidas e Paixões dos Apóstolos</i>	Cópia: Frei Bernardo e Frei Nicolau Vieira	1442-43
Alc. 278: <i>Livro dos usos da Ordem de Cister</i>	?	1444
Alc. 451 (e 452 e 453): <i>Vita Christi</i>	Frei Bernardo (Alc. 451 e Alc. 453)	1445-46
Alc. 64: <i>Regimento dos Sacristães-mores</i>	?	Entre 1431 e 1446

76 - BRAGANÇA, Joaquim O. – “O Leal Conselheiro em Alcobaça...”, p. 553 e ss.

Sobre o último códice da tabela e que ainda não mencionámos, Alc. 64, *O regimento dos Sacristães-mores*, este desapareceu da Biblioteca Nacional nos anos 40/50 e é conhecido do mundo académico porque Mário Martins ainda o leu e comentou⁷⁷, pelas transcrições que dele fizeram Gabriel Pereira, em 1911⁷⁸, mas em particular através dos Apêndices documentais publicados por Saul A. Gomes⁷⁹. Se não for uma cópia de um texto similar anterior, este *Regimento* é, de facto, original no seu conteúdo, pela minúcia que introduz nas instruções/orientações que o sacristão deve cumprir e fazer cumprir no contexto específico do Mosteiro de Alcobaça. E porque o texto também nos informa sobre as novidades e as alterações de âmbito litúrgico que este abade introduziu no Mosteiro⁸⁰.

Como notaram Aires A. Nascimento e Oliveira Bragança, há uma proximidade entre os livros que compõe a biblioteca de D. Duarte, o *Leal Conselheiro* e a biblioteca de Alcobaça ao tempo do abaciado de D. Estêvão, nomeadamente os códices *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, *Livro das Colações* (com o excerto do *Leal Conselheiro*) e *Estabelecimento dos Mosteiros* (com a tradução do *Infans*)⁸¹? Uma proximidade que se mantém após a morte de D. Duarte e que acontece, talvez, por

77 - MARTINS, Mário – “Da vida e da morte dos monges de Alcobaça”. *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura* 51, fasc. 2/3 (Agosto/Setembro de 1950), pp. 155-166.

78 - PEREIRA, Gabriel – “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências* 5 (1911), pp. 319-328.

79 - GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração...”, pp. 19-56 e GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos sacristães-mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (coord.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Edições Jorlis, 2013, pp. 423-448.

80 - O tipo de discurso do *Regimento* é bastante interessante e estabelece paralelos com os cólofons dos códices aqui mencionados: o abade ordenou, mandou, estabeleceu, etc. E, a partir das transcrições do *Regimento*, ficamos também a saber que Estêvão de Aguiar introduziu uma novidade a nível litúrgico: a comemoração da festa de *Corpus Christi*, em vez de ser à quinta-feira, passou a ser celebrada no domingo seguinte. Esta mudança devia implicar mudanças na celebração, com a sobreposição da festa de doze lições com o domingo, uma situação que estava prevista nos Ordinários e nos Livros de Usos de Alcobaça. Aires A. Nascimento refere que este abade “introduziu no mosteiro a cerimónia do canto solene da Salve Regina, com imagem da Virgem Maria colocada em cima do altar, cf. Fr. Manuel dos Santos, Alcobaça Ilustrada” in NASCIMENTO, Aires A – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro...*, p. 169.

81 - NASCIMENTO, Aires A. – “As livrarias dos príncipes de Avis”. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo...*, vol. I, pp. 249 a 267, p. 264 e ss e BRAGANÇA, Joaquim O. – “O Leal Conselheiro em Alcobaça...”, p. 559 e ss.

via do seu irmão, o regente D. Pedro, que os cede a Alcobaça para serem copiados, na década de quarenta (como aconteceu com a *Vita Christi*). Esta circulação seria, talvez, recíproca, como nos revela o infante D. Fernando, que, em carta de 10 de Junho de 1431 solicita ao prior de Alcobaça que lhe empreste o *Livro das Confissões*, de Martim Pérez, a fim de mandar fazer uma cópia⁸². Na biblioteca de D. Duarte temos um exemplar do *Horto do Esposo* e dois livros de Martim Perez (serão, talvez, *O Livro das Confissões*), cujo empréstimo, para cópia é, quase certo, dos exemplares que existiam na biblioteca do Mosteiro de Alcobaça⁸³. Esta ligação próxima entre a biblioteca do rei e o *scriptorium* de Alcobaça tem de ser compreendida num contexto onde, por um lado, se aposta num tipo de espiritualidade meditativa que procura valores ligados a modelos e comportamentos exemplares; por outro, à *Devotio Moderna* e aos ventos de reforma.

A biblioteca, ao tempo de Estêvão de Aguiar, não se enriquece somente através da atividade do seu *scriptorium*, mas também pela aquisição de livros ao exterior. O códice Alc. 182, *Diálogos* de Gregório Magno, em português, tem uma nota no fim que nos informa que este livro era de Fernão Afonso, prior de Santa Maria de Arruda, do arcebispado de Lisboa que depois o vendeu a Frei Estêvão de Aguiar, *deo gratias*, e, noutra nota, que estava agora ao serviço da noviciaria de Alcobaça⁸⁴. O que é interessante se pensarmos que, à data de aquisição deste códice, a livraria de Alcobaça já tinha um exemplar dos *Diálogos*, o Alc. 181, de 1416: dois exemplares deste texto pressupõe que esta comunidade se organiza em torno de interesses comuns, de uma espiritualidade de cariz reformista e que estes princípios estão presentes já na formação dos noviços.

O *Livro da Fazenda*, já aqui mencionado, fornece algumas informa-

82 - NASCIMENTO, Aires A. – “As livrarias dos príncipes de Avis...”, p. 257.

83 - PEREIRA, Paulo Alexandre – “Uma Didáctica da Salvação: o *Exemplum* no *Horto do Esposo*”. In NUNES, Irene Freire (ed.); GODINHO, Helder (coord.) – *Horto do Esposo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. LVI.

84 - NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro...*, pp. 103, 150, 183 e 212.

ções sobre a elaboração e compra de códices (Tabela 3), informações que podem ser confrontadas com os dados compulsados nos códices e em diplomas pertencentes ao Mosteiro:

Tabela 3: Pagamentos efetuados por trabalhos relacionados com a compra, cópia e encadernação de livros⁷⁸

Data	Recebedor	Códice	Valor	Fontes (Cod. 14)
18.4.1438	Vigário da Pederneira*	Fez <i>coletário</i>	400 reais	Fólio 7
18.4.1438	Vigário da Pederneira	Fez <i>ordinário</i> **	700 reais	Fólio 7
Primeiro ano [24.6.1437-23.6.1438]	Estêvão Eanes Lourido	4 peles de pergaminho para <i>saltério</i>	28 reais	Fólio 14
		Elaboração de patena de prata e encadernar <i>saltério</i>	244 reis	
		Pele de couro para encapar o <i>saltério</i>	15 reais	
<i>Idem</i>	Vigário da Pederneira	Por um <i>saltério</i>	250 reais	Fólio 14
25.12.1438	Estêvão Lourido de Maiorga	Fazer e encadernar os livros do mosteiro	1 quarto de trigo	Fólio 66
19.11.1438	Estêvão Eanes Lourido	Fazer e encadernar livros	1 quarto de milho	Fólio 77
3.4.1439?	Estêvão Eanes Lourido de Maiorga	Trabalho nos livros do mosteiro	1 quarto de milho	Fólio 77
17.10.1438?	Estêvão Eanes Lourido	Elaboração do diurnal de Fr. Luís	200 reais	Fólio 259v
31.3.1439	Afonso de Cordona	Encadernar os livros da igreja e ensinar Fr. Nicolau	280 reais	Fólio 269
24.8.1439	Silvestre Esteves, camareiro do abade ⁸⁵	Comprar livro para o abade em Lisboa	61 reais	Fólio 364

* - Afonso Eanes, oficial do abade, é designado nesse benefício em 1440. ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, m. 89, s.n. [doc. em papel].

** - Este ordinário é um *Ordinário da Missa* e não um *Ordinário do Ofício Divino*. Por volta de

⁸⁵ - Designado de escrivão em 1437. ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, m. 63, n.º 14.

1434, os visitantes à igreja de Sta. Maria da Nazaré haviam obrigado à elaboração de um ordinário pelo Mosteiro de Alcobaça e pelos raçoeiros da referida igreja: “1434, Nov. 23, Pederneira (Lugar do Mosteiro de Alcobaça, à porta da igreja de Sta. Maria): sendo aí João Afonso, clérigo, prioste da dita igreja, presente Diogo Afonso, tabelião pelo rei, apareceu Gomes Eanes Franco, almoxarife do dito mosteiro nessa vila e disse que o prioste sabia bem que o mosteiro deveria ter a metade de todas as ofertas e coisas que entrassem pelas portas das igrejas do dito logo e o prioste sabia que o almoxarife levava este ano 3500 telhas para a igreja de Sta. Maria da Nazaré, das quais montava a ele prioste pagar pelos raçoeiros da dita igreja a metade que são 1750 telhas e requeria que as pagasse e que o dito prioste recebera 2000 reais brancos. Ele respondeu que sobre a telha tem a conto com aquelas que o vigário da Alvorninha despendeu, sendo prioste, numa casa dos raçoeiros que é chamada do Palmeiro e as possui esta igreja e a enfermaria nunca pagou delas e que da parte dos raçoeiros de 1750 não sabia se era tanto, porque nunca foram contadas, mas que confiava e pedia para descontar o que o dito vigário despendeu. Até então sempre entregou a dita parte de todas as coisas que veio à dita igreja, salvo dos dinheiros que vem a esta igreja da vila e que o de Sta. Maria logo lhe dá da sua parte e da vila lhe retém por quanto os visitantes mandaram que se fizesse um ordinário à custa de Alcobaça e dos raçoeiros e para isto guarda os ditos dinheiros. Diz igualmente que vem aqui fruta, frangos, manteiga e mel e que ele não viu nessa igreja manteiga, mel e pouca fruta e sempre tiveram sua parte salvo de uma pouca que aí veio que está sequestrada e dá a sua parte dos frangos. TESTEMUNHAS: João de Deus, o vigário de Alvorninha; Vicente Eanes, todos moradores na dita vila. EMOLUMENTOS: Pagou 18 reais.” TT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, m. 70, n.º 27 [doc. em papel]. Documento fornecido pelo investigador Mário Farelo, a quem muito agradecemos a colaboração.

- As informações da tabela mostram a dinâmica da produção interna de livros para a comunidade alcobacense;
- A aquisição de livros noutros mercados, como o lisboeta, reforçando o enriquecimento da biblioteca;
- As competências de Estêvão Anes Lourido: sabia preparar pergaminho, sabia copiar manuscritos (também litúrgicos), sabia encadernar e trabalhou para o Mosteiro de 1415 a 1440. Em 1415 desempenhou as funções de procurador do Mosteiro e já nessa altura dominava as competências da preparação do pergaminho (como o confirma o testemunho no Alc. 208, *Livro de Usos*, “escrito e cabidado” por ele⁸⁶). E, a propósito deste códice, ele tem um fólio adicionado logo ao início, copiado por Frei Álvaro de

86 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208”. *Cadernos de Estudos Leirienses* 11 (Dez. 2016), pp. 329-341.

Gouveia *por mandado do abade Estevão de Aguiar* e, ao que tudo indica, agregada ao manuscrito no seu abaciado. O fólio versa sobre o modo de cantar dos monges, dando orientações para o melhorar o canto.

A partir das Tabelas 2 e 3 e apesar de não termos todos os dados acessíveis (não é possível, por agora, documentar os códices que correspondem ao início do abaciado de Frei Estêvão de Aguiar, isto é, no período entre 1431 e 1438), podemos destacar o seguinte:

(1) O trabalho de cópia do *scriptorium*, nesta altura, está organizado em torno de dois copistas, Frei Bernardo e Frei Nicolau Vieira, que não devem ser os responsáveis pelo *scriptorium*, nem os responsáveis pelas traduções para português. Aliás, tudo indica que os códices que serviram de modelo já estavam vertidos para português. Estes dois monges copistas, Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo, sabem os dois encadernar livros (de acordo com o *Livro da Fazenda* e com uma nota no Alc. 451, fólio 57).

(2) Para a tradução de um tipo de texto específico, como o Alc. 218, a tradução é feita por um ouvidor do mosteiro.

(3) As decisões sobre o que se copia, nesta altura, pertencem ao abade, como se depreende dos cólofons e também do que se adquire no exterior.

Considerações finais

Uma ideia revela-se central quando observamos criticamente o abaciado de Estêvão de Aguiar na condução dos destinos de Santa Maria de Alcobaça, a de que não é possível dissociar a ação reformadora

do abade neste cenóbio dos seguintes aspetos: a índole reformista que impregnava a Europa cristã no século XV (revelando, neste caso específico, a franca mobilidade – a um nível claramente supranacional – das propostas reformadoras laicas e clericais desta centúria na Cristandade); a ação e a influência de D. Gomes Eanes; e, finalmente, a política reformadora da coroa portuguesa relativamente à Igreja.

O abaciado de Estêvão de Aguiar em Alcobaça apenas vem confirmar algo que começou antes, inclusive com o seu mentor, D. Gomes Eanes, por duas vezes escolhido pela Coroa para se deslocar da Itália a Portugal com intuitos reformadores, primeiro da Ordem beneditina, em 1424-1426, e, depois, das ordens monásticas em Portugal, em 1435-1436 – trata-se, neste segundo caso, de um projeto de visitação geral e reforma de todo o clero de Portugal⁸⁷.

Era urgente a reforma da Igreja no reino de Portugal, nomeadamente no mundo monástico. A coroa sabia-o e, adepta dos movimentos reformadores que vinham de Itália e do Norte da Europa, não quis deixar passar a oportunidade de tentar levar a cabo essa tarefa árdua, mas sem dúvida urgente.

O apoio concedido a Estêvão de Aguiar no governo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, nomeadamente em relação aos cen bios a este subordinados,   disso bom exemplo. O abade gozava dos favores régios e podia avançar com segurança quer na sua política de centraliza  o temporal, quer na exigência de obediência religiosa e completa disciplina na condução reformista da sua comunidade. Basta, por exemplo, olharmos para o percurso de D. Duarte (nomeadamente aquando da morte do pai, D. João I), bem como para os seus escritos e a sua biblioteca, para compreendermos a sua profunda ligação ao Mosteiro, assim como a defesa que sempre assumiu de Estêvão de Aguiar.

*

87 - COSTA, Sousa – “D. Gomes Eanes...”, pp. 59-164.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da *FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia* através dos contratos de Investigador ao abrigo da Norma Transitória, respectivamente, de Paulo Catarino Lopes (DL 57/2016/CP1453/CT0015) e de Catarina Fernandes Barreira (DL 57/2016/CP1453/CT0070).

Agradecemos à Biblioteca Nacional de Portugal, nomeadamente à sua Directora e ao Serviço de Leitura dos Reservados, pelo apoio e pela disponibilização da coleção, bem como ao colega e amigo Mário Farelo, pela informação sobre a documentação e sugestões.

Luís Miguel Rêpas

Doutor em História Medieval. Investigador do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Integrou a equipa de investigação do Projecto *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo*, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017. Atualmente, é Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Coimbra e encontra-se a trabalhar, como investigador, no Projeto *Livros, rituais e espaço num Mosteiro Cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI*, com a referência PTDC/ART-HIS/0739/2020, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

As sorores de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça

(em tempos medievais)

Resumo¹

Durante a Idade Média, existiram sete comunidades de monjas cistercienses, em Portugal, as quais remontam ao século XIII. De todas se conhecem com alguma precisão as medidas tomadas no âmbito dos

¹ - Este texto aproveita uma parte da comunicação “Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII”, proferida em Alcobaça, no dia 14 de Novembro de 2015, no âmbito do colóquio *IX Centenário da Abadia de Claraval (1115 – 2015)*, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela Câmara Municipal de Alcobaça e pela AMA – Amigos do Mosteiro de Alcobaça, a qual foi publicada, com o mesmo título, em *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 10, Edição dedicada à evocação do IX Centenário da Abadia de Claraval (1115 – 2015). Leiria: Textiverso, Outubro de 2016, pp. 159-171. Este texto republica também uma pequena parte do artigo de RÊPAS, Luís Miguel, FARELO, Mário e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 41 (2020), pp. 181-208.

seus processos fundacionais, excepto de uma: a de Santa Maria de Cós, localizada em pleno couto do Mosteiro de Alcobaça. Na verdade, é possível que esta casa monástica não tenha sequer tido uma fundação canónica. Os relatos sobre os seus primeiros tempos, de uma forma quase lendária, remetem-nos para um pequeno conjunto de mulheres que aí se recolheram ainda antes de 1241 e que, em tempos medievais, seguiram uma forma de vida pouco regular. A circunstância de, até ao século XVI, não possuírem recursos próprios e de se terem mantido na dependência directa e institucional do abade de Alcobaça, de quem recebiam tudo quanto necessitavam, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado, tornou esta comunidade única entre as cistercienses. Tal especificidade reflectiu-se a vários níveis, desde a organização institucional ao quotidiano conventual. Dada a temática do presente ciclo de conferências, procuraremos destacar a forma como as *sorores* de Cós se relacionavam com o abade e os monges de Alcobaça, sobretudo no que respeita ao apoio que estes lhes prestavam em termos litúrgicos.

Nos séculos XII e XIII, devido a uma série de condicionalismos demográficos, sociais e religiosos que se encontram amplamente estudados, existiu uma conjuntura favorável à expansão do monaquismo feminino no território português². Depois de um primeiro período, durante o século XII, que foi dominado pela instituição de comunidades de monjas

2 - Para além dos aspectos de natureza puramente religiosa, o crescimento demográfico e o aumento do índice de feminilidade nos séculos XII e XIII – que terão motivado uma tendência para a restrição dos matrimónios do século XII para o XIII – contribuíram, segundo José Augusto de Sotomayor Pizarro, para “o aumento das comunidades monásticas femininas durante aquele período”, em virtude do “aumento do celibato feminino por força da adopção da estrutura linhagística” (cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os Homens ao longo do tempo e do espaço”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, António H. de (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Ed. Presença, 1996, p. 179 e PIZARRO, José Augusto de Sotomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias* (1279-1325), vol. II. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna – Porto, 1999, pp. 483-490).

beneditas e de cónegas regnantes de Santo Agostinho³, o século XIII, aquele que agora mais nos interessa, ficou marcado, por um lado, pela afirmação da corrente reformista cisterciense e, por outro, pelo aparecimento dos primeiros conventos de clarissas e de dominicanas, já na segunda metade do século⁴.

Note-se que, em 1215, o IV Concílio de Latrão proibiu a criação de novas regras monásticas, de forma a evitar, entre outros problemas, a proliferação de iniciativas de carácter religioso que fugissem ao controlo da Igreja. O receio da estrutura eclesiástica recaía, em primeiro plano, na difusão de movimentos heréticos, sendo, por isso, preocupante que algumas mulheres, sozinhas

3 - Uma visão mais aprofundada sobre as origens do monaquismo feminino poderá obter-se a partir da leitura do trabalho de MARQUES, Maria Alegria – “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo: notas para uma investigação”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 9-27. Especificamente para as comunidades de cónegas regnantes de Santo Agostinho, vejamos, entre outros, os trabalhos de MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 472-481 e 782-785; BRANQUINHO, Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís, OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258; e GOMES, Saul A. – “*Castas Donas: Cónegas Regnantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval*”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71.

4 - Para obter uma visão de conjunto dos mosteiros cistercienses femininos em Portugal, leia-se o nosso trabalho “Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”. In VIFORCOS MARINAS, M^a Isabel, Campos Sánchez-Bordona, M^a Dolores (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, pp. 51-78, ou ainda os trabalhos de MARQUES, Maria Alegria – “A integração das mulheres na Ordem de Cister. O caso português”. In *Actas. II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, vol. I. Ourense, 1998, pp. 107-124 e de TEIXEIRA, Francisco – “Les monastères cisterciens féminins au Portugal”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations - Réseaux - Relectures du XIIe au XVIIe siècle (Actes du quatrième colloque international du CERCOR, Dijon, 23-25 Septembre 1998)*. Saint-Étienne, CERCOR, 2000, pp. 557-566. Para as comunidades de clarissas, leia-se, sobretudo, a obra magna de ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Uma síntese das origens históricas do Convento de São Domingos das Donas de Santarém, bem como da questão em torno da observância do Mosteiro de Santa Maria de Chelas (de cónegas regnantes de Santo Agostinho, mas em relação ao qual se encontram documentos do século XIII que referem a existência nesse local de freiras da Ordem de São Domingos), poderá ser encontrada em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento*. Guia Histórico. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 209-210 e 393. Sobre o Mosteiro de Chelas, leia-se, ainda, ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média*. Património e gestão. Cascais: Patrimónia, 1996 e SUCENA, Eduardo – “Chelas”. In SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, pp. 272-273.

ou em grupo, decidissem isolar-se do mundo, não seguindo nenhuma das regras aprovadas. A apreensão com a multiplicação de comunidades femininas, ao longo dos séculos XII e XIII, e a tentativa de controlar este fenómeno são ainda visíveis na decretal *Periculoso*, promulgada pelo papa Bonifácio VIII, em 1298, pela qual se pretendia obrigar todas as monjas a seguirem uma vida de estrita clausura, interditando-as de contactarem com o mundo e proibindo a entrada no mosteiro de qualquer pessoa estranha à comunidade⁵.

Daí que, em Portugal, ao longo do século XIII, para além das fundações de monjas cistercienses que surgiram da reforma, mais ou menos forçada, de comunidades beneditinas (como Lorvão e Arouca)⁶, se registem, também, fundações menos convencionais, em comparação com as anteriores, uma vez que resultaram da acção de mulheres que optaram por formas de vivência religiosa mais radicais, preferindo viver enceladas ou emparedadas, seguindo-se, depois, a sua institucionalização conventual e a respectiva integração na Ordem de Cister (como sucedeu com Santa

5 - MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

6 - Sobre a intrincada questão que conduziu o Mosteiro de Lorvão à Ordem de Cister, cf. MARQUES, Maria Alegria – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125. Sobre o Mosteiro de Arouca e a sua passagem para a Ordem de Cister, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 2.^a ed. Arouca: Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, pp. 58-59 (bem como os docs. 211, 239, 240 e 246, pp. 347-348, 368-369 e 374) e RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003, pp. 25-26.

Maria de Celas, em Coimbra, e São Bento de Cástris, em Évora)⁷. Por fim, registam-se duas fundações de raiz, Santa Maria de Almoester e São Dinis de Odivelas, que resultaram da iniciativa de padroeiros⁸. Esta última, de Odivelas, datada de 1295, deve-se à iniciativa régia e nela podemos encontrar, de uma forma muito clara, as preocupações da atrás mencio-

7 - Sobre o Mosteiro de Celas, em Coimbra, cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Coimbra, 2001 e, da mesma Autora, “O Mosteiro de Celas em Tempos Medievais”, *Cistercium*, n.º 217, 1999, pp. 1083-1103, bem como MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e OLÁIA, Inês Sofia Lourenço – “O Mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria da Rotunda”. In CARRERAS, José Albuquerque, MADURO, António Valério e RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister. Tomo II – História*. Alcobça: Hora de Ler, 2019, pp. 230-241. Para o Mosteiro de Cástris, leia-se LAVAJO, Joaquim Chorão – “S. Bento de Cástris e Alcobça. Da afiliação à ruptura”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobça, 1991, pp. 305-335, GUSMÃO, Artur de – *A expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia na Idade Média)*. Lisboa: Tipografia da Casa Pia de Lisboa, 1956, pp. 185-187 ou FONTES, João Luís Inglês – “Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV)”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 17 (2005), pp. 45-48. Uma abordagem sobre estas duas comunidades encontra-se em RÊPAS, Luís Miguel – “Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII”. *CADERNOS de Estudos Leirienses* 10 (Outubro 2016), pp. 159-171.

8 - Sobre a fundação do Mosteiro de Almoester, leia-se, de RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico”. In FONSECA, Luís Adão, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, M.ª Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. II. Porto: Ed. Civilização, 2003, pp. 795-804 e “A Fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 103-122. Para a fundação do Mosteiro de Odivelas, destacamos o estudo de VILAR, Herminia Vasconcelos Alves e SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A fundação do mosteiro de Odivelas”. In *Actas. Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I. Ourense: Ediciones Monte Casino, 1992, pp. 589-601; e a Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por Giulia Rossi Vairo, *D. Dinis del Portogallo e Isabel d'Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*, [Lisboa], 2014, particularmente as pp. 66-88 (dedicadas, precisamente, à fundação do Mosteiro de Odivelas); para além, obviamente, dos autores seiscentistas e setecentistas, que conservam um lugar de destaque na historiografia desta casa monástica: CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acções de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, 1.º vol. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, Parte II, Cap. LXXXII, fl. 229v.º, e BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarchia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck, 1650 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976], fls. 218v.º-227, e *Monarchia Lusitana. Sexta parte que contem a historia dos ultimos vinte e tres annos del Rey Dom Dinis*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980], fls. 272-273.

nada decretal *Periculoso*, promulgada pelo papa Bonifácio VIII, em 1298⁹.

No entanto, a comunidade de Santa Maria de Cós é dificilmente comparável com qualquer uma destas instituições. Desde logo, se de todas as restantes se conhecem com alguma precisão as medidas tomadas no âmbito dos seus processos fundacionais, isso não acontece com a de Santa Maria de Cós. Na verdade, é possível que esta casa monástica não tenha sequer sido canonicamente fundada. Com efeito, os relatos sobre os seus primeiros tempos, de uma forma quase lendária, remetem-nos para um pequeno conjunto de mulheres que aí se recolheram ainda antes de 1241 e que, inicialmente, seguiram uma forma de vida pouco regular. Para além disso, o facto de estar localizada em pleno couto do poderoso Mosteiro de Alcobaça e a circunstância de as suas freiras, até ao século XVI, não possuírem recursos próprios e de se terem mantido na dependência directa e institucional do abade de Alcobaça, de quem recebiam tudo quanto necessitavam, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado, tornaram esta comunidade única entre as cistercienses. Tal especificidade reflectiu-se a vários níveis, desde a organização institucional ao quotidiano conventual.

Centremos, pois, a nossa análise no Mosteiro de Santa Maria de Cós.

A origem e os primeiros tempos da existência de uma comunidade conventual em Cós encontram-se mal conhecidos, uma vez que a documentação medieval é escassa e a memória histórica pobre¹⁰. Situado no couto de Al-

9 - Vejam-se, a este propósito, os trabalhos de RÊPAS, Luís Miguel – “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das ‘donas’ de Odivelas”. In KRUS, Luís, OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238; “O Sagrado e o Profano nos Mosteiros Femininos Cistercienses: espaços e ritos”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *História do Sagrado e do Profano – Turres Veteras X*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, 2008, pp. 43-56 e “As abadessas e as monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis”. In GOMES, Saul A. (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Jorlis, 2021, pp. 51-77, bem como o recente estudo de BARREIRA, Catarina Fernandes, FONTES, João Luís, LOPES, Paulo Catarino, RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377 (particularmente, as pp. 322-324).

10 - Apesar disso, Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes dedicaram-lhe um extenso estudo, com bastante informação para o período moderno, intitulado *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, que seguimos de perto na redacção deste texto.

cobaça, a oito quilómetros deste cenóbio, o Mosteiro de Cós fora, segundo Fr. Claude de Bronseval, “uma granja de Alcobaça onde se recolheram [...] algumas viúvas que lavavam a roupa branca dos monges”¹¹. Este pobre recolhimento de mulheres, documentado pela primeira vez em 1241¹², acabou por evoluir para um convento organizado de monjas. No entanto, como dissemos, até ao século XVI, estas não possuíam recursos próprios e mantiveram-se na dependência directa e institucional do abade de Alcobaça, de quem recebiam tudo quanto necessitavam, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado¹³.

No ano de 1532, o Cardeal D. Afonso, comendatário do Mosteiro de Alcobaça, apurou o seguinte:

“no mosteiro de coz que he de molheres e sogeyto ao dito mosteiro d alcobaça soya aver sete molheres como merçieyras profesas da hordem de sam bernardo as quaes nam Rezauam horas canonicas somente diziam em lugar de horas, çertas vezes o pater noster, e eram mantheudas a custa

11 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, doc. 1, pp. 257-258 (ou BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 464-469). De facto, pela documentação medieval confirma-se que o Mosteiro de Alcobaça tinha uma granja em Cós (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 38, 43 e 50; e GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 137-139).

12 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Documentos Particulares, Mc. 7, doc. 4 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfeiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957, doc. 143, pp. 304-305; e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41, pp. 338-339).

13 - Como se depreende da carta da visitação que Frei Pedro Serrano realizou, em 1484, ao Mosteiro de Alcobaça, onde constam orientações sobre a quantidade de alimentos, de vinho e de azeite (para as lâmpadas) que deviam fornecer às monjas e sobre o vestuário e o calçado que deviam dar às conversas (GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: MC / IPPAR, 1998, doc. I, § 102, pp. 146 [em latim] e 178-179 [tradução]). Veja-se, ainda, BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, pp. 464-469 (ou SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, pp. 257-258), bem como os documentos (que se mencionam nas páginas seguintes deste trabalho) sobre os gastos que o Mosteiro de Alcobaça fazia com carne, peixe, azeite e calçado para as donas de Cós, entre outras despesas (e que se encontram publicados por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 59, 63, 64 e 73, de 12 de Julho de 1519, 11 e 12 de Fevereiro de 1521 e 4 de Junho de 1530, pp. 361-362, 365-366 e 375-376).

das Rendas do dito mosteiro d alcobaça de çerta Reçam
que cada huuã delas auia pera seu mantimento”¹⁴.

Na segunda metade do século XVI, Fr. Hilário das Chagas, ao redigir a memória desta casa monástica, julgava que Santa Maria de Cós era uma comunidade cisterciense moderna¹⁵, ideia, até há relativamente pouco tempo, partilhada por historiadores contemporâneos como Maur Cocheril¹⁶. O monge alcobacense (Fr. Hilário das Chagas) não desconhecia que um pequeno grupo de mulheres (cerca de sete a doze¹⁷) aí coabitava e subsistira à mercê do Mosteiro de Alcobaça, dele recebendo todo o sustento material e o apoio espiritual, mas acreditava que a vivência que aí se fizera durante o período medieval era própria de *beatas* ou *merceeiras*¹⁸, e que tais mulheres só haviam professado na Ordem e to-

14 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74, pp. 377-378. Deste documento existe um outro exemplar, ainda inédito, também ele original: Lisboa, Torre do Tombo, *Colecção Especial*, cx. 72, Mçs. 29 e 30, doc. 40.

15 - BNP, Alc. 92, fls. 55v.º-57v.º (de 1572); publicado por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 2, p. 259.

16 - COCHERIL, Maur – *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Nouvelle édition, revue, corrigée et annotée par Gerard Leroux. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 340-344 e 490.

17 - No documento do Cardeal D. Afonso, atrás citado, fala-se de “sete molheres”, enquanto Fr. Hilário das Chagas refere “doze Molheres” (cf. a nota 15). A documentação confirma estes números, contando-se doze religiosas em 1337 e apenas sete em 1393 (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 13, 55 e 56).

18 - Frei Hilário das Chagas, cronista que defendeu a teoria da fundação moderna do Mosteiro de Cós, não (re)conhecendo a existência de uma comunidade monástica anterior ao século XVI, registou sobre Santa Maria de Cós: “Este Mosteiro foy de principio. De doze Molheres. Merceeyras que alij Morauão Juntas. As quaes os Abbades que erão do Mosteiro D alcobaça as prouyão. Em os Domyngos e festas de guarda. De hum Religioso que lhes hya Dizer Missa, e por esta causa erão chamadas aas Jrmãs beatas. Merçeeyras as quaes emtão estavão em huã casa terrêa. E <de>pois disso vierão tanto a creçer na vertude que os Abbades e Monges as prouyão de todo ho necessário asy corporal como spiritual por omrra de deus nosso senhor»; «aquellas Doze Merçeeyras que Emtão erão beátas” (BNP, Alc. 92, fls. 55v.º-56 e 57v.º, de 1572, publicado por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 2, p. 259). Ao designar estas mulheres por *merceeiras*, o cronista alcobacense estabelece uma analogia entre a primitiva comunidade de Cós e as *mercearias* medievais, assimilando-a a uma instituição de assistência destinada a acolher viúvas que haviam caído na pobreza (as *merceeiras*), as quais ficariam obrigadas à prática diária de um certo número de actos de natureza religiosa (assistir a missas, etc.) e a rezar pela alma dos seus benfeitores (cf. ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A Historiografia Portuguesa sobre os Comportamentos Religiosos dos Leigos Medievais”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 21 (2009), pp. 75-124, particularmente as pp. 76-81, em que a Autora apresenta uma resenha bibliográfica sobre o movimento confraternal e assistencial). Veja-se, ainda, VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal Medieval: A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995 e *A Assistência em Portugal na Idade Média*, [s.l.], Correios de Portugal, 2005.

mado o hábito cisterciense com D. Jorge de Melo, abade comendatário de Alcobaça (1505-1519)¹⁹.

É possível que na origem do erro deste cronista estivesse, afinal, a ausên-

19 - Notou-se, aliás, alguma hesitação do cronista, que começa por destacar o papel do Cardeal D. Afonso, para depois esclarecer que, afinal, foi o abade D. Jorge de Melo quem as tornara monjas bernardas: “E Dahy ha Alguns annos vendo ho Cardeal Dom afonso como ho Mosteiro D alcobaça aquella obra tam piedosa e virtuosa começara, Determjnou com os padres e conuento faze las freyras professas da Ordem de sam Bernardo nosso padre e fez lhe Mosteiro e pos lhe Abbadessa e forão se Multiplicando no numero, e lhe dotou do mosteiro D alcobaça certa Renda que agora tem e certo dinheiro que lhe Mandou dar ho Cardeal dom Afonso pera seu Repayro e sustentamento [...] Item deuse se notar que ho Abbade dom Gorge de mello. foy ho que lhes deu ho abito, E depois ho Cardeal dom anrique. lhes aCabou as obras da ygreia. e ho Dormytorio e ho Choro com tudo ho mais. E Multiplicou ho numero dellas. E as Reformou e pos em Communidade” (SQUA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 2, p. 259). De facto, documentalmente, só conseguimos atribuir ao cardeal D. Afonso a fixação de uma renda certa anual, para o sustento das monjas e para o culto divino (cem mil reais em dinheiro, 27 moios e 36 alqueires de trigo e um tonel de vinho), até que o Mosteiro de Cós tivesse capacidade para sustentar as 20 monjas a que passava a estar limitado (nessa data viviam aí 34 mulheres, entre professoras e noviças, número que deveria ser progressivamente reduzido, através da limitação de novos ingressos) (*Ibidem*, doc. 74, pp. 377-378). Fr. Manuel de Figueiredo, tendo estudado a sua documentação e conhecendo bem a existência da comunidade medieval, interpretou as palavras do Cardeal D. Afonso e de Fr. Hilário das Chagas de forma diferente, vendo nelas a denúncia da “decadência Regular do Mosteiro de Cos”, “quando principiou o Seculo 16”, que terá transformado “hum Corpo de Religiozas em hum corpo de Merceieiras”, e daí ter surgido a necessidade de ser “restituído á sua primeira e regular observancia, dando principio á reforma D. Jorge de Mello”. Atribuía a culpa desta situação ao Comendatário D. Jorge da Costa, antecessor de D. Jorge de Melo (BNP, Cód. 1494, fls. 262-267; publicado por SQUA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 13, pp. 294-299). cremos, porém, que a referência às *merceieiras*, por parte do Cardeal D. Afonso (“no mosteiro de coz [...] soya aver sete molheres como merceieyras profesas da hordem de sam bernardo”) e de Fr. Hilário das Chagas (“Este Mosteiro foy de princypio. De doze Molheres. Merceeyras que alij Morauão Juntas”), se reportava às origens do mosteiro e correspondia à memória (por certo lendária) que as gentes quinhentistas dele guardavam, o que se confirma pela comparação destes textos com a descrição feita, na mesma altura, por Fr. Claude de Bronseval, na qual em vez de *merceieiras* se referem *algumas viúvas*, precisamente com o mesmo sentido, a qual nos remete para *in illo tempore* (“Foi, outrora, uma granja de Alcobaça onde se recolheram, há muito tempo, algumas viúvas que lavavam a roupa branca dos monges de Alcobaça. Estes eram então numerosos e seguiam ardentemente a regra da observância. As viúvas recebiam da abadia toda a alimentação”), um tempo anterior à “organização de um convento de monjas”, que precedeu a diminuição do número de religiosos de Alcobaça e do rigor da observância. Aliás, o Cardeal D. Afonso compara as mulheres que viviam no Mosteiro de Cós a *merceieiras*, mas refere-se a elas como “profesas da hordem de sam bernardo”, e a narrativa de Fr. Claude de Bronseval situa genericamente a organização do convento de monjas no período medieval, ainda que nenhum deles tenha indicado o momento da sua fundação ou a época a que remontava. Só Fr. Hilário das Chagas, escrevendo 40 anos depois, não percebeu que as tais *merceieiras* eram ou tinham-se tornado as primeiras monjas de Cós, ainda em tempos medievais, pois, na sua altura, havia já dois momentos “fundacionais” (o da comunidade conventual, *in illo tempore*, e o do complexo monástico então existente, que recuava à primeira metade do século XVI), confundindo-os, como expomos no texto.

cia de um espaço edificado regular digno de um mosteiro, em tempos medievais, bem como a grande pobreza do local e da comunidade que aí habitava²⁰, factos que surgem repetidamente referidos na documentação da primeira metade do século XVI:

– Vasco de Pina (cavaleiro da Casa Real e vedor e administrador das obras e das rendas dos coutos alcobacenses) esteve em Cós, em 1519, com o Mestre João de Castilho, sendo chamado pela abadessa “pera que vysse a pobreza daquela sua casa e o espreuesse” ao rei D. Manuel I, o que ele faz desta forma: “e çerto senhor que nom pode ser mor pobreza do que ha naquela casa nem mor devasydade pera fazerem o que nom deuem e ellas sam de mujto merecymto porque sendo jsto como dyguo tem mujto bom nome por toda esta terra; as casas que tem nom a y nenhuma que nom seja mjlhora de quallquer casall pobre; e destas ajnda nom tem as que lhe sam necesarjas; a jgreja asy a casa como os ornamentos dela sam de jrmjda d’aldea [...] acerqua do mantimento se queyxaram tambem que lhe dauam mujto pouco e que dela vendyam pera azeite pera as alanpadas e pera outras cousas que lhe eram necesarjas”²¹;

– Claude de Bronseval, em 1532, descreveu-o assim: “este mosteiro é um lugar rústico ou doméstico, mais do que monástico ou regular, sem qualquer construção que lembre um mosteiro”, acrescentando que “a miséria do lugar lembrava o exílio”²².

20 - Sobre a pobreza da comunidade, para além do documento que a seguir se resume, leiam-se os diplomas de Vasco de Pina, de 1520, 1521 e 1525, em que refere as alfaías litúrgicas que eram necessárias ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, em que manda pagar a carne de vaca que haviam fornecido às suas monjas e o calçado que para elas havia sido feito (26 pares de botinas) e em que se refere que, por não lhes fornecerem panos para vestir, andavam “Rotas esfarapadas” (SOUZA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 61, 63-64 e 66, pp. 363-366 e 369-370). Veja-se ainda GONÇALVES, Iria – À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média. Alcobaça: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017, p. 456, onde a Autora cita um documento em que se diz que as monjas “nam tem pam ssenam atae meado este mes de Setembr[o] por nom tomarem mais que atae entonçes do pam d[o] bispo” (Lisboa, Torre do Tombo, *Fragmentos*, cx. 13, Mç. 6, 4.º frag.).

21 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 60, pp. 362-363.

22 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, pp. 257-258 (ou BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, pp. 464-469).

– Fr. Hilário das Chagas, na memória que elaborou em 1572, referindo-se ao período medieval, disse que as tais “Irmãs beatas [...] então estavam em huã casa terréa” e que haviam guardado e conservado a sua virtude “com çerqua de sebe”²³, aludindo à inexistência de uma cerca monástica.

Fr. Hilário das Chagas confundira, assim, os novos edifícios monásticos (construídos no século XVI) com aquilo que ele acreditava ser uma nova comunidade conventual. E, na realidade, o mosteiro (entenda-se o *edifício*) era uma obra moderna, ainda que já existisse, pelo menos desde 1241, um pequeno conjunto de mulheres a viverem comunitariamente nesse local, que entretanto evoluiu para uma casa religiosa organizada.

Fr. António Brandão foi o primeiro a assinalar a preexistência do Mosteiro, fazendo-o remontar a 1263, com base nalguns documentos que o referiam, e acreditava ser a sua fundação da responsabilidade dos abades de Alcobaça, em cumprimento do testamento do rei D. Sancho [I] (1210)²⁴.

Fr. Manuel de Figueiredo, por seu turno, defendeu a existência de uma comunidade anterior a 1241²⁵, baseando-se num documento, datado desse ano, no qual se regista que as *sorores* de Cós tinham as suas casas

23 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 2, p. 259: “são Mulheres donde sempre Resplandeço a virtude, e a gordarão e conservarão com çerqua de sebe”.

24 - BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. Lisboa: Impressa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974], fls. 64-65: “Tradição ha de ser este mosteiro cousa moderna, e eu assi o entendia, antes de me aplicar ao estudo da historia, porem depois achei ser erro manifesto, porque o mosteiro passa de quatrocentos annos de antiguidade, e ao que alcanço foy fundado por hum Abade de Alcobaça em satisfação do testamento del Rey Dom Sancho”. A data de 1263 – que correspondia ao diploma mais antigo encontrado por este cronista – foi seguida por D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, 1.º vol., Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, Parte II, Cap. LXVI, pp. 198-199, Fr. Jorge Cardoso, *Agiologia Lusitana (...)*, t. III, Lisboa, Of.ª de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 699 (que diz ter “o Mosteiro de Santa Maria de Coz mais de quatrocentos annos de antiguidade”), e Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano (...)*, t. II, Lisboa, Of.ª de Antonio Pedrozo Galvão, 1707, L.º 1, tit. L, p. 199.

25 - BNP, Cód. 1494, fls. 262-267 (publicado por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 13, pp. 294-299).

junto de uma charneca do Mosteiro de Alcobaça²⁶. Em 1998, Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes publicaram toda a documentação do Mosteiro de Santa Maria de Cós e confirmaram esta informação, admitindo tratar-se da primeira referência documental às suas religiosas.

O aparecimento desta comunidade enquadra-se, assim, num fenómeno religioso marcado pela emergência de uma espiritualidade feminina, que se reflete no aumento do número de mulheres que se furtaram aos deveres conjugais para se entregarem a Cristo (ou, no caso de Cós, segundo os relatos disponíveis, que a Ele se entregavam depois de se libertarem de tais deveres). Confrontadas com esta crescente devoção, as várias estruturas eclesiásticas usaram a conventualização como forma de controlar os anseios destas mulheres que, cada vez mais, procuravam levar uma vida ascética e de penitência, para salvação das suas almas. Em Portugal, este fenómeno traduz-se na multiplicação de casas monásticas femininas, particularmente as cistercienses, por vezes até para enquadrar formas de vida mais radicais de isolamento do mundo, como as *enceladas* ou *emparedadas*²⁷.

De facto, este contexto encaixa nas memórias quinhentistas sobre as origens do Mosteiro de Cós, que remetem para um pobre recolhimento de mulheres (“viúvas” ou “merceeiras”) que aí se associaram “para se consagrarem à oração, à ascese quase eremítica e solitária, ao trabalho espinhoso e às tarefas menos fáceis”²⁸ (como a lavagem das roupas sujas dos monges), quadro que se via agravado pela penúria do espaço edificado (mesmo nos inícios do século XVI, como vimos)

26 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Mç. 7, doc. 4, de 18 de Maio de 1241 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enftouse no Direito Português...*, doc. 143, pp. 304-305; e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41, pp. 338-339).

27 - É o que sucede com as comunidades de Santa Maria de Celas, em Coimbra, e de São Bento de Câstris, em Évora (cf. RÊPAS, Luís Miguel – “Da reclusão à vida monástica...”, pp. 159-171). É também neste contexto que se deve enquadrar o aparecimento das primeiras comunidades de clarissas, no século XIII (cf. ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura...*).

28 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, p. 66.

e, consequentemente, das condições de vida aí existentes. Daí que concordemos com Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes quando dizem que “os primeiros momentos das religiosas de Cós podem ter sido marcados por uma vida em comunidade mais secular do que regular, organizada segundo o hábito cisterciense que as faria evoluir para uma afiliação jurídica e oficial na Ordem”²⁹.

Na verdade, as primeiras menções às *sorores* de Cós não deixam de suscitar algumas questões em relação ao estatuto que lhes era conferido pelo abade e pelo convento de Alcobaça, a que estavam sujeitas. Cós, como dissemos, fazia parte do couto de Alcobaça e a sua comunidade terá surgido, se não pela mão de algum prelado alcobacense, pelo menos com o seu consentimento e sob a sua dependência direta e institucional³⁰. Note-se que estes, no século XIII, se referiam às donas de Cós como “*sorum nostrarum*”³¹ e às casas de Cós como “*domus nostre*”³², atestando uma ligação muito próxima (e mesmo a ideia de pertença ou de subordinação), que justifica o acompanhamento material e espiritual que eles, desde cedo, lhes prestaram. Mas a maior dificuldade, como assinalaram Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, reside em apurar se, nas primeiras décadas da existência de Cós, essas *sorores* eram irmãs seculares (recolhidas, *donatas*, *conversas* ou *familiares* da Ordem) ou monjas

29 - Ibidem. Para além dos trabalhos que lendariamente lhes são atribuídos (a lavagem dos hábitos dos monges de Alcobaça), essa secularidade alinha com a inexistência de uma cerca monástica (e de um conjunto monumental de edifícios regulares), o que não obstava a que as monjas tivessem “muito bom nome por toda esta terra”, como atrás referimos.

30 - É, pelo menos, o que se depreende da documentação: “*in charneca nostra que est circa domos sororum nostrarum de Coz*”, “*in cauto nostro iuxta grangia nostram de Coz. in loco qui dicitur monasterium*”, “*Marie martinj sororj nostre de Quod*”, “*Marie uiuacis quondam sororis domus nostre de Quod*”, “*Maria martijnz dita piliteyra nossa ssoror e professa do nosso logo de Quod*”, “*o noso moesteiro de santa Maria de coz*” (*Ibidem*, docs. 41, 43, 48, 49, 52, 56). Em todas as passagens, o abade de Alcobaça acentua a ideia de uma comunidade que se desenvolve na sua dependência e sob a sua jurisdição.

31 - Ibidem, docs. 41 (de 18 de Maio de 1241), 42 (de Dezembro de 1254), 45 (de 14 de Janeiro de 1277), 48 (de 7 de Abril de 1286) e 52 (de 17 de Dezembro de 1298).

32 - Ibidem, doc. 49, de 28 de Agosto de 1286.

professas³³, ou seja, se inicialmente aí existiu apenas um beatério ou um recolhimento de *viúvas* ou *merceeiras* – como sugerem os relatos quinhentistas – e, sendo esse o caso, quando se terá dado a evolução para uma verdadeira comunidade regular.

Assim, desconhecendo-se a data da sua fundação (ou sequer se terá sido canonicamente fundado), sabe-se, porém, que as casas das so-

33 - *Ibidem*, pp. 67-68. Partilhamos com os referidos Autores essa dificuldade, mas discordamos quando dizem, às pp. 71-72, que algumas *sorores* de Cós – como Maria Martins ou Catarina Gil – deviam ser irmãs seculares ou recolhidas no convento porque não necessitavam de renunciar aos seus bens materiais, uma vez que, como sabemos, era costume as monjas cistercienses renunciarem à propriedade (fazendo doação dos seus bens, de acordo com o prescrito na Regra de São Bento e na normativa cisterciense), sem que isso as impedisse de dispor dos seus bens, em vida, com licença da sua abadessa e do convento. Assim, é verdade que, de acordo com a Regra de São Bento, tudo deveria ser comum a todos: “Extirpe-se radicalmente do mosteiro o vício [da propriedade]”; “Seja tudo comum a todos, conforme o que está escrito, e ninguém chame ou considere seu seja o que for” (*Regra de São Bento*, Cap. 33, 1 e 6 – utilizámos, neste trabalho, a *Regra do Patriarca S. Bento* (Traduzida do latim e anotada pelos monges de Singeverga), 2.^a ed., Mosteiro de Singeverga: Edições “Ora & Labor”, 1992). Por isso, aí se prevê que aquele que vai ser recebido, “se possuir alguns bens, ou os distribua de antemão pelos pobres ou faça deles doação solene ao mosteiro, não reservando para si absolutamente nada, porquanto sabe que daquele dia em diante nem sequer do seu próprio corpo pode dispor” (*Regra de São Bento*, Cap. 58, 24-25). No entanto, tal renúncia centrou-se apenas na propriedade (que passava a integrar o património monástico, tornando-se, por isso, *comum a todos*), podendo as monjas conservar o usufruto vitalício desses e de outros bens, de que recebiam os respectivos rendimentos (cf., sobre este aspecto, MORUIÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001, p. 39; VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no séc. XIV*. Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, p. 33, nota 67; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, pp. 31-32 e 36-37 (particularmente a nota 11); RÉPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco...*, pp. 76-77; e, apesar de se centrar num mosteiro beneditino, MARTINS, Rui Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, pp. 97-99). A única diferença detectada em Santa Maria de Cós (em relação às restantes comunidades cistercienses) é que tal licença não era dada às suas monjas pela abadessa e pelo seu convento, mas sim pelo abade e pelo convento de Alcobaça, a que estavam sujeitas (cf. as biografias de Constança Afonso [Vivas] (particularmente o documento de 15 de Abril de 1343), Elvira Ouriques [da Nóbrega] (particularmente os documentos de 23 e 27 de Outubro de 1294), Fruilhe Martins [das Medãs] (particularmente os documentos de 5 de Fevereiro de 1292, 2 de Julho de 1292, 11 de Junho de 1294 e 20 de Dezembro de 1296), Maria Martins (particularmente os documentos de 7 de Abril de 1286 e de 27 de Outubro de 1294) e Sancha Fernandes [de Óbidos] (particularmente os documentos de 5 de Fevereiro de 1292 e 11 de Junho de 1294), todas donas ou *sorores* de Cós, incluídas em RÉPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Tese de Doutoramento. 2 Vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2021, pp. 210-232, 235-236 e 240-244).

rores existiam em Cós pelo menos desde 1241³⁴, que em 1257 se chamava *monasterium* ao lugar onde se situavam³⁵, que em 1274 o Capítulo Geral de Cister censurou o facto de o abade e os monges de Alcobaça receberem mulheres, como *sorores*, nas suas casas de Cós (porque esta proximidade poderia diminuir a boa reputação do Mosteiro de Alcobaça e gerar escândalo)³⁶, que em 1278 já existia em Cós uma lâmpada dedicada a Santa Maria³⁷, que em 1298 D. Dinis tomou sob sua protecção a abadessa, o convento e o Mosteiro das donas de Cós (bem como os seus homens e os seus bens)³⁸, e que em 1337 a comunidade estava perfeitamente organizada (o que se comprova pela alusão a uma *celeireira* e a uma *sacristã*) e submetida à autoridade de uma *abadessa* (que tinha uma câmara própria), men-

34 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Mç. 7, doc. 4, de 18 de Maio de 1241 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português...*, doc. 143, pp. 304-305; e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41, pp. 338-339).

35 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 43.

36 - O facto de o abade e os monges de Alcobaça receberem mulheres, como *sorores* (ou seja, como *irmãs*), nas suas casas de Cós não passou despercebido às instâncias principais da Ordem, tendo tido eco nos estatutos do Capítulo Geral de Cister, de 1274, que censuram tal prática: "Por autoridade do Capítulo Geral, o abade de Alcobaça e outras pessoas da sua casa sejam inibidos de receber algumas mulheres como *sorores* nas casas dessa abadia, uma vez que, por causa do convívio com elas, poderia diminuir a boa reputação e até gerar escândalo." (tradução nossa, a partir de CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*, t. 3: *Ab anno 1262 ad annum 1400*. Louvain: Bureaux de la Revue, 1935, p. 137: § 57: «*Inhibetur auctoritate Capituli generalis abbati de Accubatio et ceteris personis domus suae, ne in domibus ipsius abbatiæ recipiantur aliquae in sorores, cum propter earum consortium posset bona fama minui et etiam scandalum generari.*»). Este estatuto havia sido destacado por YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – *Las Abadías Portuguesas en los CC.GG. de Cister. Brigantia* 18/3-4 (1998), p. 13.

37 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 46, de Fevereiro de 1278, e doc. 52, de 17 de Dezembro de 1298, quando a comunidade de Alcobaça autorizou que o olival de Maria Martins, professa de Cós, à sua morte, revertsse a favor das "sorores de Quod pera alumear a lâmpada dessa Capela sua de sancta Maria pera todo sempre", obrigação que ainda era lembrada em 1337 (*Ibidem*, doc. 55, de 6 de Novembro de 1337).

38 - *Ibidem*, doc. 16, de 15 de Fevereiro de 1298.

cionando-se também o *claustro* monástico³⁹.

Em conclusão, no processo de fundação deste Mosteiro não há – pelo menos que se conheça – qualquer intervenção régia ou nobiliárquica. Trata-se, portanto, de uma comunidade cisterciense feminina com uma feição bem distinta das demais, que se pauta por uma ligação de subordinação estreita ao Mosteiro de Alcobaça. Assim, a abadia de Cós revestia-se de contornos institucionais próprios, marcados pela falta de autonomia, que se reflectiram na sua organização, no seu quotidiano e, em última análise, acabaram por condicionar o seu crescimento ao longo de toda a Idade Média, quer no plano humano quer no económico, exercendo uma particular influência nas condições de vida e na composição da sua comunidade.

Pelo que se depreende da documentação, o Mosteiro de Cós contava

39 - *Ibidem*, doc. 55, de 6 de Novembro de 1337. Na verdade, alude-se à existência de uma abadessa em duas ocasiões anteriores: uma primeira vez num diploma de 1282, referido apenas por Fr. Manuel de Figueiredo (*Ibidem*, doc. 13: “Concedeu em 1282 o Abade de Alcobaça D. Estêvão a Domingos Martins, e sua mulher Margarida Mendez a posse, e domínio de huã herdade a rogos da Abbadessa, e das muito Religiozas Donas suas Irmãs de Cós”), e uma segunda numa carta régia de 15 de Fevereiro de 1298, mencionada no texto, em que D. Dinis toma sob sua protecção a abadessa, o convento e o Mosteiro das donas de Cós (*Ibidem*, doc. 16). Segundo Fr. Manuel de Figueiredo, há mais duas referências à abadessa de Cós; no entanto, este cronista (à semelhança de Fr. António Brandão) diz ser de 1293 um documento de 1393 que Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes publicam na obra citada com o n.º 56 e atribui o ano de 1307 a um documento de 1337 que aqueles Autores publicam com o n.º 55. Estes dois lapsos (a que ainda se poderá acrescentar a circunstância de dar como sendo de 22 de Abril de 1262 a doação que Fr. António Brandão data de Abril de 1263) levam-nos a considerar que este cronista não é muito fiável nas datas que apresenta. Porém, em relação ao documento de 1282, o facto de a data apontada se integrar na cronologia do abade de Alcobaça D. Estêvão Martins (1281-1285) leva-nos a pensar que a informação pode ser boa, sem excluir a hipótese de se tratar de um documento mais tardio, do tempo do abade D. Estêvão Pais (1327-1331) ou do abade D. Estêvão de Aguiar (1431-1446) (cf. o abadológico alcobacense apresentado por GOMES, Saul A. – *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria de Santa Maria de Alcobaça*. Coimbra: Palimage, 2008, p. 69).

em 1337 com doze religiosas e em 1393 com apenas sete⁴⁰, números que correspondem aos registados nos textos quinhentistas do Cardeal D. Afonso e de Fr. Hilário das Chagas, atrás citados, podendo ter-lhes servido de base. No que se refere ao período medieval, estamos, sem dúvida, perante uma pequena comunidade, com poucos recursos, conforme atesta a descrição de Fr. Claude de Bronseval, em 1532.

Dissemos que o Mosteiro de Cós não gozava de plena autonomia e, de facto, ao contrário dos restantes mosteiros de monjas cistercienses, dependia em vários aspectos da sua *abadia-mãe*, o Mosteiro de Alcobaça. Vejamos quais. Note-se que, em finais do século XIII, eram o abade e o convento de Alcobaça que permitiam que as suas *sorores* de Cós pudessem receber os rendimentos das propriedades que lhes haviam pertencido⁴¹ ou que pudessem deixar alguma dessas propriedades para iluminar uma lâmpada na capela de Santa Maria, sita no Mosteiro de Cós⁴², o que comprova que, ao professarem, elas renunciavam aos seus bens a favor do Mosteiro de Alcobaça, e não a favor do Mosteiro de Cós, onde se recolhiam. Note-se ainda que são elas próprias que se confessam *sujeitas* ao Mosteiro de Alcobaça (“cuja suyeita e profeça eu soo”)⁴³, mostrando, uma vez mais, que

40 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 55 e 56, respectivamente. Em tempos afirmámos que a comunidade contava com nove religiosas em 1307 (RÊPAS, Luís Miguel – “Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal...”, p. 65), informação que tinha por base a memória histórica elaborada por Fr. Manuel de Figueiredo sobre o Mosteiro de Cós, nomeadamente uma doação que o cronista refere (erradamente) com a data de 1307 (BNP, Cód. 1494, fl. 263v.º; publicado por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 13; informação que também surge mencionada na p. 72 da obra citada). cremos, hoje, que a referida doação corresponde ao documento que Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes publicaram com o n.º 55, na obra citada, e que, por isso, deveria ser datada de 1337, verificando-se igualmente, no resumo que Fr. Manuel de Figueiredo apresenta, a omissão dos nomes de três religiosas.

41 - Cf. as biografias de Fruilhe Martins [das Medãs] (particularmente os documentos de 2 de Julho de 1292 e de 11 de Junho de 1294), Maria Martins (particularmente os documentos de 7 de Abril de 1286 e de 27 de Outubro de 1294), Sancha Fernandes [de Óbidos] (particularmente o documento de 11 de Junho de 1294), e Elvira Ouriques [da Nóbrega] (em particular o documento de 27 de Outubro de 1294), todas donas ou *sorores* de Cós, em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2 (tomo 2), pp. 213-232, 235-236 e 240-244).

42 - Cf. a biografia de Maria Martins, *soror* de Cós, particularmente o documento de 17 de Dezembro de 1298 (*Ibidem*, vol. 2 (tomo 2), pp. 235-236).

43 - Cf. a biografia de Fruilhe Martins [das Medãs], dona de Cós, particularmente o documento de 23 de Outubro de 1296 (*Ibidem*, vol. 2 (tomo 2), pp. 223-232).

professariam nas mãos do seu abade. É, aliás, com autorização do abade e do convento de Alcobaça (e não da abadessa e do convento de Cós) que Fruilhe Martins, “*donna soror de Cos*”, nomeia dois procuradores para uma contenda que a opunha aos herdeiros do Ameal (freguesia do Ramalhal, no concelho de Torres Vedras)⁴⁴.

Esta dependência explica também por que motivo foi em nome do abade de Alcobaça (e não da abadessa de Cós) que, em 1286, o tesoureiro do Mosteiro de Alcobaça fez uma composição amigável com o prior e o convento do Mosteiro de S. Vicente de Fora sobre os bens que haviam sido de Maria Vivas, que fora *soror* de Cós, e de Domingos Vivas, que pertencia à canónica lisboeta⁴⁵, ou por que razão o abade e o convento de Alcobaça disputaram, em 1295, com a abadessa e o convento de Santa Clara de Santarém os bens e as heranças que haviam pertencido a Elvira Ourigues [da Nóbrega], que fora freira do mencionado Mosteiro de clarissas, vindo depois a ser “*freyra soror en Quod, sogeyta a Alcobaça*”⁴⁶. O procurador do Mosteiro de Alcobaça demandava os bens daquela religiosa, alegando que ela morrera no Mosteiro de Cós, envergando o hábito cisterciense (“no logo de Quod, en avito acostumado da ordim”), ainda que ela tivesse professado primeiro no Mosteiro de Santa Clara de Santarém, de onde decidira fugir⁴⁷, acompanhada de outras quatro menoritas, tendo três delas sido recebidas pelo abade e pelos frades de Alcobaça⁴⁸.

Não restam, por isso, dúvidas de que as herdades que pertenciam às *sorores* de Cós integravam o vasto património do Mosteiro de Alcobaça, cabendo a sua gestão ao abade deste cenóbio e não à abadessa de Cós. Porém, documentos de 1337, 1393 e 1430 – nos quais a comunidade de

44 - Veja-se a nota anterior.

45 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 49, pp. 346-347. Cf. a biografia de Maria Vivas, *soror* de Cós, em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2 (tomo 2), pp. 238-239.

46 - Cf. a biografia de Elvira Ourigues [da Nóbrega], *soror* de Cós (em particular o documento de 1295), em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2 (tomo 2), pp. 213-222.

47 - Veja-se a nota anterior.

48 - Veja-se, a este propósito, a petição que a abadessa e o convento do Mosteiro de Santa Clara de Santarém, bem como Leonor Afonso, filha de D. Afonso III, monja no dito mosteiro, dirigiram ao papa Bonifácio VIII, resumida nas biografias de Elvira Ourigues [da Nóbrega], Fruilhe Martins [das Medãs] e Sancha Fernandes [de Óbidos], todas donas de Cós, em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2 (tomo 2), pp. 213-232 e 240-244.

Cós emprazou, escambou e arrendou propriedades⁴⁹ –, ainda que escasos, parecem apontar para uma certa evolução no estatuto deste pequeno Mosteiro a partir do segundo quartel do século XIV. Estes diplomas, de acordo com Cristina Sousa e Saul Gomes, revelam a existência de “uma comunidade feminina já com uma hierarquia estável, aparecendo à sua frente a abadessa protagonizando um exercício de poderes, sinal de honra e dignidade ganhas, autónomo da decisão dos abades alcobacenses”⁵⁰. No entanto, em 1343, continua a registar-se a prática de o Mosteiro de Alcobaça se assenhorear dos bens das donas de Cós, desta feita dos de Constança Afonso⁵¹, referindo-se inequivocamente que “o Moesteyro de Cos [...] he do dicto Moesteyro d’Alcobaça”⁵².

Na verdade, o processo de transição de um primeiro recolhimento de mulheres, viúvas, que viviam à mercê dos monges de Alcobaça, marcado por uma vida comunitária predominantemente secular, para uma comunidade monástica regular não foi acompanhado por uma conveniente dotação patrimonial que garantisse que esta casa religiosa pudesse subsistir sem o apoio material do Mosteiro de Alcobaça, pelo que Cós, em toda a Idade Média, acabou por nunca se tornar verdadeiramente independente, mantendo-se numa posição bem diferente da do restante panorama monástico cisterciense feminino português.

Comprova-o, desde logo, a taxação realizada em 1320/21, em que o Mosteiro de Cós nem sequer surge referido, uma vez que, muito provavelmente, não detinha património próprio que o justificasse, vivendo, por isso, na dependência material do Mosteiro de Alcobaça (taxado em

49 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 55-57, pp. 354-361.

50 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, p. 66.

51 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 32, doc. 5, de 15 de Abril de 1343; publicado por GOMES, Saul A. – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”. *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002/2003), doc. 7, pp. 159-160.

52 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 32, doc. 7, de 4 de Maio de 1343; publicado por GOMES, Saul A. – “Acerca da origem social das monjas cistercienses...”, p. 159, nota 40.

18000 libras⁵³). Em contrapartida, o de Arouca foi taxado em 9000 libras, o de Lorvão em 5000, o de Odivelas em 2000, o de Almoester em 1100 e o de Celas em 1000, evidenciando todos eles uma situação económica perfeitamente consolidada. Até “o mosteiro novo das donas de Cástris, da Ordem de Cister”, em Évora, foi taxado, se bem que apenas em 15 libras⁵⁴, talvez por ainda estar a ser edificado.

Comprova-o, igualmente, a carta da visitação que Frei Pedro Serrano realizou, em 1484, ao Mosteiro de Alcobaça, onde constam orientações sobre a quantidade de alimentos, vinho e azeite (para as lâmpadas) que os religiosos alcobacenses deviam fornecer às monjas de Cós e sobre o vestuário e o calçado que deviam dar às conversas⁵⁵, bem como a documentação da primeira metade do século XVI, a partir da qual sabemos que o pescado de que as monjas de Cós se alimentavam era comprado pelo prior-reformador do Mosteiro de Alcobaça ou era por ele tomado do que esta abadia recebia por intermédio das suas rendas:

“Ja tenho scrito a Vossa alteza Como dou ho necessario as freyras ate Ver detremjnam de Vossa alteza [...] asy que há mester prouisam de pescado pera as monyas ate gora lho dey porque ho Compraua e as vezes ho toma<ua> do que vinha ao mosteiro de suas Remdas pera ho receber em descomto ao Remdeyro depois”⁵⁶.

Também a carne e o calçado feito para as monjas de Cós, entre ou-

53 - Apesar do Mosteiro de Santa Maria de Cós não ser referido, a igreja paroquial de Santa Eufémia de Cós é mencionada, sendo taxada com 55 libras (BOISSELLIER, Stéphane – *La Construction Administrative d'un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV^e Siècles)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2012, pp. 183 e 186, ou ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (nova edição preparada e dirigida por Damião PERES), vol. IV. Porto – Lisboa, 1971, Apêndice XVII, pp. 129 e 132).

54 - BOISSELLIER, Stéphane – *La Construction Administrative d'un Royaume...*, pp. 166, 174, 180, 186 e 189, ou ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal...*, pp. 117, 123, 127, 131 e 134.

55 - GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: MC e IPPAR, 1998, doc. I, § 102, pp. 146 [em latim] e 178-179 [tradução].

56 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 59, de 12 de Julho de 1519, pp. 361-362.

tras coisas, eram pagos à custa das rendas do Mosteiro de Alcobaça, como sucedeu em 1521⁵⁷, dois anos depois de Vasco de Pina ter escrito, numa carta dirigida a D. Manuel I, referindo-se à pobreza do Mosteiro, e parafraseando as religiosas: “acerqua do mantimento se queyxaram tambem que lhe dauam muyto pouco”⁵⁸. E o mesmo Vasco de Pina, em 1525, havia de dar conta ao monarca de que, por não lhes fornecerem panos para vestir, as monjas de Cós andavam “Rotas esfarrapadas”⁵⁹.

Da documentação do segundo quartel do século XVI emerge, também, uma grande preocupação, por parte dos responsáveis pelo Mosteiro de Alcobaça, com a redução do número de monjas do Mosteiro de Cós, para vinte, por causa do “gasto que se faria nas Rações delas”, se fossem em número superior, o qual começava a tornar-se insuportável para a abadia alcobacense⁶⁰. Em 1532, o Cardeal D. Afonso, comendatário do Mosteiro de Alcobaça, não só renovou esse limite de religiosas que o Mosteiro de Cós poderia albergar, como fixou igualmente o subsídio anual dado

57 - Vasco de Pina, sendo alcaide-mor de Alcobaça e provedor do mosteiro dessa vila, mandou ao almoxarife das rendas do Mosteiro de Alcobaça que, das suas rendas, pagasse 1254 reais a dois carniceiros, por 342 arrâteis de carne de vaca que haviam fornecido às freiras de Cós, e 3440 reais a dois sapateiros, pelo calçado que haviam feito para as ditas freiras (1820 reais por 26 pares de botinas e 1620 reais por 54 pares de sandálias) (SOUZA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 63 e 64, de 11 e 12 de Fevereiro de 1521, pp. 365-366; cf. ainda o documento 73, publicado na mesma obra, às pp. 375-376).

58 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 60, de 2 de Agosto de 1519, pp. 362-363. No seguimento desta *queixa*, para além dos documentos citados na nota anterior, há outros diplomas que versam sobre as necessidades do Mosteiro de Cós e sobre as despesas assumidas com ele pelo Mosteiro de Alcobaça: uma escrava para o serviço das freiras, ornamentos de altar, vestimentas (vestes sacerdotais para actos solenes), alfaia litúrgicas, panos para os hábitos das freiras, cereais (trigo e cevada), mel, azeite, cera e realização de obras (*Ibidem*, docs. 61, 65-67, 70-71, 73 e 79, de 27 de Setembro de 1520, 28 de Novembro de 1524/1 de Março de 1527, 8 de Julho de 1525, 16 de Março de 1527, 23 de Dezembro de 1527, 28 de Dezembro de 1527, 4 de Junho de 1530 e 15 de Fevereiro de 1539, pp. 363-364, 367-371, 373-376 e 386).

59 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 66, pp. 369-370.

60 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 22, 72 e 74, de 27 de Setembro de 1529, 6 de Novembro de 1529 e 8 de Junho de 1532, pp. 315, 375 e 377-378. Sobre a alimentação das donas de Cós ao tempo de D. Manuel, cf. GONÇALVES, Iria – “À mesa nas terras de Alcobaça...”, pp. 454-457.

para o seu sustento⁶¹. Nesse documento afirma-se que “o mosteiro de coz” se encontrava “sogeyto ao dito mosteiro d alcobaça” e que as mulheres que aí viviam “como merçieyras profesas da hordem de sam bernardo [...] eram mantheudas a custa das Rendas do dito mosteiro d alcobaça de çerta Reçam que cada huuã delas auia pera seu mantimento”⁶².

Aliás, ainda no ano de 1532, e estando 32 mulheres no Mosteiro de Cós (29 professoras e 3 noviças)⁶³, o abade visitador mandou reduzir o número de religiosas para 8 ou 10⁶⁴, ou seja, para um número bem próximo do que se pretendia impor em 1492⁶⁵, precisamente porque a sua comunidade ganhara proporções demasiado onerosas para o cenóbio alcobacense.

Esta situação mudou por iniciativa do referido comendatário, que, alguns anos depois, mandou que ficassem ao Mosteiro de Cós as legítimas das suas freiras (e os seus rendimentos), à semelhança do que acontecia nas outras comunidades femininas⁶⁶, como foi já registado por Fr. Manuel de

61 - Por este documento sabe-se que, em 1532, estavam no Mosteiro de Cós 34 mulheres, entre professoras e noviças, e que, “por serem em tam grande numero o dito mosteiro d alcobaça as nam podia manter sem grande seu detrimento” (SOUZA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74, de 8 de Junho de 1532, pp. 377-378). Em 1 de Julho de 1532, acrescentaria 20000 reais ao valor previamente fixado, sendo tudo confirmado, em 13 de Março de 1548, pelo Cardeal D. Henrique, comendatário do Mosteiro de Alcobaça (*Ibidem*, doc. 80, pp. 387-388).

62 - *Ibidem*.

63 - BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, t. 2, p. 464-469, de 20-21 de novembro de 1532 (ou SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, p. 257-258).

64 - SOALHEIRO, João – “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Sau-lieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, FERNANDES, Hermenegildo e FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, § [28], p. 618.

65 - Em 1492, o visitador da Ordem de Cister limitou a comunidade de Cós a um número máximo de oito religiosas (*Visitações Medievais a Mosteiros Cistercienses. Vol. I – Fontes* (Edição de Luís Miguel RÊPAS e Mário FARELO) [no prelo], onde se publica a visitação realizada ao Mosteiro de Alcobaça, em 19 de Maio de 1492).

66 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 77, de 30 de Outubro de 1538, p. 383. Refere-se que esta carta substituiu um alvará de 21 de Novembro de 1536, devendo ser aplicada a partir da data do alvará.

Figueiredo⁶⁷. Este cronista setecentista informa ainda que o Mosteiro de Cós deve ao Cardeal D. Henrique, comendatário do Mosteiro de Alcobaça, não só um conjunto de edificações (dormitório, o claustro velho e a igreja velha), mas também a sua dotação com um conjunto de rendas subtraídas ao Mosteiro de Alcobaça, em 1555 (confirmada pelo papa Pio IV), a qual terá sido renovada ou mesmo aumentada em 24 de Abril de 1577⁶⁸, resultando de tais actos a tese da fundação moderna desta casa conventual.

Para além disso, de acordo com o *Regimento dos Sacristães-Mores*, “antigo códice pergamináceo organizado em tempo do [...] abade D. Estevão de Aguiar” (1431-1446)⁶⁹, as freiras de Cós eram sepultadas no cemitério

67 - BNP, Cód. 1494, fl. 265v.^o; publicado por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 13, pp. 297-298: “Sempre foi o Mosteiro de Cos sujeito aos Prelados de Alcobaça, e consequência desta superioridade governar em muita parte o Mosteiro de Cos, quem regia o de Alcobaça, principalmente emcorrendo as circunstancias de serem as Freiras alimentadas á custa dos rendimentos do Mosteiro de Alcobaça que herdava as suas legítimas enquanto o Cardeal Infante D. Affonso por Alvara de 30 de Outubro de 1538 as não applicou ao Mosteiro de Cos”.

68 - Estas datas não se podem verificar por falta da documentação original, ainda que a notícia do cronista pareça confirmar-se pela bula *Exposcit debitu pastoralis officii*, de Gregório XIII, datada de 15 de Setembro de 1579 (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 84, pp. 394-397). Fr. Manuel de Figueiredo data de 7 de Maio de 1566 a bula confirmatória do dote, por parte de Pio IV, o que comprova, mais uma vez, o pouco rigor dos dados cronológicos avançados por este cronista, uma vez que o referido pontífice faleceu em 9 de Dezembro de 1565. Como Fr. Manuel de Figueiredo cita também uma carta de 19 de Julho de 1562, que parece surgir na sequência das disposições anteriores, é provável que a bula confirmatória tivesse sido lavrada entre 1560 (Pio IV foi consagrado no dia 6 de Janeiro de 1560) e 1562.

69 - BNP, Alc. 64, *Regimento dos Sacristães-Mores*, redigido no abaciado de D. Estêvão de Aguiar (1431- 1446), hoje desaparecido da Biblioteca Nacional, mas conhecido por transcrições de Gabriel Pereira (PEREIRA, Gabriel – “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências* 5 (1911), pp. 319-328) e Saul António Gomes (GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19-56 e, do mesmo Autor, “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 2013, pp. 423-448).

do Mosteiro de Alcobaça⁷⁰, ficando o sacristão deste Mosteiro com o seu *cabeçal* e a sua *mantilha*.

“Do que aia o sancristam per morte das freiras de Coz. (...) quando se morrer alguma freira de Coz, o sancristam ha d’aver huum cabeçal e a mantilha dela”⁷¹.

“Regla de como ham de receber os finados e per hu ham de entrar ao moesteiro. (...) E tambem as freiras de Quoz e os monjes e frades e familiares que se morrem fora do moesteiro e os trouverem dentro ao moesteiro per a dicta porta ao cimiteryo os ham de meter, fazendo lhes primeiramente o officio de encomendamento aa dicta porta, porque nemhuum finado nom devem meter dentro, menos que nom seia encomendado. E os que meterem per a porta dos Rex assy lhes façam o officio fora ante que os ponham dentro na igreja”⁷².

Desta forma, a ligação institucional do Mosteiro de Santa Maria de Cós ao Mosteiro de Alcobaça prolongava-se mesmo para além da morte dos membros da sua comunidade.

Assim, apesar da comunidade feminina sediada em Cós remontar à primeira metade do século XIII e de ter sido tomada por D. Dinis sob sua

70 - Escavações arqueológicas realizadas em 2004 e publicadas em 2013, por uma equipa interdisciplinar, vieram atestar a presença de ossadas femininas nos espaços exteriores do mosteiro (Pátio do Colégio da Conceição), que poderão corresponder a ossadas das freiras de Cós, de acordo com o testemunho que a seguir se apresenta, e que consta no *Regimento dos Sacristães-Mores*, fl. 19-19v.^o (FERREIRA, Maria Augusta Pablo, FIGUEIREDO, António Jorge e CARVALHO, Emanuel – “O(s) Colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. Um olhar...”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, Tomo I, 2013, pp. 141-153).

71 - BNP, Alc. 64, *Regimento dos Sacristães-Mores*, fl. 2, publicado por GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos...”, pp. 423-448.

72 - *Ibidem*, fl. 19-19v.^o.

protecção em 1298⁷³, em termos institucionais, distanciaram-se as *sorores* ou *donas* de Cós das suas congéneres cistercienses, durante toda a Idade Média, assemelhando-se mais às *donas* de São João (em Coimbra) e às *sorores* de São Vicente de Fora (em Lisboa), as quais formavam pequenas comunidades femininas regentes que existiram na proximidade e na dependência institucional de canónicas masculinas. Tal como elas, a abadia de Santa Maria de Cós também se situava num local relativamente próximo do Mosteiro de Alcobaça, integrando-se no seu couto, e também se encontrava na sua dependência institucional. E, à semelhança do que sucedia em Cós, aqueles conventos de cónegas também se encontravam verdadeiramente estruturados, sendo as suas religiosas dirigidas por uma superiora (no caso, uma *prioressa*); dependiam, no entanto, dos Prioros-mores dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Fora, nas mãos dos quais faziam profissão⁷⁴.

O Mosteiro de Cós poderá ainda comparar-se à comunidade feminina de Burgães (uma freguesia do concelho de Santo Tirso), escassamente conhecida⁷⁵, mas que terá existido na dependência do Mosteiro beneditino de Santo Tirso.

73 - Essa protecção é-lhe renovada por D. Afonso IV, em 2 de Julho de 1325, D. Pedro I, em 31 de Janeiro de 1356, D. Afonso V, em 15 de Novembro de 1450, e D. Manuel I, em 22 de Junho de 1496 (SOUZA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 16-19 e 21, pp. 307-311 e 314).

74 - Cf. MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 472-481 e 782-785 e BRANQUINHO, Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís, OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258.

75 - Face à alusão a quatro “monjas de Santo Tirso”, no *Livro Velho de Linhagens*, José Mattoso considera que o Mosteiro de Santo Tirso “devia abrigar nas suas imediações algumas mulheres que pretendiam levar vida religiosa sem ingressarem na comunidade, segundo a tradição da Península”. Este Autor considera ainda que estas mulheres não seriam verdadeiras monjas, mas sim *devotae* (MATTOSO, José – “O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa”. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. 2.ª ed., [s.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 464-465). No entanto, subsistem indícios que permitem vislumbrar a existência, no séc. XII e na primeira metade do século XIII, de uma pequena comunidade feminina reunida em Burgães, a escassos quilómetros de Santo Tirso, que se encontraria sujeita aos costumes beneditinos e dependente do Mosteiro masculino de Santo Tirso de Riba de Ave. Julgamos não ser este o local certo para apresentar todas as informações recolhidas sobre Burgães e a argumentação que sustenta as convicções aqui avançadas, as quais poderão vir a ser objecto de um pequeno trabalho autónomo.

Esta situação criou, como dissemos, especificidades no quotidiano conventual e, em particular, no apoio que o abade e os monges de Alcobaça lhes prestavam em termos litúrgicos.

Para as percebermos melhor, tomemos por base a visitação de 1532, feita por D. Edme de Saulieu⁷⁶. Este, encontrando-se em Alcobaça, em visitação ao Mosteiro, “quis visitar a casa das monjas de Cós”. Percorrido o caminho que separava estas duas comunidades em cerca de duas horas, numa manhã de Novembro, D. Edme de Saulieu chegou a Cós, onde foi recebido processionalmente com o cântico *Audi Israel*, sendo conduzido a um pequeno oratório novo. É nessa altura que Fr. Claude de Bronseval, secretário do referido visitador, regista ser “este Mosteiro [...] um lugar rústico ou doméstico, mais do que monástico ou regular, sem qualquer construção que lembre um mosteiro”⁷⁷. Apesar disso, viviam aí, então, 29 monjas professoras, três noviças e uma clarissa que o rei aí mandara exilar⁷⁸, um número elevado de mulheres para tão humildes condições. Expostos os motivos da sua presença, D. Edme de Saulieu “quis iniciar a sua visitação, mas ali não existia *Forma visitationis* escrita”. Verificou, igualmente, que “não havia Santíssimo Sacramento no altar, nem os santos óleos para a extrema-unção”. Como “o mesmo se verificava na aldeia”, “em caso de necessidade corria-se a busca-los a Alcobaça”. Ou seja, em caso de morte iminente, chamava-se alguém do Mosteiro de Alcobaça para ministrar a extrema-unção. Algo que, como

76 - Para além desta visitação, descrita por Fr. Claude de Bronseval, na sua *Peregrinatio Hispanica* (cf. a nota seguinte), conhecemos ainda uma outra visitação ao Mosteiro de Cós, efectuada em 1492, pelo abade de Claraval, cuja acta foi estudada e publicada por RÊPAS, Luís Miguel, FARELO, Mário e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 41 (2020), pp. 181-208 e “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* 2.ª Série, 42 (2020), pp. 205-229. Podemos ainda anunciar a descoberta de mais quatro visitasções inéditas aos Mosteiros de Almoester e Odívelas, que temos já praticamente transcritas e que também editaremos dentro de pouco tempo na obra *Visitações Medievais a Mosteiros Cistercienses. Vol. I – Fontes* (Edição de Luís Miguel RÊPAS e Mário FARELO) [no prelo].

77 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, pp. 257-258 (ou BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, pp. 464-469).

78 - Poucos meses antes, havia aí 34 mulheres, entre professoras e noviças (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74, de 8 de Junho de 1532).

vimos, entre ida e regresso, poderia durar quatro horas de viagem...

Para além disso, pela acta relativa à visitaçaõ feita por D. Edme de Sau-lieu ao Mosteiro de Alcobaça, sabe-se também que os frades de Alcobaça emprestavam livros litúrgicos às monjas de Cós (livros que serviam para a missa e para o ofício divino), os quais, encontrando-se danificados, deviam, então, ser recuperados e trazidos de volta para o Mosteiro de Alcobaça, para aí se repararem e multiplicarem, dada a sua escassez⁷⁹.

Noutros estudos, desenvolvidos com e por Catarina Fernandes Barreira, ficou já bem demonstrado que muitos manuscritos alcobacenses receberam adições para serem usados em contextos femininos, provavelmente no Mosteiro de Santa Maria de Cós⁸⁰.

A terminar, destacamos a devoção religiosa que terá levado estas mulheres a procurar *uma nova forma de vida*, dando, assim, origem a uma comunidade que, a seu tempo, acabou por ser formalmente admitida na Ordem de Cister. Os relatos sobre os seus primeiros tempos descrevem-nos, como vimos, um grupo de mulheres piedosas (ou beatas) que optaram por uma vivência espiritual quase eremítica, numa casa pobre e perdida na aldeia de Cós, “situada (segundo Fr. Claude de Bronseval)

79 - SOALHEIRO, João – “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visitaçaõ de D. Fr. Edme de Sau-lieu...”, p. 616.

80 - De entre os quais destaca-se um códice que, tendo sido produzido no Mosteiro de Alcobaça, para aí ser usado, ficou conhecido por *Ritual de Salzedas*, por ter sido, mais tarde, integrado na biblioteca do Mosteiro de Salzedas. Sobre este códice, veja-se: BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Santa Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”. In ROSAS, Lúcia, SOUSA, Ana Cristina e BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1. Porto: CITCEM, FLUP, 2017, pp. 343-354; RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 5. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236; BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35; e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo”, que integra a segunda parte deste volume. Sobre a questão, veja-se, ainda, BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Do benzimento das monjas*. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 37 (2018), pp. 189-213.

entre colinas repletas de arbustos e matagais”⁸¹. Sendo, desde cedo, acompanhadas de perto pelos frades de Alcobaça, que para aí encaminhavam as mulheres que acorriam ao seu mosteiro em busca do espírito da vida cisterciense, acabaram por se manter sujeitas à sua tutela. Tudo recebiam do Mosteiro de Alcobaça, vivendo à sua mercê, e eram, por isso, designadas como “merceeiras” ainda em 1524⁸². Entregavam os seus bens ao Mosteiro de Alcobaça, quando professavam, e a ele ficavam sujeitas, viviam da ração que os seus frades lhes disponibilizavam, usavam os livros litúrgicos que eles lhes emprestavam, recebiam o seu acompanhamento espiritual em vida e eram sepultadas no cemitério do Mosteiro de Alcobaça, ficando o sacristão deste Mosteiro com o seu *cabeçal* e a sua *mantilha*, como se disse.

Esta dependência institucional em relação ao Mosteiro de Alcobaça (“moosteiro de freiras da hordem de sam bernardo que esta na Nosa vila de cõz sogeito e filho do dito noso moosteiro d alcobaça”⁸³) é a marca distintiva da comunidade de Santa Maria de Cós, que no século XIV já se encontrava estruturada, sendo as suas religiosas dirigidas por uma abadessa. No entanto, os seus poderes seriam extremamente reduzidos, quando comparados com os das restantes abadessas cistercienses, podendo mesmo estar limitados à gestão do quotidiano conventual, uma vez que as grandes questões económicas e institucionais estavam nas mãos do abade e dos frades alcobacenses.

Quanto à vida litúrgica, acrescente-se que, aparentemente, as donas de Cós não primavam pela celebração rigorosa de todas as horas canónicas. Aliás, como vimos, segundo o Cardeal D. Afonso, as primeiras religiosas “nam Rezauam horas canonicas somente diziam em lugar de horas, çertas vezes o *pater noster*”⁸⁴. Ou seja, substituiriam os ofícios litúrgicos pela re-

81 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1.

82 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 65.

83 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 77, de 30 de Outubro de 1538.

84 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74, pp. 377-378. Este aspecto foi por nós desenvolvido noutros trabalhos: RÊPAS, Luís Miguel, FARELO, Mário e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I...”, pp. 181-208 e “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II...”, pp. 205-229.

citação de orações mais acessíveis, como o “Pai Nosso”, a “Ave-maria” e o “Credo”, como a ordem fazia para os conversos ou irmãos leigos.

No entanto, tais circunstâncias não parecem ter diminuído a sua imagem perante quantos as rodeavam, sendo lembradas como mulheres castas, honestas, penitentes e devotas.

Relembramos, a este propósito, o relato de Vasco de Pina, feito em 1519, e a memória que Fr. Hilário das Chagas elaborou em 1572. Segundo eles, a aparente inexistência de uma cerca monástica (e de um conjunto monumental de edifícios regulares) não obstou a que as “Irmãs beatas” de Cós granjeassem muito bom nome na região. Assim, dizia o primeiro a el rei D. Manuel I que “nom pode ser mor pobreza do que ha naquela casa nem mor devasydade pera fazerem o que nom deuem e ellas sam de mujto merecymto porque sendo isto como dyguo têm mujto bom nome por toda esta terra”⁸⁵; já o segundo, na mesma linha, destacava, quase de forma poética, que elas haviam guardado e conservado a sua virtude “com [uma] çerqua de sebe”⁸⁶.

85 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 60, de 2 de Agosto de 1519.

86 - SOUSA, Cristina Maria André de Pina e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 2, de 1572: “são Molheres donde sempre Resplandeço a virtude, e a gordarão e conservarão com çerqua de sebe”.

Eduardo Carrero Santamaría

Professor titular de História da Arte no Departamento d'Art i Musicologia da Universitat Autònoma de Barcelona. Coordenador do Projeto de Investigação Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura y función en los monasterios de la Orden de Císter en la Corona de Aragón, Plan Nacional I+D, Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2015-63772-P), que decorreu de 2016 a 2019.

De los Ecclesiastica Officia a los Usos Particulares.

La documentación litúrgica de los monasterios de Císter¹

La reciprocidad entre la expresión ritual de la liturgia y la historia funcional de la arquitectura tiene mucho que ver con los engranajes que vinculan la mitología clásica y la iconografía. Si los historiadores de la Antigüedad cuentan con un importante corpus de textos en donde se detallan las historias de los dioses grecolatinos, en ocasiones sus relatos están incompletos o no refieren los episodios de tradiciones locales –acaso transmitidos oralmente–, que restan envueltos en un misterioso vacío. Es aquí donde las artes figurativas entran en escena, ya que las lagunas que deja el documento escrito se completan con los hechos representados por los pintores en cerámicas o mosaicos, sustituyendo así palabra escrita por imagen.

¹ - Trabajo realizado en el marco del proyecto *Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura y función en los monasterios de la Orden de Císter en la Corona de Aragón*, Plan Nacional I+D, Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (HAR2015-63772-P).

Este encaje entre el vacío y su correspondiente parche que, en otro material, hace legible una narración, también se jugó en las relaciones entre el rito litúrgico y la arquitectura que lo acogía. De esta forma, las ausencias textuales en el discurso de un ritual litúrgico pueden ser completadas mediante su expresión física en la topografía de una iglesia o claustro, en la situación de un retablo, en la redacción de un epígrafe o, incluso, en la disposición de unas pinturas. Los ordinarios litúrgicos, en los que se describía el qué y cómo se celebraba, no siempre se han conservado. Además, como libro litúrgico, un ordinario es caprichoso desde su propia confección. Que se trate de un manual de uso práctico motivó que en muchas ocasiones no recogiera la ceremonia a realizar, que era conocida de memoria por los oficiantes. Es por lo que nos encontramos con ordinarios donde no aparecen fiestas significativas o algunos de sus episodios clave, como el Santo entierro durante el Triduo Pascual. No aparecen porque la memoria y la costumbre eran tan válidas como la palabra escrita, no hacía falta ponerlas en limpio, se debía celebrar y se sabía cómo hacerlo. La presencia de arcas eucarísticas para el entierro de la hostia consagrada, capillas dedicadas a evocar el Santo sepulcro o grupos escultóricos del Descendimiento actúan como remiendo en un complejo entramado de relaciones de mutua dependencia entre el texto escrito, la tradición oral y la obra artística, tanto mueble como edificada². En territorios litúrgicamente complejos, donde las fuentes escasean o ante rúbricas y ordinarios no muy explícitos, la arquitectura y otras expresiones materiales del rito pueden ayudarnos también a llenar los vacíos.

2 - Una reflexión al respecto en CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos”. In SARAIVA, Anísio M. de Sousa e MORUJÃO, M. do Rosário Barbosa (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 59-100. Algunas notas en este sentido en MALONE, Carolyn M. – “Architecture as Evidence for Liturgical Performance”. In GITTO, Helen y HAMILTON, Sarah M. (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*, Farnham: Routledge, 2016, pp. 207-237.

1. Regulando a la comunidad. El camino de los ordinarios benedictinos

La inicial dispersión en usos litúrgicos del cristianismo occidental y, sobre todo, la ausencia de un instrumento de cohesión entre los distintos modos de celebrar de las iglesias de Europa hizo que el rito tomara derroteros propios y particulares. Uno de los grandes problemas a los que se enfrentó la orden benedictina entre los siglos XI y XII fue la pluralidad de formas de celebrar que existía entre cada monasterio. Si la Regla de san Benito fue muy detallada en describir los oficios, las particularidades de cada cenobio llevaron a alterar el rito con fundaciones funerarias, culto a santos locales o, simplemente, debido a los avatares institucionales de cada comunidad. Esta adaptación del uso litúrgico a las necesidades particulares de un monasterio fue el que motivó los diferentes y sucesivos *ordines* litúrgicos cluniacenses. Estamos de acuerdo en que, desde época carolingia y bajo la influencia de las llamadas costumbres litúrgicas de Benito Aniano, estos usos ya constituyeron una auténtica red entre monasterios, en los que se asimilaba la influencia de tal o cual modo litúrgico, pero sin constituir en modo alguno una normativa central que actuara como un bastidor celebrativo³. De hecho, sólo en Cluny la amplitud y densidad de los ordinarios que se fueron sucediendo en el tiempo son una clara muestra de la preocupación por un boato

³ - La variedad, incluso sin la presencia de monasterios de la península ibérica, es visible simplemente echando un vistazo a la edición de costumbreros de entre los siglos VIII y XIV de HALLINGER, Kassius (dir.) – *Corpus Consuetudinum Monasticarum*, 16 vols. Siegburg: Franciscus Schmitt, 1963-1987 y los insustituibles trabajos de DONNAT, Lin – “Les coutumiers du Moyen Age et la Règle de saint Benoît”. *Regulae Benedicti Studia* 16 (1987), pp. 37-54 e *Idem* – “Les coutumiers monastiques. Une nouvelle entreprise et un territoire nouveau”. *Revue Mabillon* 3 (1992), pp. 5-21.

que se podía imitar en otros lugares⁴. Pero no sólo afectó a los clunia-censes. Otros benedictinos y canónicas de cualquier tipo generaron usos propios que, a su vez, motivaron complejas geografías litúrgicas. La difusión por los territorios septentrionales de Europa del rito de Salisbury –los célebres usos de Old Sarum– son un excelente ejemplo de lo a veces caprichosa y arbitraria que podía ser una red de transmisión de modos celebrativos⁵.

Estas disparidades fueron las que quisieron limitarse en varias de las reformas monásticas del siglo XII. La cartuja, los canónigos de Premontré o los más singulares de Grandmont redactaron libros de costumbres, ordinarios en los que un rito propio para la Orden quedara

4 - Véanse IOGNA-PRAT, Dominique – “Coutumes et statuts clunisiennes comme sources historiques (ca 990-ca 1200)”. *Revue Mabillon* 3 (64) (1992), pp. 23-48 ; AVRIL, Anselme – “Coutumiers directifs et coutumiers descriptifs d’Ulrich à Bernard de Cluny”. In BOYTON, Susan y COCHELIN, Isabelle (ed.) – *Du Cœur de la nuit à la fin du jour. Les coutumes clunisiennes au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2005, pp. 23-28 ; BARRET, Sébastien – “Regula Benedicto, consuetudines, statuta: Aspects du corpus clunisien”. In ANDENNA, Cristina y MELVILLE, Gert (ed.) – *Regulae, consuetudines, statuta. Studi sulle fonti normative degli ordini religiosi nei secoli centrali del Medioevo (Bari/Noci/Lecce, 26-27 ottobre 2002 / Castiglione delle Stiviere, 23-24 maggio 2003)*. Münster: Centro italo-tedesco di storia comparata degli ordini religiosi, 2005, pp. 65-104; COCHELIN, Isabelle – “Évolution des coutumiers monastiques dessinée à partir de l’étude de Bernard”, *Ibidem*, pp. 29-66, COCHELIN, Isabelle – “Le pour qui et le pourquoi (des manuscrits) des coutumiers clunisiens”. In COTTIER, Jean-François, ROSSIGNOL Sébastien y GRAVEL Martin (ed.) – *Ad libros! Mélanges d’études médiévales offerts à Denise Angers et Claude Poulin*. Montréal: Presses de l’Université de Montréal, 2010, pp. 121-138; BOYNTON, Susan – “Oral Transmission of Liturgical Practice in the Eleventh-Century Customaries of Cluny”. In VANDERPUTEN, Stephen (publ.) – *Understanding Monastic Practices of Oral Communication (Western Europe, Tenth-Thirteenth Centuries)*. Brepols: Turnhout, 2011, pp. 67-83, y COCHELIN, Isabelle – “Customaries as Inspirational Sources. Appendix: The relation between the las Cluniac customaries, Udal and Bern”. In MALONE, Carolyn M. y MAINES, Clark (publ.) – *Consuetudines et Regulae. Sources of Monastic Life in the Middle Ages and the Early Modern Period*. Turnhout: Brepols, 2004, pp. 27-72. Todavía está por estudiar esta dependencia litúrgica entre la abadía de Cluny y su provincia española. Véase posibilidades de análisis desde REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*. León: Fuentes y estudios de historia leonesa, 2008.

5 - CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Catedral y liturgia medievales...”. Sobre Old Sarum y el cercano rito de York, SALISBURY, Mathew Cheung – “Rethinking the Uses of Sarum and York: A Historiographical Essay”. In GITTOS, Helen y HAMILTON, Sarah M. (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*, Farnham: Routledge, 2016, pp. 103-122.

estipulado, pudiendo difundirse entre sus fundaciones⁶. En el Císter –la reforma monástica que se consideró paradigma de la eurtimia y el equilibrio–, la búsqueda de un rito particular siguió un proceso parejo, reivindicando el regreso a los comienzos de la celebración monástica. Como tantas veces se ha explicado, la obsesión por volver a los orígenes de la liturgia prescrita en la regla de san Benito –despojándola de las sucesivas adiciones que habían conformado la desmedida vida religiosa benedictina–, llevó a los primeros monjes cistercienses a buscar los códices más puros, encaminados –entre otras cuestiones– a la renovación del canto coral⁷. El retorno a los orígenes de la regla de San Benito no condicionó que los usos previos no fueran importados por los cistercienses a sus propias casas. Lógicamente, la cesura con los benedictinos tampoco alcanzó a las formas litúrgicas que se seguían celebrando fielmente al modo de las antiguas, aunque quizás la intención inicial fue otra. Hacia 1131, en pleno enfrentamiento teológico y personal entre Bernardo de Claraval y Pedro Abelardo, éste redactó una de sus duras cartas ridiculizando la reforma litúrgica que se pretendía. Abelardo habla de la supresión del culto a los santos, la ausencia de celebraciones en torno a la Virgen y la eliminación de las procesiones como elementos comunes de la nueva liturgia de Císter...⁸

Quizás sí existió un estricto rigorismo litúrgico en los años iniciales, que caracterizó a los nuevos monjes blancos hasta hacerlos ridículos ante unos ojos críticos y que, luego, fuera relajándose. La primera reforma

6 - Para la cartuja, los clásicos trabajos de LAPORTE, Maurice – *Aux sources de la vie cartusienne*, 8 vols., Domo Cartusiae, 1960-1971 y HOGG, James (ed.) – *Die Ältesten Consuetudines der Kartäuser*, Salzburgo: Analecta Cartusiana, 1970 e *Idem – Mittelalterliche Caerimonialia der Kartäuser*, Salzburgo: Analecta Cartusiana 1971. Sobre los los canónigos premonstratenses; LEFÈVRE, Placide Fernand – *La liturgie de Prémontré. Histoire, formulaire, chant et cérémonial*. Lovaina: Bibliotheca Analectorum Praemonstratensium, 1957 y, sobre los de Grandmont, BEQUET, Jean – “L’Institution: premier coutumier de l’Ordre de Grandmont”. *Revue Mabillon* 46 (1956), pp. 15-32. Consúltese también la bibliografía recogida para éstas y otras órdenes posteriores en AAVV – “Introductio Editoris Generalis”. In HALLINGER, Kassius (dir.) – *Corpus Consuetudinum Monasticarum*, I, Siegburg: F. Schmitt, 1963, pp. XIII-CXXIII, en particular, LV-LIX.

7 - Aquí, MAÎTRE, Claire – *La Réforme cistercienne du plain-chant. Étude d'un traité théorique*. Brecht : *Cîteaux. Commentarii cisterciensis*, 1995.

8 - WADDELL, Chrysogonous – “Peter Abelard’s Letter 10 and Cistercian Liturgical Reform”. *Studies in Medieval Cistercian History* 2 (1976), pp. 75-86.

parece que no terminó de convencer. La desnudez del canto, la limitación del culto y la ausencia de procesiones no sólo espolearon a un mordaz Abelardo, tampoco satisficieron a los propios cistercienses. Así, en el capítulo general de 1134 –un momento propicio tras la muerte del severo Stephen Harding– los abades decidieron reformar lo reformado, revisar el rigor de la renovación litúrgica llevada a cabo hasta el momento. En 1147, el monasterio de Obaizine aceptaba los nuevos libros para el culto, unos Antifonario, Gradual e Himnario que sustituían a otros viejos facilitados desde Dalon. En los recién llegados se corregían los textos iniciales y añadían nuevos oficios entre los que tuvo especial importancia un renovado culto a la Virgen⁹. Unas líneas de la *Vida de san Esteban de Obaizine* nos deja perfectamente claro el proceso:

“...los libros que los cistercienses usaron inicialmente en su liturgia estaban muy corrompidos y viciados, y permanecieron así hasta tiempo de san Bernardo. Entonces, por común acuerdo entre los abades, fueron corregidos y enmendados por el Santo abad y por sus cantores, y dispuestos en el modo en que ahora están”¹⁰.

Los textos musicales también se vieron afectados y de su pretendida llaneza inicial pronto fueron enmendados por los responsables de esta “reforma bernarda”, añadiendo melismas y otras complejidades. Es llamativo que el considerado por la historiografía como adalid de la simplicidad y la estética desornamentada terminara claudicando a la complejidad del rito. Siguiendo el proceso de revisión de la reforma litúrgica, a finales del siglo XII se amplió el Oficio de difuntos y, en 1185, se incorporó al rezo diario el Oficio de la Virgen, existiendo un importante *corpus* de textos que in-

9 - WADDELL, Chrysogonus – *The Primitive Cistercian Breviary* (Staatsbibliothek zu Berlin, Preussischer Kulturbesitz, Ms. Lat. Oct. 402) with variants from the “bernardine” Cistercian Breviary. Friburgo: Academic Press Fribourg, 2007, pp. 30-32. Este fue el tema de la tesis doctoral de SCARCEZ, Alicia – *La réforme musicale de saint Bernard: ses sources et ses enjeux*, defendida en la Université Libre de Bruxelles, el 3 de décembre 2012. De la misma autora, SCARCEZ, Alicia – “Les sources du responsorial cistercien”. *Études grégoriennes*, XXXVIII (2011), p. 137-180, e *Idem* – “Les sources du responsorial cistercien (partie 2)”. *Études grégoriennes*, XLV (2018), pp. 179-252.

10 - Pasaje destacado, entre otros, por WADDELL, Chrysogonus – *The Primitive Cistercian...*, p. 30.

sisten en el cuidado y la importancia que se quiso dar a la experiencia del culto. El peso de la tradición previa a la radical reforma anterior volvió a dejarse sentir. Y el Císter se convirtió en la Orden que mantuvo los oficios de la Virgen y de difuntos casi hasta nuestros días.

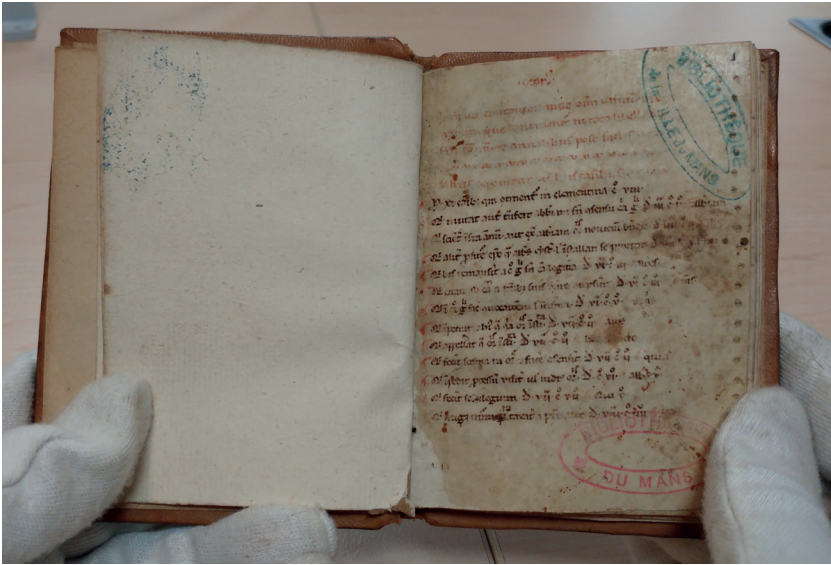


Fig. 1: Collection normative, Le Mans, Mediathèque Louis Aragon-Bibliothèque Municipale, ms. 357. Fotografía do autor.

2. Ordinarios y usos litúrgicos cistercienses

Si veíamos que cartujos, premonstratenses o “grandmontanos” habían redactado sus ordinarios comunes frente a la diversidad benedictina y canonical, pretendiendo limitar el desconcertantemente variado paisaje litúrgico de su tiempo, ¿qué hicieron los cistercienses que, precisamente, se postulaban como la reforma de los propios benitos? Tanto el *Exordium parvuum* como la *Carta Caritatis Prior* insisten en la necesidad de unos

usos comunes, hecho que se ha relacionado con unas incipientes costumbres (*consuetudines*) previas a la segunda mitad del siglo XII, que no se documentan con el nombre de *Ecclesiastica Officia Cisterciensis Ordinis* hasta las décadas finales del siglo¹¹. Fueron redactados como un ordinario litúrgico común para la Orden, destinado a incluirse entre los libros que cualquier nueva institución debía tener para iniciar su andadura: la regla de san Benito, copias de la *Carta Caritatis*, el *Exordio Parvo* (o el Magno), los *Statuta* y los *Ecclesiastica Officia*, a veces un santoral, un calendario y los usos de los conversos. Junto a los textos litúrgicos que estipula el apartado XII de los *Instituta Capitula Generalis* de la Orden, era la colección básica en materia legislativa y litúrgica¹².

Como en las reformas coetáneas, fue la imperante variabilidad de usos litúrgicos la que inclinó a la redacción de un ordinario propio entre los

11 - CHOISSELET, Danièle y VERNET, Placide (ed.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XIIème siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989, p. 44. Los textos institucionales - *Carta Caritatis*, uno de los Exordios, *Capitula*, costumbres, santoral, calendario e incluso usos de conversos - fueron finalmente recopilados en uno o dos volúmenes, que constituían el manuscrito o manuscritos de sesgo fundacional con el que todo monasterio debía partir su andadura, cf. WADDELL, Crysogonus – *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux: Latin Text in Dual Edition with English Translation and Notes. Cîteaux. Commentarii cisterciensis*, 1999, pp. 21-131. Por ejemplo, conservamos varios interesantes ejemplares procedentes del monasterio tarraconense de Bonrepòs, posiblemente enviados desde Fontfroide, según veremos más adelante (CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Los *Ecclesiastica Officia* cistercienses de la Biblioteca Pública de Tarragona, un viaje de ida y vuelta entre Bonrepòs y Santes Creus”. In CARREIRAS, José Alburquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.), *Cister*. Tomo I. Alcobaça: Hora de Ler, 2019, pp. 293-308).

12 - Son los que integraban la colección que, perteneciente a Cîteaux, publicó en un voluminoso tomo GUINARD, Philippe – *Les monuments primitifs de la règle cistercienne publiés d'après les manuscrits de l'abbaye de Cîteaux*. Dijon: J.-E. Rabutot éditeur, 1878. De los restantes libros litúrgicos, en los *Capitula cisterciensis ordinis* se recuerda la necesidad de contar con los libros litúrgicos comunes a la Orden: *Missale, textus, epistolare, collectaneum, gradale, antiphonarium, ymnarium, psalterium, lectionarium, regula, kalendarium ubique uniformiter habeantur*, cf. SCHICH, Winfried – “*Exordium Cistercii, Summa Cartae Caritatis et Capitula* in einer handschrift in der Herzog August Bibliothek zu Wolfenbütel”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 40 (1984), pp. 3-24, en particular, título X, p. 13. Véase también LEFÈVRE, Jean-Baptiste; LUCET, Bernard – “Les codifications cisterciennes aux XII^e et XIII^e siècles d'après les traditions manuscrites”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 15 (1959), pp. 3-22. También, SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Silencio, como en el claustro. Entre libros cistercienses de los siglos XII y XIII”. In BALDAQUÍ ESCARTELL, Ramón (coord.) – *Lugares de la escritura: el monasterio*. Alicante: Universitat d'Alacant, 2016, pp. 69-122, y REILLY, Diane J. – *The Cistercian Reform and the Art of the Book in the Twelfth-Century France*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018, pp. 42 n. 9, 71, 114 n. 41 y 173-174.

cistercienses. Hacia 1155, Idung de Prüfening –un monje que se había pasado de congregación de Cluny a la reforma de Cîteaux– escribía su *Diálogo entre dos monjes*, en el que el cluniacense reconocía la mutabilidad de usos litúrgicos de sus monasterios¹³. Según ha demostrado Adriaan H. Bredero, el *Dialogus* es obra de un tráfuga, cuestionable en tanto que pretendía demostrar una impenitente fidelidad a la reforma frente a su origen cluniacense¹⁴, pero, a nuestro interés, su referencia a la variabilidad de modos y usos celebrativos entre los monasterios de la congregación de Cluny sirve para insistir en cómo el argumento litúrgico también estuvo en la base del desencuentro entre la tradición benedictina cluniacense y la reforma de Císter y que, por tanto, la redacción de unos usos litúrgicos para todos los monasterios, que les distinguieran también en materia celebrativa, fue una de las intenciones iniciales del nuevo monacato.

Los *Officia* cistercienses se encuentran a medio camino entre un ordinario y una consuetud. Siguiendo la definición de Martimort, un ordinario es el completo directorio litúrgico de la institución religiosa que fuere, en tanto que una consuetud era el texto organizativo de su comunidad, referente a cargos y responsabilidades¹⁵. Esta hipotética división clara y tajante entre tipos de códices se cumplió en pocas ocasiones. De hecho, lo habitual es encontrarse textos intermedios que tanto refieren la actividad litúrgica como listados de oficios en el monasterio o canónica, formas de celebrar aniversarios e incluso regimientos de campanas. Son los que Kassius Hallinger denominó

13 - La edición es HUYGHENS, R. B. C. – “Le moine Idung et ses deux ouvrages: *Argumentum super quatuor questionibus* et *Dialogus duorum monachorum*”. *Studi medievali* 13 (1972), p. 291-470, y la una ampliada y revisada del mismo texto, publicada en Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1980.

14 - BREDERO, Adriaan H. – “Le *Dialogus duorum monachorum*. Un rebondissement de la polémique entre Cisterciens et Clunisiens”. *Studi medievali* III-22 (1981), pp. 501-585, reed. In *Cluny et Cîteaux au douzième siècle. L'Histoire d'une controverse monastique*, Amsterdam & Maarssen: APA-Holland University Press, 1985, pp. 185-276.

15 - MARTIMORT, Aimé-George – *Les 'Ordines', les ordinaires et les cérémoniaux*. Turnhout: Brepols, 1991, p. 66.

libros de usos y costumbres mixtos¹⁶. Este fue el modelo seguido en la redacción de los *Ecclesiastica Officia* cistercienses, que también reconoceremos en los archivos con los nombres de libro de costumbres –*Consuetudines*– o como *Liber Usuum*¹⁷. Se trata de un repertorio de las maneras de celebrar, dividido en ciento cuarenta y tres capítulos. Los primeros treinta y un epígrafes se centran en cómo oficiar las fiestas del calendario litúrgico fuerte, desde el Adviento hasta la octava del Pentecostés. Del treinta y dos al cuarenta y nueve se describen aspectos organizativos sobre las posibles variantes de los oficios en domingo y días de fiesta concretos, incluyendo las lecturas del refectorio durante el tiempo litúrgico débil o estival. Los cuatro capítulos siguientes se centran en el oficio de difuntos, mientras del cincuentaitres en adelante se describe la forma de comportarse durante la celebración eucarística, incluyendo las misas privadas, los días en que se canta y qué se canta. Desde el título sesenta y ocho y hasta el ochenta y cuatro, tres apartados son dedicados a la forma en que los monjes debían proceder en la iglesia en domingos y fiestas, días feriados de invierno – esto es, la parte más potente del año litúrgico– y durante el verano, así como las posibilidades y forma de acceso a las distintas zonas del monasterio. A partir de aquí, los siguientes veinticinco tratan aspectos puntuales como las visitas, los hermanos de viaje, los hebdomadarios, los sirvientes de la iglesia y otros oficios. Entre éstos, nueve títulos son una guía pormenorizada de cómo tratar a los enfermos en el monasterio, desde hacerles sangrías hasta las procesiones que se escenificaban entre la enfermería, la iglesia de los monjes y el cementerio. A continuación, diez epígrafes se dedican a los cargos más importantes de la comunidad, desde el abad al portero. Por fin, un último capítulo es dedicado a los versos que se cantaban en las diferentes comidas del refectorio.

Si algo llama la atención de los ciento veintiún capítulos es, precisamen-

16 - AA. VV. – “Introductio Editoris Generalis”. In HALLINGER, Kassius (dir.) – *Corpus Consuetudinum Monasticarum*. Vol. I. Siegburg: F. Schmitt, 1963, pp. XIII-CXXIII y HALLINGER, Kassius – “*Consuetudo*. Begriff, Formen, Forschungsgeschichte, Inhalt”. In *Untersuchungen zu Kloster und Stift*, Göttingen: Max-Planck-Institut für Geschichte, 1980, pp. 140-166.

17 - WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts...*, pp. 23-24.

te, la ausencia de un orden claro. Excepto los dedicados a las celebraciones del tiempo litúrgico invernial, el resto parece haber sido redactado en bloques temáticos que se entrecruzan y que, a veces, parecen no tener una continuidad ni cohesión claras. Las fuentes para su redacción se han buscado, lógicamente, en la tradición benedictina, pero si los libros litúrgicos de la celebración que se pensaron más puros y antiguos llevaron a nuestros monjes hasta Metz y Milán, en el caso del ordinario hay serias dudas sobre cuáles pudieron ser las fuentes usadas dentro del largo elenco de costumbres benedictinas¹⁸.

Una de las características más interesantes de los *Ecclesiastica Officia* es que están entreverados con pequeñas notas que funcionan como puertas abiertas al día a día en el monasterio y, lógicamente, a sus espacios construidos – desde la iglesia, a la sala capitular, el refectorio o el cementerio –, a veces aludiendo a su experiencia sensorial: la visibilidad y movimientos en el coro, dónde cantar, el qué y cómo hacerlo, el sonido de las campanas y de la tabla percutida, el silencio... En todo caso, las costumbres fueron el auténtico marco regulador de una vida reglamentada y, junto a lo estipulado en los *Instituta Generalis Capituli*, la verdadera explicación de una solución arquitectónica tan depurada funcionalmente como es el monasterio cisterciense. Al fin y al cabo, entre una y otra normativa obtenemos la explicación tanto de la experiencia litúrgica como de todo lo relativo a la vida cotidiana. De su importante papel en el gobierno de la comunidad da cuenta una noticia del monasterio de Leire en pleno siglo XVI. Giraba entonces visita el abad de Poblet nombrado visitador de los monasterios de España, quien exigió que “El libro de los usos y diffiniciones sea ahincado en el coro delante la silla de prior con cadenilla de fierro”¹⁹. El lugar adecuado para su consulta, si había alguna duda sobre

18 - Aunque parece decantarse por las costumbres de San Benigno de Dijon, véase el abanico de posibles influencias en capítulos concretos de los *Officia* en SCHNEIDER, Bruno – “Cîteaux und die benediktinische Tradition. Die Quellenfrage des *Liber usuum* im Lichte der *Consuetudines monasticae*”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 16 (1960), pp. 169-254 y 17 (1961), pp. 73-114.

19 - OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La vida intelectual en los monasterios cistercienses navarros. La escuela de gramática y biblioteca del monasterio de Iranzu en el s. XVI”. *Hispania Sacra* 60 (121) (2008), pp. 143-171.



Fig. 2: Obituari, Arxiu del Monestir de Vallbona de les Monges, Papers de les monges, s/c. Fotografia do autor.

la celebración. Y es que los *Officia* no eran un libro corriente. Cuando estaban ya en desuso, pasaban a los fondos de la biblioteca correspondiente. Así, los dos referidos en los inventarios de Fitero, el de Matallana hoy en San Isidro de Dueñas, uno de Moreruela o el *Ritual viejo* de Santa María de Piedra, por citar algunos simples ejemplos²⁰. Muy al contrario, lo habitual es encontrarlos referidos entre los libros de coro, junto a los preceptivos para las ceremonias, como exigía el abad de Poblet durante su visita a Leire. Así debían estar el ejemplar que en 1386 se documenta en la iglesia de La Real de Mallorca, los correspondientes a los coros del abad y del prior referidos en 1443, y ya en 1502 el *Liber Usuum* en pergamino, también registrado en la biblioteca coral²¹.

20 - OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La Biblioteca del Monasterio de Fitero de fines del Renacimiento e inicio del Barroco”. *Hispania Sacra* 65 [Núm. Extra 1] (2013), pp. 189-228; BÉCARRES BOTAS, Vicente – *Las bibliotecas monásticas y la Desamortización en la provincia de Zamora*. Zamora: Semuret, 1999, p. 119, y GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “El scriptorium y la biblioteca del Monasterio de Piedra: noticias y evidencias materiales”. *Titivillus* 1 (2015), pp. 13-26.

21 - HILLGARTH, J. N. – “Una biblioteca cisterciense medieval, la Real (Mallorca)”. *Analecta Sacra Tarraconensia*, XXXII (1959), pp. 89-191.

Si a los restantes libros institucionales y litúrgicos se han dedicado una rica bibliografía y estudios monográficos diversos, la suerte de los *Officia* ha ido por otros derroteros. En 1878, Philippe Guinard los publicó en una edición crítica completa del llamado manuscrito de Dijon (Bibliothèque Municipale de Dijon, ms. 114), el más rico código legislativo procedente de Cîteaux. Entonces ya planteó cuestiones interesantes – como su posible difusión y conservación en otros monasterios –, que la crítica contemporánea no recogió o no amplió debidamente²². También se editaron en la *Patrologia Latina* y fueron objeto de artículos con aproximaciones parciales, centrados en ediciones de manuscritos concretos, sin recabar el estudio y edición de síntesis que la información que contienen requería²³. En 1956, Bruno Griesser editó los conservados en el manuscrito de Trento y, por fin, en 1989 Danièle Choisselet y Placide Vernet realizaron la necesaria edición del texto latino y su traducción al francés a partir del estudio cruzado de los códigos conservados más completos (Berlín, París, Wolfendüttel, Trento, Liubliana y Dijon)²⁴. Está acompañada de un estudio preliminar, un apéndice con las variantes entre los códigos y, sobre todo, unas inapreciables notas que explican pormenorizadamente muchos de los problemas que suscita la interpre-

22 - GUINARD – *Les monuments primitifs...*, pp. 87-245.

23 - “Usus Antiquiores Ordinis Cisterciensis”. *Patrologia Latina*, 221 vols., París, 1844-1865, 166, cols. 1383-1502. Además, los apuntes de DIMIER, Anselme – “Observances monastiques”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 11 (1955), pp. 149-198, las ediciones respectivas de los códigos de Liubliana y Trento por NOSCHITZKA, Canisius – “Codex Manuscriptus 31, Bibliothecae Universitatis Labacensis”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 6 (1950), pp. 3- 124 y GRIESSER, Bruno – “Die *Ecclesiastica officia Cisterciensis Ordinis* des Cod. 1711 von Trient”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 12 (1956), pp. 153-288, las referencias en BOUTON, Jean de la Croix y VAN DAMME, Jean-Baptiste – *Les plus anciens textes de Cîteaux. Sources, textes et notes historiques*. Achel : Abbaye cistercienne, 1974, reed. 1985; la aproximación a la vida cotidiana de LACKNER, Bede K. – “Early Cistercian Life as Described in the *Ecclesiastica Officia*”. In SOMMERFELDT, John R. (ed.) – *Cistercians Ideals and Reality*. Kalamazoo: Cistercian Studies Series, 1978, pp. 62-79 o, por fin, su consideración como parte del rigorismo de regreso a las fuentes del monacato de HERZOG, Hermann M. – “Niederschlag der zisterziensischen Leitgedanken in den Gebräuchen. Die *Ecclesiastica Officia* als Ausdruck einer monastischen Rückbesinnung?”. *Cistercienser Chronik* 111 (2004), pp. 37-48.

24 - Se trata de los seis códigos más antiguos. El catálogo de copias desde el siglo XII en adelante está por hacer. Véanse las recogidas por WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts...*, pp. 29-108, incluidas en otros códigos legislativos misceláneos y que no son ni pretenden ser un listado completo.

tación del texto²⁵. Aún así, los *Officia* requerían una reflexión básica que los situara en el marco correcto de la legislación litúrgica cisterciense y su evolución temporal, precisamente porque, como tendremos ocasión de ver en las páginas siguientes, se trató de uno de los códices más alterados pero que, a la par, gozó de una mayor vigencia en la historia de la Orden, desde la segunda mitad del siglo XII hasta nuestros días.

3. En aras de la contradicción. Los *Ecclesiastica Officia* y los usos particulares

La unidad impuesta por un ordinario litúrgico cisterciense propio y común no fue total. Muchos monasterios los enriquecieron añadiendo usos particulares que los adaptaban a las necesidades del instituto. Se trata de un capítulo a ser estudiado con detenimiento. Según revela Ana Suárez en sus trabajos sobre manuscritos cistercienses castellanos y gallegos, la procedencia de los códices litúrgicos y legislativos podía ser de lo más variado; y sus vías de llegada hasta los monasterios de destino constituye el análisis de una auténtica red de relaciones institucionales a veces de muy difícil solución²⁶. Los ejemplares procedentes del monasterio de Bonrepòs –hoy entre el fondo que perteneció a Santes Creus de la Biblioteca Pública de Tarragona–, son una muestra excelente de cómo un códice con los reglamentos de la Orden llegaba al monasterio peninsular correspondiente y allí era alterado, añadiendo al calendario el rezo por sus fundadores o por la propia comunidad y en el santoral a los santos

25 - CHOISSELET, Danièle y VERNET, Placide (ed.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens...* y su traducción alemana en HERZOG, Hermann M. y MÜLLER, Johannes (ed.) – *Ecclesiastica Officia. Gebräuchebuch der Zisterzienser aus dem 12. Jahrhundert. Lateinischer Text nach den Handschriften Dijon 114, Trient 1711, Ljubljana 31, Paris 4346 und Wolfenbüttel Codex Guelferbytanus 1068. Deutsche Übersetzung, liturgischer Anhang, Fußnoten und Index nach der lateinisch-französischen Ausgabe von Danièle Choisset (La Coudre) und Placide Vernet (Cîteaux)*. Langwaden: Quellen und Studien zur Zisterzienserliteratur, 7, 2003.

26 - Referidos en SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Silencio, como en el claustro...”, pp. 120-121.

de la zona. Los dos más interesantes reúnen en un volumen el corpus legislativo básico, entregado a sus monjas para poner el monasterio en funcionamiento (Biblioteca Pública de Tarragona, Mss. 162 y 88). Ambos códices son de indudable factura foránea, en particular francesa²⁷. De hecho, en una colección de constituciones, también procedente del monasterio (BPT, Ms. 32, f. 70v), se refiere la reunión de abadesas en el monasterio de Vallbona de les Monges y en presencia del abad de Fontfroide²⁸. Quizás a él competiera la supervisión sobre los iniciales códices del monasterio, explicaría su procedencia foránea y refrendaría la habitual circulación de estas piezas librescas. Además, los *Officia* eran de fácil reutilización. Sin salir de Bonrepòs, cuando el monasterio se extinguió mediado el siglo XV, su biblioteca fue heredada por Santes Creus. Pues bien, ya en la abadía masculina, a uno de los ejemplares se le añadieron unas interesantes anotaciones sobre la celebración eucarística, actualizándolo para continuar en uso. Me parece especialmente indicativo de cómo un libro procedente de un lugar, con una serie de adaptaciones textuales, podía pasar a ser utilizado en otro²⁹.

En este mismo sentido, recientemente se ha tratado de vender en la red un volumen procedente del monasterio gallego de Monfero, integrado por dos códices diferentes, un oficio de difuntos de 1317 en treinta y siete folios y unos estatutos cistercienses en sesenta y seis folios parece que del siglo XV. Los segundos recogen capítulos de los *Ecclesiastica Officia*. A pesar de haber formado parte de la biblioteca del monasterio gallego, el tejuelo impreso en el siglo XVIII nos aclara que había sido donación del monje fray Agustín Vázquez Varela, hijo del monasterio, general de la Orden y, finalmente, obispo de Solsona. Luego volveremos sobre fray Agustín y su papel en el estudio litúrgico de la Orden. En su códice, el Oficio de difuntos sufrió el guillotinado de la encuadernación moderna, pero no así el ejemplar de los usos, que tiene unas dimensiones menores

27 - CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Los *Ecclesiastica Officia* cistercienses...”.

28 - Agradezco esta indicación al profesor Ghislain Baurý.

29 - *Ecclesiastica Officia*, Biblioteca Pública de Tarragona, ms 73, CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Los *Ecclesiastica Officia* cistercienses...”, p. XXXX.

de 18x13 centímetros, que mide el volumen completo³⁰ ¿De dónde procedían los dos volúmenes, encuadrados juntos en el siglo XVIII? ¿De qué biblioteca habían pasado a manos del monje-obispo y de éstas a la del monasterio de Monfero?

Códices copiados en casas madre u otros lugares y que llegaban a las nuevas fundaciones, donde con otras tintas y letras se añadían fundaciones y santos. En contraste, y a pesar de la uniformidad e invariabilidad que debían observar los libros litúrgicos y legislativos –según recogía el célebre código de Claraval publicado por Philippe Guinard³¹–, hay ejemplares de los *Officia* que tuvieron que ser copiados de nuevo, añadiendo cambios significativos más allá de una entrada en el calendario. Maur Esteva planteó que los usos particulares eran unos “cuadernitos que solían tener los sacristanes y maestros de ceremonias para recordar cómo se ponía en escena la liturgia”³². Estos libros amplían nuestro conocimiento sobre el uso del ámbito coral. Sin ir más lejos, en Poblet, contamos con un opúsculo que complementa el “problema” –así, entre comillas– que significaba tener un panteón real entre sus muros. Se trata del cuaderno *Les funeràlies dels Reis d’Aragó*, escrito por el monje Miquel Longares hacia 1500, describiendo el ceremonial que tenía lugar alrededor del cuerpo del monarca muerto, cuando iba a ser enterrado en la iglesia populetana³³. El cuaderno es un reglamento de mano, usado

30 - Información extraída del portal de internet donde se vendía el código: <https://www.todocoleccion.net/libros-antiguos/galicia-monfero-2-codices-originales-estatutos-cister-oficio-difuntos-siglos-xiv-xv-x166102854> [consultado por última vez a 9 de diciembre de 2019].

31 - Biblioteca Municipal de Dijon, ms. 114, f. 1v. Se refiere al breviario, epistolario, evangelario, misal, calendario, libro de colectas, regla, costumbres, salterio, dominical, himnario, antifonario y gradual: “In hoc volumine continentur libri ad diuinum officium pertinentes, quos utique non decet in ordine nostro diuersos haberi. Sunt autem in unum corpus ea maxime ratione redacti ut presens liber sit exemplar inuariabile ad conseruandam uniformitatem et corrigendam in aliis diuersitatem”, cf. GUINARD – *Les monuments primitifs...*, pp. VI-VIII y XIII.

32 - ESTEVA, Maur – *El directori perpetu litúrgic de Poblet del P. Francesc Dorda de l'any 1694. Presentació i edició del text*. Abadía de Poblet: Scriptorium Populeti, 1983, p. 49.

33 - BOFARULL Y SARTÓRIO, Manuel (publ.) – *Funerals dels Reis d’Aragó a Poblet*. Barcelona: La ilustració catalana, 1886 y CEBOLLA ROYO, Alberto – “La música y la liturgia en los panteones. El ritual de defunción y sepultura de los reyes aragoneses”. In *Panteones reales de Aragón*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 2018, pp. 172-179. Mucho más tardías son unas notas de 1809, procedentes de la consuetud de la iglesia populetana, recogidas en una recopilación de textos, cf. Textos Pobletans (ss. XVIII-XIX), Arxiu del Monestir de Poblet, 1.162.

en el coro, la sacristía y la sala capitular, resumiendo o complementando los gruesos códices de legislación. Si, como describíamos en el apartado previo, los *Officia* eran un volumen básico en la biblioteca del coro, rigiendo los oficios, también hubo libros litúrgicos de pequeño formato, con normativas complementarias, fácilmente transportables y guardados por los monjes y monjas entre sus estalos. Hagamos un pequeño recorrido por los más significativos. La colección de piezas procedentes del coro del monasterio de Wienhausen, hallada durante la restauración de la sillería, fue una grata sorpresa. Entre pequeñas imágenes devocionales y objetos de la vida cotidiana, aparecieron varios libros de oración y legislativos que hacían del monasterio alemán un único, tanto por el grado de conservación del conjunto, como en su riquísima normativa litúrgica³⁴. Ahora en la Biblioteca Municipal de Le Mans, conservamos un interesante manuscrito de pequeño formato y de tan sólo veinticuatro folios (fig. 1), recogiendo una selección de diferentes normativas de la Orden y del que, creo, pudo tener un uso directo de consulta ya en el coro, ya en el capítulo de la abadía de la que procediera originalmente³⁵. En el Poblet de 1694, el directorio litúrgico redactado por Francesc Dorda indica que las antífonas rezadas durante las Letanías se encontraban en los “cuatro libros que tienen las cubiertas de pergamino en el armario pequeño de la cantoría”³⁶. También en el siglo XVII, la monja cantora de San Benito de Castris se encargaba de organizar una tabla de la hebdómada coral, en la que debían referirse puntualmente las obligaciones litúrgicas de las monjas responsables: desde decir las lecciones y versos, a comenzar las antífonas. Estas responsabilidades, además, se repetían en el refectorio, en la clara unión entre coro litúrgico y actividad en el comedor, mientras a las conversas les competía asistir al coro para tocar campanas y accionar los fuelles del órgano³⁷. Eran usos organizativos propios. Por fin, el archivo de Vallbona de les Monges conserva una

34 - APPUHN, Horst – *Der Fund vom Nonnenchor. Kloster Wienhausen*. Hamburgo: Kloster Wienhausen, 1973.

35 - Le Mans, Mediathèque Louis Aragon-Bibliothèque Municipale, ms. 357.

36 - ESTEVA – *El directori perpetu litúrgic...*, pp. 447-448.

37 - CONDE, Antónia Fialho – “Do tanger e do cantar no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris no período moderno”. In SÁ, Vanda da y CONDE, Antónia Fialho (dir.) – *Paisagens sonoras urbanas: História, memória e património*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019, pp. 207-222.

colección de cuadernitos algo más tardíos, del ochocientos, interesantes no sólo porque están encuadernados en pergaminos notados antiguos, también porque en dos de sus ejemplares se recopilan por un lado un viejo obituario del monasterio (fig. 2) y, por otro, una normativa para uso de la monja cantora³⁸. Con cientos de años de distancia, se trata del mismo fenómeno: normativa compendiada o complementaria a los *Ecclesiastica Officia* y los estatutos de la Orden.

Por otra parte, los modos y formas de celebrar excedieron con creces los volúmenes de las costumbres o las notas de los estatutos. La colección de códices litúrgicos más tempranos de Vallbona es un excelente ejemplo de cuando la rúbrica hace acto de presencia en el lugar más insospechado: un libro de colectas, un sacramentario, un gradual. El hasta ahora considerado ritual del monasterio, datado en el siglo XIV, forma parte un código complejo que incluye un calendario y un “colectáneo”, el ritual, fragmentos del oficio de difuntos y distintas adiciones de épocas posteriores³⁹. El considerado ritual (ff. 138r-176v) es en realidad una continuación de bendiciones que acompañan a las colectas, como fue habitual en la liturgia monástica del siglo XI en adelante⁴⁰. Esta es la razón para que recoja singularidades como la bendición del fuego, otras tantas dirigidas a la comunidad, un ordo de profesión propio adaptado para Vallbona o, incluso, la bendición de un sepulcro. Aunque no sea objeto del presente trabajo, el *Collectarium* o *Collectaneum*, en tanto que libro básico en las bibliotecas litúrgicas cistercienses, habría merecido una mejor suerte bibliográ-

38 - *Obituario y Libreta de la cantora*, Arxiu del Monestir de Vallbona de les Monges [AMVM], C18/1.

39 - AMVM, ms. 2, cf. JANINI, José – “Los manuscritos del monasterio de Vallbona”. *Hispania Sacra* 15 (1962), pp. 439-452. En consonancia a este ejemplar, bendiciones también acompañan al otro libro de colectas del monasterio, junto al salterio y el oficio de difuntos AMVM, ms. 8., cf. JANINI, José – *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas de España, II. Aragón, Cataluña y Valencia*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1980, pp. 309-310.

40 - GY, Pierre-Marie – “Collectaire, rituel, processionnal”. *Revue des Sciences philosophiques et théologiques* 44 (1960), pp. 441-469, reed. en *La liturgie dans l'histoire*. París: Cerf, 1990, pp. 91-126, y PALAZZO, Eric – *Histoire des livres liturgiques. Le Moyen Âge. Des origines au XIIIe siècle*. París: Beauchesne, 1993, pp. 159-160 y 201. Esta misma variabilidad del código nos la encontramos en los dos ejemplares del *collectaneum* del siglo XVIII, conservados en Poblet, cf. TORNÉ CUBELLS, Josep – “Inventario-catálogo de manuscritos del monasterio de Poblet”. *Memoria Ecclesiae* 7 (1995), pp. 133-185.

fica. En geografías cercanas, conservamos al menos tres códices más de fechas paralelas al de Vallbona, uno perteneciente a Las Huelgas de Burgos (Archivo del Monasterio de Santa María de Las Huelgas, Ms. 2) y otro que la Desamortización llevó de Santes Creus a la Biblioteca Pública de Tarragona⁴¹. En cualquier caso, las rúbricas de las colectas están esperando un estudio que nos acerque, por ejemplo, al sorprendentemente complejo bendicional de la Orden.

De nuevo en Vallbona, las rúbricas reaparecen en los dos ejemplares de sacramentario conservados en el archivo del monasterio⁴². El número 7, además, comparte imagen de obispo oficiando en la P del prefacio de *Per omnia saecula* (fig. 3) con otro ejemplar de sacramentario cisterciense, el de Fitero, cuyos contenidos parece también exceden los límites del Sacramentario propiamente dicho⁴³. En todos los códices de Vallbona, su uso constante es visible a partir de anotaciones y actualizaciones al margen, numerosas y detalladas y que, quizás, constituyen una de las más fértiles vías de estudio.

Pero hubo monasterios que no se limitaron a la copia de las costumbres o usos oficiales y a redactar cuadernos complementarios. Volviendo ahora al manualito de Longares sobre el rito funerario regio en Poblet, su contenido podía haberse integrado como un acto litúrgico más en un hipotético ordinario particular del monasterio que, lamentablemente, y a pesar de las noticias documentales que tenemos sobre su existencia, no ha llegado a nuestros días⁴⁴. El caso es que el cuaderno de Longa-

41 - *Collectarium Cisterciense*, Biblioteca Pública de Tarragona, ms. 39. DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús – *El Escritorio y la primitiva Biblioteca de Santes Creus*. Tarragona: Instituto de Estudios Tarraconenses “Ramón Berenguer”, 1952, n. 39. Para Las Huelgas, LÓPEZ VIDRIERO, María Luisa (dir.) – *Manuscritos e impresos del Monasterio de las Huelgas Reales de Burgos*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1999.

42 - AMVM, mss. 7 y 13.

43 - Archivo Real y General de Navarra, Códices litúrgicos, K 6. Cf. JANINI, José – *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas de España, I. Castilla y Navarra*. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1977, pp. 225-226, y SILVA Y VERÁSTEGUI, Soledad de – “Sacramentario”, en *Fitero: el legado de un monasterio*. Pamplona: Fundación para la conservación del patrimonio histórico de Navarra, 2007, pp. 196-197.

44 - Me refiero a las referencias a unos usos antiguos y propios -como “ritos particulares” u “observancias de este Real monasterio”; unos *Usus Populeti* a los que se alude en numerosas ocasiones en el calendario litúrgico del siglo XVII compendiado por Francesc Dorda, cf. ESTEVA – *El directori perpetu litúrgic...*, pp. 73-454.

res amplifica y completa la liturgia necesariamente singular de una institución que albergaba los sepulcros de la casa real aragonesa. Lo mismo debió ocurrir en otros monasterios en los que los sepulcros custodiados en la iglesia o en alguna capilla sobrepasaban el estatus de enterramiento del fundador o de algún bienhechor y que, por lo tanto, requería de un ceremonial más ampuloso que el de la simple entrada en el calendario y directorio de aniversarios. Es lo que podemos imaginar en otros monasterios dedicados a la memoria regia, como Alcobaça o Las Huelgas de Burgos. Si los ceremoniales de Alcobaça están siendo ahora revisados⁴⁵, en Las Huelgas hemos conservado un código básico para nuestra investigación. Se trata de una recopilación de ceremoniales conservada en archivo del monasterio, que integra un complejo ordinario⁴⁶. Fue utilizado por Higinio Anglès para su estudio sobre el célebre código musical de Las Huelgas, quien lo intituló como “consueta” del monasterio, confeccionada quizás de hacia 1400, destacando algunas de las celebraciones en el coro y el claustro de las monjas⁴⁷. Desde entonces, quedó apartado de la historiografía. Hace unos años pude trabajarlo con la intención de revisar algunas de las ceremonias destacadas por Anglès comprobando que, en realidad, el código era la adaptación de los *Ecclesiastica Officia* originales, en los que se habían añadido indicaciones exclusivas del monasterio, vinculadas al patronazgo de la familia real castellana y

45 - Me refiero a los trabajos de RÊPAS, Luis y BARREIRA, Catarina – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e liturgia na Idade Média*, Lisboa: Secretariado Nacional Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236; BARREIRA, Catarina – “Questões em torno da unanimidade litúrgica no Mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), pp. 33-54; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377. Y a los objetivos del proyecto *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo*, Fundação para a Ciência e Tecnologia, PTDC/ART HIS/29522/2017, coordinado por la doctora Catarina Fernandes Barreira.

46 - *Quatro órdenes del áureo número e otros tractados e ceremonias que pertenescen a la orden de Çistel*, Archivo de Santa María la Real de Las Huelgas, ms. 6. Catalogado en LÓPEZ VIDRIERO, María Luisa (dir.) – *Manuscritos e impresos del Monasterio de las Huelgas Reales de Burgos*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1999.

47 - ANGLÈS, Higinio – *El Còdex Musical de las Huelgas (música a veus dels segles XIII-XIV)*, 3 vols. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1931.

a los reyes e infantes allí enterrados y que, incluso, aludían de forma directa a la topografía sagrada del conjunto⁴⁸. Un dato importante del código burgalés es que las rúbricas no se mantuvieron en latín, como en los *Officia* originales. Por el contrario, sus contenidos se tradujeron al romance y, como decía, se actualizaron a la arquitectura de la gran casa castellana.

Y es que, de toda la legislación cisterciense, la pieza que fue sistemáticamente traducida a los idiomas locales desde fechas más tempranas fue la litúrgica. Philippe Guinard nos recordaba que, en 1592, las monjas de la abadía de Flines pidieron a su capellán –el monje de Cambron Jean d’Assignies– que hiciera una traducción de los usos porque no los entendían. Éste la llevó a cabo, la tituló *Le livre des observations de l’Ordre de Cysteau, appelé vulgairement en latin Liber usuum*, pero no la publicó nunca. Pues bien, la traducción del capellán pareció hacerse sobre otra edición previa, de 1534, que a su vez recogía unos usos ya traducidos al francés en el siglo XIII y que las monjas quisieron actualizar porque no comprendían bien⁴⁹. No mucho más tarde, a comienzos del siglo XIV, las monjas de San Clemente de Toledo también contaban con un ejemplar traducido de los usos cistercienses. En 1331, durante la visita que giró al monasterio el deán de la catedral Vasco Lerránderz, en la biblioteca “del coro” se encontraban: “Quatro libros de *Costumbres* de nuestra Orden, las unas romanizadas”⁵⁰. Hasta ahora, es el testimonio peninsular más

48 - CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Monjas y conventos en el siglo XIV”. In SERÉS, Guillerme, RICO, Daniel y SANZ, Omar (ed.) – *El Libro de Buen Amor: texto y contextos*. Valladolid, 2008, pp. 207-235 y *Idem* – “Epigrafía y liturgia estacional entre el locutorio y el pasaje a la enfermería de la abadía de Santa María la Real de las Huelgas, en Burgos”. *Territorio, Sociedad y Poder* 9 (2014), pp. 117-132. Las rúbricas cuentan con la edición de CATALUNYA, David – “The Customary of the Royal Convent of Las Huelgas of Burgos: Female Liturgy, Female Scribes”. *Medievalia* 20/I (2017), pp. 91-160.

49 - Recogiendo las dudas sobre la real procedencia de las traducciones, GUINARD, Philippe – *Les monuments primitifs...*, pp. LXXIV-LXXVIII.

50 - El inventario lo publicó por primera vez FERNÁNDEZ POUSA, Ramón – “Catálogo de una biblioteca española del año 1331: el monasterio de San Clemente, de Toledo”. *Revista de Bibliografía Nacional* 1 (1940), pp. 48-50. Luego, lo analizó con detalle CÁTEDRA, Pedro M. – “Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI)”. In COURCELLES, Dominique de y VAL JULIÁN, Carmen (ed.) – *Des femmes et des livres. France et Espagne, XI^e-XVII^e siècle*. París: Publications de l’École Nationale des Chartes, 1999, pp. 7-53.

temprano de unos *Officia* traducidos a lengua vernácula, aunque los testimonios posteriores abundan⁵¹. Así, los dos *oficiers* que se documentan en el coro de La Real de Mallorca en 1443 y que citábamos líneas atrás debieron ser traducciones de los *Officia* al catalán, tal vez extratadas, para ser manejadas desde el lado del coro regido por el abad y el gobernado por el prior⁵². En Bonrepòs o en Santes Creus, entre los siglos XIV y XV, se realizó una copia en catalán, que en la actualidad nos encontramos estudiando. Presenta variaciones remarcables y significativas, tanto en el rito como en las oraciones que, posiblemente, nos permitan conocer por fin de qué monasterio procede⁵³.

A tenor de lo visto hasta este momento, las iniciales intenciones en cuanto a la normalización del rito frente a la diversidad litúrgica previa se habían llevado a cabo mediante la distribución de un repertorio de libros litúrgicos propios, encabezados por el manual de los *Ecclesiastica Officia* y el *Collectaneum*, incluso en diversas lenguas. Podríamos pensar que la red para la globalización del rito tuvo un éxito rotundo, pero lo cierto es que la respuesta a las originales intenciones de unificación litúrgica no fue ni mucho menos la esperada. Esta inicial red de distribución de los ordinarios cistercienses se truncó en el momento en que la rúbrica comenzó a alterarse. Por una parte, las peculiaridades físicas de cada monasterio obligaron a modificar estos pequeños textos indicativos, precisamente para localizar el dónde se realizaba la acción, en su justo lugar, como aludíamos en Las Huelgas burgalesas. El modo en que se construyó cada abadía hacía alterar la estructura de la ceremonia: no era lo mismo situar una procesión en una iglesia con una cabecera de ábsides en batería que hacerlo en una iglesia con una monumental girola procesional. El segundo punto que interrumpía la red de globalización litúrgica, que quiso imponerse en las primeras décadas del siglo XIII, fue que también el

51 - Un repertorio de otros códices ibéricos de los *Officia* en CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Orden de Cister y la vida monacal en el monasterio de Piedra durante la Edad Media y la Edad Moderna”. In GONZÁLEZ, Herbert y PRIETO, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia*. Zaragoza: Monasterio de Piedra S.A., 2018, pp. 71-81.

52 - *Item dos llibres apel·lats Oficiés, lo un del cor del abat, l'altre del cor del prior* (HILLGARTH – “Una biblioteca cisterciense...”, p. 75).

53 - *Ysos cistercienses en català*, Biblioteca Pública de Tarragona, ms. 42; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Los *Ecclesiastica Officia* cistercienses...”, p. 297-303.

orden y la forma de las oraciones comenzó a variar. El factor del patronazgo nobiliario y regio sobre los monasterios exigió que el calendario litúrgico y la celebración de las misas se alterara para respetar la voluntad de los donantes. De este modo, se cantaban misas en recuerdo, aniversarios fúnebres e incluso el oficio de eucaristías concretas, dedicadas a santos particulares e instituidas por voluntad de los donantes. La necesaria alteración del calendario y modelo de rito aprobado por la orden estaba servida.

Por fin, la evolución la liturgia también llevó a cambios y añadidos. Jaime Finestres nos recuerda en su *Historia* de Poblet, cómo el abad de Cîteaux Bonifacio († ca. 1257) había introducido novedades en las celebraciones del Oficio parvo de la Virgen, en los Salmos o en la generalización de la Salve después de Completas⁵⁴. De algo más tarde, es un códice conservado en la Biblioteca Nacional de España, datado hacia 1420. Se trata de un pequeño ejemplar de procedencia desconocida –pasó por manos privadas hasta su definitiva llegada al catálogo de la Biblioteca– compuesto por cuatro folios iniciales con un oficio de la Visitación, al que siguen una selección actualizada de los Usos, traducida al castellano, pero a la que se califica de

“hordinario de la Orden de Cístel que se llama este libro usos nuevos (...); en esta obresylla se declara cómo el sobredicho officio según las constituciones de la Orden se deua cantar, ca muchas cosas scriptas son en el libro de los usos viejos, las quales por las diffiniciones del capítulo general son mudadas o de todo punto reuocadas et las que en esta obresylla son scriptas, son poco menos todas del libro de los usos viejos o de las diffiniciones del capítulo general sacadas.”

Es decir que, a pesar de reconocer la autoridad de los usos viejos – a los que remite –, reconoce que debían actualizarse, que estos nuevos usos contaban con varias novedades y, además, incluían un apéndice con “en qué manera e cuándo la missa de santa María seue desyr e cuándo sese

54 - FINESTRES – *Historia del Real monasterio de Poblet*, vol. 2. Cervera: Joseph Barber, 1753, pp. 340-341.



Fig. 3: Sacramentario cisterciense, Arxiu del Monestir de Vallbona de les Monges, ms. 7, f. 90r. Fotografia do autor.

deue dexar”⁵⁵. Insistiendo en la constante renovación de la que hablamos, un volumen que se declara actualización con unos usos nuevos está lleno de páginas enmendadas en fechas posteriores, como la evolución del rito exigía⁵⁶. Sólo son ejemplos puntuales de cómo la liturgia de la Orden y el contenido de los *Officia* iban necesariamente actualizándose, ya fuera por una necesidad particular de una fundación concreta, como por la evolución y cambio del rito católico a lo largo de los tiempos.

4. Los *Ecclesiastica Officia* frente al tiempo. Reformas y continuidad

Del siglo XIV en adelante y con una naciente *Devotio Moderna*, en plena crisis del monacato contemplativo, el Císter también introdujo serias novedades en la vida litúrgica del monasterio. Las bulas de Alejandro VI de entre 1492 y 1494 reforzaban la necesidad de reforma de los monasterios de España, abriendo las puertas a un proceso sobre el que los cistercienses ya estaban trabajando desde décadas previas, según demuestra el episodio de la reforma de fray Martín de Vargas y la creación de la Congregación cisterciense de Castilla. Fueron años complicados, en los que algunas fundaciones – básicamente femeninas – fueron suprimidas o transformadas en prioratos masculinos, en tanto que algunas casas fueron entregadas a otras órdenes acusadas de relajación⁵⁷. De entre los reformados, me gustaría destacar un ejemplo singular en el que un prelado perteneciente a otra Orden –en este caso a los jerónimos– intervino en la reforma de un monasterio femenino, el de santa Ana de Ávila. Fray Hernando de Talavera, obispo abulense entre 1485 y 1492, redactó para sus monjas veintiocho capítulos sobre la vida monástica contemplativa,

55 - *Ordinario de todos los monjes de la Orden de Císter*, BNE, Ms. 11541, f. 5r-v.

56 - *Ibid*, folios 8v, 27r, 54v, 63v, 82r, 100r, 112r., 129v, 148v.

57 - GARCÍA ORO, José – “Conventualismo y observancia. La reforma de las órdenes religiosas en los siglos XV y XVI”. In GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo (dir.) – *Historia de la Iglesia en España*, III-1. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980, pp. 211-350.

una suerte de nueva pauta de conducta y precuela de la contrarreforma en lo que a monacato femenino se refiere. La reglamentación de Talavera se hizo en base a un excelente conocimiento de la legislación litúrgica cisterciense, cuya puesta en escena deja en manos de las responsables de la actividad coral:

“no falte allí libro de los que en el coro son menester, todo el oficio esté ya registrado por las que tienen el cargo, porque no anden allí trafagando hojas ni haciendo otra cosa alguna que turbe la atención y devoción que es allí mucho menester”⁵⁸.

Fray Hernando remitía a lo que era conocido –“ya registrado”– por las responsables del culto, pero ¿qué fue de la legislación litúrgica de la Orden en el siglo de reformas que quedaba por delante, si los *Officia* ya habían ido actualizándose a nivel local? Nuevos retos se imponían en los capítulos generales de las distintas congregaciones o se adaptaban costumbres como el rezo del Rosario en una oración mental de la que, por cierto, el Císter ya tenía nutrida experiencia⁵⁹.

Muchas décadas después de la creación de la Congregación cisterciense castellana por fray Martín de Vargas en 1525 o de la reforma femenina de fray Hernando en Ávila, los cánones del Concilio de Trento sobre las órdenes regulares y, en particular, sobre los libros litúrgicos, debieron hacer llover sobre mojado. En 1618, el capítulo general aceptó la nueva normativa litúrgica adoptando las costumbres y rúbricas romanas a sus propios Misal y Breviario⁶⁰. Supuso el cambio de los viejos misales

58 - GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Olegario – “Fray Hernando de Talavera. Un aspecto nuevo de su personalidad”. *Hispania Sacra* 13 (1960), pp. 143-174.

59 - Véanse las palabras sobre las reducciones en los oficios marianos o la teorización cisterciense sobre el rezo particular en YÁÑEZ NEIRA, Damián – “La huella de fray Luis de Estrada en la Congregación de Castilla”. In ESTEBAN, Luis (coord.) – *VII Centenario de fray Luis de Estrada*. Monasterio de Santa María de Huerta: Biblioteca Hortense, 1983, pp. 135-150 y POLVOROSA LÓPEZ, Tomás – “El Rosario meditado del cisterciense fray Luis de Estrada”. *Ibidem*, pp. 151-235.

60 - *Ac precedente tempore, Missale et Breviarum nostrum ad Ordinem et Rubricas Romanas fuerunt accommodata*. Así se expresaba Jean Petit, abad de Cîteaux (1670-1692) y general de la Orden, en su introducción al Ritual de la Orden de 1682, del que hablaremos ahora. Cf. LEKAL, Louis J. – “Abbot Jean Petit of Cîteaux and the Strict Observance”. *Analecta Cisterciensia* 16 (1960), pp. 120-142.

por otros nuevos y la generalizada supresión y destrucción de los viejos códices⁶¹. Por el contrario, la legislación de Trento no varió en absoluto la liturgia de las horas a través del Breviario de la Orden y, por descontado, el ordinario litúrgico reglamentado por los *Ecclesiastica Officia* del siglo XII, perfectamente vigentes. Pero en el capítulo de 1623, el Císter decidió embarcarse en la revisión del rito y el oficio divino que consideraban descuidados, insistiendo en uno de los lugares comunes del pensamiento de la Orden: eran una antigua institución cuya normativa fundamental ya estaba escrita. De hecho, esta visión reformista venía apoyada desde la crisis que el Císter francés vivía con la llegada de la facción trapista y con el apoyo que el papa Alejandro VII le daba, abogando por una transformación de la Orden, para la que redactó unos parámetros de renovación en la constitución apostólica de 1 de abril de 1666. Así, en su artículo treinta y nueve exhortaba a aceptar la estricta observancia, para lo cual el prelado invitaba a que se “viva bajo una Regla, en una caridad y con costumbres semejantes en todas partes”⁶². Puesto en funcionamiento el movimiento de cambio, en el capítulo de 1686 se presentó el nuevo ritual cisterciense que tras su examen se envió a imprenta, para ser finalmente editado en 1689⁶³. Un vistazo al índice de los ocho libros que integraron el ritual de finales del siglo XVII pone algo de manifiesto y es que, en realidad, la comisión reformista no hizo otra cosa que reordenar y pasar a limpio buena parte de lo que ya estipulaban los antiguos órganos legislativos de la Orden y, entre éstos, los *Ecclesiastica Officia*, los estatutos y el *Collectaneum*. De hecho, los libros I y II que dedicaron al rito y su escenario son una exégesis de las noticias al respecto dispersas entre los ciento veintiún apartados de los *Officia*, desde la iluminación de la iglesia a los modos de postrarse en el coro, el orden en las procesiones, los tipos de misas o la liturgia de

61 - BAURY, Ghislain – “Une bibliothèque médiévale de moniales cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disiecta* de son missel”. *Cîteaux. Commentarii cisterciensis* 61, fasc. 2-4 (2010), pp. 141-183.

62 - PRIETO ARCE, Miguel – “Constitución apostólica *In Suprema* de Alejandro VII para la reforma de la Orden Cisterciense”. *Cistercium* 44 (1992), pp. 647-663 y HERRERA, Lorenzo – *Historia de la Orden de Císter*, vol. VI. Burgos: Monasterio de Santa María la Real de Las Huelgas, 1995, pp. 400-429.

63 - *Ritual Cisterciense ex Libro Usuum, definitionibus Ordinis et Ceremoniali episcoporum collectum*, París: Typographia Frederici Leonard, 1689, ff. IIr-IIIr.

difuntos. El libro III reproduce los capítulos dedicados al culto diario, al oficio divino y a los tiempos fuertes del año litúrgico; mientras el IV recoge las costumbres competentes a monjes y conversos. El libro V explica en detalle todo lo relativo a los enfermos y a la liturgia funeral, el VI legisla los ritos para novicios y conversos y el libro VII repite los oficios de la comunidad y sus obligaciones. Por fin, es el libro VIII, el que dedica a la figura del abad y sus responsabilidades litúrgicas, seguido de un corto pontifical.

Y, mientras tanto, ¿qué ocurrió en el Císter ibérico, tras la progresiva articulación territorial entre los siglos XV y XVI de sus tres congregaciones reformadas de Castilla, Portugal y Aragón? La Congregación castellana determinó la necesidad de redactar unos usos litúrgicos en lengua vernácula que se generalizaran en sus monasterios y cuya redacción aprobó en capítulo de 1668, sólo unos años antes del nuevo Ritual de la Orden. La versión local de las costumbres se imponía como herramienta de regulación de la liturgia del monasterio, pero el resultado fue sorprendente. La comparación entre la nueva normativa y los *Eclessiastica Officia* del siglo XII revela el peso de la tradición: en pleno siglo XVII poco menos que se tradujeron del latín los usos medievales⁶⁴.

En paralelo a las costumbres, el libro de colectas o de bendiciones de la Orden también recibió una actualización que enriquecía la liturgia. En 1568, en Venecia se hizo una edición impresa en un potente libro de oraciones, que también recoge diversos *ordines* de profesión

64 SÁNCHEZ, Luis – *Ritual de los usos, y ceremonias que uniformemente practica la Congregación de Cister en estos Reynos de la Corona de Castilla y de León*. Salamanca: Ex Officina Cossio, 1671. Durante el siglo XVIII se realizaron nuevas ediciones, acordes con el Ritual general y, por tanto, con algunas modificaciones. Sus ediciones merecerían un estudio comparado: *Ritual cisterciense llamado comunmente usos de la Congregación de San Bernardo y observancia de Castilla*. Valladolid: Imprenta de Francisco Garrido, 1787 y *Usos cistercienses de la Congregación de S. Bernardo de Castilla divididos en tres partes*. Valladolid: Viuda e Hijos de Santander, 1798. Sobre la generación de los nuevos usos, YÁÑEZ NEIRA, Damián – “Los primeros usos de la Congregación de Castilla”. *Compostellanum* 26, 1-4 (1981), pp. 83-133. Las posteriores *Definiciones* de la congregación no añadieron mucho al rito y sólo adaptaron algunas cuestiones de los *Officia* sobre cargos en la estructura organizativa del monasterio *Definiciones cistercienses de la sagrada congregación de San Bernardo y observancia de Castilla*. Valladolid: Viuda de Santander, 1786.

y difuntos. A comienzos del siglo XVIII se editó uno exclusivo para Santa María de Piedra que, avisa, era el oficial para los institutos de ambos sexos en la congregación cisterciense de Aragón y Navarra⁶⁵. De hecho, en Aragón y Portugal, los viejos usos continuaron perfectamente vigentes, siendo usados como paradigma celebrativo a los que remitía cualquier referencia litúrgica que hallemos en sus *Definiciones*, al igual que en la observancia trapense⁶⁶. Aún así, después de Trento, la fundación de congregaciones y la llegada de la observancia, muchos monasterios siguieron perfilando la normativa general con unos usos propios. Me detendré aquí en una fuente tardía, la llamada *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*, conservada en la Biblioteca Nacional de España⁶⁷. Como buen cuaderno de uso interno, está lleno de folios en blanco no porque esté inacabado, sino para añadir con el tiempo posibles variaciones en el rito o aniversarios. Su interés estriba en no tratarse únicamente de una copia en castellano de algunos capítulos de los ordinarios originales de la orden para la comunidad aragonesa, en los que se mezclan rúbricas en latín y castellano indistintamente⁶⁸. También recoge fragmentos musicales, entre el simple pentagrama con el *Horus angelorum* y el

65 - *Collectarium Sacri Ordinis Cisterciensis*. Venecia: Luce Antonii Ivnte, 1568, y *Collectaneum cisterciense ad usum et commoditatem hujus regalis Monasterii Beatae Mariae de Petra*. Zaragoza: Pedro Carreras, 1703. Un ejemplar se conserva en la Biblioteca de la Universidad de Zaragoza.

66 - SADA Y GALLEGU, Juan de – *Definiciones de la congregación cisterciense de Aragón y Navarra, traducida del latín en romance para el uso de las monjas y conversos*, Pamplona: Librería de Joaquín de Domingo, 1797, pp. 29, 30, 70 y 84; *Compendio de los ejercicios y obligaciones de los monges cistercienses de N. Señora de la Trapa*. Madrid: Imprenta de Sancha, 1797, pp. 17-19. Lo mismo se deduce en la congregación portuguesa de Alcobaça: GOMES, Saul A. – “A Congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento”. *Lusitania Sacra* 2ª série, 18 (2006), pp. 375-431.

67 - *Consueta y ritual cisterciense del monasterio de Piedra*, Biblioteca Nacional de España, ms. 6361. ANGLÉS, Higinio y SUBIRÁ, J. – *Catálogo musical de la Biblioteca Nacional de Madrid, I, Manuscritos*. Barcelona: Barcelona: Instituto Español de Musicología, 1946, pp. 123-124, y JANINI, José y SERRANO, José – *Manuscritos litúrgicos de la Biblioteca Nacional*. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1969, pp. 84-85.

68 - Se trata del oficio de difuntos, las celebraciones de Cuaresma, el Domingo de Ramos y Viernes Santo, la Purificación de la Virgen, la imposición de hábitos a novicios y novicias, algunas bendiciones, formas de comulgar de enfermos, conversos y laicos, el modo de enterrar a un monje, la fiesta del día de san Lamberto, algunos capítulos sobre normativa abacial y modo de enterrar a un niño, y un añadido posterior con la forma de nombrar capellanes (*Consueta y ritual cisterciense*, folios 9r-71r).

In exitu Israel de la ceremonia de enterramiento de un monje (f. 58r) y las varias páginas de cantollano en notación cuadrada, entre los folios 74r y 90v, acabando con cuatro folios dedicados a la forma de dar en capítulo la absolución a la comunidad completa y a sus fallecidos (ff. 92r-95r). Las rúbricas del libro de colectas se dan la mano con las del de costumbres. El códice tiene una única singularidad y es que, al tratar la liturgia de difuntos, recoge un solitario responso en el claustro “per una infanta et per magistro Perruca de Malonda et pro aliis deffunctis” (fig. 4), sin que sepamos si se refiere a personajes enterrados en el claustro, como podríamos suponer⁶⁹.

Con mayores ambiciones que el limitado manual de Piedra, en 1694 el liturgista Francesc Dorda realizó una compleja y completa adaptación de todo un calendario litúrgico exclusivo para Poblet. Escrito en castellano, se divide en cinco libros que incluyen respectivamente las rúbricas del breviario, las del misal, un dominical y propio, un santoral, unos ritos y ceremonias de la Orden y –como colofón de éstos– unas breves notas de liturgia local con las rogativas y el traslado de la imagen-relicario de santa Columbina hasta la capilla extramuros de San Jorge, durante su novena⁷⁰. Unos años después, las monjas de Vallbona realizaban una traducción del Ritual adaptada a sus usos que todavía hoy carece de una edición como corresponde⁷¹.

En 1783, el monje de Monfero fray Agustín Vázquez Varela, que había sido abad de Palazuelos y Santa Ana de Madrid, diez años antes de ser elegido obispo de Solsona, publicó una obra singular: un tratado sobre el breviario, el misal y el ritual, seguidos por la Con-

69 - *Consueta y ritual cisterciense*, folio 13r. No sabemos quién pudo ser este maestro Perruca de Maluenda, con un apellido y toponímico habituales en la zona.

70 - ESTEVA – *El directori perpetu litúrgic...*, pp. 73-454.

71 - *Ritual cisterciense para uso de las religiosas del Real Monasterio de Vallbona, traducido del Ritual francés*, Arxiu del Monestir de Santa Maria de Vallbona, en buena medida extractado en PIQUER I JOVER, Josep-Joan – “Etapas progresivas de la vida cisterciense. Ensayo sobre liturgia y usos de los monasterios de monjas”. *Analecta Sacra Tarraconensia* 40-1 (1967), pp. 25-63; *Idem* – “Labadessa de Vallbona, Maria de Llària mestra d'esperit”. *Analecta Sacra Tarraconensia* 51-52 (1980-1981), pp. 39-70. Lo tardío de su redacción debió ser la causa de que no fuera catalogado en JANINI – “Los manuscritos del monasterio”.

gregación cisterciense de Castilla. El volumen merecería un detenido estudio, pero para que nos hagamos una idea es una suerte de intento de adaptación del viejo ritual de Císter que la congregación castellana había revisado en 1668, a las nuevas necesidades de la observancia, cuyo nuevo ritual se había publicado en 1689 tras la aprobación del capítulo general. Fray Agustín no dudó en criticar los usos de la observancia a partir de sus desigualdades con lo que recogían los viejos *Ecclesiastica Officia*, destacando todas y cada una de las diferencias entre los usos litúrgicos antiguos y lo que la reforma de la Orden imponía⁷². El peso de la tradición volvía a hacerse patente, ahora desde la congregación castellana y, quizás, los códices que fray Agustín donó a la biblioteca de Monfero y que citábamos líneas atrás sirvieron al futuro obispo para redactar su apología del rito antiguo.

Si entre los siglos XVII y XVIII Poblet sintetizaba un manual litúrgico en el que todavía pervivían los viejos usos de la Orden, Vallbona de les Monges traducía el Ritual publicado en Francia unos años antes y fray Agustín Vázquez redactaba su tratado apologético-litúrgico de la Congregación castellana, ¿qué fue de ellos tras la Desamortización y

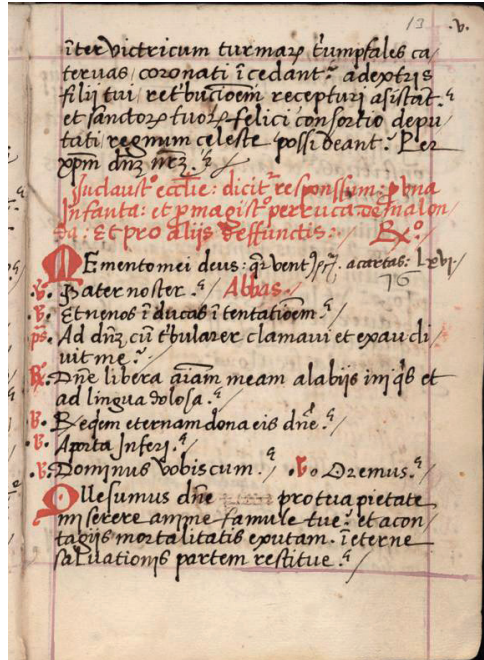


Fig. 4: Consuetud y ritual cisterciense del monasterio de Piedra, Biblioteca Nacional de España, ms. 6361, f. 13r. Foto © Biblioteca Nacional de España.

72 - VÁZQUEZ VARELA, Agustín – *Ilustración apologética al breviario, misal, y ritual cisterciense de la Congregación de san Bernardo en los Reynos de Castilla*. Madrid: Imprenta de Antonio Sancha, 1783.

la exclaustación? Contamos con un precioso texto perteneciente al monasterio valenciano de Gratia Dei, popularmente conocido como la Zaidía o la Saïdia. El siglo XIX significó la desaparición de buena parte de los monasterios y la supresión de las congregaciones. En las casas que se mantuvieron o que se reocuparon, la ausencia de constituciones llevó a la Santa Sede a entregar unas nuevas:

“Celebrarán los divinos oficios según el Rito Cisterciense antiguo, en los Monasterios donde se ha conservado; en los demás, según el Breviario y Misal cistercienses reformados y declarados legítimos por la santidad de Pío IX, en Breve del 7 de febrero de 1871”⁷³.

Sólo unos años antes las monjas de Valldonzella, en Barcelona, recibían dos textos semejantes que, además, regulaban una prácticamente perdida vida reglar tras sus diversos cambios de ubicación⁷⁴. En 1900, la Orden decidió hacer una completa edición de los *ordines* y bendiciones que integraban el libro de colectas. Sería interesante saber qué códices utilizaron como fuente, ya que no responde a la edición impresa en 1568 ni a la de la Corona aragonesa de comienzos del XVIII. Hasta donde podemos llegar aquí, los manuscritos de colectas varían entre monasterios y éste, publicado al despuntar el siglo XX, debió ser producto de un trabajo previo sobre los libros previos⁷⁵. En unos y en otros, de nuevo, la vieja legislación cisterciense y en particular los *Ecclesiastica Officia*, los *Estatuta* y el *Collectaneum* funcionaban como fuente básica, ocho siglos después de su redacción.

73 - *Constituciones para las religiosas reformadas de la Orden cisterciense. Usos cistercienses para el Real Monasterio de la Zaydia en conformidad con las constituciones aprobadas por la Santa Sede en decreto del 17 de septiembre de 1912*, Valencia: imprenta de Antonio López y compañía, 1914, p. 10.

74 - *Reglas para la observancia de la vida común que actualmente se observa en el real monasterio de Nuestra Señora de Valldonzella, Orden del Cister, en la ciudad de Barcelona*, de 1853 *Constituciones en forma de capítulos y artículos extractados del derecho canónico vigente, de los decretos pontificios, de la regla de San Benito y de las definiciones, costumbres y ritual de la orden cisterciense, para uso de las religiosas del Real Monasterio de Santa Maria de Valldonzella de Barcelona*, s.l.: s.n., 1906 [reedición de 1947]. Al respecto, PIQUER I JOVER, Josep-Joan – *Restauració de la vida comunitària íntegra al cenobi de Valldonzella: una lliçó d'història i d'espiritualitat*. Barcelona: Germandat de Valldonzella, 1968.

75 - *Collectaneum Cisterciense, auctoritate RR.DD. Abbatís Cistercii, Ordinís Cisterciensis Reformati Generalis Editum*. Roma-Tournai: Desclée, Lefebvre et soc., 1900.

¿Y tras el Concilio Vaticano II? A finales de los años setenta del siglo XX, se redactaron un nuevo calendario y una Institución de la liturgia de las horas, pero habría que esperar a 1995 para que la Orden de la Común observancia y la Orden Cisterciense de la Estrecha Observancia (la Trapa) –que integran a todos los cistercienses–, contaran con un ritual recepción de novicios, uno de enfermos y otro de exequias. Por fin, la legislación fue publicada en conjunto en una monografía en 2004 que, si en su organización en cuatro partes responde al *Ritual* de 1689, en fuentes y nota al pie reconoce sus deudas con los viejos *Ecclesiastica Officia* y *Collectaneum*⁷⁶. De su pervivencia no hay testimonio más elocuente que el de la serie conferencias que, con el título de *Monastic Observances*, Thomas Merton pronunció sobre a la vida reglada de La Trapa, tomando como marco de referencia los *Usos* del trapense abad de Rancé y de Dom Agustín de Lestrange, de La Val Sainte suiza. Ambos textos se basaban en los usos cistercienses del siglo XII, que el propio Merton utilizó como referencia para su revisión. De nuevo, la vieja documentación litúrgica original servía para reglamentar la vida del monasterio, como lo llevaba haciendo siglos⁷⁷. Y es que, por encima de reformas y congregaciones, la orden de Císter fue la que mejor supo conservar el espíritu de la liturgia más antigua hasta comienzos del siglo XXI y que, por tanto, en los ceremoniales modernos sólo tenemos reflejos de cómo pudieron ser y fueron los medievales.

Ideas finales

Parece que nos encontramos ante un viaje de eterno retorno a las fuentes originales, de la relajación al uso de los documentos primigenios, la doctrina básica de la Orden a la que, incluso en tiempos de cambio, se

76 - *Ritual cisterciense conforme a los Estatutos de los Capítulos Generales de la O. Cist. y de la O.C.S.O., y los Decretos generales y particulares de la Sagrada Congregación para el Culto Divino y Disciplina de los Sacramentos, emanados después del Vaticano II*, s.l., 2004. Con presentación a cargo de Maur Esteva y Bernardo Olivera.

77 - Las conferencias fueron publicadas en una serie de volúmenes entre los que nos interesa especialmente MERTON, Thomas – *Monastic Observances. Initiation into the Monastic Tradition* 5. Ed. Patrick F. O'Connell. Collegeville: Cistercian Publications, 2010.

regresaba buscando el rigorismo que caracterizó a la legislación original cisterciense. En un primer momento, podría parecer que la red de globalización litúrgica que tuvo como instrumento los *Ecclesiastica Officia* y la restante colección de libros exclusivos para la Orden no dio sus frutos. La causa principal podríamos hallarla en las variantes en lo relativo al propio rito y al canto que trajo consigo la aparición de costumbres particulares. Esta alteración de modos y maneras de oficiar fue lo que llevó al abad de Poblet en su citada visita al monasterio de Leire en pleno siglo XVI a obligar a que los viejos usos de la Orden volvieran a presidir el coro, ante la silla del prior. Es decir, que se siguiera al pie de la letra lo descrito en los usos monásticos generales y primigenios. Pero, de igual modo y en el propio Poblet, contamos con alusiones a unos *Usus Populeti* o *Ritos particulares deste Real Monasterio* que, al igual que en Las Huelgas de Burgos, recogían variaciones litúrgicas propias motivadas por la presencia de los sepulcros reales y la alteración que el culto a su alrededor supuso para el ritmo celebrativo estipulado en la documentación de la Orden.

Mediado el siglo XVI, en calidad de secretario del visitador general de la Orden de visita por los monasterios peninsulares, Claude de Bronseval no dudó en aludir a las variaciones litúrgicas que caracterizaban a instituciones como el mismo monasterio Poblet. Testimoniando usos propios que, incluso, impidieron a sus capellanes participar en algunas celebraciones. Al llegar a Santes Creus, al secretario también le molestó profundamente la “forma secular” con la que los monjes interpretaban la Salve, sincopada y con discanto⁷⁸. Estos rigorismos musicales también estuvieron presentes en la congregación alcobacense que, en la tercera década del siglo XVIII, prohibía el uso litúrgico de la polifonía –*os requiebros e passos de garganta de que usa o canto figurado*– o de instrumentos musicales que no fueran el órgano. Cien años antes, la prohibición de la polifonía entre las obligaciones de la monja cantora de San Benito de Castris indican que debía ser habitual, así como el uso de otros ins-

78 - Episodios contextualizados en CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Orden de Cister y la vida monacal en el monasterio de Piedra durante la Edad Media y la Edad Moderna”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, pp. 71-81.

trumentos musicales además del órgano, documentándose tañedoras de harpa, viola de arco y bajón⁷⁹. No deja de ser profundamente curioso que la ornamentación musical fuera un problema, mientras la decoración de los monasterios, que tanto preocupó a los primeros capítulos generales, se relajara por completo.

Llegados a este punto, hay algo importante que debemos preguntarnos. Dado que la premeditada y buscada homogeneidad en el rito de los *Officia* cistercienses fue respuesta a la diversidad de los costumbreros benedictinos y canonicos de la época, ¿pueden, como aquéllos, darnos claves para la interpretación de un patrimonio arquitectónico muy alterado por el paso del tiempo y de cómo se gestionaba? Es decir, si la voluntad de sus redactores era la uniformización y, además, ésta se mantuvo en las distintas reformas que obligaron a revisar la normativa litúrgica de la Orden, ¿cupó en unos *Officia* fijados desde finales del siglo XII la alusión física al monasterio para el que se copiaban? Bien sabemos que el ordinario cisterciense es una normativa que forma parte del mismo juego que la definición de la planta tipo del monasterio y la normativa va hermanada al modelo de edificio al que alude y refiere. Sin una topografía fija y un equilibrio funcional, la normativa no puede aplicarse; es un texto legislativo escrito para un edificio concreto y que, en su voluntad de ser general para toda la Orden, conlleva que sus edificios eran idénticos. Algo semejante ocurrió con la definición del procesional cisterciense, cuyas alusiones al coro, a las puertas de la iglesia o a las estaciones claustrales eran generalizables a cualquier monasterio. Mas ¿se llegó a abrir la puerta a la improvisación? ¿en las copias particulares del ritual pudo cada monasterio introducir sus peculiaridades topográficas que lo adaptaran a una geografía monástica diferente? El conocido ejemplo del ordinario de Las Huelgas es la mejor evidencia, habiéndose constituido en la prueba evidente de que las Claustillas fueron un patio de la enfermería y su capilla la de la Asunción, además de posible

79 - Muy al contrario de su permisión en los locutorios y rejas, donde las monjas se reunían con sus familiares y se enseñaba música, permitiéndose la polifonía, cf. CONDE, Antónia Fialho – “Do tanger e do cantar no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris no período moderno”. In SÁ, Vanda da y CONDE, Antónia Fialho (dir.), *Paisagens sonoras urbanas: História, memória e património*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019, pp. 207-222.

residencia abacial. Más trabajos sobre otras copias particulares de los *Officia* podrán ofrecernos nuevas pruebas.

Parece evidente que, por encima de reformas, cambios y alteraciones en el rito, hasta hoy, cada nueva legislación litúrgica cisterciense ha vuelto a tomar como guía rectora la ley más antigua, restableciendo una y otra vez las primigenias intenciones de creación de una red de liturgia cisterciense global. A título particular y en la esfera local, los visitantes de la orden en sus prescripciones a distintos monasterios y los capítulos de las congregaciones territoriales siempre insistieron en la misma necesidad de retorno a los principios iniciales, a la colección de normativas originarias. Éstas constituyeron una suerte de Ítaca a la que regresar cuando las formas litúrgicas se confundían o si los cambios que imponían el paso del tiempo y las variables formas de la vida religiosa hacían cuestionar un claro y conciso ceremonial. A la luz de lo expuesto en estas páginas, las viejas costumbres, en latín o en lenguas vernáculas, que pasaron a engrosar los fondos de las bibliotecas cistercienses siguieron marcando la dirección normativa de la Orden con una autoridad que sólo podían tener unos textos que, fruto del trabajo de los fundadores, adquirieron un estatus cercano al de reliquia.

Herbert González Zymła

Professor do Departamento de Historia del Arte, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid y vicedecano de estudiantes y extensión universitaria de la Facultad de Comercio y Turismo de la Universidad Complutense de Madrid.

La biblioteca y el *scriptorium* del Monasterio de Piedra (1186-1835): fuentes y documentos para el estudio de un nuevo foco cisterciense productor de libros.

Resumen

La historiografía tradicional consagró la idea tópica que afirma que la Biblioteca del Real Monasterio Cisterciense de Santa María de Piedra, una de las más importantes de Aragón, se había perdido totalmente al ser desamortizada la abadía en 1835. El presente estudio identifica algunos de los libros que, habiendo pertenecido a la Biblioteca de Piedra, se conservan actualmente en la Biblioteca Nacional de España, el Archivo Histórico Nacional, el Monasterio de San Pedro de Cardena, la Biblioteca de la Universidad de Zaragoza y colecciones privadas. Se analizan también los espacios del conocimiento dentro de la abadía.

El Monasterio de Piedra fue fundado por iniciativa de Alfonso II de Aragón en 1195. Desde la década de 1180 el rey tenía la intención de proteger una abadía, filial de Poblet, que debía establecerse en algún lugar de los territorios que se habían arrebatado a los musulmanes tras la conquista de Teruel en 1171. En 1186 Alfonso II donó a los monjes de Poblet el *castrum Petrae* y la Aldehuela de Liescos, lugares ambos situados en las tierras montañosas entre Calatayud y Daroca, con el objeto de fundar allí una abadía cisterciense¹. Entre 1186 y 1194 los monjes de Poblet hicieron los preparativos necesarios y, el 10 de mayo de 1194, bendecidos por el abad Pedro Masanet, que gobernó Poblet entre 1190 y 1196, salieron del monasterio catalán 12 monjes, a la cabeza de los cuales estaba Gaufredo de Rocaberti, I abad de Piedra, y miembro de uno de los linajes catalanes más influyentes a finales del siglo XII².

En los últimos meses de 1194 encontramos al abad Gaufredo instalado en Santa María de Cilleruelos, donde ya existía un cenobio llamado “de Perales”, quizá un residuo de mozarabismo rupestre en el término de Cuevas Labradas, que los cistercienses debían reformar³. El privilegio fundacional de Piedra fue dado por Alfonso II en mayo de 1195⁴. En él se cedía al abad Gaufredo y a sus sucesores la jurisdicción plena, civil y criminal, citada como “mero y mixto imperio”, de todos los territorios que los reyes les habían donado, a cambio de que los monjes rezasen una misa anual en sufragio del alma del monarca fundador y de sus parientes. Entre 1195 y 1203, Gaufredo y sus monjes se establecieron en Piedra

1 - AHN: Clero, Poblet, Carp. 2042, doc. 9. ARAH: *Colección de Manuscritos de Joaquín Traggia*. Ms.B-138, fol.159. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - “Sobre los posibles orígenes del Real Monasterio de Santa María de Piedra: precisiones acerca de su primera ubicación y sentido de su advocación mariana”. *Anales de Historia del Arte de la Universidad Complutense de Madrid* 13 (2003), pp. 27-82.

2 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - “Gaufredo de Rocaberti”. In *Diccionario biográfico español*. XLIII. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013, pp. 727-728.

3 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. cod. 55, pp. 677-670. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - *Orígenes medievales, historia y arte en el municipio turolense de Perales y en Nuestra Señora de Cilleruelos*. Teruel: Ayuntamiento de Perales, 2010, pp. 14-62.

4 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3663, doc. 10, 11 y 12. *Lumen Domus Petrae*. cod. 55, pp. 165-169 y 653-656. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - *El Monasterio de Piedra. Fuentes y Monumentos*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2014, pp.77-78 y 167-167. FUENTE, Vicente de la - *España Sagrada. Las Santas Iglesias de Tarazona y Tudela*. Madrid: Imprenta de José Rodríguez, 1866, L, pp. 246-247.

Vieja, un cerro situado en la orilla izquierda del río que da nombre al monasterio. Hasta entonces, el castillo de Piedra había estado en manos de la familia Malavella, que lo había recibido de Alfonso I en la década de 1130, tras la conquista de Calatayud en 1120. Como en 1186 Alfonso II había donado ese mismo castillo a los monjes de Poblet, se generó un problema de patrimonialidad que no se resolvió hasta 1203, cuando Juan de Malavella renunció a los derechos que le podían corresponder sobre Piedra a cambio de que el Rey Pedro II le cediera la heredad de Alachón⁵. A partir de entonces, los cistercienses quedaron como únicos dueños del señorío de Piedra, unos 30 km², repartidos entre los actuales términos municipales de Nuévalos, Ibdes y Monterde. Jaime I mandó fijar sus límites territoriales con mojones de cal y costra y documentos fehacientes, firmados entre 1253 y 1257⁶.

Entre 1203 y 1218, los monjes vivieron en edificios provisionales, mientras construían el Monasterio de Piedra Nueva, la cuarta y definitiva ubicación de la abadía. El 16 de diciembre de 1218 se hizo la traslación de la comunidad desde Piedra Vieja a Piedra Nueva y la consagración de su iglesia, presidida y concelebrada por el IV abad de Piedra, Jimeno Martín; el arzobispo de Tarragona, Asprago de la Barca, que actuó en nombre de Jaime I; Sancho Ahones, obispo de Zaragoza, y Domingo Ruíz de Azagra, obispo de Albarracín, que había profesado como cisterciense en Piedra. Para entonces, el convento estaba en pleno proceso constructivo⁷ y perfectamente consolidado en sus dominios territoriales⁸, un señorío que creció tomando como ejes las cuencas de los ríos Piedra, Mesa, Jalón, Jiloca y Alfambra.

5 - AHN: Clero, Piedra, Carp. 3663, doc. 16. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - "Arquitectura militar medieval en el Real Monasterio Cisterciense de Santa María de Piedra: el castillo Malavella, la torre puerta y la cerca murada". *Anales de Historia del Arte* 20 (2010), pp. 51-85.

6 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3672, doc. 14, 15. BARBASTRO GIL, Luis - *El Monasterio de Piedra. 1194-1836. Ayer y hoy de la abadía cisterciense*. Alicante: Gráficas Limencop, 2000, pp. 8-16.

7 - MARTÍNEZ BUENAGA, Ignacio - *Arquitectura cisterciense en Aragón 1150-1350*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1998, pp. 271-335. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - *El Monasterio de Piedra: Historia, Arquitectura y Arte (1195-1835)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2016.

8 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cód. 55, pp. 1407 y 1048-49. SARTHOU CARRERES, Carlos - "El Monasterio de Piedra". *Museum* 5 (10) (1916-1917), pp. 345-376. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - "Problemas en torno al análisis de los espacios de culto en el Monasterio de Santa María de Piedra (1186-1530)". *Territorio, sociedad y poder. Revista de estudios medievales* 14 (2019), pp. 31-57.

A lo largo de sus 640 años de historia, desde su fundación en 1195 hasta su desamortización en 1835, Piedra atesoró una importante biblioteca y archivo de los que sólo conocemos unas pocas referencias y una serie de restos materiales que serán el objeto de nuestro interés en el presente artículo.

La fundación de Piedra debe estudiarse inserta en el doble marco histórico de las repoblaciones de la segunda mitad del siglo XII y la expansión de la reforma cisterciense por los reinos cristianos de la Península Ibérica. Como sucede en la mayor parte de los monasterios bernardos, su primera dotación libraria fue consecuencia del vínculo de filiación con su casa *mater*. Desde el punto de vista genealógico, Piedra es hija de Poble, nieta de Fontfroide, bisnieta de Grandselve, en el linaje de Clara, y forma parte de la sexta generación de abadías descendientes de Cister.

Entre las responsabilidades que tenían las abadías *mater* para con sus hijas, una de las más importantes era dotarla de los libros necesarios para su correcto funcionamiento. En sus normativas, la orden tenía previstos unos parámetros mínimos respecto a la dotación libraria: El capítulo IX de los *Instituta* dice:

“No se debe enviar a un abad novel a un lugar nuevo [...] sin los libros siguientes: un salterio, un himnario, un manual de oraciones, un antifonario, un gradual, una regla y un misal”

El capítulo X dice:

“Se usará en todas partes el mismo texto para el misal, el texto de los Evangelios y de las Epístolas, el manual de oraciones, el gradual, el antifonario, el himnario, el salterio, el leccionario, la regla y el calendario”⁹.

Los cistercienses debían cumplir correctamente los 73 capítulos de la *Regla de San Benito*, de modo que la abadía *mater* debía proporcionar a su filial una copia de la *Regla* exenta de errores.

9 - LEROUX-DHUY, Jean François – *Las abadías Cistercienses*. Colonia: Könemann, 1999, pp. 60-61.

En 2002 la casa Durán subastó, procedente de una colección particular, una *Regla de San Benito de Nursia* que, a juzgar por el tipo de letra librería aragonesa, de formato fracturado y lectura clara, era un códice cisterciense de mediados del XV. [Fig. 1] La ficha de catalogación afirmaba que procedía del *scriptorium* de Piedra sin hacer más precisiones. Es posible que esa información la transmitiera el propietario del manuscrito ya que en la misma subasta se vendieron otros libros procedentes de una “biblioteca aragonesa”. El libro está encuadernado en piel, algo deteriorada, sobre tabla, con cierres metálicos originales; ha perdido los 7 primeros folios y conserva desde el folio VIII al CVIII. Al final hay 3 folios sueltos ilegibles. Tiene 15 líneas por folio y 3 tamaños de letra: letra capitular morada y roja, mayúscula, realzada en color amarillo y letra de menor tamaño para el cuerpo de texto. Esta letra es obra de un copista cuyos rasgos escriturarios son diferentes a los de un segundo escritor, que es quien hizo los comentarios marginales relativos al modo en que debía cumplirse la regla, algunos muy profusos. No es posible saber si

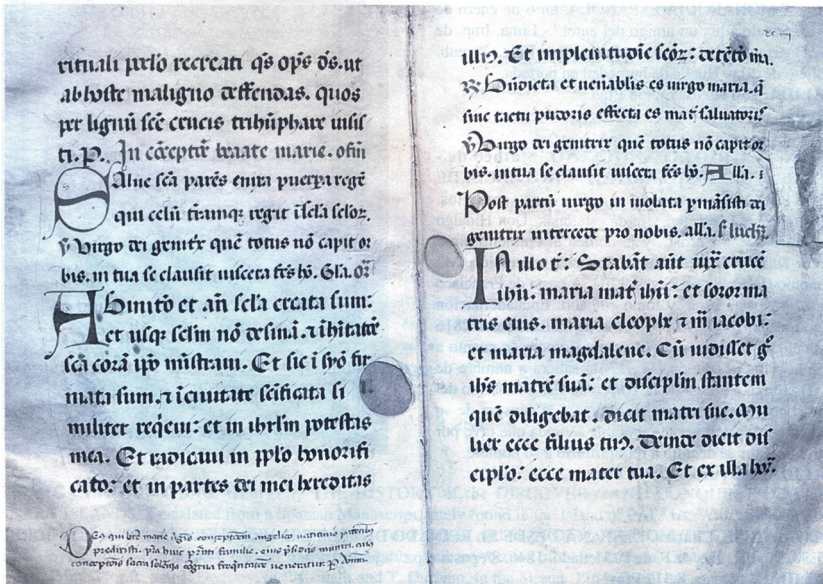


Fig. 1: *Regla de San Benito de Nursia*, manuscrito en letra librería aragonesa de mediados del siglo XV, procedente del Monasterio de Piedra, subastado en 2002, hoy colección particular.

tales comentarios se escribieron al tiempo que se componía el códice o si fueron añadidos después. Ninguno de los maestros escriturarios está identificado, ni hay firma, pero las dos manos son claramente identificables. El catálogo de aquella subasta puso el manuscrito en relación con Fray Martín de Vargas, reformador de la observancia cisterciense en Castilla, monje profeso de Piedra y fundador en 1425 de Montesión en Toledo¹⁰. Como Montesión fue fundación de Piedra, cabe preguntarse si el códice no sería uno de los que componían el equipaje fundacional dado por la casa *mater* a su filial y, por tanto, si habría sido fabricado en Piedra en la década de 1420, copiando la *Regla de San Benito* que el abad Masanet dio en 1194 al abad Gaufredo. Es tentador pensar que este fuera el códice usado cuando un donado o un nuevo fraile tomaban el hábito y profesaban. La ceremonia de aceptación incluía el juramento del neófito tocando corporalmente la *Regla de San Benito* o los *Santos Evangelios*, ritual cuidadosamente descrito en la carta de profesión de un donado llamado Pedro de Piedrafita, hecha el 12 de enero de 1437 ante el notario de Nuévalos, Juan Martínez de Arandiga en el que se acredita el uso de los manuscritos en el ceremonial litúrgico¹¹.

En Christies, en 2009, se subastó un códice escrito en pergamino, de 133 folios y 173 x 123 cm., titulado: *Varii tractatus Sancti Bernardi*, hoy en colección particular. Al haberse perdido su colofón, se desconoce el lugar

10 - GÓMEZ-CHACÓN, Diana Lucia – “Fray Martín de Vargas y el Monasterio de Nuestra Señora de Montesión”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, pp. 234-247. La relación de las Bibliotecas de Piedra y Montesión fue muy estrecha. Así lo demuestra la: *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra en el Reino de Aragón*, escrita por Antonio Joaquín Sanz de Larrea, donde se dice: “Era este Prelado mui estudioso, y Docto, y assi dispuso una grande Libreria, que fue la mas celebrada de este Reyno: por lo que en los años de adelante, teniendo noticia de tan buena Biblioteca el Señor Rey Don Phelipe II, pidió al Monasterio algunos Libros: y para la Elección de ellos embio a Don Antonio Agustín, quien escogio hasta dos mil Tomos; para completar y enriquezer la Libreria del Real Monasterio de San lorenzo del Escorial: y de estos Libros se aprobechó bastante dicho Don Antonio Agustín, para las Obras, que dio al público, tan apreciadas de todos”. BHUNIZAR – *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra en el Reino de Aragón*. Ms. 69, p. 88.

11 - *Catálogo de la Subasta extraordinaria del jueves 20 de mayo del año 2002*. 2002, p. 88 y 89, nº 3252 y 3253. YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – “En el Monasterio de Piedra se forjó la congregación de Castilla”. *Cuadernos de historia Jerónimo Zurita* 27-28 (1974/5), pp. 153-172. AHN: *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55-B, p. 1090-1.

y fecha exacta en que fue fabricado, aunque por el tipo de letra ha de ser tenido como español o portugués de la segunda mitad del siglo XV. La ficha elaborada por Christies lo relaciona con la reforma de Fray Martín de Vargas y con el Monasterio de Montesión, lo que en la práctica equivale a relacionarlo también con el *scriptorium* de Piedra, de donde pensamos que podría proceder por el tipo de letra fracturada de color negro con iniciales y títulos en rojo y filigranas de líneas terminadas en roleos de color azul y rojo. Al tener cuatro tipos de letra diferentes, es necesario pensar que fuera obra de cuatro anónimos copistas. A la luz de su contenido podemos afirmar con total seguridad que procede de un monasterio cisterciense. Además de tener anotaciones marginales en diferentes tipos de letra de los siglos XV y XVI, tiene *punctus elevatus* y *punctus flexus*, lo que sugiere que habría sido usado de manera habitual en las lecturas del refectorio, seguramente para enriquecer la educación espiritual de los monjes. La encuadernación es del siglo XIX, quizá de hacia 1846, cuando el códice estaba en la biblioteca de M. Guillaume, juez de Besançon y miembro de la *Société des bibliophiles* de Francia¹². [Fig. 2]

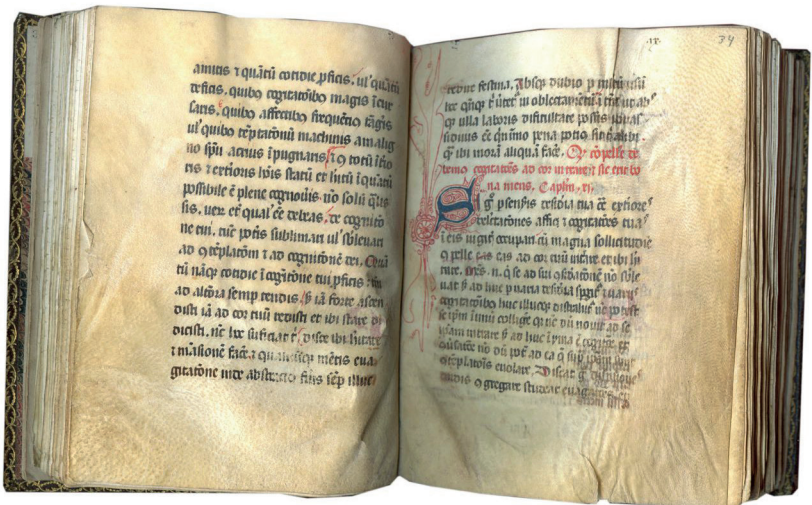


Fig. 2: *Varii tractatus Sancti Bernardi* manuscrito hispano, relacionado con Montesión de mediados del siglo XV, probablemente procedente de Piedra, que fue subastado en 2009, hoy en colección particular.

12 - <http://www.textmanuscripts.com/medieval/bernard-of-clairvaux-60696>

El análisis de su contenido tiene bastante interés dado que contiene doce textos relacionados directamente con la vida monástica, escritos por: Arnulfus de Boeriis, San Basilio de Cesarea, Alger de Lieja, San Bernardo de Claraval y otros autores pseudónimos de San Bernardo que, en el siglo XV eran tenidos por él, pero en realidad hoy sabemos que no eran obra suya y, consecuentemente, son denominados bajo la fórmula Pseudo-San Bernardo. Todos ellos, con independencia de su verdadero autor, testimonian la importancia del pensamiento de San Bernardo en la espiritualidad monástica occidental.

El manuscrito comienza con dos Pseudo San Bernardos: “Incipit prologus in regular honestatis edita a beato Bernardo clarevallensis abbate, incipit, Petis a me mi frater carissime quod numquam et nusquam a suo prouisore...”, y el “Incipit regula de puritate cordis, incipit, Ut igitur ab interiori incipiens ad exteriorem hominem...”¹³. Prosigue con una colección de aforismos, usados en las abadías cistercienses de un modo relativamente habitual, titulada: *Speculum monachorum*, escrita por Arnulfus de Boeriis, monje cisterciense del siglo XII natural de Lovaina: “Incipit utile et breve speculum beati bernardi abbatis in quo se debet monachus cotidie speculari, incipit, Si quis emendatioris uite desiderio tactus cogitationum...”¹⁴. Continúa el manuscrito con la traducción al latín de la *Admonitio ad filium spiritalem* de San Basilio de Cesarea, uno de los textos que más influyó en el pensamiento de San Benito de Nursia: “Incipit regula seu doctrina beati basilii episcopi urbis capadocie ad monachos, incipit, Audi fili admonitionem patris tui et inclina aurem tuam ad uerba mea adcommoda michi libenter”¹⁵. Prosigue con el tercer Pseudo San Bernardo titulado: *De interiori domo*¹⁶: “Incipit liber qui intitulatur speculum conscientie beati bernardi, Qualiter conscientia est edificanda et quod prius est mundanda quam edificanda, incipit, Domus hec in qua habitamus ex

13 - *Varii tractatus Sancti Bernardi*, f. 1-6.

14 - *Ibidem*, f. 6v-9.

15 - *Ibidem*, f. 9-25v.

16 - *Ibidem*, f. 26-92v.

omni parte sui ruinam minatur..."¹⁷. Continúa con el cuarto y quinto Pseudo San Bernardos, titulados: "*De illis supra que sedet humilitatis perfectio...*" y "*Superbus animus ad hoc quod sponte non appetit ... homo punitur*", complementados en su contenido con la copia del capítulo XX del libro: *De caritate*: "*Caritas in dilectione dei et proximi constat... nolumus timere*"¹⁸ y la salmodia "*Ut vox nostre laudis deum... psalmodia sine devotione cibus est sine sapore*"¹⁹. El siguiente texto recoge de forma abreviada parte de los escritos de Alger de Lieja, uno de los grandes pensadores cristianos del siglo XII que escribió el: *De sacramento altaris et qualiter sit sumendum*: "*Nos credimus tale cuique fieri sacrificium.... Verbum caro factum est... Necesse est ergo ut ea deuotione quam accipitur custodiat...*"²⁰. Concluye el manuscrito con el *Liber apologeticus beati bernardi*, la famosa *Apologia ad Guillelmum abbatem*, una de las epístolas más famosas de San Bernardo de Claraval, escrita en 1125 y dirigida al abad Guillermo de Saint Thierry para aconsejarle la severidad, la austeridad, el decoro y la desornamentación, acompañada del *Sequitur en apologetico beati bernardi*²¹.

El imperativo *ora et labora* estructuró la vida cotidiana de los monasterios usando un *rígido* horario que alternaba momentos de oración, trabajo y descanso. San Bernardo entendía el trabajo en su doble dimensión: intelectual y manual, prevaleciendo siempre la segunda sobre la primera, quizá por el temor al pecado del orgullo intelectual y la pereza. Aunque la cultura escrita era un valor secundario en buena parte de las abadías cistercienses, en todas ellas hubo libros y en las casas más importantes hubo *scriptoria*. En Poblet, además de haber existido una biblioteca que llegó a tener en el siglo XVIII más de 65.000 volúmenes, muchos de ellos manuscritos medievales, existió un importante *scriptorium* en el que se confeccionaron los manuscritos usados en la

17 - *Ibidem*, f. 26v-79v.

18 - *Ibidem*, f. 79v-83v.

19 - *Ibidem*, f. 83v-84.

20 - *Ibidem*, f. 83v-92v.

21 - *Ibidem*, f. 93-132v. CONRAD, Rudolph – *The "Things of Greater Importance": Bernard of Clairvaux's "Apologia" and the Medieval Attitude Toward Art*. Princeton: University of Pennsylvania Press, 1990.

propia abadía, en sus satélites espirituales (granjas, prioratos...) y en sus filiales (Piedra, Benifazá, La Real...) ²².

La primera dotación de libros que hubo en Piedra fue la que llevaban consigo el abad Gaufredo y sus compañeros. Con seguridad, en el periodo en que se hicieron los preparativos fundacionales, entre 1186 y 1194, se hicieron las copias preceptivas de los doce libros necesarios para la nueva fundación. El taller escriturario que asumió la fabricación de esas copias hubo de ser el *scriptorium* de Poblet. Entre los libros imprescindibles estaban: la *Regla de San Benito*; los libros para la liturgia de la misa: el *Misal*, los *Santos cuatro Evangelios*, el *Gradual*, el *Leccionario* y el *Manual de oraciones*; los libros para la liturgia de las horas: el *Himnario*, el *Salterio* y el *Antifonario*; una *Biblia*, en la versión de San Esteban Harding; y quizá algún manuscrito doctrinal propio de la orden, como los *Sermones y Epístolas de San Bernardo*, el *Exordium Cistercienses Coenobi*...

Los manuscritos fundacionales eran entendidos como un tesoro espiritual. Aunque en el caso concreto de Santa María de Piedra no ha llegado ninguno de esos códices a nuestros días y, por tanto, no podemos distinguir cuáles fueron dotación de Poblet y cuáles pudieron serlo de Fontfroide y Claraval, cuando se compuso el *Lumen Domus Petrae*, hacia 1680, aún se tenía identificado:

“el Misal se trujo del Monasterio de Poblet, al tiempo de su fundación, en donde están escritas las misas de tiempo y el sanctoral, conforme al estilo de los misales antiguos de la orden; del qual han usado los Señores Abades de este Monasterio para cantar las misas teniéndolo en frente de la silla abacial en todos tiempos, entre tanto que se cantaba la misa conventual. En el qual libro

22 - ALTISENT, Agustín – *Historia de Poblet*. Poblet: Abadía de Poblet, 1974. MASOLIVER, Alejandro – “La biblioteca de Poblet”. In CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier – *Monjes y monasterios españoles: Actas del Simposium*. III. *Bibliotecas, archivos y Escritorios, Historiografía y Bibliografía, Documentación; vida cotidiana, religiosa, material y cultural, Jurisdicción, Museos, Hospitalidad, Misiones*. San Lorenzo del Escorial (Madrid): Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 1995, pp. 373-394.

(cuyas hojas son de pergamino) en la hoja que media entre las misas de tempore y las del santoral, que viene a estar en la mitad del cuerpo, se halla registrada y escrita de letra antigua una memoria que relataba el proceso de fundación de Cilleruelos, Piedra Vieja y Piedra Nueva”²³.

En la Biblioteca Nacional de España se conserva un manuscrito relacionado con las ceremonias litúrgicas que se hacían en Piedra cuyo título es: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*²⁴. Tiene 95 folios en papel, numerados hasta el 83, de 20,2 x 14,2 cm., en letra fracturada negra con epígrafes, títulos, rúbricas y letras de incipit en color encarnado, caja de texto de 17 x 13 cm. y encuadernación de pergamino blanco. La procedencia de Piedra es segura porque se recoge la forma de nombrar capellanes usada por su abad²⁵; en cambio, la fecha de ejecución no está clara. Aunque el catálogo de la Biblioteca Nacional lo clasifica como manuscrito del siglo XV, quizá por contener la absolución del jubileo concedida a los cistercienses por Sixto IV en 1475, el tipo de papel y letra debería hacernos pensar en la segunda mitad del XVI o incluso en inicios del XVII²⁶. Desconocemos la identidad de su autor que, indudablemente, hubo de ser un monje de Piedra. [Fig. 3]

23 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55-B, pp. 1408-1409. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, p. 324.

24 - JANINI, José y SERRANO, José – *Manuscritos litúrgicos de la Biblioteca Nacional*. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1969, pp. 84-85. BNE, *Inventario general de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 1987, p. 170.

25 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 71r, sig. Ant. R. 189. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Consideraciones sobre el coro y la liturgia musical en el Monasterio de Piedra entre los siglos XII y XVI”. *De Medio Aevo* 10/2, (2021), pp. 477-498.

26 - *Ibidem*, fol. 45r. El monje bibliotecario de Piedra guardó las bulas de Sixto IV juntas formando un cuadernillo que contenía los nueve documentos que, habiendo sido dados a favor de los Cistercienses, se conservaban en el Archivo de Piedra, así como los privilegios autorizados con sello pendiente, dados por Guido Gardileto, capellán de la cámara Apostólica y refrendados por Hugo Labilela, notario y secretario de la curia. La bula de la que habla la *Consueta de Piedra* se data en 1475 y en ella se dice que las personas que acuden al Capítulo General de Cister pueden ser absueltas de cualesquiera pecados y censuras, y de cualquier irregularidad para que ganen Jubileo. AHN: *Lumen Domus Petrae*, Cód. 55-B, p. 27. *Bulario General de Cister*, Tomo I, fol. 101, priv. 96. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...* p. 48.

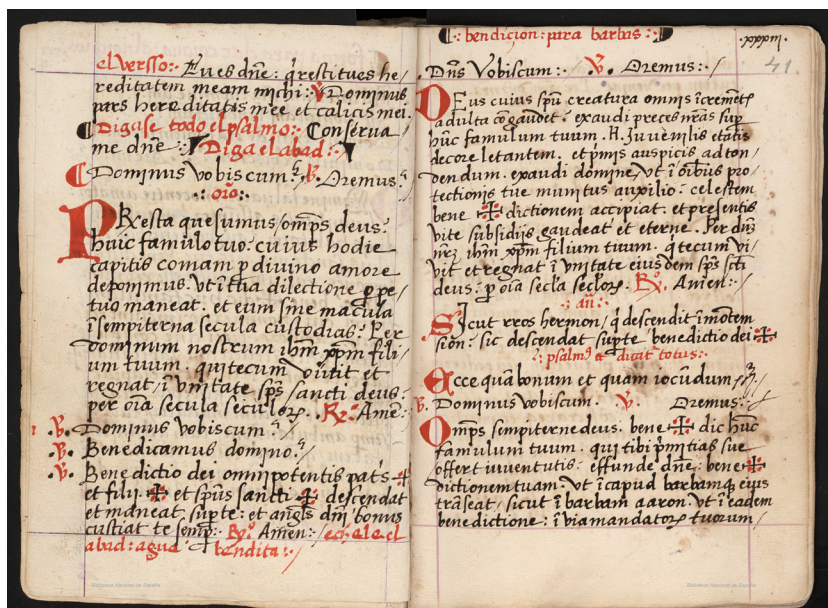


Fig. 3: Ritual de la bendición de las barbas, *consueta* y *ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*, manuscrito de la segunda mitad del siglo XVI, Biblioteca Nacional de España, Ms. 6361.

La *Consueta* describe el conjunto de celebraciones y ritos singulares que se celebraban en Santa María de Piedra, singularizando determinadas prácticas que debían hacerse en días concretos del año litúrgico. Cuando se conserva, la *Consueta* es un instrumento de gran valor a la hora de estudiar la topografía del templo y el uso que se hacía de los espacios sagrados²⁷. La *Consueta de Piedra* se precede de una tabla que, a la manera de un índice, facilitaba su uso. Como tantas otras *Consuetas*, el uso que se hizo de este manuscrito lo deterioró y lo llenó de anotaciones, cambios y adicciones. Pese a su usabilidad, se ha conservado completo existiendo una total correlación entre el *índice* y este manuscrito la foliación del libro. Comienza describiendo las celebraciones particulares que se hacían en la fiesta de difuntos, celebrada cada 2 de noviembre²⁸, y con el responso que se decía en el claustro por una infanta, sin que sepamos su nombre ni el beneficio

27 - CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Arquitectura y liturgia. El contexto artístico de las consuetas catedralicias en la Corona de Aragón*. Palma de Mallorca: Objeto Perdido, 2014.

28 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 9r-14v.

que había dado a la abadía, y por el XXXIV abad de Piedra, Juan Martín de Perruca y Cano, quien, natural de Maluenda, gobernó Piedra entre 1437 y 1461 y fue teólogo, escritor y consejero de Martín V de Aragón²⁹. Los usos funerarios del claustro de Piedra están probados desde 1225, cuando Blas Petriz de Gotor eligió sepultura en el umbral de la puerta de Santa María, que conecta el claustro con la iglesia, para que los monjes, al pasar al coro, pisaran siempre su tumba en signo de desprecio al cuerpo³⁰. También fueron enterrados en el claustro de Piedra varios miembros de la familia Azagra de Albarracín, de los Señores de Molina (entre ellos Gonzalo Pérez de Lara) y de algunas familias destacadas de Daroca y Calatayud³¹. Por todos ellos se decían los responsos y oraciones del día de difuntos.

De los ciclos litúrgicos de Cuaresma, Semana Santa y Pascua de Resurrección, se recogen los ritos del Miércoles de Ceniza³², Domingo de Ramos con la bendición de las palmas³³, Viernes Santo³⁴, vigilia de la Pascua de Resurrección con la bendición del fuego³⁵, vigilia de Pentecostés³⁶, Purificación de la Virgen³⁷ y bendición de los cirios³⁸.

De los rituales relacionados con la profesión de nuevos religiosos³⁹, se recoge la forma de dar el hábito al monje, al novicio, al lego y al donado⁴⁰; el modo de hacer el novicio la profesión a fraile y cómo dar la corona al novicio⁴¹. Siendo Piedra un monasterio masculino, sorprende que la *Consueta* recoja la toma del hábito de novicia y su paso a monja, lo que probablemente se deba a que el padre efectivo del monasterio de Trasobares,

29 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia, Arquitectura...* p. 124.

30 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3666, doc. 1. *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55-B, p. 535, GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia, Arquitectura...* pp. 321-322.

31 - *Ibidem*, pp. 309-323.

32 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 15r.

33 - *Ibidem*, fol. 17r.

34 - *Ibidem*, fol. 19r.

35 - *Ibidem*, fol. 20v.

36 - *Ibidem*, fol. 20v.

37 - *Ibidem*, fol. 21v.

38 - *Ibidem*, fol. 21 v.

39 - *Ibidem*, fol. 22r a 29r.

40 - *Ibidem*, fol. 29v a 37v.

41 - *Ibidem*, fol. 40r.

fundado en 1168, era normalmente un monje de Piedra⁴². También se recogen las bendiciones de barbas⁴³, vestimentas sacerdotales “según lo manda el orden de Cistells”⁴⁴ y cogullas y vestimentas “según lo manda el ordinario de los obispos”⁴⁵; la forma de dar el Santísimo Sacramento a los enfermos⁴⁶, la forma en que debía dar el Santísimo Sacramento el monje enfermero “según lo manda Cister”⁴⁷, la forma de dar el Sacramento de la Extremaunción a los enfermos⁴⁸ y el ritual para enterrar monjes, frailes, donados y niños⁴⁹. Se recoge así mismo la “Absolución del tricenazgo”, que se hacía cada 17 de septiembre al ser celebrado el día de San Lamberto, uno de los patronos de Zaragoza, martirizado en el siglo IV, a quien se suele representar en su iconografía cefalófora⁵⁰. Considerado San Lamberto el protector de los agricultores, su tricenzgo se celebraba en septiembre, después de haber sido recogida la cosecha⁵¹. San Lamberto fue progresivamente desplazado como protector del campo por San Isidro, canonizado el 12 de marzo de 1622 por el Papa Gregorio XV, detalle que parece confirmar una cronología anterior al siglo XVII para la *Consueta de Piedra*⁵². Por otro lado, es

42 - GIMÉNEZ SENA, Joaquín – *Real Monasterio de Santa María de la Piedad de Trasobares*. Zaragoza: Copy Center Digital, 2011.

43 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 41r.

44 - *Ibidem*, fol. 41v.

45 - *Ibidem*, fol. 42r.

46 - *Ibidem*, fol. 43v.

47 - *Ibidem*, fol. 48r.

48 - *Ibidem*, fol. 49r.

49 - *Ibidem*, fol. 53r-63v y 68v.

50 - *Ibidem*, fol. 64r.

51 - RISCO, Manuel – *España Sagrada. Tomo XXX, Contiene el estado antiguo de la Santa Iglesia de Zaragoza...* Madrid: Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1775, Tomo XXX, pp. 295-300.

52 - El éxito de la iconografía de San Isidro labrador se debe a que, tras su canonización, su fiesta pasó a ser celebrada cada 15 de mayo, justo después de haberse completado la siembra, y a que Felipe IV mandó que en todos los pueblos donde hubiera cofradía de labradores estuviera puesta bajo su protección, desplazando a partir de 1650 los cultos a los Santos Abdón y Senén, a San Lamberto y a otros protectores de la actividad agraria. GUERRA CHAVARINO, Emilio – *Historia y Leyenda de San Isidro*. Madrid: Bubok Publishing, 2012. En Piedra, además del tricenazgo de San Lamberto, se ha documentado la devoción a los Santos Abdón y Senén en uno de los frontales de la sacristía de la capilla de la portería, donde son representados como santos eucarísticos con espigas y racimos de uvas, junto a una pintura al óleo donde se representa el premio lácteo de San Bernardo. GALLARDO VARGAS, Elena; BERMEJA GIGORRO, Ignacio – “Santos Abdón y Senén”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia. Exposición conmemorativa del 800 aniversario de la Fundación del Monasterio de Piedra*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, pp. 94-95.

interesante señalar que el manuscrito recoge a San Lamberto como intercesor, siendo uno de los patrones de la diócesis de Zaragoza, y no a San Prudencio, patrón de Tarazona, en cuyo territorio diocesano se ubicaba la abadía cisterciense.

La *Consueta de Piedra* recoge las fiestas mayores que debían ser presididas por el abad: la tercera misa del día de la Natividad del Señor cada 25 de diciembre, el día de la Epifanía cada 6 de enero, el Domingo de Ramos, el Jueves de la Santa Cena, el Viernes Santo, el Sábado Santo, la Pascua de Resurrección, el día de la Ascensión del Señor, la Vigilia del Espíritu Santo, el día de la Santísima Trinidad, el día del Corpus Christi, la Asunción cada 15 de agosto, la Natividad cada 8 de septiembre, la Concepción cada 8 de diciembre, la Purificación cada 2 de febrero, la Anunciación cada 25 de marzo y la fiesta de Todos los Santos cada 1 de noviembre⁵³.

Entre las celebraciones hechas en honor de los Santos, se recoge la fiesta de los protectores del monacato cistercienses, los Santos Benito de Nursia (21 de marzo) y Bernardo de Claraval (20 de junio), a quienes estaba dedicada una de las capillas de la cabecera de la iglesia abacial donde se veneraba una reliquia de San Benito, enviada con su auténtica por Juan Medina y Ayuda, Arcediano de Córdoba, y una reliquia de San Bernardo, remitida al Padre fray Ignacio Luzón, por el racionero Quílez⁵⁴. Se festejaba con especial solemnidad en Piedra la fiesta de San Juan Bautista cada 23 de junio, conmemorando el día en que Alfonso I conquistó Calatayud y arrebató su arcedianato a los musulmanes⁵⁵. La devoción a los Santos Pedro y Pablo, celebrada cada 29 de junio, entendidos como los príncipes de la Iglesia judía y gentil, quedó vinculada a la capilla de la cabecera donde estaba ubicado el panteón de la familia Heredia, para la que el

53 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 67r.

54 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...* 2016, p. 286. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...* 2014, p. 76.

55 - FUENTE, Vicente de la – *Historia de la siempre Augusta y fidelísima ciudad de Calatayud*. Calatayud: Imprenta del Diario, 1880 (ed. facsímil, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1994), pp. 139-187.

artista valenciano Gonçal Peris contrató un retablo en 1428⁵⁶. Otra celebración importante en el calendario litúrgico de Piedra era la conmemoración de la ceremonia de consagración de su iglesia abacial, celebrada cada 16 de diciembre, momento en que la comunidad rememoraba con una procesión la traslación de los monjes desde Piedra Vieja a Piedra Nueva y su definitiva sedentarización en el monasterio que ha llegado a nuestros días. En una fecha tan señalada, que podemos calificar como cumpleaños de la abadía, se hacía una misa en la ermita de Santa María de la Blanca, existente ya en la Baja Edad Media, pero totalmente reedificada en 1755, siendo abad Inocencio Pérez, y una comida de hermandad en la que se asaba una ternera, bebían vino y comían dulces de almendras y miel⁵⁷.

Al final del manuscrito se recogen una serie de composiciones musicales con notación semimensural, no muy consecuente y poco fija, con puntos cuadrados sobre pautados de cuatro líneas de color marrón, que contienen el *Officium pro Defunctis* con los responsorios: *Creo quod redepmtor meus vivit; Libera me, domini; Tremens factus sum ego; Kirie; Chorus angelorum; Benedictus*; un *Clementissime Domine* muy largo; el *Domine Miserere super peccatoribus*; *Kirie*; y el *Requiem eternam cunctis*⁵⁸. Por último, la *Consueta de Piedra* incluye la fórmula de la absolución general que se hacía al principio de la cuaresma, añadida en letra del siglo XVII⁵⁹.

En el *Lumen Domus Petrae* se cita la existencia de un *Ritual Antiguo*,

56 - ARV: Justicia Civil, nº 2554, mano 7, último folio. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...* 2016, pp. 287-288 y 305. CERVERO GOMIS, Luis – “Pintores Valencinos. Su cronología y documentación”. In VV. AA. – *Pintores valencianos. Su cronología y documentación*. Valencia: Archivo de Arte Valenciano, 1972, pp. 44-57; MARÍN JARAUTA, Carmen – “La intervención arqueológica de 2018 en la iglesia abacial del Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 278-294.

57 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La fundación del Monasterio de Piedra ante su 800 aniversario”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 130-131.

58 - BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 72r y 90v. ANGLÉS, Higinio y SUBIRÁ, José – *Catálogo musical de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Barcelona: Instituto Español de Musicología, 1946, p. 123.

59 -BNE: *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361, fol. 92-95.

*manuscrito de este monasterio, que es un libro en quarto aforrado con tablas cubiertas de becerro negro*⁶⁰, en cuyo folio 10 se contenía la fórmula de absolución de los pecados según las bulas concedidas por Eugenio IV (Papa entre 1431 y 1447) y por su sucesor, Nicolás V (Pontífice entre 1447 y 1455), lo que nos daría una cronología probable para la confección de ese manuscrito hacia mediados XV⁶¹.

Dado que el contenido de esa absolución no es coincidente con el que se puede estudiar en el manuscrito conservado en la Biblioteca Nacional, hemos de afirmar que hubieron de existir en la Biblioteca de Piedra al menos tres códices que contenían el *Ritual* o *Ceremonial* usado en su iglesia. Uno de los manuscritos era del siglo XV y se ha perdido o está en paradero desconocido, si bien en el siglo XVII, cuando se compuso el *Lumen Domus Petrae*, aún existía. Un segundo manuscrito, copiando el anterior, debió ser confeccionado a mediados del XVI, probablemente después del Concilio de Trento. En él se copió todo aquello que se seguía utilizando en la liturgia de la iglesia de Santa María de Piedra. A mi juicio, ese es el manuscrito conservado en la Biblioteca Nacional. En él se recopilaron también las composiciones musicales relacionadas con la liturgia de difuntos con su notación sobre tetragrama. Por último, hubo un tercer manuscrito, conservado en la Biblioteca de la Universidad de Zaragoza, escrito en papel, de 89 folios y 22 x 14,7 cm, escrito en letra humanística muy pausada y de cómoda lectura, de fines del XVI o comienzos del XVII, cuyo cuerpo de texto está elaborado en letra negra y títulos, apartados y ciertas iniciales en rojo. En él se copia fielmente la absolución de Nicolás V y el contenido de la mayor parte de la *Consueta*

60 - AHN: Lumen Domus Petrae, Cod. 55-B, pp. 22 y 55-56. GONZÁLEZ ZYMLA, HERBERT, "Consideraciones sobre el coro y la liturgia musical en el Monasterio de Piedra entre los siglos XII y XVI". *De medio Aevo*. n.º 10 (2), 2021, pp. 447-498. ISSN-e: 2255-5889.

61 - En el Archivo Histórico Nacional se conserva una bula de Nicolás V, procedente del Archivo de Piedra, que contiene a su vez la bula de Eugenio IV, fechada en Roma el 18 de septiembre de 1451, en la que se hacen indicaciones muy precisas sobre el modo de administrar el sacramento del perdón y dar la absolución de los pecados. AHN: Clero, Piedra, carp. 3725, doc. 14.

de la Biblioteca Nacional, salvo las composiciones musicales del final⁶². La encuadernación, levemente deteriorada en una de sus tapas, es un magnífico ejemplo de los trabajos de talabartería de finales del siglo XVI y principios del XVII con decoración guarnecida, desarrollando dibujos geométricos y temas vegetales. De hecho, son estas técnicas y motivos ornamentales los que ayudan a confirmar la datación del manuscrito a finales del XVI. Algunos folios tienen decoración muy severa a base de líneas horizontales negras y rojas, de las que penden gotas centrales, cadenetras e incluso caritas de perfil.

En relación con los cantorales y libros de coro de Piedra es muy poco lo que se ha podido averiguar. Nada se sabe sobre el paradero actual de los códices con que Poblet hizo la dotación inicial a finales del siglo XII. De los muchos cantorales que hubo en Piedra, confeccionados unos por los propios monjes y otros por talleres escriturarios externos, tan sólo se ha identificado un cantoral de finales del siglo XVI, actualmente en la biblioteca del Monasterio de San Pedro de Cardena, a donde llegó en 1954, vendido por las monjas del convento de Santa Lucía de Zaragoza, quienes en ocasión de la desamortización de 1835, habrían recibido un número impreciso de libros procedentes de Piedra⁶³.

El cantoral de San Pedro de Cardena es un antifonario con tapas de madera reforzadas al exterior con forro de cuero y cinco botones semiesféricos de hierro. Consta de 126 folios de buen pergamino y mide 41 x 57 cm. Con seguridad le faltan los dos primeros cuadernillos porque se empieza a

62 - BHUNIZAR – *Ceremonial del Monasterio de Piedra*. Ms. 52. Pese a ser un manuscrito anónimo, en una de las hojas iniciales aparece *Reverendo Padre y Maestro Miguel Ortiz*, que en 1740 nos consta como uno de los sacerdotes de Piedra. AHN: *Cuentas del Monasterio de Piedra entre los años 1740 y 1744*. Libro 18669. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia....* 2016, p. 182.

63 - BMSC: *Cantoral fechado en 1595*, cod. 1. En ocasión del Congreso Eucarístico que se celebró en Barcelona en 1954, las monjas de Santa Lucía de Zaragoza acogieron al abad de San Pedro de Cardena y al monje que le acompañó, hoy nonagenario y entonces joven, ahora bibliotecario. La comunidad de Cardena recibió de las monjas dos cantorales para enriquecer su biblioteca. Uno de los dos códices procedía de Piedra. En opinión verbalmente expresada por el actual monje bibliotecario “tenían las monjas de Santa Lucía por lo menos otros 20 cantorales iguales a este, algunos de los cuales recuerdo que procedían de Piedra”. Las madres del convento de Santa Lucía no supieron, no pudieron o no quisieron revelarme el paradero actual de tales manuscritos, afirmando que todo se perdió en la Guerra Civil de 1936, lo que es imposible porque la última vez que fueron vistos fue en 1954.

numerar en el folio 27. Ha perdido la portada y parece haber perdido también el último cuadernillo, inmediatamente posterior al folio 126v. Aunque el antifonario está incompleto, ha conservado el colofón final donde reza: *Explicit quarta pars Sanctoralis. Edita a fratre Ferdinando de Liñan monacho huius monasterii Beate Marie de Petra. Anno a nativitate domini 1595. Cuius anima requiescat in pace. Amen*⁶⁴. Gracias al colofón se fecha la confección del cantoral en 1595, y se registra su autor o promotor, fray Fernando Liñan, indicando que era la cuarta parte del santoral, de donde deducimos que existirían en Piedra otros tres cantorales con el mismo formato completando la serie. Como el colofón termina haciendo una invocación por el alma de Fernando Liñan, a quien se desea que descanse en paz, deducimos que, cuando se terminó de componer, su artífice estaba muerto⁶⁵.

Por su contenido sabemos que era el antifonario que se usaba durante el mes de noviembre, puesto que en él se contiene el repertorio musical de la vigilia de Todos los Santos, celebrada cada 1 de noviembre, coincidente en parte con el repertorio de la *Consueta* de la Biblioteca Nacional, junto a los repertorios de las fiestas de San Martín, 11 de noviembre; Santa Cecilia, 22 de noviembre; San Clemente, 23 de noviembre; y la vigilia de San Andrés, 30 de noviembre. Dado que este cantoral tiene sólo las antífonas del mes de noviembre, pienso si no habría uno para cada mes y la serie, en lugar de cuatro, constaría de doce cantorales.

Desde un punto de vista paleográfico, el antifonario fue escrito en un tipo de letra renacentista relativamente fiel a los modelos de la letra gótica fracturada, con tinta negra para la notación de los puntos y las letras del texto que se cantaba y tinta roja y azul para la decoración de los pautados de cinco líneas que forman los pentagramas y las letras iniciales

64 - BMSC: *Cantoral fechado en 1595*, cod. 1, colofón.

65 - Algunos miembros del linaje Liñan, cuyo solar estaba en Aldehuela de Liescos, Ildes y Somet, se hicieron enterrar en Piedra. Hubo miembros del linaje Liñan que profesaron en Piedra y llegaron a tener cargos de autoridad, como Melchor Liñan, LIX abad entre 1628 y 1632; Fernando Cuver Liñan, XCIV abad entre 1760 y 1768, fray Hernando Liñan, así como laicos que protegieron o beneficiaron a Piedra. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...*, pp. 50, 118, 137, 145, 156, 168, 173, 182, 282, 319. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Consideraciones sobre el coro y la liturgia musical en el Monasterio de Piedra entre los siglos XII y XVI”. *De Medio Aevo* 10/2, (2021), pp. 494-495.

que, unas veces son azules con fina decoración en rojo al fondo, y otras son de intenso color rojo con decoración de fondo azulado. El repertorio ornamental que enriquece las letras se hizo a base de temáticas vegetales, unas veces de filiación renacentista y otras desarrollando ataurique de lejano eco andalusí. La diferencia en el exorno de las letras podría indicar la existencia de varias manos copiando el antifonario o quizá



Fig. 4: Antifonario del mes de Noviembre, fabricado en 1595 por fray Fernando Liñán, procedente del Monasterio de Piedra, se conserva en la Biblioteca de San Pedro de Cardena.

que el libro de 1595 se había hecho copiando un antifonario medieval perdido cuyos modelos se reproducían con fidelidad. No hay miniaturas figurativas, pero algunas letras mayúsculas se enriquecieron con mascarones de perfil⁶⁶, con dos excepciones: una letra O adaptada para representar en su interior una cara sonriente, dibujada de frente, sobre el fondo de ataurique⁶⁷; y una letra O mayúscula enriquecida con una Alfa en el margen, dentro de la cual se dibujó un pájaro, simulando un Alfa y Omega, que simbolizan el principio y el fin⁶⁸. [Fig. 4]

66 - BMSC: *Cantoral fechado en 1595*, cod. 1, fol. 93 v.

67 - *Ibidem*, fol. 56v.

68 - *Ibidem*, fol. 40 v.

La *Ley de Reforma eclesiástica* del 1 de octubre de 1820, al tiempo que suprimió todos los monasterios de órdenes monacales, prestó por vez primera atención al destino que se iba a dar al patrimonio artístico, científico, bibliográfico y documental de los monasterios previendo que:

“Los jefes políticos custodiarán todos los archivos, cuadros, libros y efectos de biblioteca de los conventos suprimidos, y remitirán inventarios al gobierno, quien los pasará originales a las Cortes para que éstas destinen a su biblioteca lo que tengan por conducente, según el reglamento aprobado por las ordinarias. Será cargo del gobierno aplicar el residuo de los efectos mencionados en el artículo anterior a las bibliotecas provinciales, museos, academias y demás establecimientos de instrucción pública. Queda al arbitrio de los respectivos ordinarios disponer en favor de las parroquias pobres de sus diócesis de los vasos sagrados, alhajas, ornamentos, imágenes, altares, órganos, libros de coro y demás utensilios pertenecientes al culto”⁶⁹.

Fue en cumplimiento de esta ley como algunos de los libros de coro de Piedra fueron llevados a Santa Lucía de Zaragoza, a cuyas monjas les seguirían siendo útiles, mientras que otros, por ser el administrador de rentas del estado el alcalde de Ibdes, Vicente Pariente, acabaron depositados, junto a la sillería de coro y el facistol, en la iglesia de San Miguel de Ibdes⁷⁰, de donde pasaron a la biblioteca diocesana de Tarazona, donde actualmente se guardan⁷¹.

69 - *Colección de decretos y órdenes de las Cortes de España*. Artículos 23, 27, 28 y 29.

70 - En San Miguel de Ibdes fue depositado el facistol de Piedra, parte de la sillería del coro, cuatro estatuas que habían estado en el retablo mayor de Piedra que eran obra de Félix Malo y varios retablos. CORTÉS PERRUCA, José Luis - “Los bienes dispersos del Monasterio de Piedra: Problemáticas de identificación y estudio”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) - *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 401-431.

71 - Desgraciadamente, no todos los cantorales corrieron la misma suerte. En una de las casas de la familia Muntadas, que se hizo con la propiedad de Piedra tras la desamortización en la década de 1840, se conserva una lámpara de estilo castellano fabricada de forma artesanal hacia 1960-1970, cuya tulipa se hizo cosiendo 6 folios que en realidad eran estos de otro cantoral de fines del XVI o inicios del XVII. Ni he podido examinar los cantorales de Santa Lucía, ni los de Ibdes hoy en Tarazona, de modo que la identificación de los cantorales de Piedra constituye un reto futuro.

Durante el siglo XIII, la prioridad de los cistercienses de Piedra fue la construcción de la abadía y el afianzamiento económico y jurídico de la comunidad, cuya monumental iglesia, de tres naves con cabecera de cinco ábsides, totalmente abovedada en crucería, edificaron con permiso del obispo de Tarazona, García Fortín II, a partir de 1262⁷². La historiografía tradicional ha minusvalorado la importancia de Piedra en el estudio del conjunto de monasterios hispanos, pero conviene advertir que, a finales del siglo XIII, era el tercer monasterio ibérico que más contribuía al Capítulo General de Cister, sólo por detrás de Poblet, Alcobaça y Oseira, lo que acredita el vigor de esta comunidad⁷³. El espacio reservado a los libros estaba, como es lo habitual en las abadías cistercienses del siglo XIII, en la panda claustral oriental. Era una pequeña habitación sin ventanas, de planta rectangular, entendida más como un depósito de libros y documentos que como una biblioteca en el sentido en que hoy lo hacemos. Del *armarium* de Piedra, situado en el espacio subsidiario existente entre el brazo del crucero, la sala capitular y la sacristía, junto a la puerta de Santa María, que conecta el claustro con la iglesia abacial, sólo se ha conservado la puerta en arco de medio punto que le daba acceso, junto a la cual se ha conservado la estructura en una alacena de medio punto usada para guardar los libros de uso cotidiano, transformada en el siglo XVIII en un retablo de yeso policromado dedicado a San Benito de Nursia. Los monjes leerían y trabajarían copiando libros en la panda claustral septentrional, usando atriles portátiles, sentados en un desaparecido banco corrido del que *aún* se conservan testigos en el muro⁷⁴.

En Piedra los libros parecen haber sido una preocupación secundaria en el siglo XIII, que se fue transformando en una cuestión de progresiva mayor trascendencia a lo largo de los siglos XIV y XV. San Bernardo decía: *Más se aprende en los bosques que en los libros. Los árboles y las rocas te enseñarán cosas que no aprenderás en otros lugares*⁷⁵. Esta sentencia

72 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La fundación del Monasterio... 2019, pp. 111-159.

73 - PÉREZ EMBID, Javier – *El Cister en Castilla y León. Monacato y dominios rurales s. XII-XV*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1986, pp. 43-45.

74 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, pp. 23-26. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...*, pp. 477-478.

75 - CLARAVAL, Bernardo de – *Obras Completas de San Bernardo de Claraval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990, Epístola 101 y 106.

tiene un especial significado para el estudio de Piedra, dada la ubicación de la abadía en un singular paisaje, con exuberante vegetación y elevados cañones de geología kárstica con sugerentes cascadas como la Cola de Caballo y la Requijada. Teniendo en cuenta esta máxima, cabría esperar de los cistercienses de Piedra un cierto desinterés por las artes del libro. Nada más lejos de la realidad.

La *Regla de San Benito* regula con cuidado los días y tiempos litúrgicos en que el monje debe leer y la actitud de recogimiento interior y reverencia con que debía hacerlo⁷⁶. Su último capítulo recomienda leer a diario y dedicar casi todo el domingo a la *Lectio Divina*, consistente en memorizar y recitar el contenido de los libros que componen la *Biblia*, sin excluir los libros que derivan o conducen a ella. Durante la cuaresma, el monje debía leer desde el amanecer hasta la hora tercera (9 de la mañana). Cada fraile debía recibir un volumen y leerlo completo. *En verano los monjes trabajaban más, mientras que, en el invierno, leían más*⁷⁷. Para cumplir correctamente con los preceptos de la lectura debían existir copias de los libros hechas a partir de las matrices. Es así como debió nacer en Piedra un taller escriturario que, en los siglos XIII y XIV, tenía como objetivo único abastecer al monasterio, las granjas de hermanos legos y parroquias locales de los libros imprescindibles. Los frailes copistas hacían estos trabajos obedeciendo al abad y, razonablemente, la cultura escrita en Piedra debía depender de los modelos formales marcados por Císter y, sobre todo, por Poblet, donde hubo un importante *scriptorium*, cuya organización debió marcar el modelo a Piedra⁷⁸.

Aunque no sabemos desde cuándo existió un *scriptorium* en Piedra, el

76 - NURSIA, Benito de – *Regla de San Benito de Nursia*. Zamora: Monte Casino, 1994, Cap. XLVIII, 22-23, p. 95, LVIII, 9-20, pp. 108-109.

77 - BRAUNFELS, Wolfgang – *La arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral Editores, 1975, p. 41. LEKAI, Louis J. – *Los cistercienses. Ideales y realidad*. Barcelona: Herder, 1987.

78 - El capítulo general cisterciense mandaba que los manuscritos evitaran las abreviaturas y usaran letras pausadas, limpias y bien dibujadas con tinta oscura sobre pergamino. Los *Instituta* prohibieron los libros lujosos. Sólo se permitía un cierto ornato en las mayúsculas capitales de inicio de párrafo. El *scriptorium* de Piedra se ajustó perfectamente a estas normas de severidad y sencillez formal. TURK, Joseph – “Cistercii Statuta Antiquissima. XIII”. *Analecta* 4 (1948), pp.1-159. Con el paso del tiempo también debieron ejercer cierta influencia otros centros de producción de libros como Tarazona, Huerta, Veruela, Santa Fe, Rueda y Calatayud.

Libro de Bolsería, que contiene la contabilidad oficial del monasterio entre 1307 y 1348, recoge la compra de papel y tintas y las cantidades gastadas son tan significativas que sólo se entienden si se usan para fabricar libros. La cuenta 2, del 11 de julio de 1308, registra el gasto de 8 dineros en papel; la cuenta 5, del 10 de enero de 1310, recoge el gasto de 12 dineros en “paper e tinta”; la cuenta 6, del 20 de noviembre de 1310, señala el gasto de 10 dineros en papel. La tinta de escribir no debe confundirse con la de teñir. La cuenta 2 cifra el gasto de 21 sueldos y 6 dineros en comprar “tres alqueces de tinta”⁷⁹. Si cada alquez son 12 cántaras, y cada cántara 16,3 litros, se compraron 195,6 litros de tinta, una cantidad que debe haber sido usada para teñir los hábitos. No se registra la compra de pergamino porque los cistercienses tuvieron una notable cabaña ganadera y lo debían fabricar los hermanos legos conversos en las granjas de Bellestar, Zaragocilla, Llumes, Ortix, Villar del Salz y Fuen del Buey⁸⁰.

A día de hoy es difícil averiguar la identidad de los monjes que fabricaron los códices del *scriptorium* de Piedra. Como estaban sujetos a la obediencia al abad y cualquiera de ellos estaría capacitado para escribir, la producción de libros se mueve en el habitual anonimato cisterciense. Hubo, no obstante, tres cargos institucionales que podrían identificarse con los escritores más activos o con quienes dirigían el trabajo de los monjes que escribían: el chantre, el monje notario y el cillerero.

El monje chantre, entre otras responsabilidades, debía velar por la integridad y buena conservación de libros y documentos que se custodiaban bajo llave en el *armarium* y era el responsable *máximo* del *scriptoria*⁸¹.

79 - AMT: *Libro de Bolsería de Piedra*, fol. 3r, 4v, 12 v, 16v. FUENTE COBOS, Concepción de la – *Libro de Apeos del Monasterio de Piedra (1344). Libro de cuentas de la Bolsería del Monasterio de Piedra (1307-1348)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2001, pp. 83, 86, 100 y 107.

80 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Bellestar y su relación con el Monasterio de Piedra”. *Revista de Arqueología* 354 (2010), pp. 24-35. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla y su relación con el Monasterio de Piedra”. *Anales de Historia del Arte*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2010, pp. 111-121. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La iglesia parroquial de San Miguel de Llumes”. In VAL MORENO, Gloria del; FUENTES LÁZARO, Sara (ed.) – *Anales de Historia del Arte. Volumen Extraordinario, noviembre 2011: Saberes artísticos bajo signo y designios del Urbinatene*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2011, pp. 249-265.

81 - LEROUX-DHUY, Jean François – *Las abadías Cistercienses*. Colonia: Könemann, 1999, pp. 60-61. AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55, pp. 188. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...* pp. 85.

Conocemos la identidad de algunos de los chantres de Piedra: en 1220, cuando la abadía recibió la granja de Zaragocilla, se cita al padre Domingo *cantoris*⁸²; en la concordia de cesión de las salinas de Monterde, Abanto y Pardos, fechada en Huesca, a 6 de las calendas de junio de 1268, firma “frater Paschasius cantor”⁸³; cuando Jaime II donó las salinas de Monterde a Piedra, a 6 de los idus de marzo de 1304, firma como *chantre* el “frater Vincentius”⁸⁴. La cuenta 3 del *Libro de Bolsería*, del 3 de febrero de 1309, recoge como maestro cantor a fray Mateo y la cuenta 5, de 10 de enero de 1310, registra “al cantor X sueldos para adobar los libros”⁸⁵.

Jaime I concedió a 8 de los idus de mayo de 1251 que el abad Arnaldo y los monjes de Piedra,

“siempre y quando algún caballero o cavalleros o qualquiera otra persona secular, enfermase en el dicho Monasterio y quiesiese hacer testamento y disponer sus bienes; que en este caso, qualquier monge del mismo Monasterio pudiese recibir y testificar el dicho testamento y los actos conferentes a disposición testamentaria; los quales quiere su Magestad y determina que hagan la misma fe que si estubiesen testificados por escribano público”⁸⁶.

Es posible que antes de la emisión de este documento existiera ya la figura del “monje notario”, cuya función esencial sería la de escribir los actos notariales relacionados con la abadía, tales como las cartas de profesión. A 16 de las calendas de noviembre de 1262, Fray Do-

82 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55, p. 578. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla... pp. 111-121.

83 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3676, doc. 7 y 8. *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55-B, p. 1530. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla...”, p. 356. ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN (ACA): Chancillería, Pergaminos, Serie general, doc. 1945.

84 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55-B, p. 1534. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla...”, p. 357.

85 - AMT: *Libro de Bolsería de Piedra*, fol. 11r. FUENTE COBOS, Concepción de la – *Libro de Apeos...*, p. 98.

86 - AHN. *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55, pp. 203-204. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla...”, pp. 89.

mingo de los pobres redactó, como monje notario que era, la concordia de los monjes de Piedra con los habitantes de Carenas para rebajar las cargas fiscales que pagaban. En el testamento de Pedro González, hijo del Conde de Molina Gonzalo Pérez, figura Fray Silvestre como monje notario de sus últimas voluntades a 5 de los idus de octubre de 1268, incluyendo la donación de 1000 maravedíes para la fábrica de Piedra⁸⁷. La importancia del monje notario y la seguridad que inspiraban los muros de Piedra convirtieron su archivo en depósito de la documentación de algunas de las familias más relevantes del entorno, como los Azagra de Albarracín⁸⁸. Hubo incluso algunos notarios del arcedianato de Calatayud que usaron Piedra como depósito de sus protocolos. El monje chantre tenía la obligación de custodiar tales documentos junto a los del monje notario.

Los códices más antiguos compuestos en el Monasterio de Piedra son de tipo administrativo: el *Libro de Bolsería*, datado entre 1307 y 1348, y el *Libro de Apeos*, de 1344. Ambos son obra del siglo XIV, los adquirió en el mercado de Calatayud, en los años inmediatamente posteriores a la desamortización, Vicente de la Fuente Bueno, académico de número, medalla 34, de la Real Academia de la Historia⁸⁹. Actualmente se conservan en el Museo de Teruel, por donación de José Luis Sotoca. En 2001 fueron transcritos por Concepción Fuente Cobos.

El *Libro de Bolsería* contiene 65 cuentas monásticas elaboradas entre 1307 y 1348, la primera y la última incompletas, lo que sugiere que el códice está incompleto. Tiene 77 folios escritos sobre pergamino en letra fracturada de color negro y mide 29 x 20 cm. Como es lógico, es obra de varios maestros escriturarios cuyos nombres no se recogen, aunque pensamos que, al ser las cuentas una responsabilidad del ci-

87 - *Ibidem*, pp. 270-72 y 791-2. *Ibidem*, pp. 106 y 195.

88 - Allí depositaron, entre otros, el documento en el que Açeýt Abuzeyt, nieto de Miral-momenin, cedió a Sancho Fernández de Azagra el castillo de Zafra de Cañas, situado entre Moya y Alpuente. AHN: Clero, carp. 3668, doc. 7. AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55, pp. 304. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert - *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, pp. 112-113.

89 - *Anuario de la Real Academia de la Historia*. Madrid, 2014, p. 253.

llerero, las diferentes letras se deberían corresponder con los nombres que figuran ejerciendo ese cargo. En algunos casos, esto es seguro y en otros probable, porque en Piedra hubo cillerero mayor, cillerero medio, cillerero menor y bolsero, es decir, había cuatro religiosos responsables de la economía monástica. A veces coincide que cillerero y bolsero son la misma persona. En tales casos debería adjudicársele el tipo de letra de la cuenta. El 3 de enero de 1314 consta como cillerero fray Vicente Mascarón, autor de las cuentas 16 y 17. Fray Juan de Caxar fue autor de las cuentas 31 y 32. En 1316 fray Pedro Alcalde era el cillerero y en 1330 el cillerero mayor era fray Pascual de Berlanga. Hasta 1335 hubo en Piedra un único bolsero. [Fig. 5]

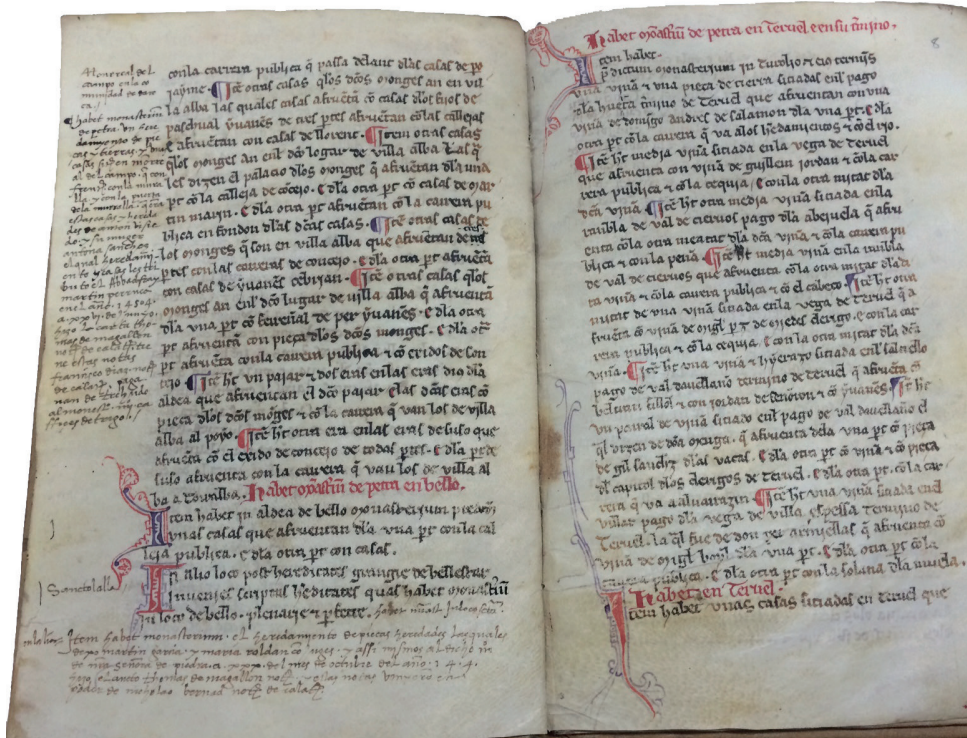


Fig. 5: Libro Cabreo Antiguo del Monasterio de Piedra, citado también como Libro de Bolsería, 1307-1348. Biblioteca del Museo de Teruel.

La cuenta 40, fechada el 4 de abril de 1335, describe cómo el cillerero Fray Lorenzo malversó caudales y, probadas las acusaciones, el XXIV abad, Juan de Segarra y de lbdes, expulsó a fray Lorenzo. Para que no volviera a suceder un episodio igual, se arbitró que hubiera dos bolseros controlándose el uno al otro. A partir de esa fecha no hay seguridad acerca del monje que escribe la cuenta y, en consecuencia, no se pueden identificar sus rasgos escriturarios. En 1336 son bolseros fray Pascual de Molina y fray Bernardo. Desde enero de 1332 figura como cillerero fray Domingo Lechón que, además, fue procurador del monasterio, responsable en 1330 de la granja de Bellestar y en 1343 de las salinas de Abanto. Las cuentas 46 y 47, fechadas el 27 de marzo de 1338 y el 20 de junio de 1338, certifican un momento muy delicado en las finanzas de Piedra, puesto que en la ceca (caja de caudales) sólo había 5 sueldos y una deuda de 1800. El bolsero, fray Pascual de Jaca, fue destituido y se nombró a fray Juan de Caxar y a fray Pascual de Molina, que pidieron un crédito de 1000 sueldos a un judío bilbilitano llamado Caçon, a quien se devolvió, el 23 de junio de 1339, la cantidad de 1300 sueldos, lo que supone un interés de casi un 30 %. En un documento de 1340 figura como bolsero fray Pascual de la Oliva, que alcanzó el cargo de XXVIII abad entre 1348 y 1361. Ese mismo año de 1340, el 31 de marzo, está citado como *celario mayor* fray Domingo Monzón⁹⁰. El *Libro de bolsería* es un código de uso práctico que permite estudiar la vida económica de Piedra y relacionar los tipos de letra con los monjes que ejercían el cargo de cillerero bolsero en el arco cronológico de 1307 a 1348. A la larga, los rasgos singulares de estas formas de escribir deberían permitir la identificación de códigos posiblemente fabricados en Piedra.

El *Libro de Apeos de Piedra* es un registro universal de las propiedades que los cistercienses tenían en 1344, lo que data con seguridad el código. Mide 29 x 20 cm. Se compuso sobre pergamino, tiene 31 folios de 32 líneas por folio, está escrito en letra gótica fracturada en tinta negra de muy fácil lectura, se halla incompleto e ignoramos cuál fue su verdadero tamaño. Cosido

⁹⁰ - AMT: *Libro de Bolsería de Piedra*. Cuenta 16, 17, 41, 47, fol. 52, 57 y 58, 195-226. Cuenta 48, fol. 58 y 59. AHN: AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55, p. 8, 703-704. Clero, Piedra, carp. 3692, doc. 17, carp. 3693, doc. 12, carp. 3696, doc. 18. FUENTE COBOS, Concepción de la - *Libro de Apeos...*

al *Libro de bolsería* que acabamos de comentar, se conserva también en el Museo de Teruel y tiene su mismo origen. Los registros se ordenan según los pueblos donde se encontraban las fincas rústicas y urbanas, se indican los límites geográficos y, en la mayor parte de los casos, las pensiones y censales que generaban por medio de arriendos y alquileres, así como la identidad de quiénes los pagaban. Su estudio es muy útil para evaluar la red de relaciones socio-económicas que sustentaban la abadía. En la documentación del Monasterio de Piedra aparece citado como *Cabreo Antiguo de Piedra* para distinguirlo de los *Cabreos modernos*, algunos de los cuales se conservan en el Archivo Histórico Nacional.

Una de las obligaciones del monje cillerero era controlar las propiedades del monasterio, lo que llevaba parejo la periódica inspección de las propiedades registrando su situación y rentabilidad. De los 46 libros que, procedentes de Piedra, se guardan en el Archivo Histórico Nacional, 10 son *Libros de Apeos*, siendo los 36 libros restantes *Cuentas* generales de la abadía o particulares de cofradías y obras pías. Usando su contenido se obtiene una radiografía muy precisa de la vida económica del Monasterio de Piedra desde mediados del siglo XIV hasta bien entrado el XVIII. El más antiguo manuscrito del Archivo Histórico Nacional es un *Registro de bienes y Apeo*, fechado entre 1557 y 1558, redactado por el notario Juan Sancho, domiciliado en Nuévalos, cuyo signo está al final del documento, de 431 páginas, escritas en letra negra cursiva sobre papel⁹¹. Hay un tercer *Apeo*, fechado entre 1577 y 1580; redactado por Bartolomé Pérez, notario de Monterde, que puso su signo en el colofón, en letra cursiva negra sobre papel de 394 páginas forradas con tapas de cuero⁹². Entre 1608 y 1621 Alfonso Pérez, notario de Monterde, compuso un *Apeo* que consta de 307 páginas en papel, escritas en letra cursiva negra, forrado con pergamino⁹³. Hay también un *Apeo* anónimo de mediados del XVII, de 393 páginas en papel, en letra cursiva negra, encuadernado con tapas de pergamino del siglo XIV⁹⁴.

91 - AHN: SANCHE, Juan – *Registro de bienes y Apeo de las haciendas del Monasterio de Piedra*, Cod. 173.

92 - AHN: PÉREZ, Bartolomé – *Apeo de los bienes del Monasterio de Piedra*, Cod. 224.

93 - AHN: PÉREZ, Alfonso – *Apeo y tributaciones del Monasterio de Piedra*, Cod. 46.

94 - AHN: *Libro de Apeos y tributaciones del Monasterio de Piedra*. Cod. 77.

Por encima de todos los *Apeos* que acabamos de describir, los dos registros de escrituras más importantes que hubo en Piedra y se conservan en el Archivo Histórico Nacional son los libros *Cabreos* compuestos por un monje cuya identidad permanece en el anonimato, que obedecía el mandato que le había dado el LXXIII abad, Pedro Bayle López, que gobernó Piedra entre 1680 y 1684. Ambos códices se nombran con el mismo título: *Lumen Domus Petrae*, porque pretendían hacer la *luz de la casa de Piedra* a través del conocimiento de la documentación de su archivo, un detalle que demuestra que, cuando se compusieron, los monjes estaban imbuidos del pensamiento racionalista pre-ilustrado, como lo estuvieron tantas otras iniciativas intelectuales de los novatores en tiempos de Carlos II. El abad Bayle probablemente lo era, dado que fue maestro en Teología y se había formado en la Universidad de Huesca. El primer códice es un *Libro Tumbo*⁹⁵, mientras que el segundo es un *Libro de Apeos*⁹⁶. Dada la relevancia histórica de los datos que se contienen en el primer códice, le dedicamos una edición crítica con transcripción completa y notas en 2014⁹⁷. Suponemos que ambos debieron componerse en las décadas de 1670-1680 al tiempo que se reorganizaba el archivo de un modo racional y sistemático para poder usar sus documentos en la defensa legal de los intereses de la abadía. Así parece demostrarlo el hecho de haberse conservado 5 cuadernos cosidos con paginación independiente, datados hacia 1668, escritos por el mismo monje que luego redactó el Códice 55 y que son un estadio intermedio, previo a la redacción definitiva, podríamos decir que un borrador preliminar, que se tuvo la precaución de conservar encuadernado con un folio de pergamino reutilizado de un antifonario del siglo XVI del que aún es legible un *Aleluya*⁹⁸.

Tanto el Códice 55 como el Códice 56 están escritos en letra caligráfica cursiva negra sobre papel, tienen tamaño folio y son muy voluminosos. El *Lumen Domus Petrae*, *Libro Cabreo* o Códice 55 (de las tres formas se nombra), contiene el registro universal de escrituras y privilegios que ha-

95 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55.

96 - AHN: *Lumen Domus Petrae*. Cod. 56.

97 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*

98 - AHN: *Cabreo del Monasterio de Piedra*. Cod. 265. Memoria de los lugares que están trabajados para hacer el cabreo que se desea en el convento y porque estaban en cuadernos sueltos, me pareció que porque no se perdiesen estarían bien cosidos en este libro.

bía en el archivo de Piedra y tiene 1665 páginas numeradas, figurando en el lomo que era el tomo 1. El *Lumen Domus Petrae*, *Libro de Apeos* o *Códice 56*, tomo 2, tiene 609 folios, es decir, 1218 páginas y contiene datos económicos, contratos de arriendo, registros de pago y censales. El *códice 55* carece de indicaciones sobre su posible autor o promotor. En cambio, el *códice 56* está precedido de una página donde, entre roleos y filigranas, se afirma que lo mandó componer el abad Pedro Baile, señalando que se terminó en 1683. A mi juicio, ambos corresponden a una misma y única iniciativa intelectual y son complementarios, si bien el escriturario que les dio forma no fue el mismo y las grafías de las letras son diferentes. En la portada del *Códice 56* está dibujado el escudo cuartelado del Monasterio de Piedra, donde se expresaba el Real Patronato por medio de los emblemas de la encina del Sobrarbe, la Cruz de San Jorge con las cabezas de los cuatro reyes musulmanes decapitados y los palos de gules de la señal real, y la independencia de la jurisdicción civil y criminal del Señorío de Piedra a través del *Castrum Petrae*, asociado a la trisquila, el símbolo de la Santísima Trinidad⁹⁹. [Fig. 6]

Algunos *Apeos* se relacionan con la gestión económica con-



Fig. 6: *Lumen Domus Petrae*, compuesto por orden del abad Pedro Baile en 1683, Archivo Histórico Nacional, *Códice 56*.

⁹⁹ - HERNÁNDEZ MUÑOZ, Roberto – “Escudo del Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia. Exposición conmemorativa del 800 aniversario de la Fundación del Monasterio de Piedra*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, p. 68.

creta que se hacía de un determinado lugar, como el anónimo manuscrito que se compuso tras la promulgación de la carta de población de Villanueva de Piedra en 1649, recogiendo en 791 páginas las condiciones legales para repoblar el lugar y los quiñones que debían pagar sus pobladores, escritas en tinta negra sobre papel con tapas de cuero, libro al que debe añadirse una recopilación de datos que se hizo en el siglo XVIII en un libro de 235 páginas, cuando Villanueva estaba despoblada, en letra negra cursiva sobre papel con tapas de cuero¹⁰⁰. También hay un *Apeo* de 202 páginas donde se registran los censales de Zaragocilla y Olvés, relacionados con el monocultivo de la vid, compuesto en fecha inmediatamente posterior a 1747¹⁰¹.

A finales del siglo XV e inicios del XVI Piedra conoció un momento de esplendor coincidente con el gobierno del XXXV abad, Pedro Serrano, que lo fue entre 1461 y 1488, y del XXXVI abad, García del Portillo, que gobernó Piedra entre 1488 y 1531. Ambos prelados fueron consejeros de Fernando el Católico y se les cita como “Maestros en Sacra Teología”, lo que supone que tenían el grado de doctor, si bien se ignora en qué universidad lo había obtenido. En 1522 profesó en Piedra un nieto de Fernando el Católico, Fray Hernando de Aragón, hijo de Ana Gurrea y del arzobispo de Zaragoza, Alonso de Aragón. Fray Hernando fue abad de Veruela, Arzobispo de Zaragoza y Virrey de Aragón. A este periodo esplendente corresponde la composición en Piedra de 2 códices que contenían las visitas pastorales del abad Serrano y del abad Portillo¹⁰². Juan IX, abad de Cister, con autoridad del Capítulo General y de los Reyes Católicos comisionó, según documentos dados en Dijon a 4 de diciembre de 1479 y en Toledo, el 22 de abril de 1480, al abad Serrano para que visitase y reformase los monasterios cistercienses de Aragón y Castilla. Al tiempo que hacían las visitas fueron compuestos ambos códices bajo el título: *Varios asuntos relativos a la Orden del Cister, y en*

100 - Villanueva de Piedra es un ejemplo de los fracasos repobladores del Monasterio de Piedra, puesto que menos de 20 años después de haber sido repoblado, el lugar se deshabitó por las excesivas cargas fiscales a que estaba sometido. AHN: *Cabreo del Monasterio de Piedra sobre el lugar de Villanueva de Piedra*, Cod. 183. AHN: *Documentos sobre la población del lugar de Villanueva de Piedra*. Cod. 260.

101 - AHN: *Cabreo del Monasterio de Santa María de Piedra registrando los censos de Zaragocilla y Olvés*. Cod. 184. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla...”, pp. 111-121.

102 - AHN: *Varios asuntos relativos a la Orden del Cister, y en particular a la visita que hizo a los monasterios de la misma el abad Don Pedro Serrano*. Cod. 85-B.

particular a la visita que hizo a los monasterios de la misma el abad Don Pedro Serrano. El cargo de visitador general lo mantuvo el abad Portillo según nombramientos de 1489 para Aragón, Castilla y Portugal, renovado en 1491 y ampliado a Navarra en 1511. Según el *Lumen Domus Petrae* existía un *Libro de visitas* que contenía el modelo para hacer los interrogatorios y las visitas que se hicieron entre 1515 y 1531 a las Huelgas Reales, al Hospital del Rey, Fuen Caliente, Tulebras, Trasobares, Casbas, Santa Fe, Veruela, Iranzu, Leire, Oliva y Fitero. También contenía la correspondencia entre el abad Portillo y Jacobo, General de Cister. Ambos manuscritos están en paradero desconocido, constando su existencia a través del *Lumen Domus Petrae*¹⁰³.

En la biblioteca de Catalunya ingresó en 1915 un manuscrito de 94 folios, citado como “Memorial del Monasterio de Piedra, obra de fray Mateo Asensio, monje cisterciense de Piedra en el que anotó los hechos más destacados ocurridos en la abadía entre 1516 y 1540, acaso para componer con ellos una historia del cenobio, incluyendo una lista de los obispos de la diócesis de Zaragoza y de Tarazona y un registro de los hechos que consideró importantes en la Historia del Cister en la Península Ibérica.”¹⁰⁴

En Piedra también se adquirían libros ya fabricados y los pagaban, no sin dificultad, a medida que tenían recursos económicos. Así se demuestra al examinar la cuenta 5 del *Libro de Bolsería*, de 10 de enero de 1310, que registra el gasto de “9 sueldos para el salterio de Carenas”¹⁰⁵, y ponerla en relación con la cuenta 6, de 20 de noviembre de 1310, donde se dice: “Espensa pro computatione. In primis, al salterio de Carenas XII dineros”¹⁰⁶. La compra de este libro, que no ha llegado a nuestros días, no tenía por objeto enriquecer la biblioteca monástica, sino dotar a una de las parroquias que eran administradas por la abadía. No se dice quién lo fabricó ni dónde se adquirieron, tan sólo se registra el gasto y el destino del códice. Lo relevante del cómputo es que

103 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3744, doc. 12. *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55, p. 100-102.

104 - BC: Memorial del Monasterio de Piedra, Ms. 363. FARNÉS JULIÀ, S. “Selección de manuscritos del gótico al renacimiento en algunos archivos y bibliotecas de Cataluña”, *Calligraphia et typographia, arithmetica et numerica, chronologia*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 1988, pp. 521-559, nº 48, p. 530..

105 - AMT: *Libro de Bolsería de Piedra*, fol. 14 v. Concepción de la, FUENTE COBOS, 2001, p. 104.

106 - *Ibidem*, fol. 16v, p. 107.

constata la existencia de una política de adquisiciones a comienzos del siglo XIV y un cierto mercado de libros en el valle del Jalón¹⁰⁷.

Desde 1245 Piedra podía enviar estudiantes a formarse al colegio de San Bernardo de París. A lo largo de los siglos XIII y XIV surgieron otros centros de enseñanza en Montpellier, Toulouse, Estella, Salamanca y Lérida. A partir de 1419, fecha en que Benedicto XIII fundó una cátedra de Teología en Santa María de Calatayud, en el *Estudio General Bilbilitano*, los monjes de Piedra tuvieron un centro docente cercano al que anualmente enviaban 3 monjes que, durante los cursos, residían en la casa hospicio que el monasterio tenía en la actual calle Gotor de Calatayud¹⁰⁸. Fue entonces cuando debió consolidarse un circuito económico de producción de manuscritos en Calatayud pensado para satisfacer las necesidades de los profesores y estudiantes de este centro docente. A finales del siglo XV se han documentado dos artesanos del libro que, sin ser monjes, desplegaron su actividad profesional al amparo de Piedra: un “maestro escritor de libros de iglesia”, llamado Pascual Julián, y un “iluminador”, llamado Pascual Pérez, ambos domiciliados en Carenas según el fogaje de 1495¹⁰⁹.

A las múltiples procedencias que llevamos registradas, habría que sumar los obsequios que hacían los monjes cuando profesaban, regalando los libros que habían poseído en su vida en el siglo, en signo de fidelidad, obediencia y pobreza. Como es lógico, también hubo donaciones particulares. El 31 de enero

107 - AHN: Clero, Piedra, carp. 3672, doc. 17, carp. 3673, doc. 4 y carp. 3674, doc. 3. *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55, p. 853. CONTEL BAREA, Concepción – *El Cister Zaragozano en el siglo XII: Las abadías predecesoras de Nuestra Señora de Rueda de Ebro*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1966. MELENDO POMARETA, Joaquín – *Carenas, una historia a la sombra del Cister*. Zaragoza: Centro de Estudios Bilbilitanos, 2005.

108 - FUENTE, Vicente de la – *Historia de la siempre augusta...*, II, p. 57. GIBERT, Guido María – “Los estudios en la congregación cisterciense de los reinos de la corona de Aragón y Navarra”. In *Los monjes y los Estudios. IV Semana de Estudios Monásticos Poblet 1961*. Poblet: Abadía de Poblet, 1963, p. 395.

109 - Como este pueblo era parte del dominio señorial de Piedra, es seguro que ambos fueron tributarios del monasterio y no es difícil imaginarlos con una actividad profesional orientada a asumir los encargos de la abadía, del estudio de Calatayud y de otras iglesias. Algunos buenos ejemplos de manuscritos de fabricación bilbilitana se conservan en la colegiata de Santa María de Calatayud, como el libro *Chantre* de 1382, el *Breviario bilbilitano* del siglo XIV, donado en 1463 por el Cardenal y obispo de Tarazona Jorge Bardaxi, y el *Misal* gótico del siglo XIV. SERRANO MONTALVO, Antonio – *La población de Aragón según el Fogaje de 1495*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1995, pp. 365-366. MELENDO POMARETA, Joaquín – *Carenas, una historia...*, p. 318.

de 1263 se firmó una composición entre los monjes de Piedra y el clero de Molina en virtud de la cual, las personas que se mandasen enterrar en Piedra y dejaran bienes a favor de la abadía tributarían la décima parte de dichos bienes a la parroquia a la que hubieran estado adscritos en vida y “si alguno dexase al Monasterio algunos cálices o plata para hacerlos, o lienzo para la Iglesia o sacristía, o libros u otra cosa de bienes muebles y alajas para ornato de la Iglesia, de aquello no tubiesen parte alguna los clérigos de su parroquia”¹¹⁰.

El 25 de abril de 1494, ante el notario bilbilitano Gil Sánchez Magallón, Nicolás Bernat, que era uno de los notarios de Calatayud “dejó al convento la tercera parte de sus bienes [...] y dejó también para la librería [...] los libros del derecho canónico, y los de las decretales y los libros del Abad Panermitano”¹¹¹, es decir, los libros escritos por Nicolo de Tudeschi, uno de los grandes juristas del derecho canónico, autor de *Lectura in decretales in sextum* y *In Clementina, Consilia, quaestiones, repetitioes, disputationes, disceptationes et allegationes* y *Flores utriusque juris*, libros que le valieron el título de *lucerna juris*, o lo que es lo mismo, “lámpara de la ley”¹¹². Aunque el documento no aclara si eran manuscritos o libros impresos, se conocen ediciones impresas de estos libros en Bolonia en 1475 y en Venecia en 1477 y 1485, que bien pudieran haber sido los libros que tuvo el notario Nicolás Bernat e ingresaron en Piedra. Por otro lado, este mismo notario depositó en la librería de Piedra algunos de los protocolos notariales de su oficio y, como consecuencia de ello, tras la desamortización, pasaron a la Biblioteca de las Cortes de Aragón, donde actualmente se conservan. El primero es un libro de 121 páginas donde se contienen las escrituras de Piedra, datadas entre 1486 y 1488, relacionadas con la obligación que tenía la abadía cisterciense de proteger y dar una parte de la renta de las salinas de Monterde al Convento de Santa Clara de Calatayud, compulsadas por Ludovico de Uña, en papel, con tinta negra y restos de un sello de cera roja. El segundo libro, de 108 hojas, contiene protocolos variados del año 1490¹¹³.

110 - AHN: *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55, p. 270.

111 - *Ibidem*, p. 736. El Notario Nicolás Bernat tuvo una estrecha relación con los cistercienses de Piedra. Había escriturado muchos de los actos de fe pública que se firmaron en Piedra a finales del siglo XV y asesoró a los monjes en la defensa de sus intereses en varios pleitos.

112 - KNUT, Wolfgang – *Kirche und Konzil bei Nicolaus de Tudeschis*. Colonia: Böhlau, 1964.

113 - BCAZ: *Protocolo Notarial de Nicolás Bernat de Calatayud*, sig. D. 183 y D194.

La información existente para estudiar a los iluminadores y miniaturistas activos en Piedra es muy escasa: se reduce a cuatro evidencias materiales y dos únicos ejemplos conservados. La más importante reliquia que se veneraba en la abadía era el *Sacro Dubio* de Cimballa, una Sagrada Forma que se transubstanció en 1380 para solventar las dudas de un sacerdote llamado mosén Tomás¹¹⁴. La reliquia se conservó en Cimballa hasta que se hizo con ella Martín, Duque de Montblanc, hermano del Rey Juan I, que llegó al trono como Martín I. En 1390 el Duque Martín donó la reliquia a Piedra. Con motivo de tan significativo regalo, el abad Martín Ponce Pérez mandó hacer un retablo relicario que fue colocado en el altar mayor y se conserva desde 1851 en la Real Academia de la Historia. Sus tablas, atribuidas razonablemente a los hermanos Juan y Guillén de Levi, judíos o judeoconversos activos en Tarazona, desarrollan un ciclo iconográfico dedicado a la infancia de la Virgen, el Nacimiento y la Pasión de Cristo, ocho ángeles músicos y una serie de Apóstoles, presididos por Dios Padre y por el Varón de Dolores, todo ello ajustado a las características de la pintura gótica de fines del XIV, a caballo entre el Trecento y el estilo Internacional, deudoras del modo de componer en el arte de la miniatura¹¹⁵. Unos años después de la donación, según documento dado en Zaragoza el 21 de noviembre de 1398, los habitantes de Cimballa recibieron, en compensación por la reliquia, una serie de exenciones, contenidas en un pergamino que, aunque no ha llegado a nuestros días, se conservó en el archivo de Piedra, firmado por el notario de Nuévalos Juan Sancho, descrito del siguiente modo:

“Pende de la dicha copia con cordones de seda colorada un sello de plata sobredorada, que en una parte tiene las armas de Aragón, que son las barras solas coronadas y alrededor una letra que dice: Martinus Rex Aragonum [...] a la otra parte ay dos efigies del Rey y la Reyna, muy bien grabadas y, alrededor, una letra que dice: Adduxit eam in Monasterio hoc. En la parte superior del pergamino hay pintado un ángel con los brazos abiertos, que tiene pendiente de las manos un corporal donde está pintada

114 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert, “La Santa Duda de Cimballa: de la devoción medieval al folklore actual”. *El Culto a las Reliquias. Interpretación, difusión y ritos*. Zaragoza, UNIZAR, 2018, pp. 162-179.

115 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El altar relicario del Monasterio de Piedra*. Madrid: Zaragoza, 2013.

la forma del Santo Misterio. Y, a la parte inferior del pergamino están pintadas de buena mano y pincel con colorido diferentes: a saber es en el dicho lado derecho las dichas armas de Aragón con su letrero y al lado izquierdo los dichos Rey y Reina”¹¹⁶.

Creo razonable pensar que el documento se redactó cuando Martín I visitó Piedra en 1398 y, si el notario y el escribano eran habitantes de Nuévalos, también debió serlo el miniaturista que lo ornó¹¹⁷.

En el Archivo Histórico Nacional se conservan dos documentos con miniaturas. El primero es una indulgencia en pergamino, concedida por el infante de Navarra Pedro de Foix (1449-1490), Cardenal del título de los Santos Cosme y Damián, hijo de Leonor de Navarra y Gastón IV de Foix¹¹⁸, dada a solicitud de Miguel Pasamonte, su secretario, en Naneto, a 8 de los idus de marzo de 1486, concediendo cien días de indulgencia a los fieles que, acudiendo a la iglesia del Monasterio de Piedra, visitasen e hiciesen ciertos rezos en la capilla penitencial, dedicada a Santa María Magdalena, los días de la Asunción y Purificación de la Virgen, así como el día de Jueves Santo y cada 20 de julio, al festejarse la efeméride de la pecadora arrepentida¹¹⁹. Al comienzo del documento la letra P del nombre *Petrus*, se ornamenta con filigranas en negro y junto a ella se representó el escudo con los emblemas del prelado coronados con el capelo. [Fig. 7]. El segundo es un trasunto de pergamino, datado en Zaragoza el 24 de enero de 1550, hecho a instancias del arzobispo Hernando de Aragón, que contiene una copia de las *Constituciones Provinciales de Zaragoza y de las diócesis sufragáneas*, que fueron concedidas en 1396, siendo Pontífice el Papa Luna. El documento incluye, en uno de sus folios, una letra capital I, del íncipit *In nomine Domini...* que sirve de eje de simetría para representar un premio lácteo de San Bernardo, asociado al emblema heráldico del Monasterio de Piedra, la trísquela, y, enroscada a la I, una filacteria con la primera palabra del verso *Mostrate es-*

116 - AHN: *Lumen Domus Petrae*, pp. 231 y 232.

117 - BHUNIZAR: SANZ DE LARREA, Antonio Joaquín – *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra...* Ms. 69, pp. 16-20.

118 - ADOT LERGA, Álvaro – “Orígenes del virreinato de Navarra (1479-1486)”. *Príncipe de Viana*, nº 258 (2013), pp. 617-618.

119 - AHN: Clero, carp. 3736, doc. 3. *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55, p. 42. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, p. 53

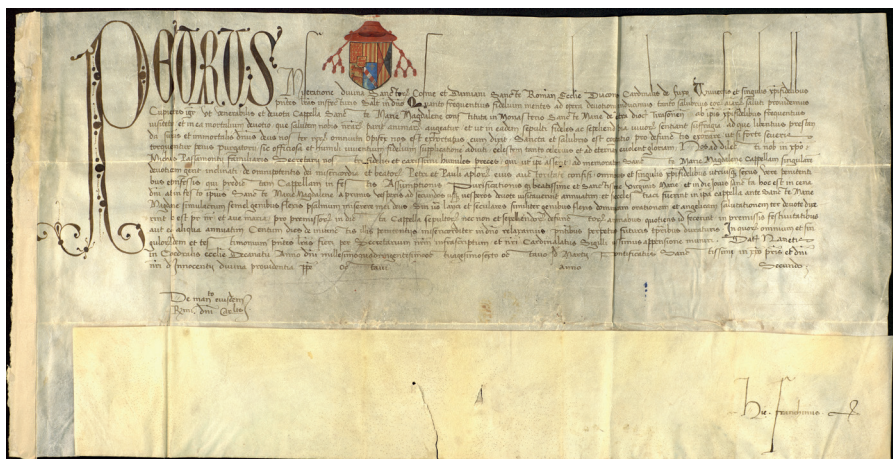


Fig. 7: Indulgencia concedida por el Cardenal Pedro de Foix en 1486 a favor de la capilla de la Magdalena de la Iglesia de Piedra. AHN: Clero, carp. 3736, doc. 3.

sem matrem, literalmente “muéstrate como madre”, de la oración *Ave María Stella*, que las hagiografías dedicadas a San Bernardo dicen era la oración que estaba rezando cuando le aconteció el milagro¹²⁰. [Fig. 8]

A comienzos del siglo XVII, el número de libros que había en el Monasterio de Piedra y el creciente interés por la formación intelectual de los religiosos, derivado de la creación de la congregación nacional de Bernardos de Aragón y Navarra en 1617, permiten explicar la decisión tomada por las autoridades que gobernaban Piedra de construir una biblioteca en la segunda planta del claustro, entendida desde el primer momento como un depósito de libros más que como una sala de estudio. El lugar elegido para su emplazamiento fue sobre el antiguo calefactorio del siglo XIII, ubicado en la panda claustral meridional, la más cálida y seca, en un espacio de perfecta planta cuadrada, que había conocido ya una serie de transformaciones precedentes¹²¹.

En Roma, el 11 de junio de 1446, a través del Cardenal Próspero de San Jorge, el Papa Eugenio IV concedió una bula a favor del Monasterio de Pie-

120 - AHN: Clero, carp. 3715, doc. 4. *Lumen Domus Petrae*, Cod. 55, p. 113. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, p. 72-73. LÁZARO ROMERO, Irene; GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La iconografía del premio lácteo de San Bernardo y su presencia en el Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, pp. 227-228.

121 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...*, pp. 443-445.

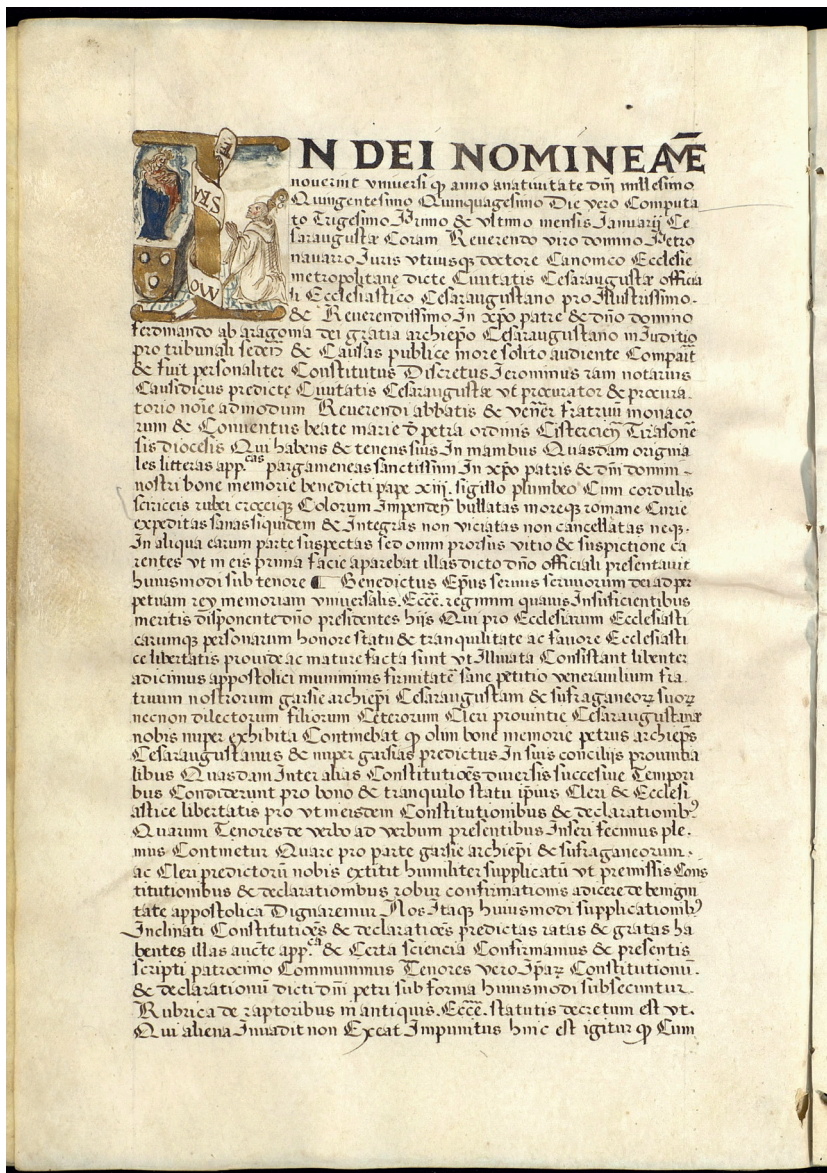


Fig. 8: Cuadernillo datado el 24 de enero de 1550 con un trasunto de las constituciones provinciales de Zaragoza hecho a partir del documento original dado por Benedicto XIII en 1396. AHN: Clero, carp. 3715, doc. 4.



Fig. 9: Bóveda de terceletes y combados de la biblioteca del Monasterio de Piedra, construida en tiempos del abad Hernando Sancho en 1584.

dra según la cual, sin dejar de tener un dormitorio común, se autorizó a esta comunidad a construir celdas individuales para los monjes siempre que éstas no tuvieran cerradura y pudieran ser inspeccionadas libremente por el prior y el abad¹²². En fecha incierta de la segunda mitad del siglo XV se construyó un sobreclaustro mudéjar encima del claustro gótico del siglo XIII, cuyas galerías y arcadas de ladrillo permitían distribuir ordenadamente las celdas. Años más tarde, en tiempos del XLVII abad, Sancho Hernando, que gobernó Piedra entre 1574 y 1584, se edificó, para unir el claustro bajo del XIII con el claustro alto del XV, una escalera de tres tramos de subida y dos descansillos en el lugar donde había estado el calefactorio. De ella han quedado en sus muros perimetrales testigos claros de su trazado y de la posición de los peldaños¹²³. La caja de la escalera estaba rematada en su parte superior con una cúpula sobre tambor octogonal, cuyas trompas tienen forma de concha venera, cerrada

¹²² - AHN: *Lumen Domus Petrae*, Cód. 55-B, p. 22. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, p. 46. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia...*, pp. 441-442.

¹²³ - En la *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio* se aclara respecto del abad Sancho Hernando que “Levantó de Planta la Escalera Mayor, que al presente sirve de Biblioteca el sitio; obra para aquel tiempo, mui costosa y bella”, lo que no deja dudas acerca de la transformación del calefactorio que había acogido la escalera en espacio del conocimiento. BHUNIZAR, Ms. 69, p. 100. La transformación del espacio acogido por el calefactorio en caja de escalera de tramos cerrada con una cúpula fue una solución relativamente frecuente en las abadías cistercienses durante el siglo XVI, tal y como se documenta en el cercano Monasterio de Huerta en 1599, estando a la cabeza de la obra fray Mateo de la Nava. ROMERO REDONDO, Agustín, NÚÑEZ DE ARENAS, Luz María y ANGUITA FONTECHA, Isidoro María – *Santa María de Huerta. Monasterio Cisterciense*. Zaragoza: Gráficas la Comercial, 2005, p. 83.

con una bóveda de terceletes y combados de 57 claves, dibujando una flor de 8 pétalos. [Fig. 9] El tambor octogonal acoge cuatro ventanas en arco de medio punto para dar luz cenital a la escalera y una serie de pinturas en grisalla dentro de arcos, simulados en trampantojo, donde fueron representados los Santos fundadores de Císter: San Benito, con el báculo en la derecha y el libro de la regla abierto en la izquierda, San Bernardo con el báculo en la derecha, dos libros cerrados en la izquierda y dos mitras a los pies que simbolizan los episcopados a cuyo ejercicio renunció, San Roberto de Molesme con el báculo en la derecha y el libro en la izquierda y San Malaquías con la cruz patriarcal en la derecha, el libro en la izquierda y una mitra a los pies, todos ellos de cuerpo entero, vestidos con hábitos de ricos plegados y acompañados de cartelas que les identifican. Gracias a un epígrafe que contiene un pasaje del *Apocalipsis*, escrito en letra capital romana sobre un friso situado a la altura de las impostas de la bóveda, sabemos que la obra estaba terminada en 1584: *Memor Esto unde excederis et age penitentiam et primae opera fac: sim autem veniam tibi cito et movebo candelabrum tuum [...] dominus Sanctius Ferdinandus Abbas, anno 1584*, que significa: “Recuerda dónde has caído y arrepiéntete y haz las obras primeras que si no vendré a ti presto y removeré tu candelabro. El Señor Abad Sancho Hernando, año 1584”¹²⁴. [Fig. 10]

En fecha incierta de la primera mitad del siglo XVII, la escalera construida antes de 1584 fue desmontada y, con bovedillas alcalaínas apeadas sobre sólidas vigas de madera que, a su vez, se sostenían sobre una esbelta columna corintia dotada de plinto en la base y zapatas con trisquelas en su remate, se construyó en Piedra un forjado de madera para ganar el suelo de una estancia donde emplazar la biblioteca. A partir de entonces, las ventanas de la cúpula dejaron de iluminar el pozo de la escalera y pasaron a dar luz a la librería, a la que se accedía desde uno de los pasillos del claustro alto, por una puerta adintelada, atravesando una especie de zaguán formado por una triple arquería de medio punto volteada sobre columnas de orden dórico toscano. En los muros perimetrales de la habitación se dispusieron las estanterías de madera para guardar libros y el armario con los cajones donde

124 - *Apocalipsis*, 2, 5. QUADRADO Y NIETO, José María – *Recuerdos y Bellezas de España. Aragón. Obra destinada a dar a conocer sus monumentos, antigüedades y vistas pintorescas*. Barcelona, 1844, p. 357. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...* 2014, pp. 27-30.



Fig. 10: Grisallas anónimas que representan a los Santos Benito de Nursia, Bernardo de Claraval, Roberto de Molesmes y Malaquías de Armagh, en el tambor de la cúpula de la biblioteca del Monasterio de Piedra, 1584.

se guardaban los documentos del archivo. En el Museo Lázaro Galdiano se conserva un dibujo a lápiz y aguada, ejecutado por Vicente Velázquez copiando un dibujo que había hecho su tío, Valentín Carderera, al visitar Piedra el 18 de septiembre de 1840, que muestra el estado en que se encontraba

la librería unos años después de la desamortización¹²⁵. Gracias a este dibujo se ha documentado la existencia de una segunda puerta adintelada, hoy tapiada, situada en eje con la triple arcada, sobre la que hubo un epígrafe, también perdido, con la máxima: *Initium sapientiae timor domini*, recogida de igual modo en el *Libro de los Proverbios*: “Respetar al Señor es el principio del Saber; los necios desprecian la sensatez y la educación”, y en el *Salmo 110*: “El principio de la sabiduría es respetar al Señor, tienen buen juicio los que lo realizan. El elogio del Señor será por siempre”¹²⁶. Ambos pasajes constituyen uno de los principios rectores básicos de la mentalidad cisterciense en su rechazo al orgullo intelectual. [Fig. 11]

Una opinión consagrada por Vicente de la Fuente en sus escritos, mantenida por la historiografía tradicional, ha venido afirmando como un dato indudable, que la biblioteca del Monasterio de Piedra se había perdido tras la desamortización¹²⁷. Yo mismo asumí este hecho como algo constatado al redactar mi tesis doctoral, defendida en 2011, y lo empecé a rebatir en 2015 con un primer acercamiento a los fondos bibliográficos de la biblioteca de Piedra cuando localicé nueve libros procedentes de la abadía cisterciense que azarosamente habían acabado en colecciones públicas y privadas¹²⁸. Este aciago panorama cambió radicalmente cuando leí el trabajo que Cristina Álvarez Millán y Miguel Ángel Ramos dedicaron a los viajes literarios de Pascual de Gayangos y Arce, en el que demostraron que Luis López Ballesteros, Director de la Real Academia de la Historia entre 1849 y 1853, propuso al gabinete de gobierno, presidido por Juan Bravo Murillo, y al ministro de Fincas del Estado, Felipe Canga Arguelles, que el arabista y académico de la Historia, Pascual de Gayangos y Arce, por entonces catedrático de árabe en la Universidad Central de Madrid, debía recorrer España visitando las abadías exclaustradas y las oficinas de amortización del crédito público para remitir a Madrid los documentos y libros que, habiéndose conservado, considerara

125 - Museo Lázaro Galdiano, n.º inv. 9726. LANZAROTE GUIRAL, José María y ARANA COBOS, Itziar – *Viaje artístico por Aragón de Valentín Carderera*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, Fundación Lázaro Galdiano, 2013.

126 - *Salmos*, 110, 10 y *Proverbios*, 1,7. *Biblia del Peregrino*. Bilbao, Ediciones Mensajero, 2001, pp. 1363 y 1424, traducción de Luis Alonso Schökel.

127 - FUENTE, Vicente de la – *España Sagrada. Las Santas Iglesias de Tarazona...* 1866, L.

128 - GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “El scriptorium del Monasterio de Piedra: noticias y evidencias materiales”. *Titivillus* 1 (2015), pp. 13-26.



Fig. 11: Copia de la vista de la biblioteca del Monasterio de Piedra hecha en la técnica del dibujo y la aguada por Vicente Velázquez a partir de un dibujo de Valentín Carderera fechado el 18 de septiembre de 1840.

de importancia para el conocimiento de la Historia. Durante su segundo viaje, en la Navidad de 1850 y en los primeros días de 1851, Gayangos visitó, entre otros lugares, Calatayud, Piedra y Zaragoza, ciudad donde localizó en las oficinas de amortización 1577 pergaminos, 19 legajos y los 46 libros manuscritos que acabamos de comentar, procedentes de Piedra. Embalado en cajones, todo fue remitido a Madrid y se conservan actualmente en el Archivo Histórico Nacional¹²⁹. Si los documentos se salvaron por la actuación de una comisión académica de mediados del XIX, bien podría haber sucedido lo mismo con algunos de los libros de su biblioteca.

La preocupación por el destino que se iba a dar a los libros y documentos de las abadías desamortizadas fue un tanto tardía si la comparamos con la gestión que se hizo de los edificios y del ajuar litúrgico. Aunque inicialmente se había previsto la existencia de una biblioteca pública en cada capital de provincia, vinculada al edificio donde estuviera la diputación, en la que se deberían recoger los libros considerados de utilidad, una Real Orden fechada el 22 de septiembre de 1838 determinó que: *en las Provincias, donde hubiere Universidad, reemplace este cuerpo literario a la Comisión artística en la reunión, colocación y arreglo de los libros procedentes de los suprimidos conventos; pero en la inteligencia que no se ha de considerar la biblioteca que se forme como propiedad exclusiva suya, aunque sí podrá servirse de ella, sino como establecimiento público, de cuya conservación estará encargado y que deberá estar abierto seis horas al menos diarias, excepto en el mes de agosto, que se destinará a la limpia general y verificación anual de índices; y como en la realización de este proyecto están interesados los Ayuntamientos y Diputaciones provinciales, es la voluntad de Su Magestad que se pongan los claustros de acuerdo con estas corporaciones para que señalen fondos sobre sus presupuestos, a efectos de conservar y enriquecer las bibliotecas*¹³⁰. Fue en cumplimiento de este ordenamiento jurídico como una parte de los fondos bibliográficos del Monasterio de Piedra acabó en la

129 - ÁLVAREZ RAMOS, Miguel Ángel y ÁLVAREZ MILLÁN, Cristina – *Los viajes literarios de Pascual de Gayangos (1850-1857) y el origen de la archivística española moderna*. Madrid: CSIC, 2007, pp. 88 y 338. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes...*, p. 15.

130 - CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. Javier – “Textos legales de las desamortizaciones eclesiásticas españolas y con ellas relacionados”. In *La desamortización: el expolio del patrimonio artístico y cultural de la Iglesia en España*. San Lorenzo del Escorial, p. 19.

Biblioteca Histórica de la Universidad de Zaragoza, donde se han identificado, gracias a la presencia de diferentes *ex libris*, 82 libros procedentes de la Biblioteca de Piedra con seguridad (puede que haya más) fechados entre los siglos XVI y XVIII, de los cuales 15 son incunables¹³¹.

El 7 de mayo de 1836 se formó en Zaragoza una comisión científica y artística, compuesta por miembros de la Real Academia de San Luis, que designó a Antonio Figuer y a Raimundo Erruz por los partidos judiciales de Calatayud y Ateca para inventariar y remitir a Zaragoza los libros y documentos considerados de utilidad pública¹³². En la relación de libros que se habían trasladado a la casa de la Comunidad de Calatayud para su traslado a Zaragoza, elaborada por Figuer el 14 de abril de 1836, figuran 473 libros de pasta y 1980 de pergamino procedentes del convento de Carmelitas Descalzos de San José de Calatayud, del Monasterio de Piedra y de la colegiata de Virgen de la Peña de Calatayud¹³³. En un documento posterior, del 8 de octubre de 1836, Figuer inventaría como procedentes de Piedra, de los Agustinos Descalzos, Carmelitas Descalzos, San Francisco, Capuchinos y Virgen de la Peña nada menos que 3067 libros en pergamino, 699 de pasta y 76 cuadernos para enviar a Zaragoza, reconociendo en el oficio que todavía se hallaba en Piedra una grande porción de libros, cuadros y otros objetos, difíciles de trasladar por lo costoso que resultaría¹³⁴.

Como es lógico, de los 82 libros que se tienen identificados como procedentes de Piedra en la Universidad de Zaragoza, la mayoría, 19, abordan cuestiones de Teología. Entre ellos hay que destacar: *Theoremata de corpore*

131 - Los *ex libris* son diversos: "De la librería del Mº de Piedra", "Soy del Mº de Piedra" "Bibliotecam regii Monasterii Petra". MIRANDA SIN, Paz y MARTÍN DEL FRAILE, Julia - *Catálogo de la Exposición Bibliográfica celebrada con motivo del 475 aniversario de la Universidad de Zaragoza*. Zaragoza: UNIZAR, 2017, p. 23.

132 - GARRIS FERNÁNDEZ, Álex - *La tutela del patrimonio aragonés. La Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Zaragoza (1875-1957)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, Excma Diputación de Zaragoza, 2017, págs. 39-45. MARTELES LÓPEZ, P. - *La desamortización de Mendizábal en la Provincia de Zaragoza (1835-1851)*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.

133 - ABMPZ: Documentos de la Comisión Científica y Artística de la provincia de Zaragoza.

134 - CORTÉS PERRUCA, José Luis - "Los bienes dispersos del Monasterio de Piedra: Problemáticas de identificación y estudio". In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) - *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 401-431.

Christi de Aegidius Romanus, impreso en Bolonia, por Balthasar de Hyberia, el 15 de septiembre de 1481¹³⁵; *Aureola sive Flores Saancti Hieronymi*, en la edición de Thoma Dorniberg, impreso en Roma por Stephanus Planck, en 1481¹³⁶; *Sermones de evangelio aeterno* de San Bernardino de Siena, impreso en Basilea en 1489¹³⁷; *Expositio in Psalterium* de Magno Aurelio Casiodoro, impreso en Basilea, por el impresor Johannes Amerbach, en 1491¹³⁸; *Breviarium secundum ordinem Fratrum BMV de Monte Carmelo*, impreso en Venecia por Andreas Torresanus, el 1 de febrero de 1495, en letra gótica de dos tamaños, en dos columnas y con dos tintas en rojo y en negro¹³⁹; los dos tomos del libro *Mariale, seu Sermonarium de excellentiis B. Mariae Virginis. Officium et Missa immaculatae Conceptionis B. Mariae Virginis*, de Bernardino Busti, impreso en 1498 por Martinus Flach¹⁴⁰; *Tractatus super symbolum Athanasii quicumque vult*, de Pedro de Castrovol, impreso en Pamplona en 1499¹⁴¹; *Vocabularium ecclesiasticum* de Rodrigo Fernández de Santaella, impreso en latín y castellano en Sevilla el 14 de febrero de 1499¹⁴²; *Obras completas de San Juan Crisóstomo*, impresas en cinco tomos en Lyon en 1543¹⁴³; *Enarrationes quas Catherinam vere auream dicitur in quator Euvangelia: ex vetustissimorum codicum collatione quantum licuit emendationes quaaactenus in lucem editae...* de Santo Tomás de Aquino, impresas en Pa-

135 - ROMANUS, Aegidius – *Theoremata de corpore Christi*. Bononiae: Balthasar de Hyberia, 1481, BHUNIZAR, sig. I. 199.

136 - JERÓNIMO, Santo – *Aureola sive Flores Saancti Hieronymi*. Romae, Stephanus Planck, 1481, BHUNIZAR, sig. I. 109.

137 - BERNARDINO DE SIENA, Santo – *Sermones de evangelio aeterno*. Basileae: Johannes Amerbach, 1489, BHUNIZAR, sig. I-192.

138 - CASIODORO, Magno Aurelio – *Expositio in Psalterium*. Basiliae. Johannes Amerbach, 1491, BHUNIZAR, sig. I. 82.

139 - *Breviarium secundum ordinem Fratrum BMV de Monte Carmelo*. Venetiis, Andreas Torresanus, 1495, BHUNIZAR, sig. I. 60.

140 - BUSTI, Bernardino – *Mariale, seu Sermonarium de excellentiis B. Mariae Virginis. Officium et Missa immaculatae Conceptionis B. Mariae Virginis*. Argentinae, Martinus Flach, 1498, BHUNIZAR, sig. I. 207 y 249.

141 - CASTROVOL, Pedro – *Tractatus super symbolum Athanasii "quicumque vult"*, Pampiloniae, Arnaldu Guillelmus de Brocario, 1499, BHUNIZAR, sig. I. 287.

142 - FERNÁNDEZ DE SANTAELLA, Rodrigo – *Vocabularium ecclesiasticum*. Hispali, Johannes Pegnizer, Magnus Herbst ey Thomas Glockner, 14 de febrero de 1499, BHUNIZAR, sig. I. 58.

143 - JUAN CRISÓSTOMO, Santo – *Diui Ioannis Chrysostomi Archiepiscopi Constantinopolitani Opera...* Lugduni, Hugonem & haeredes Aemonis a Porta, Parisiis ex officina Carolae Guillard, 1543, BHUNIZAR, sig. H9-1/5.

rís en 1546¹⁴⁴; *Ad naturalem et christianam philosophiam, maxime vero ad scholasticam quam vocant theologiam...* de Juan Viguera, impreso en París en 1563¹⁴⁵; *Locorum catholicorum, tum sacrae scripturae, tum etiam antiquorum patrum, proorthodoxa & vetere fide retinenda Libri Septem...* del Obispo de Oviedo Francisco Orantes, impreso en París en 1566¹⁴⁶; los *Santos Evangelios* impresos en Alcalá de Henares de Juan de la Fuente en 1582¹⁴⁷; *Decisiones aureae casuum conscientiae: in quatuor libros distributae* de Giacomo Graffi, impreso en Venecia en 1593¹⁴⁸; *Institutionum moralium in quibus universae quaestiones ad conscientiam...* de Juan Azor, impreso en Lyón en 1612¹⁴⁹; *Synopsis cursus theologici diligenter recognita et variis in locis locupletata cui accedit synopsis synopseos* de Jacques Platel, impreso en 1706¹⁵⁰; *Theologia moralis* de Hermann Busenbaum, impresa en Venecia en 1718¹⁵¹; *Prolegomena et Dissertationes in omnes et singulos S. Scripturae libros* del benedictino Agustín Calmet, impreso en Luca en 1729¹⁵² y *Oficio Divino Cisterciense*, que incluye el *Calendario litúrgico*, impreso en Zaragoza en 1832¹⁵³.

Menos en número, pero no por ello menos significativos son los libros de gramática latina y literatura: *Orthographia* de Johannes Tortellius, impreso en

144 - TOMÁS DE AQUINO, Santo – *Thomae Aquinatis Enarrationes quas Cathenam vere auream dicitur in quator Euvangelia: ex vetustissimorum codicum collatione quantum licuit emendationes quactenus in lucem editae...* Parisiis, Petri Galteri, 1546, BHUNIZAR, sig. G-59-28.

145 - VIGUERA, Juan de – *Ad naturalem et christianam philosophiam, maxime vero ad scholasticam quam vocant theologiam...* Parisiis, Caludium Fremy, 1563, BHUNIZAR, sig. G-59-35.

146 - ORANTES, Francisco – *Locorum catholicorum, tum sacrae scripturae, tum etiam antiquorum patrum, proorthodoxa & vetere fide retinenda Libri Septem...* Parisiis, Iacobum Maceum, 1566, BHUNIZAR, sig. H-11-30.

147 - *In sacrosanctum Evangelium Domini Nostri Iesu Christi secundum Marcum libri quidecum...* fratre Iohanne de la Fuente... Computi, Ioannem Gratianum, 1582, BHUNIZAR, sig. H-6-40.

148 - GRAFFI, Giacomo – *Decisiones aureae casuum conscientiae: in quatuor libros distributae.* Venetiis, Damiani Zenari, 1593, BHUNIZAR, sig. G-31-148.

149 - AZOR, Juan – *Institutionum moralium in quibus universae quaestiones ad conscientiam...* Lugduni, Horatii Cardon, 1612, BHUNIZAR, sig. H-26-79.

150 - PLATEL, Jaques – *Synopsis cursus theologici diligenter recognita et variis in locis locupletata cui accedit synopsis synopseos.* Duaci, sumptibus viudae Balthazar Bellere, 1706, BHUNIZAR, sig. H-25-26.

151 - BUSENBAUM, Hermann – *Theologia moralis.* Venetiis, Nicolaum Pezzana, 1718, BHUNIZAR, sig. H-26-29.

152 - CALMET, Agustín – *Prolegomena et Dissertationes in omnes et singulos S. Scripturae libros.* Lucae, Leonardi Venturini, 1729, BHUNIZAR, sig. H-25-27.

153 - *Ordo generalis divinum officium recitandi, missaque celebrandi juxta ritum cisterciensem: Cum festis, que peculiariter in Monasteriis de Berola et Petra in Regno Aragoniae annatim recitantur pro anno bisextii 1832, Pascha occurrente 22 aprilis,* Zaragoza, viuda de Francisco Magallón, 1832, BHUNIZAR, CAJ 3-51ar.

Vicenza en 1480 por Hermannus Liechtenstein¹⁵⁴; *De priscorum proprietate verborum* de Junianus Maius, impreso en Venecia el 8 de octubre de 1485¹⁵⁵ y una singular edición de la *Opera latina* de Francesco Petrarca, impresa en Basilea en 1496¹⁵⁶; y de Historia, entre los que hay que destacar: *Liber Chronicarum* de Hartmann Schedel, más conocido como *Crónica de Nuremberg*, impreso por Antonius Koberger el 12 de julio de 1493¹⁵⁷, libro en el que, además del *ex librix* que demuestra su procedencia, hay una anotación donde figura el nombre de Antonio Monterde, su propietario, que seguramente sea el mismo religioso que en 1724 figura como sacerdote y maestro en Teología, hermano de fray Juan Domingo Monterde, provincial de San Francisco en Aragón¹⁵⁸; los 20 libros de las *Antigüedades hebreas* de Flavio Josefo, impreso en Lyon en 1566 ilustrado con 47 xilografías¹⁵⁹; *Comentario de la Guerra de la Galia y de la Guerra Civil* de Cayo Julio César, con su traducción al castellano de Fray Diego López de Toledo, impreso en Toledo por Pedro Hagenbach el 14 de julio de 1498¹⁶⁰; *Chrono-Historia de la Compañía de Jesús en la provincia de Toledo y elogios a sus varones ilustres* de Bartolomé de Alcázar, impreso en Madrid en 1710¹⁶¹ y un interesante manuscrito fechado en 1756 que parece el estadio inmediatamente anterior a la impresión de un libro, que nunca llegó a ver la luz en forma de impreso, titulado: *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra en el Reino de Aragón*, en el que se abordaba el estudio de

154 - TORTELLIUS, Johannes – *Orthographia*. Vicentiae, Hermannus Liechtenstein, 1480, BHUNIZAR, sig. I. 195.

155 - MAIUS, Junianus, *De priscorum proprietate verborum*. Venetiis, Peregrinus de Pasqualibus et Dionysius Bertochus, 8 octubre 1485, BHUNIZAR, sig. I. 198.

156 - PETRARCA, Francesco – *Opera latina. Bucolicum Carmen. De vita Solitaria. De remedia utriusque fortunae, Secretum de contemptu mundi. De vera sapientia. De rebus memorandis. Invective contra medicum obiurgantes. Epistolae de rebus familiaribus. Epistolae sine titulo. Epistolae ad Carolum IV regem Romanorum. Epistola de studiorum suorum succesibus. Psalmi poenitentiales. De viris illustribus cum supplemento Lombardi Serici. Benvenutis de Rambaldis: Libellus augustalis. Annotatio principalium sententiarum...* Basiliae, Johannes Amerbach, 1496, BHUNIZAR, sig. I-197.

157 - SCHEDEL, Hartmann – *Liber Chronicarum*. Norimbergae, Antonius Koberger, 1493, BHUNIZAR, sig. I. 142.

158 - A. H. N: *Lumen Domus Petrae*. Cód. 55-B, p. 432. GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert, 2014, p. 129.

159 - JOSEFO, Flavio – *Antiquitatum Iudaicarum*. Lugduni, haeredes Iacobi Lunctae, 1566, BHUNIZAR, sig. G-59-10.

160 - CESAR, Cayo Julio – *Comentarii de bello Galico, additis alexandrino, Africo, Hispanensi; de bello civili*, traducido por Fray Diego López de Toledo, Toledo, Pedro Hagenbach, el 14 de julio de 1498, BHUNIZAR, sig. I-81.

161 - ALCAZAR, Bartolomé – *Chronohistoria de la Compañía de Jesús en la provincia de Toledo y elogios a sus varones ilustres*. Madrid: Juan García Infançon, 1710, BHUNIZAR, sig. H-26-124 y H-31-40.

la más importante reliquia que hubo en Piedra, explicando la historia y la fundación de la abadía, sus varones ilustres, abades, teólogos y la descripción del edificio tal y como se encontraba en el tiempo en que Antonio Joaquín Sanz de Larrea, prior de Piedra, lo compuso¹⁶². También tuvieron los monjes de Piedra los *Emblemas morales de don Juan de Horozco y Covarrubias*, impresos en Zaragoza en 1604¹⁶³.

Entre los libros de filosofía figuran: *Communiloquium, seu Suma collationum ad omne genus hominum. Compendioloquium de vita et moribus antiquorum philosophorum* de Juan Galensis, impreso en Venecia el 30 de julio de 1496¹⁶⁴; los ocho volúmenes con los comentarios a los libros de la *Física* de Aristóteles de Francisco de Toledo, impresos en Alcalá de Henares en 1583, con anotaciones que demuestran que fue propiedad del abad Martín y que estuvo en el Monasterio de la Valdigna antes de pasar a la biblioteca de Piedra¹⁶⁵. Como era lo habitual en muchas abadías, para defender sus intereses económicos y jurisdiccionales, hubo en Piedra una buena colección de libros de jurisprudencia, entre los que estaba: *Vocabularium iuris utriusque: hac postrema editione multis locupletatum dictionibus a Lexico Prataej...* impreso en Lyon en 1586¹⁶⁶ y una colección de impresos donde la propia abadía exponía los argumentos usados por ella en algunos pleitos para ganarlos: *El abad monjes y convento del Monasterio Real de Nuestra Señora de Piedra de la orden de San Bernardo in processu Joannis Ximeno super apprehensione*

162 - SANZ DE LARREA, Antonio Joaquín – *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra en el Reino de Aragón*. BHUNIZAR, Ms. 69. Recientemente se ha publicado una transcripción con un estudio preliminar poco profundo, sin notas a pie de página que impliquen una edición crítica y sin índice onomástico ni toponímico de este manuscrito. CRIADO MAINAR, Jesús y CARRERTERO CALVO, Rebeca – *Historia sagrada del Santísimo Misterio Dubio de Cimballa*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. Excma. Diputación de Zaragoza, 2020.

163 - HOROZCO COVARRUBIAS, Juan de – *Emblemas morales*. Zaragoza, Alonso Rodríguez, 1604, BHUNIZAR, sig. D-32-111.

164 - GALLENSIS, Johannes – *Communiloquium, seu Suma collationum ad omne genus hominum. Compendioloquium de vita et moribus antiquorum philosophorum*. Venetiis, Georgius Arrivabe, 30 de julio de 1496, BHUNIZAR, sig. I-123.

165 - TOLEDO, Francisco de – *D. Francisci Toleti Societatis Iesu Commentaria una cum quaestionibus in octo libros Aristo de Physica auscultatione, multo accuratius diligentiusque nunc de-nuo excussa...* Compluti, Ioannes Yñiguez a Lequerica, 1583, BHUNIZAR, sig. H-3-61.

166 - *Vocabularium iuris utriusque: hac postrema editione multis locupletatum dictionibus a Lexico Prataej...* Lugduni, Symphorianum et Stephanum Michaellem, 1586, BHUNIZAR, sig. H-5-17.

un articulo litispendentiae, impreso en 1601¹⁶⁷; *Relación de los derechos declarados y adjudicados al Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra, capítulos de las iglesias parroquiales de Ibdes y Munébrega, concejos y vecinos de dichos lugares y de la villa de Carenas, por la sentencia arbitral de Somed, y tres adiciones y declaraciones della, dadas en dichas partes por Antonio Blanco y Gómez y Bartolomé Pérez de Nueros*, de 1648¹⁶⁸ y *Motivos que justifican la provisión de firma ne pendiente Apellatione que suplica el Señor Abad del Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra*, impreso en Zaragoza en 1699¹⁶⁹. Por último, es interesante señalar que en la Biblioteca de Piedra se guardó una edición de los dos volúmenes del *Índice de libros prohibidos* de Diego Sarmiento de Valladares, revisado por Vidal Marín Fernández, impreso en 1707 siendo rey Felipe V¹⁷⁰.

La conclusión final que se puede extraer de todos los datos que acabamos de recoger no deja lugar a dudas. El Monasterio de Piedra atesoró a lo largo de sus 640 años de historia una buena biblioteca formada por manuscritos, incunables e impresos que convirtieron la sala usada como librería en un verdadero espacio del conocimiento. Aunque en muchas publicaciones se ha afirmado que Piedra perdió todos sus libros en la desamortización de 1835, la afirmación no puede ser validada al haber nosotros localizado noticas de al menos 160 libros, de los que hemos identificado más de 70 en colecciones particulares, monasterios y bibliotecas públicas. Todos ellos reflejan bien a las claras cómo se formó en Piedra un foco productor de libros en la Edad Media y cómo evolucionó hacia su condición de comprador o receptor de libros impresos por donación en la Edad Moderna. Hubo en Piedra una intensa vida intelectual que puede ser reconstruida con los libros que usaron sus monjes para su formación.

167 - *El abad monjes y convento del Monasterio Real de Nuestra Señora de Piedra de la orden de San Bernardo in processu Joannis Ximeno super apprehensione un articulo litispendentiae*. 1601, BHUNIZAR, sig. Edsbas.60C873B.

168 - *Relación de los derechos declarados y adjudicados al Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra, capítulos de las iglesias parroquiales de Ibdes y Munébrega, concejos y vecinos de dichos lugares y de la villa de Carenas, por la sentencia arbitral de Somed, y tres adiciones y declaraciones della, dadas en dichas partes por Antonio Blanco y Gómez y Bartolomé Pérez de Nueros*, 1648, BHUNIZAR, sig. Edsbas.2678045F y Edsbas. D2DBF4FE.

169 - *Motivos que justifican la provisión de firma ne pendiente Apellatione que suplica el Señor Abad del Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra*, Zaragoza, 1699, BHUNIZAR, sig. G-73-75 y CAJ 88-2132ar.

170 - *Index Expurgatorius Hispanus ab Didaco Sarmiento et Valladares inceptus et ab... Vitale Marín perfectus...* 1707, BHUNIZAR, sig. H-26-125 y H-33-14.

Fontes e Bibliografia

1. Fuentes

1.1. Fuentes manuscritas

Espanha

Burgos, Archivo del Monasterio de Santa María la Real de Las Huelgas de Burgos

– *Quatro órdenes del áureo número e otros tractados e cerimonias que pertenesçen a la orden de Çistel*. Ms. 6.

Cardaña, Monasterio de San Pedro de Cardaña (BMSC)

– *Cantoral fechado en 1595*.

Madrid, Biblioteca Nacional de España (BNE)

– *Consueta y ritual cisterciense del Monasterio de Piedra*. Ms. 6361.

– *Ordinario de todos los monjes de la Orden de Císter*. Ms. 11541.

Madrid, Archivo Histórico Nacional (AHN)

– *Constituciones Provinciales de Zaragoza y de las diócesis sufragáneas*. Trasunto de pergamino, dado en Zaragoza el 24 de enero de 1550, a instancias del Arzobispo Hernando de Aragón, hecho a partir del documento original fechado en 1396. AHN: Clero, carp. 3715, doc. 4.

– PÉREZ, Alfonso – *Apeo y tributaciones del Monasterio de Piedra*. Cod. 46.

– *Lumen Domus Petrae*. Cod. 55.

– *Libro de Apeos y tributaciones del Monasterio de Piedra*. Cod. 77.

– *Varios asuntos relativos a la Orden del Císter, y en particular a la visita que hizo a los monasterios de la misma el abad Don Pedro Serrano*. Cod. 85-B.

– SANCHO, Juan – *Registro de bienes y Apeo de las haciendas de Piedra*. Cod. 173.

– *Cabreo del Monasterio de Piedra sobre el lugar de Villanueva de Piedra*, Cod. 183.

– PÉREZ, Bartolomé – *Apeo de los bienes del Monasterio de Piedra*. Cod. 224.

– *Documentos sobre la población del lugar de Villanueva de Piedra*. Cod. 260

– *Cuentas del Monasterio de Piedra entre los años 1740 y 1744*. Libro 18669.

Madrid, Archivo de la Real Academia de la Historia (ARAH)

– *Colección de Manuscritos de Joaquín Traggia*. Ms. B-138.

Teruel, Museo de Teruel

– *Libro de Bolsería de Piedra. Libro de Apeos*.

Zaragoza, Biblioteca de las Cortes de Aragón (BCAZ)

– *Protocolos Notariales de Nicolás Bernat en relación con Piedra*. sig. D. 183 y D194.

Zaragoza, Biblioteca Histórica de la Universidad de Zaragoza (BHUNIZAR)

– *Ceremonial del Monasterio de Piedra*. Ms. 52.

- SANZ DE LARREA, Antonio Joaquín – *Historia Sagrada del Santísimo Misterio Dubio que se venera en el Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra en el Reino de Aragón*. Ms. 69.
- HOROZCO COVARRUBIAS, Juan de – *Emblemas morales*. Zaragoza: Alonso Rodríguez, 1604, sig. D-32-111.
- GRAFFI, Giacomo – *Decisiones aureae casuum conscientiae: in quatuor libros distributae*. Venetiis: Damiani Zenari, 1593, G-21-148.
- JOSEFO, Flavio – *Antiquitatum Iudaicarum*. Lugduni: haeredes Iacobi Lunctae, 1566, sig. G-59-10.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo – *Thomae Aquinatis Enarrationes quas Catherinam vere auream dicitur in quator Euvangelia: ex vetustissimorum codicum collatione quantum licuit emendationes quaauctenus in lucem editae...* Parisiis: Petri Galteri, 1546, sig. G-59-28.
- VIGUERA, Juan de – *Ad naturalem et christianam philosophiam, maxime vero ad scholasticam quam vocant theologiam...* Parisiis: Caludium Fremy, 1563, sig. G-59-35.
- *Motivos que justifican la provisión de firma ne pendiente Apellatione que suplica el Señor Abad del Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra*. Zaragoza, 1699, sig. G-73-75 y CAJ 88-2132ar.
- TOLEDO, Francisco de – *D. Francisci Toleti Societatis Iesu Commentaria una cum quaestionibus in octo libros Aristo de Physica auscultatione, multo accuratius diligentiusque nunc denuo excussa...* Compluti: Ioannes Yñiguez a Lequerica, 1583, sig. H-3-61.
- *Vocabularium iuris utriusque: hac postrema editione multis locupletatum dictionibus a Lexico Prataeij...* Lugduni: Symphorianum et Stephanum Michaellem, 1586, sig. H-5-17.
- *In sacrosanctum Evangelium Domini Nostri Iesu Christi secundum Marcum libri quidem...* fratre Iohanne de la Fuente... Computi: Ioannem Gratianum, 1582, sig. H-6-40.
- JUAN CRISÓSTOMO, Santo – *Diui Iohannis Chrysostomi Archiepiscopi Constantinopolitani Opera...* Lugduni: Hugonem & haeredes Aemonis a Porta, Parisiis ex officina Carolae Guillard, 1543, sig. H-9-1/5.
- ORANTES, Francisco – *Locorum catholicorum, tum sacrae scripturae, tum etiam antiquorum patrum, proorthodoxa & vetere fide retinenda Libri Septem...* Parisiis: Iacobum Maceum, 1566, sig. H-11-30.
- PLATEL, Jaques – *Synopsis cursus theologicis diligenter recognita et variis in locis locupletata cui accedit synopsis synopseos*. Duaci: sumptibus viudae Balthazar Bellere, 1706, sig. H-25-26.
- CALMET, Agustín – *Prolegomena et Dissertationes in omnes et singulos S. Scripturae libros*. Lucae: Leonardi Venturini, 1729, sig. H-25-27.
- BUSENBAUM, Hermann – *Theologia moralis*. Venetiis: Nicolaum Pezzana, 1718, sig. H-26-29.
- AZOR, Juan – *Institutionum moralium in quibus universae quaestiones ad conscientiam...* Lugduni: Horatii Cardon, 1612, sig. H-26-79.
- ALCAZAR, Bartolomé – *Chronohistoria de la Compañía de Jesús en la provincia de Toledo y elogios a sus varones ilustres*. Madrid: Juan García Infançon, 1710, sig. H-26-124 y H-31-40.
- *Index Expurgatorius Hispanus ab Didaco Sarmiento et Valladares inceptus et ab... Vitale Marin perfectus...* 1707, sig. H-26-125 y H-33-14.
- FERNÁNDEZ DE SANTAELLA, Rodrigo – *Vocabularium ecclesiasticum*. Hispali: Johannes Pegnizer, Magnus Herbst y Thomas Glockner, 14 de febrero de 1499, sig. I. 58.
- *Breviarium secundum ordinem Fratrum BMV de Monte Carmelo*. Venetiis: Andreas Torresanus, 1495, sig. I. 60.

- CESAR, Cayo Julio – *Comentarii de bello Galico, additis alexandrino, Africo, Hispalensi; de bello civili*. Traducido por Fray Diego López de Toledo. Toledo: Pedro Hagenbach, el 14 de julio de 1498, sig. I. 81.
- CASIODORO, Magno Aurelio – *Expositio in Psalterium*. Basiliae: Johannes Amerbach, 1491, sig. I. 82.
- JERÓNIMO, Santo – *Aureola sive Flores Saancti Hieronymi*. Romae: Stephanus Plannck, 1481, sig. I. 109.
- GALLENSIS, Johannes – *Communitioquium, seu Summa collationum ad omne genus hominum. Compendioquium de vita et moribus antiquorum philosophorum*. Venetiis: Georgius Arrivabe, 30 de julio de 1496, sig. I. 123.
- SCHEDEL, Hartmann – *Liber Chronicarum*. Norimbergae: Antonius Koberger, 1493, sig. I. 142.
- BERNARDINO DE SIENA, Santo – *Sermones de evangelio aeterno*. Basileae: Johannes Amerbach, 1489, sig. I. 192.
- TORTELLIUS, Johannes – *Orthographia*. Vicentiae: Hermannus Liechtenstein, 1480, sig. I. 195.
- PETRARCA, Francesco – *Opera latina. Bucolicum Carmen. De vita Solitaria. De remedia utrusque fortunae. Secretum de contemptu mundi. De vera sapientia. De rebus memorandis. Invecive contra medicum obiurgantes. Epistolae de rebus familiaribus. Epistolae sine titulo. Epistolae ad Carolum IV regem Romanorum. Epistola de studiorum suorum successibus. Psalmi poenitentiales. De viris illustribus cum supplemento Lombardi Serici. Benvenutis de Rambaldis: Libellus augustalis. Annotatio principalium sententiarum ex libris F. Petrarca collectarum*. Basiliae: Johannes Amerbach, 1496, sig. I. 197.
- MAIUS, Junianus – *De priscorum proprietate verborum*. Venetiis: Peregrinus de Pasqualibus et Dionysius Bertochus, 8 octubre 1485, sig. I. 198.
- ROMANUS, Aegidius – *Theoremata de corpore Christi*. Bononiae: Balthasar de Hyberia, 1481, sig. I. 199.
- BUSTI, Bernardino – *Mariale, seu Sermonarium de excellentiis B. Mariae Virginis. Officium et Missa immaculatae Conceptionis B. Mariae Virginis*. Argentinae: Martinus Flach, 1498, sig. I. 207 y 249.
- CASTROVOL, Pedro – *Tractatus super symbolum Athanasii "quicumque vult"*. Pampiloniae: Arnaldu Guillelmus de Brocario, 1499, sig. I. 287.
- *El abad monjes y convento del Monasterio Real de Nuestra Señora de Piedra de la orden de San Bernardo in processu Joannis Ximeno super apprehensione un articulo litispendentiae*. 1601, sig. Edsbas.60C873B.
- *Relación de los derechos declarados y adjudicados al Real Monasterio de Nuestra Señora de Piedra, capítulos de las iglesias parroquiales de Ibdes y Munébrega, concejos y vecinos de dichos lugares y de la villa de Carenas, por la sentencia arbitral de Samed, y tres adicciones y declaraciones della, dadas en dichas partes por Antonio Blanco y Gómez y Bartolomé Pérez de Nuevos*. 1648, sig. Edsbas.2678045F y Edsbas. D2DBF4FE.
- *Ordo generalis divinum officium recitandi, missaque clebrandi juxta ritum cisterciensem: Cum festis, que peculiariter in Monasteriis de Berola et Petra in Regno Aragoniae annatim recitantur pro anno bisextii 1832, Pascha occurrente 22 aprilis*. Zaragoza: viuda de Francisco Magallón, 1832, CAJ 3-51ar.

Tarragona, Biblioteca Pública de Tarragona (BPT)

- Ms. 32 (*Constitutiones Cistercienses*).
- Ms. 39 (*Collectarium Cisterciense*).
- Ms. 42 (*Vsos cistercienses en català*).
- Ms. 73 (*Ecclesiastica Officia*).
- Ms. 88 (*Usus, consuetudines et privilegia cistercienses*).
- Ms. 162 (*Consuetudines Cistercienses*).

Vallbona de les Monges, Arxiu del Monestir de Vallbona de les Monges

- Ms. 2 (*Capitulario-colectario cistercienses*).
- Ms. 7 (*Sacramentario cisterciense*).
- Ms. 8 (*Salterio y capitulario-colectario*).
- Ms. 13 (*Sacramentario cisterciense*).
- Papers de les monges, s/c: *Llibreta de l'organista*; *Obituari*.

França:

Montpellier

Bibliothèque Universitaire Historique de Médecine, H 322

Paris

Bibliothèque Nationale de France, *Manuscrits Latins* 3029.

Musée National du Moyen Âge, F-Pnm n.a. lat. 1412.

Troyes

Bibliothèque Municipale, Ms. 518, Ms. 1154.

Médiathèque Jacques-Chirac – Troyes, Bíblia MS 27, tomos 1 e 5

Portugal:

Arouca

Museu Regional de Arte Sacra do Mosteiro de Arouca

Biblioteca monástica (Acervo histórico), Res. Ms. 13, 19, 23, 25

Coimbra

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Manuscritos 67, 216, 218, 893

Ordo ad inungendum infirmum & ad communicandum at[que] ad mortuum sepeliendum secu[n]dum cisterciensis ordinis consuetudinem. Conimcricae [sic]: excudebat Ioânes Aluarus, 1555. [R-2-29]

Évora

Arquivo Distrital de Évora

Mus. Lit. Ms. 61

Biblioteca Pública de Évora

Cod. 116C e CLI 1-1

Lisboa

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Colecção de Códices Alcobacenses, Alc. 32, 33, 37, 54, 65, 66, 67, 73, 75, 92, 117, 137, 146, 149, 166, 173, 178, 181, 182, 187, 192, 193, 208, 218, 219, 223, 228, 238, 247, 260, 278, 280, 298, 303, 334, 335, 365, 385, 386, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 424, 425, 426, 433, 451, 452, 453.

Colecção de Códices Iluminados, IL. 115.

Colecção de Música, LC 156, 158, 218, 221.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Colecção das Bulas

m. 3, n.º 10; m. 15, n.º 16

Colecção Especial,

cx. 1, n.º 2, 10, 11, 19-21, 26, 29-30, 35, 39-41; cx. 2, n.º 6-11, 13-15, 20-35, 37, 39-40; 44-47, 49-53, 60; cx. 3, n.º 1, 9-10, 17, 21-26, 30, 32, 49, 52, 59, 91; cx. 4, n.º 4-7, 14, 31-35, 38, 41-46, 50; cx. 5, n.º 17-18, 21-22, 28, 32, 35-40; cx. 6, n.º 2, 5, 6, 20, 26, 29-31, 36-37, 44, 47-51; cx. 7, n.º 1-2, 15-16, 24, 26, 35; cx. 8, n.º 40-43, 56; cx. 15, n.º 1 (fls. 1-8, 9v-21, docs. 1-22, 24, 26-28, 30-37); cx. 16, n.º 2-3; cx. 23, sem n.º; cx. 24, sem n.º; cx. 27, n.º 111 (desaparecido); cx. 72, Mçs. 29 e 30, n.º 40.

Fragmentos

cx. 13, Mç. 6, 4.º frag.

Gavetas da Torre do Tombo

Gaveta 1, m. 2, n.º 14.

Instituições eclesiásticas

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

1.ª Incorporação

Documentos Particulares, Mç. 7, n.º 4; Mç. 20, n.º 2; Mç. 32, n.º 5, 7

Documentos Régios, Mç. 1, n.º 1

2.ª Incorporação

Mç. 2, n.º 80 (26); Mç. 7, n.º 189, 189 (14), 190 (b); Mç. 21, n.º 498-499, 502 (7), 509 (14); Mç. 22, n.º 24 (270); Mç. 27, n.º 678; Mç. 44, n.º 1116 (3); Mç. 54, n.º 2; Mç. 55, n.º 1; Mç. 59, n.º 2; Mç. 61, n.º 2-4; Mç. 62, n.º 1, 15; Mç. 63, n.º 2; Mç. 65, n.º 4 e 24; Mç. 75, sem n.º; Mç. 86, n.º 1556; Mç. 94, documentos sem n.º.

Livros

Livro 3 (*Livro dos Dourados 1*), Livro 4 (*Livro dos Dourados 2*), Livro 5 (*Livro dos Dourados 3*), Livro 10 (*Livro dos Dourados 4*), Livro 14 (*Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobaça, 1437-1440*) e Livro 15 (*Tombo das Propriedades, 1435*).

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão

Livraria, cód. B 42.

Ordem de Cister, Mosteiro de São Dinis de Odivelas

Livro 1

Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal

Convento de Santa Clara de Coimbra, mç. 2, doc. 14

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa

1.ª Incorporação

Mç. 5, n.º 35

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Livro 99 Livro da Noa

Vaticano

Archivio Apostolico Vaticano (AAV)

Registra Avenionensia 61, fl. 474; 75, fl. 157; 79, fl. 281v; 84, fls. 202-203.

1.2. Fontes impressas:

ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Fontes do Direito Ecclesiástico Portuguez*. Vol. 1: *Summa do Bullario Portuguez*. Coimbra: F. França Amado, 1895.

Acta Sanctorum Augusti. Tomus I. Antuerpiae: Jacobum Antonium Van Gherwen, 1733.

Antiphonale monasticum pro diurnis horis. Tournai-Paris-Roma: Desclée & Co, 1934.

ARAÚJO, Frei Antônio de – *Index e summario dos livros que contem esta livraria de Alcobaça com o Epitome e declaração de todas as Tarjas, Emblemas, e quadros, de que está ornada, a qual livraria foi ampliada e renovada pelo grande zelo do nosso reverendíssimo Padre Frei Manuel de Moraes abade geral deste real convento...* 1656 (manuscrito BNP COD. 8388).

AZEVEDO, Rui de (ed.) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. I, tomo II, *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, 1095-1185*. Edição e introdução diplomática. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962.

BÍBLIA Sagrada. 3ª Edição. Lisboa: Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), 1968.

BOFARULL Y SARTÓRIO, Manuel (publ.) – *Funerals dels Reys d'Aragó a Poblet*. Barcelona: La ilustració catalana, 1886.

BOUTON, Jean de la Croix ; VAN DAMME, Jean-Baptiste – *Les plus anciens textes de Cîteaux. Sources, textes et notes historiques*. Achel: Abbaye cistercienne, 1974.

BRANDÃO, Frei Antônio – *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Lisboa: Impressa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973].

BRANDÃO, Frei Antônio – *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. Lisboa: Impressa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974].

BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarchia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck, 1650 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976].

BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarchia Lusitana. Sexta parte que contem a historia dos ultimos vinte e tres annos del Rey Dom Dinis*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980].

Breviarium cisterciense. Veneza, 1496.

Breviarium cisterciense. Paris, 1512.

Breviarium cisterciense. Paris, 1600.

BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril. 2 Tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – “Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786”. Tomos 1-4. Louvaina, Bureaux de la Revue, 1933-1936.

CATALUNYA, David – “The Customary of the Royal Convent of Las Huelgas of Burgos: Female Liturgy, Female Scribes”. *Medievalia* 20/1, pp. 91-160.

CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) — *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

CLARAVAL, Bernardo de – *Obras Completas de San Bernardo de Claraval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

Collectaneum Cisterciense ad usum et commoditatem hujus regalis Monasterii Beatae Mariae de Petra. Zaragoza: Pedro Carreras, 1703.

Collectaneum Cisterciense, auctoritate RR.DD. Abbatis Cistercii, Ordinis Cisterciensis Reformati Generalis Editum. Roma-Tournai: Desclée, Lefebvre et soc., 1900.

Collectarium Sacri Ordinis Cisterciensis. Venecia: Luce Antonii Ivnte, 1568.

Compendio de los ejercicios y obligaciones de los monges cistercienses de N. Señora de la Trapa. Madrid: Imprenta de Sancha, 1797.

Constituciones para las religiosas reformadas de la Orden cisterciense. Usos cistercienses para el Real Monasterio de la Zaydía en conformidad con las constituciones aprobadas por la Santa Sede en decreto del 17 de septiembre de 1912. Valencia: imprenta de Antonio López y compañía, 1914.

COSTA, Avelino de Jesus da – *Bulário Português do século XIII (1198-1303): subsídios para o seu inventário*. Coimbra: [dactilografado], 1962.

COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*. Coimbra: INICT, 1989.

CRUZ, António (ed.) – *Anais e Crónicas avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Municipal, 1968.

CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642.

Definiciones cistercienses de la sagrada congregación de San Bernardo y observancia de Castilla. Valladolid: Viuda de Santander, 1786.

DELAISSÉ, L. M. J. (ed.) – *Le manuscrit autographe de Thomas a Kempis et l'«Imitation de Jésus-Christ»*. Examen archéologique et édition diplomatique du Bruxellensis 5855-61. 2 Tomes. Anvers: Standaard-Boekhandel, 1956 (= *Publications de Scriptorium*. Vol. II).

DIFFINIÇOENS da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça. Lisboa: por Antonio Aluatez, 1593. (Cota: BNP, Res. 143). [Em linha] [Consultado em 18.02.2018] Disponível em Biblioteca Nacional Digital, em <https://purl.pt/15160>.

DINIS, António Joaquim Dias (dir.) – *Monumenta Henricina*. Vol. XII: 1456-1460. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol. I, tomos I e II. *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, 1095-1185*. Ed. Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961. (DMP-DR)

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Documentos de Bonifacio VIII (1294-1303) referentes a España*. León: Universidad de León, 2006.

DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Documentos de Clemente V (1305-1314) referentes a España*. León: Universidad de León, 2014.

DUARTE, Dom – *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

Early Yorkshire Charters Being a Collection of Documents Anterior to the Thirteenth Century Made from the Public Records, Monastic Chartularies, Roger Dodworth's Manuscripts and Other Available Sources. Ed. William Farrer. Vol. III. Edinburgh: Ballantyne, Hanson & Co., 1916.

ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1927.

ESTEVA, Maur – *El directori perpetu litúrgic de Poblet del P. Francesc Dorda de l'any 1694. Presentació i edició del text*. Abadía de Poblet: Scriptorium Populeti, 1983.

FIGUEIREDO, António Pereira de – *A Sancta Biblia; contendo o Velho e o Novo Testamento – Traduzidos em Portuguez*. Londres: Impresso na Officina de B. Bensley, em Bolt-Court, Fleet Street, 1821.

FUENTE COBOS, Concepción de la – *Libro de Apeos del Monasterio de Piedra (1344). Libro de cuentas de la Bolsería del Monasterio de Piedra (1307-1348)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2001.

FUENTE, Vicente de la – *España Sagrada. Las Santas Iglesias de Tarazona y Tudela*. Madrid: Imprenta de José Rodríguez, 1866.

GOMES, Rita Costa (ed.) – *A Portuguese Abbot In Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2017.

GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: MC / IPPAR, 1998.

GOMES, Saul António – *Porto de Mós. Colectânea Documental e Histórica. Séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra. Fuentes y Documentos*. Madrid: Real Academia de la Historia e Institución Fernando el Católico, 2014.

GRIESSER, Bruno – “Die Ecclesiastica officia Cisterciensis Ordinis des Cod. 1711 von Trient”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 12 (1956), pp. 153-288.

GUINARD, Philippe – *Les monuments primitifs de la règle cistercienne publiés d'après les manuscrits de l'abbaye de Cîteaux*. Dijon: J.-E. Rabutot éditeur, 1878.

HALLINGER, Kassius (dir.) – *Corpus Consuetudinum Monasticarum*. 16 vols., Siegburg: F. Schmitt, 1963-1987.

HENRIQUEZ HORTENSIS, Chrysostomus – *Regula, Constitutiones et privilegia Ordinis Cisterciensis: item Congregationum monasticarum et militarium quae Cisterciense institutum observant*. Antuerpiae: Ex officina Plantaniana Balthazaris Moreti, 1630.

HERZOG, Hermann M.; MÜLLER, Johannes (eds.) – *Ecclesiastica Officia. Gebräuchebuch der Zisterzienser aus dem 12. Jahrhundert. Lateinischer Text nach den Handschriften Dijon 114, Trient 1711, Ljubljana 31, Paris 4346 und Wolfenbüttel Codex Guelferbytanus 1068. Deutsche Übersetzung, liturgischer Anhang, Fußnoten und Index nach der lateinisch-französischen Ausgabe von Danièle Choisselet (La Coudre) und Placide Vernet (Cîteaux)*. Langwaden: Quellen und Studien zur Zisterzienserliteratur; 7, 2003.

HISTORICAL MANUSCRIPTS COMMISSION – *Fourteenth Report, Appendix, Part VIII: The Manuscripts of Lincoln, Bury St. Edmund's, and Great Grimsby Corporation: And of the Deans and Chapters of Worcester and Lichfield, &c.* London: Her Majesty's Stationery Office by Eyre and Spottiswoode, 1895.

HUYGHENS, R. B. C. – “Le moine Idung et ses deux ouvrages: *Argumentum super quatuor questionibus* et *Dialogus duorum monachorum*”. *Studi medievali* 13 (1972), pp. 291-470 [edición ampliada y revisada como libro, Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1980].

JAFFÉ, Philippus – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*. Borolini – Bruxellis et Gandavi – Moguntiae – Monhacii – Ratisbonae – Vindobonae: Veit et socius – C. Muquardt – Kirckekin et Schott – Libraria Lentneriana – G. J. Manz – W. Braumueller, 1851.

JAFFÉ, Philippus – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII, editionem secundam correctam et auctam Gulielmi Wattenbach*. Tomus II: *Ab anno MCXLIII ad annum MCXCVIII*. Lipsiae: Veit et Comp., 1888.

- KEHR, Paulus Fridolinus – *Italia Pontificia*. Vol. 3: *Etruria*. Berolini: Apud Weidmannos, 1908.
- LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy*. 2 Vols. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte. Livro da Cartuxa*. Lisboa: Estampa, 1982.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Ed. por José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. II (Tomo I e II). Lisboa: Academia das Ciências, 1980. (LL)
- Livro de Linhagens do Deão* (Ed. por Joseph Piel e José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. I. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. (LD)
- Le Grand Exorde de Cîteaux – ou le Récit des débuts de l’Ordre Cistercien*. Trad. Anthelme Piébourg. Turnhout: Brepols, 1998.
- Lettres communes du pape Jean XXII (1316-1334). Lettres communes analysées d’après les Registres dits d’Avignon et du Vatican*. Ed. Guillaume Mollat. 16 Vols. Paris: École Française de Rome, 1904-1947.
- LOPES, Fernão – *Primeira parte da crónica de D. João I*. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1915.
- LOUREIRO, José João; PORTELA, Miguel – *Abades perpétuos, comendatários e trienais da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça e Gerais da Congregação*. [s.l.]: Edição de autor, 2017.
- MAÎTRE, Claire – *Le bréviaire cistercien Troyes, Bibliothèque Municipale, MS.2030*. Fribourg: Academic Press, 2015.
- MARQUES, Bernardino Fernando da Costa – *Mundividência cristã no Sermonário de Frei Paio de Coimbra*: edição crítica da “Summa Sermonum de Festiuitatibus” Magistri Fratris Pelagii Parui Ordinis Praedicatorum, A. D. 1250, Cod. Alc. 5/CXXX – B. N. de Lisboa. Coimbra: [s.n.], 2010.
- NASCIMENTO, Aires A. – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo; Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica, tradução, introdução e notas de comentário. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentário. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. Edição, tradução e notas [com introdução de Maria João V. Branco]. Lisboa: Editorial Vega, 2001.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed.) – *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto (testemunhos medievais)*. Edição, introdução e notas. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011 (1ª ed., 1988).
- PARIS, Juliano – *Nomasticon Cisterciense, seu antiquiores Ordinis Cistercienses Constitutiones*. Parisiis: Apud Viduam Gervasii Alliot & Aegidium Alliot, 1664.
- Psalterium ad decantanda in choro officia ecclesiastica accommodatissimum: secundum usum ac ritum religiosissimi ordinis Cisterciensis cum hymnis / Canticis / Antiphonis / Versiculis / Lataniis / ac Vigiliis defunctorum: Punctis / Commatibus / ac flexis punctuatum: et a quodam eiusdem ordinis monacho veluti cernitur dispositum et emmendatum. Anno 1513*. Paris, 1513.
- Regestum Clementis papae V ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi ivssu et munificentia, nunc primum editum cura et studio monachorum ordinis s. Benedicti*. 8 Vols. Romae: ex Typographia Vaticana, 1885-1892.
- Regra do Patriarca S. Bento*. Traduzida do latim e anotada pelos monges de Singeverga. 2ª ed., Mosteiro de Singeverga: Edições “Ora & Labora”, 1992.

RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário (eds.) – *Visitações Medievais a Mosteiros Cistercienses. Vol. I – Fontes*. [no prelo].

Ritual cisterciense conforme a los Estatutos de los Capítulos Generales de la O. Cist. y de la O.C.S.O., y los Decretos generales y particulares de la Sagrada Congregación para el Culto Divino y Disciplina de los Sacramentos, emanados después del Vaticano II. s.l., 2004.

Ritual Cisterciense ex Libro Usuum, definitionibus Ordinis et Ceremoniali episcoporum collectum. Paris: Typographia Frederici Leonard, 1689.

Ritual cisterciense llamado comunmente usos de la Congregación de San Bernardo y observancia de Castilla. Valladolid: Imprenta de D. Francisco Garrido, 1787.

ROBERT, Ulysse – *Bullaire du pape Calixte II. 1119-1124. Essai de Restitution*. Tome premier: 1119-1122. Paris: Imprimerie Nationale, 1891.

SÁ, Artur Moreira de – “A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro”. *Bíblios* 28 (1952), pp. 33-54.

SÁ, Artur Moreira de – *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Vol. II: 1377-1408. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.

SÁ, Artur Moreira de – “Primórdios da cultura Portuguesa”. [Arquivos de História da Cultura Portuguesa. Vol. 1, n.º 1] Lisboa: 1966.

SADA Y GALLEGO, Juan de – *Definiciones de la congregación cisterciense de Aragón y Navarra, traducida del latín en romance para el uso de las monjas y conversos*. Pamplona: Librería de Joaquín de Domingo, 1797.

SALEMME, Timothy – *Documenti pontifici nel tabularium dell'abbazia cistercense di Chiavalle Milanese. Da Innocenzo II a Clemente V*. Turnhout: Brepols, 2014.

SÁNCHEZ, Luis – *Ritual de los usos, y ceremonias que uniformemente practica la Congregación de Cister en estos Reynos de la Corona de Castilla y de León*. Salamanca: Ex Officina Cossio, 1671.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – *Santuário Mariano (...)*. Tomo II. Lisboa: Of.ª de Antonio Pedrozo Galvão, 1707.

SANTOS, Frei Manuel dos – *Alcobaça ilustrada : noticias, e historia dos mosteyros, & monges insignes cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernar-do nestes reynos de Portugal, & Algarves : primeyra parte, comtem a fundaçam, progressos gloriosos, privilegios, regalias, & jurisdiçoens do Real mosteyro de Alcobaça cabeça da congregraçam no tempo de seus abbades perpetuos, & administradores com[m]e[n]datarios até a morte do Cardeal Rey D. He[n]rique : com muytas noticias antigas, & modernas do reyno, & serenissimos reys de Portugal*. Coimbra: Na officina de Bento Seco Ferreyra ..., 1710.

SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Leitura, Introdução e Notas por Aires A. Nascimento. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de – *Historia chronologica, e critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos*. Lisboa: Impressão régia, 1827.

Scottish (A) Chronicle known as the Chronicle of Holyrood. Ed. Marjorie Ogilvie Anderson with some additional note of Alan Orr Anderson. Edinburgh: University press by T. and A. Constable for the Scottish History Society, 1938.

SOUSA, António Caetano de – *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1755.

Urban V (1362-1370). Lettres communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican. Ed. Marie-Hyacinthe Laurent. 13 Vols. Paris: Édouard de Boccard, 1954-1985.

Usos cistercienses de la Congregación de S. Bernardo de Castilla divididos en tres partes. Valladolid: Viuda e Hijos de Santander, 1798.

“Usus Antiquiores Ordinis Cisterciensis”. In *Patrologia Latina*. 221 vols., Paris, 1844-1865 (vol. 166, cols. 1383-1502).

VÁZQUEZ VARELA, Agustín – *Ilustración apologética al breviario, misal, y ritual cisterciense de la Congregación de san Bernardo en los Reynos de Castilla*. Madrid: Imprenta de Antonio Sancha, 1783.

WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux: Latin Text in Dual Edition with English Translation and Notes*. Cîteaux. *Commentarii Cistercienses*, 1999.

WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century statutes from the Cistercian General Chapter*. Belgium: Cîteaux. *Commentarii Cistercienses*, 2002.

WADDELL, Chrysogonus – *The Twelfth-Century Cistercian Hymnal, I: Introduction and Commentary*. Trappist, Kentucky: Gethsemani Abbey, 1984.

WADDELL, Chrysogonus – *The Primitive Cistercian Breviary (Staatsbibliothek zu Berlin, Preussischer Kulturbesitz, Ms. Lat. Oct. 402) with variants from the “bernardine” Cistercian Breviary*. Friburgo: Academic Press Fribourg, 2007.

2. Instrumentos auxiliares de pesquisa

ALEGRIA, José Augusto – *Catálogo dos fundos musicais – Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*. 3 Vols., Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscripts Library, 1988-1990.

ANGLÉS, Higinio; SUBIRÁ, José – *Catálogo musical de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Barcelona: Instituto Español de Musicología, 1946.

BNE – *Inventario general de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*. Madrid: Biblioteca Nacional de España, 1987.

COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. 3.^a edição muito melhorada. Braga: Tipografia Diário do Minho, 1993.

D’ALVERNY, Marie-Thérèse – *Catalogue des manuscrits en écriture latine portant des indications de date, de lieu ou de copiste*. Paris: CNRS, 1962.

Inventário dos Códices Alcobacenses. 5 Vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930/32.

NASCIMENTO, Aires A. – *Inventário dos Códices Alcobacenses. Tomo VI (Índices)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1978.

TORNÉ CUBELLS, Josep – “Inventario-catálogo de manuscritos del monasterio de Poblet”. *Memoria Ecclesiae* 7 (1995), pp. 133-185.

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de; ARAÚJO, António de Sousa – “Bulário Bracaraense. Sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX existentes no Arquivo Distrital de Braga”. *Itinerarium* 32/124-125 (1986), pp. 61-278, pp. 380-407.

3. Estudos

- AA. VV. – *Spiritualité cistercienne – Histoire et doctrine*. Paris: Beauchesne, 1998, pp. 179-183.
- AA. VV. – “Introductio Editoris Generalis”. In HALLINGER, Kassius (dir.) – *Corpus Consuetudinum Monasticarum*. Vol. I. Siegburg: F. Schmitt, 1963, pp. XIII-CXXIII.
- ABULAFIA, Anna Sapir; EVANS, G. R. (ed.) – *The works of Gilbert Crispin, Abbot of Westminster*. London: Oxford University Press, 1986.
- ADOT LERGA, Álvaro – “Orígenes del virreinato de Navarra (1479-1486)”. *Príncipe de Viana* 258 (2013), pp. 601-635.
- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (nova edição preparada e dirigida por Damião Peres). Vol. IV. Porto – Lisboa, 1971.
- ALTHOFF, Gerd; FONNESBERG-SCHMIDT, Iben; KYNAN-WILSON, William – “Framing papal communication in the central Middle Ages”. *Journal of Medieval History* 44/3 (2018), pp. 251-260.
- ALTISENT, Agustín – *Historia de Poblet*. Poblet: Abadía de Poblet, 1974.
- ALVARENGA, João Pedro – “The Office of the Dead in Portuguese Medieval Uses”. *Revista Portuguesa de Musicologia*, Nova Série, 4/1 (2017), pp. 167-204.
- ÁLVAREZ RAMOS, Miguel Ángel; ÁLVAREZ MILLÁN, Cristina – *Los viajes literarios de Pascual de Gayangos (1850-1857) y el origen de la archivística española moderna*. Madrid: CSIC, 2007.
- ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- ANGLE, Higinio – *El Còdex Musical de las Huelgas (música a veus dels segles XIII-XIV)*. 3 Vols., Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1931.
- Anuario de la Real Academia de la Historia*. Madrid, 2014.
- APPUHN, Horst – *Der Fund vom Nonnenchor. Kloster Wienhausen*. Hamburgo: Kloster Wienhausen, 1973.
- ARAÚJO, Mara Fortu – *Os manuscritos litúrgico-musicais da Ordem de Cister em Portugal e na Galiza (Espanha)*, 2 vols. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- ARNETT, John A. – *Bibliopagia or the art of bookbinding in all its branches*. London: Richard Groombridge, 1835.
- ARRUDA, Luísa D’Orey – “Ensaio biográfico”. In ARRUDA, Luísa D’Orey et al. – *António Capucho – Retrato do Homem Através da Coleção. Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*. Coordenação científica de Paulo Henriques. Porto: Livraria Civilização Editora, 2004, pp. 5-11.
- AUBERGER, Jean-Baptiste – *L’unanimité Cistercienne Primitive: Mythe Ou Réalité? Achel: Cîteaux. Commentarii Cistercienses*, Editions Sine Parvulos, 1986.
- AZEVEDO, Pedro de – “A colecção do Visconde da Carreira”. *Boletim da Segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa* 8 (1915), pp. 183-205.
- AZEVEDO, Pedro A. de; BAIÃO, António – *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Imprensa commercial, 1905.

AZEVEDO, Rui de – *A Coleção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1943.

BARATA, Paulo – *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública – uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2003.

BARATA, Paulo – “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 24 (Julho/Dezembro 2011), pp. 125-152.

BARBASTRO GIL, Luis – *El Monasterio de Piedra. 1194-1836. Ayer y hoy de la abadía cisterciense*. Alicante: Gráficas Limencop, 2000.

BARBICHE, Bernard – *Les actes pontificaux originaux des Archives nationales de Paris*. Vol. III: 1305-1415. Città del Vaticano: Biblioteca Apostólica Vaticana, 1982.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Le Compendium theologicæ veritatis de l’abbaye d’Alcobaça”. In MIRANDA, Adelaide; MIGUELEZ, Alicia (coord.) – *Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts*. Barcelona-Madrid: Brepols, 2014, pp. 105-129.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Ficha de catálogo do n.º 8 – Ordinário do Ofício Divino da Ordem de Cister e *Ars Manualis* Alc. 62”. In AFONSO, Luís Urbano; MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *O livro e a Iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, pp. 125-126.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 4. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Os Livros das Sentenças de Pedro Lombardo na Biblioteca de Alcobaça”. In CAMPOS, Fernanda (coord) e SALDANHA, Sandra Costa (dir) – *Invenire. Fiat Lux. Estudos sobre manuscritos iluminados em Portugal*. Revista de Bens Culturais da Igreja, número especial (2015), pp. 32-39.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça”. *Lusitania Sacra* 2ª série, 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 99-128.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “O martírio de Santo Estevão em três manuscritos iluminados da abadia cisterciense de Alcobaça”. *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (julio-diciembre 2016), pp. 617-649.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno da unanimidade litúrgica no Mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), pp. 33-54.

BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça scriptorium”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 252-282.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208”. *Cadernos de Estudos Leiriosenses* 11 (Dez. 2016), pp. 329-341.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “A Festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes; GONÇALVES, Carla Alexandra; ANTUNES, Joana (coord.) – *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Bens Culturais da Igreja, n.º 7. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 83-103.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘hum livraría copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Approaches to a fourteenth-century breviary from the Cistercian abbey of Alcobaça (MS Alc. 66)”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 68, fasc. 1-4 (2017), pp. 249-276.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Ad candelas ou a festa da Purificação da Virgem no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça entre os séculos XII e XVI”. In MARQUES, Maria Alegria; OSSWALD, Helena (coord.) – *Devoções e Sensibilidades Marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje. Livro do XIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Associação de Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2018, pp. 135-174.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça”. *Lusitania Sacra*. 2.^a Série. 37 (2018), pp. 189-213.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26)”. In BILOTTA, Maria Alessandra (ed.) – *Medieval Europe in Motion. The circulation of artists, images, patterns and ideas from the Mediterranean to the Atlantic Coast (6th – 15th centuries)*. Palermo: Officina de Studi Medievali, 2018, pp. 151-168.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Relics and Liturgical Practice in a Portuguese Cistercian House - the Cult of Saint Blaise in Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela and CASTINERAS GÓNZALEZ, Manuel (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média. Criação, Circulação e Função das Imagens entre o Ocidente e o Oriente na Idade Média (séculos V-XV)*. Lisboa: Editora Sistema Solar, 2021, pp. 461-489.

BARREIRA, Catarina Fernandes - “«Este livro he da sancristia dalcobaça...» Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico”. In POLÓNIA, Amélia e MANGAS, Francisco (coord.) – *Mobilidades: Olhares transdisciplinares sobre um conceito global*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 441-462. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19198.pdf>

BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

BARREIRA, Catarina Fernandes; MELO, Maria João; ARAUJO, Rita; CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça scriptorium”. *Journal of Medieval Iberian Studies. Looking Ahead: New Approaches to Medieval Iberian Heritage* 8/2 (2016), pp. 252-282.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Santa Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1, Porto: CITCEM, FLUP, 2017, pp. 343-354.

BARROCA, Mário Jorge – “Jacente de D. Rodrigo Sanches”. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coords.) – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, p. 83.

BATIFFOL, Pierre – *Histoire du bréviaire romain* [Em linha] [Consultado em 14/05/2019]. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1893. Disponível em [URL:https://archive.org/details/histoiredubrv00bati](https://archive.org/details/histoiredubrv00bati).

BAUDIN, Arnaud – “Conserver la mémoire dans la filiation de Clairvaux: usages et pratiques

archivistiques dans cinq abbayes de Champagne (XII^e-XVI^e siècle)". In BOUTIN, Arnaud; MORELLE, Laurent (ed.) – *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-XVI^e siècle). Produire, échanger, contrôler, conserver*. Paris: Somogy, 2016, pp. 185-210.

BAUDIN, Arnaud; DOHRMANN, Nicolas; VEYSSIÈRE, Laurent (coord.) – *Clairvaux – l'aventure cistercienne*. Paris: Somogy éditions d'art, 2015.

BAUMANN, Walter – "Päpstliche Ordensprivilegien für die Zisterzienser in niedersächsischen Klöstern", *Jahrbuch der Gesellschaft für niedersächsische Kirchengeschichte* 83 (1985), pp. 109-119.

BAURY, Ghislain – "Une Bibliothèque Médiévale de Moniales Cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disjecta* de son missel". *Cîteaux. Commentarii cisterciensis* 61, fasc. 2-4 (2010), pp. 141-183.

BAURY, Ghislain – *Les religieuses de Castille. Patronage aristocratique et ordre cistercien, XII^e-XIII^e siècles*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012.

BAURY, Ghislain – "Les abbayes exemptes face à l'évêque diocésain (XII^e-XIII^e siècle: une histoire genrée?". *Revue d'Auvergne* 129 (614) (2015), pp. 141-156 [Évêques et abbés à l'époque romane. Textes, monuments, images et objets. *Actes du 23^e colloque international d'Issoire (18-20 octobre 2013)*].

BEARMAN, Frederick A. – "The Origins and Significance of Two Late Medieval Textile Chemise Bookbindings in the Walters Art Gallery". *The Journal of the Walters Art Gallery* 54 (1996) pp. 163-187.

BÉCARES BOTAS, Vicente – *Las bibliotecas monásticas y la Desamortización en la provincia de Zamora*. Zamora: Semuret, 1999.

BECQUET, Jean – "L'*Institution*: premier coutumier de l'Ordre de Grandmont". *Revue Mabillon* 46 (1956), pp. 15-32.

BELL, David Neil – "Libraries and scriptoria". In BRUUN, Mette Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp.140-150.

BELL, Nicolas – "Liturgy". In BRUUN, Mette Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 258-267.

BOUVARET, Bénédictins de – *Colophons des manuscrits occidentaux*. Friburgo: Éditions Universitaires, 6 vols. 1965-1982.

BERGER, Teresa – *Gender differences and the making of liturgical history*. Farnham: Ashgate, 2011.

BERMAN, Constance Hoffman – "Diversité et unanimité des cisterciens du XII^e siècle". In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVI^e siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 187-194.

BERMAN, Cosntance Hoffman – *The Cistercian Evolution. The Invention of a Religious Order in Twelfth Century Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

BISHKO, C. J. – "Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça". In *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 137-154.

BISHKO, C. J. – *Spanish and Portuguese monastic History, 600-1300*. Londres: Variorum Reprints, 1984.

BISHOP, Edmund – "On the Origin of the Prymer". In *Liturgica Historica – Papers on the Liturgy and Religious Life on the Western Church*. Oxford: Claredon Press, 1918, pp. 211-237. [Em linha] [Consultado em 14/05/2019] Disponível em <https://archive.org/details/a547951200bishuoft>.

- BLACHLY, Alexander – “Some Observations on the ‘Germanic’ Plainchant Tradition”. *Current Musicology* 45-47 (1990) [Festschrift for Ernest H. Sanders], pp. 85-117.
- BLANCHARD, Pierre – “Un bréviaire de Cluny”. *Revue bénédictine* (Abbaye de Maredsous) 57, 1-4 (1947), pp. 201-209.
- BLASSELLE, Bruno – *Histoire du livre*. Paris: Gallimard, 2008.
- BOISSELLIER, Stéphane – *La Construction Administrative d'un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV^e Siècles)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2012.
- BONDÉLLE, Anne – “Trésor des moines. Les Chartreux, les Cisterciens et leurs livres”. In VERNET, André (dir.) – *Histoire des Bibliothèques françaises*. Vol. 1. *Les Bibliothèques médiévales, du VI^e siècle à 1530*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie / Promodis, 1989, pp. 65-81.
- BOUGARD, François; PETITMENGIN, Pierre (dir.); STIRNEMANN, Patricia (collab.) – *La bibliothèque de l'abbaye cistercienne de Vauluisant. Histoire et inventaires*. Paris: CNRS éditions, 2012.
- BOWNRIG, Linda L. (ed.) – *Making the Medieval book: techniques of production – Proceedings of the fourth conference of the seminar in the history of book to 1500, Oxford, July 1992*. Oxford: Anderson-Lovelace & Red Gull Press, 1995, pp. 181-198.
- BOYNTON, Susan – “Oral Transmission of Liturgical Practice in the Eleventh-Century Customaries of Cluny”. In VANDERPUTEN, Stephen (publ.) – *Understanding Monastic Practices of Oral Communication (Western Europe, Tenth-Thirteenth Centuries)*. Turnhout: Brepols, 2011, pp. 67-83.
- BOYTON, Susan; COCHELIN, Isabelle (ed.) – *From Dead of Night to End of Day: The Medieval Customs of Cluny*. Turnhout: Brepols, 2005.
- BRAGANÇA, Joaquim O. – “Unctio Infirmorum. Tradições Portuguesas do Sacramento dos Doentes”. *Didaskalia* 2, 2 (1972), pp. 299-360.
- BRAGANÇA, Joaquim O. – “O Leal Conselheiro em Alcobaça”. *Didaskalia* 11 (1981), pp. 363-378.
- BRAGANÇA, Joaquim O. – “O Leal Conselheiro em Alcobaça”. In BRAGANÇA, Joaquim O. – *Liturgia e Espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008, pp. 551-562.
- BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Tese de doutoramento. 2 Vols. Lisboa: Universidade Aberta, 2000.
- BRANCO, Maria João – *D. Sancho I. O filho do fundador*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- BRANCO, Maria João – “Aíras Vasques (1244-1258)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.); GOUVEIA, António Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 2018, pp. 183-194.
- BRANDÃO, Mário – “A escola pública de Alcobaça. Um embuste da historiografia alcobacense”. Coimbra, 1960 (In *Estudos vários*. Vol. II. Coimbra, 1974).
- BRANQUINHO, Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258.
- BRAUNFELS, Wolfgang – *La arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral Editores, 1975.
- BREDERO, Adriaan H. – “Le *Dialogus duorum monachorum*. Un rebondissement de la polémique entre Cisterciens et Clunisiens”. *Studi medievali* III-22 (1981), pp. 501-585.

- BREDERO, Adriaan H. – *Cluny et Cîteaux au douzième siècle. L'Histoire d'une controverse monastique*. Amsterdam & Maarssen: APA-Holland University Press, 1985.
- BROWN, M. P. – *Understanding illuminated manuscripts – a guide to technical terms*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 1994.
- BUCZEK, Daniel S. – “‘Pro defendendis ordinis’. The French Cistercians and their enemies”. In SOMMERFELDT, John Robert (publ.) – *Studies in Medieval Cistercian History presented to Jeremiah F. O’Sullivan*. Shannon: Irish U.P., 1971, pp. 88-109.
- BURNS, Thea – “‘A Serious and Universal Evil’: The Early Scientific Study of Paper Deterioration”. In DANIELS, V.; DONNITHORNE, A.; SMITH, P. (ed.) – *Works of Art on Paper: Books, Documents and Photographs; Techniques and Conservation. Contributions to the Baltimore Congress, 2-6 September 2002*. London: IIC, 2002, pp. 36-41.
- CAEIRO, Francisco da Gama – “Novos elementos sobre Pedro Hispano: contribuição para o estudo da sua biografia”. *Revista Portuguesa de Filosofia* 22/2 (1966), pp. 157-174.
- CAMPAGNOLO, Alberto – *Transforming structured descriptions to visual representations. An automated visualization of historical bookbinding structure*. Tese de Doutoramento. London: University of Arts London, 2015.
- CAMPAGNOLO, Alberto – “Bookbinding Information on the Web: Breaking the Circle, from Pixels to linked Open Data”. *International Information & Library Review* 49 (2017), pp. 37-50.
- CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. Javier – “Textos legales de las desamortizaciones eclesiásticas españolas y con ellas relacionados”. In *La desamortización: el expolio del patrimonio artístico y cultural de la Iglesia en España*. San Lorenzo del Escorial, 2007, pp. 5-30.
- CARIBONI, Guido – “Esenzione cisterciense e formazione del *Privilegium commune*. Osservazione a partire dai cenobi dell’Italia settentrionale”. In D’ACUNTO, Nicolangelo (ed.) – *Papato e monachesimo esente Papato e monachesimo “esente” nei secoli centrali del medioevo*. Firenze, Firenze University Press, 2003, pp. 67-73.
- CARIBONI, Guido – “Il papato di fronte alla crisi istituzionale dell’*Ordensverfassung* cisterciense nei primi decenni del XIII secolo”. In D’ACUNTO, Nicolangelo (ed.) – *Papato e monachesimo esente Papato e monachesimo “esente” nei secoli centrali del medioevo*. Firenze, Firenze University Press, 2003, pp. 179-214.
- CARIBONI, Guido – “The three privileges «Attendentes quomodo» of Alexander III. Revision, use and tradition of papal documentation among the Cistercians”. *Studi Medievali* 57/2 (2016), pp. 631-647. [<http://hdl.handle.net/10807/98855>]
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Arte y liturgia en los monasterios de la Orden de Císter. La ordenación de un ambiente estructurado”. In *Actas. III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal*. Orense: Deputación Ourense, 2006, pp. 503-565.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Monjas y conventos en el siglo XIV”. In SERÉS, Guillermo; RICO, Daniel; SANZ, Omar (ed.) – *El Libro de Buen Amor: texto y contextos*. Valladolid, 2008, pp. 207-235.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Arquitectura y liturgia. El contexto artístico de las consuetas catedralicias en la Corona de Aragón*. Palma de Mallorca: Objeto Perdido, 2014.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos”. In SARAIVA, Anísio M. de Sousa; MORUJÃO, M. do Rosário Barbosa (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 59-100.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Epigrafía y liturgia estacional entre el locutorio y el pasaje a la enfermería de la abadía de Santa María la Real de las Huelgas, en Burgos”. *Territorio, Sociedad y Poder* 9 (2014), pp. 117-132.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Orden de Cister y la vida monacal en el monasterio de Piedra durante la Edad Media y la Edad Moderna”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, pp. 71-81.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Los *Ecclesiastica Officia* cistercienses de la Biblioteca Pública de Tarragona, un viaje de ida y vuelta entre Bonrepòs y Santes Creus”. In CARREIRAS, José Alburquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister*. Tomo I – *Património e Arte*. Alcobaca: Hora de Ler, 2019, pp. 293-308.

CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016.

CASANOVA, Conceição – *De artífice a cientista. Evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU (1926-2006)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

CASANOVA, Conceição; ARROJADO, Samuel; BARREIRA, Catarina Fernandes; MIGUEL, Catarina; SANTOS, Teresa; TOURAIS, Ana – “Narrating the Codex History: The Case Study of the Psalter-Hymnal from the Alcobaca Monastery, Portugal”. *Journal of Medieval Iberian Studies – Special Issue: Connecting the Dots: New Research Paradigms for Iberian Manuscripts as Material Objects*, 14:1 (2022), pp.127-141.

CASSIDY-WELCH, Megan – *Monastic spaces and their meanings. Thirteenth century English Cistercian monasteries*. Turnhout: Brepols, 2001.

CASTRO, Rita; CASANOVA, Conceição; OLIVEIRA, L.; MIRANDA, Adelaide – “The Romanesque Collection of Santa Cruz Abbey in Coimbra: Revisiting 12th c. and 16th c. Monastic Bookbinding”. In GOLOB, N.; TOMAZIC, J. V. (ed.) – *Bibliologia 45: Bookbindings Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 106-119.

CÁTEDRA, Pedro M. – “Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI)”. In COURCELLES, Dominique de ; VAL JULIÁN, Carmen (ed.) – *Des femmes et des livres. France et Espagne, XIV^e-XVII^e siècle*. Paris: Publications de l'École Nationale des Chartes, 1999, pp. 7-53.

CAVALLO, Guglielmo – “Dallo ‘scriptorium’ senza biblioteca alla biblioteca senza ‘scriptorium’”. In *Dall'eremo al cenobio*. Milão: Libri Scheiwiller, 1987, pp. 329-422.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.) – *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 1997.

CEBOLLA ROYO, Alberto – “La música y la liturgia en los panteones. El ritual de defunción y sepultura de los reyes aragoneses”. In *Panteones reales de Aragón*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 2018, pp. 172-179.

CERVERO GOMIS, Luis – “Pintores Valentinios. Su cronología y documentación”. In VV. AA. – *Pintores valencianos. Su cronología y documentación*. Valencia: Archivo de Arte Valenciano, 1972, pp. 44-57.

CHARTIER, Rogier; CAVALLO, Guglielmo (ed.) – *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 2001.

CHAUVIN, Benoît – “Papauté et abbayes cisterciennes du duché de Bourgogne au XII^e siècle”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L'Église de France et la papauté (X^e-XIII^e siècle)*. *Actes du XXV^e colloque historique franco-allemand (Paris, 17-19 octobre 1990)*. Bonn: Bouvier-Verlag-Bonn, 1993, pp. 326-362.

CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos - repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

CLARK, M. – “The Archaeology of the Book: Formulating Analytical Research Questions”. *e-conservation Journal* 2 (2014), pp. 10-16.

CLARKSON, Christopher – “The Conservation of Early Books in Codex Form: A personal Approach: Part 1”. *The Paper Conservator* 3 (1978), pp. 33-50.

CLARKSON, Christopher – “Training in Book Conservation After the Flood”. In SPANDE, Helen (ed.) – *Conservation Legacies of the Florence Flood of 1966: Proceedings of the Symposium Commemorating the 40th Anniversary*. London: Archetype, 2009, pp. 71-84.

COCHELIN, Isabelle – “Customaries as Inspirational Sources. Appendix: The relation between the las Cluniac customaries, Udal and Bern”. In MALONE, Carolyn M.; MAINES, Clark (publ.) – *Consuetudines et Regulae. Sources of Monastic Life in the Middle Ages and the Early Modern Period*. Turnhout: Brepols, 2004, pp. 27-72.

COCHELIN, Isabelle – “Évolution des coutumiers monastiques dessinée à partir de l'étude de Bernard”. In BOYTON, Susan; COCHELIN, Isabelle (publ.) – *Du Coeur de la nuit à la fin du jour. Les coutumes clunisiennes au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2005, pp. 29-66.

COCHELIN, Isabelle – “Le pour qui et le pourquoi (des manuscrits) des coutumiers clunisiens”. In COTTIER, Jean-François; ROSSIGNOL Sébastien; GRAVEL Martin (ed.) – *Ad libros! Mélanges d'études médiévales offerts à Denise Angers et Claude Poulin*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2010, pp. 121-138.

COCHERIL, Maur – “Saint Bernard et le Portugal: à propos d'une lettre apocryphe”. *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 54 (1959), pp. 426-477.

COCHERIL, Maur – *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Paris: Belles Lettres; Lisbonne: Bertrand, 1966.

COCHERIL, Maur – *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Nouvelle édition, revue, corrigée et annotée par Gerard Leroux. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986.

COCKERELL, Douglas – *Bookbinding and the Care of Books: A Text Book for Bookbinders and Librarians*. New York: D. Appleton and Company, 1902.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. 2.^a Ed. Arouca: Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os Homens ao longo do tempo e do espaço”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Ed. Presença, 1996, pp. 166-184.

CONDE, Antónia Fialho – “Do tanger e do cantar no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris no período moderno”. In SÁ, Vanda; CONDE, Antónia Fialho (dir.) – *Paisagens sonoras urbanas: História, memória e património*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019, pp. 207-222.

CONRAD, Rudolph – *The “Things of Greater Importance”: Bernard of Clairvaux’s “Apologia” and the Medieval Attitude Toward Art*. Princeton: University of Pennsylvania Press, 1990.

CONTEL BAREA, Concepción – *El Cister Zaragozano en el siglo XII: Las abadías predecesoras de Nuestra Señora de Rueda de Ebro*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1966.

CORTÉS PERRUCA, José Luis – “Los bienes dispersos del Monasterio de Piedra: Problemáticas de identificación y estudio”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 401-431.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *Projeção Espacial de Domínios. Das Relações de Poder ao Burgo Portuense (1385-1502)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

- COSTA, António Domingues de Sousa – “D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Studia Monastica* 5/1 (1963), pp. 123-160.
- COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs*. Braga: Editorial Franciscana, 1963.
- COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Roma/Porto: [s. n.], 1967 (Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1969).
- COSTA, António Domingues de Sousa – *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV: revisão crítica dos autores*. Braga: Editorial Franciscana, 1986.
- COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. *Arquivo Histórico Dominicano Português* 4/2 (1989), pp. 1-150.
- COSTA, Avelino de Jesus da – “Bulário Português do século XIII (1198-1303). Homenagem ao Dr. Alberto Feio”. *Bracara Augusta* 39/86-87 (100-101) (1985), pp. 1-38.
- COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.
- COUTINHO, Clara Pereira – *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Lisboa: Edições Almedina S.A., 2015.
- COUTINHO, Maria – “De computo de Rábano Mauro. O texto e as iluminuras de Santa Cruz 8 e do Alc. 426”. *Medievalista* 15 (Janeiro - Junho 2014). [Em linha] [Consultado em 06/10/2019]. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA15/coutinho1506.html>
- CRiado MAINAR, Jesús y CARRERtero CALVO, Rebeca – *Historia sagrada del Santísimo Misterio Dubio de Cimballa*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. Excma. Diputación de Zaragoza, 2020.
- DABROWSKA-ZAWADZKA, Elżbieta; COMTE, François – “Un rite funéraire peu connu: le dépôt de bulles pontificales dans les tombes ecclésiastiques (XIV^e-XV^e siècle)”. *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France* (1993), pp. 209-223.
- DAVRIL, Anselme – “Coutumiers directifs et coutumiers descriptifs d’Ulrich à Bernard de Cluny”. In BOYTON, Susan; COCHELIN, Isabelle (publ.) – *Du Coeur de la nuit à la fin du jour. Les coutumes clunisiennes au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2005, pp. 23-28.
- DE ZAN, Renato – “How to interpret a Collect”. In LEACHMAN, James G.; MCCARTHY, Daniel P. (ed.) – *Appreciating the Collect. An Irenic Methodology*. Hampshire: St. Michael’s Abbey Press, 2008, pp. 57-82.
- DELCOGLIANO, Mark – “Cistercian Monasticism in the Silver Age: Two Texts on Practical Advice”. *Cistercian Studies Quarterly* 45 (2010), pp. 421-452.
- DELERCE, Arnaud – “Élection abbatiale et exemption épiscopale. Un nouveau texte de Calixte II pour Aulps (28 avril 1119)”. In BARBICHE, Bernard; GROSSE, Rolf (ed.) – *Aspects diplomatiques des voyages pontificaux*. Paris: École nationale des chartes – Institut historique allemand, 2009, pp. 117-140.
- DEROLEZ, Albert – *Codicologie des manuscrits en écriture humanistique sur parchemin*. Vol. I: Texte. Vol. II: Catalogue. Turnhout: Brepols, 1984.
- DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. 2 Vols. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIII^e au XI^e siècle”. *Cahiers de civilisation médiévale* 12 (1969), pp. 219-241.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – *Valerio del Bierzo, su persona, su obra*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2006.

DIMIER, Anselme – “Observances monastiques”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 11 (1955), pp. 149-198.

DOLBEAU, François – *Notes sur l’organisation interne des légendiers latins*. In *Hagiographie, Cultures et Sociétés (IV^e-XII^e siècles)*. Actes du Colloque organisé à Nanterre et à Paris (2-5 mai 1979). Paris: Etudes Augustiniennes, 1981, pp. 11-31.

DOLBEAU, François – “Le légendier d’Alcobaça. Histoire et Analyse”. *Analecta Bollandiana* 102 (1984), pp. 263-296.

DOLBEAU, François – “À propos des lectures de table”. In FALMAGNE, Thomas; STUTZ-MANN, Dominique; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (coord.) – *Les Cisterciens et la transmission des textes (XII^e-XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 401-435.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús – *El Escritorio y la primitiva Biblioteca de Santes Creus*. Tarragona: Instituto de Estudios Tarraconenses “Ramón Berenguer”, 1952.

DONNAT, Lin – “Les coutumiers du Moyen Age et la Règle de saint Benoît”. *Regulae Benedicti Studia*, 16 (1987), pp. 37-54.

DONNAT, Lin – “Les coutumiers monastiques: une nouvelle entreprise et un territoire nouveau”. *Revue Mabillon* 3 (1992), pp. 5-21.

DUBY, George – *Saint Bernard: l’art cistercien*. Paris: Arts et métiers graphiques, 1976.

DUGGAN, Anne J. – “Alexander ille metis: The Papacy of Alexander III”. In CLARKE, Peter D.; DUGGAN, Anne J. (ed.) – *Pope Alexander III (1159-81): the art of survival*. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 13-50.

DUVAL, Yves-Marie – “Un triple travail de copie effectué à Saint-Denis au IX^e siècle et sa diffusion à travers l’Europe carolingienne et médiévale (II): à propos de quelques Commentaires sur les petits Prophètes de Saint Jérôme”. *Scriptorium* 38 (1984), pp. 181-210.

DUVAL, Yves-Marie – “Un Nouveau témoin de la recension de Clairvaux de l’*In Prophetas Minores* de Jérôme: le Manuscrit 338 de Lisbonne (Alcobaça, XIV^e)”. *Euphrosyne* 13 (1985), pp. 51-77.

DUVAL-ARNOULD, Louis – “Exemptions générales de péages accordées par les papes au XIII^e siècle”. In GATZ, Erwin (ed.) – *Römische Kurie. Kirchliche Finanzen. Vatikanisches Archiv. Studien zu Ehren von Hermann Hoberg*. Vol. I. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1979, pp. 135-170.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude – *Não contem com o Fim dos Livros. Conversas conduzidas por Jean-Philippe de Tonnac*. Lisboa: Gradiva, 2017.

EWALD, Paul – “Reise nach Spanien im Winter von 1878 auf 1879”. In *Neus Archiv der Gesellschaft für Altere deutsche Geschichtskunde zur Beförderung einer Gesamtausgabe der Quellschriften deutscher Geschichten des Mittelalters*. 2^a edição. Vol. 6. Hannover: Hahs’sche Buchhandlung, 1881.

FALKENSTEIN, Ludwig – *La papauté et les abbayes françaises aux XI^e et XII^e siècles: exemption et protection apostolique*. Paris: Champion, 1997.

FALMAGNE, Thomas – “Le réseau des bibliothèques cisterciennes aux XII^e et XIII^e siècles: perspectives de recherche”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle*. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 195-222.

FALMAGNE, Thomas – *Les Cisterciens et leurs bibliothèques*. Troyes: Médiathèque du Grand Troyes, 2012.

FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN-VERKERK Anne-Marie; GANDIL, Pierre (coord.) – *Les cisterciens et la transmission des textes (XII^e – XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018.

FARELO, Mário – “Payer au roi et au pape. Les décimes pontificales imposées au clergé portugais pendant l’époque avignonnaise”. In MORELLÓ BAGET, Jordi (ed.) – *Financiar el reino terrenal. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI)*. Barcelona: CSIC-Institución Milà I Fontanals-Departamento de Ciencias Históricas-Estudios Medievales, 2013, pp. 55-106.

FARELO, Mário – “O arcebispo, o abade e o Grande Cisma. A história de um (des)encontro no mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça em 1385”. In FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *D. Lourenço Vicente da Lourinhã*. Lourinhã: Câmara Municipal, 2022 [no prelo].

FERNANDES, Carlos Roma – *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Frei Estevão de Aguiar (1431-1446)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970.

FERNANDES, Fernando Eduardo; NEVES, Maria da Conceição Machado – “Intervenção arqueológica na Igreja do Convento do Carmo”. In ARNAUD, António Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a memória: as coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 580-609.

FERNÁNDEZ POUSA, Ramón – “Catálogo de una biblioteca española del año 1331: el monasterio de San Clemente, de Toledo”. *Revista de Bibliografía Nacional* 1 (1940), pp. 48-50.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Music at Cluny: The tradition of Gregorian chant for the Proper of the Mass. Melodic variants and microtonal nuances*. Phd thesis. Princeton: Princeton University, 1997.

FERREIRA, Manuel Pedro – “Proportions in Ancient and Medieval Music”. In ASSAYAG, Gerard; FEICHTINGER, Hans G.; RODRIGUES, José F. (ed.) – *Mathematics and Music*. Berlin: Springer, 2002, pp. 1-25 (reimpresso em *Idem – Revisiting the Music of Medieval France: from Gallican chant to Dufay*. Farnham-Burlington: Ashgate, 2012).

FERREIRA, Manuel Pedro – “La réforme cistercienne du chant liturgique revisitée: Guy d’Eu et les premiers livres de chant cisterciens”. *Revue de Musicologie* 89/1 (2003), pp. 47-56.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*. 2 Vols. e 2 Cds, Lisboa: Arte das Musas / Cesem, 2008.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*. Vol. 2: Música eclesiástica. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 212-54.

FERREIRA, Manuel Pedro – “Um fragmento de Alcobaça, o canto dos Pregadores e os seus livros de coro na Biblioteca Nacional”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRA, José Luís Albuquerque (ed.) – *IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los caminos de Santiago y la vida monástica cisterciense. Braga-Oseira, 2009*. Tomo II. Zamora: Ediciones Monte Casino, 2010, pp. 733-753.

FERREIRA, Manuel Pedro – “Dating a fragment: A Cistercian Litany and its Historical Context”. In SCAPPATICCI, Leandra (ed.) – ‘Quod ore cantas corde credas’: *Studi in onore di Giacomo Baroffio Dahnk*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013, pp. 293-313.

FERREIRA, Manuel Pedro – “A música na Ordem de Cister e os antifonários de Arouca”. In SEBASTIAN, Luís; RESENDE, Nuno (coord.) – *Cister no Douro* [Catálogo da exposição], Lamego: Direcção Regional de Cultura do Norte/ Museu de Lamego / Vale do Varosa, 2015, pp. 34-39.

FERREIRA, Manuel Pedro; FORTU, Mara – “A música antiga nos manuscritos de Arouca: contribuição para um catálogo”. In MELO, Ângela (coord.) – *O órgão do Mosteiro de Arouca: conservação e restauro do património musical*. Vila Real – Arouca: Direcção Regional de Cultura do Norte / Câmara Municipal de Arouca, 2009, pp. 40-53.

FERREIRA, Manuel Pedro; FORTU, Mara – “Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobaça”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo II. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 195-203.

FERREIRA, Maria Augusta Pablo; FIGUEIREDO, António Jorge; CARVALHO, Emanuel – “O(s) Colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. Um olhar...”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo I. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 141-153.

FITRI, Shatila – *The Study of Biographical Trajectory of Portuguese 13th Century Illuminated Manuscript: LECCIONARIUM ALC. 433 from Alcobaça Collection held by The Biblioteca Nacional de Portugal*. Tese de Mestrado. Universidade de Évora, 2020.

FITZGERALD, Solange – “A less invasive treatment solution for a bound seventeenth century parchment volume”. *Journal of the Institute of Conservation* 41/2 (2018), pp. 169-178. [Em Linha] [Consultado a 20/01/2019]. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/19455224.2017.1365742>

FLORES, Antonio García – “Espacios funerários en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. In HALL, Jackie; KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses. Cîteaux. Commentarii Cistercienses* 56, fasc. 1-4 (2005), pp. 199 a 230.

FONTES, João Luís Inglês – “Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV)”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 17 (2005), pp. 39-61.

FONTES, João Luís Inglês – “Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 10 (1998), pp. 217-302.

FONTES, João Luís Inglês – *Génese e Institucionalização de uma experiência eremítica. Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2021.

FOOT, Mirjam – “The British Bindings in the Henry Davis Gift”. In *The Henry Davis Gift: Catalogue of North European Bindings*. London: The British Library, 1983, pp. 114-128.

FOOT, Mirjam – *Bookbinders at Work: Their Roles and Methods*. Newcastle, Delaware: Oak Knoll, 2006.

FREEMAN, Elizabeth – “Nuns”. In BRUNN, Matte Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 100-111.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 1.^a Ed., Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

FUENTE, Vicente de la – *Historia de la siempre Augusta y fidelísima ciudad de Calatayud*. Calatayud: Imprenta del Diario, 1880 (ed. facsímil, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1994).

GAIFFIER, Baudouin de – “À propos des légendiers latins”. *Analecta Bollandiana* 97 (1979), pp. 57-68.

GAIN, B. – “L’œuvre scientifique d’Yves-Marie Duval (1934-2007)”. *Sacris Erudiri* 47 (2008), pp. 389-503.

GALLARDO VARGAS, Elena; BERMEJA GIGORRO, Ignacio – “Santos Abdón y Senén”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia. Exposición conmemorativa del 800 aniversario de la Fundación del Monasterio de Piedra*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, pp. 94-95.

- GARCÍA ORO, José – “Conventualismo y observancia. La reforma de las órdenes religiosas en los siglos XV y XVI”. In GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo (dir.) – *Historia de la Iglesia en España*. III-1. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980, pp. 211-350.
- GARRIS FERNÁNDEZ, Álex – *La tutela del patrimonio aragonés. La Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Zaragoza (1875-1957)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, Excma Diputación de Zaragoza, 2017.
- GARRIDO, André – *D. Luís Pires: Retalhos da vida de um prelado quatrocentista*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- GERZAGUET, Jean-Pierre – “Privilèges et lettres des papes adressés à l’abbaye d’Anchin (fin XIe-fin XVe siècle)”. *Mélanges de l’École française de Rome. Moyen-Age*. 115/2 (2003), pp. 755-895.
- GHELLINCK, Joseph de – “Les Bibliothèques médiévales”. *Nouvelle Revue théologique* 65 (1938), pp. 36-55.
- GHELLINCK, Joseph de – “Originale et originalia”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 14/6 (1939), pp. 95-104.
- GIBERT, Guido María – “Los estudios en la congregación cisterciense de los reinos de la corona de Aragón y Navarra”. In *Los monjes y los Estudios. IV Semana de Estudios Monásticos Poblet 1961*. Poblet: Abadía de Poblet, 1963.
- GILLESPIE, Alexandra – “Bookbinding”. In GILLESPIE, Alexandra; WAKELIN, Daniel (ed.) – *The production of Books in England 1350-1500*. New York: Cambridge University Press, 2011, pp. 150-172.
- GILMONT, Jean-François – *Le livre, du manuscrit à l’ère électronique: notes de bibliologie*. Liège: Éd. CLPCF, 1989.
- GIMÉNEZ SENA, Joaquín – *Real Monasterio de Santa María de la Piedad de Trasobares*. Zaragoza: Copy Center Digital, 2011.
- GITTOS, Helen; HAMILTON, Sarah (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016.
- GOLDSCHMIDT, E. P. – *Gothic Renaissance Bookbindings exemplified and illustrated from the author’s collection*. London, Boston & New York: Ernest Benn Ltd / Houghton Mifflin Company, 1928.
- GOLOB, N.; TOMAZIC, J. V. – “Foreword”. In GOLOB, N.; TOMAZIC, J. V. (ed.) – *Bibliologia 45: Bookbindings Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 7-12.
- GÓMEZ-CHACÓN, Diana Lucía – “Fray Martín de Vargas y el Monasterio de Nuestra Señora de Montesión”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, pp. 234-247.
- GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995.
- GOMES, Saul A. – “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares”. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 257-303.
- GOMES, Saul A. – “Um bulário medieval da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”. *Lusitania Sacra*. 2ª Série. 4 (1992), pp. 371-372.
- GOMES, Saul A. – “Um formulário monástico português medieval: o manuscrito alcobacense 47 da BNL”. *Hvmanitas* 51 (1999), pp. 141-184.

- GOMES, Saul A. – “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça in Cister”. In *Espaços, Territórios, Paisagens. Actas do Colóquio Internacional, Mosteiro de Alcobaça, Portugal, 16 – 20 Junho de 1998*. Vol. I. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 27-72.
- GOMES, Saul A. – “Observações sobre dois formulários eclesiásticos medievais portugueses”. *Hvmanitas* 53 (2001), pp. 249-274.
- GOMES, Saul A. – “D. Gomes Eanes e a Capela de Santo André e dos Cinco Mártires de Marrocos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. *Arquivo Coimbrão* 35 (2002), pp. 439-540.
- GOMES, Saul A. – “Entre Memória e História. Os primeiros tempos do Mosteiro de Alcobaça”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), pp. 187-256.
- GOMES, Saul A. – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”. *Revista Portuguesa de História*. 36/1 (2002/2003), pp. 141-160.
- GOMES, Saul A. – “«*Donationes Cystodiantvr: Donationes Servenjvr*» – Da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais”. *HVMANITAS* 57 (2005), pp. 245-269.
- GOMES, Saul A. – “D. João II e o Mosteiro de Alcobaça”. In *O Tempo Histórico de D. João II. Nos 550 anos do seu nascimento*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 201-254.
- GOMES, Saul A. – “A Congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 18 (2006), pp. 375-431.
- GOMES, Saul A. – “Um Manuscrito iluminado alcobacense trecentista: o «Caderno dos Forais» do Couto”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 335-365.
- GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19-56.
- GOMES, Saul A. – *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria de Santa Maria de Alcobaça*. Coimbra: Palimage, 2008.
- GOMES, Saul A. – “Manuscritos medievais iluminados e fragmentos”. In AMARAL, A. G. Maia do (coord.) – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- GOMES, Saul A. – “D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414)”. In BARRATA, Maria do Rosário Themudo e KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar, FERNANDES, Hermenegildo e FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 253-277.
- GOMES, Saul A. – “*Castas Donas*: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71.
- GOMES, Saul A. – “Abbés et vie régulière dans l’abbaye d’Alcobaça (Portugal) au Moyen Âge: un bilan”. In COTTIER, Jean-François; HUREL, Daniel-Odon e TOCK, Benoît-Michel (ed.) – *Les personnes d’autorité en milieu régulier: des origines de la vie régulière au XVIIIe siècle*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012, pp. 141-154.
- GOMES, Saul A. – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do processo contra os templários”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (ed.) – *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo*. Actas. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 159-170.
- GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo II. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 423-448.

GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In GONÇALVES, Iria – *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 177-200.

GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

GONÇALVES, Iria – “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 233-256.

GONÇALVES, Iria – À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média. Alcobaça: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017.

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Olegario – “Fray Hernando de Talavera. Un aspecto nuevo de su personalidad”. *Hispania Sacra* 13 (1960), pp. 143-174.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Sobre los posibles orígenes del Real Monasterio cisterciense de Santa María de Piedra: precisiones acerca de su primera ubicación y sentido iconográfico de su advocación mariana”. *Anales de Historia del Arte* 13 (2003), pp. 27-82.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Arquitectura militar medieval en el Real Monasterio Cisterciense de Santa María de Piedra: el castillo Malavella, la torre puerta y la cerca murada”. *Anales de Historia del Arte* 20 (2010), pp. 51-85.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Bellestar y su relación con el Monasterio de Piedra”. *Revista de Arqueología* 354 (2010), pp. 24-35.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *Orígenes medievales, historia y arte en el municipio turolense de Peralejos y en Nuestra Señora de Cilleruelos*. Teruel: Ayuntamiento de Peralejos, 2010.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La granja de Zaragocilla y su relación con el Monasterio de Piedra”. In *Anales de Historia del Arte. Volumen Extraordinario, octubre 2010: Nuevas investigaciones en Historia del Arte*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2010, pp. 111-121.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La iglesia parroquial de San Miguel de Llumes”. In VAL MORENO, Gloria del; FUENTES LÁZARO, Sara (ed.) – *Anales de Historia del Arte. Volumen Extraordinario, noviembre 2011: Saberes artísticos bajo signo y designios del Urbinate*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2011, pp. 249-265.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Gaufrédo de Rocaberti”. In *Diccionario biográfico español*. XLIII. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013, pp. 727-728.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “El *scriptorium* y la biblioteca del Monasterio de Piedra: noticias y evidencias materiales”. *Titivillus* 1 (2015), pp. 13-26.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – *El Monasterio de Piedra: Historia, Arquitectura y Arte (1195-1835)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2016.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La fundación del Monasterio de Piedra ante su 800 aniversario”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, pp. 111-159.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Problemas en torno al análisis de los espacios de culto en el Monasterio de Santa María de Piedra (1186-1530)”. *Territorio, sociedad y poder. Revista de estudios medievales* 14 (2019), pp. 31-57.

GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “Consideraciones sobre el coro y la liturgia musical en el Monasterio de Piedra entre los siglos XII y XVI”. *De Medio Aevo* 10/2, (2021), pp. 477-498.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de*

poderes (séculos XIV e XV). Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

GUERRA CHAVARINO, Emilio – *Historia y Leyenda de San isidro*. Madrid: Bubok Publishing, 2012.

GUSMÃO, Artur de – *A expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia na Idade Média)*. Lisboa: Tipografia da Casa Pia de Lisboa, 1956.

GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

GY, Pierre-Marie – “Collectaire, rituel, processional”. *Revue des Sciences philosophiques et théologiques* 44 (1960), pp. 441-469 (reed. en *La liturgie dans l'histoire*. Paris: Cerf, 1990, pp. 91-126).

HADGRAFT, N. – *English Fifteenth Century Book Structures*. London: University College London, 1997.

HALLINGER, Kassius – “Consuetudo. Begriff, Formen, Forschungsgeschichte, Inhalt”. In *Untersuchungen zu Kloster und Stift*. Göttingen: Max-Planck-Instituts für Geschichte, 1980, pp. 140-166.

HASSEL, Barbara – “Conservation treatment of medieval parchment documents damaged by heat and water”. *Preprint from the 9th International Congress of IADA*. Copenhagen, 1999. [Em Linha] [Consultado a 20/01/2019]. Disponível em: http://iada-home.org/ta99_253.pdf

HEISLER, Maria-Elisabeth – “Die Problematik des ‘germanischen’ oder ‘deutschen’ Choral-dialekts”. *Studia musicologica* 27 (1985), pp. 67-82.

HELIAS-BARON, Marlène – “Ferveur des laïcs ou précaution monastique? Étude des pics documentaires observés dans les chartiers cisterciens à la veille des deuxième et troisième croisades”. *Revue Mabillon* 19 (2008), pp. 77-97.

HERMANS, Vincent – “[Compte-rendu à] Friedrich Pfuerscheller – *Die Privilegierung des Zisterzienserordens im Rahmen der allgemeinen Schutz- und Exemtiongeschichte, vom Anfang bis zur Bulle ‘Parvus fons’ (1265)*. Ein Ueberblick unter besonderer Berücksichtigung von Schreibers «Kurie und Kloster im 12. Jahrhundert»”. *Cahiers de civilisation médiévale*, 17e année, 67 (juillet-septembre 1974), pp. 268-272.

HERNÁNDEZ MUÑOZ, Roberto – “Escudo del Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Ex Petra Lux. Reencuentro con la historia. Exposición conmemorativa del 800 aniversario de la Fundación del Monasterio de Piedra*. Zaragoza: Monasterio de Piedra, 2018, p. 68.

HERRERA, Lorenzo – *Historia de la Orden de Cister*. Vol. VI. Burgos: Monasterio de Santa María la Real de Las Huelgas, 1995.

HERZOG, Hermann M. – “Niederschlag der zisterziensischen Leitgedanken in den Gebräuchen. Die *Ecclesiastica Officia* als Ausdruck einer monastischen Rückbesinnung?”. *Cistercienser Chronik* 111 (2004), pp. 37-48.

HILLGARTH, J. N. – “Una biblioteca cisterciense medieval, la Real (Mallorca)”. *Analecta Sacra Tarraconensia* 32 (1959), pp. 89-191.

HILTON, Suzanne M. – *A Cluniac Office of the Dead*. [S.l.]: University of Maryland, 2005. [Em linha] [Consultado em 14/05/2019] Disponível em <http://hdl.handle.net/1903/3268>.

HOBSON, A. – “Italian fifteenth-century bookbindings”. *The Society for Renaissance Studies* 9/2 (1995), pp. 129-136.

HOGG, James (ed.) – *Die Ältesten Consuetudines der Kartäuser*. Salzburgo: Analecta Cartusiana, 1970.

- HOGG, James (ed.) – *Mittelalterliche Caerimonialia der Kartäuser*. Salzburgo: Analecta Cartusiana 1971.
- HOOREBEECK, Cécile Van – *Livres et lectures des fonctionnaires des ducs de Bourgogne (ca 1420-1520)*. Turnhout: Brepols, 2014.
- HOSTE, Anselme – *Dictionnaire de Spiritualité*, 6. Ediciones Monte Cassino.
- HOSTE, Anselme – *Spiritualité cistercienne – Histoire et doctrine*. Paris : Beauchesne, 1998
- HUBERT, Martin – “Corpus stigmatologicum minus”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 37 (1970), pp. 5-171; 39 (1974), pp. 55-84.
- HUBERT, Martin – “Le vocabulaire de la ponctuation aux temps médiévaux: un cas d’incertitude lexicale”. *Archivum Latinitatis Medii Aevi* 38 (1972), pp. 57-167.
- HUGLO, Michel – “Remarques sur les melodies des répons de l’Office des Morts [des répertoires Vieux-Romain et Romain]”. *Nordisk kollokvium over latinsk liturgiforskning*. IV. Oslo: Universitet, Institutt for kirkehistorie, 1978, pp. 118-125.
- HUOT, François – “L’antiphonaire cistercien au XII^e siècle d’après les manuscrits de la Maye”. *Zeitschrift für Schweizerische Kirchengeschichte* 65 (1971), pp. 302-414.
- IOGNA-PRAT, Dominique – “Coutumes et statuts clunisiennes comme sources historiques (ca 990-ca 1200)”. *Revue Mabillon* 3 (t. 64) (1992), pp. 23-48.
- JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe 1090 – 1500*. London: Routledge, 2013.
- JANINI, José – “Los manuscritos del monasterio de Vallbona”. *Hispania Sacra* 15 (1962), pp. 439-452.
- JANINI, José – *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas de España*. I. Castilla y Navarra. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1977.
- JANINI, José – *Manuscritos litúrgicos de las bibliotecas de España*. II. Aragón, Cataluña y Valencia. Burgos: Ediciones Aldecoa, 1980.
- JANINI, José y SERRANO, José – *Manuscritos litúrgicos de la Biblioteca Nacional*. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1969.
- JENNY, Laurent – *Histoire de la lecture*. Genebra: Universidade, 2003.
- JOAQUIM, Manuel – *O Colectário de Arouca e os seus textos musicais*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957.
- JORGE, Virgolino – “Organização espaço-funcional da abadia cisterciense medieva. Alcobaça como modelo de análise”. In MARQUES, Maria Alegria (coord.) – *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património edificado, Espiritualidade*. Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 71-86.
- KINDER, Terry N. – *L’Europe cistercienne*. Trad. par Divina Cabo. Paris: Zodiaque, 1997.
- KING, Archdale A. – *Liturgy of the Primatial Sees*. [S.l.]: Verlag nova et vetera, 2005.
- KIRBY, Jo – “Paints, pigments, dyes”. In GLICK, T.; LIVESY, S. J.; WALLIS, F. (ed.) – *Medieval Science, Technology, and Medicine – an Encyclopedia*. New York: Psychology Press, 2005.
- KNUT, Wolfgang – *Kirche und Konzil bei Nicolaus de Tudeschis*. Colonia: Böhlau, 1964.
- KORRODI, Ernesto – *Alcobaça. Monumentos de Portugal*, n.º 4. Porto: Litografia Nacional, 1929.
- KOUAMÉ, Thierry – “*Monachus non doctoris, sed plangentis habet officium*”. *Cahiers de recherches médiévales* 18 (2009), pp. 9-38. [Em linha] [Consultado em 20/11/2016] Disponível em <http://crm.revues.org/11681>.

KWAKKEL, Erik – “Commercial Organisation and Economic Innovation”. In GILLESPIE, A.; WAKELIN, D. (ed.) – *The Production of Books in England, 1350-1530*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 173-191.

LACKNER, Bede K. – “Early Cistercian Life as Described in the *Ecclesiastica Officia*”. In SOMMERFELDT, John R. (ed.) – *Cistercians Ideals and Reality*. Kalamazoo: Cistercian Studies Series, 1978, pp. 62-79.

LALANNE, Ludovic – *Curiosités bibliographiques*. Rugis: Edit. Maxtor, 1857.

LANOË, G. (dir.) – *Catalogue Reliures médiévales des Bibliothèques de France*. Institut de Recherche et d'Histoire des textes. Vol. 3. Orléans: Brepols, 2005.

LANZAROTE GUIRAL, José María y ARANA COBOS, Itziar – *Viaje artístico por Aragón de Valentín Cardenera*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, Fundación Lázaro Galdiano, 2013.

LAPORTE, Maurice – *Aux sources de la vie cartusienne*. 8 Vols. Local: Domo Cartusiae, 1960-1971.

LARSEN, René et al – “Damage assessment of parchment: complexity and relations at different structural levels”. Proceedings 14th Triennial Meeting ICOM-CC. Vol. I. 2005. [Em Linha] [Consultado a 20/01/2019]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/230766446_Damage_assessment_of_parchment_complexity_and_relations_at_different_structural_levels

LATRIE, Louis de Mas – *Trésor de chronologie, d'histoire et de géographie pour l'étude et l'emploi des documents du moyen-âge*. Paris: Librairie Victor Palmé, 1889.

LAVAJÓ, Joaquim Chorão – “S. Bento de Cástris e Alcobaça. Da afiliação à ruptura”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 305-335.

LÁZARO ROMERO, Irene; GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert – “La iconografía del premio lácteo de San Bernardo y su presencia en el Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, pp. 209-233.

LEBIGUE, Jean-Baptiste – “Rits et couleurs. Acronymie et chromonomie des calendriers liturgiques au Moyen Âge”. In RABEL, Claudia (org.) – *Le manuscrit enluminé. Études réunies en hommage à Patricia Stirnemann*. Paris: Leopard d'Or, 2014, pp. 39-73.

LEBIGUE, Jean-Baptiste – *Liturgical Documents: French Ordinals*. Kalamazoo (Michigan): Cistercian Publications, 2009.

LECLERCQ, Jean – “Textes cisterciens dans les bibliothèques d'Allemagne”. *Analecta Sacra Ordinis Cistercensis* 7 (1951), pp. 46-70.

LECLERCQ, Jean – *L'amour des lettres et le désir de Dieu: Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Âge*. Paris: Cerf, 1957.

LECLERCQ, Jean – “Prayer at Cluny”. *Journal of the American Academy of Religion* 51/4 (1983), pp. 651-665.

LECLERCQ, Jean – *Bernard de Clairvaux (Bibliothèque de l'Histoire du Christianisme 19)*. Paris: Desclée, 1989.

LECLERCQ, Jean – “La “paternité” de saint Bernard et les débuts de l'ordre cistercien”. *Revue Bénédictine* 103 (1993), pp. 471-474.

LEFÈVRE, Jean-A. – “Une bulle inconnue d'Alexandre dans Ms Dijon 87”. *Cistercienser Chronik* 62 (1955), pp. 1-8.

LEFÈVRE, Jean-A. – “La bulle «Apostolicae Sedis» pour Cîteaux avait-elle une souscription longue?”. *Revue Bénédictine* 74, 1-2 (1964), pp. 111-143.

LEFÈVRE, Jean-Baptiste; LUCET, Bernard – “Les codifications cisterciennes aux XII^e et XIII^e siècles d’après les traditions manuscrites”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 15 (1959), pp. 3-22.

LEFÈVRE, Jean-Baptiste; BOLLY, Jean-Jacques – “Architecture, cadre de vie et environnement des abbayes cisterciennes”. *Revue bénédictine* 100 (1990), pp. 187-238.

LEFÈVRE, Placide Fernand – *La liturgie de Prémontré. Histoire, formulaire, chant et cérémonial*. Lovaina: Bibliotheca Analectorum Praemonstratensium, 1957.

LEGENDRE, Olivier – “Some Tools for Dating and Localizing Manuscripts”. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History* 11 (2008), pp. 181-196.

LEKAI, Louis J. – “Abbot Jean Petit of Cîteaux and the Strict Observance”. *Analecta Cistercensia* 16 (1960), pp. 120-142.

LEKAI, Louis J. – *Los cistercienses. Ideales y realidad*. Barcelona: Herder, 1987.

LEKAI, Louis J. – “Ideals and reality in early cistercian history”. SOMMERFELDT, John R. (ed.) – *In Cistercian ideals and reality*. Kalamazoo: Cistercian Studies Series, 1978, pp. 4-29.

LEMAIRE, Jacques – *Introduction à la codicologie*. Louvain-la-Neuve: Institut d’Etudes Médiévales, 1989.

LEROQUAIS, Victor – *Les Bréviaires manuscrits des bibliothèques publiques de France*. Vol. 1. Paris, 1934.

LEROUX-DHUY, Jean François – *Las abadías Cistercienses*. Colonia: Könnemann, 1999.

LEROY-BOUSSION, A. – “La lecture silencieuse”. *L’année psychologique* 66 (1966), pp. 579-598.

LESNE, Émile – *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*. IV: *Les livres: «scriptoria» et bibliothèques du commencement du VIII^e siècle à la fin du XI^e siècle*. Lille: Facultés catholiques, 1938.

LESTER, Anne E. – *Creating Cistercian Nuns: The Women’s Religious Movement and Its Reform in thirteenth-century Champagne*. Londres: Cornell University Press, 2011.

LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

LINEHAN, Peter – *At the Edge of Reformation: Iberia before the Black Death*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LIPPINI, Pietro – *La vita quotidiana di un convento medievale*. Bolonha: Ed. Studio Domenicano, 2003.

LOCATELLI, René – *Sur les chemins de la perfection: moines et chanoines (1060-1220)*. Saint-Étienne: Université, 1992.

LOCATELLI, René – “Papauté et cisterciense du diocèse de Besançon au XII^e siècle”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L’église de France et la papauté (X^e-XIII^e siècle)*. Bonn: Bouvier, 1993, pp. 304-325.

LOPES, Paulo Catarino – “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV”. In ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Geatano (org.) – *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, pp. 31-57.

LÓPEZ VIDRIERO, María Luisa (dir.) – *Manuscritos e impresos del Monasterio de las Huelgas Reales de Burgos*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1999.

LOWE, Elias A. – *Codices Latini Antiquiores: A Paleographical Guide to Latin Manuscripts Prior to the Ninth Century*. Osnabrück: Otto Zeller Verlag, 1982.

LOWE, Elias A. – *Codices Lugdunenses Antiquissimi: Le scriptorium de Lyon, la plus ancienne école calligraphique de France*. Lyon, 1924.

MAÎTRE, Claire – *La Réforme cistercienne du plain-chant. Étude d'un traité théorique*. Brecht: Cîteaux. *Commentarii cistercienses*, 1995.

MALONE, Carolyn M. – “Architecture as Evidence for Liturgical Performance”. In GITTOS, Helen y HAMILTON, Sarah M. (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*. Farnham: Routledge, 2016, pp. 207-237.

MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

MARÍN JARAUTA, Carmen – “La intervención arqueológica de 2018 en la iglesia abacial del Monasterio de Piedra”. In GONZÁLEZ ZYMLA, Herbert; PRIETO LÓPEZ, Diego (ed.) – *Monasterio de Piedra, un legado de 800 años. Historia, arte, naturaleza y jardín*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 278-294.

MARKS, P. – *The British Library Guide to Bookbinding: History and techniques*. Londres: The British Library, 1998.

MAROSSZÉKI, Solutor Rodolphe – *Les origines du chant cistercien: Recherches sur les réformes du plain-chant cistercien au XII^e siècle*. Roma: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1952 [*Analecta sacris ordinis cisterciensis*, vol. VIII].

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. 6.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, José – “D. Fernando da Guerra, prelado reformador do século XV”. *Anais*. II Série. 33 (1993), pp. 39-65.

MARQUES, José – “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 11 (1994), pp. 137-172.

MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990.

MARQUES, Maria Alegria – “Intervenções pontifícias na Península no início do século XIII: 1198-1216”. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. IV. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1213-1226.

MARQUES, Maria Alegria – “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo: notas para uma investigação”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, pp. 9-27.

MARQUES, Maria Alegria – “Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125.

MARQUES, Maria Alegria – “Bens de dois mosteiros cistercienses no séc. XV. Santa Maria de Seça e Santa Maria de Bouro”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 239-274.

MARQUES, Maria Alegria – “Um litígio entre Mosteiros cistercienses no século XV. Alcobaça e Bouro”. In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 275-308.

MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

- MARQUES, Maria Alegria – “A integração das mulheres na Ordem de Cister. O caso português”. In *Actas. II Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal*. Vol. I. Ourense, 1998, pp. 107-124.
- MARQUES, Maria Alegria – “O mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas”. In *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional. 16-20 Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça*. Vol. 1. Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 73-88.
- MARQUES, Maria Alegria – “As comunicações entre Portugal e a Santa Sé na Idade Média”. In *As comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2001, pp. 104-119.
- MARQUES, Maria Alegria – “A família do Venturoso e a Ordem de Cister”. In *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época*. Vol. 2: Igreja e Assistência. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 227-235 (= *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 227-244).
- MARQUES, Maria Alegria ; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)*. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016.
- MARTELES LÓPEZ, P. – *La desamortización de Mendizábal en la Provincia de Zaragoza (1835-1851)*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.
- MARTIMORT, Aimé-George – *Les ‘Ordines’, les ordinaires et les cérémoniaux*. Turnhout: Brepols, 1991.
- MARTIMORT, Aimé-George – *Les lectures Liturgiques et leurs livres*. Turnhout: Brepols, 1992.
- MARTÍNEZ BUENAGA, Ignacio – *Arquitectura cisterciense en Aragón 1150-1350*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1998.
- MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MARTINS, Mário – “Da vida e da morte dos monges de Alcobaça”. *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura* 51, fasc. 2/3 (Agosto/Setembro de 1950), pp. 155-166.
- MARTINS, Mário – “O Penitencial de Martin Pérez”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 57-110.
- MARTINS, Rui Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa: Escher, 1992.
- MASOLIVER, Alejandro – “La biblioteca de Poblet”. In CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier – *Monjes y monasterios españoles: Actas del Simposium*. III. *Bibliotecas, archivos y Escritorios, Historiografía y Bibliografía, Documentación; vida cotidiana, religiosa, material y cultural, Jurisdicción, Museos, Hospitalidad, Misiones*. San Lorenzo del Escorial (Madrid): Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 1995, pp. 373-394.
- MATTOSO, José [et al.] – *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. 1.ª ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.
- MATTOSO, José – “O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa”. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. 2.ª ed., [s.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 462-471.
- MATTOSO, José – “O culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo”. In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 4. *Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 63-82.

MATTOSO, José – “Leituras cistercienses do século XV”. In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 9. *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 276-301.

MATTOSO, José – “O imaginário marítimo medieval”. In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 1. *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2009, pp. 223-236.

MCGUIRE, Brian Patrick – “Constitutions and the General Chapter”. In BRUNN, Mette Birke-dal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 87-100.

MELEND POMARETA, Joaquín – *Carenas, una historia a la sombra del Cister*. Zaragoza: Centro de Estudios Bilbilitanos, 2005.

MENDONÇA, Manuela – *D. Jorge da Costa “Cardeal Alpedrinha”*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

MERTON, Thomas – “St. Aelred of Rievaulx and the Cistercians (IV)”. *Cistercian Studies Quarterly* 23 (1988), pp. 45-62.

MERTON, Thomas – *Monastic Observances. Initiation into the Monastic Tradition* 5. Ed. Patrick F. O’Connell. Collegeville: Cistercian Publications, 2010.

MIGUEL, Catarina – *Le vert et le rouge: a study on the materials, techniques and meaning of the green and red colours in medieval Portuguese illuminations*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

MIGUEL, Catarina; CLARO, Ana; MELO, Maria João; LOPES, João Almeida – “Green, blue, greenish blue or bluish green? Copper pigments in medieval Portuguese Illuminations”. In HERMENS, Erma; TOWNSEND, Joan (ed.) – *Sources and Serendipity – Testimonies of Artists’ Practice*. Londres: Archetype, 2009, pp. 33-38.

MIGUEL, Catarina; NUÑEZ-GÁITAN, Angela; CARVALHO, Maria Luísa; BARROCAS-DIAS, Cristina – “Scientific Study of Cistercian Illuminated Manuscripts: Techniques, Aesthetics and Religion”. In PANAYOTOVA, Stella; RICCIARDI, Paola (ed.) – *Manuscripts in the Making: Art and Science*. Vol. 2. Londres e Turnhout: Harvey Miller/Brepols, 2018, pp. 134-145.

MIGUEL, Catarina; VAZ PINTO, Catarina; CLARKE, Mark; MELO, Maria João – “The alchemy of red mercury sulphide: The production of vermilion for medieval art”. *Dyes and Pigments* 102 (2014), pp. 210-217.

MIGUELEZ CAVERO, Alicia; MELO, Maria João; MIRANDA, Adelaide; CASTRO, Rita; CASSANOVA, Conceição – “Beatus manuscripts under the microscope: the Alcobaça Beatus and the Iberian Cistercian tradition revisited”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 217-251.

MILLET, Hélène – “La participation du Portugal au concilie de Pise (1409)”. In *A igreja e o clero português no contexto europeu. Actas do Colóquio Internacional. Roma e Viterbo de 4 a 8 de Outubro de 2004*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, pp. 235-254.

MIRANDA SIN, Paz; MARTÍN DEL FRAILE, Julia – *Catálogo de la Exposición Bibliográfica celebrada con motivo del 475 aniversario de la Universidad de Zaragoza*. Zaragoza: UNIZAR, 2017.

MIRANDA, A. Huici – “Los Almoades en Portugal”. *Anais da Academia Portuguesa da História*. 2ª Série. 5 (1954), pp. 9-74.

MIRANDA, José Carlos; LARANJINHA, Ana Sofia (ed.) – *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

MIRANDA, Maria Adelaide – “Livros litúrgicos cistercienses nos reinos ibéricos. A iluminura dos manuscritos românicos Alcobacenses”. *Cistercium* 208 (1997), pp. 223-256.

MIRANDA, Maria Adelaide – *A Inicial Românica nos Manuscritos Alcobacenses*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1984.

MONTEIRO, João Gouveia – “Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)”. *Vértice*. 2ª Série. 5 (Agosto de 1988), pp. 89-103.

MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, senhor feudal, santo: os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.

MONTEIRO, Maria Alexandra Braga Teixeira – *Do morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves, prelado português do século XV (1423-1447)*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

MORÁIS MORÁN, José Alberto – “Roma, León y Lisboa: variaciones memorísticas del culto medieval a San Adrián y Santa Natalia”. *Medievalista* 21 (Janeiro-Junho 2017). [Em linha] [Consultado em dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA21/moran2102.html>

MOREROD, Jean-Daniel – “Le « polycopiage » de privilèges cisterciens par la chancellerie de Clément V durant la querelle de l'exemption: Notes sur la vie des documents pontificaux”. In GROSSE, Rolf (ed.) – *L'acte pontificale et sa critique*. Bonn: Bouvier, 2007, pp. 295-305.

MORGAN, Stuart A. – “Eugenius III's Privileges to Cistercian Houses”. In FONNESBERG-SCHMIDT, Iben; JOTISCHKY, Andrew (ed.) – *Pope Eugenius III (1145-53): The First Cistercian Pope*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018, pp. 305-320.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “O Mosteiro de Celas em Tempos Medievais”. *Cistercium* 217 (1999), pp. 1083-1103.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; OLALIA, Inês Sofia Lourenço – “O Mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria da Rotunda”. In CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister*. Tomo II – *História*. Alcobaca: Hora de Ler, 2019, pp. 230-241.

MOTA, António Brochado – *Testamentos régios – Primeira Dinastia*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

NASCIMENTO, Aires A. – “Um «Mariale» alcobacense”. *Didaskalia* 9/2 (1979), pp. 339-411.

NASCIMENTO, Aires A. – *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural*. Exposição evocativa dos códices alcobacenses no VII centenário da fundação do Mosteiro de Alcobaca (28 de Março – 11 de Abril de 1979). Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979.

NASCIMENTO, Aires A. – “Notes codicologiques sur un manuscrit daté du monastère cistercien d'Alcobaca: le B.N.L. 6747”. In COCKSHAW, Pierre; JODOGNE, P. (ed.) – *Miscellanea codicologica F. Masai dicata MCMLXXIX*. Vol. II, Bruxelas, 1979, pp. 491-496.

NASCIMENTO, Aires A. – “Três notas alcobacenses: Um código perdido; Um livro de milagres; Concordâncias bíblicas”. *Didaskalia* 12 (1982), pp. 185-194.

NASCIMENTO, Aires A. – “Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense: sua importância para a história do scriptorium de Alcobaca”. *Revista da Faculdade de Letras* (1983), pp. 136157 (rep. Louvain-la-Neuve, 1984, Centre interuniversitaire de l'écriture, 11).

NASCIMENTO, Aires A. – “Livros e claustro em Portugal no séc. XIII: o inventário de S. Vicente de Lisboa”. *Didaskalia* 15 (1985), pp. 229-242.

NASCIMENTO, Aires A. – “Reliure médiévale du Fonds Alcobaca dans la Bibliothèque Nationale de Lisbonne”. In *Calames et Cahiers – Mélanges de codicologie et de paléographie offerts à Leon Gilissen*. Bruxelles, 1985, pp. 107-117.

NASCIMENTO, Aires A. – “Um testemunho da tradição hispânica dos ‘Moralia in Iob’: Lisboa, BN, Alc. 349 – Subsídios para o seu enquadramento”. *Archivos Leoneses* 7980 (1986), pp. 313331.

NASCIMENTO, Aires A. — *A «ars accentualis» de Martinho de Alcobça (Lisboa BN, Alc. 149): especulao e uso do Doctrinale*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigao Científica, 1986.

NASCIMENTO, Aires A. – “La reliure médiévale d’Alcobça: une technique originale mal interprte”. *Gazette du livre médiéval* 15 (1989), pp. 19-22.

NASCIMENTO, Aires A. – “A “mise en page”, uma base operativa de reflexão codicológica: dados e problemas de Fundos medievais portugueses”. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Paleografia e Codicologia (Madrid, 1987)*. Madrid, 1990, pp. 139147.

NASCIMENTO, Aires A. – “Um novo Catálogo do Fundo de Alcobça: Das boas intences ao malogro de um Projecto”. *Euphrosyne* 18 (1990), pp. 347355.

NASCIMENTO, Aires A. – “La reliure médiévale: une forme de relation avec le livre. Fonctionnalit et sens des diffrences”. In *Actas de Convegno Internazionale “La Legatura dei Libri antichi tra conoscenza, valorizzazione e tutela”*, *Bollettino dell’Istituto Centrale per la Patologia del Libro*, 44-45, 1990-1991 [1994], pp. 263-294.

NASCIMENTO, Aires A. – “Práticas codicológicas e sentido de enquadramento do livro manuscrito como produto cultural”. In *V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987) – Colóquio sobre o livro antigo – Lisboa, 23-25 de Maio de 1988 – Actas*. Lisboa, 1992, pp. 233-242.

NASCIMENTO, Aires A. – “Le scriptorium d’Alcobça: identit et corrélations”. *Lusitania Sacra* 2. série, 4 (1992), pp. 149-162.

NASCIMENTO, Aires A. – “A traduo portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxnia: obra de príncipes em ‘serviço de Nosso Senhor e proveito comum’”. *Didaskalia* 29 (1999), pp. 563-587.

NASCIMENTO, Aires A. – “O scriptorium medieval, instituio matriz do livro medieval”. In *A iluminura em Portugal: identidade e influências – Catálogo de Exposio (26 de Abril a 30 de Junho ‘99)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, pp. 51-91.

NASCIMENTO, Aires A. – “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxnia, em português: percursos da traduo e seu presumível responsável”. *Euphrosyne* 29 (2001), pp. 125-142 [reed. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condies dos textos na cultura portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, pp. 823-842].

NASCIMENTO, Aires A. – “Cister e Cluni: espiritualidade em convergência na dissemelhança”. *Igreja e Missão* 192-193 (2003), pp. 59-96.

NASCIMENTO, Aires A. – *S. Vicente de Lisboa: lendas, milagres e culto (testemunhos medievais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011.

NASCIMENTO, Aires A. – “As livrarias dos príncipes de Avis”. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condies dos textos na cultura portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, pp. 249-267.

NASCIMENTO, Aires A. – “O Leal Conselheiro de D. Duarte: problemas de derivao filológica e tentativa de reintegrao”. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condies dos textos na cultura portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, pp. 517-535.

NASCIMENTO, Aires A. – “Percursos do livro na história da cultura portuguesa medieval”. In NASCIMENTO, Aires A. – *Ler contra o tempo. Condies dos textos na cultura portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, pp. 269-317.

- NASCIMENTO, Aires A. – “Teotónio, um santo de ontem para hoje: hagiografia e modalizações de identidade”. [Conferência na Biblioteca Orlando Ribeiro, Lisboa, 2013].
- NASCIMENTO, Aires A. – *Vida de São Teotónio*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- NASCIMENTO, Aires A. – *Os antigos códices de Lorvão – balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Câmara Municipal, 2016.
- NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Lisboa: DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018.
- NASCIMENTO, Aires A. – “«Fulgens sicut stella matutina»: o mosteiro de Alcobaça, estrela da manhã”. In CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister*. Tomo I – Património e Arte. Alcobaça: Hora de Ler, 2019, pp. 23 – 36.
- NASCIMENTO, Aires A.; DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval: Alcobaça*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- NOSCHITZKA, Canisius – “Codex Manuscriptus 31, Bibliothecae Universitatis Labacensis”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 6 (1950), pp. 3-124.
- NUNES, Eduardo Alexandre Borges – *Dom Frey Gomez, abade de Florença: 1420-1440*. Braga: Edição do autor, 1963.
- NURSLIA, Benito de – *Regla de San Benito de Nursia*. Zamora: Monte Casino, 1994.
- NUVOLONI, Laura – “Commissioni Dogali: Venetian bookbindings in the British Library”. In PEARSON, D. (ed.) – *For the love of the binding: studies in bookbinding history presented to Mirjam Foot*. England: The British Library & Oak Knoll Press, 2000, pp. 81-92.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “De volta à normativa da Ordem de Calatrava: Novo testemunho das Definições de finais do século XIII”. *En la España Medieval* 43 (2020), pp. 9-26.
- Ó RIAIN, Diarmuid – “The *Magnum Legendarium Austriacum*: a new investigation of one of medieval Europe’s richest hagiographic collections”. *Analecta Bollandiana* 133 (2015), pp. 87-165.
- OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La vida intelectual en los monasterios cistercienses navarros. La escuela de gramática y biblioteca del monasterio de Iranzu en el s. XVI”. *Hispania Sacra* 60 (121) (2008), pp. 143-171.
- OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel – “La Biblioteca del Monasterio de Fitero de fines del Renacimiento e inicio del Barroco”. *Hispania Sacra* 65 [Núm. Extra 1] (2013), pp. 189-228.
- OTTOSEN, Knud – *The responsories and versicles of the Latin Office of the Dead*. Copenhagen: Books on Demand GmbH, 2007.
- OUY, Gilbert – “Les bibliothèques”. In *L’Histoire et ses méthodes*. Paris: Edi. Pléiade, 1961.
- OUY, Gilbert – “Comment rendre les manuscrits médiévaux accessibles aux chercheurs”. In *Codicologica* 4. Leiden: E. J. Brill, 1978.
- PACAUT, Marcel – *Les moines blancs. Histoire de l’ordre de Cîteaux*. Paris: Fayard, 1993.
- PACAUT, Marcel – “Rapport introductif”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVI^e siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 11-15.
- PALAZZO, Éric – *Histoire des livres liturgiques. Le Moyen Âge. Des origines au XIII^e siècle*. Paris: Beauchesne, 1993.
- PALAZZO, Éric – *A History of Liturgical Books from the beginning of the Thirteenth century*. Collegeville: A Pueblo Book, 1998.
- PASTOUREAU, Michel – *Bleu*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

- PAXTON, Frederick S.; COCHELIN, Isabelle – *The death ritual at Cluny in the central Middle Ages*. 1ª ed., Turnhout: Brepols, 2013.
- PEARSON, David – “Bookbinding in Cambridge in the second half of the sixteenth century”. In PEARSON, David (ed.) – *For the love of the binding: studies in book binding history presented to Mirjam Foot*. England: The British Library & Oak Knoll Press, 2000, pp. 169-196.
- PEARSON, David – *Provenance research in book history: a handbook. The British Library studies in the history of the book*. London: British Library, 1998.
- PECERE, O. – “I meccanismi della tradizione testuale”. In CAVALLLO, G.; FEDELI, P.; GIARDINA, A. (dir.) – *Lo spazio letterario di Roma antica. III: La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1990, pp. 297-386.
- PEIXEIRO, Horácio – “As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Arte* 3 (2007), pp. 103-129.
- PEIXEIRO, Horácio – “Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 195-218.
- PEIXEIRO, Horácio – *Missais iluminados dos séculos XIV e XV. Contribuição para o Estudo da Iluminura em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986.
- PEREIRA, Gabriel – “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências* 5 (1911), pp. 319-328.
- PEREIRA, Isaías da Rosa Pereira – “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”. *SIGNO. Revista de História da Cultura Escrita* 3 (1996), pp. 133-161.
- PEREIRA, Paulo Alexandre – “Uma Didáctica da Salvação: o *Exemplum* no *Horto do Esposo*”. In NUNES, Irene Freire (ed.); GODINHO, Helder (coord.) – *Horto do Esposo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. LIII-LXXVI.
- PÉREZ EMBID, Javier – *El Cister en Castilla y León. Monacato y dominios rurales s. XII-XV*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1986.
- PESSOA, Petrucio L. A. – *Ubi corpus meum sepelire iubeo: o culto dos mortos nos mosteiros cistercienses (1185-1367)*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.
- PETERSON, Dag-Ernst – “Improvements in the Treatment of Individual Books as a Result of the Flood: A Personal Review”. In SPANDE, Helen (ed.) – *Conservation Legacies of the Florence Flood of 1966: Proceedings of the Symposium Commemorating the 40th Anniversary*. London: Archetype, 2009, pp. 89-96.
- PETHERBRIDG, Guy (ed.) – *Conservation of Library and Archive Materials and Graphic Arts*. London: Butterworth-Heinemann, 1987.
- PEYRAFORT-HUIN, Monique – *La bibliothèque médiévale de Pontigny (XII^e-XIII^e siècles). Histoire, inventaires anciens, manuscrits*. Paris: CNRS éditions, 2001.
- PHILIPPART, Guy – *Les légendiers latins et autres manuscrits hagiographiques*. Turnhout: Brepols, 1977.
- PICKWOAD, Nicholas – “The condition survey of the manuscripts in the monastery of Saint Catherine on Mount Sinai”. *The Paper Conservator*. 28/1 (2004), pp. 33-61.
- PICKWOAD, Nicholas – “An Unused Resource: Bringing the Study to Bookbindings out of the Ghetto”. In MOUREN, Raphael (ed.) – *Ambassadors of the Book: Competences and Training for Heritage Librarians*. Berlin: De Gruyter Saur, 2012, pp. 83-94.

PICKWOAD, Nicholas – “Bookbindings and the History of the Book”. In *Arhivski Vjesnik Bulletin d'archives*, Zagreb: Hrivatski Drzavni Arhiv, 2016, pp. 157-176.

PICKWOAD, Nicholas – “Books bound after what manner you please”. In *Aldo Manuzio: La Costruzione del Mito / Aldus Manutius. The Making of the Myth*. Venice: Marsilio Editore, 2016, pp. 226-258.

PICKWOAD, Nicholas – “The Techniques and Materials Used to Make bookbindings on Incunables”. In RESKE, Christoph; SCHMITZ, Wolfgang (ed.) – *Materielle Aspekte in der Inkunabelforschung. Wolfenbütteler Schriften zur Geschichte des Buchwesens*. Vol. 49. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2017, pp. 189-212.

PIQUER I JOVER, Josep-Joan – “Etapas progresivas de la vida cisterciense. Ensayo sobre liturgia y usos de los monasterios de monjas”. *Analecta Sacra Tarraconensis* 40/1 (1967), pp. 25-63.

PIQUER I JOVER, Josep-Joan – *Restauració de la vida comunitària íntegra al cenobi de Vall-donzella: una lliçó d'història i d'espiritualitat*. Barcelona: Germandat de Vall-donzella, 1968.

PIQUER I JOVER, Josep-Joan – “L'abadessa de Vallbona, Maria de Llúria mestra d'esperit”. *Analecta Sacra Tarraconensis* 51-52 (1980-1981), pp. 39-70.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 Vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna – Porto, 1999.

POLLARD, Graham – “Changes in the Style of Bookbinding, 1550–1830”. *The Library*, Fifth Series, 11/2 (June 1956), pp. 71-94.

POLVOROSA LÓPEZ, Tomás – “El Rosario meditado del cisterciense fray Luis de Estrada”. In ESTEBAN, Luis (coord.) – *VII Centenario de fray Luis de Estrada*. Monasterio de Santa María de Huerta: Biblioteca Hortense, 1983, pp. 151-235.

QUADRADO Y NIETO, José María – *Recuerdos y Bellezas de España. Aragón. Obra destinada a dar a conocer sus monumentos, antigüedades y vistas pintorescas*. Barcelona, 1844.

RAU, Virginia – “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439”. *Revista da Faculdade de Letras*. III Série, 8 (1964), pp. 143-150.

REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria ; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Monasticon (II): nos caminhos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112.

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*. León: Fuentes y estudios de historia leonesa, 2008.

REGNARD, Joël – “Saint Bernard et le Nouveau Monastère”. *Collectanea Cisterciensia* 75 (2013), pp. 41-61.

REILLY, Diane J. – “Education, Liturgy and Practice in Early Cîteaux”. In VANDERPUTEN, Stephen (publ.) – *Understanding Monastic Practices of Oral Communication (Western Europe, Tenth-Thirteenth Centuries)*. Turnhout: Brepols, 2011, pp. 85-114.

REILLY, Diane J. – *The Cistercian Reform and the Art of the Book in the Twelfth-Century France*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018.

Reliures médiévales des bibliothèques de France. Vols. 1-5. Ed. Institut de Recherche et d'Histoire des Textes. Paris: Brepols. [Em linha] [Consultado em 05/10/2019]. Disponível em: <http://www.brepols.net/Pages/BrowseBySeries.aspx?TreeSeries=RMBF>.

RENZI, Francesco – “Da Clairvaux alla Galizia. I cisterciensi nel nord della Spagna tra XII e XIII secolo”. *I quaderni del m.æ.s. - Journal of Mediævæ Etatis Sodalitium* 14 (2011), pp. 135-165.

RENZI, Francesco – *Il cuneo di san Bernardo. Le reti cistercensi nel nord della penisola ibérica: il caso galiziano (1142-1250)*. Bologna: Università di Bologna, 2013.

RENZI, Francesco – “The bone of the contention: Cistercians, bishops and papal exemption. The case of the archdiocese of Santiago de Compostela (1150-1250)”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 5/1 (2013), pp. 47-68.

RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003.

RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico”. In FONSECA, Luís Adão; AMARAL; Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Ed. Civilização, 2003, pp. 795-804.

RÊPAS, Luís Miguel – “Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”. In VIFORCOS MARINAS, María Isabel; CAMPOS SÁNCHEZ-BORDONA, María Dolores (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, pp. 51-78.

RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas cistercienses na Idade Média”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 17 (2005), pp. 63-91.

RÊPAS, Luís Miguel – “A Fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 103-122.

RÊPAS, Luís Miguel – “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das ‘donas’ de Odivelas”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238.

RÊPAS, Luís Miguel – “O Sagrado e o Profano nos Mosteiros Femininos Cistercienses: espaços e ritos”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *História do Sagrado e do Profano – Torres Vetas X*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, 2008, pp. 43-56.

RÊPAS, Luís Miguel – “Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII”. *Cadernos de Estudos Leirienses* 10 (Outubro de 2016), pp. 159-171.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Tese de Doutoramento. 2 Vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2021.

RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas e as monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis”. In GOMES, Saul A. (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, pp. 51-77.

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela, (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 5. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 41 (2020), pp. 181-208.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 42 (2020), pp. 205-229.

- REY, Coraline – “Cartularisation et inventoirisation: les registres de copies d’actes à Cîteaux (XIIe-XVe siècle)”. In MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (ed.) – *L’enquête en questions: de la réalité à la «vérité» dans les modes de gouvernement, Moyen Âge – Temps modernes*. Paris: CNRS éditions, 2014, pp. 141-146.
- RIBEIRO, João Pedro – *Breves reflexões á Historia chronologica e critica da R. Abbadia de Alcobaça por Fr. Fortunato de S. Boaventura*. Lisboa: Academia das Ciências, 1829.
- RICHÉ, Pierre – “Le Psautier, livre de lecture élémentaire d’après les vies des saints mérovingiens”. In *Études mérovingiennes – Actes des Journées de Poitiers, 1952*. Paris: Picard, 1953.
- RICHÉ, Pierre – *Éducation et culture dans l’Occident barbare (VI.^e-VIII.^e siècle)*. Paris, 1962.
- RICHÉ, Pierre – *Les écoles et l’enseignement dans l’Occident chrétien de la fin du V.^e siècle au milieu du XI.^e siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1972.
- RICHÉ, Pierre – *Enseignement au Moyen Âge*. Paris: CNRS, 2016.
- RIGHETTI, Mario – *Manuale di Storia Liturgica*. Vol. IV. *I Sacramenti. I Sacramentali*. Milão: Editrice Ancora Milano, 1959.
- RISCO, Manuel – *España Sagrada*. Tomo XXX. Madrid: imprenta de Don Antonio de Sancha, 1775.
- ROMERO REDONDO, Agustín; NÚÑEZ DE ARENAS, Luz María; ANGUITA FONTECHA, Isidoro María – *Santa María de Huerta. Monasterio Cisterciense*. Zaragoza: Gráficas la Comercial, 2005.
- ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A Historiografia Portuguesa sobre os Comportamentos Religiosos dos Leigos Medievais”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 21 (2009), pp. 75-124.
- ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- ROSÉ, Isabelle – “Panorama de l’écrit diplomatique en Bourgogne: autour des cartulaires (XI^e-XVIII^e siècles)”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* [En ligne], 11 (2007) [URL : <http://journals.openedition.org/cem/1535>, consultado em 10.10.2019].
- ROSÉ, Isabelle – “Les moines et leur vie communautaire du IX^e au XII^e siècle. Tour d’horizon historiographique”. In VANDERPUTTEN, Steven; MEIJNS, Brigitte (ed.) – *Ecclesia in medio nationis. Reflections on the Study of Monasticism in the Central Middle Ages. Réflexions sur l’étude du monachisme au Moyen Âge central*. Leuven: Leuven University Press, 2011, pp. 11-45.
- ROTT, Jean – “Le Grand Schisme d’Occident et le diocèse de Strasbourg (1378-1415)”. *Mélanges d’archéologie et d’histoire* 52 (1935), pp. 365-395.
- SAILLER, Gerhard – *Papsturkunden in Portugal von 1198 bis 1304. Ein Beitrag zum Censimento*. Tese de Doutoramento. Wien: Historisch-Kulturwissenschaftliche Fakultät, 2008.
- SALEMME, Timothy – “À propos d’un bullaire cistercien du XIV^e siècle. Le manuscrit 234 de la bibliothèque municipale d’Épinal”. In RENAULT, Jean-Baptiste (ed.) – *Originaux et cartulaires dans la Lorraine médiévale (XII^e-XVI^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 59-79.
- SALEMME, Timothy – “La réception des actes pontificaux dans le réseau monastique cistercien. Remarques sur la diffusion d’un «Liber privilegiorum» du début du XIV^e siècle”. In FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN VERKERK, Anne-Marie (ed.) – *Les cisterciens et la transmission des textes (XIIe-XVIIIe siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 339-353.
- SALISBURY, Mathew Cheung – “Rethinking the Uses of Sarum and York: A Historiographical Essay”. In GITTO, Helen; HAMILTON, Sarah M. (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*. Farnham: Routledge, 2016, pp. 103-122.

- SANTO AGOSTINHO, Joaquim de – «Memória Sobre os Códices Manuscritos, e Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça». In *Memórias de Litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciências de Lisboa*. Vol. V. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.
- SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense. S. Paulo de Almaziva – séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- SARTHOU CARRERES, Carlos – “El Monasterio de Piedra”. *Museum* 5 (10) (1916-1917), pp. 345-376.
- SAYERS, Jane – *Papal Government and England during the Pontificate of Honorius III (1216-1227)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SCARCEZ, Alicia – “Les sources du responsorial cistercien”. *Études grégoriennes* 38 (2011), pp. 137-180.
- SCARCEZ, Alicia – *La réforme musicale de saint Bernard: ses sources et ses enjeux*. Tesis doctoral. Bruselas: Université Libre de Bruxelles, 2012.
- SCARCEZ, Alicia – *La réforme musicale de saint Bernard: ses sources et ses enjeux*. Tese de Doutoramento. Bruxelas : Universidade de Bruxelas, 2012.
- SCARCEZ, Alicia – “Les sources du responsorial cistercien (partie 2)”. *Études grégoriennes* 45 (2018), pp. 179-252.
- SCARCEZ, Alicia – “Son et silence chez Guillaume de Saint-Thierry et Bernard de Clairvaux”. *Cîteaux. Commentarii cistercienses* 69, fasc. 1-4 (2018), pp. 111-134.
- SCHICH, Winfried – “Exordium Cistercii, Summa Cartae Caritatis et Capitula in einer handschrift in der Herzog August Bibliothek zu Wolfenbütel”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 40 (1984), pp. 3-24
- SCHNEIDER, Bruno – “Cîteaux und die benediktinische Tradition. Die Quellen frage des *Liber usuum* im Lichte der *Consuetudines monasticae*”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 16, fasc. 3-4 (1960), pp. 169-254 e *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 17, fasc. 1-2 (1961), pp. 73-114.
- SEIXAS, Margarida C. de – *A Encadernação Manuelina. A consagração de uma arte*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2011.
- SERRANO MONTALVO, Antonio – *La población de Aragón según el Fogaje de 1495*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1995.
- SHAILOR, Barbara A. – *The Medieval Book: Illustrated from the Beinecke Rare Book and Manuscript Library*. Toronto: University of Toronto Press, 1991.
- SHARPE, John L. – *Roger Powell, the Compleat Binder: Liber Amicorum Bibliologia*. Turnhout: Brepols, 1996.
- SHEPPARD, Jennifer M. – “Some twelfth century monastic bindings and the question of localization”. In BOWNRIG, Linda L. (ed.) – *Making the Medieval book: techniques of poduction – Proceedings of the fourth conference of the seminar in the history of book to 1500, Oxford, July 1992*. Oxford: Anderson – Lovelace & Red Gull Press, 1995, pp.181-198.
- SILVA Y VERÁSTEGUI, Soledad de – “Sacramentario”. In *Fitero: el legado de un monasterio*. Pamplona: Fundación para la conservación del patrimonio histórico de Navarra, 2007, pp. 196-197.
- SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.ª Ed., vols. I-II. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

- SILVA, Célia Taborda – “A extinção dos Mosteiros cistercienses no Douro”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo III. Alcobaca: Jorlis, 2013, pp. 219-235.
- SILVA, Elsa Maria Branco da – *A fortuna da ‘Vita Christi’ no Medievo em Portugal: pensar a espiritualidade à luz da tradução*. Coimbra: Editora Alma Azul, 2006.
- SILVA, Gonçalo Melo da – *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*. Tese de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL, 2012.
- SILVESTRE, Hubert – “À propos du dicton ‘Clastrum sine armario, quasi castrum sine armamentario’”. *Mediaeval Studies* 26 (1964), pp. 351-353.
- SOALHEIRO, João – “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca (1532)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 611-618.
- SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005 (3.ª Ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2016).
- SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.ª Maria de Cós (Alcobaca)*. Leiria: Edições Magno, 1998.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – “A rainha D. Leonor e as murate de Florença (notas de investigação)”. *Revista da Faculdade de Letras – História* 4 (1987), pp. 119-133.
- SPINELLI, Giovanni – “Monachesimo e società tra XIV e XV secolo nell’ambiente di Ambrogio Traversari. 4. L’abate Gomes e i monasteri fiorentini”. In GARFAGNINI, Gian Carlo (ed.) – *Ambrogio Traversari nel VI centenario della nascita*. Florence: Leo S. Olschki Editore, 1988, pp. 61-64.
- STAATS, Sarah; HEID, Caroline; NEBBIAI, Donatella; STIRNEMANN, Patricia – *Le catalogue médiéval de l’Abbaye cistercienne de Clairmarais et les manuscrits conservés*. Paris: CNRS éditions, 2016.
- STERCAL, Claudio – *Stephen Harding. A Biographical Sketch and Texts*. Collegeville: Cistercian Publications, 2008.
- STIRNEMANN, Patricia – “La première bibliothèque bernardine”. In PRESSOUYRE, Léon; KINDER, Terry (ed.) – *Saint Bernard et le monde cistercien*. Paris: Editions du Patrimoine Centre des monuments nationaux, 1990.
- STIRNEMANN, Patricia – “Dating, Placing and Illumination”. *Journal of the Early Book Society for the Study of Manuscripts and Printing History* 11 (2008), pp. 155-166.
- STONES, Alison – “Scriptorium: the term and its history”. *Perspective* 1 (2014), pp. 113-120.
- SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Notas “de viaje” sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19)”. *Rudesindus. Miscelánea de arte y cultura* 8 (2012), pp. 87-114.
- SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Cistercian Scriptoria in the Twelfth and Thirteenth Centuries”. In D’EMILIO, James (coord.) – *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden: Koninklijke Brill, 2015, pp. 765-811.
- SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Silencio, como en el claustro. Entre libros cistercienses de los siglos XII y XIII”. In BALDAQUÍ ESCARTELL, Ramón (coord.) – *Lugares de la escritura: el monasterio*. Alicante: Universitat d’Alacant, 2016, pp. 69-122.
- SUCENA, Eduardo – “Chelas”. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994, pp. 272-273.

- SVOLJSJAK, S.; MALESIC, J.; STOLFA, A.; KOCJAN, U. – “Bookbinding Description in Library Catalogues and Bibliographies: An Attempt at a Basic Metadata Scheme”. In GOLOB, N.; TOMAZIC, J. V. – *Bibliologia 45: Bookbindings, Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 27-50.
- SYMES, Carol – “Liturgical texts and Performance Practices”. In GITTOS, Helen; HAMILTON, Sarah (ed.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Londres: Routledge, 2016, pp. 239-267.
- SZIRMAI, J. A. – “The archaeology of bookbinding and book restoration”. *Quaerendo* 26/2 (1996), pp. 144-164.
- SZIRMAI, J. A. – *The Archeology of Medieval Bookbinding*. Aldershot e Brookfield: Ashgate Publishing, 1999.
- SZIRMAI, J. A. – “Stop destroying ancient bindings”. *Abbey Newsletter* 13/5 (September 1989) [Em linha] [Consultado em 01/09/2019]. Disponível em <https://cool.conservation-us.org/byorg/abbey/an/an13/an13-5/an13-513.html>.
- TEIXEIRA, Francisco – “Les monastères cisterciens féminins au Portugal”. In *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000, pp. 557-566.
- TEIXEIRA, Vítor Gomes – *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal, 1392-1517: História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto / Braga: Centro de Estudos Franciscanos / Editorial Franciscana, 2010.
- TOCK, Benoît-Michel – “Le scriptorium et la bibliothèque de l’abbaye de Vaucelles au XII^e siècle”. In FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (eds.) – *Les Cisterciens et la transmission des textes (XII^e-XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 21-35.
- TOURAI, Ana – *Portuguese Medieval Bookbinding: The Alcobaca Case*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2020.
- TOURAI, Ana; CASANOVA, Conceição; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Filling the Gap: New Approaches to Medieval Bookbinding Studies”. *Journal of Medieval Iberian Studies – Special Issue: Connecting the Dots: New Research Paradigms for Iberian Manuscripts as Material Objects*, 14:1 (2022), pp. 109-126.
- TRIVELLONE, Alessia – “La Bible d’Étienne Harding et les origines de Cîteaux: perspectives de recherche”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* 13 (2009) [Em linha] [Consultado em 21/11/2016]. Disponível em <http://cem.revues.org/11101>.
- TURCAN-VERKERK, Anne-Marie – “Avant-propos”. In FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (eds.) – *Les Cisterciens et la transmission des textes (XII^e – XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, pp. 7-17.
- TURK, Joseph – “Cistercii Statuta Antiquissima”. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* 4 (1948), pp. 16-28.
- Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle. Actes du Quatrième Colloque International du C.E.R.C.O.R. Dijon, 23-25 Septembre 1998*. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2000.
- VAIRO, Giulia Rossi – *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Tese de Doutoramento em História de Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almozer no séc. XIV. Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

VARANDAS, José Manuel Henriques – «BONUS REX» ou «REX INUTILIS». As periferias e o centro. Redes de Poder no Reinado de D. Sancho II (1223-1248). Tese de Doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

VELIOS, A. – “Bookbinding Descriptions in a Linked Data World: How the CIDOC-CRM Can Improve Research in Bookbinding History”. In GOLOB, N.; TOMAZIC, J. V. – *Bibliologia 45: Bookbindings, Theoretical Approaches and Practical Solutions*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 13-14.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – “Portugal, Cister e a Santa Sé no primeiro quartel do século XIII”. In *Actas. Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense: Ediciones Monte Casino, 1992, pp. 487-494.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesíásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

VERNET, André (com a colab. De GENEST, Jean-François) – *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux du XI^e au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du CNRS, 1979.

VERPEAUX, Nathalie – “Les cisterciens et la cartularisation au Moyen Âge. Les cartulaires des abbayes cisterciennes de Wallonie jusqu'au début du XVe siècle”. *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 113, 3-4 (2018), pp. 576-610.

VERPEAUX, Nathalie – “Les cisterciens et la cartularisation au Moyen Âge. Les cartulaires des abbayes cisterciennes de Wallonie jusqu'au début du XV^e siècle (deuxième partie)”. *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 114, 1-2 (2019), pp. 5-58.

VEZIN, Jean – “La fabrication du manuscrit”. In *L'Histoire de l'édition française – Tome I, Le livre conquérant: Du Moyen Âge au milieu du XVII^e siècle*. Paris, 1982.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A Assistência em Portugal na Idade Média*. [s.l.]: Correios de Portugal, 2005.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal Medieval: A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995.

VILAR, Hermínia Vasconcelos Alves; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A fundação do mosteiro de Odiveiras”. In *Actas. Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense: Ediciones Monte Casino, 1992, pp. 589-601.

VODOPIVEC, Jedert – “Medieval Bindings in Slovenia. Binding Structures on Stiff-Board Manuscripts collection”. *Libellarium*. II/1 (2009), pp. 1-27.

VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy. An Introduction to the sources*. Washington: The Pastoral Press, 1986.

WADDELL, Chrysogonus – “The Origin and Early Evolution of the Cistercian Antiphony: Reflections on Two Cistercian Chant Reforms”. In PENNINGTON, Basil (ed.) – *The Cistercian Spirit. A Symposium*. Washington, D.C.: Cistercian Publications, 1973 (1970), pp. 190-223.

WADDELL, Chrysogonus – “Peter Abelard's Letter 10 and Cistercian Liturgical Reform”. *Studies in Medieval Cistercian History* 2 (1976), pp. 75-86.

WADDELL, Chrysogonus – “Prelude to a feast of Freedom: Notes on the Roman Privilege “Desiderium quod” of October 19, 1100”. *Cîteaux. Commentarii cistercienses* 33 (1982), pp. 247-303.

WADDELL, Chrysogonus; REILLY, Diane J. – “The Cistercian Night Office Lectionary in the Twelfth Century”. *Cîteaux. Commentarii cistercienses* 66 (1/2) (2015), pp. 71-183.

WAGSTAFF, Grayson – “Cristóbal de Morale’s Circumderunt me, an Alternate Invitatory for Matins for the Dead, and Music for Charles V”. In CRAWFORD, David (ed.) – *Encomium Musicae: Essays in Memory of Robert J. Snow (Festschrift)*. Hillsdale, NY: Pendragon Press, 2002, pp. 5-45.

WATERS, Peter – “In Search of a New Philosophy of Conservation and Restoration”. *Journal of the Guild of the Book Workers* 7 (1968), pp. 12-21.

WAYNO, Jeffrey M. – *Communication and the Limits of Papal Authority in the Medieval West, 1050-1250*. Doctoral thesis. New York: Graduate School of School of Arts and Sciences – Columbia University, 2016.

WEALE, W.H. James – *Bookbinding and rubbings of binding in the Ntionl Art Library, Southkensington Museum*. London: Printes for H. M. Stationery Office, 1898.

WIJSMAN, Hanno – *Luxury Bound. Illustrated Manuscript Production and Noble and Princely Book Ownership in the Burgundian Netherlands (1400-1550)*. Brepols: Turnhout, 2010.

WITTE, Charles Martial de – “Les bulles pontificales et l’expansion portugaise au XV^e siècle”. *Revue d’histoire ecclésiastique* 48 (1953), pp. 683-718; 49 (1954), pp. 437-461; 51 (1956), pp. 413-453, 810-836; 53 (1958), pp. 5-46, 443-471.

YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – “En el Monasterio de Piedra se forjó la congregación de Castilla”. *Cuadernos de historia Jerónimo Zurita* 27-28 (1974/5), pp. 153-172.

YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – “Los primeros usos de la Congregación de Castilla”. *Compos-tellanum* 26, 1-4 (1981), pp. 83-133.

YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – “La huella de fray Luis de Estrada en la Congregación de Castilla”. In ESTEBAN, Luis (coord.) – *VII Centenario de fray Luis de Estrada*. Monasterio de Santa María de Huerta: Biblioteca Hortense, 1983, pp. 135-150.

YÁÑEZ NEIRA, Fray Damián – “Las Abadías Portuguesas en los CC.GG. de Cister”. *Brigantia* 18, 3-4 (1998), pp. 3-26.

ZALUSKA, Yolanta – *L’Enluminure et le scriptorium de Cîteaux au XI^e siècle*. Cîteaux. Commentarii cistercienses, 1989.

4. Recursos digitais disponíveis online

Benedictines of Solesmes (ed. lit.) – *The Liber Usualis*. Tournai: Desclee Company, 1961. [Em linha] [Consultado em 14/05/2019] Disponível em <https://archive.org/details/TheLiberUsualis1961>

BIBLIOTECA Nacional de Portugal, *Ampliação e remodelação da Torre de Depósitos da BNP*. [Em linha] [consultado a 27/11/2018]. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=310%3Ainicio-da-obra-de-ampliacao-e-remodelacao-da-torre-de-depositos-da-biblioteca-nacional-de-portugal&catid=1%3A2008&Itemid=348&lang=pt

BIBLIOTECA Nacional de Portugal, *Sobre a BND: Apresentação*. [Em linha] [consultado a 27/11/2018]. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>

BIBLIOTECA Nacional de Portugal, *Sobre a BND: Estatísticas de acesso aos documentos da BNP*. [Em linha] [consultado a 27/11/2018]. Disponível em: <http://purl.pt/resources/Acessos-BND.pdf>

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, BNP, Portugal. [Em linha] [Consultado 08/11/2019]. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

CISTER.HOR – *Horizontes Cistercienses*. [Em linha] [Consultado 08.11.2019]. Disponível em: <http://cistercianhorizons.fcsh.unl.pt/pt/pagina-inicial/>

CNRS – *Vocabulaire codicologique*. [Em linha] [Consultado em 01/11/2019]. Disponível em: <http://www.palaeographia.org/vocabulaire/pages/vocab2.htm>

D'ACHILLE, Anna Maria – “Manoscritti miniati a Cîteaux detti *Moralia in Job* e *Bibbia di Stefano Harding* (XII sec.)” Disponível em: https://www.alessandrojazeolla.it/_Illustrazioni/img_galleria/CITEAUX/CITEAUX.htm

EUROPEAN Confederation of Conservator – Restorer’s Organization, *E.C.C.O. Professional Guidelines (II): Code of Ethics*. [Em linha] [consultado a 28 de Novembro de 2018]. Disponível em: http://www.ecco-eu.org/fileadmin/user_upload/ECCO_professional_guidelines_II.pdf

FERREIRA, Manuel Pedro (dir.) – *Portuguese Early Music Database (PEM)* [Base de dados em linha]. [S.l.]: CESEM / FCSH-UNL, 2010-20. Disponível em <http://pemdatabase.eu>.

LACOSTE, Debra (Project Manager and Principal Researcher); KOLÁČEK, Jan (Web Developer) – *Cantus: A Database for Latin Ecclesiastical Chant: Inventories of Chant Sources*. Canada: University of Waterloo, 2012-2018. [Base de dados em linha]. Disponível em <http://cantus.uwaterloo.ca/>.

LACOSTE, Debra [et al.] – *Cantus Index: Online Catalogue for Mass and Office Chants*. [S.l.]: University of Waterloo [et al.], 2012-2018. [Base de dados em linha]. Disponível em <http://cantusindex.org/>.

LIGATUS, *Glossary of Bookbinding Terms*. [Em linha] [Consultado em 01/11/2019]. Disponível em <https://www.ligatus.org.uk/node/712>.

COLEÇÃO

ESTUDOS MONÁSTICOS ALCOBACENSES

Coedição



Apoio



Financiamento

